



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014  
CONSOLIDADO E AGREGADO**

Brasília, março de 2014



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013  
CONSOLIDADO E AGREGADO**

---

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Instrução Normativa TCU nº 63/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília, março de 2014

## SUMÁRIO

<b>1. Identificação e atributos da UJ .....</b>	<b>09</b>
<b>1.1 Qauadro I - unidades jurisdicionadas relatório de gestão consolidade e agregado...</b>	<b>09</b>
<b>1.2 Finalidades competências institucionais da unidade jurisdicionada.....</b>	<b>11</b>
<b>1.3 Organograma, Competências e atribuições da unidade jurisdicionada .....</b>	<b>12</b>
<b>2. Planejamento e resultados Alcançados .....</b>	<b>13</b>
<b>3. Estruturas de governança e de autocontrole da gestão .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 Controles internos administrativos da unidade .....</b>	<b>17</b>
<b>4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....</b>	<b>18</b>
<b>4.1 Execução das despesas .....</b>	<b>18</b>
<b>5. Situação dos restos a pagar de exercício anteriores .....</b>	<b>27</b>
<b>6. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativos .....</b>	<b>27</b>
<b>7. Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964.....</b>	<b>ANEXO</b>
<b>8. Outras informações consideradas relevantes pela UJ .....</b>	<b>30</b>

**Anexo I** - Unidades Consolidadas

**Anexo II** - Manifestação do Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal quanto à execução física, financeira, orçamentária e patrimonial do FCDF – exercício de 2013

**Anexo III** - Demonstrações contábeis

**Anexo IV** - Unidades Agregadas

## ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
RG	Relatório de Gestão
RI	Regimento Interno
SECOP	Seção de Controle Planejamento Orçamentário da Diretoria de Saúde
SEAUD	Seção de Auditoria da Diretoria de Saúde
SEXEC	Seção de Execução de Contratos da Diretoria de Saúde
SIGGO	Sistema de Gestão Governamental do GDF
SUTES	Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal
SIAE	Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio ao educando
SUBEB	Subsecretaria de Educação Básica
SUGEP	Subsecretaria de Gestão de Pessoas
SULOG	Subsecretaria de Logística
SUMTEC	Subsecretaria de Modernização e Tecnologia da Informação
SUPLAV	Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional
UCI	Unidade de Controle Interno
SAPES	Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde
SEAUD	Secretaria de Auditoria
SECOR	Seção de Coordenação de Auditoria
SACOF	Seção de Análise de Conformidade Normativa
SACON	Seção de Auditoria Contábil
SAGIN	Seção de Auditoria de Gestão Inconstitucional
TAF	Teste de Aptidão Física
CGU	Controladoria Geral da União
DF	Distrito Federal
FCDF	Fundo Constitucional do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OGU	Orçamento Geral da União
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PGDF	Procuradoria Geral do Distrito Federal
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEF	Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

SESDF	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SIAFI	Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
SIGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
CSDF	Conselho de Saúde do Distrito Federal
GEAP	Gerência de Administração de Profissionais
EAP	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
DIAP	Diretoria de Administração de Profissionais e Acompanhamento do Cadastro e da Folha de Pagamento
SUGETES	Subsecretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Concessões
SIRAC	Sistema de Registro, Admissões e Concessões
DICOF	Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
SUAG	Subsecretaria de Administração Geral
OCI	Órgão de Controle Interno
SAPS	Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde
APS	Atenção Primária de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
SAS	Subsecretaria de Atenção à Saúde
SVS	Subsecretaria de Vigilância à Saúde
SUPRAC	Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle
SULIS	Subsecretaria de Logística e Infraestrutura da Saúde
SUTIS	Subsecretaria de Tecnologia da Informação em Saúde
SUGEPAR	Subsecretaria de Gestão Participativa
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
PLANEJASUS	– Sistema de Planejamento do Sistema Único de Saúde
FEPECS	
OE	Objetivos Estratégicos
SIS	Sistema Integrado de Saúde
RAE	Reuniões de Análises Estratégica

GT	Grupo de Trabalho
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
NEPS	Núcleo de Educação Permanente em Saúde
CGSPa	Coordenação Geral de Saúde do Paranoá
ESCS	Escola Superior de Ciência da Saúde
ETESB	Escola Técnica de Saúde de Brasília
CODEP	Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal
GES	Gerência de Educação em Saúde
DIPDEMA	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento, Monitoramento e Avaliação do Trabalho e dos Profissionais
PPA	Plano Plurianual
GAPE	Gerência de Aposentadorias e Pensões
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CEAPC	Coordenação Extraordinária de Análise de Prestação de Contas
CGCV	Coordenação-Geral de Convênios
CONJUR	Consultoria Jurídica
CGMC	Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios
CGU-PR	Controladoria Geral da União, Presidência da República
CPC	Coordenação de Prestação de Contas
DGE	Diretoria de Gestão Estratégica
DGEI	Diretoria de Gestão Estratégica da Informação
DGI	Diretoria de Gestão Interna
DN	Decisão Normativa
IN	Instrução Normativa
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTur	Ministério do Turismo
PRI	Portaria Interministerial
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a pagar
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gerenciamento de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SIGPLAN	Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento do Governo Federal
Sit.	Situação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNPDTur	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
SNPTur	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial

### **LISTA DE QUADROS UG 170.392**

QUADRO I -	Identificação das UJ Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
QUADRO II -	Resumo da Dotação Autorizada 2013
QUADRO III -	Comparativo da Execução Orçamentária
QUADRO IV -	Cancelamentos
QUADRO V -	Suplementações
QUADRO VI -	Cancelamentos
QUADRO VII -	Suplementações
QUADRO VIII -	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
QUADRO IX -	Programa de responsabilidade da UJ
QUADRO X -	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
QUADRO XI -	Programação de Despesas Correntes
QUADRO XII -	Programação de Despesas de Capital
QUADRO XIII -	Quadro de Resumo da Programação de Despesa
QUADRO XIV -	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
QUADRO XV -	Despesa por Modalidade de Contratações – créditos ordinários totais
QUADRO XVI -	Despesas por Grupo e Elemento de despesa – crédito de movimentação
QUADRO XVII -	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
QUADRO XVIII -	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI
QUADRO XIX -	Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

### **LISTA DE QUADROS UG 170.397 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE-ANEXO I**

QUADRO I -	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado
QUADRO II -	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
QUADRO III -	Programação de despesas
QUADRO IV -	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
QUADRO V -	Despesas por Modalidade de Contratação – Crédito de Movimentação
QUADRO VI -	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
QUADRO VII -	Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores
QUADRO VIII -	Composição do Quadro de servidores da SES/DF - Situação apurada em 31/12/82013
QUADRO IX -	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2013



- QUADRO X - Detalhamento da estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ- Situação em 31/12/2013
- QUADRO XI - Quantidades de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2013
- QUADRO XII - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2013
- QUADRO XIII - Quadro de Composição de servidores inativos - Situação apurada em 31/12/2013
- QUADRO XIV - Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12/2013
- QUADRO XV - Autorizações para realização de concursos público ou provimento adicional para substituição temporária
- QUADRO XI - Composição do Quadro de Estagiários

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura I - Organograma

## **LISTA DE TABELAS**

- TABELA I - Servidores nomeados no ano de 2013
- TABELA II - Contratos Temporários convocados no ano de 2013
- TABELA III - Ampliação de carga horária
- TABELA IV- Fundo Constitucional x Aplicação em Saúde
- TABELA V- Histórico Despesa com Pessoal
- TABELA VI - Custeio da Despesa de Pessoal
- TABELA VII - Resumo Serviços Médico-Hospitalares realizados – Janeiro a Outubro/2013
- TABELA VIII – Atendimentos a pacientes residentes fora do GDF – segundo o UF de Origem – Janeiro a Outubro /2013
- TABELA IX – Pacientes do DF
- TABELA X - Tipos de Atendimento
- TABELA XI - Principais manifestações - Sistemas de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG)

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura I - Organograma

## **LISTA DE QUADROS UG 170.399 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - ANEXO I**

- Quadro A.1.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado
- Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro A.4.1.3.5 – Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- Quadro A.4.1.3.6 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa- Créditos de Movimentação
- Quadro A.4.3 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- Quadro A.5.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013
- Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de Trabalho da UJ
- Quadro A.5.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2013)
- Quadro A.5.1.2.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2013

Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013

Quadro A. 5.1.2.3 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2013

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2013

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2013

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I - Organograma

### PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

##### 1. 1 Identificação da unidade jurisdicionada

#### QUADRO I - DA UJ -RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda	Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora		
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF		
Denominação abreviada: FCDF		
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901	Código SIAFI: 170.392
Natureza Jurídica: FUNDO		
Principal Atividade: Segurança Pública, Saúde e Educação		Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61)3312-5938	
E-mail: <a href="mailto:canogueira@fazenda.df.gov.br">canogueira@fazenda.df.gov.br</a>		
Página na Internet: <a href="http://www.fazenda.df.gov.br">http://www.fazenda.df.gov.br</a>		
Endereço Postal: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar, Brasília – Distrito Federal -CEP: 70.075-900		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Secretaria de Estado de Educação do DF	Ativa	001929
Secretaria de Estado de Saúde	Ativa	001929
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas		
Número de Ordem:		
Denominação completa: Polícia Militar do Distrito Federal		
Denominação abreviada: Segurança Pública		
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901	Código SIAFI: 170.393
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: FUNDOS		
Principal Atividade: Segurança Pública		Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3910-1302	
E-mail:		
Página na Internet: <a href="http://www.pmdf.df.gov.br">www.pmdf.df.gov.br</a>		
Endereço Postal: Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área 4. Palácio Tiradentes 70.610-200 Brasília – DF.		
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído por meio da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2002, em atendimento às disposições contidas no artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal <sup>1</sup> .		

Lei Nº 6.450, de 14 de outubro de 1977. Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<b>Lei nº 7289/84 alterada pela Lei nº 7475/86</b> (Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
<b>Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas.</b>			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170.393	Polícia Militar do Distrito Federal		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
170.485	Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal		
170.484	Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170392		0001	
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas</b>			
<b>Número de Ordem:</b> 1			
<b>Denominação completa:</b> Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> CBMDF			
<b>Código SIORG:</b> 001929		<b>Código na LOA:</b>	<b>Código SIAFI:</b> 170394
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundos			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(61) 3901-5912	(61) 39015915
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:dif@cbm.df.gov.br">dif@cbm.df.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.cbm.df.org.br">http://www.cbm.df.org.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SAIN LOTE D MODULO E CEP 70610-600 ASA NORTE DF			
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856			
Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991 e			
Decreto nº 16.036, de 04 de novembro de 1994			
Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009			
Decreto nº 7.163 de 29 de abril de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170495	Assistência Médica e Odontológica do CBMDF		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170.394		00001	
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas</b>			
<b>Número de Ordem:</b>			
<b>Denominação completa:</b> Polícia Civil do Distrito Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> PCDF			
<b>Código SIORG:</b> 001929		<b>Código na LOA:</b> 73.901	<b>Código SIAFI:</b> 170.395

<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> FUNDOS			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 3362-5840	(61)3362-5817	(61)5871
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:dof@pcdf.df.gov.br">dof@pcdf.df.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.pcdf.df.gov.br">www.pcdf.df.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SAI/SO Lote 23 – Bloco A – Complexo da PCDF 1º andar – CEP 70.610-200 – Brasília – DF			
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído por meio da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2002, em atendimento às disposições contidas no artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal <sup>2</sup> .			
Lei nº 947 de 29/12/1902 (Reorganizou a Polícia da Capital Federal), Lei nº 4.483/64 (Reorganiza a DFSP sediando-a em Brasília-DF – Estrutura orgânica e quadro de pessoal da Polícia Civil do DF que passa a integrar a Secretaria de Segurança Pública do DF), Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994 (Autonomia Administrativa e Financeira).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009, que aprova o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências; Decreto Distrital nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170.395	Polícia Civil do Distrito Federal		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
0001	Tesouro		

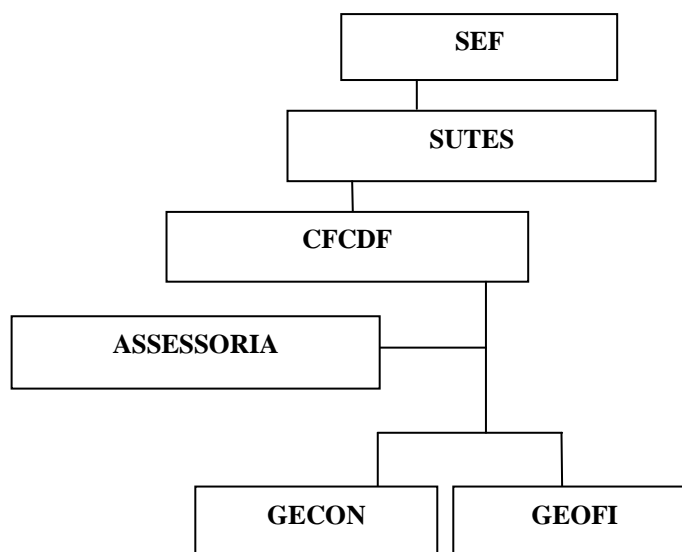
## 1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, de natureza contábil, instituído por meio da Lei nº 10.633, sancionada em 27/12/2002, tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, sua implantação ocorreu a partir do exercício de 2003.

De acordo com a Lei nº 10.633, a execução dos serviços públicos de manutenção da segurança pública e da assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, deve ser realizada por meio de dotações do FCDF, devendo ser discriminadas por atividades específicas, que, no caso em tela, compõem as ações: “Manutenção”, “Pagamento de Pessoal”, “Auxílios” e “Assistência”.

### 1.3 ORGANOGRAMA, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE

#### Organograma Institucional



Considerando que o ordenador de despesa do referido fundo é o Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal e o Gestor financeiro é o Subsecretário do Tesouro distrital, objetivando aprimorar a gestão orçamentária e financeira do FCDF no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal foi criada por meio do Decreto nº 34.710, de 03/10/2013 a Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal - CFCDF, unidade orgânica diretamente subordinada à Subsecretaria do Tesouro/SUTES-SEF, que conta em sua estrutura com duas Gerências: Gerência de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Constitucional do Distrito Federal - GEOFI e a Gerência de Acompanhamento e Controle do Fundo Constitucional do Distrito Federal – GECON,.

A Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF tem por missão coordenar a gestão dos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, acompanhando, controlando e administrando os créditos orçamentários e os repasses financeiros para as áreas estratégicas do Governo do Distrito Federal, quais sejam: segurança, saúde e educação.

Dentre as inúmeras atividades exercidas no âmbito da Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional destacam-se a coordenação da elaboração da proposta orçamentária dos recursos do FCDF, a programação financeira e controle das despesas públicas (pessoal e encargos sociais, custeio e investimento) dos órgãos da área de segurança pública do Distrito Federal, e controle das despesas de pessoal e encargos sociais das áreas de saúde e educação da mesma unidade federativa.

Ainda, no bojo das atividades exercidas pela Coordenação, cabe ressaltar a elaboração e a consolidação da prestação de contas dos recursos do FCDF, bem como a interlocução entre a Secretaria de Estado de Fazenda do DF e os demais órgãos de controle internos e externos distritais e federais, contribuindo para a aprovação das contas públicas do Distrito Federal.

Cabe ressaltar que as atividades ora desenvolvidas pelas citadas Gerências e Coordenação foram exercidas, até 03/10/2013, sob a coordenação da extinta Coordenação da Despesa Pública e do Fundo Constitucional do Distrito Federal – CODEF, atual, Coordenação da Programação Financeira – COFIN, também subordinada à SUTES/SEF.

Tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 34.710, de 03/10/2013, o Secretário de Estado de Fazenda fez publicar a Portaria nº 30, de 05/02/2014, publicada no DODF nº 29, de 07/02/2014, republicada no DODF nº 33, de 12/02/2014, que trata do regimento interno da

Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, constando as competências e atribuições da coordenação e de suas respectivas gerências e assessoria.

A execução do FCDF é realizada diretamente pelas Unidades Gestoras do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI na modalidade de aplicação 90 (Aplicação Direta de Recursos).

No que se refere às folhas de pagamentos da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, custeadas com recursos do Tesouro Nacional, reza a lei que deverão ser processadas através do Sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal – SIAPE, sendo que a inserção dos dados e confecção das mesmas é de responsabilidade de cada Unidade Gestora.

O FCDF tem seus programas e ações realizadas pelas unidades gestoras específicas das três áreas.

Importante, ressaltar que no presente Relatório de Gestão as disposições da Portaria nº 175/2013, foram seguidas na medida do possível, tendo sido promovidos ajustes julgados pertinentes nos quadros constantes nos itens 2 e 4 da referida Portaria, bem como alguns quadros do item 4 deixaram de serem apresentados, tendo em vista UJ não ter informações a serem apresentadas. Os itens 5, 6 e 7 foram apresentados pelas respectivas Unidades Gestoras do FCDF. O item 11.6 foi atendido com o Relatório do Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal, Anexo II.

## **PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

### **2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Os recursos destinados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF estão classificados no orçamento da União - OGU, na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras Transferências”, do Programa “0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica” aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicos, mas apenas ações genéricas, que não agregam nenhum produto à União, cujo exclusivo intuito é efetuar a transferência dos referidos recursos, que são executados de forma global, por grupo de natureza de despesa (GND), portanto, tais ações não constam do PPA da União.

No orçamento anual do Governo do Distrito Federal - GDF, as áreas de segurança pública, saúde e educação não dispõem de programas, ações, produtos e metas específicos a orientar o gasto dos recursos do FCDF, visto que os recursos desse fundo não integram esse orçamento anual.

Tendo em vista que os recursos do Programa 0903 não indicam metas e produtos a serem alcançados pela União, na execução dos recursos destinados à manutenção das ações dos órgãos do FCDF, estes têm procurado compatibilizar a execução dos recursos com as metas e produtos das ações e projetos inseridos no Plano Plurianual do Distrito Federal.

A Unidade Gestora 170.392 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, administrou durante o exercício em análise, o valor do orçamento no montante de R\$10.694.936.470,00 (dez bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões, novecentos e trinta e seis mil e quatrocentos e setenta reais).

**QUADRO II – RESUMO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA - 2013**

<b>QUADRO RESUMO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA DA DESPESA – 2013</b>	
<b>CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>	<b>VALORES EM R\$ 1,00</b>
DESPESAS CORRENTES	10.322.239.174,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.456.374.634,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	865.864.540,00
DESPESAS DE CAPITAL	372.697.296,00
INVESTIMENTOS	372.697.296,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.694.936.470,00</b>

FORTE: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

É importante ressaltar que, em virtude dos remanejamentos necessários ao bom andamento da execução orçamentária das unidades gestoras participantes do FCDF, o valor atual das áreas difere-se da dotação inicial. O cenário orçamentário, até 31/12/2013, apresenta a situação descrita no quadro abaixo:

**QUADRO III – COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

<b>ÁREA</b>	<b>VALOR INICIAL – R\$</b>	<b>VALOR ATUAL – R\$</b>	<b>% ATUAL</b>
SEGURANÇA	5.333.751.781	5.089.777.886	47,59
SAÚDE	2.868.680.640	2.888.680.640	27,01
EDUCAÇÃO	2.492.504.049	2.716.477.944	25,40
<b>T O T A L</b>	<b>10.694.936.470</b>	<b>10.694.936.470</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI

Por meio do Decreto S/N, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 15/10/2013, e da Lei nº 12.893, de 17/12/2013, houve autorização para remanejamento orçamentário, com abertura de crédito suplementar às ações descritas nos quadros abaixo, no montante de R\$ 317.660.858,00 (trezentos e dezessete milhões, seiscentos e sessenta mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) e no valor de R\$ 13.013.037,00 (treze milhões, treze mil e trinta e sete reais), respectivamente. Ambas as autorizações são destinadas a reforçar as seguintes dotações:

**1ª Alteração orçamentária – Fundo Constitucional do DF – 2013****QUADRO IV- CANCELAMENTOS**

<b>AÇÃO</b>	<b>GND</b>	<b>VALOR</b>
MANUTENÇÃO DA PMDF	1	57.000.000
	4	15.000.000
	4	89.412.083
ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PMDF	4	20.340.092
	4	13.013.037
	3	14.597.774
AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO DA PMDF	3	10.000.000
AUX.-PRÉ- ESCOLA DA PMDF	3	800.000
MANUTENÇÃO DO CBMDF	4	27.333.409
ASSISTÊNCIA MÉDICA DO CBMDF	3	1.500.000
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DO CBMDF	3	1.200.000
	3	3.000.000
MANUTENÇÃO DA PCDF	1	61.000.000
	4	16.477.500
<b>TOTAL DO CANCELAMENTO</b>		<b>330.673.895</b>

#### QUADRO V- SUPLEMENTAÇÕES

<b>AÇÃO</b>	<b>GND</b>	<b>VALOR</b>
PESSOAL INATIVO E PENS. DA PMDF	1	57.000.000
MANUTENÇÃO DA PMDF	3	15.000.000
MANUTENÇÃO DO CBMDF	1	11.000.000
	1	1.500.000
	3	1.200.000
PESSOAL INATIVO E PENS. DO CBMDF	1	17.000.000
PESSOAL INATIVO E PENS. DA PCDF	1	23.000.000
AUXÍLIO -ALIMENTAÇÃO DA PCDF	3	3.000.000
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A SERV. PUBL. DE SAÚDE	1	10.000.000
		10.000.000
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A SERV. PUBL. DE EDUCAÇÃO	1	13.013.037
	1	168.960.858
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>		<b>330.673.895</b>



## 2ª Alteração orçamentária – Fundo Constitucional do DF - 2013

Houve, ainda, por meio do Decreto S/N, publicado no DOU do dia 13/12/2013, remanejamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 66.500.000,00, conforme quadros abaixo:

### QUADRO VI – CANCELAMENTOS

<b>AÇÃO</b>	<b>GND</b>	<b>VALOR</b>
MANUTENÇÃO DA PMDF	4	7.300.000
	1	10.000.000
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DA PMDF	3	5.650.000
AUX.-PRÉ-ESCOLA DA PMDF	3	1.350.000
ASSISTÊNCIA MÉDICA DO CBMDF	3	5.000.000
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DO CBMDF	3	500.000
AUX.-PRÉ-ESCOLA DO CBMDF	3	250.000
MANUTENÇÃO DO CBMDF	1	1.450.000
MANUTENÇÃO DA PMDF	4	35.000.000
<b>TOTAL DO CANCELAMENTO</b>		<b>66.500.000,00</b>

### QUADRO VII – SUPLEMENTAÇÕES

<b>AÇÃO</b>	<b>GND</b>	<b>VALOR</b>
MANUTENÇÃO DA PMDF	3	7.300.000
PESSOAL INATIVO E PENS. DO PMDF	1	10.000.000
MANUTENÇÃO DO CBMDF	3	5.750.000
PESSOAL INATIVO E PENS. DO CBMDF	1	1.450.000
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A SERV. PUBL. DE EDUCAÇÃO	1	42.000.000
<b>TOTAL DO CANCELAMENTO</b>		<b>66.500.000,00</b>

Por fim, foi modificada pela Portaria nº 233, expedida pela Secretaria de Orçamento Federal e publicada no DOU do dia 26/12/2013, dotação orçamentária anteriormente prevista com recursos da fonte 106, no montante de R\$ 2.356.650,00, para a fonte 188, em virtude da frustração na arrecadação de recursos oriundos de Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal.

**PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013****3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

3.1 – Controle internos administrativos da unidade contemplando a avaliação, pelos próprios gestores, da qualidade e suficiência de tais controles para garantir a realização dos objetivos estratégicos da unidade, considerando ainda o quadro específico da portaria prevista no inciso VI no caput do art. 5º, com o qual devem ser avaliados os seguintes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividade de controle informação e comunicação e monitoramento.

**QUADRO X – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

## PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

### 4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### 4.1 Execução das despesas

Conforme já ressaltado, o programa 903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica” objetiva transferir recursos ao Distrito Federal com vistas à manutenção da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, além de viabilizar assistência financeira para a execução de serviços públicos das áreas de saúde e educação, na forma do art. 21, inciso XIV da Constituição Federal e da Lei 10.633/2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Em que pese, referido programa não constar do PPA da União, apresentamos a seguir informações solicitadas no item 4, em quadros customizados, como segue:

**QUADRO XI – Programa de responsabilidade da UJ**

<b>DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA</b>						
Código		903				
Descrição		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica				
Objetivo		TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAL DE RECURSOS				
Órgão ou Unidade Responsável		FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.694.936.470	10.694.936.470	10.694.878.531,89	10.573.232.306,96	225.717.097,06	121.646.224,93	21.974.961,804
<b>Metas Financeiras do Exercício</b>						
Grupo Despesa	Descrição	Meta Financeira				Realizada
		Prevista				
<b>1</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>9.691.848,529</b>			<b>9.691.848,529,00</b>	
<b>3</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>854.266,766</b>			<b>854.240.609,90</b>	
<b>4</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>148.821,175</b>			<b>148.789.392,99</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>10.694.936,470</b>			<b>10.694.878.531,89</b>	

**QUADRO XII – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73.901	73.901

**QUADRO XIII – Programação de Despesas Correntes**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes			
	1 – Pessoal e Encargos Sociais		3- Outras Despesas Correntes	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>LOA</b>	Dotação proposta pela UO	8.815.524.540,00		781.314.801,00
	PLOA	9.456.374.634,00	8.815.524.540,00	865.864.540,00
	LOA	9.456.374.634,00	8.815.524.540,00	865.864.540,00
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	364.923.895,00	471.505.000,00	32.250.000,00
	Especiais			
	Extraordinários			

<b>Créditos Cancelados</b>	(-129.450.000,00)	(-270.435.636,00)	(-43.847.774,00)	(-135.176.182,00)
<b>Outras Operações</b>				
<b>Total</b>	9.691.848.529,00	9.016.593.904,00	854.266.766,00	665.943.774,00

Fonte: SIAFI

#### QUADRO XIV – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital	
		4 – Investimentos	
		Exercícios	
		2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO	372.697.296,00	371.047.847,00
	PLOA	372.697.296,00	371.047.847,00
	LOA	372.697.296,00	371.047.847,00
CRÉDITOS	Suplementares		
	Especiais	Abertos	
		Reabertos	
	Extraordinários	Abertos	
		Reabertos	
	Créditos Cancelados		(-223.876.121,00)
Outras Operações			
<b>Total</b>		148.821.175,00	255.349.510,00

Fonte: SIAFI

#### QUADRO XV – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
		Exercícios		Exercícios	
		2013	2012	2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO		781.314.801,00		371.047.847,00
	PLOA	865.864.540,00		372.697.296,00	371.047.847,00
	LOA	865.864.540,00		372.697.296,00	371.047.847,00
CRÉDITOS	Suplementares		32.250.000,00	19.805.155,00	
	Especiais				
	Extraordinários				
Créditos Cancelados		(-43.847.774,00)	(-135.176.182,00)	(-223.876.121,00)	115.698.337,00
Outras Operações					
<b>Total</b>		854.296.766,00	695.943.774,00	148.821.175,00	255.349.510,00

Fonte: SIAFI

A proposta orçamentária do exercício de 2013 foi elaborada a partir das demandas apresentadas pelas Unidades Gestoras – UG’S do FCDF, havendo levantamento de dados, projeções e análise e realização de reuniões com as referidas unidades. No decorrer dos exercícios o orçamento sofreu alterações devido às necessidades verificadas pelas próprias UG’s do FCDF, bem como por parte desta UG que acompanhou o comportamento da execução orçamentária e financeira, projetando-se a despesa com foco na análise do comportamento dos gastos mensais com pessoal, custeio e investimento.

**QUADRO XVI – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	170.013	170.392		9.691.848.529	7.865.864.540
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG			Despesas de Capital	
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Concedidos	17013	170.392		372.697.296	
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

**Fonte: SIAFI**

No quadro “Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total, observa-se o predomínio das despesas com pessoal e as contratações por meio de Pregão Eletrônico. No Quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito por Movimentação, os gastos concentram-se no Auxílio-Alimentação, que são despesas da folha de pagamento das unidades do FCDF.

**Quadro XVII - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL**

<b>Unidade Orçamentária: Fundo Constitucional do DF</b>	<b>Código UO: 73901</b>		<b>UG:170392</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa Paga</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Modalidade de Licitação</b>	<b>210.911.364,53</b>	<b>198.731.086,12</b>	<b>210.778.310,32</b>	<b>198.731.086,12</b>
a) Convite	1.861,36	29.953,56	1.861,36	29.953,56
b) Tomada de Preços	85.936,69	1.551.625,13	85.936,69	1.551.625,13
c) Concorrência	25.209.657,38	10.351.503,47	25.209.657,38	10.351.503,47
d) Pregão	185.613.909,10	186.798.003,96	185.480.854,89	186.798.003,96
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas</b>	<b>90.154.368,29</b>	<b>81.513.569,51</b>	<b>90.102.553,30</b>	<b>81.510.568,75</b>
h) Dispensa	11.111.371,83	16.597.198,62	11.060.306,29	16.594.197,86
i) Inexigibilidade	79.042.996,46	64.916.370,89	79.042.247,01	64.916.370,89
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>449.817,13</b>	<b>340.696,65</b>	<b>449.817,13</b>	<b>340.696,65</b>
j) Suprimento de Fundos	449.817,13	340.696,65	449.817,13	340.696,65
<b>4. Pagamento de Pessoal</b>	<b>9.679.503.027,73</b>	<b>9.406.473.310,59</b>	<b>9.341.804.810,04</b>	<b>9.182.331.860,85</b>
k) Pagamento em Folha	9.679.503.027,73	9.403.465.795,51	9.341.804.810,04	9.179.324.345,77
l) Diárias	0,00	3.007.515,08	0,00	3.007.515,08
<b>5. Outros</b>				
<b>6. TOTAL</b>	<b>9.981.018.577,68</b>	<b>9.687.058.662,87</b>	<b>9.643.135.490,79</b>	<b>9.462.914.212,37</b>

**Quadro XVIII- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.**

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
01	APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR.	3.615.968.068,78	3.094.075.913	3.615.698.068,78	3.092.975.913	328.000,65	21.106	3.538.221.776,19	3.046.923.603
03	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	559.055.371,95	499.420.947	559.053.024,36	947.444.092	1.632.552,61		532.933.112,46	486.158.081
04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	119.200.036,72	108.285.886	119.200.036,72	108.285.886			119.193.975,71	108.285.804
05	OUTROS BENEF. PREV. DO SERVIDOR OU DO MILITAR	33.495,01		33.495,01				33.495,01	
08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS		1.485.062		1.409.331	39.800,07	34.003		1.369.531
09	SALARIO-FAMILIA		1.005		1.005				1.005
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS- PESSOAL CIVIL	3.007.443.925,05	2.897.153.019	3.007.434.816,74	2.897.153.019			2.951.784.898,26	2.897.124.845
12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS- PES. MILITAR	1.938.430.306,01	1.797.927.474	1.938.430.306,01	1.796.616.243	1.243.503,17		1.763.252.769,54	1.653.141.783
13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	29.900.569,69	38.275.896	29.900.569,69	38.275.896			29.900.569,69	38.275.896
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS- PESSOAL CIVIL	103.217.239,04	84.253.787	103.217.239,04	84.253.787			103.038.834,54	84.253.787
17	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL MILITAR		84.472.614		84.295.549	2.679,04			77.070.618
91	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.883.604,19	1.476.763	1.883.604,19	1.476.763			1.540.083,96	1.301.550
92	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	199.266.517,10	363.297.243	186.932.471,73	360.379.290	70.000,00	9.783.740	186.932.471,73	358.837.827
94	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	114.987.999,54	43.071.401	114.987.999,54	43.071.401			112.791.115,31	43.071.401



<b>96</b>	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.432.121,59	3.390.711	2.432.121,59	3.390.711			2.432.121,59	3.390.711
<b>113</b>	OBRIGAÇÕES PATRONAIS – OP. INTRA.- ORCAMENTARIAS	29.274,33		29.274,33				29.274,33	
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>		<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>08</b>	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	115.727.395,13	52.049.554	115.514,13	51.983.713	41.238,92	47.621	114.641.182,14	51.504.391
<b>14</b>	DIARIAS - CIVIL	1.088.842,11	550.139	1.088.842,11	550.139			1.088.842,11	550.139
<b>15</b>	PAGTO DE DIARIAS- MILITAR NO PAIS EXTERIOR	7.142.793,35	7.067.313	7.142.793,35	6.981.488	18.542,95	21.650	7.033.530,30	6.865.329
<b>19</b>	AUXILIO- FARDAMENTO	31.363.705,14	22.335.182	23.695.989,25	22.335.182			23.526.721,32	22.333.975
<b>30</b>	MATERIAL DE CONSUMO	60.963.863,83	55.369.665	43.868.362,90	31.003.175	22.494.898,14	27.139.286	43.868.362,90	31.003.175
<b>31</b>	PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	162.533,35	238.520	136.437,35	231.520	7.000,00	56.039	136.437,35	231.520
<b>32</b>	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	121.980,00	319.574			279.593,00			
<b>33</b>	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.071.236,51	1.364.143	1.025.045,79	1.212.656	783,65		1.025.045,79	1.212.656
<b>35</b>	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	886.315,46	292.823	832.165,86	222.387	70.436,24		832.165,86	222.387
<b>36</b>	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. FISICA	394.460,16	533.718	334.958,62	467.614	51.504,48	65.152	334.958,62	467.614
<b>37</b>	LOCAÇÃO DE MÃO- DE-OBRA	21.345.126,25	13.883.650	18.033.505,77	11.522.147	2.361.503,10	1.830.800	18.033.505,77	11.522.147
<b>39</b>	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	165.811.695,86	190.648.357	135.470.008,36	127.908.973	44.126.461,31	51.980.957	135.417.594,41	127.905.972
<b>46</b>	AUXILIO- ALIMENTACAO	353.215.595,16	284.452.444	352.942.022,15	284.135.415	151.588,05		337.566.796,15	270.413.097

<b>47</b>	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	E	39.637,94	10.557	20.709,62	10.557			20.709,62	10.557
<b>49</b>	AUXILIO- TRANSPORTE		17.064.322,92	17.021.380	17.056.056,91	17.019.171	2.208,47		17.055.571,41	17.019.171
<b>59</b>	PENSOES ESPECIAIS		41.679,31		41.679,31				36.332,59	
<b>92</b>	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	DE	25.074.860,64	17.307.386	23.427.433,80	16.926.001	7.920.023,96	1.747.661	23.427.443,80	16.926.001
<b>93</b>	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES	E	52.557.508,15	18.535.080	51.099.268,18	10.377.382	9.721.475,68	5.836.166	48.258.319,79	10.377.382
<b>130</b>	MATERIAL CONSUMO	DE	560,00		560,00				560,00	
<b>139</b>	OUTROS SERV. TERCEIROS-PES. JURID-OP. INTRA- ORC		145.443,72		92.819,30		457.259,66		92.819,30	
<b>147</b>	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.-OP. INTRA- ORÇAMENTARIAS	E	17.926,80		17.926,80				17.411,80	
<b>192</b>	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	DE	3.128,11		3.128,11				3.128,11	

4.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não há.

4.3 – Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

A maior parte do saldo dos Restos a Pagar Processados se refere às despesas com Pessoal e Encargos Sociais referente ao mês de competência dezembro das unidades executoras do FCDF.

Observa-se montante expressivo de cancelamento de Restos a Pagar não Processados inscritos nos exercícios de 2011 e 2012, indicando deficiência por parte das unidades do FCDF na estimativa dos recursos necessários a cobertura de suas despesas, com conseqüente desperdício de recursos orçamentários.

#### QUADRO XIX - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	357.821.602,62	2.865,88	357.497.557,88	321.178,86
2011	295.794,26		194.458,53	101.335,73
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	201.291.654,59	46.602.901,93	174.804.423,98	22.953.747,80
2011	206.838.337,89	54.852.806,48	163.399.935,85	37.515.013,60
...				

Fonte: SIAFI

#### PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

#### 9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Não há.

9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

#### QUADRO XX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FCDF – FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria 20120385		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FCDF – FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL			001929

<b>Descrição da Recomendação</b>	
<p>1 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.2(003) - Desenvolver plano de ação, para implementação das providências necessárias ao atendimento das recomendações em atraso, com definição das prioridades com base nas situações-problemas que afetam a gestão da UJ e sua capacidade operacional.</p> <p>2 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.3(003) - Elaborar Plano de ação para implementação das providências necessárias ao atendimento das recomendações em atraso, com definições das prioridades com base nas situações-problemas que afetam a gestão da UJ e sua capacidade operacional.</p> <p>3 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.1(001) - Dar conhecimento à SEE/DF da impossibilidade de pagamento de remuneração a servidores que não estejam atuando na área de educação do DF.</p> <p>4 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.1(002) – Atuar junto ao Ministério da Fazenda, para a elaboração de normativos que regulem e orientem a aplicação de recursos repassados pelo FCDF à Secretaria de estado de Educação – SEE/DF.</p> <p>5 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.3(004) - Elaborar regimento interno para a FCDF, com definições claras de atribuições e responsabilidades, acerca do controle e acompanhamento da aplicação dos recursos do Fundo, apresentando minuta do mesmo, no prazo de 90 dias.</p> <p>6- RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.2(002) - Construir rotinas para identificação de riscos pelo não atendimento às recomendações do OCI, bem como mecanismos para mitigação destes.</p> <p>7- RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.3(001) - Monitorar a implementação da divulgação na Internet, da remuneração dos servidores da PCDF, PMDF e CBMDF, no prazo de 60 (sessenta) dias, estabelecido pela Secretaria de Transparência do Distrito Federal.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
FCDF	001929
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>1 - RECOMENDAÇÃO e 2 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.2(003) e 2.1.1.3 (0003) – Plano de Ação desenvolvido e elaborado em 23/09/2013.</p> <p>3- RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.1(001) – O Secretário de Estado de Educação por meio do Ofício nº 31/2013/SUTES/SEF/FCDF, de 28/08/2013 sobre a impossibilidade de pagamento de remuneração a servidores que não estejam atuando na área de educação do DF.</p> <p>4 – RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.1 (002) – o Gestor fez a seguinte manifestação no Plano Permanente de Providências: “Eslarecemos que, do total dos recursos utilizados para custeio da folha de pagamento de pessoal da SEE/DF, apenas um terço desse valor são oriundos do FCDF, sendo que o restante é custeado com recurso do Tesouro distrital, portanto, os servidores que desempenham atividades alheias à Educação estão sendo pagas com recursos distritais.” Portanto, reafirmamos o entendimento de que os servidores que desempenham atividades alheias à educação são remunerados com recursos distritais.</p> <p>5 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.3(004) – Foi enviado pelo Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal o Memorando nº 233/2013/GAB/SUTES, de 16 de dezembro de 2013, ao Secretário de Fazenda para apreciação da minuta de decreto dispondo sobre a gestão dos recursos do FCDF e da minuta de portaria que aprova o Regimento Interno da Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal –FCDF (Publicada no DODF nº 29, página 10, 07/02/2014 e Republicada no DODF nº 33, de 12/02/2014.</p> <p>6 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.2(002) - Apresentamos por meio do Ofício nº 02/2014/SUTES/SEF, de 02/01/2014, o "Sistema" de acompanhamento e identificação de riscos das recomendações do OCI que visa identificar riscos pelo não atendimento às recomendações da CGU.</p> <p>7- RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.3(001) - O Secretário de Estado de Fazenda encaminhou em 20/11/2013, o Ofício nº 899/2013-GAB/SEF à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF solicitando informações, aguardando a disponibilização das planilhas com as informações referente à remuneração dos servidores.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendações atendidas.	

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

**QUADRO XXI- Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundo Constitucional do Distrito Federal			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203385	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
25915/Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF			<b>001929</b>
Descrição da Recomendação			
<p><b>1 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.3(001)</b> - Proceder à inscrição das cessionárias no CADIN, referente a não quitação de créditos relativos ao ressarcimento de remunerações dos servidores da PCDF, cedidos a órgãos do GDF.</p> <p><b>2 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.3(002)</b> - Proceder à inscrição do Governo do Distrito Federal no CADIN, pertinente a não quitação de crédito relativo ao pagamento de servidores do GDF lotados na PCDF, com recursos do FCDF. Atendida. DODF nº 29, de 07/02/2014, página 10, republicada no DODF nº 33, de 12/02/2014, página 3.</p> <p><b>3- RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.1(002)</b> - Atuar, junto ao Ministério da Fazenda, para a elaboração de normativos que regulem e orientem a aplicação de recursos repassados pelo FCDF à Secretaria de Estado da Educação - SEE/DF.</p> <p><b>4 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.2(001)</b> - Dar conhecimento à SEE/DF da impossibilidade de pagamento de remuneração a servidores inativos na Ação: 0312 - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal, enquanto a legislação não permitir tal pagamento.</p> <p><b>5- RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.2(001)</b> - Definir em normativos internos os responsáveis pelo processo relativo ao controle de recomendações emanadas pela CGU.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Subsecretaria do Tesouro/SEF			001929
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p><b>1 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.3(001)</b> - O Gestor do FCDF está atuando junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento para disponibilizar dotação orçamentária para os órgãos em débito com a PCDF, sendo que, na medida do possível, os pagamentos estão sendo efetuados. DF. Em 19/02/2014 foi encaminhado Ofício nº 40/2014/SUTES/SEF, de 19/02/2014, à Secretaria de Estado de Justiça do DF solicitando o pagamento da despesa referente ao ressarcimento de salários dos servidores cedidos pela PCDF. Em 20/02/2014 foi encaminhado Ofício nº 41/2014/SUTES/SEF, de 20/02/2014, à Administração Regional do Varjão solicitando o pagamento da despesa referente ao ressarcimento de salários dos servidores cedidos pela PCDF. Em 27/02/2014 foi encaminhado Ofício nº 47/2014/SUTES/SEF, de 27/02/2014, à Secretaria de Estado de Planejamento solicitando abertura de crédito suplementar para os Órgãos do Governo do Distrito Federal que ainda estão em débito com relação aos ressarcimentos de salários dos servidores cedidos pela Polícia Civil do DF. Em 06/03/2014 foram encaminhados o Ofício nº 52/2014/SUTES/SEF, o Ofício nº 53/2014/SUTES/SEF, Ofício nº 55/2014/SUTES/SEF, de 06/03/2014 e o Ofício nº 51/2014/SUTES/SEF, de 06/03/2014, à Secretaria de Estado de Governo do DF, à Administração Regional do Itapuã, à Casa Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, respectivamente, solicitando o pagamento da despesa referente ao ressarcimento de salários dos servidores cedidos pela PCDF. Em 17/03/2014 foi encaminhado o Ofício nº 155/2014/GAB/SEF, 17/03/2014, ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.</p>			

**2 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.3(002)** - Até a presente data não há decisão do TCU, conforme informação da PGDF, por meio do Ofício nº 1433/13/GEAC/PGDF

**3 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.1(002)** - Reiteramos a manifestação do Gestor em 23/09/2013, qual seja: "Esclarecemos que, do total dos recursos utilizados para o custeio da folha de pagamento de pessoal da SEE/DF, apenas um terço deste valor são oriundos do FCDF, sendo que o restante é custeado com recursos do Tesouro distrital, portanto, os servidores que desempenham atividades alheias à educação estão sendo pagos com recursos distritais." Portanto, reafirmamos o entendimento de que os servidores que desempenham atividades alheias à educação são remunerados com recursos distritais.

**4 - RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.2.2(001)** - O Secretário de Estado de Fazenda solicitou parecer jurídico da Procuradoria-Geral do DF sobre o assunto, que por meio do Parecer nº 0156/2013-PROFIS/PGDF, de 09/12/2013, se manifestou concluindo que: "Cabe ao Distrito Federal legislar sobre a sua execução orçamentária, exercendo juízo de conveniência e oportunidade quanto à alocação específica de recursos, desde que, dentro das duas áreas beneficiadas com a assistência financeira constitucional e legalmente garantida: saúde e educação. Admitir que a União determine, em seu Orçamento, como será a execução orçamentária por parte do Distrito Federal dentro daquelas áreas implica negar a autonomia política e financeira distrital (art. 18 da CF) e laborar contra o princípio federativo (art. 1º da CF)." portanto, o referido Parecer nº será enviado à SOF/MPOG, para que se adéque à Lei Orçamentária Anual – LOA com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Constituição Federal.

**5 RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.1.2(001)** - Por meio do Memorando nº 233/2013/GAB/SUTES, de 16 de dezembro de 2013, foram encaminhados ao Gabinete/SEF, minutas de atos normativos visando atender a referida recomendação, no entanto, permanece pendente a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Algumas providências adotadas pelo Gestor do FCDF dependem de medidas a serem tomadas por outros Órgãos, sendo que a principal causa pelo não atendimento das Recomendações feitas em Auditoria pela CGU é o aguardo das respostas, decisões, encaminhamentos, determinações, necessários ao atendimento das recomendações.

## **PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

### **11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

#### **11.3 Demonstrações contábeis previstas pela LEI 4.320/64**

As demonstrações Contábeis prevista na Lei nº 4.320/64 constam no ANEXO III.

#### **11.6 Relatório de Auditoria da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal**

O atendimento a este item consta no ANEXO II.

## **PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

### **12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

A Administração dos recursos destinados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, para o exercício em exame, ocorreu observando-se o cenário dos exercícios pretéritos e do exercício de 2013, sendo que durante o exercício em análise foram realizados remanejamentos de dotações orçamentárias, face das necessidades verificadas pelas próprias unidades gestoras do

FCDF, e, ainda, por parte desta UG 170.392, responsável pela gestão dos recursos do FCDF, que, após verificar o comportamento da execução orçamentária e financeira, por meio de estudos das projeções das despesas com pessoal, custeio e investimento, inseriu no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão alterações do orçamento destinado ao FCDF.

Considerando a deficiência demonstrada pelas unidades do FCDF na estimativa dos recursos necessários à cobertura de suas despesas, no mais, visando salvaguardar a gestão orçamentário-financeira dos recursos FCDF destinados às áreas de segurança pública, saúde e educação do Distrito Federal, inicialmente, decidiu-se contingenciar 30% (trinta) por cento da dotação inicial prevista para atender as despesas com custeio e investimento das unidades do referido fundo.

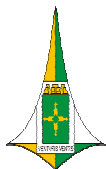
Tal medida justifica-se pela necessidade de remanejamento de dotação no decorrer do exercício, considerando também o histórico dos cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados Cancelados como demonstrado no “QUADRO XIX - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores” e dos recursos disponibilizados aos Órgãos da área de segurança pública, os quais não foram empenhados, gerando desta forma perda de recursos ao Governo do Distrito Federal.

Cabe ressaltar que o cancelamento das despesas empenhadas nos exercícios pretéritos ou a dotação orçamentária não empenhada gera disponibilidade financeira sem respectiva dotação orçamentária, visto que a União não reconhece o superávit para o FCDF.

O mencionado posicionamento da União torna mais premente a necessidade de dotar a estimativa orçamentária das despesas a serem custeadas com recursos do FCDF de forma mais exata possível, exigindo gerenciamento, programação e controle constante destes recursos, evitando desta forma, desperdícios de recursos orçamentários ou uso destes em desacordo com a legislação.

**ANEXO I - UNIDADES  
CONSOLIDADAS**





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**BRASÍLIA - 2014**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013  
UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADA**

---

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Decisão Normativa TCU nº 132/2013, da Decisão Normativa TCU nº 133/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

**BRASÍLIA – 2014**

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO I.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>SEÇÃO II.....</b>	<b>8</b>
<b>PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>8</b>
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
1.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	8
<b>SEÇÃO III.....</b>	<b>9</b>
<b>DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>9</b>
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	9
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	9
<b>PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>12</b>
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
2.1.1. AÇÕES REALIZADAS EM 2013:.....	13
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	17
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	22
2.4. INDICADORES.....	27
<b>PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>27</b>
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	28
<b>PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>29</b>
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	29
4.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESA.....	29
4.2.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	33
4.2.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA.....	33
4.2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	34
4.2.3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO.....	34
4.2.3.1.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	34
4.2.3.1.2. DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	36
<b>PARTE A, ITEM 05, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>2</b>
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	2
5.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	2
5.1.1.1. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	3
5.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	40
5.1.2.1. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE.....	41
5.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	41
5.1.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	42
5.1.3.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA.....	42
5.1.3.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	43
5.1.4. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	43

5.1.5. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	44
5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	44
5.2.1. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	44
5.2.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	45
<b>PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>8</b>
6.1. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	45
<b>SEÇÃO IV.....</b>	<b>11</b>
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>11</b>

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	11
QUADRO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	31
QUADRO II – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	33
QUADRO IV – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	33
QUADRO V – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	34
QUADRO VI – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	36
QUADRO VII– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	38
QUADRO VIII – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DA SES/DF – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013.....	39
QUADRO IX – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2013.....	39
QUADRO X – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	40
QUADRO XI – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013.....	41
QUADRO XII – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013.....	41
QUADRO XIII– QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	42
QUADRO XIV - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	43
QUADRO XV – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPOR.....	44
QUADRO XVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	48

## LISTA DE TABELAS

TABELA I: SERVIDORES EFETIVOS NOMEADOS NO ANO DE 2013.....	22
TABELA II: CONTRATOS TEMPORÁRIOS CONVOCADOS NO ANO DE 2013.....	23
TABELA III: AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.....	25
TABELA IV: FUNDO CONSTITUCIONAL DF x APLICAÇÃO EM SAÚDE.....	27
TABELA V: HISTÓRICO DESPESA COM PESSOAL.....	27
TABELA VI: CUSTEIO DA DESPESA DE PESSOAL.....	28
TABELA VII: RESUMO SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES REALIZADOS JANEIRO A OUTUBRO/2013.....	28
TABELA VIII: ATENDIMENTOS A PACIENTES RESIDENTES FORA DO DF - SEGUNDO O UF DE ORIGEM - JAN A OUT/2013.....	29
TABELA IX: PACIENTES DO DF.....	30
TABELA X: TIPOS DE ATENDIMENTO.....	46
TABELA XI: PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES – SISTEMA DE OUVIDORIA E GESTÃO PÚBLICA (TAG).....	46

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – FORÇA DE TRABALHO.....	24
GRÁFICO 02 – QUANTIDADE DE SERVIDORES QUE TIVERAM SUA CARGA HORÁRIA AMPLIADA EM 2013.....	26
GRÁFICO 03 – REGIÕES EM PROCESSO DE RENDICIONAMENTO.....	24
GRÁFICO 04: INTERNAÇÃO E EMERGÊNCIA DE PACIENTES RESIDENTES FORA DO DF.....	30
GRÁFICO 05: COMPARATIVO DE PACIENTES RESIDENTES FORA DO DF E PACIENTES RESIDENTES NO DF.....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DF – DISTRITO FEDERAL

FCDF – FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

GDF – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SES/DF – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

SIGRH – SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

UG – UNIDADE GESTORA

UO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

CSDF – CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

GEAP – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS

DIAP – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO E DA FOLHA DE PAGAMENTO

SUGETES – SUBSECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

SISAC – SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DE ATOS E CONCESSÕES

SIRAC – SISTEMA DE REGISTRO, ADMISSÕES E CONCESSÕES

TCDF – TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DICOF – DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS

SUAG – SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

OCI – ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

SAPS – SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

APS – ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SAS – SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

SVS – SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE

SUPRAC – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

SULIS – SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DA SAÚDE

SUTIS – SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

SUGEPAR – SUBSECRETARIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA

DODF – DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

PLANEJASUS – SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

FEPECS – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

OE – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

SIS – SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

RAE – REUNIÕES DE ANÁLISES ESTRATÉGICA

GT – GRUPO DE TRABALHO

UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

NEPS – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

CGSPA – COORDENAÇÃO GERAL DE SAÚDE DO PARANOÁ

ESCS – ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIA DA SAÚDE

ETESB – ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA

CODEP – COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

GES – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

DIPDEMA – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO E DOS PROFISSIONAIS

PPA – PLANO PLURIANUAL

GAPE – GERÊNCIA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

PAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

TJDFT – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

## SEÇÃO I

### INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Secretária de Saúde do Distrito Federal – SES/DF durante o exercício de 2013, referentes aos recursos recebidos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF com fundamento no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

O documento foi elaborado de acordo com determinação do Tribunal de Contas da União – TCU e atende a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 132, de 02 de outubro de 2013, Decisão Normativa TCU nº 133, de 27 de novembro de 2013 e Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013. Dessa forma, o presente relatório está estruturado em quatro seções: I – Introdução; II – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; III – Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões.

Salientamos que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal recebe os recursos provenientes do FCDF por meio de repasses realizados mensalmente pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, os quais são integralmente aplicados na complementação do pagamento de pessoal, visando promover a assistência à saúde pública do Distrito Federal.

Em razão da aplicação específica dos recursos do FCDF apresentaremos, no Relatório de Gestão, informações que tratam apenas sobre recursos para pagamento de pessoal. Assim, não serão apresentados os itens 6, 7, 8, 9, 11 e 12 da Parte A, do Anexo II da TCU N 127, de 15 de maio de 2013.

A principal dificuldade encontrada reside na inexistência de um planejamento específico para os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, uma vez que o mencionado fundo não consta no Plano Plurianual do DF. Dessa forma, utilizou-se a metodologia de analisar o planejamento da SES/DF e estabelecer uma relação proporcional entre os resultados obtidos e os recursos repassados.

Encontramos ainda dificuldades decorrentes da escassez crônica de recursos humanos em virtude da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e da obsolescência dos sistemas de informação.

A seguir estão indicados os subitens requeridos pela Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15/05/2013 que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa:

A.5.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada
Justificativa: Lentidão na extração dos dados do SIGRH, bem como geração de dados inconsistentes e o curto prazo para o encaminhamento das informações coincidindo com a época de fechamento da folha de pagamento de pessoal, envio de RAIS – relação Anual de informações sociais e DIRF – Declaração de Imposto de Renda retido na fonte.	

A.5.1.5.1 A.5.1.5.2	e	Atos Sujeitos ao Registro e à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC
------------------------	---	---

Justificativa: A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal não utiliza o Sistema de Avaliação e Registro de Atos e Concessões - SISAC. O cadastramento dos atos de pessoal da SES/DF é realizado por meio do Sistema de Registro, Admissões e Concessões (SIRAC).

5.1.5.3	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC
---------	---

Justificativa: Não se aplica a SES/DF, uma vez que essa Secretaria se submete a fiscalização do TCDF.

5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
---------	---

Justificativa: Não se aplica a SES/DF, uma vez que essa Secretaria se submete a fiscalização do TCDF.

5.2.6.	Composição do Quadro de Estagiários
--------	-------------------------------------

Justificativa: Não se aplica a SES/DF, uma vez que a Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP centraliza as contratações de agentes de integração para a seleção de estagiários.

9.1.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
-------	--

Justificativa: Não se aplica a SES/DF, uma vez que essa Secretaria se submete a fiscalização do TCDF.

9.2.1	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos
-------	---

Justificativa: Não se aplica a SES/DF, uma vez que essa Secretaria se submete a fiscalização do TCDF.



## SEÇÃO II

### PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

#### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

##### 1.1.1. Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO 01 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda			<b>Código SIORG:</b> 001929
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Fundo Constitucional do Distrito Federal			
<b>Denominação Abreviada:</b> FCDF			
<b>Código SIORG:</b> 001929	<b>Código LOA:</b> 73.901	<b>Código SIAFI:</b> 170.392	
<b>Natureza Jurídica:</b> FUNDO		<b>CNPJ:</b> 05.448.380/0001-45	
<b>Principal Atividade:</b> Segurança Pública, Saúde e Educação			<b>Código CNAE:</b>
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 3312-5914		
<b>Endereço Eletrônico:</b> geaha@fazenda.df.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.fazenda.df.gov.br">http://www.fazenda.df.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar, Brasília – Distrito Federal – CEP: 70.075-900			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas</b>			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	05.448.380/0001-45	170.392	001929
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído por meio da lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2002, em atendimento às disposições contidas no artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal.			
Lei Nº 8080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre organização e funcionamento do Sistema único de Saúde.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto Nº 34.155, de 21 de Fevereiro de 2013. Altera, sem aumento de despesa, a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, e dá outras providências.			
Decreto Nº 21.477, de 31 de Agosto de 2000, alterado pelo Decreto Nº 22.129, de 30 de Abril de 2001. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Saúde do DF.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 34.213, de 14 de Março de 2013. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do DF.			
Relatório Anual de Atividades – 2013 – SUPRAC/SES.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

### SEÇÃO III

#### DESENVOLVIMENTO

#### 1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal é o órgão do Poder Executivo do Distrito Federal, responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde. É função da Secretaria de Saúde dispor de condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal.

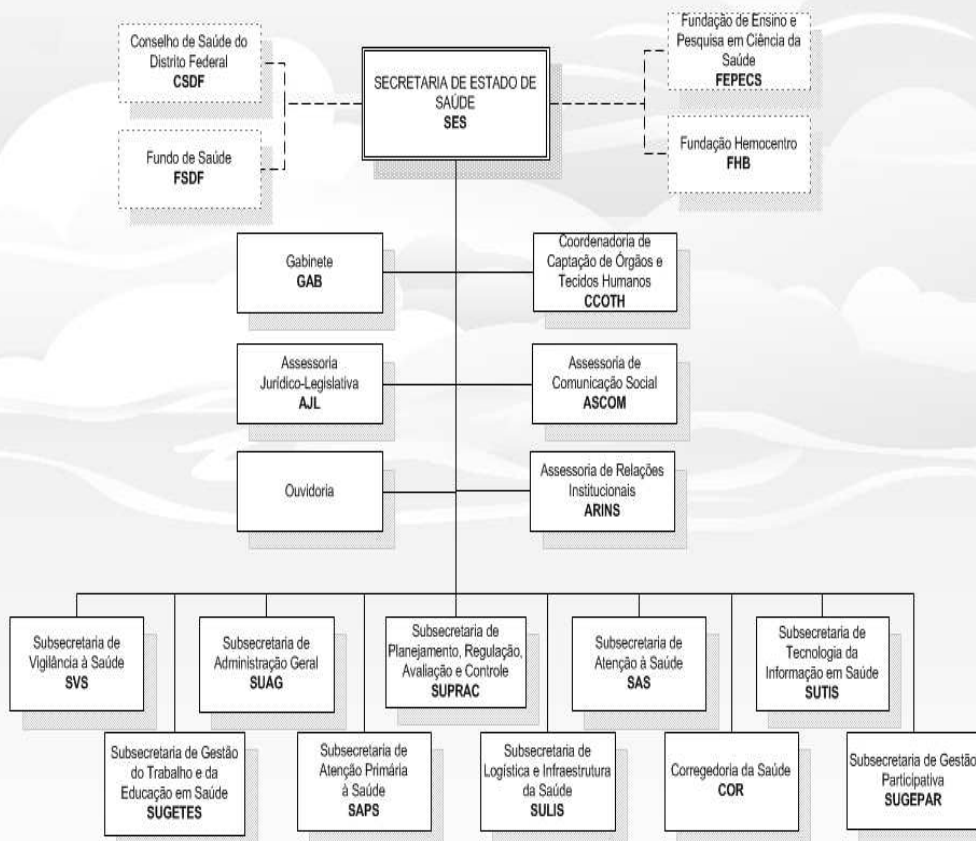
Dentre as finalidades do Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 10.633 de 27 de dezembro de 2002, encontra-se a necessidade de prover assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde, conforme inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

Em cumprimento a referida disposição legal, os recursos provenientes do Fundo Constitucional do DF são encaminhados pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal à Secretaria de Estado de Saúde a razão de duodécimos exclusivamente para pagamento de pessoal.

#### 1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

## GDF – Secretaria de Saúde

Organograma Institucional



A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) é um órgão de direção superior, cuja estrutura foi aprovada pelo Decreto nº 22.129, de 30/04/2001, sendo reestruturada pelo Decreto nº 34.155 de 21/02/2013 e Regimento Interno publicado por meio do Decreto nº 34.213 de 14/03/2013. Está diretamente subordinada ao Governador do DF e exerce suas atribuições com as seguintes Unidades Administrativas e competências:

A Subsecretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde – SUGETES tem como missão definir e adequar às políticas, o planejamento, a execução e o controle das atividades relacionadas à gestão de pessoas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, valorizando os talentos individuais dos servidores, por meio de uma política de educação e implementando medidas de aprimoramento dos servidores.

A Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS foi criada por meio do decreto nº 32.104, de 24 de agosto de 2010, publicado no do DF nº 164 de 25/08/2010, marcando o início do processo de fortalecimento institucional e político da Atenção Primária de Saúde (APS). Sua missão é garantir à

população do Distrito Federal a promoção e recuperação da saúde do cidadão, com ações voltadas para a Atenção Primária a Saúde com base nos princípios do SUS.

A Subsecretaria de Atenção à Saúde – SAS adéqua, normatiza, planeja e coordena as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população do Distrito Federal, especificamente nos níveis de média e alta complexidade, de acordo com os princípios e diretrizes preconizadas pelo SUS. Coordena, implementa e supervisiona a Política de Assistência Farmacêutica, Assistência Social, de Enfermagem, Saúde Bucal, Saúde Mental, Alimentação e Nutrição. Ainda gerencia os processos de Higienização, Lavanderia e manejo de Resíduos dos Serviços de Saúde, Urgência e Emergência, os Componentes Especializados, no âmbito do Distrito Federal.

A Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS desenvolve ações de vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária, em saúde do trabalhador e de coordenar o Laboratório Central de Saúde Pública para a população do DF. A SVS tem entre seus objetivos detectar ou prevenir qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens.

A Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle – SUPRAC formula, coordena e difunde políticas, diretrizes e ações relacionadas à gestão estratégica, ao planejamento, à regulação, à avaliação, ao controle e à inovação da gestão pública, orientados para resultados, no âmbito da Secretaria. Tem ainda o papel de definir, propor, desenvolver e apoiar ações de qualidade e produtividade para melhorias do desempenho das unidades da Secretaria no cumprimento das metas, políticas governamentais e satisfação do atendimento aos usuários do SUS.

A Subsecretaria de Logística e Infraestrutura da Saúde – SULIS planeja, define, implanta, implementa, coordena, monitora, supervisiona e avalia as obras, reformas e os serviços de infraestrutura predial, de equipamentos de infraestrutura hospitalar, de equipamentos médico-hospitalares, de serviços gerais, de transporte interno automotivo, de conservação, de vigilância e manutenção de próprios utilizados pela Secretaria. Além disso, supervisiona, coordena e avalia a execução de contratos firmados pela Secretaria e prestadores de serviços na sua área de atuação.

A Subsecretaria de Administração Geral - SUAG dirige, coordena, controla e subsidia os órgãos centrais na execução setorial das atividades de orçamento e finanças, administração de material de almoxarifado, patrimônio, compras e serviços, contratos e convênios e comunicação administrativa; formula e propõe políticas, diretrizes e normas relativas aos processos de aquisição de bens e serviços, sistema de registro de preços, controle de qualidade e pesquisa de mercado.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação em Saúde - SUTIS desenvolve e aplica soluções baseadas em Tecnologias da Informação, com o objetivo de promover a modernização, automatização e racionalização dos processos finalísticos e fluxos de trabalho da SES – DF.

A Subsecretaria de Gestão Participativa – SUGEPAR propõe, coordena e apoia a implementação da Política Nacional de Gestão Participativa em Saúde; cria e implementa mecanismos de apoio ao processo de organização e funcionamento do controle social do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal; fomenta a participação de trabalhadores e usuários na tomada de decisões na gestão do Sistema Único de Saúde.

O Fundo de Saúde do Distrito Federal é um instrumento de administração e suporte financeiro para as ações do Sistema Único de Saúde – SUS/DF, coordenadas ou executadas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sua vinculação à Secretaria de Saúde é estabelecida pelo parágrafo IV, artigo 151, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como supervisionado diretamente pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal.

A Corregedoria da Saúde combate as irregularidades na esfera administrativa promovendo a defesa do patrimônio público e a prestação do serviço de saúde digno à população no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Sua competência abrange a prevenção de falhas e orientação das unidades de saúde no âmbito da SES/DF; o controle e a correta aplicação dos recursos públicos; determinações de auditoria e de correções em matéria de controle interno, bem como a coibição e a punição dos desvios de conduta funcional em defesa dos interesses do patrimônio público.

A Ouvidoria da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal é uma Unidade de natureza mediadora, conciliadora, consultiva e que tem por finalidade aprimorar os canais de comunicação da Secretaria de Estado de Saúde com o usuário do Sistema Único de Saúde, visando o aperfeiçoamento da qualidade e da eficácia dos serviços prestados ao cidadão efetivando o controle social.

## **PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

### **2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

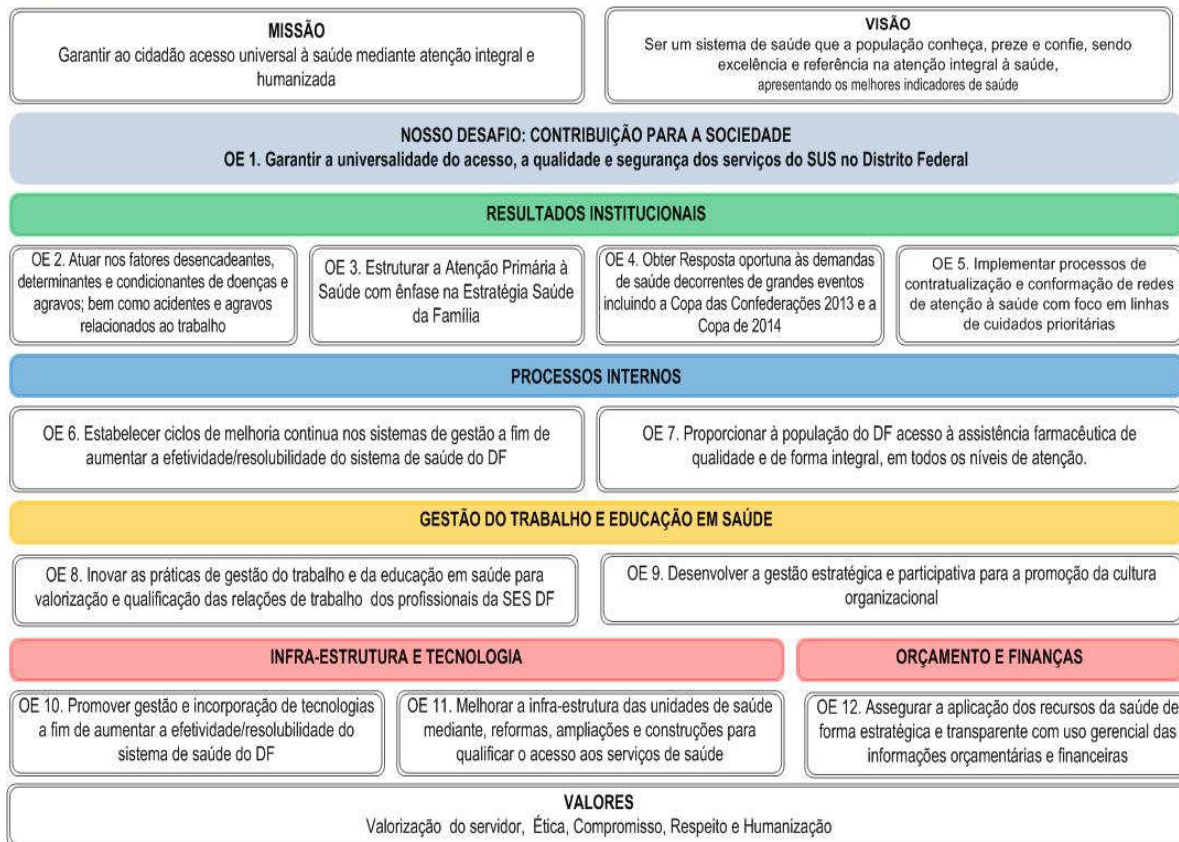
Entre as ações relevantes desenvolvidas pela Diretoria de Planejamento e Programação em Saúde no ano de 2013, destacam-se: a coordenação do planejamento em saúde na SES-DF com a continuidade do processo de implantação da Gestão Estratégica da SES DF; atualização do PDR, com a elaboração do Mapa da Saúde do DF em consonância com o Decreto nº 7.508/2011; participação na elaboração do Caderno de Sugestões de Emendas Parlamentares 2014 para a celebração de investimentos em saúde; coordenação do processo para a elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2014; finalização da implantação do SISPPi na SES-DF; apoio à elaboração de projetos para captação de recursos do QUALISUS RIDE/Ministério da Saúde, em parceria com o Escritório de Projetos Estratégicos; cadastramento de ações orçamentárias no SAG/SIGGO; alimentação do SIOPS; a integração entre os diversos instrumentos de planejamento da SES DF – Plano Plurianual, Plano de Saúde e Planejamento Estratégico; Coordenação do Prêmio – Reconhece SES 2013, implementação da gestão de custos em hospitais da rede da SES DF, além da participação em diversos trabalhos desenvolvidos por outras subsecretarias e diretorias, no âmbito de atuação da SES DF.

A Gestão Estratégica na SES/DF teve seu processo de inauguração implantado pela Portaria de nº 142, de 17/07/12. Esse projeto tem como foco o estabelecimento de uma nova cultura estratégica, envolvendo servidores de vários níveis: administração central, coordenações gerais de saúde e unidades de referência distrital, contribuindo para mudanças organizacionais.

De acordo com os resultados do diagnóstico estratégico e com a vivência adquirida na experimentação das teorias mais conceituadas, decidiu-se pela adoção da metodologia de gestão Balanced Scorecard – BSC considerando os ajustes necessários para serem aplicados ao setor público. Definida esta metodologia foi desenhado o mapa estratégico, demonstrado abaixo:



## MAPA ESTRATÉGICO SES/DF 2012-2015



No intuito de disseminar a cultura estratégica, promover o comprometimento dos servidores e otimizar o processo de comunicação, foi publicada a Portaria nº 215, de 09 de outubro de 2012, que instituiu a Comissão de Gestão Estratégica e os seus representantes. Esta medida trouxe enorme contribuição para o projeto, uma vez que proporcionou a compreensão dos objetivos estratégicos pelos seus integrantes e a tradução da missão e visão. Estes integrantes tornaram-se multiplicadores da estratégia em toda a SES/DF, com o objetivo de dar forma a um movimento contínuo, dinâmico e duradouro.

### 2.1.1. Ações realizadas em 2013:

- *Consolidação da Reunião de Análise Estratégica 2012 – produto: Relatório RAE 2012;*
- *Apresentação do Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico - GEPLANES para SUPRAC;*
- *Implantação do GEPLANES em parceria com a SEPLAN/SUMOG/DF por meio da Portaria nº. 56-SEPLAN, de 06 de março de 2013, publicada no DODF nº. 49, p. 45, de 08 de março de 2013;*
- *Publicação da portaria 141 de 06/06/2013 – representantes da Comissão de Gestão Estratégica 2013 – DODF nº117, seção II, pág. 50 e 51, de 10/06/2013;*
- *Realizada a 7ª Reunião da Comissão de Gestão Estratégica – CGE com o objetivo de disseminar os resultados alcançados no Projeto de Implantação da Gestão Estratégica e preparar os agentes de planejamento para a qualificação das informações inseridas no software GEPLANES;*

- *Oficina de pactuação de indicadores - duração 3 dias manhãs com participação de 66% das áreas da SES;*
- *Elaboração do documento dos indicadores sentinelas pactuados;*
- *Elaboração de Projeto para FEPECS para a realização de treinamento do GEPLANES;*
- *Elaboração do Plano de Comunicação estrito ao Projeto de Implantação da Gestão Estratégica;*
- *71 agentes de planejamento capacitados para a utilização da ferramenta GEPLANES;*
- *Relatório Treinamento Geplanes para a FEPECS;*
- *Elaboração do projeto de Implementação da Gestão Estratégica na SES;*
- *Realização de 6 encontros “Petit Comitê” dos indicadores sentinelas pactuados com ressalvas;*
- *Em elaboração o Plano de Monitoramento e Controle das Iniciativas Estratégicas da SES-DF;*
- *Realização de 5 mini-treinamentos na ferramenta do Sistema GEPLANES;*
- *Realizada a Oficina de Trabalho “Gestão Estratégica na SES/DF: Qualificação das Informações no Geplanes com Foco no Monitoramento”, nos dias 01 e 02 de outubro de 2013;*
- *Inscrito projeto da Implantação da Gestão Estratégica na SES DF no INOVA SUS-DF*
- *Realização de 5 Reuniões da Comissão de Gestão Estratégica: Total: participação de 63% das áreas da SES;*
- *Realizado 3 grandes oficinas: Pactuação de Indicadores, Qualificação das Informações no Geplanes com Foco no Monitoramento” e “Balanço de ações 2013 da SES DF”, com a participação de 81% das áreas da SES DF.*

## **2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

A Portaria SES nº 142, de 17 de julho de 2012, instituiu o processo de Gestão Estratégica e, em seu escopo, a Comissão de Gestão Estratégica, composta por servidores de todas as áreas técnicas e Regiões de Saúde e responsável pela coordenação da elaboração do Plano e seu monitoramento. A primeira missão dessa Comissão consistiu no detalhamento dos Objetivos Estratégicos (OE), na consolidação das atividades desenvolvidas por todas as unidades da SES sob cada um dos OE e na identificação de indicadores para seu acompanhamento. Os OE foram então definidos como apresentado a seguir.

### **A. PERSPECTIVA: CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIEDADE**

**OE 1 - Garantir a universalidade do acesso, a qualidade, eficiência e segurança dos serviços do SUS no DF.**

A necessária reconstrução do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal fundamenta-se na ampliação do acesso, na melhoria da qualidade e da eficiência do sistema, como também na promoção da equidade das ações e serviços de saúde, na integralidade da atenção e na continuidade do cuidado. Este objetivo deriva diretamente da “Visão” da SES DF e para que seja alcançado é necessário o sucesso nos demais.

### **B. PERSPECTIVA: RESULTADOS INSTITUCIONAIS**

**OE 2- Reduzir as doenças e agravos à saúde por meio de ações de prevenção, contribuindo para a elevação da qualidade de vida e promoção à saúde.**

No âmbito das políticas setoriais, a vigilância em saúde no Distrito Federal tem seu escopo voltado para atividades preventivas, promocionais e de controle de doenças. Envolve um conjunto de ações e serviços que visam a monitorar a situação de saúde da população do DF e seus determinantes; recomendar ou promover medidas oportunas de prevenção e controle dos agravos, inclusive decorrentes do processo de trabalho, e do controle dos fatores de riscos ambientais; e ainda, da prestação de serviços e da produção e circulação de bens definidos como de interesse sanitário. Essas ações contribuem também para subsidiar a formulação das políticas públicas e a gestão do Sistema Único de Saúde e para aumentar o nível de conhecimento da população, objetivando a melhoria da sua qualidade de vida.

**OE 3- Estruturação do atendimento em atenção primária à saúde com ênfase na ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA.**

A reorganização da Atenção Primária é considerada eixo estruturante das redes integradas de atenção à saúde no Distrito Federal, colaborando com a reversão do modelo de atenção à saúde prestada pelo SUS no DF. Uma das principais propostas para o período é o fortalecimento e a qualificação das unidades e das equipes de atenção primária à saúde, para que possam atuar como porta de entrada efetiva no sistema de saúde, dotando-as ainda de instrumentos e métodos adequados para o encaminhamento dos pacientes aos demais níveis de atenção, em conformidade com as diretrizes de conformação das Redes de Atenção. Para que isso seja viável, faz-se necessária a reestruturação das unidades existentes, expansão de serviços e mudança na lógica de trabalho no setor. Nesse sentido, propõe-se a ampliação gradual da Saúde da Família. Programas de qualificação de servidores e de unidades de atenção primária, bem como sua multiplicação, serão implementados, com vistas à melhoria de qualidade e de cobertura dos serviços, em especial no que se às redes materno infantil, saúde mental e urgência e emergência.

**OE 4- Obter reconhecimento da sociedade pela resposta oportuna às demandas de saúde decorrentes de grandes eventos incluindo a Copa das Confederações 2013 e a Copa de 2014.**

O Brasil espera receber 500 mil turistas estrangeiros para a Copa do Mundo de 2014 e movimentar milhões de brasileiros pelas 12 cidades-sede do torneio. Como uma das sedes, o Distrito Federal deverá estar pronto para lidar com desafios tais como (i) visitantes de países e estados portadores de doenças não endêmicas no DF, que podem ocasionar introdução ou reintrodução de doenças transmissíveis; (ii) vigilância da água, alimentação e destino de resíduos sólidos, entre outros, para evitar surtos; (iii) disponibilização de serviços de saúde, em quantidade e qualidade adequada, para atendimento a atletas, espectadores e visitantes, durante os jogos e no decorrer de todo o período, contemplando atenção primária, recursos diagnósticos, atenção especializada e, principalmente, urgências e emergências, aí incluído o transporte em ambulâncias e helicópteros para unidades de referência. Na preparação para o evento, será necessário o reforço estrutural substantivo de áreas críticas, como urgência e emergência e terapia intensiva.

**OE 5- Implementar processos de contratualização e conformação de redes de atenção à saúde com foco em linhas de cuidado prioritárias.**



A lógica das redes de atenção pressupõe a inversão do modelo assistencial atualmente adotado no DF, passando de um modelo centrado no hospital com foco nas urgências, para um modelo centrado em linhas de cuidados ordenados por uma atenção primária ampla, integrada com a atenção especializada, e resolutiva. Essa estratégia incorpora os conceitos de Redes Integradas de Atenção à Saúde propostos pelo Ministério da Saúde, tendo como premissas “a centralidade no usuário; integração produtiva e continuidade do cuidado; reconhecimento da interdependência; construção de objetivos comuns e racionalidade sistêmica; compartilhamento decisório, responsabilização e institucionalidade; e, democratização e transparência”. Para garantir a participação e compromisso dos gerentes de serviços e técnicos, serão celebrados termos de compromisso com cada unidade de saúde envolvida, em que estarão explicitados, entre outros itens, os procedimentos a serem nela realizados e seu quantitativo – contratualização interna. Será priorizada, no período, a conformação das redes materno-infantil (Rede Cegonha), urgência e emergência e saúde mental e adequação da atenção à pessoas com deficiência.

**OE 6 - Estabelecer ciclos de melhoria contínua nos sistemas de gestão a fim de aumentar a efetividade/resolubilidade do Sistema de Saúde do DF.**

A reconstrução do SUS DF, como proposto, depende, em grande parte, da análise e revisão dos processos de trabalho, em particular os relacionados ao gerenciamento do sistema de saúde. A modernização dos processos gerenciais, com melhor aproveitamento dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis, traz a possibilidade de reorganizar e ampliar a oferta de serviços, beneficiando principalmente a população usuária. Propõe-se assim, até 2015, a revisão dos fluxos, rotinas, metodologias e instrumentos de trabalho, incluindo reengenharia de processos, modelagem organizacional e apoio à administração hospitalar, bem como a retomada e a valorização do planejamento, da avaliação sistemática e do controle das ações e serviços, realizados pela rede própria e contratada. Ênfase será dada à capacitação continuada dos profissionais envolvidos com as atividades de planejamento e gestão. A informatização completa da rede configura-se como uma das principais estratégias operacionais para o aperfeiçoamento da gestão do sistema de saúde. Para tanto, além da reestruturação na infraestrutura de informática, faz-se relevante a ampliação, integração efetiva e aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS) na plataforma Web, solução de escolha em tecnologia da informação, no âmbito da SES. Tal proposta inclui planejamento, análise, customização, operação assistida e manutenção dos aplicativos em todos os estabelecimentos da rede, bem como desenvolvimento de módulos de acompanhamento a serem utilizados na administração central da SES.

**C. PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS**

**OE 7- Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade e de forma integral, em todos os níveis de atenção.**

O medicamento é um insumo estratégico de suporte às ações de saúde, cuja falta ou má distribuição e utilização pode afetar a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços e do sistema de saúde como um todo. A aquisição de medicamentos é uma das principais atividades da Gestão da Assistência Farmacêutica e deve estar estreitamente vinculada às ofertas de serviços e à cobertura assistencial dos programas de saúde. Uma boa gestão dessa área deve considerar primeiro o que comprar (seleção); quando e quanto comprar (programação); e como comprar; a recepção e cadastramento desses insumos, seu armazenamento, distribuição e, finalmente, dispensação. O monitoramento e a avaliação desses processos são fundamentais para aprimorar a gestão e intervir nos problemas relacionados ao abastecimento. O uso racional e a ampliação do acesso a medicamentos serão alvos de priorização na reestruturação da Assistência Farmacêutica. Para alcançar esse objetivo, fazem-se necessárias ações para estruturação da Central de Abastecimento

Farmacêutico, de áreas para a manipulação de medicamentos e nutrição parenteral, de farmácias apropriadas à prestação dos serviços, incluindo o acompanhamento fármaco-terapêutico em todos os níveis de atenção e a implantação de sistema de doses individualizadas nos hospitais.

***D. PERSPECTIVA: GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE (PESSOAS)***

**OE 8 - Inovar as práticas de gestão do trabalho e da educação em saúde para valorização e qualificação das relações de trabalho dos profissionais da SES DF.**

A Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde é a área responsável pela excelência nas relações de trabalho e pela formação e desenvolvimento permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde. Para o alcance dos dois objetivos propostos para a área, torna-se imperioso o desenvolvimento de uma política de gestão do trabalho e educação em saúde, o que implica a implementação de um conjunto de ações como a revisão do plano de carreira, cargos e remuneração; produção do conhecimento na área de gestão do trabalho e educação na Saúde; implantação de um programa de segurança e saúde no trabalho, aquisição de sistema de gestão da informação integrada e eficaz; fortalecimento da mesa de negociação permanente da SES; remuneração compatível com a função e com os valores de mercado.

**OE 9 - Desenvolver a gestão estratégica e participativa para a promoção da cultura organizacional e a ressignificação do SUS no DF.**

Este objetivo está voltado para a adoção de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e gradativo dos servidores na tomada de decisão. O principal desafio é o de promover o desenvolvimento contínuo dos servidores da SES/DF baseados na gestão democrática por competências e alinhado à concretização da missão, visão e planejamento estratégico, com base nas diretrizes nacionais do SUS. O resultado é capacitação em planejamento, gestão, valorização e melhoria do clima organizacional.

***E. PERSPECTIVA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIAS***

**OE 10- Promover a gestão e incorporação das tecnologias em saúde a fim de aumentar a efetividade/resolubilidade do Sistema de Saúde do DF.**

Uma questão essencial para a efetiva estruturação da rede de saúde do DF é a implementação de uma política efetiva de gestão de tecnologias em saúde. O parque tecnológico em saúde representa um relevante componente que interfere diretamente no custo e na qualidade dos serviços prestados para a população. Os constantes progressos no desenvolvimento de novos equipamentos e medicamentos exigem práticas sistemáticas de avaliação de incorporação de tecnologias na SES/DF. Isso implica a institucionalização dessas práticas, com desenvolvimento de um sistema de informações que permita emitir relatórios gerenciais, definição de critérios de priorização para a compra de equipamentos para toda a rede, acompanhamento de custos, desenvolvimento de processos adequados para manutenção preventiva e de assistência técnica de equipamentos, e, conseqüentemente a melhoria dos resultados assistenciais, a satisfação dos usuários do SUS e também dos profissionais de saúde.

**OE 11- Melhorar a infra-estrutura das Unidades de Saúde mediante reformas, ampliações e construções para qualificar o acesso aos serviços de saúde.**

O Distrito Federal possui uma rede heterogênea em termos de complexidade e desempenha papel de referência de atenção primária e especializada não apenas para a sua região de abrangência, mas, sobretudo para a população de outras regionais de saúde e estados vizinhos – principalmente Goiás, Minas Gerais e Bahia. Para garantir a ampliação do acesso, medidas são necessárias no que se refere à manutenção das unidades de saúde existentes, implantação de novos serviços, adequação tecnológica, construção de novas unidades hospitalares, investimento em estruturas físicas, além do custeio de novos serviços de média e alta complexidade no DF. Grande parte da estrutura dos serviços de saúde do Distrito Federal apresenta problemas relacionados à estrutura e manutenção predial. Várias são as necessidades de obras, reformas e ampliações de unidades de saúde. Cabe ressaltar que os investimentos propostos para o período passarão por amplo processo de discussão política e avaliações quanto a viabilidade técnica e econômica-financeira, lembrando que os investimentos de menor porte serão realizados conforme identificação de necessidade das unidades de saúde e outros projetos específicos, além de celebração de convênios com o Ministério da Saúde para o mesmo fim.

#### **F. PERSPECTIVA: ORÇAMENTO E FINANÇAS**

##### **OE 12- Assegurar a aplicação dos recursos da saúde de forma estratégica e transparente com uso gerencial das informações orçamentárias e financeiras.**

O volume de recursos próprios aplicado pelo GDF, associado ao das transferências federais – Ministério da Saúde e Fundo Constitucional –, permite um gasto anual per capita com saúde que se inclui sistematicamente, há anos, entre os cinco maiores da Federação. Da mesma forma, no entanto, é provável que o custo da saúde do DF, atualmente não detalhado por unidades e atividades, seja também um dos mais altos. A implementação de metodologia para apuração de custos assistenciais terá, assim, destaque no período. Calcular os custos detalhados dos serviços prestados; subsidiar a tomada de decisão, a definição orçamentária, a política de investimentos e o planejamento das atividades operacionais; possibilitar a troca de informações e a comparação de resultados entre estabelecimentos componentes da rede; facilitar a identificação de atividades ineficientes na aplicação de recursos e/ou na prática organizacional; e, realizar prestação de contas, visando à transparência ao controle social são as principais finalidades dessa proposta.

Considerando que os recursos do Fundo Constitucional do DF na área da saúde se destinam para o custeio de recursos humanos, referem-se mais especificamente nos objetivos OE 8 - Inovar as práticas de gestão do trabalho e da educação em saúde para valorização dos profissionais da SES DF, OE 9- Desenvolver a gestão estratégica de pessoas para mudança da cultura organizacional, e OE 12- Assegurar a aplicação dos recursos da saúde de forma estratégica e transparente com uso gerencial das informações orçamentárias e financeiras.

### **2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES**

Em relação à contratação de novos servidores, houve um esforço em nomear servidores de diversas áreas no intuito de aprimorar e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela SES. No ano de 2013, foram nomeados 5.883 servidores efetivos de diversas categorias e foram convocados 653 profissionais temporários, totalizando 6.536 profissionais.

<b>TABELA 01: SERVIDORES EFETIVOS NOMEADOS NO ANO DE 2013</b>	
ADMINISTRADOR	136

AOSD - PAT. CLINICA	165
ASSISTENTE SOCIAL	20
ENFERMEIRO	587
ENFERMEIRO DO TRABALHO	5
ESPECIALISTA EM PERFUSÃO - TEMPORÁRIO	2
FARMACEUTICO BIOQ. FARMACIA	122
FISIOTERAPEUTA	317
FONOAUDIOLOGO	52
MÉDICO - ACUPUNTURA	23
MÉDICO - ALERGIA E IMUNOLOGIA	2
MÉDICO - ANATOMIA PATOLÓGICA	30
MÉDICO - ANESTESIOLOGIA	86
MÉDICO - BRONCOESOFAGOLOGIA	4
MÉDICO - CIRURGIA PEDIÁTRICA	3
MÉDICO - CIRURGIA PLÁSTICA	35
MÉDICO - CIRURGIA TORÁXICA	8
MÉDICO - CIRURGIA VASCULAR	39
MÉDICO - CLÍNICA MÉDICA	819
MÉDICO - ENDOCRINOLOGIA	33
MÉDICO - FAMÍLIA E COMUNIDADE	5
MÉDICO - GENÉTICA MÉDICA	5
MÉDICO - GERIATRIA	9
MÉDICO - GINECO.E OBSTETRICIA	15
MÉDICO - HEMATOLOGIA	15
MÉDICO - HOMEOPATIA	10
MÉDICO - MEDICINA INTENSIVA	68
MÉDICO - NEONATOLOGIA	52
MÉDICO - NEUROCIRURGIA	1
MÉDICO - NEUROLOGIA	4
MÉDICO - ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	67
MÉDICO - PEDIATRIA	83
MÉDICO - PSIQUIATRIA	58
MÉDICO - RADIOLOGISTA	10
MÉDICO - RADIOTERAPIA	1
MÉDICO DO TRABALHO	26
MÉDICO-CIR.CABECA E PESCOCO	7
MÉDICO-INFECTOLOGISTA	15
MÉDICO-NEUROLOGIA PEDIÁTRICA	7
MOTORISTA	3
NUTRICIONISTA	56
PSICÓLOGO	92
TÉC. PATOLOGIA CLÍNICA	77

TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1291
TÉCNICO EM ANATOMIA PATOLÓGICA - TEMPORÁRIO	1
TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	89
TÉCNICO ENFERMAGEM	1039
TÉCNICO LAB. PAT. CLINICA	50
TÉCNICO NUTRIÇÃO	73
TÉCNICO. LAB. HEMAT. E HEMOT.	166
TOTAL	5883

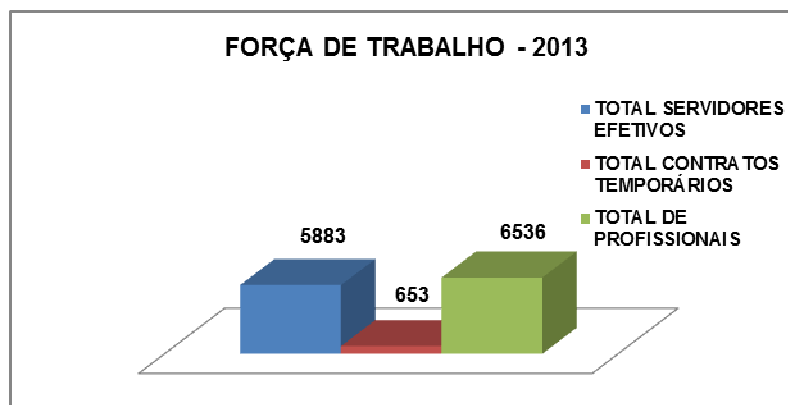
Fonte: GEPSP/DIPDEMA/SUGETES/SES/DF.

<b>TABELA 02: CONTRATOS TEMPORÁRIOS CONVOCADOS NO ANO DE 2013</b>	
MÉDICO - ANESTESIOLOGIA	51
MÉDICO - CANCEROLOGIA	10
MÉDICO - CARDIOLOGIA	34
MÉDICO - CIRURGIA GERAL	133
MÉDICO - INTENSIVA ADULTO	61
MÉDICO - INTENSIVA PEDIATRICA	18
MÉDICO - NEONATOLOGIA	36
MÉDICO - NEUROLOGIA	17
MÉDICO - PEDIATRIA	167
MÉDICO - PSIQUIATRIA	35
TÉCNICO ESP. PERFUSÃO	2
TÉCNICA LAB. ANATOMIA PATOLÓGICA	2
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	87
TOTAL	<b>653</b>

TOTAL SERVIDORES EFETIVOS	5883
TOTAL CONTRATOS TEMPORÁRIOS	653
TOTAL GERAL	6536

Fonte: GEPSP/DIPDEMA/SUGETES/SES/DF.

GRÁFICO 01 – FORÇA DE TRABALHO



Fonte: GEPSP/DIPDEMA/SUGETES/SES/DF

### **Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviço**

Foi efetivada a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Recepção, no âmbito das Unidades de Saúde da SES, num total de 519 empregados, para a execução dos serviços, de acordo com as condições especificadas em contrato.

O objetivo da contratação foi atender a crescente demanda de prestação de serviços de natureza frequente e, prover à SES, com contratação de empresa especializada, mão de obra para realizar atribuições de recepcionista, a fim de melhorar o desempenho e garantir a continuidade das atividades da instituição.

O objeto contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente, encontrados no mercado. A contratação desse serviço permitirá ampliar o atendimento ao público interno e externo, reforçando o aspecto relevante da humanização do atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS.

### **Ampliação da carga horária**

Em 2013, diversas categorias de servidor obtiveram ampliação da carga horária de trabalho por ação planejada pela Subsecretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde – SUGETES. O total de concessão de 40 horas para os servidores da SES/DF foi de 1.132. A tabela abaixo discrimina as Coordenações Gerais de Saúde – CGS por lotação dos servidores que obtiveram a concessão das 40 horas, seguida do gráfico ilustrando os dados acima apontados:

TABELA 03: AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Quantitativo de Servidores da SES que tiveram sua carga horária ampliada no 1º Quadrimestre		Quantitativo de Servidores da SES que tiveram sua carga horária ampliada no 2º Quadrimestre		Quantitativo de Servidores da SES que tiveram sua carga horária ampliada no 3º Quadrimestre	
CGS	Quantidade	CGS	Quantidade	CGS	Quantidade
Ceilândia	13	Ceilândia	56	Ceilândia	5
HSVP	2	HSVP	3	Guará	3
Brazlândia	9	Brazlândia	12	Taguatinga	3
Guará	5	Guará	8	Samambaia	4
Taguatinga	8	Taguatinga	23	Gama	7
Samambaia	22	Samambaia	38	ADMC	40
Gama	11	Gama	15	HBDF	87
ADMC	90	ADMC	100	HRAS - HMIB	14
HBDF	10	HBDF	258	Planaltina	5
HRAS - HMIB	11	HRAS - HMIB	26	São Sebastião	3
Planaltina	10	Planaltina	17	Sobradinho	4
São Sebastião	23	São Sebastião	38	Santa Maria	63
Sobradinho	9	Sobradinho	23	Cand. Núcleo Band. Riacho Fundo	2
Santa Maria	2	Santa Maria	37	Recanto das Emas	1
Instituto de Saúde Mental	1	Instituto de Saúde Mental	4	Paranoá	26
FEPECS	0	FEPECS	2	HRAN	25
COMPP	1	COMPP	1	HAB	1
Recanto das Emas	48	Recanto das Emas	4		
Paranoá	7	Paranoá	12		
HRAN	10	HRAN	32		
Cand. Núcleo Band. Riacho Fundo	35	HAB	2		
HAB	1				
<b>Total</b>	<b>328</b>	<b>Total</b>	<b>711</b>	<b>Total</b>	<b>293</b>

Fonte: DIPDEMA/SUGETES/SES/DF.



Fonte: DIPDEMA/SUGETES/SES/DF.

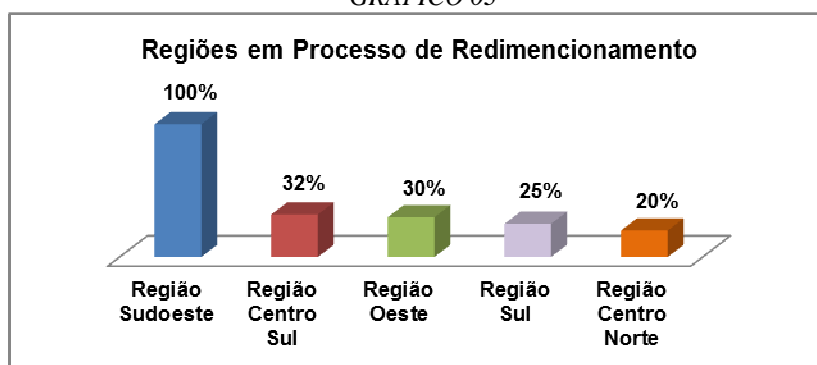
### Redimensionamento da rede:

Tendo em vista a necessidade de quantificar a força de trabalho nas regionais da SES, deu-se continuidade ao processo de redimensionamento de toda região sudoeste (Taguatinga, Recanto das Emas e Samambaia), buscando adequar a força de trabalho à demanda de prestação de serviços. Concluiu-se o processo de toda Região Sudoeste (Taguatinga, Recanto das Emas e Samambaia) e iniciou o redimensionamento da Região Oeste (Ceilândia e Brazlândia), buscando a adequação da força de trabalho/demanda de prestação de serviços.

O processo de redimensionamento foi parcialmente concluído nas seguintes regiões:

- *Região Oeste (30%) – Ceilândia e Brazlândia;*
- *Região Centro Sul (32%) – HMIB, HBDF, Guará, CNBPWRF e ISM;*
- *Região Sul (25%) – Gama e Santa Maria e;*
- *Região Centro Norte (20%) – HRAN, Hospital de Apoio, Hospital da Criança e COMPP.*

GRÁFICO 03



Fonte: DIPDEMA/SUGETES/SES/DF.

## 2.4. INDICADORES



Os recursos do Fundo Constitucional – FC não compõem o PPA e o Orçamento da saúde. No entanto, há no orçamento um programa de trabalho específico para a administração de pessoal – 10.122.6007.8502.0050. As dotações orçamentárias desse programa são utilizadas para complementar a despesa com pessoal, não custeadas integralmente pelo FC.

O programa 6007, onde estão dispostas as dotações orçamentárias para pagamento de pessoal, é um programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Conforme o Art. 3º da Lei 4.742 de 29/12/2012 esse programa é instrumento do Plano que classifica um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos.

Segundo a mesma Lei, o Programa Temático é o instrumento de organização da ação governamental capaz de retratar no Plano a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e a representação dos macrodesafios e objetivos estratégicos do Governo, cuja abrangência organiza a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a regionalização das ações governamentais.

No PPA atual, somente os programas temáticos possuem indicadores. Por isso, as ações contidas no programa 6007, por ser um programa de manutenção, não possui indicadores específicos. Apresentamos à seguir a evolução dos valores do FC aplicados na saúde.

**TABELA 04: FUNDO CONSTITUCIONAL DF x APLICAÇÃO EM SAÚDE**

ANO	FUNDO CONSTITUCIONAL DF	FCDF APLICADO NA SAÚDE	
	Valor	Valor	%
2009	7.005.629.872,00	1.888.321.574,00	26,95
2010	7.034.868.106,00	1.986.286.161,00	28,23
2011	7.941.913.999,00	2.286.477.041,00	28,79
2012	9.968.000.000,00	2.676.317.664,00	26,85
2013	10.694.936.470,00	2.888.680.640,00	27,00

Na avaliação comparativa, observa-se na série histórica que no exercício de 2013 houve um aumento em relação ao exercício anterior.

**TABELA 05: HISTÓRICO DESPESA COM PESSOAL**

Pessoal e outros	Fonte	22010		22011		22012		22013	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Administração de pessoal e Previdência Social	100	5539.952.105	21%	8894.162.074	28%	11.025.135.662	27%	11.313.387.129	31%
	FC	11.986.286.161	79%	22.286.477.041	72%	22.695.222.111	73%	22.888.680.640	69%
<b>Total</b>		<b>22.526.238.266</b>		<b>33.180.639.115</b>		<b>33.701.453.326</b>		<b>44.202.067.769</b>	

Comparando o exercício de 2013 com o exercício anterior, o custeio da despesa de pessoal com recursos oriundos do GDF foi de 4% a mais.

**TABELA 06: CUSTEIO DA DESPESA DE PESSOAL**

Natureza de Despesa	FCDF	GDF	Total
01-Aposentadorias e Reformas	929.242.859,52	-	929.242.859,52
03-Pensões	90.778.517,20	-	90.778.517,20
04-Contrat. por T.Determinado	96.482.355,68	5.204.627,57	101.686.983,25
09-Salário-Família	23,36	-	23,36
11-Vencimentos e Vant.Fixas	1.575.630.877,36	1.015.223.906,15	2.590.854.783,51
13-Obrigações Patronais	29.811.935,66	143.015.210,47	172.827.146,13
16-Outras Despesas Variáveis	90.265.947,04	64.952.839,97	155.218.787,01
92-Despesas de Ex.Anteriores	13.067.695,87	69.093.241,94	82.160.937,81
94-Inden.e Restit.Trabalhistas	63.400.428,31	7.592.733,55	70.993.161,86
96-Ressarc.Desp.Pes. Requisitado	-	8.304.569,05	8.304.569,05
<b>Total</b>	<b>2.888.680.640</b>	<b>1.313.387.129</b>	<b>4.202.067.769</b>
<b>%</b>	<b>69%</b>	<b>31%</b>	<b>100%</b>

Como a contratação de pessoal influencia diretamente no quantitativo de serviços de saúde ofertados à sociedade, apresentamos à seguir alguns dados de produção no ano de 2013.

A partir de dados coletados nas Coordenações Gerais de Saúde e Hospitais são produzidos dados estatísticos para o acompanhamento da oferta e produção de serviços à população do DF e Entorno.

**TABELA 07: RESUMO SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES REALIZADOS  
JANEIRO A OUTUBRO/2013**

Serviços		Quantidade
Consultas	Ambulatório	3.917.743
	Emergência	2.263.837
	<b>Total</b>	<b>6.281.580</b>
Internações		113.607
Altas		110.046
Óbitos (Enfermarias)	- 24 horas	632
	+ 24 horas	2.513
	<b>Total</b>	<b>3.145</b>
Cirurgias	Eletivas	27.732
	Emergenciais	20.361
	<b>Total</b>	<b>46.089</b>
Obstetrícia	Internações	34.431
	Altas	34.342
	Óbitos	19
	<b>Saídas (altas e óbitos)</b>	<b>34.362</b>
Partos	Normal	21.101
	Cirúrgico	13.335
	<b>Total</b>	<b>34.436</b>
Nascimentos	Nativos	34.393
	Natimortos	356
	<b>Total</b>	<b>34.749</b>
Exames Laboratoriais de	Ambulatorial	6.080.972

Patologia Clínica	Emergência	3.685.153	
	Internação	1.787.440	
	<b>Total</b>	<b>11.553.565</b>	
Exames Anátomos Patológicos		163.901	
Necrópsias		392	
Ex. Hematol./Hemoter./Imunológicos		342.283	
Ex. Especiais de Diagnose		355.391	
Imagenologia	Radiodiagnóstico	879.226	
	Radiologia Odontológica	38.430	
	Ultrassonografia	97.182	
	Tomografia Computadorizada	79.041	
	Ressonância Magnética	4.427	
	<b>Total</b>	<b>1.098.306</b>	
<b>Total de Exames</b>		<b>13.513.838</b>	
Anestesias Aplicadas		96.900	
Leitos	Enfermarias	Operacionais	3.155
		Bloqueados	201
		<b>Total</b>	<b>3.356</b>
	Pronto Socorro	Operacionais	697
		Bloqueados	5
		<b>Total</b>	<b>702</b>
	<b>Total</b>	Operacionais	3.852
		Bloqueados	206
		<b>Total</b>	<b>4.058</b>

**Fonte:** Relatórios Estatísticos Mensais das CGS e Hospitais de Referência - Jan a Out/2013  
(Dados monitorados e avaliados pelo NUEST/GEMOAS/DICOAS/SUPRAC).

**TABELA 08: ATENDIMENTOS A PACIENTES RESIDENTES FORA DO DF  
- SEGUNDO O UF DE ORIGEM -  
JAN A OUT/2013**

UF	INTERNAÇÃO	EMERGÊNCIA
Goiás	20.571	298.544
Minas Gerais	1.021	5.409
Bahia	173	1.225
Outros Estados	197	2.769
<b>Total</b>	<b>21.962</b>	<b>307.947</b>

**Fonte:** Relatórios Estatísticos Mensais das CGS e Hospitais de Referência - Jan a Out/2013.  
(Dados monitorados e avaliados pelo NUEST/GEMOAS/DICOAS/SUPRAC).

**GRÁFICO 04: INTERNAÇÃO E EMERGÊNCIA DE PACIENTES RESIDENTES FORA DO DF**

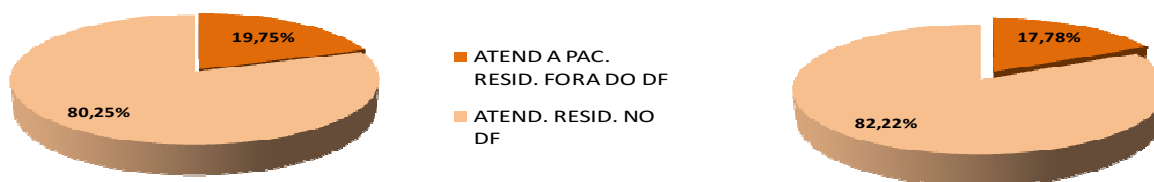


**TABELA 09: PACIENTES DO DF**

UF	INTERNAÇÃO	EMERGÊNCIA
DF	92.969	1.887.532

Fonte: Relatórios Estatísticos Mensais - Jan a Out/2013  
(Dados monitorados e avaliados pela GEMOAS/DICOAS /SUPRAC).

**GRÁFICO 05: COMPARATIVO DE PACIENTES RESIDENTES FORA DO DF E PACIENTES RESIDENTES NO DF**



**PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.**

**3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

Vinculado à estrutura da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal está o Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF que tem competência para aprovar o orçamento da saúde do DF assim como, acompanhar a sua execução orçamentária. Também cabe ao pleno do CSDF a responsabilidade de aprovar a cada quatro anos o Plano de Saúde do DF.

**QUADRO 02 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				<b>X</b>	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				<b>X</b>	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			<b>X</b>		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			<b>X</b>		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				<b>X</b>	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		<b>X</b>			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					<b>X</b>
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					<b>X</b>
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					<b>X</b>
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					<b>X</b>
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					<b>X</b>
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				<b>X</b>	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			<b>X</b>		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			<b>X</b>		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			<b>X</b>		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		<b>X</b>			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					<b>X</b>
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					<b>X</b>
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					<b>X</b>
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					<b>X</b>
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					<b>X</b>
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					<b>X</b>
<b>Informação e Comunicação</b>					
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

FONTE: Corregedoria Geral da Saúde – SES/DF – Memoº 278/2014 – GAB/COR/SES

## PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

### 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Os recursos do Fundo Constitucional são utilizados, na SES, para cobrir parte das despesas com pessoal e encargos sociais. De natureza contábil, sua execução orçamentária e financeira é realizada diretamente pelo Governo Federal. Os repasses do FC são realizados mensalmente diretamente da Conta Única do Tesouro, via Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, para o GDF e por isso não integram o PPA e o orçamento dessa Entidade Política. Como os recursos do FC não são suficientes para custear as despesas com pessoal, o GDF complementa com recursos próprios da Fonte 100/GDF que estão dispostos no programa de trabalho 10.122.6007.8502.0050 e compõe o PPA e o orçamento desse Ente.

### 4.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

#### 4.2.1. Programação de Despesas

QUADRO 03 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		2.888.680.640,00			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)					
Dotação final 2012(B)					
Variação (A/B-1)*100					
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>					
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)					
Dotação final 2012(B)					
Variação (A/B-1)*100					

#### 4.2.2. Movimentação de Crédito Interna

QUADRO 04 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	170392			2.888.680.640,00		
Recebidos	170397			2.888.680.640,00		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Concedidos						
Recebidos						
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

#### 4.2.3. Execução Orçamentária e Financeira

##### 4.2.3.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 4.2.3.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 05 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO  
Valores em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>2.888.680.640,00</b>			
k) Pagamento em Folha	<b>2.888.680.640,00</b>			
l) Diárias				
<b>5. Outros</b>				
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>				



#### 4.2.3.1.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 06 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Unidade Orçamentária:						Código UO:		UGO:	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
01 – Aposentadorias e Reformas	929.244.687,16	803.899.500,69	929.244.687,16	803.899.500,69					
03 - Pensão	90.778.535,20	81.339.113,40	90.778.535,20	81.339.113,40					
04 - Contratação por Tempo Determinado	96.882.527,92	61.369.695,25	96.882.527,92	61.369.695,25					
05- Salário Família Inativo Civil	23,36	238,51	23,36	238,51					
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.575.630.859,37	1.599.885.460,36	1.575.630.859,37	1.599.885.460,36					
13 – Obrigações e Contribuições Patronais	29.900.569,69	16.884.540,78	29.900.569,69	16.884.540,78					
16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	102.290.390,03	77.326.721,12	102.290.390,03	77.326.721,12					
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	552.618,97	7.569.377,79	552.618,97	7.569.377,79					
94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	63.400.428,30	43.071.401,08	63.400.428,30	43.071.401,08					
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

QUADRO 07 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
...				

Fonte: SIAFI

## PARTE A, ITEM 05, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

A gestão com foco em educação e em pessoas tem entre seus objetivos implementar políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências individuais – conhecimentos, habilidades e atitudes, ampliação do nível de escolaridade, profissionalização, valorização e reconhecimento dos servidores, bem como a melhoria da qualidade de vida no trabalho no intuito de comprometê-los aos princípios de um estado ágil, moderno e integrado à sociedade. Nesse passo, a Gerência de Educação está em constante contato com a FEPECS, divulgando cursos, bolsas de estudos e diversas outras atividades.

A abertura das Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), a clínica da família no Recanto das Emas deveu-se, em parte, aos concursos realizados pela SES e de um redimensionamento de pessoal (remoções e permutas). Foram nomeados 2.235 servidores efetivos e 1.583 servidores temporários.

Adotaram-se critérios objetivos para ampliação da carga horária dos servidores da SES: elaboração do impacto financeiro e verificação do aumento da produtividade, entre outros. Esses critérios privilegiaram o interesse da administração. Será proposta, através do grupo de trabalho, minuta de revisão do Decreto de 40 horas, revendo o formulário de concessão e estabelecimento de parâmetros para controlar o desempenho dos servidores beneficiados.

### 5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 08 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DA SES/DF – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no Exercício</b>	<b>Egressos no Exercício</b>
	<b>Autorizada*</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>39300</b>	<b>36592</b>	<b>3522</b>	<b>761</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	39300	36592	3522	761
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	35394	3522	761
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	0	0	0

ANEXO I

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1198		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	não há	906	906	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		473	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>39300</b>	<b>37971</b>	<b>4428</b>

Fonte: SIGRH

\***Lotação Autorizada** por carreira conforme Lei nº 4.541, de 18 de fevereiro de 2011.

### 5.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 09 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2013

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>281</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	180
1.2. Exercício de Função de Confiança	45
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)*	56
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>15</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	6
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	9
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>11</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	11
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>204</b>

5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	115
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	67
5.5. Mandato Classista	22
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>512</b>

Fonte: SIGRH

\*Esclarecemos que, até a data de 31/12/2011, as cessões se davam com fulcro na Lei nº 2.469, de 10/10/1999, no Decreto nº 22.994, de 29/05/2002. A contar de 01/01/2012, as cessões passaram a ser regidas pela Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011.

### 5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 10 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	não há	<b>2326</b>	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	152	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	2174	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	1581	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	53	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	não há	540	0	0
1.2.5. Aposentados	não há	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	não há	<b>9</b>	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	9	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	não há	<b>2335</b>	0	0

Fonte: SIGRH – Dez2013.

### 5.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 11 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>4618</b>	<b>12028</b>	<b>9949</b>	<b>6075</b>	<b>989</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4531	11708	9790	6021	882
1.3. Servidores com Contratos Temporários	87	320	159	54	16
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>331</b>	<b>729</b>	<b>633</b>	<b>414</b>	<b>915</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	7	39	39	55	10
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	324	690	594	359	905
2.3. Funções Gratificadas	0	0	9	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4949</b>	<b>12747</b>	<b>10581</b>	<b>6489</b>	<b>1813</b>

Fonte: SIGRH

### 5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 12 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>474</b>	<b>768</b>	<b>14924</b>	<b>14642</b>	<b>2665</b>	<b>331</b>	<b>80</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	0	474	768	14584	14127	2617	329	79
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	340	515	48	2	1
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>28</b>	<b>669</b>	<b>1261</b>	<b>209</b>	<b>23</b>	<b>7</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	17	104	25	6	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	5	28	643	1157	184	17	7
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	9	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>479</b>	<b>796</b>	<b>15593</b>	<b>15903</b>	<b>2874</b>	<b>354</b>	<b>87</b>

#### **LEGENDA**

##### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIGRH

### 5.1.3. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### 5.1.3.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada

## Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 13 – QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>6996</b>	<b>893</b>
1.1 Voluntária	5937	856
1.2 Compulsória	44	0
1.3 Invalidez Permanente	1010	37
1.4 Outras	5	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>34</b>	<b>47</b>
2.1 Voluntária	2296	29
2.2 Compulsória	2	10
2.3 Invalidez Permanente	556	8
2.4 Outras	341	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>10191</b>	<b>940</b>

Fonte: SIGRH

### 5.1.3.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 14 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
<b>2. Em Atividade</b>	-	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1.731</b>	<b>123</b>

Fonte: SIGRH

\* O Sistema SIGRH não gerou dados consistentes em relação aos instituidores das Pensões.

### 5.1.4. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Conforme o Memorando nº 451/2013 – GEAP/DIAP/SUGETES/SES, o controle interno para averiguar possíveis acumulações irregulares é feito mediante denúncias e declarações de acumulação de cargo, assinada pelo servidor no ato da posse, mediante cumprimento do teor da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 840/2011, Portaria 145/SES-DF bem como Emenda Constitucional

---

n. 34/2001 e art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, legislação esta que explicita que a regra geral é a da VEDAÇÃO à acumulação, sendo permitida, legalmente, somente nas exceções expressamente previstas na Constituição e, ainda assim, desde que haja compatibilidade de horários.

O controle é feito também ao longo do exercício onde servidores detentores de cargos passíveis de acumulação por se enquadrarem nas exceções do art. 37 CF/88, preenchem a declaração de acumulação de cargos para que assim seja aberto o processo de acumulação a fim de verificar os requisitos básicos para possibilidade do exercício concomitante nos dois vínculos.

A análise de acumulação de cargos é feita após a abertura do Processo Administrativo no qual o servidor é convocado para apresentar as documentações necessárias para comprovação do enquadramento de seus vínculos nas exceções permitidas na Carta Magna e mediante comprovação de compatibilidade de horário entre os mesmos.

Acrescenta-se que alguns cargos, bem como a possibilidade de sua acumulação encontram-se em análise por esta SES/DF juntamente com os demais órgãos, por haver divergências no entendimento da natureza destes cargos, bem como suas especialidades, para que seja verificado se estes são ou não passíveis de acumulação, o que torna prejudicada a análise do quantitativo de acumulações indevidas por servidores detentores de dois vínculos.

Os servidores que acumulam cargos dentro do previsto na Carta Magna são convocados a comprovar a compatibilidade de horários, para que seja declarada a licitude da acumulação em questão. O feito é registrado no sistema de Gestão – SIGRH, na matrícula do servidor. A compatibilidade de horários é verificada e fiscalizada mesmo após a declaração da licitude da acumulação periodicamente pela Regional de lotação do servidor.

#### **5.1.5. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Tendo ainda como referencia o Memorando nº 451/2013 – GEAP/DIAP/SUGETES/SES, os servidores detentores de cargos públicos indevidamente acumulados, após a análise do processo são convocados a realizar a opção por um dos cargos, por não estarem elencados nas exceções previstas na Constituição Federal, e demais legislações no prazo previsto. Se assim não o fizer, segue-se o rito procedimental exigido.

As notificações para opção por um dos cargos são realizadas após a declaração de acumulação ilícita, porém, não se tem como informar no momento seu quantitativo exato, não obstante os resultados após a convocação são que os servidores que não concordaram com tal decisão, têm buscado seus direitos em esfera judicial, junto ao ETJDFT para que seja verificada a possibilidade de continuar o exercício de seus cargos concomitantes.

Ressalta-se que a sugestão da instauração de Processo Administrativo Disciplinar é encaminhada ao setor competente para que este possa intervir por meio do PAD, nas irregularidades apontadas, o que prejudica a demonstração da quantidade de Processos Administrativos Disciplinares instaurados para verificar Acumulações Indevidas.

## **5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**



### 5.2.1. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO 15 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO TEMPOR

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
<i>SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL</i>	Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH Processo: 060.000.338/2012 Publicado no DODF nº 14 de 19/01/2013 Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH Processo: 060.005.573/2013 Publicado no DODF nº 219 de 21/10/2013 Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH Processo: 060.008.259/2013 Publicado no DODF nº 245 de 22/11/2013	-	4592

Fonte: DODF.

### 5.2.2. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 16 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	0	0	0	0	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

OBS: Todos os contratos de Estagiários do GDF estão sendo gerenciados pela Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP/GDF.

## PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

### 6.1. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal é uma Unidade de natureza mediadora, conciliadora, consultiva e que tem por finalidade acolher, acompanhar as manifestações dos usuários da Rede de Saúde do Distrito Federal, assim como, prezar pela agilidade de respostas a estas manifestações; implantar a Política de Ouvidoria em Saúde, no âmbito da SES-DF, estimular a

participação do cidadão; promover o acesso do cidadão às informações relacionadas à saúde; preconizando a integridade, transparência, imparcialidade e justiça, resguardando o sigilo das informações e da identificação do denunciante nos casos necessários.

- **Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.**

Os canais para registro das manifestações dos cidadãos, que podem ser realizadas:

- Presencialmente (na Ouvidoria da Saúde e nas Unidades Hospitalares);*
- Por meio eletrônico no site [www.saude.df.gov.br](http://www.saude.df.gov.br);*
- Pela central de atendimento do GDF nos telefones 160 e 162;*
- Pela central de atendimento Ouvidor SUS 136.*

**TABELA 10: TIPOS DE ATENDIMENTO**

2013			
	OUVIDORSUS	TAG	TOTAL
RECLAMAÇÃO	442	15.654	16.096
SOLICITAÇÃO	644	7.377	8.021
ELOGIO	51	2.369	2.420
INFORMAÇÃO	78	488	566
SUGESTÃO	24	122	146
DENÚNCIA	558	1.210	1.768
<b>TOTAL</b>	<b>1.797</b>	<b>27.220</b>	<b>29.017</b>

**TABELA 11: PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES – SISTEMA DE OUVIDORIA E GESTÃO PÚBLICA (TAG)**

## OS 5 ASSUNTOS MAIS FREQUENTES

	Qtd.	%TOTAL
1 Mau atendimento em Unidade de Saúde	1.713	6,21 %
2 Dificuldade no agendamento da consulta	1.660	6,02 %
3 Falta de medicamento na Rede SUS	1.353	4,90 %
4 Falta de especialidade médica	904	3,28 %
5 Dificuldade de acesso para agendamento da cirurgia	492	1,78 %
<b>Subtotal</b>	<b>6.122</b>	<b>22,19 %</b>
<b>Total de Reclamações</b>	<b>15.654</b>	<b>57,50 %</b>
<b>TOTAL de Manifestações</b>	<b>27.220</b>	<b>100%</b>

FONTE: RELATÓRIO ANUAL DA OUVIDORIA – 2013

- **Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.**

Está prevista como ação para o ano de 2014 a realização de pesquisa de satisfação dos usuários do SUS, por meio da contratação de empresa especializada e idônea. Inicialmente estava prevista para 2013, entretanto por dificuldades operacionais e técnicas para contratação de serviços não foi possível a realização.

Ressalta-se que a Ouvidoria utiliza relatórios estatísticos, como ferramentas de gestão.

- **Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.**

Realização da Ouvidoria Ativa da Rede Cegonha, pesquisa realizada pela própria Ouvidoria, onde o objetivo era diagnosticar o nível de satisfação das mães puerperais nas maternidades da rede de saúde do DF, avaliando a estrutura e o atendimento prestado pelos profissionais.

O questionário aplicado contou com 26 perguntas de múltipla escolha destrinchadas por 6 (seis) domínios: dados sociodemográficos, rede cegonha, acesso ao serviço de saúde, relação de usuários e profissionais de saúde e estrutura. A pesquisa foi realizada com 1.007 mulheres que tiveram seus bebês no período de 15 de outubro a 19 de novembro de 2013.

## SEÇÃO IV

### RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal atuou no exercício de 2013, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal.

A principal dificuldade encontrada reside na inexistência de um planejamento específico para os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, uma vez que o mencionado fundo não consta no Plano Plurianual do DF. Dessa forma, utilizou-se a metodologia de analisar o planejamento da SES/DF e estabelecer uma relação proporcional entre os resultados obtidos e os recursos repassados.

Encontramos ainda dificuldades decorrentes da escassez crônica de recursos humanos em virtude da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e da obsolescência dos sistemas de informação. Ações estão sendo desenvolvidas por esta Secretaria a fim de mitigar tais obstáculos.



Governo do Distrito Federal  
Fundo Constitucional do Distrito Federal  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

março/2014

ANEXO I



Governo do Distrito Federal  
Fundo Constitucional do Distrito Federal  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Brasília, março de 2014.

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>QUADRO A.1.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....</b>	<b>12</b>
<b>FIGURA I - ORGANOGRAMA .....</b>	<b>12</b>
<b>2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013. ....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>14</b>
<b>2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES .....</b>	<b>14</b>
<b>3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>4 PARTE A, INTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013 .....</b>	<b>15</b>
<b>QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....</b>	<b>15</b>
<b>QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....</b>	<b>18</b>
<b>5 PARTE A, INTEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013 .....</b>	<b>19</b>
<b>QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/19</b>	<b>20</b>
<b>QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.. 20</b>	<b>20</b>
<b>QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....</b>	<b>21</b>
<b>QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA.....</b>	<b>22</b>
<b>SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....</b>	<b>22</b>
<b>QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....</b>	<b>23</b>
<b>QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES .....</b>	<b>24</b>

<b>QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....</b>	<b>25</b>
<b>QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.25</b>	<b>25</b>
<b>QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....</b>	<b>26</b>
<b>12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013 .....</b>	<b>27</b>
<b>12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES NÃO EXIGIDAS NESTE ANEXO CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ ..</b>	<b>27</b>
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>27</b>



## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CGU-PR	Controladoria Geral da União, Presidência da República
DN	Decisão Normativa
EAPE	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educao
FCDF	Fundo Constitucional do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
IN	Instruo Normativa
OCI	rgo de controle interno
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a pagar
SIAE	Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio ao Educando
SIAFI	Sistema Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema de Administrao de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gerenciamento de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SEDF	Secretaria de Estado de Educao do Distrito Federal
SUAG	Subsecretaria de Administrao Geral
SUBEB	Subsecretaria de Educao Básica
SUGEP	Subsecretaria de Gestão de Pessoas
SULOG	Subsecretaria de Logística
SUMTEC	Subsecretaria de Modernizao e Tecnologia da Informao
SUPLAV	Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliao Educacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UJ	Unidade Jurisdicionada
UCI	Unidade de Controle Interno

## INTRODUÇÃO

Trata-se da obrigação constitucional de prestar contas dos recursos públicos constantes do Orçamento Geral da União com vistas a viabilizar a execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal durante o exercício de 2013. O referido fundo, que possui de natureza contábil, detém a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

No que diz respeito à assistência financeira para a execução do serviço de educação do DF, esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com o apoio da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, gerencia e executa os vultuosos valores de forma a garantir altos padrões de qualidade à rede pública de ensino do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) é órgão da Administração Direta, integrante da estrutura básica da Administração do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007. Tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, de acordo com o Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011.

O Relatório de Gestão, mais do que exigência formal, é um instrumento fundamental do processo de avaliação em nível gerencial das ações realizadas no último exercício financeiro. É um instrumento que integra o processo anual de contas em cumprimento das atribuições de gestor público, destacando as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Este Relatório de Gestão tem restrita observância às normas atinentes à matéria, oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Governo Federal. A Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 63, de 1º de setembro de 2010, é o principal ato normativo nesse contexto, pois, estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da Administração Pública Federal. Este documento aborda as atividades e

resultados da gestão do exercício de 2013 inerentes ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, elaborado em consonância à Decisão Normativa-TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 e à Portaria TCU nº 175 de 2013 e está estruturado nos Capítulos: Introdução, Desenvolvimento (observando os itens da Parte A do Anexo II da DN TCU 127/2013), e Resultados e Conclusões.

Para a apresentação do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013, foi editada a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 127, de 15 de maio de 2013. A referida DN define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício em questão, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do artigo 3º da IN TCU 63/2010. A estrutura deste relatório se atém, ainda, às orientações, recomendações e normas da Controladoria-Geral da União-PR.

No entanto, algumas das informações solicitadas no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 não se aplicam à natureza jurídica, ou às competências, desta unidade executora do FCDF. Essas informações, ora dizem respeito às Unidades Jurisdicionadas que também são Unidades Orçamentárias ou Gerentes de Programas, que compõe a Administração Indireta ou ainda quaisquer outras especificidades estranhas a esta UJ.

As informações que não se aplicam a esta UJ consolidada, mesmo estando compreendidas no item relativo aos conteúdos de deveriam constar no relatórios de fundos constitucionais e, portanto, não estão presentes na composição deste Relatório de Gestão são as seguintes:

- Quadros A.
- 4.1.1, A.4.1.2.2, 4.1.2.1 e 4.1.2.2, constantes da Portaria TCU n 175/2013, relacionados ao item 4.1. – Execução das despesas, Parte A, da DN TCU 127/2013.
  - A execução orçamentária desta unidade se restringe à execução do programa 0903 – Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica, programa exclusivamente destinado às operações especiais, informação não por esta UJ.
- Quadros A.4.1.3.1 e A.4.1.3.1, constantes da Portaria TCU n 175/2013, relacionados ao item 4.1. – Execução das despesas, Parte A, da DN TCU 127/2013.

- A execução orçamentária desta unidade se restringe à execução do programa 0903 – Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica, programa exclusivamente destinado às operações especiais, e, portanto, não integrante para esta UJ.
- Quadros A.4.4.1, A.4.4.2, A.4.4.3 e A.4.4.4, constantes da Portaria TCU 175/2013, relacionados ao item 4.4; - Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres., Parte A, da DN TCU 127/2013.
  - Conforme as orientações, tais demonstrativos detalham as informações identificadoras das Unidades Orçamentárias que recebem os créditos orçamentários utilizados pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão, o que não é o caso desta.
- Quadros A.4.5.1, A.4.5.2, A.4.5.3 e A.4.5.4;., constantes da Portaria TCU 175/2013, relacionados ao item 4.5- Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal., Parte A, da DN TCU 127/2013.
  - Conforme as orientações, tais demonstrativos detalham as informações identificadoras das Unidades Orçamentárias que recebem os créditos orçamentários utilizados pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão, o que não é o caso desta.
- Quadros A.4.6.1, A.4.6.1.1, A.4.6.2.1, A.4.6.2.2, A.4.6.2.3, A.4.6.2.4.1, A.4.6.2.4.1, A.4.6.2.4.2, A.4.6.2.5.1, A.4.6.2.5.2, A.4.6.2.6, A.4.6.2.7, A.4.6.2.8, A.4.6.2.9 e A.4.6.2.11, constantes da Portaria TCU 175/2013, relacionados ao item 4.6 - Renúncia de Receitas, Parte A, da DN TCU 127/2013.
  - Conforme as orientações, tais demonstrativos detalham as informações identificadoras das Unidades Orçamentárias que recebem os créditos orçamentários utilizados pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão, o que não é o caso desta.
- Quadros A.4.7.1 e A.4.7.2, constantes da Portaria TCU 175/2013, relacionados ao item 4.7 - Gestão de precatórios, Parte A, da DN TCU 127/2013.
  - Conforme as orientações, tais demonstrativos detalham as informações identificadoras das Unidades Orçamentárias que recebem os créditos orçamentários utilizados pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão, o que não é o caso desta.
- Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac, constantes da Portaria TCU 175/2013, relacionados ao item 5.1 - Gestão de pessoa, tercerização de mão de obra e custos relacionados, Parte A, da DN TCU 127/2013.

As informações são voltadas ao SISAC, sistema não utilizado por esta Secretaria.

- 11.6 Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito, Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013.
  - Não existe qualquer disposição legislativa para auditoria independente nas contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal.
- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013.
  - A Portaria TCU 150/2012 orienta que a abrangência de tal figura comporta apenas as Entidades cuja contabilidade seja regida pela Lei nº 4.320/64 e pela Resolução CFC nº 1.133/2008 e cujos registros contábeis NÃO são feitos no SIAFI.

No que tange às principais realizações da gestão no exercício de 2013 da SEDF, estiveram relacionadas ao atendimento à Educação Básica da Rede Pública do Distrito Federal. O grande desafio foi a compatibilização na execução das ações prioritárias, previstas no planejamento institucional, com os recursos financeiros disponibilizados, os quais não foram suficientes para fazer frente ao grande volume de demandas oriundas das 654 unidades de ensino e das áreas administrativas e pedagógicas que dão suporte às ações educacionais oferecidas pela SEDF à população do Distrito Federal.

Diante do exposto no sentido de prestar contas à sociedade e de melhor avaliar a gestão da **Unidade Jurisdicionada Consolidada — FCDF/Educação**, no exercício de 2013, elaboramos o presente relatório de acordo com os requisitos normativos em vigor.

### Quadro A.1.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
<b>Poder:</b> Executivo				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda				<b>Código SIORG:</b> 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
<b>Denominação Completa:</b> Fundo Constitucional do Distrito Federal				
<b>Denominação Abreviada:</b> FCDF				
<b>Código SIORG:</b>		<b>Código LOA:</b> 73901	<b>Código SIAFI:</b> 170392	
<b>Situação:</b> ativa				
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundo			<b>CNPJ:</b>	
<b>Principal Atividade:</b>			<b>Código CNAE:</b>	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(061) 3312-5914		
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:gecon@fazenda.df.gov.br">gecon@fazenda.df.gov.br</a>				
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=164">http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=164</a>				
<b>Endereço Postal:</b> Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar, Brasília – Distrito Federal CEP:70.075-900				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Secretaria de Estado de Educação	00.394.676/0001-07	170399	Ativa	
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído por meio da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2002, em atendimento às disposições contidas no artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal;				
Lei nº 4751/2012 que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do sistema de ensino público do Distrito Federal.				
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto 32.716/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal;				
Decreto 33.409/2011, que dispõe sobre a reestruturação administrativa da Secretaria de Estado de Educação do DF.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Currículos escolares aplicados à educação básica do Distrito Federal: <a href="http://www.se.df.gov.br/?page_id=9978">http://www.se.df.gov.br/?page_id=9978</a> .				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
170399	FCDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
00001	Tesouro			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão		
170392		00001		

## **1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade**

A Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, e para complementar os recursos do Governo do Distrito Federal (GDF) na execução dos serviços públicos de saúde e educação, nos termos do inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. Os recursos do FCDF são repassados pela União ao GDF até o dia cinco de cada mês, à razão de duodécimos, e não estão condicionados a resultados ou metas previamente acordadas entre as partes.

A criação do FCDF substituiu prática predominante até então que facultava à União repassar recursos para o Governo do Distrito Federal em montantes definidos nas desgastantes discussões – ano a ano – em torno do orçamento federal. As autoridades econômicas federais detinham maior grau de liberdade na fixação dos repasses, especialmente para resistir a pressões políticas por aumento dos valores nos momentos mais agudos de queda na arrecadação. Em suma, as transferências federais ao GDF eram livremente negociadas entre as partes, sujeitas às peculiaridades de cada conjuntura fiscal.

A principal novidade trazida pela nova legislação foi a fixação de uma regra para o repasse dos valores transferidos pela União ao GDF, a partir da fixação do montante de R\$ 2,9 bilhões no exercício financeiro de 2003, com atualização monetária automática dada pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União, cujo cálculo leva em conta a razão entre:

- I – a RCL no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ao do repasse do aporte anual de recursos; e
- II - a RCL no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ao referido no inciso I.

A adoção desta sistemática reduziu os níveis de incerteza por parte do GDF em relação aos repasses do Governo Federal destinados às atividades de segurança pública e aos serviços públicos de saúde e educação, especialmente porque esses repasses por conta do Fundo tornaram-se imunes aos rumos da política fiscal do governo federal, em relação a contingenciamentos orçamentários, a frustrações na arrecadação federal, e mesmo diante de restrições fiscais, derivadas de crises econômicas ou pela necessidade de trazer a dívida pública a patamares mais confortáveis em relação ao produto.

Com base na maior confiabilidade no aporte de recursos advindos do Governo Federal, o Distrito Federal tem dependido cada vez mais dessa fonte de recursos.

Para a administração desses recursos no campo da educação, a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, conforme o Decreto 32.716, de 1º de janeiro de 2011, contém a Secretaria de Estado de Educação. O órgão da Administração Direta, em questão,

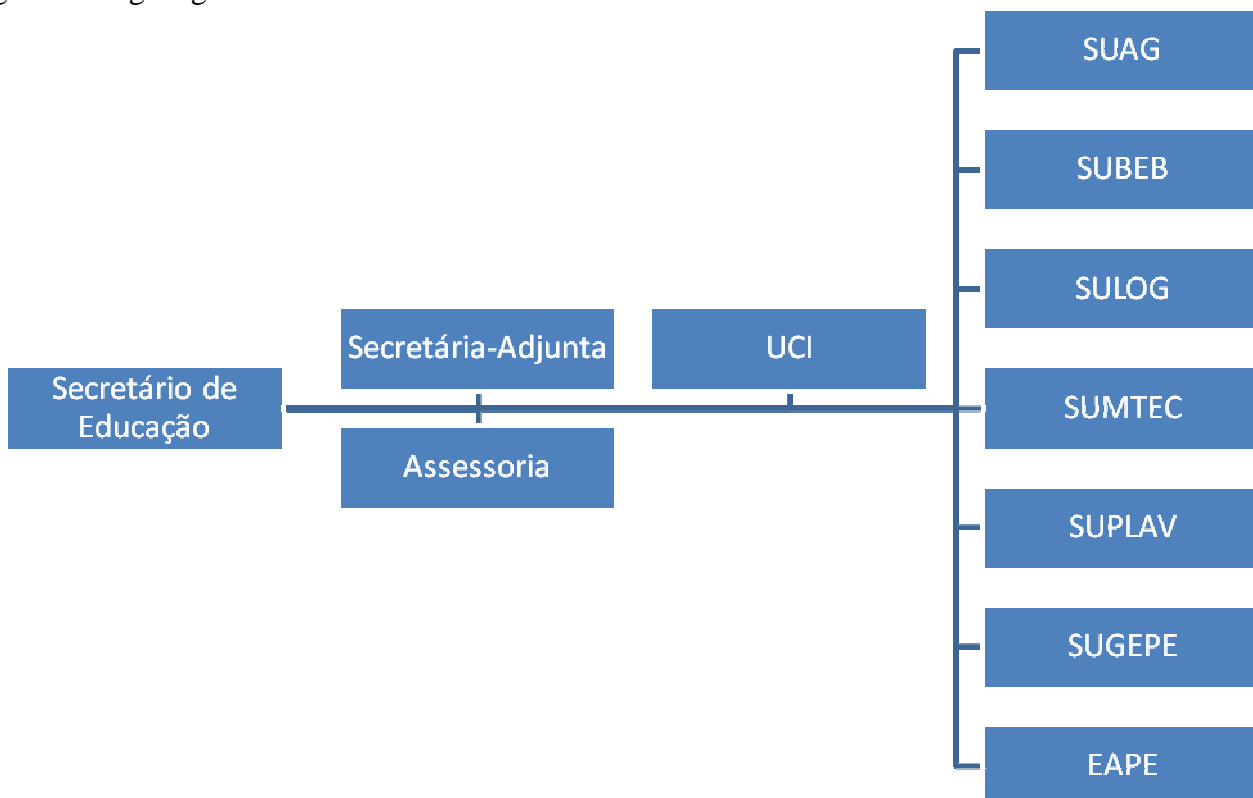
tem como áreas de atuação para o exercício de suas competências: a educação básica, compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, e a educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação especial; a formação dos profissionais da educação; a assistência ao educando, mediante programas complementares de material didático, alimentação, saúde e transporte escolar; bem como a infraestrutura de ensino, compreendendo construções, equipamentos, materiais escolares e manutenção da rede física de escolas.

Para fins de concepção, formulação, proposição e execução das políticas educacionais; planejamento, decisão e coordenação sobre as atividades demandadas por essas políticas, além da administração superior da rede pública de ensino do Distrito Federal, compete especificamente à SEDF: manter e supervisionar a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal bem como fiscalizar as instituições educacionais particulares do Distrito Federal, de modo a desenvolver ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino no Distrito Federal, zelando pelo cumprimento das normas e diretrizes da educação nacional e do DF, sem abrir mão de prover assistência aos alunos da rede pública de ensino.

A Secretaria de educação tem utilizado os recursos do Fundo Constitucional para complementar a quantia disponível para execução da folha de pagamento dos servidores vinculados a este órgão da administração direta.

### 1.3 Organograma Funcional

Figura I - Organograma





Tendo em vista que os recursos da FCDF, no exercício de 2013, foi aplicado exclusivamente com destinação às despesas relacionadas à folha de pagamento, apenas duas Subsecretarias das apresentadas possuem competências diretamente relacionadas à destinação dos valores, a Subsecretaria de Administração Geral (SUAG) e a Subsecretaria de Gestão de Profissionais da Educação (SUGEPE).

A SUGEPE é responsável por coordenar, monitorar e avaliar planos, programas e ações de gestão e desenvolvimento de pessoas em suas competências e desempenhos. Acompanha e controla a execução das atividades relativas a cadastro, classificação, registro funcional, lotação, movimentação de pessoas, atualização e correção de dados lançados no sistema informatizado. Supervisiona e acompanha a execução das atividades de concessão e de manutenção de aposentadorias e de pensões dos servidores da SEDF. Garante a conformidade das ações e dos processos de gestão de pessoas com as diretrizes governamentais e o ordenamento jurídico.

Enquanto a SUAG coordena, acompanha e supervisiona, por intermédio das unidades a ela subordinadas, administração contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, de serviços gerais e de gestão de documentos. Supervisiona e controla a negociação, elaboração e administração de todos os contratos e convênios firmados. Como ordenadora de despesas cabe a esta subsecretaria a autorização e empenho dos documentos garantidores de destinação de quantias sejam orçamentárias ou financeiras.

## **2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.**

### **2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada**

A execução orçamentária e financeira desta unidade jurisdicionada, conforme o que será demonstrado na **Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013**, se restringe ao Programa de Trabalho 28.845.0903.0312.0053 – Assistência financeira para a realização de serviços públicos de educação do Distrito Federal, funcional programática que se resume, exclusivamente, a operações especiais.

Em consonância com a Portaria 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, constituem como operações especiais as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Por isso, o parágrafo único, artigo 5º, da Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, exclui do seu escopo os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Dessa forma, no âmbito do Orçamento Geral da União não há qualquer célula orçamentária para a qual tenha sido estabelecido objetivo, metas ou indicadores onde tenha havido execução da Unidade Executora 170399, pertencente ao Fundo Constitucional do Distrito Federal ligada à educação do DF.

Portanto, a avaliação do planejamento das ações que contribuam com as competências constitucionais, legais ou regimentais da SEDF constam da análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal, através do programas temáticos a cargo das unidade administrativa no Plano Plurianual do Distrito Federal.

## **2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos**

“Considerando que a implantação da Educação Integral é um dos objetivos do Plano Estratégico para a educação no Distrito Federal, na perspectiva de alcançarmos uma educação de qualidade, a Secretaria de Educação do DF almeja ofertar Educação Integral nas Unidades Escolares públicas de Educação Básica visando promover uma Educação que compreenda a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, por meio do enriquecimento curricular a fim de favorecer a aprendizagem, com vistas à formação integral do educando, através de atividades complementares diversificadas nos diversos campos de conhecimento”. (PPA 2013).

Com vistas a atingir todos os objetivos institucionais do órgão, considerando o relacionamento com a destinação conferida aos recursos do FCDF, a Secretaria de Estado de Educação iniciou o exercício de 2013 com dois objetivos: concluir a reestruturação administrativa e proceder novas nomeações para diversas áreas relacionadas à educação básica.

## **2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações**

Em 14 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto 33.409, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação administrativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contudo, tendo em vista a sobrecarga da máquina que a pública sofreu em períodos anteriores, o que ocasionou a proximidade das contas do DF ao limite prudencial estabelecido na Lei Complementar 100, de 4 de maio de 2000, nem todos os cargos puderam ser ocupados por resultar em aumento da despesa com pessoal.

Quanto às nomeações, durante o exercício de 2013, foram empossados 1.569 professores e cento e seis profissionais da área administrativa. O número ainda não satisfaz plenamente as nossas demandas, contudo demonstra o compromisso com o que os gestores desta pasta têm atuado com vistas a viabilizar a conquistas de grandes resultados.

## **3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

### **3.1 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão**

No que tange às atividades administrativas, contábeis, orçamentário-financeiras da Secretaria de Educação, inclusive no que diz respeito às despesas realizadas com os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, a Unidade de Controle Interno, criado pelo DECRETO Nº. 31.195 de 21 de dezembro 2009 e DECRETO Nº. 33.409 de 12 dezembro 2011, tem acompanhado a gestão oferecendo contribuições para a melhoria das rotinas.

Especificamente no que diz respeito aos recursos do FCDF o Órgão de Controle Interno (OCI) que tem a finalidade de executar atividades de Controle Interno, visando acompanhar e controlar concomitantemente a gestão do órgão.

Já o Fundo Constitucional do Distrito Federal, por sua natureza, estritamente contábil, não possui conselho ou qualquer órgão deliberativo. Contudo a gestão destes recursos tem sido partilhada entre a Secretaria de Estado de Fazenda, órgão central de finanças do DF e esta unidade no que diz respeito às despesas educacionais.

#### 4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

##### Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170392	170399	73901-28.845.0903.0312	2.404.477.944,00		312.000.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

**Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>2.508.812.908,38</b>	<b>2.048.263.103,77</b>	<b>2.508.719.701,04</b>	<b>2.048.237.126,19</b>
k) Pagamento em Folha	2.508.812.908,38	2.048.263.103,77	2.508.719.701,04	2.048.237.126,19
l) Diárias				
<b>5. Outros</b>	<b>207.665.035,62</b>	<b>336.953.761,04</b>	<b>207.664.571,15</b>	<b>336.949.536,65</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.716.477.944,00</b>	<b>2.385.216.864,81</b>	<b>2.716.384.272,19</b>	<b>2.385.186.662,84</b>

**Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processado		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
<i>01 - Aposentadorias, reserva remunerada e reformas</i>	1.518.377.784,46	1.252.736.077,04	1.518.377.784,46	1.252.736.077,04			1.518.348.119,82	1.252.727.807,44
<i>92 - Despesas de exercícios anteriores</i>	127.762.733,42	319.124.448,84	127.762.733,42	319.124.448,84			182.167.206,69	319.120.224,45
<i>11 – Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal – Civil</i>	571.541.306,97	461.716.452,20	571.541.306,97	461.716.452,20			571.497.515,51	461.698.064,17
<i>Demais elemento</i>	132.391.181,41	160.615.247,92	132.391.181,41	160.615.247,92			132.377.024,45	160.618.085,73
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>		-		-				
1º elemento de despesa		-		-				
2º elemento de despesa		-		-				
3º elemento de despesa		-		-				
Demais elementos do grupo		-		-				
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>		-		-				
<i>46 - Auxílio-Alimentação</i>	166.806.681,60	117.199.672,23	166.806.681,60	117.199.672,23			166.801.087,32	117.197.714,47
<i>49 - Auxílio-Transporte</i>	17.052.322,92	17.014.379,51	17.052.322,92	17.014.379,51			17.052.322,92	17.014.379,51
<i>08 - Outros Benefícios Assistenciais</i>	105.075.752,61	42.371.985,93	105.075.752,61	42.371.985,93			105.075.752,61	42.371.785,93
<i>Demais elementos</i>	23.065.242,87	14.438.601,14	23.065.242,87	14.438.601,14			23.065.242,87	14.438.601,14
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não rocessados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL

**Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012				
2011				
...				
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012				
2011	212.666,11	2.865,88	30.369,02	179.431,21
...				

**Análise Crítica**

A execução de empenhos inscritos em restos a pagar da unidade se restringem unicamente às despesas relativas ao pagamento de rejeitados. Ou seja, pagamentos efetuados que por algum motivo a ordem bancária retornou a conta de ativo da unidade.

Dessa modo, com o conhecimento da unidade central de contabilidade do Fundo Constitucional do Distrito Federal, tais recursos aguardam a regularização das pendências que impossibilitaram a efetivação do pagamento.

**5 PARTE A, INTEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

**Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	40743		2306	708
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	40743		2306	708
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	40046		2295	708
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	383		3	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	314		8	
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	67		20	34
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	40810		2326	742

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH

1.2.4 e 3 ) Não há números de lotação autorizada para servidores requisitados de outros órgãos e esferas, como também para aqueles sem Vínculo com a Administração Pública.

2.)O quantitativo autorizado para contratação de temporários é de 6.500 de forma concomitante, iniciando e terminando no exercício, sendo repostos tão logo ocorra a necessidade de preencher uma carência.

3) O agente político titular da pasta não faz parte da Carreira.

**Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>343</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	182
1.2. Exercício de Função de Confiança	161
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>313</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	6
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	307
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>485</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	193
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	270
5.5. Mandato Classista	22
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>1141</b>
<b>Fonte:</b> Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH/ SIGRHWEB	



**Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	1887		542	494
1.1. Cargos Natureza Especial	<b>95</b>		<b>61</b>	<b>55</b>
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1792		481	439
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1740		447	410
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	5		4	1
1.2.4. Sem Vínculo	47		30	28
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	1660		675	574
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1659		675	574
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1			
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	3547		1217	1068

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH

1.2.1, 1.2.3, 1.2.4, 2.1 e 2.3) Não há números de lotação autorizada para tipos de servidores, mas sim para os grupos e cargos.

**Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**  
**Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	2029	13884	170095	7919	1844
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	<b>2016</b>	<b>9857</b>	<b>15514</b>	<b>7442</b>	<b>1770</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3113	4027	1581	477	74
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	199	1026	1824	437	43
2.1. Cargos de Natureza Especial	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>40</b>	<b>23</b>	<b>6</b>
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	70	558	906	222	21
2.3. Funções Gratificadas	<b>127</b>	<b>447</b>	<b>878</b>	<b>192</b>	<b>16</b>
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5328</b>	<b>14910</b>	<b>18919</b>	<b>8356</b>	<b>1887</b>

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRHWEB

\*Apurado Contratos Temporários sendo que o término do contrato foi em 20/12.

**Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**  
**Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>			322	166	7208	8499	19140	1023	118
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			<b>322</b>	<b>166</b>	<b>7208</b>	<b>8499</b>	<b>19140</b>	<b>1023</b>	<b>118</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>				3	442	929	1957	97	14
2.1. Cargos de Natureza Especial					<b>1</b>	<b>20</b>	<b>25</b>	<b>12</b>	<b>4</b>
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	54	373	1223	62	8
2.3. Funções Gratificadas				<b>2</b>	<b>387</b>	<b>536</b>	<b>709</b>	<b>23</b>	<b>2</b>
<b>3. Totais (1+2)</b>			<b>322</b>	<b>169</b>	<b>7650</b>	<b>9428</b>	<b>21097</b>	<b>1120</b>	<b>132</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRHWEB.

### Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 37.409,48	R\$ 189.400,29	R\$ 15.912,69	R\$ -	R\$ 26.865,64	R\$ 6.458,36	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 276.046,46
	2012	R\$ 42.780,56	R\$ 185.993,04	R\$ 41.539,27	R\$ 20.231,43	R\$ 4.788,00	R\$ 1.476,09	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 296.808,39
	2011	R\$ 13.300,76	R\$ 236.046,51	R\$ 28.973,53	R\$ 1.576,65	R\$ 1.197,00	R\$ 99,54	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 281.193,99
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$1.988.350.037,36	R\$ 864.831,71	R\$ 1.293.904.178,27	R\$ 20.114.488,60	R\$ 455.805.896,93	R\$ 321.542.079,20	R\$84.636.047,65	R\$ -	R\$ 6.554,49	R\$4.165.224.114,21
	2012	R\$ 475.671.514,55	R\$ 18.377.247,63	R\$ 858.764.913,21	R\$820.923.937,52	R\$ 126.430.941,25	R\$ 19.843.478,14	R\$54.781.338,25	R\$11.013.309,21	R\$20.009.556,25	R\$2.405.816.236,01
	2011	R\$ 114.536.391,20	R\$ 12.932.354,94	R\$ 63.102.053,85	R\$622.793.542,73	R\$ 106.148.493,51	R\$ 14.617.318,60	R\$29.854.709,40	R\$ 3.422.731,49	R\$17.707.711,61	R\$985.115.307,33
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 229.618.441,40	R\$ -	R\$ 7.195.427,09	R\$ 968.380,03	R\$ 44.568.305,80	R\$ 43.742.697,89	R\$ 423,59	R\$ -	R\$ 236.909,78	R\$ 326.330.585,58
	2012	R\$ 200.623.235,30	R\$ -	R\$ 5.042.830,70	R\$ 769.450,46	R\$ 38.860.323,71	R\$ 33.637.891,77	R\$ 216,72	R\$ -	R\$ 278.933.948,66	
	2011	R\$ 116.069.805,64	R\$ -	R\$ 4.443.041,43	R\$ 543.356,01	R\$ 30.141.530,12	R\$ 22.228.013,77	R\$ -	R\$ -	R\$ 19.397,08	R\$ 200.893.438,37
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 129.263.372,20	R\$ 931.337,41	R\$ 80.795.829,67	R\$ 166.954,00	R\$ 21.229.497,11	R\$ 18.457.127,21	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 250.844.117,60
	2012	R\$ 84.202.570,70	R\$ 647.386,75	R\$ 79.547.868,79	R\$ 16.401.795,67	R\$ 9.649.595,18	R\$ 3.580.817,65	R\$ 35.290,22	R\$ 100.048,13	R\$ -	R\$ 194.165.373,09
	2011	R\$ 69.598.159,46	R\$ 624.216,86	R\$ 64.560.389,67	R\$ 12.261.778,30	R\$ 7.510.362,41	R\$ 804.122,46	R\$ 342,33	R\$ 28.430,46	R\$ -	R\$ 155.387.801,95
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 3.600.086,00	R\$ 5.258.255,00	R\$ 1.889.774,00	R\$ 6.541,32	R\$ 1.260.061,00	R\$ 479.054,90	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.493.772,22
	2012	R\$ 2.787.111,09	R\$ 5.114.307,57	R\$ 2.594.745,86	R\$ 891.253,65	R\$ 320.115,64	R\$ 94.348,90	R\$ -	R\$ 2.285,29	R\$ -	R\$ 11.804.168,00
	2011	R\$ 1.243.724,58	R\$ 1.720.553,39	R\$ 1.180.788,92	R\$ 431.356,55	R\$ 123.393,10	R\$ 12.990,05	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.712.806,59
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 8.915.962,80	R\$ 26.819.134,00	R\$ 54.147.532,00	R\$ 432.359,50	R\$ 21.483.395,00	R\$ 13.395.480,00	R\$ 178,44	R\$ -	R\$ -	R\$ 125.194.041,74
	2012	R\$ 12.697.667,51	R\$ 10.467.318,84	R\$ 14.028.372,70	R\$ 3.616.650,56	R\$ 2.092.257,38	R\$ 430.555,02	R\$ 91,36	R\$ 52.360,53	R\$ 59,48	R\$ 43.385.333,38
	2011	R\$ 10.954.254,94	R\$ 4.778.817,87	R\$ 11.432.335,95	R\$ 2.641.286,26	R\$ 1.636.303,41	R\$ 111.933,82	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 31.554.932,25
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 52.463.025,00	R\$ 12.580.614,00	R\$ 48.224.719,00	R\$ 563.195,30	R\$ 14.070.904,00	R\$ 10.949.286,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 52.463.025,00
	2012	R\$ 93.334.098,27	R\$ 27.656.679,86	R\$ 109.767.327,04	R\$ 25.289.400,37	R\$ 15.314.284,58	R\$ 3.203.410,80	R\$ 279,94	R\$ 413.676,55	R\$ 65,47	R\$ 274.979.222,88
	2011	R\$ 101.227.839,81	R\$ 29.305.872,08	R\$ 114.123.229,45	R\$ 25.360.330,53	R\$ 15.849.572,90	R\$ 894.958,64	R\$ 10.258,60	R\$ -	R\$ 720,17	R\$ 286.772.782,18

Fonte: SIGRH e Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRHWEB.

- 1- A folha de pagamento de servidores ativos da Secretaria de Educação é paga com recursos do Tesouro distrital, além do Fundo Constitucional.
- 2- Os valores referentes aos anos de 2011 e 2012 foram replicados do relatório enviado em 2013.
- 3- Foram consideradas verbas indenizatórias os valores referentes à férias, adiantamento de férias gratificação natalícia e/ou 13º salários.
- 4- O aumento de valor da folha do grupo de servidores que não ocupam cargos em comissão foi devido a contratação de servidores e de aplicação dos planos de carreiras do magistério e assistência.
- 5- O aumento de valor do grupo de servidores ocupantes de cargo de direção, gerência e chefia foi ocasionado pela reestruturação na Secretaria, com a criação de novas subsecretarias.
- 6- A redução de valor do grupo de servidores ocupantes de função gratificada foi em decorrência da diminuição do número de supervisores nas escolas

**Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos –  
Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	1009	
1.1 Voluntária	917	
1.2 Compulsória	0	
1.3 Invalidez Permanente	92	
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	145	
2.1 Voluntária	47	
2.2 Compulsória	14	
2.3 Invalidez Permanente	84	
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	1154	

Fonte: DODF 2013.

**Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	189	0
1.1. Integral	145	
1.2. Proporcional	44	
<b>2. Em Atividade</b>	102	
<b>3. Total (1+2)</b>	291	0

Fonte: DODF 2013

### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC -020.962/2010-0	1889/2013	1.7.1		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
<b>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU</b>					
<p><b>Descrição da Deliberação:</b> 1.7.1. Determinar à Secretaria de Educação do Distrito Federal para que informe no próximo relatório de gestão: 1.7.1.1. resultado das diligências empreendidas nos Processos 080.011.375/2004, 080.002.490/2005, 080.009.451/2005, 080.005.969/2006, 080.006.781/2006, 080.000.936/200, 080.008.272/2007, 080.015.364/2004, 080.007.581/2007, 080.007.040/2007, 080.004.955/2006, 080.009.732/2007, 080.006.095/2006, 080.000.932/2007, 080.007.415/2006, 080.008.292/2006, 080.001.932/2007, 080.006.361/2006, 080.005.688/2004, nos quais foram constatados erros na contagem do tempo de efetivo exercício que redundaram no deferimento irregular de vantagens, bem como sobre o saneamento das irregularidades apontadas;</p> <p>1.7.1.2. resultado das diligências empreendidas nos Processos 080.029.652/2006, 080.007.570/2007 e 080.009.782/2004, nos quais foram detectados erros nos valores que serviram de base para o cálculo dos proventos de aposentadoria, com possibilidade de dano ao Erário (item III.2.3);</p> <p>1.7.2. Recomendar à Secretaria de Educação do Distrito Federal para que promova a implementação de rotina no Sistema de Pagamento que suspenda automaticamente o pagamento da Gratificação de Atividade de Regência de Classe - GARC aos servidores não enquadrados nas situações previstas na legislação, bem como para que promova revisão periódica dos lançamentos e dos cadastros no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH;</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Gestão dos Profissionais em Educação – SUGEPE					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Análise e o saneamento dos possíveis erros citados					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
1.7.1, 1.7.1.1- saneamento dos erros, 1.7.1.2 – nota técnica atendida e 1.7.2 - providências tomadas.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
<p>Em atenção ao Acórdão nº 1889/2013-TCU, 1ª Câmara, itens 1.7.1. e 1.7.1.1., informa-se que esta Secretaria de Educação procedeu as pesquisas necessárias a localização e análise dos processos, promovendo a análise e o saneamento dos possíveis erros citados por aquele Tribunal de Contas da União, assim como o encaminhando às Gerências capacitadas para solucionar os itens incorretos.</p> <p>Em referencia ao 1.7.1.2, processos nº 080.029.652/2006, 080.007.570/2007 e 080.009.782/2004. Informamos que foram atendidas as Notas Técnicas no que diz respeito aos valores que serviram de base para o cálculo dos proventos de aposentadoria conforme resposta das Gerências envolvidas, GPAG e GESPROS e GEPAG. Informamos ainda que os referidos processos foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.</p> <p>Enquanto ao item 1.7.2 Esclarecemos que foi encaminhado ofício para sanar problemas pontuais à Secretaria de Administração do Distrito Federal (Ofício nº.78/2012-SUGEPE/SEDF) e com intuito de manter a legalidade dos pagamentos, esta Secretaria, realiza ainda revisão periódica dos lançamentos e dos cadastros no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, por meio da Gerência de Acompanhamento e Avaliação da Folha.</p> <p>(informação consta no relatório resposta REG 63184/2013-SEDF- Acórdão nº 1889/2013-TCU)</p>					

## **12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

### **12.1 Outras Informações Não Exigidas neste Anexo Consideradas Relevantes pela UJ**

Por entender ser de fundamental importância e relevância a apresentação dos dados relativos à gestão de pessoas desta Secretaria, tendo em vista que os recursos repassados pelo Fundo Constitucional se restringem à execução destas despesas, elencamos a seguir os quadros da Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013, que se aplicam à natureza desta Unidade Jurisdicionada Consolidada.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal não possui acesso ao SISAC e não se encontra na jurisdição do TCU no que compete aos atos de pessoal sujeitos à remessa física, por não ser órgão da administração pública federal como citado na Instrução Normativa TCU Nº 55, de 24 de outubro de 2007. No âmbito do controle externo, conforme a Lei Complementar distrital Nº 1, de 9 de maio de 1994, compete ao Tribunal de Contas do Distrito Federal apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal previstos ao longo do artigo 1º, entre eles os requisitados nos quadros: A.5.1.3, A.5.1.4.1, A.5.1.4.2, A.5.1.5.1, A.5.1.5.2, A.5.1.5.3 e A.5.1.5.4.

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

“Nenhuma política educacional se sustenta sem a cumplicidade dos profissionais da educação, razão pela qual a sua valorização é tomada como eixo estruturante de todo o programa de Educação. A valorização dos profissionais da educação está lastreada em três elementos fundamentais: salário, carreira e formação. Assim, uma remuneração digna e compatível com seu nível de formação e com os desafios educacionais impostos ao sistema de ensino do DF, um plano de carreira que torne atrativa a carreira do magistério aos talentos jovens e incentive os professores a permanecerem na profissão, bem como iniciativas de formação permanente e continuada são fatores que contribuirão decisivamente para o sucesso das políticas educacionais propostas”. (PPA 2013)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal encerra o exercício de 2013 com resultados positivos em todas as suas atividades, sobremaneira no que diz respeito à execução dos valores repassados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, fazendo uso consciente e responsável dos recursos públicos de modo a valorizar o servidor.

Destacamos também a parceria com a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, mais precisamente da Subsecretaria do Tesouro de modo a possibilitar os alcances realizados no exercício que findou-se.

Dessa forma, esta SEDF conclui o exercício de 2013 com a certeza de dever cumprido. Demonstramos a todos os desafios que não por vir quão empenhada com a eficiência na gestão pública é esta Unidade Jurisdicionada Consolidada.

Brasília, março de 2014

**ADONIAS DOS REIS SANTIAGO** – Titular da Unidade e Ordenador de Despesa do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Telefone: 61. 3312.5800

**PAULO SANTOS DE CARVALHO** – Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Telefone: 61 3312.5812

**Responsáveis pela elaboração:**

**CLEDEAPARECIDA ROCHA NOGUEIRA**– Coordenadora da Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Telefone: 61. 3312.5836

**EDNA FURTADO CAVALCANTE** – Gerência de Acompanhamento e Controle do Fundo Constitucional do Distrito Federal/CODEF/SUTES

Telefone:613312.5889

Brasília, março de 2014.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
Secretaria de Estado de Transparência e Controle  
Controladoria-Geral



# **ANEXO II – MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL QUANTO À EXECUÇÃO FÍSICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO FCDF – EXERCÍCIO 2013**





**RELATÓRIO Nº 01/2014–DIFIS/CONEP/CONT/STC**  
**MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL QUANTO À**  
**EXECUÇÃO FÍSICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO FUNDO**  
**CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FCDF**  
**EXERCÍCIO 2013**

**ÍNDICE**

I – INTRODUÇÃO .....	3
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL .....	4
III – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FCDF .....	5
III.1 – Despesa Empenhada por Modalidade de Licitação.....	7
III.2 – Despesa Liquidada por Categoria de Gasto .....	7
IV – ANÁLISE DA GESTÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS .....	8
V – RESULTADOS DOS EXAMES .....	9
V.1 – Polícia Militar do Distrito Federal e Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal .....	9
V.1.1 – Execução Orçamentária e Financeira.....	9
V.1.2 – Atividades Realizadas pela Auditoria Interna ou Assemelhadas .....	10
V.1.3 – Utilização de Saldo de Restos a Pagar em Desacordo com as Normas de Execução (UG 170393 – PMDF) .....	11
V.1.4 – Deficiências no Acompanhamento do Saldo de Contas Contábeis (UG 170393 – PMDF) .....	12
V.1.5 – Saldo de Restos a Pagar não Processados a Liquidar (UG 170393 – PMDF).....	13
V.1.6 – Irregularidades nos Processos de Aquisição (UG 170393 – PMDF).....	14
V.1.7 – Auditoria de Tecnologia da Informação (UG 170393 – PMDF).....	16
V.1.8 – Auditoria de Pessoal Ativo (UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal).....	16
V.1.9 – Auditoria Especial no Fundo de Saúde da PMDF (UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal/PMDF) .....	17
V.1.10 – Indicadores Institucionais (UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal/PMDF) .....	17
V.2 – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e Assistência Médica – CBMDF .....	18
V.2.1 – Execução Orçamentária e Financeira.....	18
V.2.2 – Atividades Realizadas pela Auditoria Interna ou Assemelhadas .....	19
V.2.3 – Utilização de Saldo de Restos a Pagar em Desacordo com as Normas de Execução (UG 170394 – CBMDF) .....	22
V.2.4 – Deficiências no Acompanhamento do Saldo de Contas Contábeis (UG 170394 – CBMDF) .....	23
V.2.5 – Saldo de Restos a Pagar não Processados a Liquidar (UG 170394 – CBMDF).....	23
V.2.6 – Deficiências no Acompanhamento da Conta Contábil Restos a Pagar a Liquidar Bloqueados (UG 170495 – Fundo de Saúde – CBMDF) .....	24
V.2.7 – Indicadores Institucionais (UG 170495 – Fundo de Saúde – CBMDF) .....	25





V.3 – Polícia Civil.....	28
V.3.1 – Execução Orçamentária e Financeira.....	28
V.3.2 – Atividades Realizadas pela Auditoria Interna ou Assemelhadas .....	28
V.3.3 – Utilização de Saldo de Restos a Pagar em Desacordo com as Normas de Execução .....	29
V.3.4 – Saldo de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar .....	31
V.3.5 – Ausência de Reembolso por Cessão de Servidores da PCDF a Diversos Órgãos do GDF .....	32
V.3.6 – Pagamento Indevido a Servidores Administrativos da PCDF com Recursos do FCDF .....	33
V.3.7 – Auditoria de Pessoal.....	34
V.3.8 – Auditoria de Tecnologia da Informação.....	34
V.3.9 – Indicadores Institucionais .....	35
V.4 – Secretaria de Estado de Saúde .....	35
V.4.1 – Execução Orçamentária e Financeira.....	36
V.4.2 – Atividades Realizadas pela Auditoria Interna ou Assemelhadas .....	36
V.4.3 – Notas e Relatórios de Auditoria Elaborados pela Controladoria/SES .....	37
V.4.4 – Pagamento de Horas Extras na SES.....	38
V.4.5 – Indicadores Institucionais .....	39
V.5 – Secretaria de Estado de Educação.....	39
V.5.1 – Execução Orçamentária e Financeira.....	39
V.5.2 – Atividades Realizadas pela Auditoria Interna ou Assemelhadas .....	40
V.5.3 – Indicadores Institucionais .....	42
V.6 – Contribuição Previdenciária dos Servidores da PMDF, CBMDF e PCDF .....	42
VI – CONCLUSÃO.....	43
VII – RECOMENDAÇÕES .....	43





**RELATÓRIO Nº 01/2014–DIFIS/CONEP/CONT/STC**  
**MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL QUANTO À**  
**EXECUÇÃO FÍSICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO FUNDO**  
**CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FCDF**  
**EXERCÍCIO 2013**

<b>INTERESSADO</b>	: Fundo Constitucional do Distrito Federal
<b>UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS</b>	: Polícia Militar do Distrito Federal Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal – PMDF Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal Assistência Médica – CBMDF Polícia Civil do Distrito Federal Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
<b>OBJETO</b>	: Exame da prestação de contas anual do Fundo Constitucional do DF
<b>EXERCÍCIO</b>	: 2013

Senhor Controlador-Geral,

Em atendimento às determinações contidas nas Ordens de Serviço nºs 53/2013–CONT/STC, de 03/05/2013, e 159/2013–CONT/STC, de 25/10/2013, apresenta-se o relatório contendo a manifestação da Controladoria-Geral do Distrito Federal quanto à execução física, financeira, orçamentária e patrimonial do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, ano base 2013.

Os trabalhos foram realizados no período de 06/05/2013 a 14/02/2014, por meio do exame de processos administrativos, da análise da documentação fornecida pelas Unidades Jurisdicionadas Agregadas ao FCDF – UJs, de consultas ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e da documentação extraída do Portal do Senado Federal<sup>3</sup>.

#### **– INTRODUÇÃO**

O Fundo Constitucional do Distrito Federal foi instituído pela Lei Federal nº 10.633/2002, que dispõe em seu art. 1º:

Art. 1º – Fica instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, de natureza contábil, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

Os recursos do mencionado Fundo são geridos no âmbito da União por meio do SIAFI, administrado pelo Ministério da Fazenda. Assim, as Unidades Jurisdicionadas Agregadas, embora pertençam à estrutura administrativa distrital, executam as despesas com recursos do FCDF no Orçamento da União, por meio das Unidades Gestoras – UGs identificadas a seguir:

<sup>3</sup> <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=2619630>

**TABELA 1 – UGs CADASTRADAS NO SIAFI**

Código	Descrição
170393	Polícia Militar do Distrito Federal
170394	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
170395	Polícia Civil do Distrito Federal
170397	Secretaria de Estado de Saúde
170399	Secretaria de Estado de Educação
170484	Departamento de Gestão de Pessoal/PMDF
170485	Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal/PMDF
170495	Assistência Médica/CBMDF

FONTE: SIAFI

**– FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A organização e a apresentação da prestação de contas anual da gestão dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal são disciplinadas pela Instrução Normativa nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa nº 72/2013, ambas do Tribunal de Contas da União – TCU, que estabelecem normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, cujos arts. 12 e 13 seguem transcritos a seguir:

Art. 12. Os relatórios de gestão referidos no caput do art. 3º devem contemplar todos os recursos orçamentários e extra-orçamentários utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pelas unidades jurisdicionadas, ou pelas quais elas respondam, incluídos os oriundos de fundos de natureza contábil recebidos de entes da administração pública federal ou descentralizados para execução indireta.

Art. 13. Os autos iniciais dos processos de contas serão constituídos das peças a seguir:

I- rol de responsáveis [...];

II- relatório de gestão dos responsáveis [...];

**III- relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas** ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos, observados os formatos e os conteúdos definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º deste normativo; (grifou-se)

IV- relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno, conforme formato e conteúdo definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º deste normativo;

V- certificado de auditoria, emitido pelo órgão de controle interno competente;

VI- parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente; e

[...]

Considerando o disposto nos incisos II a VI do art. 13, retro mencionado, o presente relatório tem por objetivo atender ao disposto no inciso III, uma vez que compete a esta Controladoria-Geral/STC o pronunciamento sobre a gestão dos responsáveis pelas unidades gestoras que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal, nos termos do Decreto Distrital nº 24.582/2004, combinado com o Decreto Distrital nº 32.716/2011.

Além da mencionada instrução normativa do TCU, também normatizam a prestação de contas do exercício de 2013, conforme consulta ao sítio eletrônico da Controladoria Geral da União – CGU e do TCU, as seguintes:

Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013, que aprova norma de execução destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder



Executivo Federal, sobre o acompanhamento do Plano de Providências Permanente, a elaboração do Relatório de Gestão, os procedimentos da auditoria anual de contas realizada pelo órgão de controle interno e a organização e formalização das peças que constituirão os processos de contas da administração pública federal a serem apresentadas ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 ou norma que a substitua;

Decisão Normativa TCU nº 127, de 15/05/2013, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2013, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63/2010;

Decisão Normativa TCU nº 132, de 02/10/2013, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2013 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos de entrega e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; e

Portaria TCU nº 175, de 09/07/2013, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013.

#### – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FCDF

No ano de 2013, por meio da Lei Federal nº 12.798, de 04/04/2013, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013, foi destinado à Unidade Orçamentária 73.901 – FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL uma dotação inicial no valor aproximado de R\$ 10,7 bilhões. A execução orçamentária e financeira foi realizada por meio do Programa 0903 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

Dessa forma, a execução orçamentária e financeira para a referida UO, no exercício de 2013, ocorreu conforme a síntese por UG demonstrada na Tabela 2:

**TABELA 2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FCDF, POR UG – EXERCÍCIO 2013 R\$ 1,00**

UG		Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
Código	Descrição					
170393	Polícia Militar do DF	1.737.255.349	1.545.843.266	1.545.843.266	1.545.843.266	1.388.933.823
170394	Corpo de Bombeiros Militar do DF	1.134.513.797	1.138.680.388	1.138.654.231	1.138.654.231	1.020.440.818
170395	Polícia Civil do DF	1.574.969.517	1.523.492.017	1.523.492.017	1.523.492.017	1.399.659.191
170397	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do DF	2.868.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640
170399	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do DF	2.492.504.049	2.716.477.944	2.716.477.944	2.716.477.944	2.716.384.272
170484	Departamento de Gestão de Pessoal PMDF	718.548.358	767.748.358	767.748.358	767.748.358	716.003.777
170485	Assistência Médica e Odontológica PMDF	116.459.556	68.508.653	68.489.210	68.489.210	60.063.724



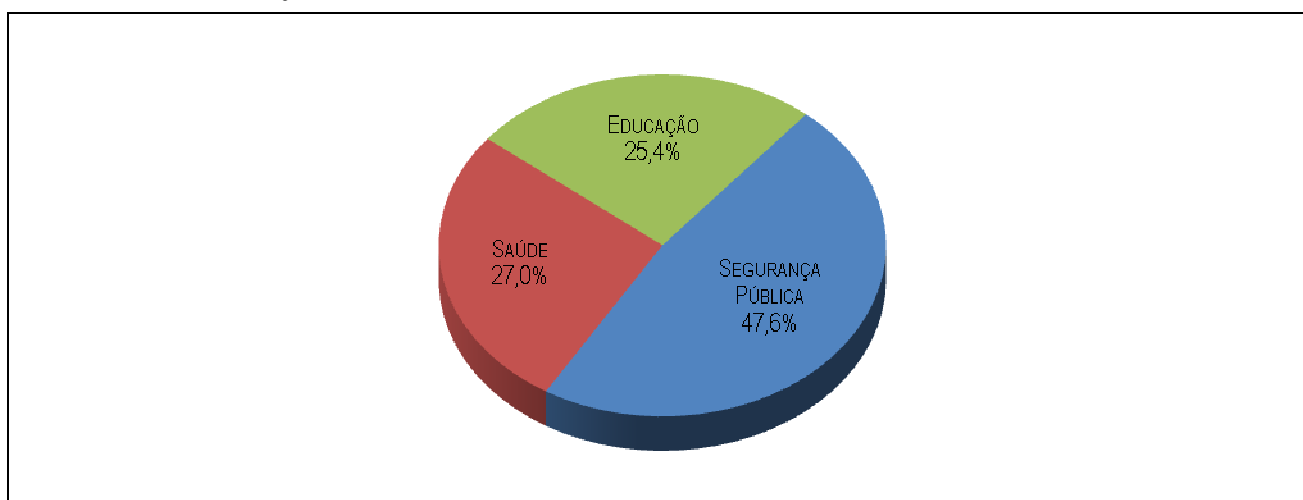
**TABELA 2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FCDF, POR UG – EXERCÍCIO 2013 R\$ 1,00**

UG		Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
Código	Descrição					
170495	Assistência Médica e Odontológica CBMDF	52.005.204	45.505.204	45.492.866	45.492.866	25.808.716
<b>Total</b>		<b>10.694.936.470</b>	<b>10.694.936.470</b>	<b>10.694.878.532</b>	<b>10.694.878.532</b>	<b>10.215.974.961</b>

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO; SIAFI; GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FCDF/SUTES/SEF.

Observa-se que, das despesas autorizadas para o Fundo Constitucional do DF em 2013, a Assistência Financeira para a realização de serviços públicos de Saúde e de Educação foi responsável por 52,4% dos recursos, conforme demonstrado na Figura 1 a seguir:

**FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS AUTORIZADAS POR ÁREA**



FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO

Quanto a essa distribuição, a área de Segurança Pública vem apresentando queda na repartição das despesas autorizadas para o FCDF desde 2011, tendo exibido em 2013 o menor percentual de participação nos últimos seis anos, conforme dados comparativos demonstrados na Tabela 3:

**TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS DO FCDF QUANTO ÀS DESPESAS AUTORIZADAS R\$ 1.000.000,00**

Áreas	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	R\$	% *	R\$	% *	R\$	% *	R\$	% *	R\$	% *	R\$	% *
Segurança	3,5	53,0	3,9	51,3	4,0	52,7	4,6	52,9	4,9	49,0	5,1	47,6
Saúde	1,5	22,8	1,9	25,0	2,0	26,3	2,3	26,4	2,4	24,0	2,9	27,0
Educação	1,6	24,2	1,8	23,7	1,6	21,0	1,8	20,7	2,7	27,0	2,7	25,4
<b>Total</b>	<b>6,6</b>		<b>7,6</b>		<b>7,6</b>		<b>8,7</b>		<b>10,0</b>		<b>10,7</b>	

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO (CONSOLIDADO)

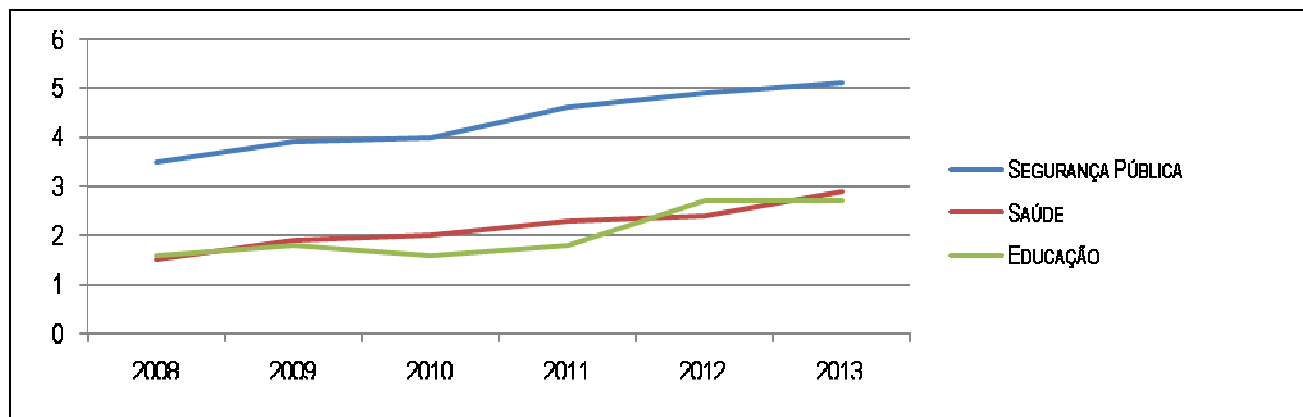
\* Percentual de cada Área em relação ao Total de todas as Áreas em cada Exercício

A Figura 2 mostra, em valores absolutos, forte crescimento das despesas autorizadas para a área de Saúde, principalmente nos últimos quatro anos. A área de Segurança Pública também apresenta crescimento, porém em ritmo menor, enquanto que a Educação permaneceu estagnada no biênio 2012/2013, contrastando com o contundente incremento observado no biênio anterior.



**FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS AUTORIZADAS POR ÁREA**

**R\$ 1.000.000,00**



FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL / ORÇAMENTO

**– DESPESA EMPENHADA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

A Tabela 4, a seguir, discrimina as despesas empenhadas no ano de 2013 com recursos do FCDF, por modalidade de licitação.

**TABELA 4 – DETALHAMENTO POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO – EXERCÍCIO 2013**

**R\$ 1,00**

Conta Contábil	Modalidade de Licitação	Total (R\$)	% *
199410202	Convite	1.861	0,0
199410203	Tomada de Preços	130.431	0,0
199410204	Concorrência	43.242.230	0,4
199410206	Dispensa de Licitação	13.800.016	0,1
199410207	Licitação Inexigível	96.629.951	0,9
199410208	Não Aplicável	10.295.524.490	96,3
199410209	Suprimento de Fundos	449.817	0,0
199410212	Pregão	245.099.735	2,3
<b>Total</b>		<b>10.694.878.532</b>	<b>100,0</b>

FONTE: SIAFI – GRUPO DE CONTA CONTÁBIL 192410200 – EMPENHOS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO

\* Percentual de cada Modalidade de Licitação em relação ao seu Total

Constata-se que 96,3% das despesas à conta do FCDF foram realizadas na modalidade de licitação NÃO APLICÁVEL, destinadas ao custeio de Pessoal e Encargos Sociais. Destacam-se, quanto a essa modalidade, as Unidades Jurisdicionadas Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado de Educação, responsáveis por 54,4% das despesas empenhadas nessa modalidade.

**– DESPESA LIQUIDADADA POR CATEGORIA DE GASTO**

A Tabela 5, a seguir, discrimina as despesas liquidadas no ano de 2013 com recursos do FCDF, por categoria de gasto.

**TABELA 5 – DETALHAMENTO POR CATEGORIA DE GASTO – EXERCÍCIO 2013**

**R\$ 1,00**

Área	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total (A)
Segurança Pública	4.398.689.945	542.240.610	148.789.393	<b>5.089.719.948</b>

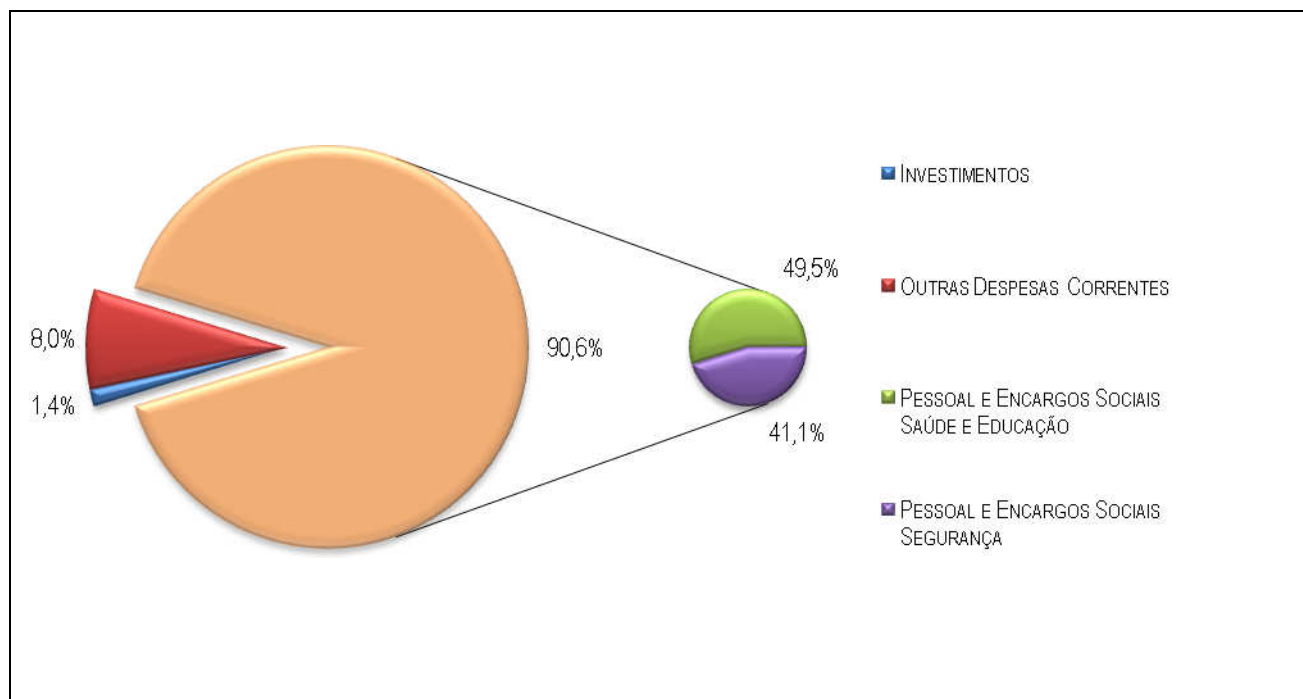


**TABELA 5 – DETALHAMENTO POR CATEGORIA DE GASTO – EXERCÍCIO 2013****R\$ 1,00**

Área	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total (A)
Saúde	2.888.680.640	0	0	<b>2.888.680.640</b>
Educação	2.404.477.944	312.000.000	0	<b>2.716.477.944</b>
<b>Total</b>	<b>9.691.848.529</b>	<b>854.240.610</b>	<b>148.789.393</b>	<b>10.694.878.532</b>
<b>Percentual sobre (A)</b>	<b>90,6%</b>	<b>8,0%</b>	<b>1,4%</b>	<b>100%</b>

FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO

Consoante a Tabela 5, o montante das despesas com Pessoal e Encargos Sociais corresponde a 90,6% do total das despesas liquidadas no Fundo Constitucional do DF no ano de 2013, sendo que 49,5% desse total correspondem às áreas de Saúde e Educação, conforme a Figura 3. Assim, as Outras Despesas Correntes e os Investimentos equivalem, respectivamente, a 8,0% e a 1,4% de todos os recursos executados.

**FIGURA 3 – EMPENHOS LIQUIDADOS POR CATEGORIA DE GASTO**

FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO.

**– ANÁLISE DA GESTÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS**

Para subsidiar a presente manifestação, foram adotadas as seguintes providências:

exame de processos administrativos;

solicitação de esclarecimentos sobre o reembolso ao FCDF das dívidas relacionadas à cessão de servidores da PCDF a diversos órgãos do Governo do Distrito Federal e de outros estados;

solicitação de informações sobre a existência de planejamento formal de auditorias para o ano de 2013 nas Unidades Jurisdicionadas Agregadas;

solicitação de esclarecimentos às Unidades Jurisdicionadas Agregadas quanto aos indicadores institucionais desenvolvidos para medir os produtos, serviços e



resultados alcançados pela gestão no exercício, incluindo informações sobre as fórmulas de cálculo, considerando sua utilidade e mensurabilidade;

averiguação quanto à realização de auditorias especiais ou inspeções efetuadas e concluídas pela Diretoria de Auditoria de Pessoal Ativo desta Controladoria-Geral no ano de 2013, nas Unidades que compõem o FCDF;

solicitação de informações sobre o uso de saldo de notas de empenhos inscritas na Conta Contábil 295110301 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR para a liquidação e o pagamento de despesas do exercício de 2013; e

solicitação de justificativas sobre a existência de saldos de longa data nas Contas Contábeis 199720100 – CONTRATOS DE SEGUROS, 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, 295110401 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETOS, 199720300 – CONTRATOS DE ALUGUÉIS, assim como sobre os procedimentos adotados com vistas à suas regularizações.

## – RESULTADOS DOS EXAMES

### – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE PESSOAL

#### – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na Tabela 6, a seguir, constam as dotações iniciais, autorizadas e executadas pelas Unidades PMDF (UG 170393), Departamento de Gestão de Pessoal (UG 170484) e Fundo de Saúde da PMDF (UG 170485). Esta última está cadastrada no SIAFI como Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal.

**TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – PMDF E FSPMDF**

**R\$ 1,00**

Ação /Subtítulo		Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
Código	Descrição					
<b>UGs 170393 – PMDF e 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal</b>						
0036	Manutenção da PMDF	1.737.255.349	1.545.843.266	1.545.843.266	1.545.843.266	1.388.933.823
00FH	Auxílio-Alimentação	130.283.400	114.633.400	114.633.400	114.633.400	104.844.624
00FL	Assistência Pré-Escolar	7.297.872	5.147.872	5.147.872	5.147.872	4.082.487
00F1	Pessoal Inativo e Pensionista da PMDF	580.967.086	647.967.086	647.967.086	647.967.086	607.076.666
<b>Subtotal (UG 170393 + 170484)</b>		<b>2.455.803.707</b>	<b>2.313.591.624</b>	<b>2.313.591.624</b>	<b>2.313.591.624</b>	<b>2.104.937.600</b>
<b>UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal/PMDF (Fundo de Saúde)</b>						
00FM	Assistência Médica e Odontológica	116.459.556	68.508.653	68.489.210	68.489.210	60.063.724
<b>Total (UGs 170393, 170484 e 170485)</b>		<b>2.572.263.263</b>	<b>2.382.100.277</b>	<b>2.382.080.834</b>	<b>2.382.080.834</b>	<b>2.165.001.324</b>

FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO

Conforme a Tabela 6, as despesas autorizadas destinadas à manutenção da PMDF, à conta do FCDF, alcançaram 65% do total das despesas autorizadas para essa Corporação, enquanto que as despesas com pessoal inativo e pensionista, 27,2%.



Em atendimento ao item 1.5.1 do Acórdão nº 2631/2010 – TCU – Plenário, o registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal passou a ser realizado no SIAFI a partir de 1º de janeiro de 2011.

Ainda segundo o item 1.5.2 do referido Acórdão, os valores arrecadados não integram mais as ações executadas no SIGGo, somente o superávit apurado em exercícios anteriores ou que vier a ser executado no exercício de 2010.

#### **– ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADAS**

Consta na organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 31.793/2010, o órgão de direção geral denominado Departamento de Controle e Correição, conforme inciso VI do art. 19 do referido Decreto.

Na estrutura do Departamento de Controle e Correição está incluso o órgão de direção setorial Auditoria, conforme § 1º do art. 75 desse Decreto, cujas competências foram definidas no § 1º, art. 77 da citada norma:

Art. 77. À Auditoria compete assessorar, orientar, fiscalizar, avaliar e acompanhar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, assim como dar o devido tratamento aos processos de auditoria e controle externo no âmbito da Corporação, compreendendo as seguintes seções:

I - Seção Administrativa;

II - Seção de Auditoria Financeira;

III - Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio;

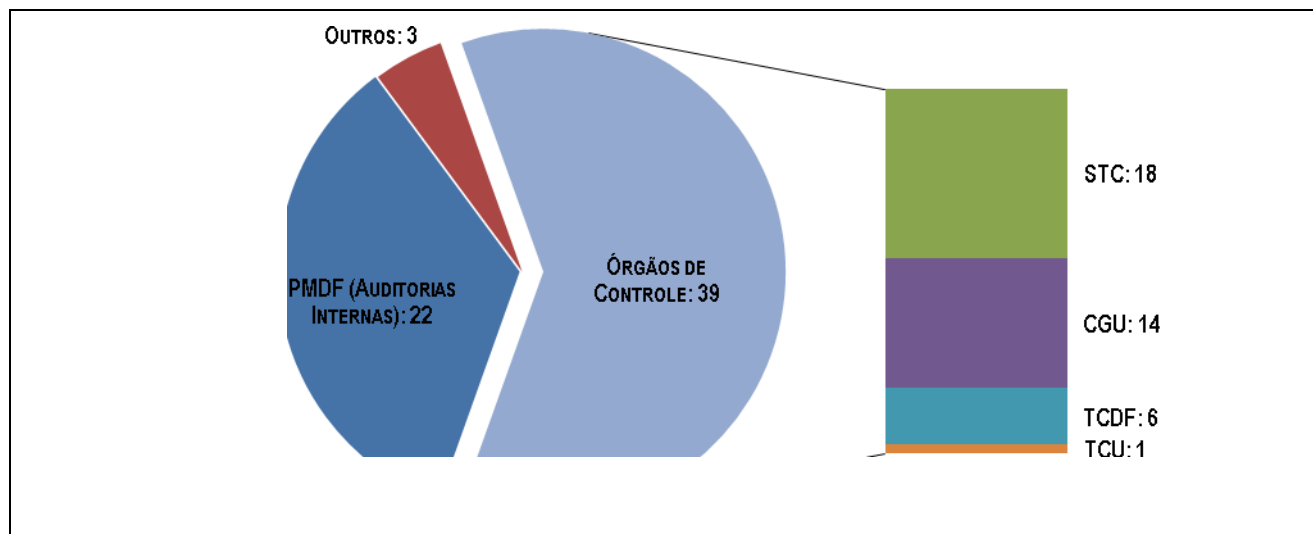
IV - Seção de Tomada de Contas Especial.

Por meio do Ofício nº 1.176/2013–SAPP, de 06/06/2013, o responsável pela auditoria dessa Corporação apresentou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAInt contemplando o planejamento das ações de auditoria da PMDF para o exercício de 2013.

Segundo o demonstrativo sintético apresentado pela Auditoria da PMDF, no ano de 2013 foram realizados 64 procedimentos de auditoria, relativos às demandas diversas e auditorias internas, de forma a atender, principalmente, às várias solicitações dos órgãos de controle interno e externo (Controladoria-Geral da União, Secretaria de Estado de Transparência e Controle e Tribunal de Contas do DF), assim como da própria Corporação e de outras unidades, conforme demonstrado na Figura 4.



**FIGURA 4 – PRINCIPAIS ÓRGÃOS DEMANDANTES DE INFORMAÇÕES DA PMDF**



FONTE: OFÍCIO Nº 2985/2013-SAPP, DE 17/12/2013.

De acordo com a Figura 4, os órgãos de controle foram responsáveis por 60,9% das demandas direcionadas à Auditoria/PMDF. As auditorias internas representaram 34,4% dos procedimentos de auditoria realizados no ano de 2013.

Ainda a respeito dos procedimentos de auditoria executados no ano de 2013, verificou-se que, na sua maioria, visavam atender a solicitações de informações, documentos ou processos ou se referiam a auditorias internas sobre a prestação de serviço voluntário na PMDF.

**– UTILIZAÇÃO DE SALDO DE RESTOS A PAGAR EM DESACORDO COM AS NORMAS DE EXECUÇÃO (UG 170393 – PMDF)**

Verificou-se no ano de 2013 o uso de saldo de notas de empenhos inscritos na conta contábil 295110301 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR para a liquidação e o pagamento de despesas do exercício de 2013, conforme a Tabela 7:

**TABELA 7 – DESPESAS CUSTEADAS INDEVIDAMENTE COM SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR DO EXERCÍCIO DE 2013** **R\$ 1,00**

Credor / CNPJ	N.E	Descrição	O.B.	Processo nº	Valor (R\$)
Vivo S.A 01.449.992/0155-10	2012NE 000315	Prestação de serviços de telefonia móvel – Janeiro de 2013	2013OB 800155	054.000.573/2010 V.03	12.713,10
Ceb Distribuição S.A 07.522.669/0001-92	2012NE 000609	Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica – Janeiro de 2013	2013OB 800127	054.001.033/2009 V.40	183.250,43
Caesb 00.082.024/0001-37	2012NE 000311	Prestação de serviços de fornecimento de água – Março de 2013	2013OB 800286	054.000.945/2012 V.02	306.545,89
Ceb Distribuição S.A 07.522.669/0001-92	2012NE 000313	Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica – Fevereiro de 2013	2013OB 800258	054.001.033/2009 V.41	132.667,70
	2012NE 000609				64.035,01
Caesb 00.082.024/0001-37	2012NE 000311	Prestação de serviços de fornecimento de água – Abril de 2013	2013OB 800384	054.000.945/2012 V.02	144.742,77
Vivo S.A 01.449.992/0155-10	2012NE 000315	Prestação de serviços de telefonia móvel – Março de 2013	2013OB 800418	054.000.573/2010 V.03	29.018,64
Ceb Distribuição S.A 07.522.669/0001-92	2012NE 000609	Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica – março de 2013	2013OB 800398	054.001.033/2009 V.42	12.965,97

**TABELA 7 – DESPESAS CUSTEADAS INDEVIDAMENTE COM SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR DO EXERCÍCIO DE 2013**  
**R\$ 1,00**

Credor / CNPJ	N.E	Descrição	O.B.	Processo nº	Valor (R\$)
<b>Total</b>					<b>872.973,54</b>

FONTE: SIAFI

Em resposta a questionamentos da Controladoria-Geral do DF, a PMDF, por meio do Ofício nº 1625/2013–SAPP, apresentou as seguintes justificativas:

**TABELA 8 – JUSTIFICATIVAS SOBRE O USO DE SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR PARA A LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 2013**

Credor / CNPJ	N.E	O.B.	Justificativa
Vivo S.A 01.449.992/0155-10	2012NE 000315	2013OB 800155	Percebeu-se no exame das faturas agrupadas que as ligações foram realizadas parte no mês de dezembro de 2012 e parte em janeiro de 2013, não havendo como desmembrar as contas da mesma fatura detalhada, motivo pelo qual o executor encaminhou a referida fatura, apesar de constar a referência ao mês de janeiro, para pagamento utilizando o saldo da nota de empenho inscrita em restos a pagar.
Ceb Distribuição S.A 07.522.669/0001-92	2012NE 000609	2013OB 800127	As leituras de consumo de energia elétrica foram realizadas no período de 24/12/2012 a 18/01/2013, apesar de constar na referência da fatura como sendo do mês de janeiro de 2013, motivo pelo qual o executor encaminhou as faturas para pagamento utilizando o saldo da nota de empenho inscrita em restos a pagar.
Caesb 00.082.024/0001-37	2012NE 000311	2013OB 800286	Houve a indicação indevida pelos executores quanto à nota de empenho a ser utilizada na liquidação e pagamento da despesa, apesar do contrato encontrar-se em sua vigência. Já foram adotadas medidas de orientação para os executores e para a Subseção de Processo de Pagamento para que se reduza a possibilidade de erros dessa natureza.
Ceb Distribuição S.A 07.522.669/0001-92	2012NE 000313	2013OB 800258	
Caesb 00.082.024/0001-37	2012NE 000311	2013OB 800384	
Vivo S.A 01.449.992/0155-10	2012NE 000315	2013OB 800418	
Ceb Distribuição S.A 07.522.669/0001-92	2012NE 000609	2013OB 800398	

FONTE: SIAFI

A utilização de saldo de restos a pagar para a apropriação de despesas do exercício seguinte, até o término da vigência do contrato, contraria o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, bem como o art. 67 do Decreto nº 93.872/1986.

Ressalte-se que tal prática é recorrente há vários exercícios.

### – DEFICIÊNCIAS NO ACOMPANHAMENTO DO SALDO DE CONTAS CONTÁBEIS (UG 170393 – PMDF)

Em junho de 2013, observou-se a existência de registros nas Contas Contábeis 199720100 – CONTRATO DE SEGUROS e 199720300 – CONTRATO DE ALUGUÉIS sem movimentação há vários exercícios, conforme apontado na Tabela 9:

<b>TABELA 9 – CONTRATOS SEM MOVIMENTAÇÃO – PMDF</b>			<b>R\$ 1,00</b>
Conta Contábil SIAFI	Descrição das Contas	Ano da Última Movimentação	Saldo (em R\$)
199720100	CONTRATOS DE SEGUROS	2003	3.826,74
199720300	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	2010	612.436,69
<b>Total</b>			<b>616.263,43</b>

FONTE: SIAFI



Em relação à Conta Contábil 199720100 – CONTRATO DE SEGUROS, por meio do Ofício nº 1220/2013/SEO, essa Corporação esclareceu que o registro desse valor se deu no período de implantação do sistema SIAFI. Informou ainda que, à época, não foi gerado contrato, sendo emitida apenas no SIAFI a Nota de Empenho nº 1086/2003, posteriormente cancelada por meio da NE nº 1137/2003 e novamente empenhada com recursos distritais no Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil / Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIAC/SIGGo, conforme NE nº 00583/2003. Por fim, explanou que o saldo da conta em comento não foi regularizado oportunamente, possivelmente em face da inexperiência dos profissionais em lidar com o então recém-implantado sistema.

Quanto à outra conta contábil, ainda por meio do supracitado ofício, a PMDF elucidou que no ano de 2010 foi implementada a reestruturação dessa Corporação, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.165/2010 e no Decreto Distrital nº 31.793/2010, com a extinção e criação de diretorias e seções responsáveis pela execução orçamentária, elaboração e registro de contratos no SIAFI, com a consequente realocação e adaptação de profissionais dessas diretorias às novas funções, o que contribuiu para a ocorrência de possíveis falhas operacionais no que tange ao registro e acompanhamento de saldo de contratos na citada conta.

A permanência de registros nas contas contábeis de controle dos contratos, sem movimentação nos exercícios de 2003 e 2010, decorre da falta de conciliação e acompanhamento pela Unidade, razão pela qual os demonstrativos contábeis não apresentavam, relativamente aos contratos, saldos fidedignos e confiáveis.

Quando do encerramento do exercício de 2013, observou-se que as citadas contas contábeis apresentavam saldos zerados.

#### – SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR (UG 170393 – PMDF)

Constatou-se que a conta contábil 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR apresentava, em 14/06/2013, saldos referentes aos exercícios de 2010 e 2011, no valor de R\$ 603.194,07, conforme Tabela 10 :

<b>TABELA 10 – SALDOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011 NA CONTA CONTÁBIL 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR</b>		
<b>R\$ 1,00</b>		
<b>NE</b>	<b>Conta Corrente / CNPJ</b>	<b>Saldo em 14/06/2013 (R\$)</b>
2010NE000378	Construtora Montebelense Ltda – ME / 03.064.549/0001-38	263.737,68
2010NE001139	Adler – Assessoria Empresarial / 00.844.597/0000-50	87.925,99
2011NE000547	Indústria de Água Mineral Ibiá Ltda / 05.655.158/0001-13	7,84
2011NE000681	A.L. Portela Alves – ME / 13.447.272/0001-86	4.109,00
2011NE001377	FCDF	50.242,38
2011NE001384	FCDF	187.707,30
2011NE001464	Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB / 00.037.226/0001-67	9.463,88
<b>TOTAL</b>		<b>603.194,07</b>

FONTE: SIAFI

A PMDF informou, conforme Ofício nº 1220/2013/SEO, que a existência de saldo na citada conta contábil dá-se pelos seguintes motivos:



**TABELA 11 – JUSTIFICATIVAS SOBRE A EXISTÊNCIA SALDOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011 NA CONTA CONTÁBIL 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR**

NE	Conta Corrente / CNPJ	Justificativas PMDF
2010NE000378	Construtora Montebelense Ltda – ME 03.064.549/0001-38	Aguardando solução de Processo Administrativo para que seja efetivado o pagamento.
2010NE001139	Adler – Assessoria Empresarial 00.844.597/0000-50	Pagamento suspenso, em razão da Mensagem SIGGo nº 1905/2010, pois a empresa foi citada no Inquérito nº 650/Supremo Tribunal de Justiça, relativo à “Operação Caixa de Pandora”.
2011NE000547	Indústria de Água Mineral Ibiá Ltda 05.655.158/0001-13	Material pendente de pagamento. Solicitada a nota fiscal para pagamento.
2011NE000681	A.L. Portela Alves – ME 13.447.272/0001-86	Inscrita indevidamente em Restos a Pagar.
2011NE001377	FCDF	Saldos remanescentes de notas de empenho inscritas em restos por solicitação do Departamento de Gestão de Pessoal (Processo nº 054.000.818/2011). Não há mais despesas a pagar com esses saldos, segundo o Ofício nº 021/SCC/DPPP/DGP-2013.
2011NE001384	FCDF	
2011NE001464	Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB 00.037.226/0001-67	Pagamento proveniente de processo de reconhecimento de dívida, porém a credora foi extinta. Aguardando definição a qual conta vinculada ao credor deve ser depositado o valor.

FONTE: OFÍCIO Nº 1220/2013/SEO

Em 06/02/2014 observou-se que os registros referentes à Construtora Montebelense Ltda – ME, Adler – Assessoria Empresarial (CNPJ 03.064.549/0001-38) e à Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB (CNPJ 00.037.226/0001-67) ainda continuavam inscritos nessa conta contábil, pendentes de solução.

A permanência em 2013 dos registros concernentes aos credores Indústria de Água Mineral Ibiá Ltda (CNPJ 05.655.158/0001-13), A.L. Portela Alves – ME (CNPJ 13.447.272/0001-86) e Fundo Constitucional do DF, considerando as justificativas apresentadas pela PMDF, evidenciam a inobservância das normas regulamentadoras do processo de inscrição e manutenção de saldo nessa conta, porquanto se permitiu a contabilização e a permanência de saldos de empenhos que não atendem aos arts. 35 e 36 da Lei Federal nº 4.320/1964 e aos arts. 67 e 68 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

**– IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO (UG 170393 – PMDF)**

No ano de 2013 foi efetuada por esta Controladoria-Geral/STC inspeção com o objetivo de emitir opinião sobre a denúncia veiculada em órgãos de imprensa acerca de supostas irregularidades no processo de aquisição de capas de chuva pela Polícia Militar do Distrito Federal.

O procedimento adotado para a execução desses exames consistiu na análise do Processo nº 411.000.259/2010 e solicitação de resposta a questionário, elaborado pela equipe de auditoria, de modo a esclarecer eventuais irregularidades no processo de aquisição, sobretudo, quanto ao quantitativo, preço cotado e especificações das capas de chuva.

A Tabela 12 apresenta os pontos de controle com as correspondentes questões de auditoria e conclusões elaboradas pela citada equipe de auditoria.

**TABELA 12 – PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE, QUESTÕES DE AUDITORIA E CONCLUSÕES PERTINENTES AO EXAME DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE CAPAS DE CHUVA PELA POLÍCIA MILITAR DO DF**

Pontos Críticos de Controle	Questões de Auditoria	Conclusões
-----------------------------	-----------------------	------------

**TABELA 12 – PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE, QUESTÕES DE AUDITORIA E CONCLUSÕES PERTINENTES AO EXAME DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE CAPAS DE CHUVA PELA POLÍCIA MILITAR DO DF**

Pontos Críticos de Controle	Questões de Auditoria	Conclusões
Adequação das Especificações das Capas de Chuva	As especificações contidas na licitação seguem as constantes no Decreto Distrital nº 34.128/2013?	As especificações constantes do edital de licitação seguem o Decreto nº 34.128/2013, ou seja, estão de acordo com a norma de fardamento.
	As especificações das capas de chuvas contêm elementos restritivos que limitam a participação de outras empresas no certame ou direcionam à determinada marca ou empresa?	No texto de descrição das capas de chuva não foram encontradas evidências de direcionamento a empresas ou marcas. A edição do Decreto Distrital nº 34.128/2013 veio exatamente especificar e padronizar os uniformes da PMDF, evitando questionamentos que apareceram em licitações passadas e impediram a conclusão do processo de compras.
Adequação da Quantidade dos Bens à Necessidade da Unidade	A quantidade de capas de chuva está de acordo com a necessidade da PMDF?	O quantitativo de capas de chuva é justificável, tendo em vista o efetivo policial atual e o previsto, bem como a possibilidade de qualquer policial realizar trabalhos de rua, considerando que as capas, segundo norma do Ministério do Trabalho, constituem equipamento de proteção individual com indicação de cada matrícula específica. Além disso, a aquisição por meio de Registro de Preços não obriga a Administração a adquirir o total das quantidades registradas. Deste modo, uma eventual variação da quantidade não trará prejuízos ao Erário.
Adequação da Cotação dos Preços das Capas de Chuva com o Praticado no Mercado	O preço estimado das capas de chuva está condizente com o praticado no mercado?	O preço estimado das capas de chuva está dentro da média de preços pesquisados junto às três empresas consultadas. Entretanto, a pesquisa realizada não foi ampla o bastante para comprovar que esse preço médio estimado reflete a realidade de preço praticado no mercado.

FONTE: RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 01/2013–DISEG/CONAS/CONT

Logo, segundo o referido Relatório de Inspeção, a pesquisa realizada não foi ampla o bastante para comprovar a compatibilidade dos preços cotados com os de mercado.

Ainda se observou a ocorrência dessa irregularidade no Processo nº 054.001.226/2012, relativo à aquisição de equipamentos medidores de velocidade do tipo estático/móvel, modelo Trucam ou similar. Consta às fls. 18 a 21, pesquisa mercadológica baseada em três propostas, com valor médio de R\$ 135.605,66. No entanto, segundo a Informação nº 289/2012, de 02/10/2012, do Tribunal de Contas do DF, a estimativa de preços estava acima dos praticados no âmbito da Administração Pública.

Assim, por meio da Decisão nº 5.369/2012–TCDF, foi determinado ao pregoeiro que somente adjudicasse o objeto do pregão após a verificação e confirmação da compatibilidade dos preços com os mercado.

Dessa forma, novo termo de referência foi elaborado pela PMDF, com valor médio de R\$ 132.516,75, conforme fls. 164 a 173.

O valor global da oferta vencedora foi de R\$ 2.595.000,00, e valor unitário de R\$ 86.500,00, ou seja, 34,7% inferior à cotação média estipulada por essa Corporação.

Aliás, também se verificou a existência de outras decisões do TCDF sobre irregularidades do mesmo tipo na PMDF.

Por exemplo, segundo o Processo nº 24016/2013–TCDF, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 32/2013, lançado pela Polícia Militar do Distrito Federal, tendo por objeto a aquisição de alambrados em plástico reforçado, conjunto de lanterna com sinalizador, cavaletes plásticos dobráveis, em conformidade com as especificações e condições constantes do termo de referência de que trata o anexo I do edital, o referido Tribunal, por meio da Decisão nº 3603/2013, determinou a essa Corporação que se abstivesse de adjudicar o item 2 – Conjunto de lanterna com sinalizador, encaminhando ao Tribunal justificativas, a fim de demonstrar que o preço cotado pela





licitante vencedora encontrava-se compatível com o de mercado, bem assim que as características exigidas para o produto não trariam prejuízo à competitividade do certame.

Finalmente, há que se ressaltar que essa irregularidade também foi verificada por ocasião da realização da inspeção desta Controladoria-Geral/STC nos contratos de Tecnologia da Informação da PMDF, conforme descrito no subitem 0 AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

#### – AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (UG 170393 – PMDF)

A Diretoria de Auditoria de Tecnologia da Informação – DIATI desta Controladoria-Geral/STC realizou inspeção relativa ao exercício de 2013, objetivando verificar a conformidade dos contratos de bens e serviços de Tecnologia da Informação à legislação vigente, bem como avaliar a execução desses contratos quanto aos aspectos de eficácia, eficiência e economicidade.

Essa auditoria foi realizada por amostragem e os exames foram adstritos aos processos relativos aos contratos de Tecnologia da Informação – TI, vigentes no período de 06/05/2013 a 05/07/2013.

Os resultados desse trabalho deram origem ao Relatório Final de Auditoria nº 02/2014–DIATI/CONEP/CONT/STC.

A Tabela 13 apresenta os pontos de controle com as correspondentes questões de auditoria e conclusões elaboradas pela equipe responsável por essa auditoria.

<b>TABELA 13 – PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE, QUESTÕES DE AUDITORIA E CONCLUSÕES PERTINENTES À AUDITORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NA PMDF</b>		
<b>Pontos Críticos de Controle</b>	<b>Questões de Auditoria</b>	<b>Conclusões</b>
Planejamento da Contratação	O requisitante do serviço avaliou a necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos da PMDF?	Ausência de plano de sustentação para as contratações de soluções de tecnologia da informação, com vistas à garantia da continuidade do negócio e em conformidade com a IN nº 02/2008-SLTI/MPOG e IN nº 04/2008-SLTI/MPOG.
		Adesão da proposta oferecida de acordo com a conveniência da contratada, uma vez que não há informações de estudos elaborados pela própria PMDF que justifiquem esta nova aquisição.
		Ausência de pesquisa de preços para o aditivo de contrato.
		Deficiências no planejamento de contratação.
Seleção do Fornecedor	Os valores presentes nas pesquisas de preços estão compatíveis com os praticados pela Administração Pública?	Valores praticados na aquisição acima do preço de mercado, em razão de deficiência na pesquisa de preços realizada.
Gerenciamento do Contrato	Os pagamentos dos serviços contratados estão sendo realizados em função dos resultados obtidos ou pela métrica homem-hora sem vinculação a produtos?	Utilização da métrica homem-hora sem a devida justificativa e vinculação a produtos.

FONTE: RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº 02/2014-DIATI/CONEP/CONT/STC

#### – AUDITORIA DE PESSOAL ATIVO (UG 170484 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL)

Em 2013 foi realizada auditoria na Polícia Militar do Distrito Federal, pela Diretoria de Pessoal Ativo – DIRPA/CONAP/CONT/STC, objetivando verificar os aspectos de conformidade dos procedimentos, identificando as causas das anormalidades e examinando a capacidade de gestão da área de pessoal.



Os resultados desse trabalho deram origem ao Relatório Preliminar de Auditoria Especial nº 02/2013–DIRPA/CONAP/CONT/STC.

Em atendimento ao disposto na Portaria nº 89/2013, desta Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, a PMDF manifestou-se formalmente a respeito das constatações de auditoria registradas no citado relatório, as quais ainda estão sendo examinadas pela equipe de auditoria responsável pela elaboração do citado Relatório.

#### – AUDITORIA ESPECIAL NO FUNDO DE SAÚDE DA PMDF (UG 170485 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE PESSOAL/PMDF)

Em dezembro de 2013 foi realizada auditoria especial no Fundo de Saúde da PMDF com o objetivo de avaliar em que medida o desenvolvimento das gestões orçamentária, financeira e operacional foi adequado e suficiente para o bom atendimento da missão institucional desse Fundo, de forma a garantir a eficiente prestação dos serviços de saúde aos membros dessa Corporação.

Os resultados desse trabalho deram origem ao Relatório Preliminar de Auditoria Especial nº 02/2013–DISED/CONAS/CONT/STC, o qual, tendo em vista o disposto na Portaria nº 89/2013–STC, foi encaminhado à PMDF para os devidos esclarecimentos sobre as constatações de auditoria, assim como sobre as informações ou trechos considerados sigilosos, em função de seu enquadramento nas hipóteses legais de sigilo, previstas na Lei Distrital nº 4.990/2012, com as devidas justificativas.

#### – INDICADORES INSTITUCIONAIS (UG 170485 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE PESSOAL/PMDF)

Questionada sobre a existência de metas físicas ou indicadores institucionais para as Ações descritas na Tabela 14 a seguir, a serem executadas com recursos do FCDF no exercício de 2013, essa Corporação apresentou as seguintes informações:

Código	Ação		Descrição das Metas Físicas ou Indicadores Institucionais
	Descrição		
28.845.0903.00FH	Auxílio Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		Beneficiar 16.703 servidores
28.845.0903.00FL	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		Atender 6.402 crianças
28.845.0903.00FM	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, seus Dependentes e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal		Favorecer 58.303 pessoas
28.845.0903.00F1	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal		Beneficiar 6.211 servidores
28.845.0903.0036	Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal		Atender 16.703 servidores

FONTE: OFÍCIO Nº 24/SEÇÃO DE ORÇAMENTO, DE 29/01/2014

Todavia, apesar de solicitação formal desta Controladoria, a referida Corporação não apresentou os resultados alcançados.

Especificamente sobre as outras despesas correntes e de capital, a PMDF esclareceu que foram estabelecidos indicadores de desempenho destinados a mensurar a gestão dos créditos e recursos disponíveis para a realização da despesa durante o exercício por meio da Portaria PMDF nº 761/2012, editada pelo Comando Geral dessa Corporação, conforme a Tabela 15.



**TABELA 15 – ÍNDICES DE GESTÃO DOS CRÉDITOS E RECURSOS DISPONÍVEIS**

Indicador	Cálculo	Observação
Evolução da Receita Orçamentária	$[(\text{recursos aprovados no ano}/\text{recursos arrecadados no ano anterior}) * 100] - 100$	Recursos orçamentários arrecadados
Captação de Recursos	$(\text{recursos aprovados}/\text{recursos solicitados}) * 100$	-
Índice de Disponibilidade de Recursos	$(\text{recursos liberados}/\text{recursos aprovados}) * 100$	Tem o objetivo de acompanhar o contingenciamento de recursos
Índice de Aplicação de Recurso em Investimento	$(\text{recursos para investimento executada}/\text{recursos disponibilizados na LOA para investimento}) * 100$	Ideal atingir 100% em fevereiro
Índice de Aplicação de Recurso em Custeio	$(\text{recursos para custeio executada}/\text{recursos disponibilizados na LOA para investimento}) * 100$	Ideal atingir 100% em fevereiro
Relação Custeio x Investimento	$(\text{recursos de investimento}/\text{recursos totais}) * 100$	-

FONTE: OFÍCIO Nº 24/SEÇÃO DE ORÇAMENTO, DE 29/01/2014

Segundo essa Corporação, em janeiro/2014 os indicadores contidos na Tabela 15 ainda estavam em fase de mensuração, face ao encerramento do exercício financeiro de 2013.

Além desses indicadores, a PMDF apresentou os seguintes:

**TABELA 16 – ÍNDICE DE DESVIO DE PLANEJAMENTO**

**R\$ 1,00**

Descrição	2012	2013
Recursos utilizados nos processos de aquisições e serviços não planejados	7.170.848,26	644.086,87
Recursos planejados para aquisições e serviços executados	252.387.450,00	84.253.005,02
<b>Índice</b>	<b>2,84</b>	<b>0,76</b>

FONTE: OFÍCIO Nº 24/SEÇÃO DE ORÇAMENTO, DE 29/01/2014

**– CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E ASSISTÊNCIA MÉDICA – CBMDF**

**– EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Na Tabela 17, a seguir, constam as dotações iniciais, autorizadas e executadas pelas Unidades CBMDF (UG 170394) e Fundo de Saúde do CBMDF (UG 170495). Esta última está cadastrada no SIAFI como CBMDF – Assistência Médica.

**TABELA 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – CBMDF E FSCBMDF**

**R\$ 1,00**

Código	Ação / Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
<b>UG 170394 – CBMDF</b>						
0032	Manutenção do CBMDF	761.257.797	751.924.388	751.908.680	751.908.680	664.089.043
00FE	Auxílio-Alimentação	54.373.800	49.673.800	49.672.143	49.672.143	45.500.345
00FF	Assistência Pré-Escolar	2.351.820	2.101.820	2.093.028	2.093.028	1.823.089
00F2	Pessoal Inativo e Pensionista do CBMDF	316.530.380	334.980.380	334.980.380	334.980.380	309.028.341
<b>Subtotal (UG 170394)</b>		<b>1.134.513.797</b>	<b>1.138.680.388</b>	<b>1.138.654.231</b>	<b>1.138.654.231</b>	<b>1.020.440.818</b>
<b>UG 170495 – Fundo de Saúde – CBMDF</b>						
00FI	Assistência Médica e Odontológica	52.005.204	45.505.204	45.492.866	45.492.866	25.808.716
<b>Total (UGs 170394 e 170495)</b>		<b>1.186.519.001</b>	<b>1.184.185.592</b>	<b>1.184.147.097</b>	<b>1.184.147.097</b>	<b>1.046.249.534</b>



FONTE: PORTAL DO SENADO / ORÇAMENTO

Conforme a Tabela 17, destaca-se que as despesas empenhadas para custeio da manutenção do CBMDF, à conta do FCDF, alcançaram 63,5% do total dos recursos autorizados para as UGs 170394 e 170495, e as despesas com pessoal inativo e pensionista, aproximadamente 28,3%.

A exemplo do Fundo de Saúde da PMDF, o orçamento do Fundo de Saúde – CBMDF também passou a ser executado no SIAFI, por ser oriundo do Fundo Constitucional do Distrito Federal, conforme o item 1.5.1 do Acórdão nº 2631/2010–TCU–Plenário.

#### – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADAS

Segundo o caput e incisos I a VI do art. 14 do Decreto Federal nº 7.163/2010, compete à Auditoria do Corpo de Bombeiros Militar do DF, órgão de controle responsável pela supervisão, fiscalização, análise e avaliação da administração orçamentária e financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e operacional da Corporação:

- I. propor a edição de instruções normativas, de caráter vinculante, de modo a prevenir erros, fraudes e desperdícios;
- II. apresentar ao Comandante-Geral, por meio do Controlador, plano anual de auditoria elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Controladoria;
- III. acompanhar e controlar, junto aos órgãos governamentais competentes, os procedimentos administrativos em relação às tomadas de contas anual, especial e extraordinária;
- IV. buscar a inter-relação entre ações de controle, inclusive processos disciplinares e inquéritos militares;
- V. examinar inventários, processos de tomada de contas de agente de material e dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Corporação, certificando a sua regularidade; e
- VI. coordenar, dirigir e controlar o cumprimento das recomendações, diligências e decisões exaradas pelos órgãos de controle interno e externo.

Em 2012, por meio do Ofício nº 096/2012/AUDIT/CTROL/Cmt-Geral, de 14/12/2012, a Auditoria/CBMDF encaminhou o Plano de Atividades de Auditoria Interna – PAINT dessa Corporação, compreendendo os anos de 2012 a 2015, elaborado com base no Manual de Auditoria adotado pelo Distrito Federal, por meio da Portaria–CGDF nº 21/2008, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2007, da Controladoria-Geral da União, no que diz respeito ao planejamento das atividades de auditoria interna e à apresentação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT.

A Tabela 18 apresenta quadro resumido contendo as atividades desenvolvidas no ano de 2013 pela Auditoria/CBMDF, em atendimento ao cronograma anual das atividades programadas no PAINT/2013:

TABELA 18 – DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA AUDITORIA/CBMDF EM 2013		
Atividade Planejada	Escopo	Situação

**TABELA 18 – DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA AUDITORIA/CBMDF EM 2013**

Atividade Planejada	Escopo	Situação
Verificar a formalização dos processos licitatórios nos contratos para a COPA de 2014, de modo a assegurar o atendimento às exigências legais pertinentes.	Solicitação dos processos licitatórios e dos contratos e termos aditivos vigentes e os elaborados no exercício – selecionados por amostragem na proporção de 5% para os pregões e 5% para as Dispensas e Inexigibilidades.	Foi feito Memorando n.º 197/2013- AUDIT/CTROL e o Memorando n.º 329/2013 para a DEALF, solicitando relação dos processos licitatórios e contratos realizados para atender Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 até aquele presente momento. O Memorando n.º 2/2013- SELIC/DICOA informa que não há fonte de recursos específica para os eventos e que o CBMDF não realizou nenhuma licitação específica para os megaeventos. Diante desta resposta não foi realizada a auditoria prevista.
Verificar a formalização dos processos licitatórios do CBMDF, de modo a assegurar o atendimento às exigências legais pertinentes.	Solicitação dos contratos e termos aditivos vigentes e os elaborados no exercício na proporção de 5%.	Foi criada no BG n.º 177/ 2013 a Comissão Especial de Auditoria para realizar auditoria nas obras de construção do vestiário do CEFAP e do 45º GBM - Sudoeste. A documentação produzida pela Comissão foi autuada nos autos do Processo n.º 053.001.917/2013. Foi concedido o prazo inicial de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual período. Conforme solicitação do Presidente da Comissão foi concedida a prorrogação e a previsão da entrega dos trabalhos será dia 17/01/2014.
Verificar o cumprimento das legislações pertinentes e analisar as rotinas de controle interno. Evitar impropriedades na área que possam ocasionar uma má utilização dos recursos públicos.	Análise dos processos da escala e execução dos serviços, selecionados por amostragem na proporção de 10%.	Foi criada no BG n.º 027/2013 a Comissão Especial de Auditoria para realização de auditoria nas escalas de serviço operacional do 10º GBM - Paranoá, no período de jul. a dez. 2012, nos termos da Demanda n.º 5.924/2012 da Ouvidoria da Controladoria do CBMDF. A documentação produzida pela Comissão foi autuada nos autos do Processo n.º 053.000.204/2013. Conforme itens VII, VIII e IX do Relatório supracitado, a Comissão encontrou indícios de irregularidades, confrontando as informações extraídas das Escalas de Serviço arquivadas no 10º GBM e de Planilhas de Gratificação de Serviço Voluntário - GSV, recebidas do Comando Operacional, no entanto, após o término dos trabalhos, fazia-se necessário ainda a abertura de contraditório e ampla defesa por parte do Comando do 10º GBM, pelos motivos expostos à fl. 281 dos autos do Processo. Dessa forma esta Auditoria, por meio dos Memorandos 266/2013- AUDIT/CTROL e 287/2013- AUDIT/CTROL encaminhou os autos ao Comandante Operacional, com vistas ao Comando do 10º GBM, para que pudessem tomar conhecimento das irregularidades apontadas no Relatório Final de Auditoria 001/2013 e informar as possíveis justificativas e ações adotadas para saná-las. Por meio do Memorando n.º 269/2013 - 10º GBM foram encaminhadas as respostas às diligências supracitadas, que esta Auditoria analisou e trouxe as seguintes recomendações: a) Abertura de procedimento apuratório administrativo para sanar as pendências apontadas referentes a 12 (doze) militares. b) Abertura de Tomada de Contas Especial, caso se faça necessário, e após procedimento apuratório administrativo; c) Revisão dos procedimentos internos de controle e administração das escalas de serviço do 10º GBM para que sejam observadas todas as normas e legislações vigentes, em especial referentes ao lançamento nas escalas de alterações como permutas efetuadas entre militares e as justificativas legais de ausência ao serviço. Após o referido procedimento investigatório, o Processo n.º 053.000.204/2013 foi encaminhado para a Corregedoria, por meio do Memorando n.º 375/2013-AUDIT/CTROL para abertura dos procedimentos cabíveis.

**TABELA 18 – DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA AUDITORIA/CBMDF EM 2013**

Atividade Planejada	Escopo	Situação
Verificar o cumprimento das legislações pertinentes e analisar as rotinas de controle interno. Evitar impropriedades na área que possam ocasionar uma má utilização dos recursos públicos.	Análise dos processos da escala e execução dos serviços, selecionados por amostragem na proporção de 10%.	Foi criada no BG n° 135/2013 Comissão Especial de Auditoria para realização de auditoria nas escalas de serviço operacional dos 8º, 9º e 16º Grupamentos de Bombeiro Militar (GBMs) e na Policlínica Médica (POMED), no período de janeiro a maio de 2013, devendo realizar a auditoria das escalas de serviço ordinário; dos afastamentos de militares (Licenças/Dispensas) e das escalas de Gratificação de Serviços Voluntários dos militares lotados nas referidas OBMs. A documentação produzida pela Comissão foi autuada nos autos do processo nº 053.001.386/2013. Foi concedido o prazo inicial de 90 (noventa) dias, admitida a prorrogação por igual período. Conforme solicitação do Presidente da Comissão foi concedida a prorrogação e a previsão da entrega dos trabalhos será dia 19/01/2014.
Examinar a adequação dos registros internos; Verificar os controles internos; Verificar o cumprimento das normas internas e da legislação pertinente. Constatar a ocorrência de impropriedades nas rotinas pertinentes à área visando corrigi-las e evitar reincidência. Analise sobre o aspecto e metodologia de auditoria das observações / irregularidades do inventário físico anual.	Aferição dos controles apresentados pelos responsáveis pelo setor, a serem oportunamente solicitados por esta auditoria e submetidos à inspeção física na proporção de 5%.	Foi criada no BG n° 193/2013 Comissão de Inventário Físico Anual dos Bens Móveis, Imóveis e Semoventes (bens permanentes) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente ao exercício de 2013. A documentação produzida pela Comissão foi autuada nos autos do Processo nº 053.002.126/2013. O prazo de entrega do Inventário corresponderá ao período constante do Decreto nº 28.444/ 2007, ao órgão responsável. A Auditoria está acompanhando os trabalhos da Comissão e adotando as providências para a prática dos atos subsequentes.
Avaliação das rotinas, procedimentos e controles internos, de forma a evitar a ocorrência de práticas que não observem os aspectos legais e formais.	Análise dos processos registrados na DGP e DIOF na proporção de 20%.	Foi criada no BG n° 162/ 2013 Comissão Especial de Auditoria para realizar auditoria nos processos de diárias e ajuda de custo, referentes a 2013. A documentação produzida pela Comissão foi autuada nos autos do Processo nº 053.001.719/2013. Foi concedido o prazo inicial de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual período. Conforme solicitação do Presidente da Comissão foi concedida a prorrogação e a previsão da entrega dos trabalhos será dia 27 de dezembro de 2013.
Exame da adequação dos registros internos; Verificação dos controles internos; Verificação do cumprimento das normas internas e da legislação pertinente, bem como do cumprimento das recomendações deste setor de Auditoria Interna. Constatar a ocorrência de impropriedades nas rotinas pertinentes à área visando corrigi-las e evitar reincidência. Almoarifado. Analise sobre o aspecto e metodologia de auditoria das observações / irregularidades do inventário físico anual.	Aferição dos controles apresentados pelos responsáveis pelo setor, que serão, oportunamente, solicitados por esta auditoria e submetidos à inspeção física na proporção de 10%.	Foi criada no BG n° 199/2013 comissão para proceder à Tomada de Contas Anual de Agente de Material/Bens de Consumo, referente ao exercício de 2013. Foram constituídas as subcomissões de inventário físico dos materiais de consumo estocados nas policlínicas e autuados os Processos n.ºs 053.002.125/2013, 053.002.186/2013, 053.002.187/2013 e 053.002.124/2013. A Consolidação será produzida pela Comissão e será autuada no Processo n.º 053.002.188/2013. Os almoarifados do CEMEV e COMAP foram destituídos e Incorporados pelo almoarifado do CESMA.
Comprovar a conformidade da execução conforme estabelecido nas legislações pertinentes.	Análise dos processos registrados e documentação conexa, na proporção de 5%.	Foi criada no BG n° 177/ 2013 Comissão Especial de Auditoria para realizar Auditoria nos descontos dos dependentes do fundo de Saúde do CBMDF e seus respectivos lançamentos em contracheque conforme Portaria nº 25/2006, no período de jan. a maio/2013. A documentação produzida pela Comissão foi autuada no Processo nº 053.001.916/2013. Foi concedido o prazo inicial de 90 (noventa) dias, admitida a prorrogação por igual período. Conforme solicitação do Presidente da Comissão foi concedida a prorrogação e a previsão da entrega dos trabalhos será dia 17 de março de 2014.

FONTE: OFÍCIO Nº 118/2013–AUDIT/CTROL, DE 18/12/2013.



**– UTILIZAÇÃO DE SALDO DE RESTOS A PAGAR EM DESACORDO COM AS NORMAS DE EXECUÇÃO (UG 170394 – CBMDF)**

Verificou-se no ano de 2013, o uso de saldo de notas de empenho inscritos na Conta Contábil 295110301 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR para a liquidação e o pagamento de despesas do exercício de 2013, conforme a Tabela 19:

**TABELA 19 – DESPESAS CUSTEADAS INDEVIDAMENTE COM SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR DO EXERCÍCIO DE 2013**  
**R\$ 1,00**

Conta Corrente/CNPJ	NE	Descrição	O.B.	Processo nº	Valor (R\$)
Auto Posto Millenium 2000 Ltda 03.261.491/0001-12	2012NE 000046	Pagamento de cartão combustível – 01/01 a 15/01/2013	2013OB 800096	053.000.098/2013	22.103,22
Petrobras Distribuidora SA 34.274.233/0001-02	2012NE 000100	Pagamento de faturas referente a combustível para aviões a turbina	2013OB 800694	053.000.252/2013	997,05
		Pagamento de QAV I, conforme DANFE nº 45557	2013OB 800754		1.291,64
EFAI Escola de Pilotagem Ltda 03.622.266/0001-64	2012NE 000376	Curso prático de treinamento de procedimentos de emergência em Esquilo HB 350B	2013OB 800824	053.000.909/2013	66.173,94
<b>Total</b>					<b>90.565,85</b>

FONTE: SIAFI

A Diretoria de Orçamento e Finanças/Departamento de Administração Logística e Financeira/CBMDF, por meio do Memorando nº 2228/2013–DIOFI/SSCONT, apresentou as seguintes justificativas:

**TABELA 20 – JUSTIFICATIVAS SOBRE O USO DE SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR PARA A LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 2013**

NE	Conta Corrente / CNPJ	O.B.	Justificativa
2012NE 000046	Auto Posto Millenium 2000 Ltda 03.261.491/0001-12	2013OB 800096	Houve incorreção na requisição de pagamento dessa despesa, sendo feito o acerto contábil dos valores por meio da 2013NS00100. Foi enviado memorando ao executor alertando-o quanto à necessidade de melhorar o controle do contrato ora executado, a fim de evitar a reincidência de erros na execução de contratos em exercícios futuros.
2012NE 000100	Petrobras Distribuidora SA 34.274.233/0001-02	2013OB 800694	Houve incorreções nas requisições de pagamento dessas despesas, sendo efetuado o acerto contábil desses valores por meio da 2013NS000997 Foi enviado memorando ao executor alertando-o quanto à necessidade de melhorar o controle do contrato ora executado, a fim de evitar a reincidência de erros na execução de contratos em exercícios futuros.
		2013OB 800754	
2012NE 000376	EFAI Escola de Pilotagem Ltda 03.622.266/0001-64	2013OB 800824	Essa corporação tomou por base como fato gerador da despesa a celebração do contrato em 24/08/2012, entretanto, como foi alvo de questionamento, a CBMDF reavaliará a situação para melhor instruir seus processos de despesa.

FONTE: MEMORANDO Nº 2228/2013–DIOFI/SSCONT

A respeito das despesas com o “Curso prático de treinamento de procedimentos de emergência em Esquilo HB 350B”, Contrato nº 66/2012, observou-se que a sua execução deu-se durante o exercício de 2013, porém a liquidação da despesa foi efetuada com recursos orçamentários de 2012, contrariando o art. 27 do Decreto Federal nº 93.872/1986, o qual disciplina que “as despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada”.

A utilização de saldo de restos a pagar para a apropriação de despesas do exercício seguinte, até o término da vigência do contrato, contraria o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, bem como o art. 67 do Decreto nº 93.872/1986.

**– DEFICIÊNCIAS NO ACOMPANHAMENTO DO SALDO DE CONTAS CONTÁBEIS (UG 170394 – CBMDF)**

Observou-se existência de saldo na conta contábil 199702100 – CONTRATOS DE SEGUROS, no valor de R\$ 1.354.236,25, em nome da empresa Unibanco AIG Seguros (CNPJ 33.166.158/0001-95), sem movimentação desde 2007.

Segundo o Memorando nº 2049/2013–DIOFI/SSCONT, da Diretoria de Orçamento e Finanças/Departamento de Administração Logística e Financeira/CBMDF, ocorreu no ano de 2006 o registro do contrato em duas contas do ativo compensado, uma na conta de serviços e outra na de seguros. No entanto, quando a despesa foi liquidada, apenas a conta de serviços fora baixada.

Ainda segundo o citado documento, essa Corporação tem realizado averiguações, com implantação de procedimentos, de forma a garantir um controle maior das contas de compensado.

A permanência de registros nas contas contábeis de controle dos contratos sem movimentação há vários exercícios decorre da falta de conciliação e acompanhamento pela Unidade, razão pela qual os demonstrativos contábeis não apresentavam, relativamente aos contratos, saldos fidedignos e confiáveis.

Quando do encerramento do exercício de 2013, observou-se que a referida conta contábil apresentava saldo zerado.

**– SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR (UG 170394 – CBMDF)**

Constatou-se a existência na conta contábil 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, de saldos de notas de empenho referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, totalizando R\$ 3.718.737,37, conforme documento extraído do SIAFI em 20/06/2013, referente ao mês de junho/2013.

A respeito desse saldo, a Diretoria de Orçamento e Finanças/Departamento de Administração Logística e Financeira/CBMDF apresentou as seguintes justificativas, entre outras:

[...] Esta Diretoria de Orçamento e Finanças não está alheia ao fato das inscrições e anulações relevantes de restos a pagar na Corporação. Por isso o esforço realizado ao longo dos últimos anos com os levantamentos sumários. No entanto, a experiência obtida com a dinâmica dos levantamentos anuais apontou que a inexistência de um instrumento eficaz para repasse de informações importantes e corretas maculou a efetividade das ações outrora tomadas. Nesse contexto, esta Diretoria de Orçamento e Finanças concluiu ser mais efetiva a edição de uma norma disciplinando os procedimentos para acompanhamento financeiro dos contratos custeados com recursos destinados ao CBMDF. Assim, publicou-se a Instrução Normativa 02/2013–DIOFI, em virtude de se considerar necessário padronizar as informações repassadas ao setor financeiro da Corporação garantindo que não haja omissão de qualquer dado relevante em relação ao acompanhamento financeiro dos contratos [...]

Acrescentou ainda que:

[...] Com o BG 105, um dos principais objetivos da convocação foi motivada pela MacroFunção SIAFI 020318, que é lastreada pela Portaria STN nº 833, de 16 dez. 2011, em conjunto com o Decreto nº 9.3872/1986, atualizado pelo Decreto nº 7.654, de 23 dez. 2011, a qual informa que os Saldos em Restos a Pagar de empenhos emitidos em 2011 serão automaticamente cancelados no dia 30 jun. do presente ano. Todavia, muito embora fosse estipulado o prazo citado, ainda perdurou a iniciativa do órgão em manter os cancelamentos automáticos dos empenhos ou não. Portanto, o limite de data para cancelamento é efetivo, todavia não terminativo. Então a convocação permitiu à Ordenação de Despesa angariar mais dados para o órgão, além de municiar a prestação de contas desses empenhos [...]





As informações prestadas pela citada Diretoria demonstram o empenho dessa Corporação em aperfeiçoar os controles de inscrição e acompanhamento dos recursos empenhados, contudo, não explicam a necessidade do mencionado saldo.

Verificou-se que os referidos registros foram cancelados no 2º semestre de 2013 com a seguinte justificativa: “cancelado por ordem do ordenador por falta de sustentação técnica na manutenção do saldo. Ressalta-se na ausência de manifestação quanto a manut/canc. do saldo de empenho pela DICOA [...]”. Tal justificativa evidencia a deficiência no monitoramento do saldo da conta de Restos a Pagar a Liquidar por parte dessa Corporação.

**– DEFICIÊNCIAS NO ACOMPANHAMENTO DA CONTA CONTÁBIL RESTOS A PAGAR A LIQUIDAR BLOQUEADOS (UG 170495 – FUNDO DE SAÚDE – CBMDF)**

Observou-se a existência de saldo no valor total de R\$ 135.826,25, na conta contábil 295110400 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS, no mês de junho/2013, conforme consulta ao SIAFI em 01/07/2013.

**TABELA 21 – SALDO DA CONTA CONTÁBIL 295110400 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS, EM JUNHO/2013**

		R\$ 1,00
NE	CONTA CORRENTE/CNPJ	SALDO EM 14/06/2013 (R\$)
2011NE000014	Hospital Santa Helena S/A / 00.049.791/0001-44	182,21
2011NE000015	Hospital Prontonorte S/A / 00.511.816/0001-80	65.011,90
2011NE000016	Hospital Maria Auxiliadora S/A / 38.000.485/0001-96	59,83
2011NE000024	Clínica Otorrino Oswaldo Nascimento / 37.160.645/0001-00	7.030,25
2011NE000026	Diagnósticos da América S/A / 61.486.650/0182-01	29.205,34
2011NE000027	Centro Radiológico do Gama S/A / 03.111.336/0001-10	1.190,61
2011NE000028	Radiograph Clínica de Imagem Ltda / 00.243.530/0001-60	11.687,14
2011NE000038	Urodiagnóstico Centro de Diagnóstico / 02.850.305/0001-18	11.458,97
2011NE000153	GHS Informática Ltda / 82.051.897/0001-47	10.000,00
<b>Total</b>		<b>135.826,25</b>

FONTE: SIAFI.

Segundo o § 2º do Decreto Federal nº 7.654/2011, os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º do citado Decreto, sendo que a Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda efetuará, nessa data, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no SIAFI.

Questionada sobre a existência desse saldo, a CBMDF, por meio do Ofício nº 074/2013–AUDIT/CTROL, apresentou as seguintes justificativas:

**TABELA 22 – JUSTIFICATIVAS SOBRE A EXISTÊNCIA DE SALDO NA CONTA CONTÁBIL 295110400 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS, NO MÊS DE JUNHO/2013**

NE	Conta Corrente / CNPJ	Justificativa
2011NE000014	Hospital Santa Helena S/A 00.049.791/0001-44	O saldo não foi anulado, pois que não foi possível confirmar a quitação dos débitos, uma vez que existiam pendências entre a auditoria e a credenciada.
2011NE000015	Hospital Prontonorte S/A 00.511.816/0001-80	Não foi possível efetuar o cancelamento do saldo remanescente antes do bloqueio no SIAFI, visto que a credenciada não apresentou tempestivamente informações sobre a inexistência de débitos.



2011NE000016	Hospital Maria Auxiliadora S/A 38.000.485/0001-96	Não foi possível efetuar o cancelamento do saldo oportunamente, porquanto não havia segurança sobre a existência de despesas a pagar.
2011NE000024	Clínica Otorrino Oswaldo Nascimento 37.160.645/0001-00	A credenciada apenas confirmou a inexistência de débitos às vésperas do de bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados.
2011NE000026	Diagnósticos da América S/A 61.486.650/0182-01	Não foi possível efetuar o cancelamento do saldo remanescente antes do bloqueio no SIAFI, visto que a credenciada não apresentou tempestivamente informações sobre a inexistência de débitos.
2011NE000027	Centro Radiológico do Gama S/A 03.111.336/0001-10	Os saldos não foram cancelados, pois, até a data limite de bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, as credenciadas não apresentaram respostas sobre a existência de despesas geradas ou pendentes em 2011.
2011NE000028	Radiograph Clínica de Imagem Ltda 00.243.530/0001-60	
2011NE000038	Urodiagnóstico Centro de Diagnóstico 02.850.305/0001-18	Não foi possível efetuar o cancelamento do saldo oportunamente, uma vez que não havia segurança sobre a existência de despesas a pagar.
2011NE000153	GHS Informática Ltda 82.051.897/0001-47	Não faz parte da área da saúde.

FONTE: OFÍCIO Nº 074/2013–AUDIT/CTROL

Verificou-se que os referidos registros foram cancelados no 2º semestre de 2013 com a seguinte justificativa: “*Desbloqueio de restos a pagar para anulação*”.

As justificativas constantes da Tabela 22 e as registradas no SIAFI indicam carências no monitoramento do saldo da conta contábil 295110301 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR. Tais deficiências não permitem aos correspondentes executores possuírem conhecimentos oportunos e precisos sobre a necessidade desses saldos, o que resulta futuramente na respectiva inscrição na conta contábil 295110400 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS.

#### – INDICADORES INSTITUCIONAIS (UG 170495 – FUNDO DE SAÚDE – CBMDF)

Questionado sobre a existência de metas físicas ou indicadores institucionais para as Ações descritas na Tabela 23 a seguir, aquela Corporação apresentou as seguintes informações:

Ação		Descrição das Metas Físicas ou Indicadores Institucionais
0032	Manutenção do CBMDF	As metas físicas estão descritas no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros–2013, bem como são aplicáveis alguns dos indicadores constantes da Portaria nº 38/2013, porém não há um indicador específico para o acompanhamento da ação.
00F2	Pessoal inativo e pensionista do CBMDF	Não há uma meta específica ou um indicador, havendo apenas uma projeção de gastos para o custeio da folha de pagamento do pessoal inativo e pensionista.
00FF	Assistência pré-escolar dos dependentes dos servidores do CBMDF	Não há uma meta específica ou um indicador, havendo apenas uma projeção de gastos para o custeio das despesas com a assistência pré-escolar.
00FI	Assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes do CBMDF	Não possui indicadores específicos para o seu acompanhamento, porém há indicadores institucionais visando aferir o desempenho da Assistência Médica, conforme dispõe a Portaria nº38/ 2013.

FONTE: OFÍCIO Nº 090/2013–AUDIT/CTROL

Em relação às respostas constantes da Tabela 23, observou-se que o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros–2013, encaminhado anexo ao Ofício nº 090/2013–AUDIT/CTRO, não contém metas físicas, visto que detalha somente os valores disponíveis no ano de 2013 por órgão setorial, elemento e subelemento de despesa.

O CBMDF acrescentou ainda que os recursos do FCDF estão contidos no Plano Plurianual Distrital em vigência e que há três indicadores definidos para acompanhamento desse Plano: "OCORRÊNCIAS ATENDIDAS", que expressa uma relação entre o número de ocorrências que o



CBMDF atendeu e o número de ocorrências que o CBMDF poderia atender; "TEMPO RESPOSTA PARA INCÊNDIO", o qual visa aferir a celeridade como a sociedade é atendida nos casos de incêndio e "UNIDADE MANTIDA", o qual expressa uma relação entre o número de unidades que compõem a estrutura do CBMDF e o número total de unidades que deveria existir.

A respeito desses indicadores, a referida Corporação apresentou as informações constantes na Tabela 24 a seguir:

**TABELA 24 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2013**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte de Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Unidade Mantida	Unidade	71%	31/12/2013	Anual	85	90	95	100	EMG/CBMDF
Ocorrências Atendidas	Unidade	89%	31/12/2013	Anual	94	95	96	97	SELOF/EMG
Tempo-Resposta Incêndio	Minuto	9min46s	31/12/2013	Anual	8	8	8	8	CIADE

FONTES: OFÍCIO Nº 01/2014-SEAUD/AUDIT.

Segundo a coluna “Índice mais recente” da Tabela 24, esses três indicadores ficaram abaixo da meta prevista.

Além desses indicadores, constatou-se que o CBMDF dispõe de outros trinta indicadores, criados com a finalidade de aferir o desempenho organizacional dessa Corporação, conforme Portaria nº 38/2013-CBMDF, explanados na Tabela 25.

**TABELA 25 – INDICADORES INSTITUCIONAIS**

Indicador	Unidade de Medida	Finalidade	Meta		Padrão de Desempenho
			Pretend.	Alcanç.	
Demanda reprimida	Percentual	Aferir o número de solicitações não atendidas pelo CBMDF via telefone 193.	5	Não Dispon.	
Tempo-resposta do Sistema de Segurança Pública para Operações BM	Minuto	Aferir a capacidade de pronto-emprego do serviço operacional	8	23	↓
Tempo-resposta do CBMDF para operações APH, salvamento e extinção de incêndios urbanos.	Minuto	Aferir a capacidade de pronto-emprego do serviço operacional	7	9	↓
Índice de ocorrências atendidas	Ocorrência/ 100.000 hab	Aferir os atendimentos prestados à sociedade pelo CBMDF.	3.307	3.009	↓
Ocorrências de incêndios florestais atendidas	Atendimento	Aferir o emprego do CBMDF no atendimento de incêndios florestais.	8.000	5.969	↓
Área queimada pelos incêndios florestais	Hectare	Aferir a extensão territorial atingida pelos incêndios florestais no Distrito Federal	20.000	7.965	↑
Incêndios periciados	Perícia	Aferir o número de incêndios ocorridos no Distrito Federal que foram submetidos à perícia de incêndio pelo CBMDF.	250	162	↓
Ações preventivas	Ação preventiva	Aferir as ações realizadas pelo CBMDF visando à prevenção de acidentes e incêndios.	10.000	14.730	↑
Índice de absenteísmo	Percentual	Aferir as ausências prolongadas dos militares ao serviço	5	4,6	↑
Índice de estabilidade dos gestores	Movimentação/ chefia	Aferir a permanência das chefias nos órgãos de direção, apoio e execução.	3	1,08	↑
Índice de transgressões disciplinares praticadas no âmbito da Corporação	Percentual	Aferir a prática de transgressões disciplinares e crimes militares cometidos por militares da Corporação.	0,50	0,14	↑

**TABELA 25 – INDICADORES INSTITUCIONAIS**

Indicador	Unidade de Medida	Finalidade	Meta		Padrão de Desempenho
			Pretend.	Alcanç.	
Índice de acidentes de serviço	Acidente/ 1.000 BM	Aferir a ocorrência de acidentes em serviço nas atividades desempenhadas pelo CBMDF.	4	19,3	↓
Índice de bombeiros acometidos por doenças ocupacionais	Doença/ 1.000 BM	Aferir a ocorrência de doenças ocupacionais no CBMDF.	2	Não Dispon.	▨
Índice de militares com nível superior	Porcentagem	Aferir a escolaridade do efetivo	50	35,6	↓
Consultas médicas realizadas	Consultas	Aferir quantitativamente os atendimentos prestados pela POMED	44.400	47.869	↑
Exames de laboratório realizados	Exames	Aferir quantitativamente os atendimentos prestados pelo Laboratório de Análises Clínicas da POMED	140.000	150.748	↑
Procedimentos odontológicos	Procedimentos	Aferir quantitativamente os atendimentos prestados pela PODON	30.000	34.949	↑
Índice de participação no TAF	Percentual	Aferir a participação anual do efetivo no Teste de Aptidão Física	95	83,5	↓
Índice de obesidade/IMC	Percentual	Aferir o percentual do efetivo que se encontra classificado como obeso	12	15,8	↓
Índice de inscrição em restos a pagar/Assistência Médica	Percentual	Aferir a execução orçamentária da Assistência Médica	5	48	↓
Índice de inscrição em restos a pagar/CBMDF	Percentual	Aferir a execução orçamentária do CBMDF	1	33,3	↓
Procedimentos de aquisição de bens e serviços	Procedimento de aquisição	Aferir o número de procedimentos de aquisições realizados pelo CBMDF	200	239	↑
Índice de disponibilidade da frota operacional	Percentual	Aferir a disponibilidade da frota operacional	80	96,2	↑
Índice de demandas respondidas no prazo inferior a 30 dias	Percentual	Aferir a capacidade de resposta do CBMDF às demandas apresentadas na Ouvidoria da Corporação	50	21	↓
Auditorias realizadas	Auditoria	Aferir as auditorias realizadas.	200	6	↓
Índice de execução do PGC/Cursos	Percentual	Aferir a execução do Plano Geral de Cursos para os cursos destinados a formação, aperfeiçoamento, altos-estudos, especialização e estágios.	90	82,9	↓
Índice de execução do PGC/Vagas.	Percentual	Aferir a execução do planejamento da área de ensino para os cursos de formação, aperfeiçoamento, altos-estudos, especialização e estágios.	90	110,3	↑
Índice de militares aptos na checagem operacional	Percentual	Aferir a proficiência dos militares do CBMDF nas atividades básicas de combate a incêndio, salvamento e APH.	75	97	↑
Extranet (internet/intranet)	Percentual	Aferir a disponibilidade do portal do CBMDF (intranet e internet) na web para o público interno e externo.	99,97	94,81	↓
Índice de quebra de links na utilização do Portal	Percentual	Aferir a eficiência do portal do CBMDF disponibilizado à sociedade	10	6,75	↑

FONTE: OFÍCIO Nº 01/2014–SEAUD/AUDIT E PORTARIA Nº 38/2013–CBMDF

Consoante a Tabela 25, de um total de 28 indicadores, 11 apresentaram bons resultados, o que representa aproximadamente 40% do total.

Entre as justificativas apresentadas pelo CBMDF para os resultados alcançados por esses indicadores com padrão de desempenho abaixo do pretendido, destacam-se: deficiência no quantitativo de viaturas e de equipamentos, insuficiência de recursos humanos habilitados, grande número de militares afastados em decorrência de atestado médico e de dispensas regulamentares.

**– POLÍCIA CIVIL****– EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Constam da Tabela 26 as dotações iniciais, autorizadas e executadas pela UG 170395 – PCDF.

**TABELA 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – PCDF****R\$ 1,00**

Código	Ação / Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
0037	Manutenção da PCDF	1.022.293.712	944.816.212	944.816.212	944.816.212	865.066.195
0041	Pessoal Inativo e Pensionista da PCDF	531.950.077	554.950.077	554.950.077	554.950.077	513.251.920
00FJ	Auxílio-Transporte	12.000	12.000	12.000	12.000	3.248
00FN	Auxílio-Alimentação	19.570.860	22.570.860	22.570.860	22.570.860	20.474.029
00FQ	Assistência Pré-Escolar	1.142.868	1.142.868	1.142.868	1.142.868	863.798
<b>Total</b>		<b>1.574.969.517</b>	<b>1.523.492.017</b>	<b>1.523.492.017</b>	<b>1.523.492.017</b>	<b>1.399.659.190</b>

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL/ ORÇAMENTO

Conforme a Tabela 26, destaca-se que as despesas empenhadas para custeio da manutenção da PCDF, à conta do FCDF, alcançaram aproximadamente 62% do total dos recursos autorizados e empenhados pela Unidade, enquanto que as despesas com pessoal inativo e pensionista, aproximadamente 36,4%.

**– ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADAS**

A estrutura administrativa da PCDF, aprovada por meio do Decreto Distrital nº 30.490/2009, não prevê qualquer unidade de auditoria ou de controle interno. No entanto, segundo o art. 4º do Decreto nº 34.367/2013, as Unidades de Controle Interno deverão compor a estrutura organizacional dos órgãos equiparados a Secretaria de Estado e a estrutura dos órgãos especializados da Administração Direta do Governo do Distrito Federal.

A Direção Geral da PCDF, por meio do Ofício nº 590/2013–Ass/DGPC, informou que não há qualquer previsão de instalação, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, de Unidade de Controle Interno – UCI, visto que essa Unidade é órgão mantido e organizado pela União, nos exatos moldes do disposto no art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, não sendo possível alteração de sua estrutura organizacional, por ato normativo distrital, para nela incluir unidade estranha às suas atividades fins e com subordinação a entidade diversa.

Há que se divergir do entendimento que não é possível a alteração da estrutura organizacional da PCDF por ato normativo distrital, para nela incluir unidade estranha às suas atividades fins, porquanto, além do próprio regimento dessa Unidade ter sido aprovado por normativo distrital, revela-se também a existência de leis locais criando, na estrutura da Administração Direta, setores vinculados à Polícia Civil do DF, não correlacionados diretamente à atividade fim dessa Unidade, como por exemplo a Lei nº 3.866/2006, a qual por meio do seu art. 5º, criou a Seção de Acompanhamento de Estágio Probatório – SAEP, vinculada à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral.

Além disso, consta do Relatório Anual de Prestação de Contas do Fundo Constitucional do DF, exercício de 2012, o entendimento da Controladoria Geral da União, em



analogia ao disposto no art. 4º do Decreto nº 34.367/2013, sobre a necessidade da existência de uma unidade de controle interno:

Em que pese não ser obrigatória a existência de Auditoria Interna em sua estrutura administrativa, nem se enquadrar dentre as Unidades que devem apresentar Parecer da Auditoria Interna, relacionadas conforme Anexo I da DN TCU nº 124/2012, a existência de setor responsável pelo monitoramento de recomendações do Órgão de Controle Interno, que atue revisando periodicamente os procedimentos de controle das diversas áreas da Unidade, avaliando riscos e mitigando suas causas, constituem boas práticas que contribuem para o alcance dos objetivos da Unidade.

**– UTILIZAÇÃO DE SALDO DE RESTOS A PAGAR EM DESACORDO COM AS NORMAS DE EXECUÇÃO**

Constatou-se o uso de saldo de notas de empenho inscritas na Conta Contábil 295110301 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR para a liquidação e pagamento de despesas do exercício de 2013, conforme a Tabela 27 a seguir:

**TABELA 27 – DESPESAS CUSTEADAS INDEVIDAMENTE COM SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR DO EXERCÍCIO DE 2013**  
**R\$ 1,00**

NE	Conta Corrente/CNPJ	Descrição	O.B.	Processo Nº	Valor (R\$)
2012NE 000018	CAESB 00.082.024/0001-37	Fornecimento de água e tratamento de esgoto para as unidades da PCDF – Período de 02/01 a 01/02/2013	2013OB 800377	052.000.413/2011	129.252,94
2012NE 000021	CEB Distribuição SA 07.522.669/0001-92	Fornecimento de energia elétrica – Janeiro de 2013	2013OB 800351	052.000.412/2011	221.204,52
2012NE 000027	Irmãos Rodopoulos Ltda 00.000.166/0001-08	Despesa com aluguel de imóvel destinado à 8ª Delegacia de Polícia – SAI – Janeiro de 2013	2013OB 800327	052.000.519/2010	19.278,32
2012NE 000070	Valid Soluções e Serviços de Segurança 33.113.309/0001-47	Prestação de serviço de confecção de tabela de eventos – Janeiro de 2013	2013OB 800402	052.000.117/2010	348.923,22
2012NE 000018	CAESB 00.082.024/0001-37	Fornecimento de água e tratamento de esgoto para as unidades da PCDF – Período de 01/02 A 01/03/2013	2013OB 800645	052.000.413/2011	141.059,98
2012NE 000021	CEB Distribuição SA 07.522.669/0001-92	Fornecimento de energia elétrica – Fevereiro de 2013	2013OB 800641	052.000.412/2011	15.850,75
2012NE 000026	São Martinho Imobiliária e Participações 00.893.573/0001-91	Despesa com locação de imóvel para funcionamento da Corregedoria Geral da PCDF – 10/02 a 10/03/2013	2013OB 800602	052.000.517/2010	41.752,50
2012NE 000027	Irmãos Rodopoulos SA 00.000.166/0001-08	Despesa com aluguel de imóvel destinado à 8ª Delegacia de Polícia – SIA – Fevereiro de 2013	2013OB 800596	052.000.519/2010	19.278,32
2012NE 000018	CAESB 00.082.024/0001-37	Fornecimento de água e tratamento de esgoto para as unidades da PCDF – Período de 01/03 A 01/04/2013	2013OB 800906	052.000.413/2011	99.170,38
2012NE 000027	Irmãos Rodopoulos Ltda 00.000.166/0001-08	Despesa com aluguel de imóvel destinado à 8ª Delegacia de Polícia – SIA – Março de 2013	2013OB 800845	052.000.519/2010	1.516,04
2012NE 000065	Digito Tecnologia Ltda 83.472.803/0001-76	Despesa com manutenção do equipamento MGC Guardião – 25/02 A 24/03/2013	2013OB 800886	052.000.107/2010	1.379,82
2012NE 000067	Digito Tecnologia Ltda 83.472.803/0001-76	Despesa com serviço de manutenção corretiva e preventiva – 03/03 a 02/04/2013	2013OB 800856	052.000.482/2010	8.229,99
2012NE 000070	Valid Soluções e Serviços de Segurança 33.113.309/0001-47	Prestação de serviço de confecção de tabela de eventos – Março de 2013	2013OB 800958	052.000.117/2010	20.699,37
2012NE 000022	Americel SA 01.685.903/0001-16	Serviço de telefonia móvel – 02/10/2012 a 01/03/2013	2013OB 801276	052.000.110/2010	8.977,30
2012NE 000024	Americel SA 01.685.903/0001-16				74.729,90
2012NE 000069	Connect Informações e Tecnologia SA 00.850.820/0001-72	Prestação de serviços técnicos de processamento de dados – 01/04 a 30/04/2013	2013OB 801245	052.000.104/2010	843,38

**TABELA 27 – DESPESAS CUSTEADAS INDEVIDAMENTE COM SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR DO EXERCÍCIO DE 2013****R\$ 1,00**

NE	Conta Corrente/CNPJ	Descrição	O.B.	Processo Nº	Valor (R\$)
2012NE 000067	Digitro Tecnologia Ltda 83.472.803/0001-76	Despesa com serviço de manutenção corretiva e preventiva – 03/05 a 02/06/2013	2013OB 801497	052.000.482/2010	8.229,99
2012NE 000069	Connect Informações e Tecnologia SA 00.850.820/0001-72	Prestação de serviços técnicos de processamento de dados – 01/05 a 31/05/2013	2013OB 801530	052.000.104/2010	686,58
<b>Total</b>					<b>1.160.376,72</b>

FONTE: SIAFI

Questionada sobre os motivos da existência desse saldo, a Divisão de Orçamento e Finanças/PCDF esclareceu que:

[...] a restrição quanto ao pagamento de serviços ou fornecimento de material liquidados no exercício seguinte ao da inscrição, se dá em virtude da criação do denominado “orçamento paralelo”, o qual poderia ser evitado pela unidade orçamentária por meio do cancelamento dos restos a pagar que não se refiram a despesas ocorridas em seu exercício de inscrição, e apuração do saldo em superávit financeiro para voltar ao orçamento do exercício para ser executado.

Contudo, tal prática, no caso, apuração de superávit de um exercício encerrado para integrar o orçamento do exercício seguinte não é possível no âmbito das despesas executadas no Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, porque a lei que o instituiu não prevê nenhum tipo de receita ou despesas senão as originariamente previstas no art. 2º da Lei nº 10.633/2002. Assim, todo resto a pagar que é anulado retorna ao Tesouro da União e deixa de ser aplicado à finalidade precípua para a qual o recurso fora disponibilizado, no caso a manutenção da PCDF.

Por esta razão, havendo saldo de nota de empenho de restos a pagar não processados cujo contrato ainda esteja em vigor, temos optado pela utilização desses recursos no pagamento dos serviços prestados a ter que devolver os recursos para a União, haja vista que não há viabilidade de incorporação de superávit financeiro para a Polícia Civil com o cancelamento dos restos a pagar. Além disso, ocorrendo o cancelamento de despesa originalmente assumida no exercício findo, seriam necessários recursos do orçamento corrente para suportar o pagamento das despesas, agravando a insuficiência de recursos orçamentários.

Finalizando este item esclareço que para cumprir o regramento da Lei 8.666/1993, o vencedor do certame tem o prazo legal para a entrega do bem ou o serviço, objeto da licitação e, quando não ocorre esta entrega até o dia 31 de dezembro, não nos resta outra alternativa senão utilizar o instrumento legal que é a inscrição de restos a pagar não processado. Carece esclarecer ainda, que as empresas vencedoras dos certames que não cumprirem os prazos de entregas incorrem em pagamento de multas após procedimento na Comissão de Apuração de Inadimplemento Contratual – CAIC/DAG.

De qualquer sorte, estamos regularizando esta situação e neste exercício até a presente data foi cancelado o valor de R\$ 95.089,12 (noventa e cinco mil, oitenta e nove reais e doze centavos).

As informações prestadas pela referida Divisão não explicam a necessidade desse saldo na conta Restos a Pagar a Liquidar. Limita-se a justificar o uso de saldos de empenho dessa conta para a apropriação de despesas do exercício corrente.

Tal prática contraria o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei Federal nº 4.320/1964, no art. 67 do Decreto Federal nº 93.872/1986, e fere o Princípio da Competência da Despesa e o Princípio da Anualidade dos Orçamentos, subitens 02.02.05, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, e 01.02.03, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, respectivamente, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012.



A respeito da apuração de superávit financeiro no FCDF, a Procuradoria Geral do DF, segundo o Parecer nº 230/2012–PROFIS/PGDF, concluiu que é possível enquadrar esse Fundo no conceito de fundo especial contido no art. 71 da Lei nº 4.320/64, qual seja, o de “*produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação*” e, por consequência, mostra-se aplicável ao fundo em exame o art. 73 do referido Decreto, segundo o qual “*salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo*”.

Todavia, o Ministério da Fazenda tem reiterado posicionamento no sentido que os recursos ordinários não constituem superávit financeiro em nenhum órgão ou entidade federal, e sim, no órgão central de programação financeira, e que as características constitucionais e legais mantêm o FCDF nas mesmas condições orçamentárias e financeiras dos demais órgãos e entidades do Governo Federal, conforme documentação encaminhada pela Subsecretaria do Tesouro/SEF-DF.

Assim, tal posicionamento obriga as Unidades Jurisdicionadas Agregadas a realizarem a estimativa orçamentária das despesas a serem custeadas com recursos do Fundo Constitucional do DF da forma mais exata possível, a fim de dotá-la da consistência necessária para que possa ser empregada como instrumento de gerência, de programação e de controle, e evitar a inscrição desnecessária de saldos de empenhos na conta Restos a Pagar a Liquidar e a posterior perda de recursos orçamentários ou o uso em desacordo com os Princípios Contábeis.

#### **– SALDO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR**

Constatou-se que a conta contábil 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR apresentava, em junho/2013, a existência de saldo pendente de regularização, no valor de R\$ 702.539,36, relativa ao registro 2010NE001657 – M.I.MONTREAL INFORMÁTICA LTDA (CNPJ 42.563.692/0001-26).

A respeito desse registro, a Divisão de Orçamento e Finanças/Departamento de Administração Geral/PCDF justificou que a citada empresa foi contratada por meio do Contrato nº 97/2010–PCDF, cujo objeto seria o fornecimento e instalação de solução de ECM/BPM, possibilitando a automação dos laudos dos Institutos do Departamento de Polícia Técnica, da Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos e de processos integrados da Cadeia de Custódia da Central de Guarda e Custódia de Vestígios. O Contrato foi firmado no valor de R\$ 1.994.726,40, tendo sido liquidado o valor de R\$ 1.044.000,00, correspondente ao fornecimento de bens, restando o saldo de R\$ 950.726,40.

Ainda segundo a DOF/DAG/PCDF, no exercício de 2013 foi inscrito na conta contábil 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, o valor de R\$ 886.608,16, sendo liquidado até julho/2013 R\$ 184.068,80, restando R\$ 702.539,36.

Finalmente, essa divisão da PCDF esclareceu que o Contrato nº 97/2010–PCDF teve sua vigência prorrogada até 31/12/2013 e à medida que as etapas fossem concluídas, iria liquidar o valor inscrito nessa conta.

Constatou-se que, em fevereiro de 2014, o referido saldo continuava pendente de regularização.



**– AUSÊNCIA DE REEMBOLSO POR CESSÃO DE SERVIDORES DA PCDF A DIVERSOS ÓRGÃOS DO GDF**

A Controladoria-Geral da União/Secretaria Federal de Controle, quando da apresentação dos resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal, exercício de 2009, identificou na Polícia Civil do DF, entre outras irregularidades, existência de dívida no valor de R\$ 27.210.804,93, referente à ausência de reembolso por cessão de servidores da PCDF a diversos órgãos do Governo do Distrito Federal e de outros estados, conforme Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 2010246557–CGU.

Segundo o demonstrativo encaminhado pelo Departamento de Administração Geral/PCDF, em outubro/2013 o valor dessa dívida totalizava o montante de R\$ 18.077.536, conforme a Tabela 28, o que representa, sem atualização monetária, decréscimo de aproximadamente 33,6% em relação ao montante original.

**TABELA 28 – DEMONSTRATIVO DOS ÓRGÃOS EM ATRASO COM O RESSARCIMENTO DOS SERVIDORES CEDIDOS – PCDF**  
**R\$ 1,00**

Unidade Requisitante	Qtd. de Servidores	Valor (R\$)						
		Acumulado até 31/12/2008	em 2009	em 2010	em 2011	em 2012	em 2013*	Total
1 Câmara Legislativa do DF	52	6.790.094	0	2.691.261	1.859.818	2.902.767	1.367.139	15.611.079
2 Centro de Assistência Judiciária do DF	3	235.738	0	0	0	0	0	235.738
3 Secretaria de Estado de Governo do DF	26	0	0	0	0	0	29.958	29.958
4 Secretaria de Estado de Saúde do DF	2	321.293	0	0	0	103.676	46.750	471.719
5 Administração Regional do Varjão	8	0	0	0	0	870.411	0	870.411
6 Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF	4	0	19.862	27.126	145.222	162.347	69.060	423.617
7 Governo do Estado do Maranhão	1	0	0	151.082	0	3.648	813	155.543
8 Casa Civil do DF	1	0	0	0	0	0	3.889	3.889
9 Administração Regional de Sobradinho II	5	0	0	0	0	0	205.537	205.537
10 Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento	1	0	0	0	0	0	12.846	12.846
11 Secretaria de Estado de Transportes do DF	6	0	0	0	0	0	31.732	31.732
12 Fundação de Apoio à Pesquisa	2	0	0	0	0	0	25.467	25.467
<b>Total</b>		<b>7.347.125</b>	<b>19.862</b>	<b>2.869.469</b>	<b>2.005.040</b>	<b>4.042.849</b>	<b>1.793.191</b>	<b>18.077.536</b>

FONTE: DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL/PCDF.

\* Valores atualizados até Outubro/2013

O Departamento de Administração Geral/PCDF também acrescentou que a Polícia Civil do DF tem oficiado mensalmente aos órgãos cessionários solicitando os devidos ressarcimentos.

Além disso, verificou-se que a Secretaria de Estado de Governo do DF revogou no ano de 2013 várias cessões, por falta de pagamento, determinando o retorno imediato dos servidores à Polícia Civil do Distrito Federal, conforme exemplificado na publicação de 20/07/2013 do Correio Braziliense, Caderno Cidades:



Quinze policiais civis que estavam à disposição da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) voltaram para as funções de origem no início da semana, requisitados pela Direção-Geral da Polícia Civil do DF (PCDF). No total, foram um delegado, um perito e 13 agentes/escrivães. O retorno foi motivado por um desentendimento entre o Legislativo, a PCDF e a Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a responsabilidade pelo pagamento dos salários dos servidores cedidos. A Câmara entende que, teoricamente, os funcionários não teriam custos para os seus cofres. A CGU e a Polícia Civil defendem que o salário pago pelo Fundo Constitucional do DF (FCDF) deveria ser restituído aos cofres da União pelo Legislativo local. No DF, o FCDF banca os vencimentos da segurança pública (policiais civis e militares e bombeiros). Diante da indefinição, o passivo existente, desde 2005, relativo aos policiais cedidos à Câmara, seria de aproximadamente R\$ 20 milhões, segundo cálculos da Polícia Civil.

A CGU, reiteradas vezes, advertiu a direção da Polícia Civil sobre a situação irregular dos servidores cedidos aos gabinetes dos deputados distritais. A cobrança chegava diretamente para o diretor-geral, Jorge Xavier. Apesar de estar no comando do órgão, Xavier não tinha como reverter a situação, pois as portarias de liberação dos funcionários foram assinadas pelo Secretário de Governo. Somente em maio último, o diretor foi orientado pela CGU a chamar os policiais de volta e a suspender os vencimentos daqueles que resistissem à determinação. Foi assim que Xavier procedeu.

#### **– PAGAMENTO INDEVIDO A SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA PCDF COM RECURSOS DO FCDF**

Segundo o Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 2010246557, relativo aos exames realizados sobre o processo anual de contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal pela CGU, exercício de 2009, foi identificada, entre outras irregularidades, a existência de dívida referente à utilização de recursos do FCDF para pagamento de servidores de carreiras de Administração Pública do GDF, lotados na PCDF, sem amparo de lei federal.

Segundo o Relatório de Auditoria CGU nº 201109258, referente aos exames realizados sobre o processo anual de contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal, exercício de 2010, a PCDF apurou que o montante a ser ressarcido seria de R\$ 43.387.335,00.

Observou-se que a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do DF providenciou a inclusão do montante dessa dívida no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA do exercício de 2013, no Programa de Trabalho 28.846.0001.9050.7137 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES – POLÍCIA CIVIL – DISTRITO FEDERAL. Entretanto, constou na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 (Lei Distrital nº 5.011/2012), na Unidade Orçamentária da PCDF, dotação orçamentária de R\$ 21.042.675, visando o ressarcimento dessa dívida.

No entanto, no transcorrer do ano de 2013, com as alterações orçamentárias, a despesa autorizada para o citado Programa de Trabalho foi reduzida para R\$ 88.622,00.

Ao final do exercício de 2013, observou-se que não houve o ressarcimento da supracitada dívida, por meio desse Programa de Trabalho.

A PCDF informou que ainda não realizou o devido ressarcimento, por orientação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Ofício nº 634/2013–GEAC/GAB/PGDF, uma vez que a mesma aguarda o pronunciamento definitivo do Tribunal de Contas da União a respeito da matéria em questão, conforme transcrição a seguir:

Encaminho para o seu conhecimento a manifestação apresentada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal nos autos do Processo nº 032.061/2008-1 em trâmite perante o Tribunal de Contas da União, no qual se discute a utilização de recursos do Fundo Constitucional para o custeio de despesas com a Carreira de Atividades Complementares de Segurança Pública e da Carreira de Apoio às atividades Policiais do Distrito Federal.



Desta feita, considerando que a discussão tratada no Processo nº 032.061/2008-1 é rigorosamente idêntica à debatida no Processo nº 019.033/2010-9, no qual se examina a validade do repasse de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para Custeio de despesas de pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública e para a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, ainda sem definição pela Egrégia Corte de Contas, entendemos que o debate acerca da regularidade na utilização destes recursos e eventual devolução dos valores envolvidos deverá aguardar uma definição sobre a questão pelo Tribunal de Contas da União.

Relativamente ao Processo nº 019.033/2010-9, por meio do Acórdão nº 3379/2013–Plenário, o Tribunal de Contas da União julgou as contas do Governo do Distrito Federal regulares com ressalva, por entender que a lei instituidora do FCDF permitiria a interpretação do uso de valores desse fundo para a segurança pública, não o restringindo à remuneração dos policiais e bombeiros militares. Tal decisão reverteu o Acórdão anterior que determinava a devolução de R\$ 300 milhões à União, em relação ao uso de recursos do citado fundo para o pagamento de despesas de pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública e para a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.

#### – AUDITORIA DE PESSOAL

A Diretoria de Auditoria de Pessoal Ativo – DIRPA desta Controladoria-Geral do DF/STC realizou inspeção de pessoal, com objetivo de avaliar e emitir opinião sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salários dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, em atendimento à Ordem de Serviço nº 125/2013–CONT/STC.

A referida auditoria ainda não havia sido concluída até o fechamento deste Relatório.

#### – AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria de Auditoria de Tecnologia da Informação desta Controladoria-Geral/STC, objetivando atender à determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, contida na Decisão nº 326/2013, item 1.4, letra “b”, procedeu ao exame do Contrato nº 44/2010, celebrado entre a PCDF e a empresa Net Service Ltda (CNPJ 00.427.205/0001-58), no tocante aos serviços e produtos de Tecnologia da Informação. Também efetuou as avaliações da gestão de Tecnologia da Informação quanto aos aspectos de eficácia, eficiência e economicidade.

O citado contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de rede lógica e rede elétrica para equipamentos de informática e datacenter.

Os resultados desse trabalho deram origem ao Relatório Final de Auditoria nº 02/2013–DIATI/CONEP/CONT/STC.

A Tabela 29 apresenta os pontos de controle com as correspondentes questões de auditoria e conclusões elaboradas pela equipe responsável por essa auditoria.

**TABELA 29 – PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE, QUESTÕES DE AUDITORIA E CONCLUSÕES PERTINENTES À AUDITORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NA PCDF**

Pontos Críticos de Controle	Questões de Auditoria	Conclusões
-----------------------------	-----------------------	------------

**TABELA 29 – PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE, QUESTÕES DE AUDITORIA E CONCLUSÕES PERTINENTES À AUDITORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NA PCDF**

Pontos Críticos de Controle	Questões de Auditoria	Conclusões
Planejamento da Contratação	A Unidade realizou o correto planejamento de quantidades a serem contratadas?	Utilização da métrica homem-hora sem a devida justificativa e vinculação a produtos.
Seleção do Fornecedor	Os valores pagos pelos serviços adquiridos são equivalentes aos praticados pelo mercado?	Os valores praticados no Contrato nº 044/2010, Processo nº 050.001.137/2010, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de rede lógica e rede elétrica para equipamentos de informática e Data Center, estão acima do mercado, tendo sido encontrada uma diferença a maior de R\$ 285.588,45, referente aos serviços e equipamentos contratados.
Gerenciamento do Contrato	O contrato tem sido devidamente acompanhado e controlado?	Os documentos contidos no Processo nº 050.001.137/2010 não apresentam o detalhamento adequado, necessário para aferir e qualificar os serviços entregues. Além disso, o processo não contém documentos exigidos pela norma, a exemplo dos relatórios circunstanciados de acompanhamento, para comprovar a efetiva monitoração do contrato. Foram constatados no exame do Processo nº 050.001.137/2010 duplicidade de pagamento dos serviços contratados e cobranças indevidas.

FONTE: RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº 02/2013–DIATI/CONEP/CONT/STC

**– INDICADORES INSTITUCIONAIS**

A respeito da existência de metas físicas ou indicadores institucionais para as Ações 0037 – MANUTENÇÃO DA PCDF, 0041 – PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA DA PCDF, 00FJ – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES DA PCDF, 00FN – AUXÍLIO – ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA PCDF e 00FQ – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES DA PCDF, essa Unidade explicou que os recursos destinados ao FCDF estão classificados no Orçamento da União na Função 28 – ENCARGOS ESPECIAIS, e na Sub-Função 845 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS, do Programa 0903 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicas, mas apenas ações genéricas, que não agregam produto à União.

Informou ainda que o Orçamento Anual do Governo do Distrito Federal não dispõe de programas, ações, produtos e metas específicas a orientar o gasto dos recursos do FCDF, visto que não integram o orçamento distrital, prejudicando o processo de planejamento, elaboração e execução do orçamento dos recursos do FCDF, que deve obediência às Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais da União e do Distrito Federal.

Dessa forma, ainda segundo a Polícia Civil do DF, em que pese o esforço dessa Unidade para seguir as leis de diretrizes orçamentárias, a situação ímpar em que se encontram os recursos do Fundo Constitucional do DF no orçamento da União tem se mostrado um complicador ao planejamento e execução de suas ações. Informou também que, apesar da existência de ações genéricas na Lei Orçamentária Anual da União, vem buscando compatibilizar o planejamento e execução dos recursos desse Fundo, adequando o processo de orçamentação e execução com o Plano Plurianual do Distrito Federal.

**– SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**– EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A Tabela 30 a seguir apresenta a dotação orçamentária executada pela Secretaria de Estado de Saúde na UG 170397 do FCDF.

**TABELA 30 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SES****R\$ 1,00**

Código	Ação /Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
009T	Assistência financeira para a realização de Serviços Públicos de Saúde do DF	2.868.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640

FONTE: PORTAL DO SENADO FEDERAL/ ORÇAMENTO.

De acordo com consultas realizadas no SIAFI, todos os recursos orçamentários foram empenhados para o custeio de despesa com pessoal e encargos sociais, na modalidade de licitação NÃO APLICÁVEL, conforme a distribuição por modalidade de aplicação e elemento de despesa apresentada na Tabela 31:

**TABELA 31 – DESPESA EXECUTADA POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO E ELEMENTO DE DESPESA – SES****R\$ 1,00**

Modalidade de Aplicação/Elemento de Despesa		Despesa Empenhada (E)	% (E) / (T)
<b>90 – Aplicações Diretas</b>			
01	Aposentadorias E Reformas	929.244.687	32,2%
03	Pensões	90.778.535	3,1%
04	Contratação Por Tempo Determinado	96.882.527	3,4%
09	Salário-Família	23	0,0%
11	Vencimentos E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.575.630.859	54,5%
13	Obrigações Patronais	29.900.569	1,0%
16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	102.290.390	3,5%
92	Despesas De Exercícios Anteriores	552.618	0,0%
94	Indenizações E Restituições Trabalhistas	63.400.428	2,2%
<b>Total (T)</b>		<b>2.888.680.636</b>	<b>100,0%</b>

FONTE: SIAFI

**– ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADAS**

Consta, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a unidade Corregedoria da Saúde, instituída por meio do Decreto Distrital nº 32.747/2011.

De acordo com o Decreto Distrital nº 33.384/2011, alterado pelo Decreto nº 34.155/2013, essa Corregedoria possui a seguinte estrutura:

[...]

14.1 Comissão de Ética

14.2 Núcleo de Protocolo e Documentação Administrativa

14.3 Controladoria

14.3.1 Gerência de Acompanhamento e Controle Interno

14.3.2 Gerência de Avaliação de Prestação e Tomada de Contas

14.4 Diretoria de Fiscalização de Licitações, Contratos e Convênios

14.4.1 Gerência de Fiscalização de Licitações

14.4.2 Gerência de Fiscalização de Contratos e Convênios

14.5 Diretoria de Assuntos Estratégicos

"Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade"



- 14.5.1 Gerência de Inteligência em Saúde
- 14.5.2 Gerência de Investigação e Análise
- 14.6 Diretoria de Instrução e Procedimento Disciplinar
  - 14.6.1 Gerência de Investigação Preliminar
  - 14.6.2 Gerência de Procedimento Disciplinar [...]

Segundo o art. 435 do Regimento Interno da SES/DF, aprovado pelo Decreto nº 34.213/2013, compete à Controladoria:

- I - dirigir, coordenar, controlar e avaliar as atividades de auditoria e controle interno, na qualidade de Unidade de Controle Interno, no âmbito da Secretaria;
- II - proceder à análise e à fiscalização orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de atos de pessoal, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas;
- III - propor alterações em leis e instrumentos normativos;
- IV - verificar os mecanismos de controle da legalidade e de avaliação de resultados, quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, assistencial e de pessoal no âmbito da Secretaria;
- V - orientar as unidades da Secretaria quanto à correta aplicação de recursos públicos;
- VI - propor a normatização, sistematização e padronização dos procedimentos operacionais e de logística, relacionados ao Sistema de Auditoria e Controle Interno na Secretaria;
- VII - elaborar e consolidar o Plano Anual de Auditoria Interna da Controladoria, coordenando e controlando sua execução;
- VIII - realizar auditorias e inspeções ordinárias e extraordinárias, de natureza orçamentária, financeira, contábil, logística, patrimonial, assistencial e de pessoal, no âmbito da Secretaria;
- IX - apurar a regularidade na prestação dos serviços assistenciais prestados pela Secretaria, alinhada às diretrizes do SUS;
- X - produzir relatórios de auditoria e notas técnicas relacionados a atos e fatos com indícios de ilegalidades ou irregularidades, praticados por agentes públicos lotados ou em exercício na Secretaria, quanto à utilização de créditos orçamentários e recursos financeiros oriundos do Distrito Federal ou da União;
- XI - notificar as unidades responsáveis quanto a irregularidades, ilegalidades e fragilidades de controle, orientando e recomendando a adoção das providências necessárias ao seu saneamento e controle preventivo;
- XII - supervisionar a apuração da regularidade nas tomadas e prestação de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos, no âmbito da Secretaria;
- XIII - promover ações que visem assegurar a transparência da gestão governamental, com o propósito de fomentar o controle social, prevenir e combater a corrupção, no âmbito da Secretaria; e
- XIV - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

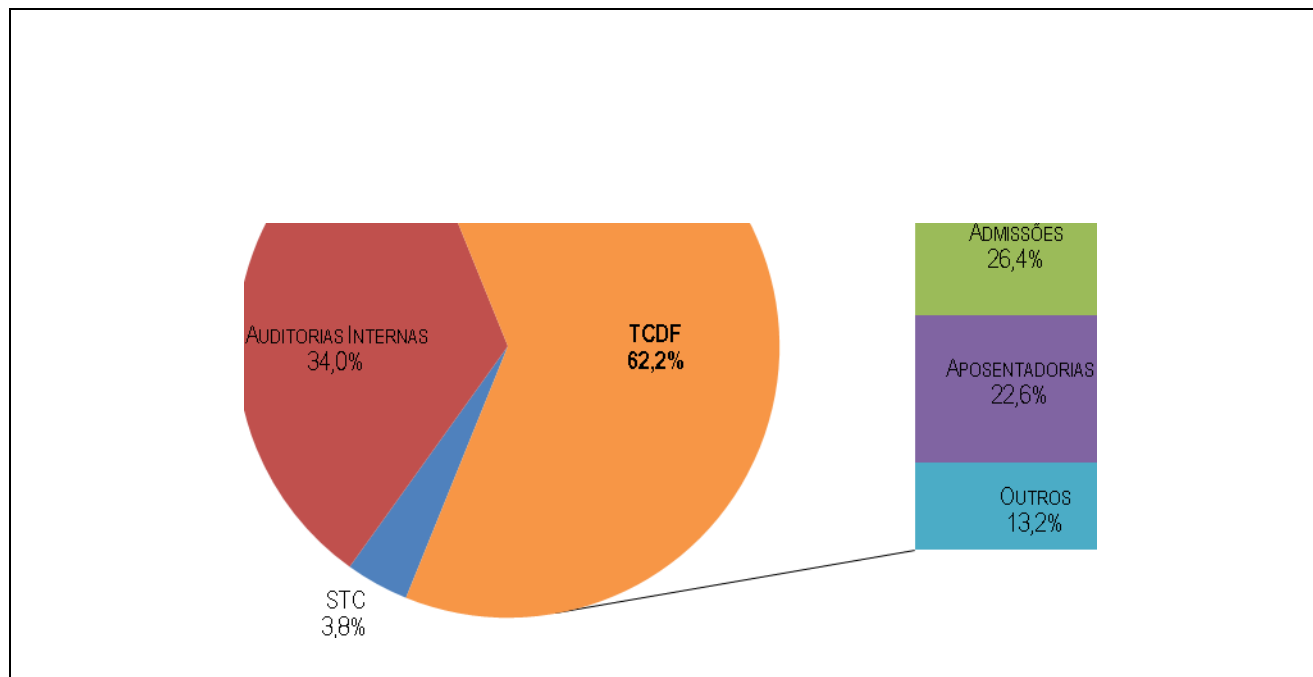
Especificamente sobre o inciso VII, que trata da elaboração, coordenação e controle do Plano Anual de Auditoria Interna, a Controladoria esclareceu que não possuía planejamento formal para os trabalhos de auditoria no ano de 2013, exercendo suas funções por demanda encaminhada pelo Corregedor Geral da Secretaria de Estado de Saúde do DF.

#### **– NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA ELABORADOS PELA CONTROLADORIA/SES**

Segundo levantamento efetuado a partir das Notas Técnicas de Auditorias e Relatórios de Auditoria disponibilizados pela Controladoria/SES, elaboradas entre janeiro e

setembro de 2013, o Tribunal de Contas do DF foi responsável por 62,2% das demandas, enquanto que as auditorias internas representaram 34% dos procedimentos de auditoria realizados no ano de 2013, conforme Figura 5:

**FIGURA 5 – ÓRGÃOS DEMANDANTES**



FONTE: CONTROLADORIA/CORREGEDORIA DA SAÚDE/SES-DF

Ainda segundo a Figura 5, 26,4% das solicitações estavam relacionadas a questionamentos sobre admissões decorrentes de concurso público.

#### **– PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS NA SES**

A Diretoria de Auditoria de Pessoal Ativo – DIRPA desta Controladoria-Geral do DF realizou inspeção de pessoal, com objetivo de “*avaliar e emitir opinião sobre o aumento do valor e quantidade de servidores que recebem a rubrica Hora Extra*” na SES/DF, que resultou no Relatório Preliminar de Inspeção nº 02/2013–DIRPA/CONAP/CONT/STC.

A amostra foi selecionada com base em relatórios gerados a partir do SIGRHWEB, Portal da Transparência do Governo Federal, escala de serviço disponibilizada no sítio eletrônico da SES.

Na referida inspeção, os pontos de controle foram selecionados a partir da análise de riscos que levaram em consideração a complexidade inerente às circunstâncias do pagamento das rubricas referentes a Hora Extra.

O citado Relatório, em cumprimento ao disposto na Portaria nº 89/2013–STC, foi encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde do DF para os devidos esclarecimentos sobre as constatações de auditoria, assim como sobre as informações ou trechos considerados sigilosos, em função de seu enquadramento nas hipóteses legais de sigilo da Lei Distrital nº 4.990/2012, com as devidas justificativas. A versão final não foi concluída até o fechamento desse Relatório.

**– INDICADORES INSTITUCIONAIS**

Questionada sobre a existência de metas físicas ou indicadores institucionais para a Ação 009T – ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, a Secretaria de Estado de Saúde do DF esclareceu inicialmente que os recursos do Fundo Constitucional do DF não compõem o Plano Plurianual do DF e não foram incluídos no Orçamento Distrital da área de Saúde. Acrescentou ainda que há no orçamento local um programa de trabalho específico para a administração de pessoal, o qual é utilizado para complementar com recursos do Tesouro as despesas com pessoal não custeadas integralmente pelo FCDF e, por conseguinte, por ser um programa de gestão, não possui indicadores específicos.

**– SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO****– EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A Tabela 32 a seguir apresenta a dotação orçamentária executada pela Secretaria de Estado de Educação, na UG 170399 do FCDF:

**TABELA 32 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEE****R\$ 1,00**

Código	Ação /Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
0312	Assistência financeira para a realização de serviços públicos de educação do Distrito Federal	2.492.504.049	2.716.477.944	2.716.477.944	2.716.477.944	2.716.384.272

Fonte: PORTAL DO SENADO FEDERAL/ ORÇAMENTO.

De acordo com consultas realizadas no SIAFI, todos os recursos orçamentários foram empenhados para o custeio de despesa com pessoal, encargos sociais e outras despesas correntes, na modalidade de licitação NÃO APLICÁVEL, conforme a distribuição por Grupo e Elemento de Despesa apresentada na Tabela 33:

**TABELA 33 – DESPESA EXECUTADA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – SEE****R\$ 1,00**

Grupo de Despesa/Elemento de Despesa		Despesa Empenhada (E)	% (E/T)
<b>Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>			
01	Aposentadorias e Reformas	1.518.377.785	55,9%
03	Pensões	107.580.766	4,0%
04	Contratação por Tempo Determinado	22.317.509	0,8%
05	Outros Benefícios Previdenciários de Servidor ou Militar	210	0,0%
11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	571.541.307	21,0%
16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	60.574	0,0%
92	Despesas de Exercícios Anteriores	182.167.671	6,7%
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	2.432.122	0,1%
<b>Subtotal (Grupo 1)</b>		<b>2.404.477.944</b>	<b>88,5%</b>
<b>Grupo 3 – Outras Despesas Correntes</b>			
08	Outros Benefícios Assistenciais	105.075.753	3,9%
46	Auxílio – Alimentação	166.806.682	6,1%
49	Auxílio – Transporte	17.052.322	0,6%





92	Despesas de Exercícios Correntes	23.065.243	0,8%
<b>Subtotal (Grupo 3)</b>		<b>312.000.000</b>	<b>11,5%</b>
<b>Total</b>		<b>2.716.477.944</b>	<b>100,0%</b>

FONTE: SIAFI.

Segundo a Tabela 33, 59,9% das despesas empenhadas destinavam-se ao pagamento de Aposentadorias, Reformas e Pensões.

A respeito desse tipo de despesa, segundo o Relatório de Prestação de Contas Anual do Fundo Constitucional, referente ao exercício de 2012, elaborado pela Controladoria Geral da União, a despesa realizada para pagamento de inativo não coadunaria com a descrição da Ação Orçamentária 0312 – ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, disposta na Lei Orçamentária Anual 2012 – LOA, conforme segue: *Assistência financeira ao Distrito Federal voltada à prestação de serviços públicos mediante transferência de recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo da área de educação do Governo do Distrito Federal.*

*Todavia, a Procuradoria Geral do DF opinou pela improcedência da argumentação da CGU, conforme consta no Parecer nº 0156/2013–PROFIS/PGDF, pelos seguintes motivos:*

- a) *A União, no seio de seu orçamento, não pode limitar a conveniência e a oportunidade que as competentes autoridades do Distrito Federal possuem para alocar os recursos - desde que - dentro das duas áreas beneficiadas com a assistência financeira constitucional e legalmente garantida: saúde e educação. O verbo entregar usado no art. 4º da lei que criou o FCDF inibe qualquer interferência federal na discricionariedade política de uso dos recursos, desde que dentro da finalidade da Lei, o que não é questionado pela CGU;*
- b) *É verdade que a descrição da Ação 0312 limita-a ao pessoal ativo da área de educação do Distrito Federal. Todavia, essa descrição, feita pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), ofende o art. 112, § 1º, I, h da LDO/2013 da União, já que restringe onde o respectivo título do Orçamento - Lei nº 12.798/2013 e seus anexos - não restringiu. Então, o que se pode concluir é que, na elaboração da descrição da Ação 0312, a SOF restringiu indevidamente aquilo que o Orçamento não restringiu. E se a CGU se baseou nessa descrição para fazer a recomendação constante do de seu relatório de auditoria, alimentou-se de fruto de árvore envenenada, não devendo por isso ser acatada tal orientação.*

#### – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA OU ASSEMELHADAS

Por meio do Decreto Distrital nº 33.409/2011, alterado pelos Decretos nºs 33.869/2012 e 34.367/2013, foi criada a Unidade de Controle Interno, subordinada à Secretaria Adjunta, com a seguinte estrutura:

8. Secretaria Adjunta
- [...]
- 8.2. Unidade de Controle Interno
- 8.2.1. Gerência de Acompanhamento e Controle
- 8.2.2. Gerência de Inspeção
- 8.2.2.1. Núcleo de Auditoria

Segundo o art. 3º do Decreto nº 34.367/2013, compete a essa UCI, sob a supervisão técnica e normativa da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC:

- I – oferecer orientação preventiva aos gestores das Secretarias de Estado, contribuindo para identificação antecipada de riscos e para a adoção de medidas e estratégias da gestão



voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público;

II – apoiar o aperfeiçoamento das práticas administrativas da respectiva Secretaria;

III – monitorar a execução do ciclo orçamentário e a utilização dos recursos públicos, dando ciência de eventuais anormalidades à STC e ao respectivo Secretário de Estado;

IV – orientar gestores quanto à utilização e prestação de contas de recursos transferidos a entidades públicas e privadas, por meio de convênios, acordos, termos de parceria e instrumentos congêneres;

V – acompanhar as recomendações da STC e as decisões do tribunal de Contas do Distrito Federal concernentes às atividades do órgão, assessorando os gestores responsáveis e o respectivo Secretário de Estado a fim de dar cumprimento nos prazos devidos;

VI – assessorar e orientar os gestores quanto ao cumprimento das normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e referentes a aposentadorias e pensões;

VII - dar ciência à STC dos atos ou fatos com indícios de ilegalidade ou irregularidade, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos, sem prejuízo da comunicação aos gestores responsáveis, com vistas à adoção das medidas necessárias à resolução do problema apontado;

VIII – informar ao Secretário de Estado ao qual está vinculado administrativamente, sem prejuízo do estabelecido no inciso VII, sobre o andamento e os resultados das ações e atividades realizadas na Unidade de Controle Interno, bem como de possíveis irregularidades encontradas no âmbito da gestão pública;

IX – atender as demandas da STC inerentes às atividades de sua competência;

X – apresentar, trimestralmente, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, relatório gerencial das atividades desenvolvidas no período e, ao término do exercício, relatório anual consolidado das atividades;

XI – participar, quando convocada, dos programas de capacitação e das reuniões promovidos pela STC.

Desse modo, em razão dessas competências, a UCI dessa Secretaria apresentou o Quadro Síntese do Plano Anual de Atividades de Controle Interno–2013.

**TABELA 34 – QUADRO SÍNTESE DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO-SEE/2013**

Objetivo	Período de Abrangência	Cronograma	Universo	Procedimentos e Técnicas
<b>Área: Gestão de Pessoal</b>				
1.1 Verificar a regularidade, eficácia, eficiência e efetividade.	ANUAL	2º SEMESTRE	SUBSEC. DE GESTÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUGEPE	1.1.2 Solicitação de informações aos setores competentes; 1.1.3 Exame preliminar; 1.1.4 Realização de inspeções; 1.1.5 Solicitar dados dos processos; 1.1.6 Examinar e mapear o risco da gestão; 1.1.7 Elaboração de relatórios.
1.2 Identificar as causas das anomalias e o consequente aperfeiçoamento da gestão administrativa, coibindo falhas, impropriedades, irregularidades e práticas antieconômicas, segundo itens de verificação.	ANUAL	3º BIMESTRE (AGOSTO/ SETEMBRO)	SUGEPE	1.2.1 Reunião com os gestores competentes, buscando as orientações expressas nas normas de auditoria aplicáveis ao serviço público; 1.2.2 Solicitação de informações aos setores competentes; 1.2.3 Realização de reuniões/entrevistas; 1.2.4 Elaboração de relatórios.
1.3 Avaliar a capacidade da gestão das áreas internas.	SEMESTRAL	4º BIMESTRE (OUTUBRO/ NOVEMBRO)	SUGEPE	1.3.1 Requisição de processos; 1.3.2 Análise documental; 1.3.3 Realização de inspeções; 1.3.4 Entrevistas com executores; 1.3.5 Elaboração de relatórios.

**TABELA 34 – QUADRO SÍNTESE DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO-SEE/2013**

Objetivo	Período de Abrangência	Cronograma	Universo	Procedimentos e Técnicas
<b>Área: Gestão de Pessoal</b>				
1.4 Monitorar, supervisionar e acompanhar as ações desenvolvidas para o desenvolvimento da atividade finalística.	ANUAL	2º SEMESTRE	SUGEPE	1.4.1 Solicitação de informações aos setores gerenciais das políticas públicas; 1.4.2 Exame preliminar das informações recebidas; 1.4.3 Realização de inspeções; 1.4.4 Entrevistas com usuários da área fim/comunidade escolar.
1.5 Acompanhar a tramitação dos procedimentos de gestão de pessoal, promovendo diligências internas no sentido de sanear irregularidades apontadas, como também buscar elementos que subsidiem ao gestor a elaboração de políticas públicas.	ANUAL	ANUAL	SUGEPE	1.5.1 Solicitar informações à SUGEPE/SEDF acerca dos agentes designados para ocuparem funções/cargos em comissão que envolvam gestão de haveres públicos; 1.5.2 Fornecer à Subsecretaria de Estado de Fazenda do DF a relação nominal dos responsáveis por gestão de recursos públicos; 1.5.3 Acompanhar as inspeções realizadas pelos órgãos de controle externo e pela Secretaria de Estado de Transparência/Controladoria.

FONTE: OFÍCIO Nº 07/2013–GAB/SEDF

Questionada sobre a execução no ano de 2013 do referido quadro síntese, a Unidade de Controle Interno dessa Secretaria apresentou o Relatório de Inspeção nº 05/2013, fundamentada no processo nº 460.000.172/2013, concernente ao monitoramento do cumprimento das recomendações constantes do Relatório de Auditoria Especial nº 01/2013–DISED/CONAS/CONT/STC.

A Unidade de Controle Interno/SEE, conforme consta do referido Relatório de inspeção, constatou, entre outras situações, “*a necessidade de redução da complexidade e maior efetividade, com melhorias dos resultados, de forma transparente, do Programa de Gestão de Pessoal, o qual perpassa pela melhoria da gestão, com a redução do impacto de incidência de falhas, desvios, impropriedades, disfunções e irregularidades*”.

#### – INDICADORES INSTITUCIONAIS

Sobre a existência de metas físicas ou indicadores institucionais para a Ação 0312 – ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO DO DF, a Secretaria de Estado de Educação explanou que os recursos destinados ao FCDF estão classificados no Orçamento da União na Função 28 – ENCARGOS ESPECIAIS, e na Subfunção 845 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS, do Programa 0903 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicas, mas apenas ações genéricas, que não agregam produto à União.

#### – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES DA PMDF, CBMDF E PCDF

O Distrito Federal instituiu por meio da Lei Complementar nº 769/2008, o Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal – RPPS/DF, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, sendo obrigatoriamente filiados todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos e inativos e os pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes, à exceção dos servidores ocupantes, exclusivamente, de

“Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade”



cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outros cargos temporários ou de empregos públicos.

Também foram excluídos os militares e os policiais civis do Distrito Federal, pelas peculiaridades dispostas na Constituição Federal e na Lei Federal nº 10.633/2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Segundo a citada Lei Complementar, esses servidores deveriam ter regulamentação adequada no Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal definida em lei complementar específica.

Todavia, foi informado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que se encontra pendente de solução a definição em lei específica do regulamento para aplicação dos recursos oriundos da contribuição de servidores ativos, inativos e pensionistas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.

## – CONCLUSÃO

Com base nas consultas realizadas por meio do SIAFI, dos relatórios de execução orçamentária extraídos do Portal do Senado/Orçamento, das auditorias especiais realizadas por esta Secretaria de Estado de Transparência e dos demais documentos examinados, relativos ao exercício de 2013, conclui-se que os recursos do FCDF foram aplicados nas áreas de educação, saúde e segurança, em conformidade com as finalidades estabelecidas pela Lei Federal nº 10.633/2002 (instituidora do FCDF).

E, em face dos exames realizados, objetivando o cumprimento do disposto no inciso III, art. 13, da IN nº 63/2010–TCU, alterada pela IN nº 72/2013, apresentam-se as ressalvas e irregularidades constatadas por esta Controladoria-Geral/STC, relatadas nos Subitens 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, do presente Relatório, as quais comprometeram a manifestação sobre a regularidade na aplicação desses recursos, quanto à execução orçamentária e financeira dos recursos do FCDF.

Considerando, portanto, que o inc. III, art. 13 da IN nº 63/2010–TCU dispõe sobre a apresentação de relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada, convém destacar que as auditorias de conformidade dos órgãos que compõem o Fundo Constitucional do Distrito Federal, relativas ao exercício de 2013, serão oportunamente realizadas por esta Controladoria-Geral/STC ao longo do exercício de 2014.

## – RECOMENDAÇÕES

- a) À Polícia Militar do Distrito Federal e respectivo Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal, no que for pertinente a cada Unidade Gestora:
  - a.1) Editar norma disciplinando os procedimentos e responsabilidades para todos os agentes envolvidos no processo de acompanhamento e execução orçamentária e financeira, visando à correta aplicabilidade de todos os



Princípios Contábeis geralmente aceitos e a adequação aos Princípios Orçamentários;

- a.2) Cumprir o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei Federal nº 4.320/1964 e nos arts. 67 e 68 do Decreto Federal nº 93.872/1986, observando o Princípio da Anualidade Orçamentária (subitem 01.02.03, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários/MCASP, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012) e o Princípio da Competência da Despesa (subitem 02.02.05, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais/MCASP – Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012);
  - a.3) Realizar rotineiramente conciliação de suas contas contábeis, de forma que os demonstrativos contábeis apresentem saldos fidedignos e confiáveis;
  - a.4) Adotar rotinas mensais de acompanhamento do saldo contábil 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, objetivando verificar as pendências de documentos ou inadimplências de obrigações por parte das empresas contratadas que impedem a regular liquidação da correspondente despesa, de forma a evitar o desperdício de recursos orçamentários; e
  - a.5) Realizar previamente à estimativa dos valores dos objetos a serem licitados, ampla pesquisa de preços, abrangendo inclusive outros praticados pela Administração Pública, de forma a ampliar ao máximo o universo de cotações, a fim de se obter valor médio o mais próximo possível do praticado no mercado;
- b) Ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e respectiva Diretoria de Saúde, no que couber:
- b.1) Cumprir o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei Federal nº 4.320/1964 e arts. 67 e 68 do Decreto Federal nº 93.872/1986, observando o Princípio da Anualidade Orçamentária (subitem 01.02.03, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários/MCASP, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012) e o Princípio da Competência da Despesa (subitem 02.02.05, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais/MCASP – Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012);
  - b.2) Realizar rotineiramente conciliação de suas contas contábeis, de forma que os demonstrativos contábeis apresentem saldos fidedignos e confiáveis; e
  - b.3) Adotar rotinas mensais de acompanhamento do saldo das contas contábeis 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 295110400 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS, objetivando verificar as pendências de documentos ou inadimplências de obrigações por parte das empresas contratadas que impedem a regular liquidação da correspondente despesa, de forma a evitar o desperdício de recursos orçamentários.
- c) À Polícia Civil do Distrito Federal:



- c.1) Cumprir o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei Federal nº 4.320/1964 e arts. 67 e 68 do Decreto Federal nº 93.872/1986, observando o Princípio da Anualidade Orçamentária (subitem 01.02.03, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários/MCASP, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012) e o Princípio da Competência da Despesa (subitem 02.02.05, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais/MCASP – Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012);
  - c.2) Estabelecer critérios com base em estudos e documentos, cuidadosamente tratados e guardados como memória de cálculos, para que a estimativa orçamentária das despesas a serem custeadas com recursos do Fundo Constitucional do DF seja tão exata quanto possível, a fim de dotá-la de consistência necessária para que possa ser empregada como instrumento de gerência, de programação e de controle, e evite a inscrição desnecessária de saldos de empenhos na conta Restos a Pagar a Liquidar e a posterior perda de recursos orçamentários ou o uso em desacordo com os Princípios Contábeis;
  - c.3) Adotar rotinas mensais de acompanhamento do saldo da conta contábil 295110101 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, objetivando verificar as pendências de documentos ou inadimplências de obrigações por parte das empresas contratadas que impedem a regular liquidação da correspondente despesa, de forma a evitar o desperdício de recursos orçamentários;
  - c.4) Oficiar todos os Órgãos e Entidades, que constam como devedores, solicitando urgência no ressarcimento das despesas realizadas com a remuneração dos servidores cedidos pela PCDF, sob pena de o Governo do Distrito Federal ser inscrito no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, conforme recomendação constante do Relatório de Auditoria CGU nº 201109258, referente aos exames realizados sobre o processo anual de contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal, exercício de 2010;
  - c.5) Adotar providências para o retorno dos servidores cedidos, mediante notificação prévia, nos casos de não efetivação dos reembolsos devidos, em atendimento ao contido no § 2º, do art. 4º do Decreto Federal nº 4.050/2001, sob pena de suspensão do pagamento da remuneração, conforme preceitua o parágrafo único, do art. 10 do aludido Decreto;
  - c.6) Implementar, se ainda não o fez, as recomendações constantes do Relatório Final de Auditoria nº 02/2013–DIATI/CONEP/CONT/STC; e Definir em normativo, setor responsável pela avaliação do controle interno administrativo, em atendimento à recomendação registrada no Relatório de Prestação de Contas Anual do Fundo Constitucional do DF, exercício de 2012, e ao disposto no art. 4º do Decreto nº 34.367/2013.
- d) À Controladoria/Corregedoria da Saúde/Secretaria de Estado de Saúde do DF:



- d.1) Elaborar e consolidar o Plano Anual de Auditoria Interna, coordenando e controlando sua execução, em obediência ao inciso VII, do art. 435 do Regimento Interno dessa Secretaria.
- e) À Secretaria de Estado de Educação do DF:
  - e.1) Implementar, se ainda não o fez, as recomendações pertinentes ao Relatório de Inspeção nº 05/2013, Processo nº 460.000.172/2013.
- f) Ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
  - f.1) Adotar providências para a regulamentação, por meio de lei complementar específica, da situação previdenciária dos militares e dos policiais civis do Distrito Federal em relação ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no § 2º, art. 1º da Lei Complementar nº 769/2008.

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Roberto Rodrigues Portela  
Auditor de Controle Interno  
Matrícula nº 42.434-X

Leonardo Fernandes Alves Batista  
Auditor de Controle Interno  
Matrícula nº 188.896-X

# **ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



# **ANEXO IV – UNIDADES AGREGADAS**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
RECEITAS CORRENTES	30.367.549,39	21.340.223,21	DESPESAS CORRENTES	10.546.089.138,90	9.698.567.205,55
RECEITA DE CONTRIBUICOES	20.359.824,67	20.780.619,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.691.819.254,67	9.016.565.028,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.007.724,72	559.603,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	854.073.551,27	681.350.182,25
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			OUTRAS DESPESAS	854.073.551,27	681.350.182,25
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-87,70	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	196.332,96	651.995,24
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	21.416.839.238,88	20.001.321.337,33	DESPESAS DE CAPITAL	148.789.392,99	253.113.635,55
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	21.416.825.889,22	20.000.545.339,09	INVESTIMENTOS	148.789.392,99	253.113.635,55
REPASSE RECEBIDO	10.637.704.492,58	9.910.601.603,88	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	10.694.931.589,68	9.975.537.342,69	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	10.779.219.069,56	10.112.121.629,21
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	10.694.931.589,68	9.975.537.342,69	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	10.748.838.170,51	10.090.005.495,46
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	57.236.857,74	57.170.217,17	SUB-REPASSE CONCEDIDO	10.694.931.589,68	9.975.537.342,69
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	26.952.949,22	57.236.175,35	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	10.694.931.589,68	9.975.537.342,69
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	13.349,66	775.998,24	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.880,32	0,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	9.166,44	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	53.901.700,51	114.468.152,77
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	9.166,44	0,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	30.380.899,05	22.116.133,75
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	4.183,22	775.998,24	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	9.166,44	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.199.143.487,78	1.391.228.191,07	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	9.166,44	0,00
VALORES EM CIRCULACAO	559.585.042,54	674.964.560,84	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	30.371.732,61	22.116.133,75
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	559.584.442,54	674.964.560,84	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.172.252.674,60	1.350.087.193,60
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	600,00	0,00	VALORES EM CIRCULACAO	528.469.608,77	559.585.042,54
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	111.214.781,88	171.947.744,11	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	528.469.608,77	559.584.442,54
VALORES DIFERIDOS	111.137.875,86	171.870.838,09	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	600,00
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	141.498.008,01	172.001.350,81
DEPOSITOS	91.821.208,26	49.756.851,33	VALORES DIFERIDOS	141.421.101,99	171.924.444,79
CONSIGNACOES	91.499.544,72	49.470.041,51	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	321.663,54	283.809,06	DEPOSITOS	49.756.851,33	123.703.755,42
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	3.000,76	CONSIGNACOES	49.470.041,51	123.361.902,82
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	436.320.198,72	493.544.513,98	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	283.809,06	277.655,23
FORNECEDORES	997.095,53	448.918,70	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.000,76	64.197,37
DO EXERCICIO	153.180,05	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	452.519.210,63	493.898.218,14
DE EXERCICIOS ANTERIORES	843.915,48	448.918,70	FORNECEDORES	448.918,70	1.771.150,67
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	265.487.877,32	174.567.894,93	DE EXERCICIOS ANTERIORES	448.918,70	1.771.150,67
RESTOS A PAGAR	169.804.373,42	318.512.721,27	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	174.567.894,93	232.558.281,48
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	134.533.020,94	275.520.796,61	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	277.487.417,92	259.308.758,70
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	8.573.799,82	1.966.621,31	VALORES EM TRANSITO	10.781,15	142.926,09
CANCELADO	26.697.552,66	41.025.303,35	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	4.197,93	117.101,20
VALORES EM TRANSITO	26.654,52	10.781,15	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	8.995,86	898.826,69
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	4.197,93	4.197,93	BAIXA DE DIREITOS	4.797,93	117.101,20
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	202.256,38	1.014.520,81	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.797,93	117.101,20
INCORPORACAO DE DIREITOS	4.197,93	4.197,93	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	4.197,93	4.221,33
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.197,93	4.197,93	EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	23,40
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	198.058,45	232.818,72	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	4.197,93	4.197,93



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
EXERCICIOS ANTERIORES	193.860,52	115.717,52	AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	777.504,16
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	4.197,93	117.101,20	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	0,00	777.504,16
AJUSTES DE CREDITOS	0,00	777.504,16			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	0,00	777.504,16			
<b>INGRESSOS</b>	<b>22.646.350.276,05</b>	<b>21.413.889.663,91</b>	<b>DISPENDIOS</b>	<b>22.646.350.276,05</b>	<b>21.413.889.663,91</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
ATIVO FINANCEIRO	555.422.557,99	616.821.217,89	PASSIVO FINANCEIRO	555.422.460,85	616.821.120,75
CREDITOS EM CIRCULACAO	528.469.608,77	559.585.042,54	DEPOSITOS	91.821.208,26	49.756.851,33
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	528.465.410,84	559.580.244,61	CONSIGNACOES	91.499.544,72	49.470.041,51
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	4.197,93	4.197,93	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	3.000,76
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	600,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	321.663,54	283.809,06
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	26.952.949,22	57.236.175,35	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	409.622.646,06	452.519.210,63
VALORES DIFERIDOS	26.952.949,22	57.236.175,35	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	266.484.972,85	175.016.813,63
ATIVO NAO FINANCEIRO	412.260.989,21	173.896.139,96	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	153.180,05	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	245.613.564,86	48.498.354,86	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	843.915,48	448.918,70
CREDITOS EM CIRCULACAO	245.512.547,68	48.397.337,68	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	265.487.877,32	174.567.894,93
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-4.197,93	-4.197,93	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS	656.892,41	656.892,41	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	143.106.820,76	277.487.417,92
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	240.984.286,06	47.210.671,55	A LIQUIDAR	134.533.020,94	275.520.796,61
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	3.875.567,14	533.971,65	EM LIQUIDACAO	8.573.799,82	1.966.621,31
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	101.017,18	101.017,18	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	26.654,52	10.781,15
ESTOQUES	101.017,18	101.017,18	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	4.197,93	4.197,93
PERMANENTE	166.647.424,35	125.397.785,10	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	53.978.606,53	114.545.058,79
IMOBILIZADO	165.603.531,42	125.070.822,17	VALORES DIFERIDOS	53.901.700,51	114.468.152,77
BENS MOVEIS E IMOVEIS	165.603.531,42	125.070.822,17	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
INTANGIVEL	1.043.892,93	326.962,93	PASSIVO NAO FINANCEIRO	47.309.574,98	-93.678.200,69
ATIVO REAL	967.683.547,20	790.717.357,85	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	47.309.574,98	-93.678.200,69
			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
			PROVISOES	181.846.793,85	181.846.793,85
			RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-4.197,93	-4.197,93
			RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-4.197,93	-4.197,93
			RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-134.533.020,94	-275.520.796,61
			PASSIVO REAL	602.732.035,83	523.142.920,06
			PATRIMONIO LIQUIDO	364.951.511,37	267.574.437,79
			PATRIMONIO/CAPITAL	267.574.437,79	0,00
			PATRIMONIO	267.574.437,79	0,00
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	94.530.732,76
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	247.926.943,54
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	247.926.943,54
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	97.377.073,58	-74.883.238,51
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	967.683.547,20	790.717.357,85
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-870.306.473,62	-865.600.596,36
ATIVO COMPENSADO	321.929.406,52	280.498.025,91	PASSIVO COMPENSADO	321.929.406,52	280.498.025,91
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	321.929.406,52	280.498.025,91	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	321.929.406,52	280.498.025,91
GARANTIAS DE VALORES	10.401.996,07	13.725.035,07	VALORES EM GARANTIA	10.401.996,07	13.725.035,07
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	311.527.410,45	266.772.990,84	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	311.527.410,45	266.772.990,84
ATIVO	1.289.612.953,72	1.071.215.383,76	PASSIVO	1.289.612.953,72	1.071.215.383,76



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
ORCAMENTARIAS	21.911.984.648,63	20.593.144.409,79	ORCAMENTARIAS	21.444.166.519,53	20.042.027.373,17
RECEITAS CORRENTES	30.367.549,39	21.340.223,21	DESPESAS CORRENTES	10.546.089.138,90	9.698.567.205,55
RECEITA DE CONTRIBUICOES	20.359.824,67	20.780.619,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.691.819.254,67	9.016.565.028,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.007.724,72	559.603,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	854.073.551,27	681.350.182,25
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-87,70	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	196.332,96	651.995,24
INTERFERENCIAS ATIVAS	21.416.825.889,22	20.000.545.339,09	DESPESAS DE CAPITAL	148.789.392,99	253.113.635,55
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	21.416.825.889,22	20.000.545.339,09	INVESTIMENTOS	148.789.392,99	253.113.635,55
REPASSE RECEBIDO	10.637.704.492,58	9.910.601.603,88	INTERFERENCIAS PASSIVAS	10.748.838.170,51	10.090.005.495,46
SUB-REPASSE RECEBIDO	10.694.931.589,68	9.975.537.342,69	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.748.838.170,51	10.090.005.495,46
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	57.236.857,74	57.170.217,17	SUB-REPASSE CONCEDIDO	10.694.931.589,68	9.975.537.342,69
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	26.952.949,22	57.236.175,35	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.880,32	0,00
MUTACOES ATIVAS	464.791.210,02	571.258.935,19	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	53.901.700,51	114.468.152,77
INCORPORACOES DE ATIVOS	343.144.985,09	321.648.839,63	MUTACOES PASSIVAS	449.817,13	341.036,61
AQUISICOES DE BENS	145.769.356,00	139.465.443,87	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	449.817,13	341.036,61
INCORPORACAO DE CREDITOS	197.375.629,09	182.183.395,76	LIQUIDACAO DE CREDITOS	449.817,13	341.036,61
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	121.646.224,93	249.610.095,56	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	759.598.255,23	810.667.968,90
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	389.157.199,71	184.667.693,77	INTERFERENCIAS PASSIVAS	215.966.877,67	43.537.116,41
INTERFERENCIAS ATIVAS	185.599.328,28	22.196.980,90	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	185.585.978,62	21.420.982,66
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.166,44	775.770,40
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.166,44	775.770,40	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	30.371.732,61	21.340.363,35
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	4.183,22	227,84	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	543.631.377,56	767.130.852,49
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	203.557.871,43	162.470.712,87	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	280.993.179,03	351.104.275,50
INCORPORACOES DE ATIVOS	176.658.062,39	120.430.888,71	BAIXA DE BENS IMOVEIS	28.651.642,55	21.758.912,19
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	22.518.740,94	27.571.599,91	BAIXA DE BENS MOVEIS	234.586.900,16	171.768.748,67
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	136.270.855,02	91.967.335,85	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	78.352,17	87.626,42
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	7.582,17	265.792,93	BAIXA DE DIREITOS	17.676.284,15	157.488.988,22
INCORPORACAO DE DIREITOS	17.860.884,26	626.160,02	INCORPORACAO DE PASSIVOS	262.638.198,53	415.249.072,83
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.899.809,04	41.262.320,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	777.504,16
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	777.504,16	AJUSTES FINANCEIROS	0,00	777.504,16
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	777.504,16	RESULTADO PATRIMONIAL	97.377.073,58	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	74.883.238,51	SUPERAVIT	97.377.073,58	0,00
DEFICIT	0,00	74.883.238,51			
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>22.301.141.848,34</b>	<b>20.852.695.342,07</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>22.301.141.848,34</b>	<b>20.852.695.342,07</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	19.572.677,00	19.572.677,00	30.367.549,39	-10.794.872,39	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	10.694.936.470,00	10.694.936.470,00	10.694.878.531,89	57.938,11
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	19.572.677,00	19.572.677,00	20.359.824,67	-787.147,67	DESPESAS CORRENTES	10.322.239.174,00	10.546.115.295,00	10.546.089.138,90	26.156,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00	10.007.724,72	-10.007.724,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	9.456.374.634,00	9.691.848.529,00	9.691.848.529,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	865.864.540,00	854.266.766,00	854.240.609,90	26.156,10
					DESPESAS DE CAPITAL	372.697.296,00	148.821.175,00	148.789.392,99	31.782,01
					INVESTIMENTOS	372.697.296,00	148.821.175,00	148.789.392,99	31.782,01
SUBTOTAL I	19.572.677,00	19.572.677,00	30.367.549,39	-10.794.872,39	SUBTOTAL I	10.694.936.470,00	10.694.936.470,00	10.694.878.531,89	57.938,11
TOTAL	19.572.677,00	19.572.677,00	30.367.549,39	-10.794.872,39	TOTAL	10.694.936.470,00	10.694.936.470,00	10.694.878.531,89	57.938,11
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	10.664.510.982,50	-10.664.510.982,50	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	19.572.677,00	19.572.677,00	10.694.878.531,89	-10.675.305.854,89	TOTAL GERAL	10.694.936.470,00	10.694.936.470,00	10.694.878.531,89	57.938,11



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
			VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	-600,00
			SAQUES POR CARTAO DE CREDITO A CLASSIFICAR	0,00	-600,00
			CREDITOS A RECEBER	-528.469.608,77	-559.584.442,54
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-528.469.608,77	-559.584.442,54
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-528.465.410,84	-559.580.244,61
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-4.197,93	-4.197,93
			VALORES DO ATIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	-26.952.949,22	-57.236.175,35
			RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	-26.952.949,22	-57.236.175,35
			DEPOSITOS	91.821.208,26	49.756.851,33
			CONSIGNACOES	91.499.544,72	49.470.041,51
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	3.000,76
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	321.663,54	283.809,06
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	409.622.646,06	452.519.210,63
			OBRIGACOES A PAGAR	409.595.991,54	452.508.429,48
			FORNECEDORES	997.095,53	448.918,70
			DO EXERCICIO	153.180,05	0,00
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	843.915,48	448.918,70
			PESSOAL A PAGAR	265.487.877,32	174.567.894,93
			DO EXERCICIO	265.487.877,32	174.567.894,93
			RESTOS A PAGAR	143.106.820,76	277.487.417,92
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	134.533.020,94	275.520.796,61
			NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	8.573.799,82	1.966.621,31
			RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	4.197,93	4.197,93
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	26.654,52	10.781,15
			VALORES A DEBITAR	24.049,71	8.466,34
			ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	2.094,81	2.094,81
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	510,00	220,00
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	53.978.606,53	114.545.058,79
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	53.901.700,51	114.468.152,77
			OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	97,14	97,14
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	26.948.848,43	57.232.074,56
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO	-4.197,93	-4.197,93
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	4.197,93	4.197,93
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-26.948.751,29	-57.231.977,42
			DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBI	-26.948.751,29	-57.231.977,42
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-26.952.949,22	-57.236.175,35
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO CONCED	26.952.949,22	57.236.175,35
	0,00	0,00	CREDITOS EM CIRCULACAO	-528.469.608,77	-559.585.042,54



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 1

TITULOS	2013	2012
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	30.367.549,39	21.340.223,21
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	30.367.549,39	21.340.223,21
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-87,70
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	30.367.549,39	21.340.135,51
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	10.545.892.805,94	9.697.915.210,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.691.819.254,67	9.016.565.028,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	854.073.551,27	681.350.182,25
DESPESAS DE CAPITAL	148.789.392,99	253.113.635,55
INVESTIMENTOS	148.789.392,99	253.113.635,55
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	10.694.682.198,93	9.951.028.845,86
RESULTADO ORCAMENTARIO	-10.664.314.649,54	-9.929.688.710,35
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	21.416.825.889,22	20.000.545.339,09
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	21.416.825.889,22	20.000.545.339,09
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	464.791.210,02	571.258.935,19
INCORPORACAO DE ATIVOS	343.144.985,09	321.648.839,63
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	121.646.224,93	249.610.095,56
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	10.748.838.170,51	10.090.005.495,46
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.748.838.170,51	10.090.005.495,46
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	449.817,13	341.036,61
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	449.817,13	341.036,61
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	467.818.129,10	551.117.036,62
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	467.818.129,10	551.117.036,62
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	185.599.328,28	22.196.980,90
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.166,44	775.770,40
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	4.183,22	227,84
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	203.557.871,43	162.470.712,87
INCORPORACAO DE ATIVOS	176.658.062,39	120.430.888,71
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.899.809,04	41.262.320,00
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	777.504,16
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	215.966.877,67	43.537.116,41
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.166,44	775.770,40
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	30.371.732,61	21.340.363,35
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	543.631.377,56	767.130.852,49
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	280.993.179,03	351.104.275,50
INCORPORACAO DE PASSIVOS	262.638.198,53	415.249.072,83
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	777.504,16
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	97.377.073,58	-74.883.238,51



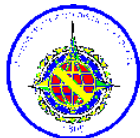


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 04/02/2014	PAGINA 1

TITULOS	2013	2012
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	30.367.549,39	21.340.223,21
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	30.367.549,39	21.340.223,21
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-87,70
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	30.367.549,39	21.340.135,51
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
ENCARGOS ESPECIAIS	10.694.878.531,89	9.951.680.841,10
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	10.694.878.531,89	9.951.680.841,10
RESULTADO ORCAMENTARIO	-10.664.314.649,54	-9.929.688.710,35
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	21.416.825.889,22	20.000.545.339,09
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	21.416.825.889,22	20.000.545.339,09
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	464.791.210,02	571.258.935,19
INCORPORACAO DE ATIVOS	343.144.985,09	321.648.839,63
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	121.646.224,93	249.610.095,56
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	10.748.838.170,51	10.090.005.495,46
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.748.838.170,51	10.090.005.495,46
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	449.817,13	341.036,61
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	449.817,13	341.036,61
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	467.818.129,10	551.117.036,62
RECEITAS DE INST. FINANC.,ENT. COMER. E IND.		
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	467.818.129,10	551.117.036,62
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	185.599.328,28	22.196.980,90
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.166,44	775.770,40
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	4.183,22	227,84
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	203.562.069,36	162.587.814,07
INCORPORACAO DE ATIVOS	176.662.260,32	120.547.989,91
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.899.809,04	41.262.320,00
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	777.504,16
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	215.966.877,67	43.537.116,41
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.166,44	775.770,40
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	30.371.732,61	21.340.363,35
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	543.631.377,56	767.130.852,49
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	280.993.179,03	351.104.275,50
INCORPORACAO DE PASSIVOS	262.638.198,53	415.249.072,83
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	777.504,16
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	97.381.271,51	-74.766.137,31



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE E CORREIÇÃO  
AUDITORIA**



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO 2013**

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2013.

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL**

Relatório de Gestão 2013 apresentado ao Tribunal de Contas da União, por meio da Subsecretaria do Tesouro do Governo do Distrito Federal - SUTES/GDF, como prestação de contas anual, que o GDF tem o dever legal de o fazermos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com os dispositivos e normas legais baixadas pelo Tribunal de Contas da União.

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF**

CNPJ: 08.942.610.0001/16

Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área 4. Palácio Tiradentes

70.610-200 Brasília - DF

Telefones: (61) 3910-1302/3910-1303

Internet: [www.pmdf.df.gov.br](http://www.pmdf.df.gov.br)

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2014.

## Lista de Abreviações e Siglas

BOPE- Batalhão de Operações Especiais da PMDF;  
BPCães- Batalhão de Policiamento de Cães da PMDF;  
BPChoque- Batalhão de Policiamento de Choque da PMDF;  
BPEsc- Batalhão de Policiamento Escolar da PMDF;  
BPM - Batalhão de Polícia Militar;  
BPMA- Batalhão de Polícia Militar Ambiental da PMDF;  
BPRv – Batalhão de Policiamento Rodoviário da PMDF;  
BPTran- Batalhão de Policiamento de Transito da PMDF;  
BRCG – Boletim Reservado do Comando-Geral;  
CAP – Capitão;  
CB – Cabo;  
CEL – Coronel;  
CI – Centro de Inteligência da PMDF;  
CIADE - Central Integrada de Atendimento e Despacho da SSP/DF;  
CME - Comando de Missões Especiais da PMDF;  
CNMPC - Curso Nacional de Multiplicador de Policia Comunitária;  
CNPPC - Curso Nacional de Promotor de Policia Comunitária;  
CPCDH - Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF;  
CPRL- Comando de Policiamento Regional do Leste da PMDF;  
CPRM- Comando de Policiamento Regional Metropolitano da PMDF;  
CPRO- Comando de Policiamento Regional do Oeste da PMDF;  
CPRS- Comando de Policiamento Regional do Sul da PMDF;  
DCC- Departamento de Controle Correccional da PMDF;  
DGP- Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF;  
DICC – Diretoria de Controle Contábil da PMDF;  
DITel- Diretoria de Telemática da PMDF;  
DLF- Departamento de Logística e Finanças da PMDF;  
DOp – Departamento Operacional da PMDF;  
DOU – Diário Oficial da União;  
DPMT – Diretoria de Patrimônio Manutenção e Transporte da PMDF;  
EDUCS - Programa de Educação para Cidadania e Segurança;  
FSPMDF - Fundo de Saúde da Policia Militar do Distrito Federal;  
GEPES – Sistema de Gerenciamento de Pessoal da PMDF;  
IPM – Inquérito Policial Militar;  
IT – Inquérito Técnico;  
LDO- Lei de Diretriz Orçamentária;  
LOA- Lei Orçamentária Anual;  
MAJ – Major;  
PA – Processo Administrativo;  
PMDF – Policia Militar do Distrito Federal;  
PPA – Plano Plurianual;  
PROERD – Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência;  
RA – Região Administrativa;

RF – Reforma;  
ROTAM- Rondas Ostensiva Tático Móvel da PMDF;  
RPMon- Regimento de Polícia Montada da PMDF;  
RR – Reserva Remunerada;  
SCIA – Setor Complementar de Industria e Abastecimento;  
SD – Soldado;  
SGO - Sistema Geral de Ocorrências da PMDF;  
SGT – Sargento;  
SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira;  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria;  
SIGGO- Sistema Governamental de Gestão Orçamentária.  
SPOA- Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração;  
SSP/DF- Secretaria de Estado de Segurança Pública;  
ST – Subtenente;  
SUTES- Subsecretaria do Tesouro do DF;  
TC – Tenente-Coronel;  
TEN – Tenente;  
UPM – Unidade Policial Militar

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>5</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS</b> .....	<b>7</b>
1.1. <i>Identificação</i> .....	7
1.2. <i>Finalidade e Competências Institucionais</i> .....	8
1.3. <i>Organograma</i> .....	8
1.4. <i>Macroprocessos Finalísticos</i> .....	12
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES</b> .....	<b>12</b>
2.1. <i>Abrangência do Plano Estratégico</i> .....	12
2.2. <i>Programas temáticos</i> .....	12
2.3. <i>Planejamento das Ações</i> .....	12
2.3.1. <i>Objetivos Estratégicos</i> : .....	12
2.4. <i>Estrutura Operacional</i> .....	13
2.5. <i>Indicadores</i> .....	17
2.5.1. <i>Indicadores de desempenho direcionados para o Processo finalístico da Corporação</i> ..	18
2.5.2. <i>Indicadores de desempenho da gestão administrativa 2013</i> .....	19
2.5.3. <i>Avaliação da Gestão da Execução Orçamentária por ação orçamentária</i> : .....	23
2.5.4. <i>Indicadores Operacionais</i> : .....	24
2.5.4.9. <i>Policciamento Comunitário</i> .....	39
<b>3. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b> ...	<b>49</b>
3.1. <i>Informações Sobre Programas Temáticos</i> .....	49
3.1.1. <i>Programa 0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica</i> : .....	50
3.1.2. <i>Ações vinculadas aos programas temáticos</i> .....	50
<b>4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</b> .....	<b>50</b>
4.1. <i>Estrutura orgânica de controle</i> .....	50
4.3. <i>Identificação da Unidade Orçamentária</i> .....	53
4.4. <i>Execução Orçamentária e Financeira da Despesa</i> .....	54
4.4.1. <i>Programação das Despesas</i> .....	54
4.4.2. <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i> .....	56
4.4.2.1. <i>Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação</i>	56
<b>5. Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</b> .....	<b>58</b>
6.2. <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros</i> .....	59
<b>7. CONFORMIDADE DE TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</b> .....	<b>59</b>
<i>Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013</i> .....	70
<i>Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ</i> .....	71
<i>Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)</i> .....	72

<i>Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (Situação apurada em 31/12)</i>	<i>73</i>
<i>Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12</i>	<i>74</i>
<b>8. CONFORMIDADE DE TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</b>	<b>75</b>
<b>10. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO</b>	<b>78</b>
<i>Composição do Quadro de Servidores Ativos</i>	<i>78</i>
10.1. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	78
<b>10.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários</b>	<b>78</b>
10.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	78
<b>10.3. Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário</b>	<b>79</b>
10.3.1. Gestão da Frota de Veículos próprios e Contratados de Terceiros	79
10.3.2. Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	80

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

### 1.1. Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Polícia Militar do Distrito Federal – Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: PMDF – FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73901	Código SIAFI: 170393 (DLF); 170485 (DSAP); e 170484 (DGP).	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Pública em Geral		CNPJ: 08.942.610/0001-16	
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato:	(061)3910-1300	(061) 3910-1301	(061) 3910-1303
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:sg.protgeral@pm.df.gov.br">sg.protgeral@pm.df.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.pmdf.df.gov.br">http://www.pmdf.df.gov.br</a>			
Endereço Postal: Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área Especial 04, Setor Policial Sul, Quartel do Comando Geral, Brasília, DF, CEP 70.610-200			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<b>Norma de criação e finalidade da unidade jurisdicionada:</b> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê:  <b>Art. 21</b> – Compete à união: <b>Item XIV</b> – Organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.  <b>Art. 144</b> - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: <b>Item V</b> – polícias militares e corpos de bombeiros militares, <b>Parágrafo 5º</b> – Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...)			
<b>Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:</b> Lei Nº 6.450, de 14 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.			
<b>Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas.</b>  Lei nº 7.289/84 alterada pela Lei nº 7.475/86 - Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Lei 10.486/02 - Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências  Lei 12.086/09 - Dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; altera as Leis nºs 6.450, de 14 de outubro de 1977, 7.289, de 18 de dezembro de 1984, 7.479, de 2 de junho de 1986, 8.255, de 20 de novembro de 1991, e 10.486, de 4 de julho de 2002; revoga as Leis nºs 6.302, de 15 de dezembro de 1975, 6.645, de 14 de maio de 1979, 7.491, de 13 de junho de 1986, 7.687, de 13 de dezembro de 1988, 7.851, de 23 de outubro de 1989, 8.204, de 8 de julho de 1991, 8.258, de 6 de dezembro de 1991, 9.054, de 29 de maio de 1995, e 9.237, de 22 de dezembro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 7.457, de 9 de abril de 1986, 9.713, de			



25 de novembro de 1998, e 11.134, de 15 de julho de 2005; e dá outras providências.

Dec. Fed. 7.165/10 - Regulamenta o inciso **I** do art. 48 da Lei no 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal.

Dec. Distrital 31.793/10 - Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal.

## 1.2. Finalidade e Competências Institucionais

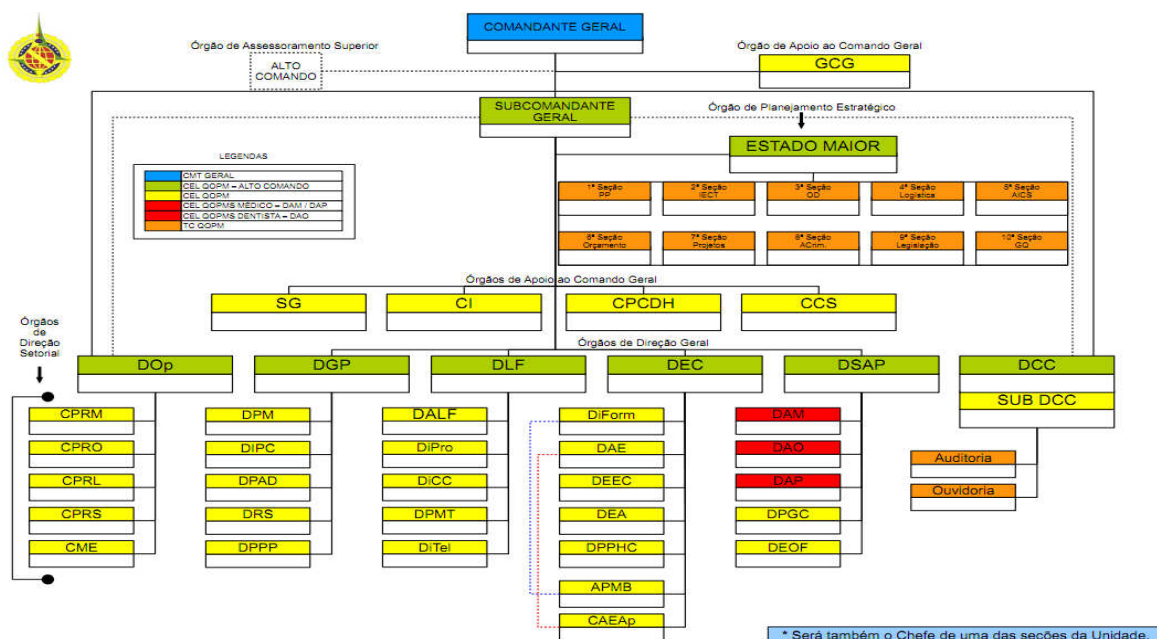
A Polícia Militar do Distrito Federal tem a sua missão definida na Carta Magna, mais especificamente no Art. 144, § 5º, “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;” em todo o Distrito Federal, podendo ainda realizar atividades de policiamento ostensivo na região do entorno, mediante a celebração de convênio com os estados limítrofes.

O principal programa de governo (Ação pela vida) do Governo do Distrito Federal, executado pela Corporação, em conjunto com os outros órgãos do sistema de segurança pública, e coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, tem por objetivo reverter os níveis de criminalidade, de forma imediata e permanente, transformando o Distrito Federal em um modelo de qualidade, eficiência e eficácia em segurança pública, trabalhando com ênfase na filosofia de Polícia Comunitária e na cultura da paz.

Promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, com ênfase no respeito aos direitos humanos e na participação comunitária, buscando sempre disseminar a cultura da Paz.

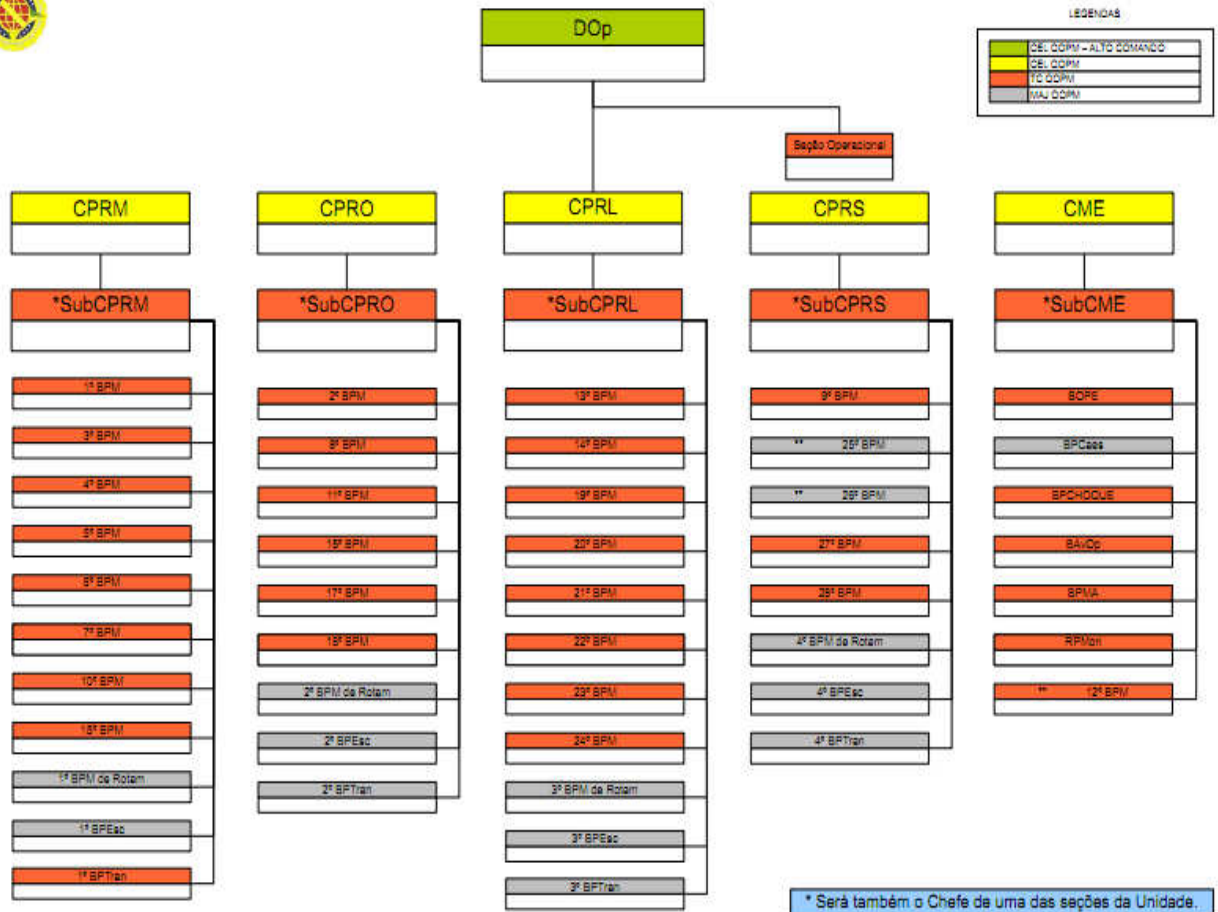
## 1.3. Organograma

Previsão do Art. 63 da Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009 e do Decreto Federal nº 7.165, de 29 de abril de 2010.

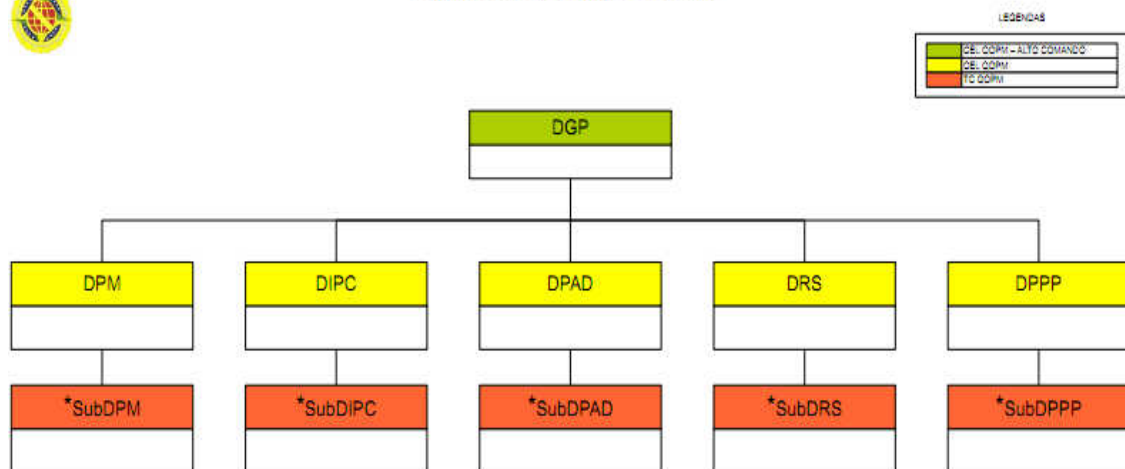




## Órgãos de Direção Setorial

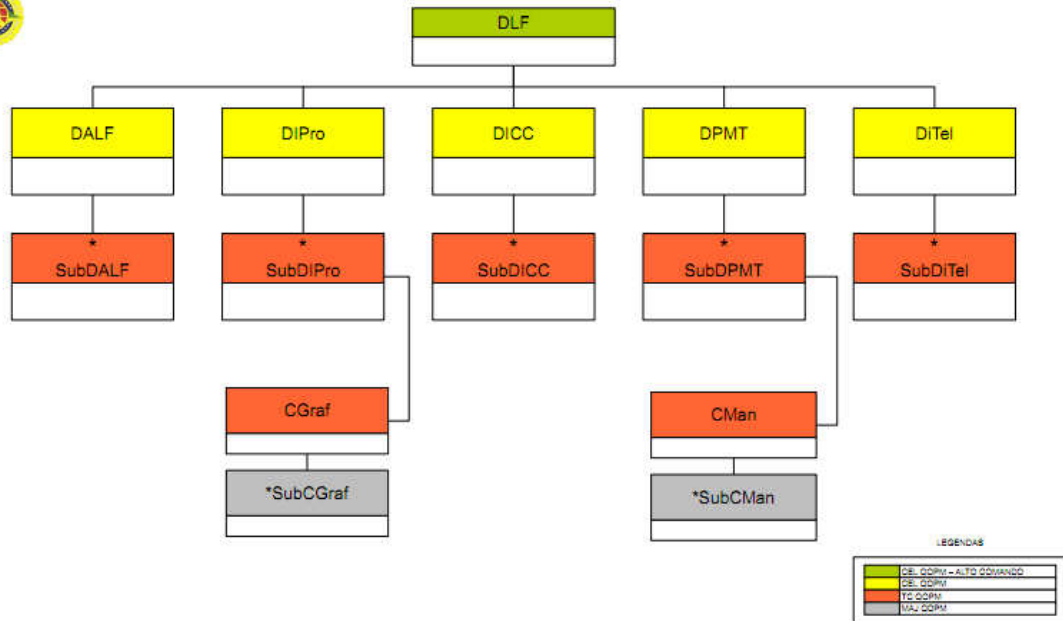


## Órgãos de Direção Setorial





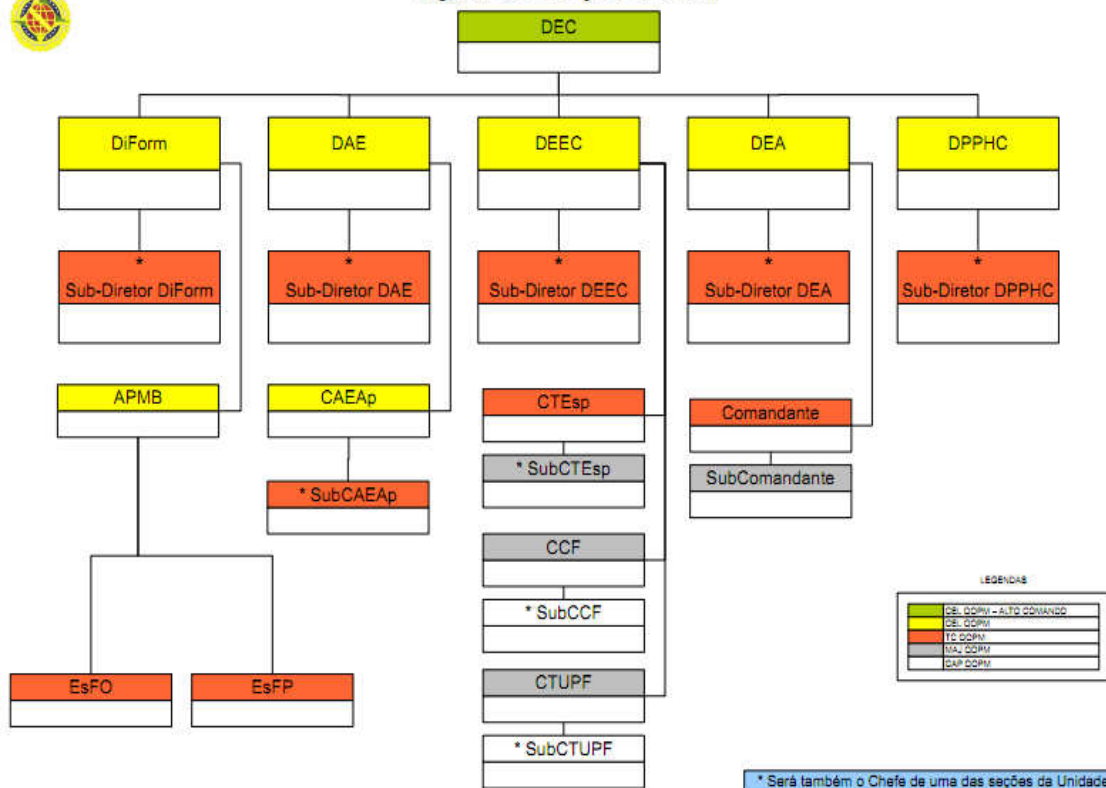
### Órgãos de Direção Setorial



\* Será também o Chefe de uma das seções da Unidade.



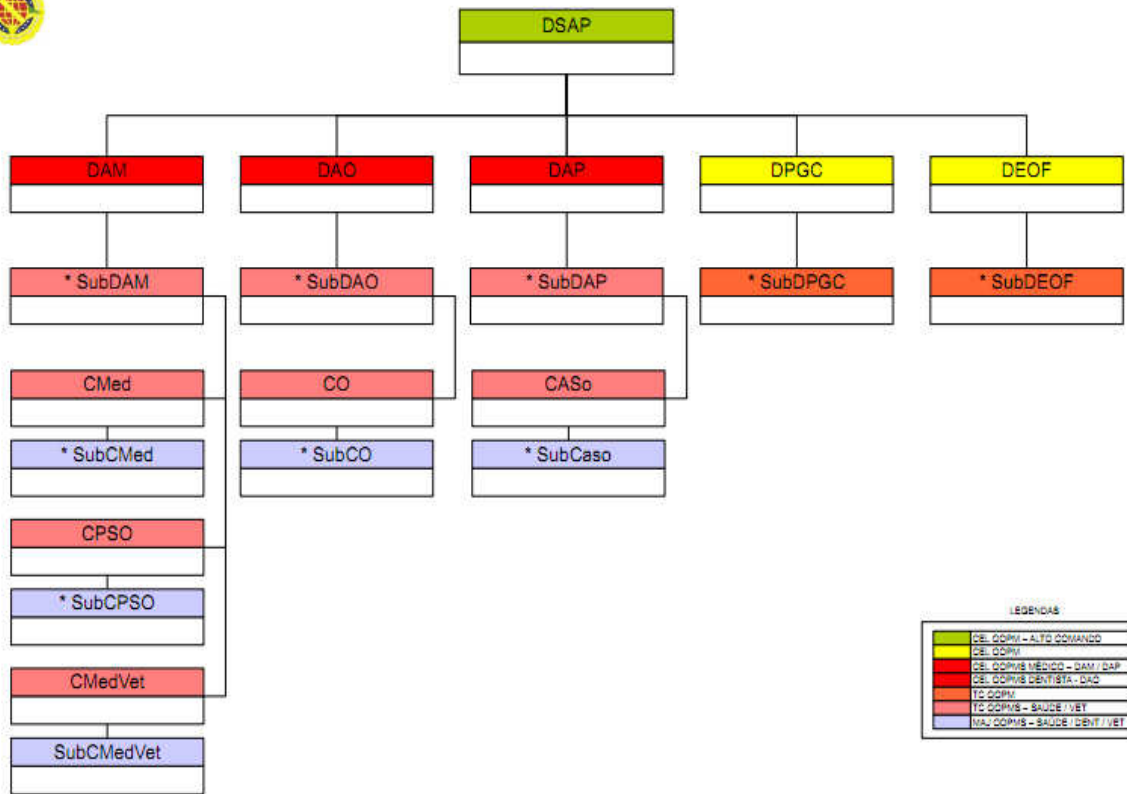
### Órgãos de Direção Setorial



\* Será também o Chefe de uma das seções da Unidade.



### Órgãos de Direção Setorial



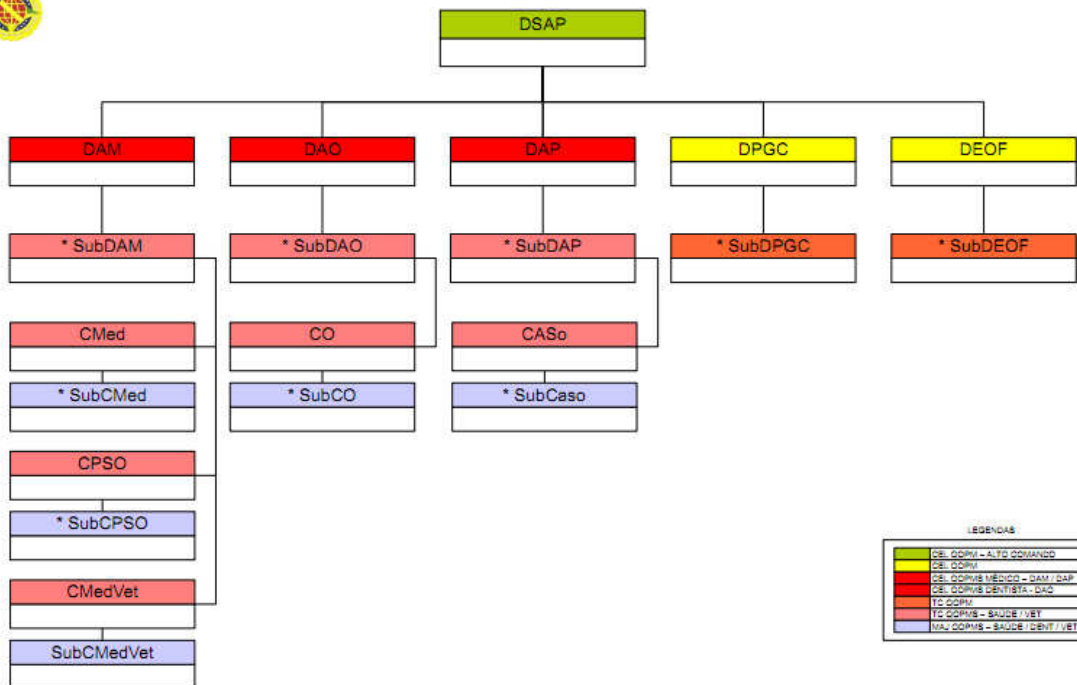
LEGENDA

CEL. GDRM - ALTO COMANDO
CEL. GDRM
CEL. GDRM MÉDICO - DAM / DAP
CEL. GDRM DENTISTA - DAO
TC GDRM
TC GDRM - SAÚDE / VET
MAJ. GDRM - SAÚDE / DENT / VET

\* Será também o Chefe de uma das seções da Unidade.



### Órgãos de Direção Setorial



LEGENDA

CEL. GDRM - ALTO COMANDO
CEL. GDRM
CEL. GDRM MÉDICO - DAM / DAP
CEL. GDRM DENTISTA - DAO
TC GDRM
TC GDRM - SAÚDE / VET
MAJ. GDRM - SAÚDE / DENT / VET

\* Será também o Chefe de uma das seções da Unidade.

#### **1.4. Macroprocessos Finalísticos**

A Polícia Militar não definiu em seu plano estratégico seus macroprocessos finalísticos, no entanto, apresentou os objetivos estratégicos direcionados para a gestão da Polícia Militar como um todo e diretamente direcionados para os processos finalísticos. A Corporação ainda compõe o PPA 2012/2015 do Governo do Distrito Federal, sendo responsável por três objetivos específicos, com cinco indicadores de desempenho, onde o foco é efetividade dos serviços prestados a sociedade, os Programas temáticos e ações orçamentárias e não orçamentárias de sua responsabilidade.

## **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

### **2.1. Abrangência do Plano Estratégico**

A abrangência está especificada para um decênio: de 2011 a 2022.

### **2.2. Programas temáticos**

A corporação não é responsável por nenhum Programa temático previsto no PPA 2012/2015, do Governo Federal. Apenas por conta da Criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado por meio da Lei nº 10.633/2002, com o fim executar orçamento dentro do Programa 28.845.0903 - Operação Especial Transferência Constitucional Obrigatória, sendo um fundo meramente Contábil, apenas para transferência de recurso. Contudo, como descrito anteriormente a Corporação é responsável por programa temático dentro do PPA 2012/2015 do Governo do Distrito Federal. Assim, no início do exercício financeiro de 2014, a Polícia Militar do Distrito Federal já avaliou e informou ao Planejamento do GDF (através do Sistema SIGGO), seu desempenho por meio dos referidos indicadores. Salienta-se que a elaboração do PPA da Polícia Militar do DF dentro do GDF, baseou-se no Plano Estratégico da Corporação.

### **2.3. Planejamento das Ações**

A Polícia Militar, por meio de seu Comando Geral, editou o Plano Estratégico da Corporação. Das iniciativas estratégicas previstas, 73 (setenta e três) transformaram-se em Projetos institucionais, que começaram a ser executados em 2012, e continuaram em 2013e 2014. Dentre estas podemos destacar a renovação da frota (aquisição de 404 novas viaturas), aperfeiçoamento do Sistema de Tecnologia da Informação (aquisição de 44 torres de transmissão de dados – com o fim de melhorar os processos de tráfego de informação), a conclusão da Sede do Batalhão Escolar e do Batalhão que efetua Policiamento Ostensivo na Cidade de Águas Claras, retomada da Construção da sede 1º Batalhão de Polícia Militar e do Novo Batalhão de Ceilândia Norte, além de aquisição de equipamentos diversos e investimento na aquisição de Software, armamentos dentre outros.

#### **2.3.1. Objetivos Estratégicos:**

- Assegurar recursos orçamentários necessários;
- Garantir a execução financeira dos recursos orçamentários;

- Aprimorar a gestão de recursos humanos;
- Fortalecer o desenvolvimento dos recursos humanos;
- Estimular o desenvolvimento técnico-científico em segurança pública;
- Incrementar as atividades disciplinares e correcionais;
- Promover a otimização dos recursos humanos;
- Garantir as informações necessárias a tomada de decisões;
- Aprimorar a gestão logística;
- Implementar a gestão Estratégica;
- Fomentar as estratégias de aproximação com a população do DF;
- Ampliar a capacidade de resposta imediata;
- Otimizar o policiamento ostensivo e preventivo;
- Fomentar o respeito aos direitos humanos e garantias constitucionais;
- Melhorar a capacidade dos serviços prestados a população;
- Aumentar a confiança da população em relação à polícia;
- Elevar a sensação de segurança da população.

#### **2.4. Estrutura Operacional**

Para melhor planejar, organizar e coordenar a aplicação do policiamento ostensivo, visando atender os anseios da população, dando maior mobilidade, flexibilidade e redimensionando a distribuição do efetivo na área do Distrito Federal, no ano de 2013, a PMDF ainda encontra-se em processo de ajustamento interno, conforme dispositivos constantes na Lei Federal nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.165, de 29 de Abril de 2010 e pelo Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de Junho de 2010.

Com o advento dos citados mandamentos legais, criou-se o Departamento Operacional (DOp), Órgão de Direção Geral, sendo este responsável pelo policiamento ostensivo na área do Distrito Federal, competindo-lhe ainda a realização do planejamento, coordenação, fiscalização e controle dos cinco comandos de policiamento a ele diretamente subordinados.

Ao DOp subordinam-se os seguintes órgãos de direção setorial operacional, os quais constituem-se nos grandes comandos responsáveis pelo policiamento nas respectivas regiões de responsabilidade, definidas no plano de articulação da Corporação:

- I. Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM);
- II. Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO);
- III. Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL);
- IV. Comando de Policiamento Regional Sul (CPRS); e
- V. Comando de Missões Especiais (CME).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I. 1º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Asa Sul (RA-I);
- II. 3º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Asa Norte (RA-I);
- III. 4º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Guará (RA-X), no SIA (RA-XXIX), no SCIA/Cidade Estrutural/Cidade do Automóvel (RA-XXV);
- IV. 5º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Lago Sul (RA-XVI), bem como prestar segurança e assistência às missões diplomáticas, repartições consulares e organismos internacionais sediados no Distrito Federal;
- V. 6º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Área Central de Brasília (Esplanada / RA-I);
- VI. 7º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Cruzeiro (RA-XI) e Sudoeste/Octogonal (RA-XXII).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I. 2º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Taguatinga (RA-III);
- II. 8º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Ceilândia (RA-IX);
- III. 11º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Samambaia (RA-XII);
- IV. 16º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Brazlândia (RA-IV);
- V. 17º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Águas Claras (RA-XX) e em Vicente Pires (RA-XXX).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- 13º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Sobradinho (RA-V) e em Sobradinho II (RA-XXVI);
- 14º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Planaltina (RA-VI);
- 19º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento ostensivo de guarda na área externa do Complexo Penitenciário de Brasília;
- 20º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Paranoá (RA-VII) e em Itapoã (RA-XXVIII);
- 21º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em São Sebastião (RA-XIV);
- 24º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Lago Norte (RA XVIII) e no Varjão (RA-XXIII).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Sul (CPRS) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I. 9º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Gama (RA-II);
- II. 25º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no ParkWay (RA-XIV), em Candangolândia (RA-XIX) e no Núcleo Bandeirante (RA-VIII);
- III. 26º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Santa Maria (RA-XIII);
- IV. 27º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Recanto das Emas (RA-XV);
- V. 28º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Riacho Fundo I (RA-XVII) e no Riacho Fundo II (RA-XXI).



Subordinam-se ao Comando de Missões Especiais (CME) as seguintes unidades de missões especiais:

- Batalhão de Operações Especiais (BOPE) – Atividades policiais e de segurança pública complexas que requeiram um alto grau de especialização em todo o Distrito Federal;
- Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães) – Policiamento especializado com cães em todo o Distrito Federal;
- Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque) – Policiamento especializado, como força de pronto emprego e de dissuasão para as situações de controle de distúrbios em todo o Distrito Federal;
- Batalhão de Aviação Operacional (BAVOp) – Policiamento aéreo em todo o Distrito Federal;
- Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) – Policiamento ambiental em todo o Distrito Federal;
- Regimento de Polícia Montada (RPMon) – Policiamento montado em todo o Distrito Federal;
- 12º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios;
- 1º Batalhão de Policiamento Escolar – Policiamento escolar em todo o Distrito Federal;
- 1º Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) - Policiamento de trânsito urbano nas Regiões Administrativas de Brasília (RA-I), Lago Sul (RA XVI), Lago Norte (RA XVIII), Cruzeiro (RA-XI) e Sudoeste/Octogonal (RA-XXII);
- 3º Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPRv) - Policiamento de trânsito rodoviário em todo o Distrito Federal.

Cabe citar ainda que atualmente está em funcionamento o 1º Batalhão de Patrulhamento Tático Motorizado (1º Batalhão de RoTaM) - responsável pela execução do policiamento tático motorizado em todo o Distrito Federal. Esta Unidade Policial Militar está vinculada diretamente ao Departamento Operacional da Corporação.

Algumas Unidades Policiais Militares criadas nos dispositivos legais ainda não foram implementadas, pois entrarão em atividade de acordo com as orientações estratégicas da Corporação.

Visando dar suporte, e o necessário apoio logístico, ao emprego da atividade operacional, a Corporação dispõe de diversas unidades administrativas responsáveis pelo planejamento e execução de atividades nas áreas de educação, orçamentária financeira, de pessoal, tecnológica e de saúde.

Os policiais militares lotados nessas unidades, além de trabalharem administrativamente, em caso de necessidade, de emergência ou também voluntariamente, reforçam as demais Unidades no policiamento ostensivo, aumentando o efetivo empregado na atividade fim.

Essas unidades estão vinculadas ao Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e estão distribuídas com a seguinte estrutura:

- I - Gabinete do Comando Geral.
- II - Secretaria Geral;
- III - Centro de Inteligência;
- IV - Centro de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos;
- V - Centro de Comunicação Social;
- VI - Estado Maior: ao Estado Maior subordinam-se 10 (dez) Seções Estratégicas;
- VII - Departamento de Gestão de Pessoal;
- VIII - Departamento de Logística e Finanças;
- IX - Departamento de Educação e Cultura;
- X - Departamento de Saúde Assistência ao Pessoal;
- XI - Departamento de Controle e Correição.

## **2.5. Indicadores**

A Corporação, tem se esforçado para por em prática seu Plano Estratégico, desta forma em 2012 foi criado o Escritório de Projetos com o intuito de Gerenciar os Projetos Institucionais. Aliado a este fato, houve a aquisição do Sistema TI, direcionado ao controle e Gerenciamento destes projetos. A melhoria dos processos de gestão institucional continua em pleno desenvolvimento. Neste contexto são fatores críticos de sucesso o alcance dos objetivos previamente definidos:

- O estabelecimento de parcerias estratégicas com os diversos segmentos públicos e privados;
- A definição de políticas públicas de integração entre os diversos órgãos do setor de Segurança Pública;
- A destinação orçamentária compatível com o atendimento das demandas;
- A disponibilidade de recursos humanos em quantidade adequada, capacitados, motivados e disciplinados;
- A dotação de recursos logísticos adequados;
- A existência de infraestrutura de informações, tecnologias e inteligência.

### 2.5.1. Indicadores de desempenho direcionados para o Processo finalístico da Corporação

Foi definido para o quadriênio 2012 - 2015, cinco indicadores de desempenho direcionados para o Processo Finalístico da Corporação. Estes indicadores estão no PPA 2012/2015, do Governo do Distrito Federal, e foram objeto de avaliação quando da apresentação do Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal que diz respeito a prestação de Contas dos recursos do Tesouro do GDF, e são os seguir descritos:

- Efetivo diário empregado no Policiamento Ostensivo,
- Número de Viaturas em condições de atendimento/Patrolhamento,
- Número de reuniões comunitárias com a Participação da PMDF,
- Número de palestras desenvolvidas por Policiais Militares, e:
- Tempo resposta no atendimento 190.

Ao realizarmos a análise dos indicadores acima, novamente em janeiro de 2013, constatamos que não foi Alcançado a meta desejada no efetivo diário empregado na atividade fim, isto notadamente deveu-se a falta de efetivo de Policiais Militares, além disto os indicadores direcionados para a prevenção primária, que o número de reuniões comunitárias com a participação da Polícia Militar e o número de palestras desenvolvidas por Policiais Militares Comunitários, precisam ser redimensionados, a fim de mostrar o resultado efetivo das Políticas Públicas implementadas pela Polícia Militar, segue abaixo os resultados obtidos em 2013, e já colocados no SIGGO/GDF.

#### Indicadores de Desempenho PPA 2012-2015 Governo do Distrito Federal.

INDICADOR	UNIDADE MEDIDA	RESULTADOS	2012	2013
Efetivo diário empregado no policiamento ostensivo	Unidade	Desejado	3.000	4.000
		Alcançado	2.957	3.100
Tempo resposta	Minutos	Desejado	4,50	11,50
		Alcançado	12,8	11,36
Número de viaturas em condições de atendimento/patrolhamento	Unidade	Desejado	450	470
		Alcançado	752	532
Número de reuniões comunitárias com participação da Polícia Militar	Unidade	Desejado	10	15
		Alcançado	396	420
Número de palestras desenvolvidas por Policiais comunitários	Unidade	Desejado	30	40
		Alcançado	53	388

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO

## 2.5.2. Indicadores de desempenho da gestão administrativa 2013

### Coleta e análise dos indicadores da gestão administrativa – 2º ciclo (2013)

(Portaria PMDF 761/2012)

Hodiernamente, a busca pela excelência tem se tornado uma realidade nas instituições públicas. Nesse cenário, a Polícia Militar do Distrito Federal, a partir da inauguração do seu Plano Estratégico com horizonte temporal 2011-2022, mostra-se na vanguarda das transformações exigidas pelos modelos de gestão modernos.

Diante disso, para se gerenciar adequadamente as questões afetas ao ambiente de uma organização, deve-se fazer um monitoramento constante do “painel de bordo” a fim de analisar quanto ao seu desempenho, pois segundo Edwards Deming “*não se pode gerenciar o que não se mede [...]*”. Nesse caso, o uso de indicadores (métricas) se mostra uma ferramenta capaz de apoiar a avaliação da performance da organização.

No ano de 2013, referente ao 2º Ciclo de Coleta, esta Instituição conseguiu melhorar ou manter a maioria dos índices, além de coletar 10 (dez) novos indicadores, perfazendo 71,4 % de melhoria em comparação ao ano de aferição anterior, conforme evidenciado na análise de alguns indicadores:

- Índice de Aplicação de Recurso em Custeio, em 2012 (95,72%), já em 2013, a Polícia Militar utilizou todo seu orçamento, de Outras despesas Correntes - CUSTEIO, na área de Manutenção dos Serviços Continuados diversos, no Custeio da Assistência Médica e no Custeio da folha o que onerou sobremaneira todo o orçamento da PMDF, inclusive frustrando alguns projetos de investimentos com foco na Copa do Mundo 2014, em virtude de remanejamentos para os dispêndios de custeio. A PMDF Capacitou em Curso de Multiplicador Área de Polícia Comunitária que em 2012 estava com 55,29% da meta e no ciclo atual alcançou o índice de 76% da meta (700 Policiais Militares); Capacitação na Área de Polícia Comunitária em 2012 (46,17%) e em 2013 (48,36%); Capacitação em Curso de Promotor na Área de Polícia Comunitária em 2012 (54,03%) e em 2013 (55,49%); Índice de Rotatividade de Pessoal em 2012 (37,4%) e em 2013 (26,4%); Processos Criminais em 2012 (120 dias de tempo médio entre a instauração e a solução) e em 2014 (90 dias); Processos Disciplinares em 2012 (06 a 08 meses de tempo médio entre a instauração e a solução) e em 2013 (32,4 dias), fato que demonstra melhoria nas rotinas de trabalho a partir do conhecimento dos processos (mapeamento) e sua consequente modelagem; Índice de Desvio do Planejamento em 2012 (2,33%) e em 2013 (0,76%); Índice de Aplicação de Viaturas no Policiamento Comunitário em 2012 (8,19%) e em 2013 (34,33%); Índice de Aplicação de Policiais Militares no Policiamento Comunitário em 2012 (7,06%) e em 2013 (34,63%); Índice de Acautelamento (permanente) de Armas em 2012 (63,78%) e em 2013 (68,60%); Índice de Acautelamento (permanente) de Coletes Balísticos em 2012 (20,86%) e em 2013 (23,82%); Índice de Aplicação de Aeronaves em voos operacionais em 2012 (54,97%) e em 2013 (65,02%).

- Índice de Absenteísmo em 2012 (4,17%) e em 2013 (4,26%), manteve-se quase inalterado, considerando que a média de idade da Corporação varia entre 40 e 50 anos e o estresse inerente à atividade policial. Outros índices não coletados anteriormente tiveram suas coletas viabilizada sem função do processo de aprendizagem organizacional gerado pelo 1º Ciclo (2012).
- A análise dos indicadores relacionados à Capacidade de Atendimento Ambulatorial e Absorção da Demanda de Saúde fica prejudicada uma vez que a estrutura física de atendimento de saúde se encontra em reforma com previsão de inauguração para este ano do novo Centro Médico da PMDF (Hospital tipo II), sendo, então, ofertada ao usuário do sistema a rede particular credenciada; o Índice de Defasagem aumentou em razão do ano de 2013 não ter ocorrido ingresso de novos Soldados na Corporação, todavia, para o ano de 2014 há a previsão do ingresso de 1.000 (um mil) Soldados Policiais Militares; o Índice de Denúncia mostrou um acréscimo que não é tão substancial uma vez que os meses de referência do ano de 2013 foram maiores, sem falar no processo Correcional relativo às investigações internas que melhorou expressivamente, conforme já analisado acima.
- Quanto à execução do Orçamento, a Corporação tem adotado medidas importantes, mencionando, por exemplo, a aprovação da Portaria PMDF nº 783/2012 que cria o Sistema de Orçamento e Finanças com o propósito de seccionar as demandas de orçamento por área temática e criar Coordenadores Setoriais de Orçamento, além da Portaria PMDF nº 857/2013 que estabelece procedimentos para a apresentação de demandas que visem solicitação de um novo material ou serviço, bem como proposição de melhoria de gestão no âmbito da Corporação, visando a otimização dos processos e a aplicação da metodologia de projetos (PMI/PMBOK) e, a recente Portaria PMDF nº 891/2014 que estabelece o processo para contratações e aquisições de solução de TI, conforme disposto na IN nº 04 da Secretaria de Logística e TI do MPOG, com o objetivo de padronizar e melhorar os processos de demandas e aquisições, evitando o retrabalho.

Por fim, verifica-se que a PMDF por meio do monitoramento sistemático dos processos de trabalho e dos seus resultados (produtos), a partir da utilização de indicadores, estimulou o aprendizado organizacional capaz de oferecer oportunidades de melhorias. Por isso, no ano de 2013, em particular no período entre os meses de agosto e final de novembro, a Portaria PMDF nº 761/2012 que trata dos indicadores da gestão administrativa foi completamente revisada e está em processo de validação, uma vez que os ciclos anteriores (ciclos de aprendizado) permitiram o aprimoramento do sistema de indicadores, bem como o estabelecimento de novas métricas que, conforme a existência de série histórica, terão suas metas determinadas. Segue abaixo relação de indicadores de Gestão Administrativa com sua aferição:

INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA			
INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEDIÇÃO	
		2012	2013
Evolução da receita orçamentária	$[(\text{Recursos aprovados no ano} \div \text{recursos aprovados no ano})$	NÃO AFERIDO	3,92% de evolução da receita em relação ao ano

	anterior) x 100]-100		anterior
Captação de Recursos	$(\text{Recursos aprovados} \div \text{por recursos solicitados}) \times 100$	88,96% em 2012	74,08% em 2013
Índice de disponibilidade de recursos	$(\text{Recursos liberados} \div \text{por recursos aprovados}) \times 100$	93,30% em 31 de dezembro de 2012	85,64% em 31 de dezembro de 2013
Índice de aplicação de recurso em investimento	$(\text{Recursos para investimento executados} \div \text{Recursos disponibilizados na LOA para investimento}) \times 100$	61,64% de recursos aplicados em investimento em 2012	16,25% de recursos para investimento aplicados até 31 de dezembro de 2013
Índice de aplicação de recurso em Custeio	$(\text{Recursos para custeio executados} \div \text{Recursos disponibilizados na LOA para custeio}) \times 100$	95,72% de recursos aplicados em custeio em 2012	93,51% de recursos para custeio aplicados até 31 de dezembro de 2013
Relação Custeio x Investimento	$(\text{Recursos de Investimento} \div \text{Recursos totais}) \times 100$	9,52% de recursos aplicados em investimento até em 2012	8% do total de recursos foram aplicados em investimento até 31 de dezembro de 2013
Índice de execução financeira	$(\text{Valor empenhado e liquidado no exercício}) \div (\text{Valor empenhado no mesmo exercício} - \text{valor de empenhos cancelados})$	NÃO AFERIDO	66,85% do valor empenhado pelo DLF foi liquidado no ano de 2013.
Índice de capacitação na área operacional	$(\text{n}^\circ \text{ de PPMM capacitados} \div \text{Efetivo total empregado na atividade-fim}) \times 100$	NÃO AFERIDO	5.777 policiais militares capacitados em cursos da área operacional
Índice de capacitação na área administrativa	$(\text{n}^\circ \text{ de PPMM capacitados} \div \text{Efetivo total empregado na atividade-meio}) \times 100$	NÃO AFERIDO	91 policiais militares capacitados em cursos da área administrativa
Índice de Capacitação na Área de Polícia Comunitária	$(\text{N}^\circ \text{ PPMM capacitados} \div \text{Efetivo total da PMDF}) \times 100$	6.735 policiais militares capacitados entre 2006 e 2013. 46,17% da meta até 2022 (efetivo total).	7.054 policiais militares capacitados entre 2006 e 2013. 48,36% da meta até 2022 (efetivo total).
Capacitação em curso de multiplicador Área de Polícia Comunitária	$(\text{N}^\circ \text{ PPMM capacitados} \div 700) \times 100$	55,29% da meta do Plano Estratégico PMDF 2011-2022	76% da meta do Plano Estratégico PMDF 2011-2022
Capacitação em curso de promotor Área de Polícia Comunitária	$(\text{N}^\circ \text{ PPMM capacitados} \div 7000) \times 100$	54,03% da meta do Plano Estratégico PMDF 2011-2022	55,49% da meta do Plano Estratégico PMDF 2011-2022
Capacidade de Atendimento Ambulatorial	$\text{N}^\circ \text{ de consultas realizadas} \div \text{N}^\circ \text{ total de beneficiários do Sistema de Saúde da PMDF}$	32,65% dos beneficiários em 28.734 atendimentos realizados em 2012.	10,46% dos beneficiários em 9.218 em 2013
Capacidade de Atendimento Odontológico	$\text{N}^\circ \text{ de consultas realizadas} \div \text{N}^\circ \text{ total de beneficiários do Sistema de Saúde da PMDF}$	26,65% dos beneficiários em 23.449 atendimentos realizados em 2012	21,74% dos beneficiários em 20.235 atendimentos realizados em 2013
Índice de absorção da demanda de saúde	$\text{N}^\circ \text{ de atendimentos internos} \div \text{n}^\circ \text{ total de beneficiários atendidos}$	15,62% da demanda atendida internamente em 2012.	3,70% da demanda atendida internamente em 2013.
Índice de Absenteísmo	$(\text{Total de dias de dispensa de saúde} \div \text{número de policiais da ativa} \times 330) \times 100$	4,17% de perda da força de trabalho no ano de 2012.	4,26% de perda da força de trabalho no ano de 2013.
Índice de participação em EAD	$\text{n}^\circ \text{ de participantes no EAD} \div \text{Efetivo total da PMDF}$	NÃO AFERIDO	411 policiais militares (2,82% do efetivo) participaram de cursos à distância no ano de 2013
Índice de participação em treinamento de tiro	$\text{n}^\circ \text{ de participantes em treinamento de tiro} \div \text{Efetivo total da PMDF}$	NÃO AFERIDO	2360 policiais militares (16,18% do efetivo) participaram de treinamentos de tiro no ano de 2013

Índice de participação em cursos de especialização	nº de participantes em treinamento de tiro ÷ Efetivo total da PMDF	NÃO AFERIDO	5.613 policiais militares (38,48% do efetivo) participaram de cursos de especialização no ano de 2013
Índice de participação em cursos de aperfeiçoamento	nº de participantes em treinamento de tiro ÷ Efetivo total da PMDF	NÃO AFERIDO	150 policiais militares (1,03% do efetivo) participaram de cursos à distância no ano de 2013
Índice de defasagem de pessoal	Quantidade de PPMM que ingressaram - nº total do efetivo que deixou a PMDF	427 policiais militares a menos no ano de 2012	524 policiais militares a menos no ano de 2013
Índice de rotatividade de Pessoal	(Nº de Movimentações ÷ Efetivo da PMDF) x 100	37,4% do efetivo foi movimentado em 2012	26,4% do efetivo foi movimentado em 2013
Ascensão na Carreira	(Nº de Promovidos ÷ Quantidade do Quadro) x 100	20,78% do efetivo foi promovido em 2012	13,30% do efetivo foi promovido em 2013
Índice de Denúncias	[(Nº de Denúncias ÷ Nº de Denúncias do período anterior) x 100] - 100	513 até setembro de 2012. *marco de referência para próximas aferições	770 denúncias entre janeiro e setembro e em dezembro de 2013
Processos Criminais	Tempo médio entre a instauração e a solução do procedimento	120 dias. 128 processos até maio de 2012.	131 processos criminais instaurados entre julho e dezembro de 2013. Média de 90 dias para a conclusão dos processos.
Processos Disciplinares	Tempo médio entre a instauração e a solução do procedimento	06 a 08 meses. 526 de janeiro a maio e setembro.	1.168 processos disciplinares instaurados, sendo 48 concluídos até 31 de outubro de 2013. Média de 32,4 dias para a conclusão dos processos.
Índice de efetividade de planejamento	(Recursos utilizados nos processos de aquisições e serviços planejados e executados ÷ Recursos planejados para aquisições e serviços).	46,67% de recursos de aquisições e serviços planejados que foram executados entre janeiro e agosto do ano de 2012	45,24% de recursos de aquisições e serviços planejados que foram executados entre janeiro e setembro do ano de 2013
Índice de desvio do Planejamento	(Recursos utilizados nos processos de aquisições e serviços Não planejados ÷ Recursos planejados e executados para aquisições e serviços).	2,33% de recursos de aquisições e serviços que foram executados entre janeiro e agosto do ano de 2012 fora da proposta orçamentária.	0,76% de recursos de aquisições e serviços que foram executados entre janeiro e setembro do ano de 2013 fora da proposta orçamentária.
Índice de indisponibilidade de de viaturas	[(Soma do total de dias de indisponibilidade de todas as viaturas) ÷ (nº de viaturas x 365 dias)] x 100	NÃO AFERIDO	12,73% das viaturas da PMDF estiveram indisponíveis diariamente, por motivos diversos (revisão, danos, sinistros, inquéritos técnicos, etc.), no ano de 2013.
Índice de disponibilidade de terminais móveis	(Índice médio de disponibilidade de terminais de vtr ÷ 168) x 100.	NÃO AFERIDO	300 terminais portáteis (tablets) conectados para consultas diversas às redes Infoseg, Detran, CNJ, etc.
Índice de aplicação de vtrs no Policiamento Comunitário	Média de viaturas empregadas no Policiamento comunitário (por UPM) ÷ Média do total de Vtrs empregadas pela UPM no srv operacional	8,19% de VTR's empregadas no policiamento comunitário em dezembro de 2012.	34,33% de VTR's empregadas no policiamento comunitário em 2013

Índice de aplicação de PPMM no Policiamento Comunitário	Média de PPMM empregados no Policiamento comunitário (por UPM) ÷ Média do total de PPMM empregados pela UPM no srv operacional Ordinário	7,06% do efetivo de serviço foi empregado no policiamento comunitário em dezembro de 2012.	34,63% do efetivo de serviço foi empregado no policiamento comunitário 2013.
Índice de acautelamento (permanente) de armas	(Nº de armas acauteladas ÷ Nº de policiais militares)	63,78% de policiais com arma acautelada permanentemente em 2012	68,60% de policiais com arma acautelada permanentemente até 2013
Índice de acautelamento (permanente) de coletes balísticos	(Nº de coletes balísticos ÷ Nº de policiais militares)	20,86% de policiais com arma acautelada permanentemente em 2012	23,82% de policiais com colete balístico acautelado permanentemente em 2013
Índice de aplicação das aeronaves	Nº de horas de vôo utilizadas no emprego operacional ÷ Nº total de horas de vôo (Emprego Operacional + Emprego para treinamento + Emprego Administrativo)	54,97% de vôos operacionais no ano de 2012	65,02% de vôos operacionais no ano de 2013

Fonte: EM-PM/10

### 2.5.3. Avaliação da Gestão da Execução Orçamentária por ação orçamentária:

Ao avaliarmos a Gestão do Orçamento no que tange aos recursos provenientes do FCDF, por ação orçamentária obtivemos os seguintes resultados:

- **Ação Orçamentária nº 2884509030036** - Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal: do Valor disponibilizado na LOA/2013, foi executado 88,98%, isto ocorreu face a alguns bloqueios e remanejamentos orçamentários no exercício realizados pela Setorial de Orçamento-SUTES/GDF, para outros órgãos, o que onerou sobremaneira o orçamento da Corporação.
- **Ação Orçamentária nº 28845090300F1** - Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionista da Polícia Militar do Distrito Federal: do Valor disponibilizado na LOA/2013, foi executado 111,53%, ou seja, houve a necessidade de remanejamento de orçamento, feito dentro dos ditames da Lei, vale ressaltar que em 2012, já tivemos uma execução maior em razão da quantidades de Policiais Militares que estão requerendo ingressarem na inatividade.
- **Ação Orçamentária nº 28845090300FH** - Auxílio Alimentação aos servidores da Polícia Militar do Distrito Federal: do Valor disponibilizado na LOA/2013, foi executado 87,99%, ou seja atendeu dentro da dotação as necessidades orçamentárias da Corporação, para o exercício de 2014, novamente vamos ter um aumento no auxílio alimentação, isso deverá gerar uma suplementação, há que se considerar ainda o ingresso de 1800 Policiais Militares novos, o que também impactará o orçamento desta ação.
- **Ação Orçamentária nº 28845090300FL** - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores da Polícia Militar do Distrito Federal: do Valor disponibilizado na LOA/2013, foi executado 70.54%, ou seja a dotação atendeu, com sobras as necessidades orçamentárias da Corporação.
- **Ação Orçamentária nº 28845090300FM** - Assistência Médica e Odontológica aos servidores da Polícia Militar e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal: do Valor disponibilizado na LOA/2013, foi executado 58,81%, este valor



no entanto não reflete a realidade da Assistência Médica PMDF, uma vez que, face ao aumento considerável da despesa de custeio do Sistema de saúde da PMDF, as despesas realizadas chegou a R\$ 135.045.638,13, isto considerando o orçamento da Fonte 100 GDF, e o superávit financeir do Fundo de Saúde da PMDF, que ainda estava disponível no Sistema de Gestão Governamental do GDF – SIGGO, há que se considerar ainda, que logo no início do exercício financeiro houve bloqueios e remanejamentos orçamentários da área de saúde da Corporação. Portanto a Corporação executou a mais do valor disponível na LOA 2013-FCDF, R\$ 18.586.082, tendo sido suplementado pelo GDF na fonte 100 GDF R\$ 35.000.000,00.

Desta forma, analisando o contexto geral, do orçamento disponibilizado na Lei Orçamentária Anual de 2013 da União, a Policia Militar do Distrito Federal executou 92,41%. Portanto bem próximo do percentual do exercício anterior, há que ressaltar, mais uma vez, que a Corporação sofreu no exercício financeiro de 2013 vários bloqueios e remanejamentos de seu orçamentos para outros órgãos, além disto aumentou sobremaneira a realização de outras despesas correntes – CUSTEIO, em uma análise rápida identificamos que a dotação orçamentária disponibilizada a Corporação não atendeu suas necessidades, foi insuficiente o que deverá ocorrer novamente neste exercício financeiro de 2014, e desta vez com mais contundência.

#### **2.5.4. Indicadores Operacionais:**

O Sistema de indicadores de desempenho atual da PMDF é constituído basicamente por indicadores de produtividade. Que são os dados relacionados com a produtividade policial , Esses indicadores são essenciais , mas não fornecem uma visão precisa e correta do impacto da corporação sobre o fenômeno criminal . Evidentemente , o que se requer da Polícia Militar é a prevenção , sua missão precípua . Entretanto, a ausência de qualquer indicador de desempenho de prevenção criminal em alto nível de gestão policial é ampla e mundialmente reconhecida. Os problemas na elaboração desses indicadores tem sido observados periodicamente por pelo menos duas décadas. Estes incluem dificuldades em medir a ausência de eventos (crimes), motivo pelo qual esses indicadores não devem ser vistos sob a ótica restrita do atingimento de metas.

Encontra-se em fase de estudo a implantação de um novo sistema de indicadores de desempenho operacional para a Polícia Militar do Distrito Federal de acordo com modelos em funcionamento na Inglaterra, no País de Gales dentre outros. Esse novo Sistema tem como dimensões: Foco no cidadão, uso dos recursos, redução do crime e promoção da segurança.

Para apresentar o desempenho operacional da Corporação, referente ao ano de 2013, buscou-se dados nos arquivos da divisão de Análise Criminal do Centro de Inteligência , da Seção de Estatística do DOp, do Sistema de Geral de Ocorrências e nos relatórios gerados nos Comandos Regionais : (Estes por período ). Tais informações constantes no presente relatório serão um dos fatores delineadores para a Gestão Operacional .

Cabe ressaltar que a coleta dos dados constantes do Sistema Geral de Ocorrência são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF (SSP/DF) , não estando sob a Gerência e, conseqüentemente da PMDF.

Outro ponto a se considerar é que em decorrência de uso de técnicas de Análise Criminal que têm sido implantadas pela PMDF, após lançamento do seu Plano Estratégico, vários números de produtividade de Atendimento ao público estão sendo revistos, mediante nova metodologia de sistematização e análise de dados.

Os dados referentes às atividades operacionais desenvolvidas pela PMDF no atendimento emergencial, por meio de viaturas, com acionamento pela Central Integrada de Atendimento e Despacho, CIADE, através do telefone 190, são as seguintes:

#### **2.5.4.1. Solicitação para atendimento emergencial de ocorrência pela PMDF**

No ano de 2013, o quantitativo de solicitações para atendimento emergencial de ocorrências pela PMDF – 190, via acionamento CIADE/SSP-DF, foi o seguinte:

MÊS		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
2012	Ocorrências Solicitadas (1)	26170	22291	21013	23420	22005	22248	21140	17422	18938	19866	18313	19041	251867	20989	700
	Oc . Canceladas Por Falta de viatura (2)	78	57	99	127	108	99	119	109	89	159	139	127	1310	109	4
	Percentual De (2)/(1)	0,3%	0,3%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	0,6%	0,6%	0,5%	0,8%	0,8%	0,7%	0,5%	0,5%	0,5%
MÊS		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
2013	Ocorrências Solicitadas (1)	18439	19997	23534	25889	26232	25625	25182	25144	27924	28611	26482	25184	298243	24854	828
	Oc . Canceladas Por Falta de viatura (2)	94	92	107	185	212	231	212	218	284	252	259	270	2416	201	7
	Percentual De (2)/(1)	0,5%	0,5%	0,5%	0,7%	0,8%	0,9%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	0,8%	0,8%	0,8%



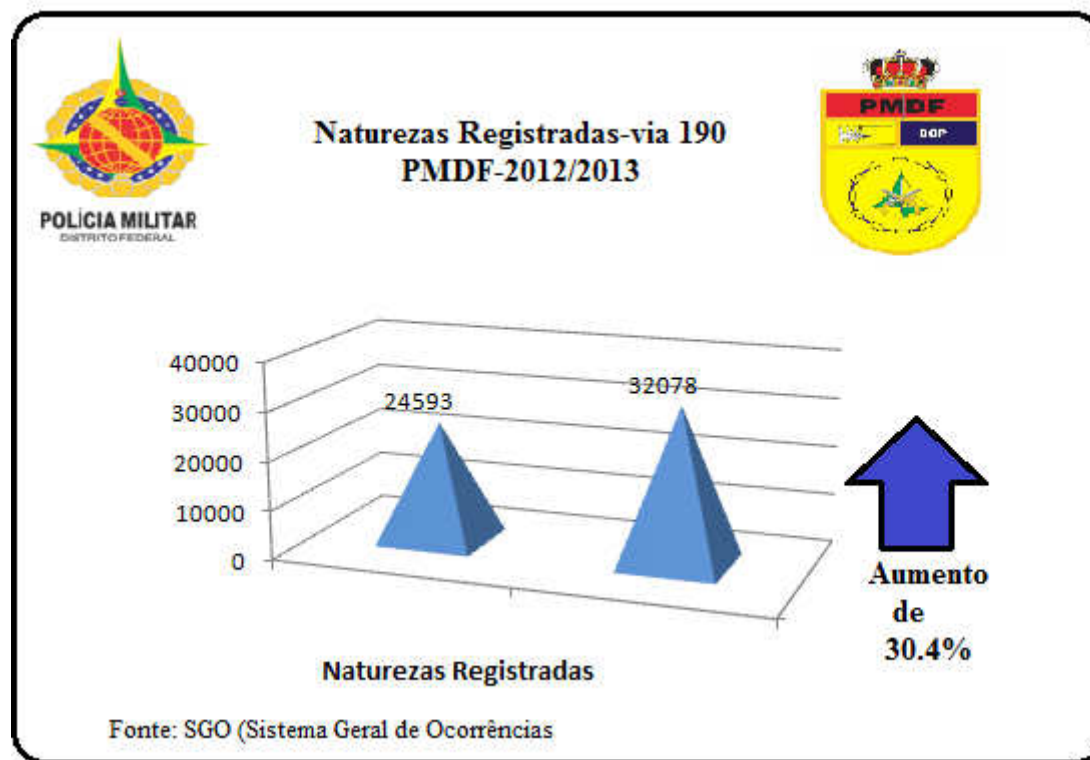
No decorrer do ano de 2013, via CIADE, foram solicitadas **251.867** ocorrências a serem atendidas pela PMDF tais dados são catalogados mediante registro das solicitações de ações policiais, por meio de ligações telefônicas no número 190, após o término da ocorrência é consolidado o registro dos dados no Sistema de Gestão de Ocorrência na CIADE/SSP-DF.

Na Tabela acima, comparando-se o total anual de ocorrências demandadas (solicitadas) para a PMDF do ano de 2012 com as do ano de 2013, observa-se o aumento de 18,41%.

Tabela- Comparativo das naturezas registradas, via CIADE/SSP-DF, em ocorrências direcionadas para atendimento pela PMDF:

Naturezas Registradas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
2012	2259	1737	1583	2226	2488	2801	2434	1817	1379	1758	1821	2290	24593	2049	68
2013	2210	2496	2872	3011	3027	2858	2836	2938	2967	2682	2168	2013	32078	2673	89
%	-2%	44%	81%	35%	22%	2%	17%	62%	115%	53%	19%	-12%	30,4%	30,4%	30,4%

Na Tabela acima, comparando-se o total anual de ocorrências demandadas (solicitadas) para a PMDF do ano de 2012 com as do ano de 2013, observa-se um aumento de 30,4%.



Tendo por base as naturezas registradas, nota-se um padrão semelhante ao apresentado pelas ocorrências solicitadas. Na tabela acima, comparando o total anual de Naturezas registradas do ano de 2012 com as do ano de 2013, observa-se um aumento de 30,4%, de ocorrências registrados na demanda de ocorrências para a PMDF, ocorrências solicitadas.

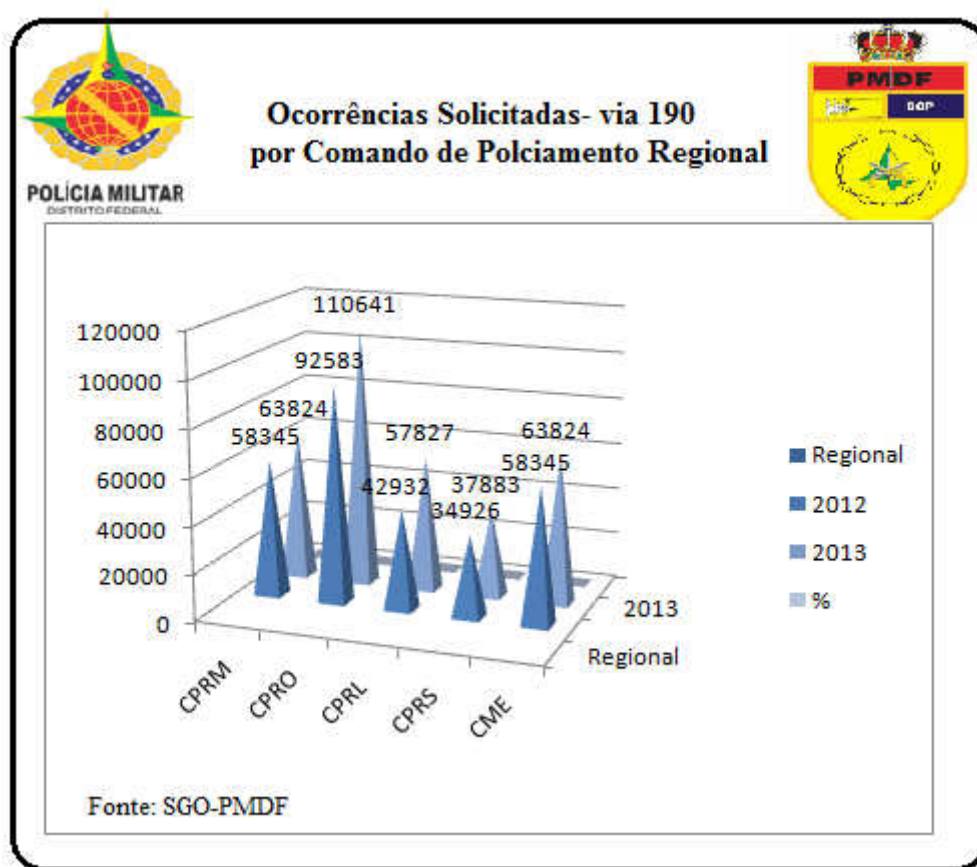
Ao comparar os valores absolutos de ocorrências solicitadas e naturezas registradas, verifica-se uma diferença considerável. Isto ocorre porque no Banco de Dados cada ocorrência pode comportar mais de uma natureza (criminais e / ou administrativas).

Abaixo são apresentadas as ocorrências atendidas pela PMDF de acordo com as regiões de comando de policiamento que correspondem às Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP(s) do Programa Ação pela Vida em todos os Comandos de Policiamento Regional foi verificada um aumento significativo na quantidade de ocorrências , conforme pode-se verificar na tabela abaixo:

Tabela- Comparativo Geral de Ocorrências atendidas por Comando Regional

Comando Regional	CPRM	CPRO	CPRL	CPRS	CME
2012	58345	92583	42932	34926	58345
2013	63824	110641	57827	37883	63824
%	9%	20%	35%	8%	13%

Gráfico Comparativo Geral de Ocorrências atendidas por Comando Regional



#### 2.5.4.2. Produtividade Policial

A produtividade policial da PMDF referente às apreensões de arma de fogo, veículos localizados e condução de criminosos às Delegacias pelas ocorrências envolvendo drogas no ano de 2013, estão apresentadas nas tabelas a seguir e serve para nortear a atividade policial, porém, conforme já explanado anteriormente não podem ser vistas exclusivamente como cumprimento de metas, já que há uma série de fatores que podem contribuir com o aumento e/ ou redução ou não desta chamada produtividade.

### **Comparativo de produtividade policial anual 2012/ 2013 (Dados Gerais)**

Levando-se em consideração o Comparativo dos dados gerais relativos aos de 2013 e 2012, pode-se observar que houve as seguintes conclusões:

- Houve aumento de 186 ocorrências de Tráfico de Drogas , sendo a variação percentual de 9,7%;
- Houve o aumento de 532 ocorrências de uso e porte de Drogas e variação percentual de 12,3%;
- Houve a diminuição 154 ocorrências de posse e porte de Arma e variação percentual negativa de 9,4%;
- Houve o aumento de 977 ocorrências de Localização de Veículos roubados e furtados e variação percentual de 16,7%.

Tal comparativo pode ser especificado na seguinte tabela:

NATUREZA	TOTAL		VARIAÇÃO
	2012	2013	(%)
TRÁFICO DE DROGAS	1922	2108	9,7%
USO E PORTE DE DROGAS	4335	4867	12,3%
POSSE E PORTE DE ARMA	1643	1489	-9,4%
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	5848	6825	16,7%
TOTAL DA AÇÃO POLICIAL	13748	15289	11,2%

Logo adiante será apresentado o Comparativo mensal de produtividade -1º Semestre de 2013 de produtividade referente ao mesmo período no ano de 2012

### **Comparativo mensal de produtividade -1º Semestre de 2013**

Objetivando especificar a produtividade policial durante os anos de 2012 e 2013, foi explicitado no quadro abaixo o Comparativo mensal no período de Janeiro a Junho, entre os anos de 2012 e 2013:

Tabela- Comparativo mensal durante o 1º Semestre dos anos de 2012 e 2013

COMPARATIVO SEMESTRAL- 1º SEMESTRE 2012/2013												
NATUREZA	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
TRÁFICO DE DROGAS	184	<b>197</b>	147	<b>189</b>	163	<b>208</b>	169	<b>199</b>	206	<b>179</b>	203	<b>179</b>
USO E PORTE DE DROGAS	461	<b>492</b>	299	<b>418</b>	268	<b>448</b>	368	<b>435</b>	478	<b>436</b>	522	<b>392</b>
POSSE E PORTE DE ARMA	144	<b>121</b>	83	<b>169</b>	100	<b>148</b>	166	<b>157</b>	170	<b>148</b>	145	<b>119</b>
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	506	<b>582</b>	475	<b>574</b>	576	<b>566</b>	612	<b>604</b>	480	<b>531</b>	490	<b>461</b>
<b>TOTAL DA AÇÃO POLICIAL</b>	<b>1295</b>	<b>1392</b>	<b>1004</b>	<b>1350</b>	<b>1107</b>	<b>1370</b>	<b>1315</b>	<b>1395</b>	<b>1334</b>	<b>1294</b>	<b>1360</b>	<b>1151</b>

Fonte: SSP/DF

No quadro abaixo, temos o Comparativo mensal no período de Julho a Dezembro entre os anos de 2012 e 2013:

Tabela- Comparativo mensal durante o 2º Semestre dos anos de 2012 e 2013

COMPARATIVO SEMESTRAL- 2º SEMESTRE 2012/2013												
NATUREZA	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
TRÁFICO DE DROGAS	171	<b>187</b>	148	<b>221</b>	87	<b>172</b>	115	<b>176</b>	163	<b>108</b>	166	<b>93</b>
USO E PORTE DE DORGAS	445	<b>403</b>	341	<b>497</b>	171	<b>458</b>	222	<b>366</b>	367	<b>293</b>	393	<b>229</b>
POSSE E PORTE DE ARMA	113	<b>110</b>	126	<b>133</b>	140	<b>103</b>	166	<b>115</b>	155	<b>83</b>	135	<b>83</b>
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	593	<b>523</b>	427	<b>566</b>	242	<b>534</b>	304	<b>548</b>	545	<b>600</b>	598	<b>736</b>
<b>TOTAL DA AÇÃO POLICIAL</b>	<b>1322</b>	<b>1223</b>	<b>1042</b>	<b>1417</b>	<b>640</b>	<b>1267</b>	<b>807</b>	<b>1205</b>	<b>1230</b>	<b>1084</b>	<b>1292</b>	<b>1141</b>

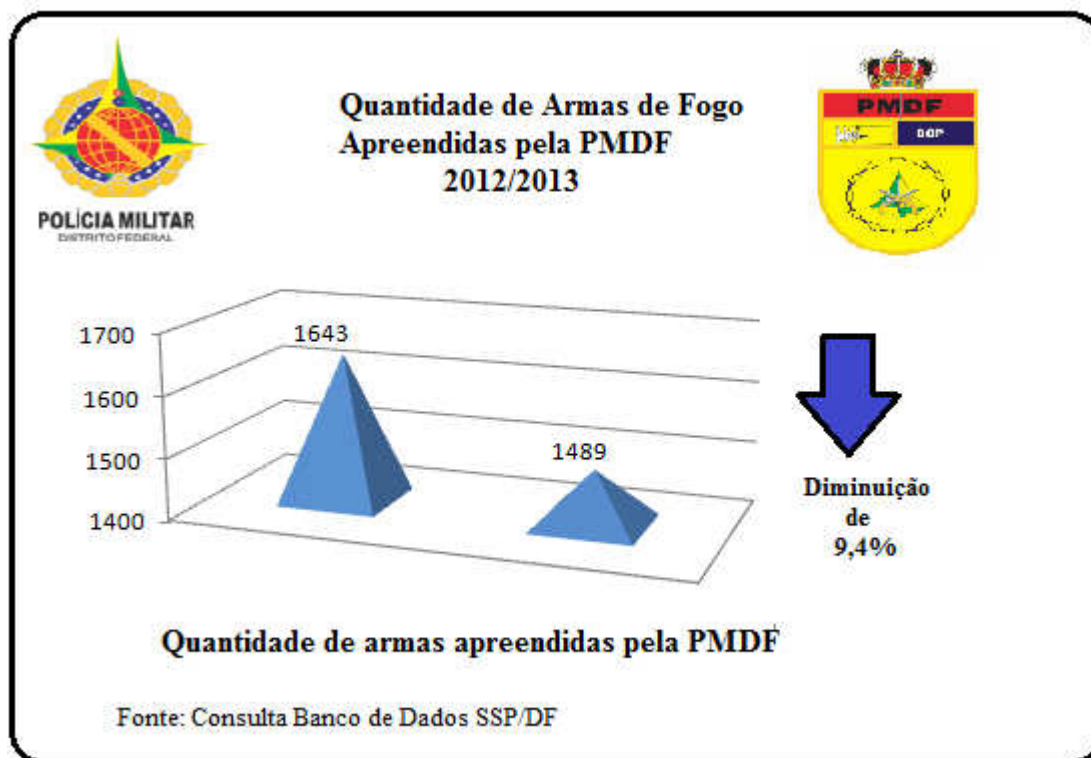
Fonte: SSP/DF



## Armas apreendidas

No ano de 2013, houve uma diminuição de Armas Apreendidas pela PMDF, comparando-se com o mesmo período em 2012. Foram apreendidas 1489 armas de fogo, sendo que em 2012 foram apreendidas 1643. Havendo uma diminuição de -9.4%.

### Gráfico Comparativo - Armas de Fogo Apreendidas



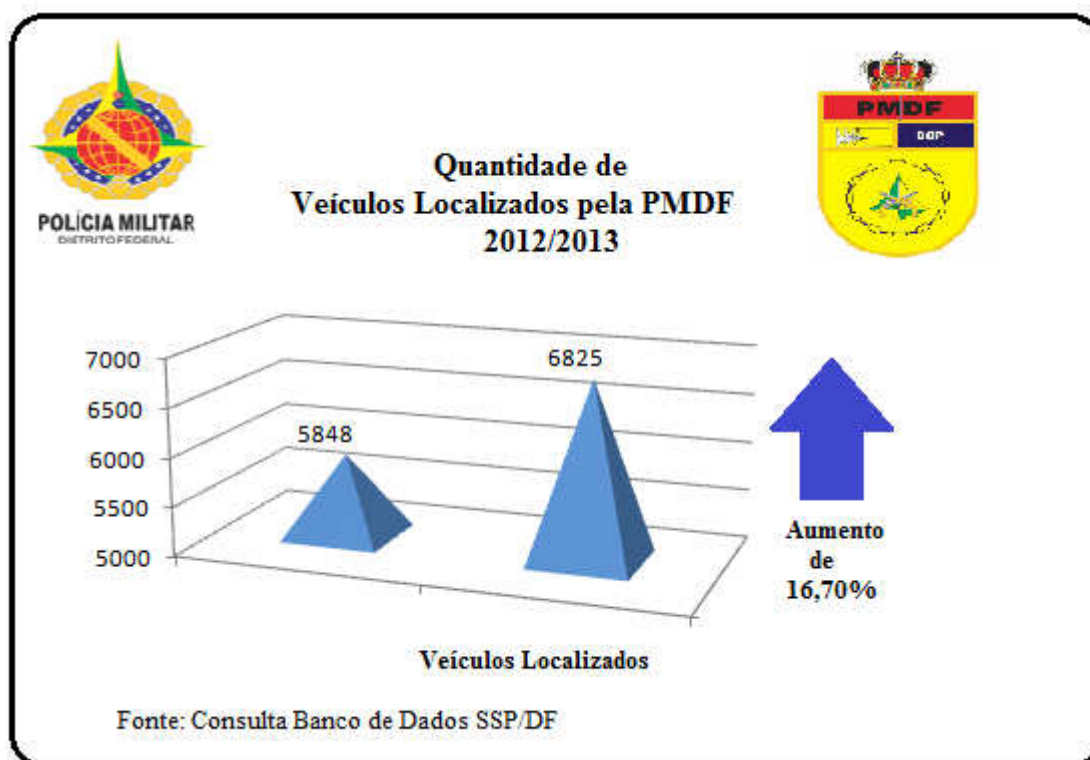
### 2.5.4.3. Veículos localizados pela PMDF

No ano de 2013, foram registrados **6825** veículos localizados, refletindo em um aumento de **16,7%** em relação ao período anterior, ano de 2012, período no qual **5848** veículos foram localizados.

Convém salientar, novamente que tal informação é oriunda da consulta aos dados constantes em Planilha da Secretaria de Segurança Pública do DF.

PERÍODO	2012	2013	variação
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	5848	6825	16,7%

## Gráfico Comparativo- Veículos Localizados



### 2.5.4.4. Ocorrências envolvendo drogas

Apos o atendimento destas solicitações a PMDF registrou a Seguintes quantidades de Natureza final envolvendo drogas.

PERÍODO	2012	2013	variação
USO E PORTE DE DROGAS	4335	4867	12,3%

Fatores como a diminuição das denúncias/ solicitações de atendimento no sistema 190 e a quantidade de intensificações do policiamento através das operações policiais realizadas, melhorando a atuação preventiva da corporação, precisam ser considerados ao se analisar tal diminuição de naturezas registradas.

No ano de 2013, foram registradas 4897 ocorrência envolvendo drogas, registrando aumento de 12,3% em relação ao período anterior ano de 2012, que foram 4335 conforme análise do SGO /190.

#### 2.5.4.5. Média Diária de efetivo operacional.

Da média diária de efetivo operacional diário de meios disponíveis na corporação, foram extraídos os seguintes dados referentes ao ano de 2013.

Fonte- Mapa de Meios Operacionais da Corporação

Modalidade de Policiamento	Média Diária de Efetivo	Média Diária de Viaturas
Policiamento a pé	2384	738
Policiamento Montado	657	***
Policiamento Velado	115	***
Postos Policiais	130	520
TOTAL	3224	1258

#### 2.5.4.6. Principais Operações desenvolvidas no ano de 2013.

No ano de 2013, a PMDF desencadeou várias operações, por meio de ordens de serviço de responsabilidade do Departamento Operacional da PMDF, objetivando reduzir de maneira eficaz a ação delituosa de criminosos no Distrito Federal através da ação preventiva e repressiva ao tráfico de Drogas , Porte ilegal de Drogas , Explosivos , armas e munições, e ainda há outros tipos penais correlacionados com furto, roubo, extorsão e homicídios.

Todas as operações têm como destinatários os Comandos Regionais de Policiamento que por sua vez dão prosseguimento para a aplicabilidade e eficácia das operações abaixo elencadas. Vale Salientar que os Comandos Regionais de Policiamento estão divididos em Áreas Integradas de Segurança Pública ( AISP), em concordância com o Programa Ação pela Vida do Distrito Federal.

DOP
Operação Eixos Estratégicos
Operação Asas
Operação Ciclone
Operação Força tática
Operação Carrossel
Operação Flamengo e Atlético
Operação Flamengo e Portuguesa
Operação Lupa
Operação Campo Feliz
Operação Cerco Total
Operação DF Seguro
Operação Campo Feliz Regional Leste
Operação Independência
Operação Cavalo de Aço
Operação Abordagem Total
Operação Enem
Operação Vértice
Operação Fim de Ano
Operação Carrossel
CPRM
Operação Cosme e Damião

Operação Dresença
Operação Cavalos de Aço
Operação Entrega de Viaturas
Operação Bares da Moda
Operação Abordagem Total
Operação Bloco Galinho
Operação Bloco Baratinha
Operação Bloco Baradona
Operação Bloco Raparigueiros
Operação Bloco Pacotão
Operação Varjão
Operação Cosme e Damião
Operação Presença
Operação Integrada
Operação Vértice
Operação SCS
Operação Área Central
Operação Finados
Operação Ação Focalizada
Operação combate ao Transporte Clandestino
Operação Fim de Ano
Operação Eixos Estratégicos
Operação Brasília 53 anos
Operação Saturação
Operação Choque de ordem
Operação Apoio a Agefis
Operação taxi lega
Operação Sudesa
Operação Asas
Operação manifestações
Operação Apoio ao 3ºbpm
Operação Visita de autoridades
Operação Pentecostes
Operação Escolta
Operação campeonato de futebol
Operação passeio ciclístico
Operação Casas Lotéricas
Operação Marcha da maconha
Operação Esplanada
Operação Independência
Operação JK
Operação Força Total
<b>CPRO</b>
Operação Barreiras Móveis
Operação Abordagem Total - taxis, vans, motos e transeuntes.
Operação Bares da Moda
Operação de retirada de lixo e carcaça
Operação Centro Seguro
Operação Coletivo (pontos de bloqueio)
Operação Taguatinga Centro
Operação Cortado
Operação Guardião
Operação Vendredo
Operação Procurados
Operação "Dia das mães"
Operação Vagalume
Operação Taguatinga segura
Operação Visibilidade
Operação Força total

Operação Cosme e Damião
Operação Taguatinga Segura
Operação Mão na roda
Operação dia de finados
Operação Enem
Operação Orion
Operação Ação Focalizada
Operação Fim de Ano
Abordagens em paradas de ônibus
Abordagens em geral
Operação Alcatéia
Operação Carnaval
Operação Ceilândia centro
Operação Cidade tranquila
Operação Coletivo
Operação saturação noturna
Operação conjunta
Operação eixos estratégicos
Operação inopinada
Operação pontos estratégicos
Operação Serejão
Operação Táxi seguro
Operação Visibilidade
Operação Pacto pela vida com apoio a agefis
Operação Transporte coletivo seguro
Operação Combate ao roubo em postos de combustíveis
Operação Cavalo de aço
Operação Abordagem total
Operação em apoio a sudesa
Operação Comando Integrado
Operação Apoio a oficiais de justiça
Operação Apoio a administração regional
Operação Festa do morango
Operação Sucata
<b>CPRL</b>
Operação Sobradinho Seguro
Operação Comando Tático Regional
Intensificação de Policiamento na Área de Sobradinho-df
Operação Comando Integrado
Operação Sobradinho Seguro
Op. Cmd Tático Regional
Op. Coletivo
Op. Cidade segura
Op. Bares da moda
Op. Desarmamento
Op. Funil
Op. Vértice
Op. Impacto Geral
Comando Integrado
Op. Cmd Tático Regional
Operação Alvorada Segura
Operação Presença
Operação Nirvana
Operação Pedal Seguro
Operação Arara
<b>CPRS</b>
Ação pela vida “combate ao crime de homicídio e tentativa de homicídio”
Int. De policiamento - ADE 200, 400, 402, 600 e 800
Combate a roubo a transeuntes e proximidade a parada de ônibus

Combate a roubo a transporte coletivo arrecadação e terminais rodoviários
Reforço de policiamento no PCS e nas quadras
Intensificação de policiamento nas áreas comerciais das Quadras. 101 a 104 e 201 a 205
Policiamento velado em combate a roubo a transeuntes e prox. Das parada de ônibus
Operação Avalanche negra
Int. de policiamento nas escolas de ed. Infantil da rede pública
Operação Eixos Estratégicos
Operação Carrossel
Carnaval 2013 aruremas
Operação conjunta Detran e 27º BPM
Operação Integrada
Policiamento velado
Night mossoró lanche
Operação varjão
Cadastramento biométricos do DF
Taxi pirata
Operação Bares da Moda
Operação Coletivo seguro df001 e recanto limpo
Apoio a realização de diligência/vistoria para coibir o comércio irregular de bares
Apoio aos comandos de policiamento regionais
Exibição Publica Copa das Confederações
Apoio ao 3º BPM na apresentação renato russo sinfônico
Op. Táxi Seguro
Op. Cavalos de aço
Operação integração distrital
Operação ciclone
Ação pela vida “combate ao crime de homicídio e tentativa de homicídio”
Int. De policiamento – A.D.E 200, 400, 402, 600 e 800
<b>CME</b>
Operação Álcool zero
Operação AIB
Operação CLN/CLS
Operação DFTRANS
Operação Expediente
Operação Comando Especial 2013
Operação Campo Feliz
Operação no Varjão
Operação Abordagem a veículos.
Operação Asas
Operação Posto de comando
Operação Arapuca
Operação jk.
Inauguração do estádio nacional de Brasília
Jogo de abertura da copa das confederações / 2013 no Estádio Nacional de Brasília
Manifestação na Esplanada
Ação de blitz coercitiva.
1ª greve geral do brasil
1ª marcha do vandalismo contra a corrupção em Brasília.
Operação Comando Especial 2013
Operação Campo Feliz
Operação no Varjão
Operação Abordagem a veículos.
Operação Asas
Operação Posto de comando
Operação Blitz
Operação Bloqueio escolar
Operação Escola livre
Op. Patrulhamento escolar
Operação Varredura

Operação Volta às aulas
Operação Comando Integrado
Operação Sábado
Operação Varredura
Operação Elemento
Operação em movimento
Operação Paz nas quebradas
Operação Segurança com cidadania
Operação 07 de setembro
Operação Comboio
Operação Força
Operação Rede integrada
Operação Paranoá
Operação Reforço
Operação Sábado
Operação Rodovia Segura

#### 2.5.4.7. Elaboração e Cumprimento de Ordens de Serviço no âmbito da PMDF.

No ano de 2013 a PMDF, no âmbito dos Comandos Regionais de Policiamento, foram elaboradas 21.741 (vinte e uma mil e setecentos e quarenta e uma) Ordens de Serviços, havendo cumprimento por parte das Unidades Operacionais da PMDF. Neste Caso verifica-se também a aplicação setorizada dos recursos humanos e Materiais frente às demandas específicas na própria Unidade Operacional.

CUMPRIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇO		
CMDO	UPM	DESENCADEADAS E CUMPRIDAS PELAS (UPM)s
CMDO	DOP	1653
CME	1ºBPesc	1913
CME	1ºBPTran	1269
CME	12ºBPM	742
CME	BPMA	436
CME	BPRv	1953
CME	BPCães	314
CME	BAVOp	254
CME	BPChoque	638
CME	RPMont	284
CME	BOpE	131
CME	BPTM	385
CPRM	1ºBPM	836
CPRM	3ºBPM	947
CPRM	4ºBPM	157
CPRM	5ºBPM	647
CPRM	6ºBPM	566
CPRM	7ºBPM	647
CPRO	2ºBPM	685
CPRO	8ºBPM	687
CPRO	11ºBPM	628
CPRO	16ºBPM	734
CPRO	17ºBPM	543
CPRL	13ºBPM	365
CPRL	14ºBPM	586
CPRL	19ºBPM	43

CPRL	20ºBPM	593
CPRL	21ºBPM	476
CPRL	24ºBPM	368
CPRS	9ºBPM	424
CPRS	25ºBPM	358
CPRS	26ºBPM	430
CPRS	27ºBPM	587
CPRS	28ºBPM	452

#### 2.5.4.8. Apoios prestados a Outros Órgãos

No ano de 2013, a PMDF realizou 2118 (dois mil cento e dezoito) apoios a outros órgãos, conforme quadro a seguir :

CMDO	UPM	QUANTIDADE
CME	1ºBPEsc	16
CME	1ºBPTran	184
CME	12ºBPM	16
CME	BPMA	39
CME	BPRv	126
CME	BPCães	45
CME	BAVOp	42
CME	BPChoque	59
CME	RPMont	147
CME	BOpE	32
CME	BPTM	47
CPRM	Todas do CPRM	625
CPRO	Todas do CPRO	428
CPRL	Todas do CPRL	361
CPRL	Todas do CPRS	214
CPRL	19ºBPM	10
CPRL	20ºBPM	10
CPRL	21ºBPM	50
CPRL	24ºBPM	70
CPRS	9ºBPM	133
CPRS	25ºBPM	145
CPRS	26ºBPM	115
CPRS	27ºBPM	105
CPRS	28ºBPM	85

#### 2.5.4.9. Policiamento Comunitário

O Plano Estratégico da PMDF 2011-2022 inaugurou uma nova instância de sistema de gestão administrativa. Esse sistema administrativo empreende iniciativas para readequar estruturas organizacionais, modelos de gestão, recursos humanos e materiais em prol da sociedade. Nesse contexto de inovação, a Estratégia institucional é definida na p. 38, *ipsis litteris*:

*A PMDF, que tem como missão promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária, pretende chegar ao ano de 2022 sendo reconhecida como instituição policial moderna e de referência nacional na prevenção e na repressão imediata da criminalidade e da violência, pautada na defesa e respeito aos*



*direitos humanos, na filosofia de policiamento comunitário, na análise criminal, no policiamento orientado a problemas e na qualidade profissional de seus integrantes. (grifo nosso)*

Assim, indicadores e ações são estabelecidos a partir das iniciativas estratégicas (IE) com o intuito de cumprir objetivos advindos dos diagnósticos e das análises dos diversos cenários futuros. Isto é, conhecendo onde nos encontramos e onde queremos chegar.

São Iniciativas Estratégicas estabelecidas para a formação em Polícia Comunitária:

- Capacitar 700 (setecentos) policiais militares como multiplicadores de Polícia Comunitária até 2014;
- Capacitar 7.000 (sete mil) policiais militares como promotores de Polícia Comunitária até 2014;

Assim, conforme tal demanda, foram alcançados os resultados na formação de promotores e multiplicadores nos últimos anos:

## **Relatório divisão de programas e ações sociais - DPAS**

### **I. Programa educacional de resistência às drogas - PROERD**

O Proerd é a adaptação brasileira do programa norte-americano *D.A.R.E. – Drug Abuse Resistance Education*, surgido em 1983, desenvolvido e aplicado pelo Departamento de Polícia e o Distrito Escolar Unificado da cidade de Los Angeles/EUA.

No Brasil o programa foi implantado em 1992 pela Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, e hoje é adotado em todo o Brasil.

A Polícia Militar do Distrito Federal trabalha com o programa desde o ano de 1998 nas escolas da rede pública e particular de ensino do Distrito Federal e adotam os três currículos:

- Proerd para Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental;
- Proerd para 5º e 7º anos do ensino fundamental;
- Proerd para pais e responsáveis.

É um programa pedagogicamente estruturado em lições e com uma linguagem acessível às faixas etárias a que se destina. Há uma variedade de atividades interativas que permitem o aprendizado cooperativo, ministradas obrigatoriamente por um policial militar fardado, que além da presença física em sala de aula como educador social, tem ainda a oportunidade de fortalecer o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família. Dessa forma, propicia a formação de uma rede protetiva crescente contra as drogas (lícitas e ilícitas), e possibilita a conscientização sobre possibilidades saudáveis para os estudantes e familiares a lidarem com os diversos temas vivenciados na fase do desenvolvimento ora experimentado, no ano de 2013 foi aplicado conforme as informações contidas nos quadros abaixo elencados.

- **Currículo**

Atendimento para Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 3º ano), de 5 a 7 anos:

1º SEMESTRE	
ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS	175
ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS	159
TOTAL DE ESCOLAS	334
PALESTRAS	42
ESTANDES	-
QUANTITATIVO DE ESPECTADORES	55.198

Atendimento do 5º ano do ensino fundamental (9 a 11 anos):

2º SEMESTRE		
Agosto a Novembro de 2013		
Escolas Públicas: 9.528	Escolas Particulares: 3.286	Total: 12.814

Atendimento para Pais e responsáveis:

2º SEMESTRE	
Agosto a Novembro de 2013	
1ª Turma	Total público: 25

- **Palestras**

Atendimento de palestras no período de Março a Novembro de 2013:

Palestras: 49	Público atendido: 3.728
---------------	-------------------------

- **Eventos**

Congresso Internacional sobre Drogas Lei, Saúde e Sociedade – 03 a 05 de maio de 2013.

Policiais participantes	Policiais: 08
-------------------------	---------------

Fórum drogas, justiça e redes sociais – 13 e 14 junho de 2013.

Policiais participantes	Policiais: 06
-------------------------	---------------

Workshop do CRFDF (Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal), Observatório do Crack da Confederação Nacional dos Municípios e Polícia Militar do Distrito Federal – 25 de junho de 2013.

Palestrantes Policiais Proerd	Público atendido: 250
-------------------------------	-----------------------

I Simpósio de Políticas Sobre Drogas e Pedofilia – 8 a 12 de julho de 2013.

Palestrantes Policiais Proerd	Público atendido: 46
-------------------------------	----------------------

Concurso de cartazes e vídeos realizado pela SENAD – Agosto/Setembro de 2013.

Participantes Policiais Proerd	Policiais: 03
--------------------------------	---------------

Workshop de Atualização Nacional de Mentores e Facilitadores para o Currículo “Caindo na Real”- Centro de Treinamento do RS – 11 a 15 de novembro de 2013.

Policiais Proerd	Público participante: 10
------------------	--------------------------

Curso Nacional de Formação de Instrutor Proerd – 28/01/13 a 08/02/2013 em Brasília.

Policiais Proerd	Público participante: 42
------------------	--------------------------

Curso Nacional de Formação de Mentor Proerd – 23 a 27 de setembro de 2013 em Brasília.

Policiais Proerd	Público participante: 42
------------------	--------------------------

## II. Programa de educação ambiental Lobo Guará

As ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental Lobo Guará no ano de 2013, foram desenvolvidas de duas formas, a saber:

**Teatro Lobo Guará:** O Grupo de Teatro Lobo Guará, um dos currículos do Programa de Educação Ambiental Lobo Guará, desenvolve prioritariamente a apresentação de peça teatral para atender os alunos do Ensino Fundamental (crianças de 7 a 12 anos) de escolas públicas e particulares do Distrito Federal e, em excepcional, nos eventos sociais ou campanhas educativas. O foco dessa ação é a prevenção da prática de crimes ambientais onde aborda temas relacionados com tráfico de animais silvestre, contrabando e maus tratos de animais, caça e pesca predatória e queimadas, utilizando-se da prevenção primária por meio da conscientização e participação dos alunos e crianças na preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

- **Curso de Guardiões Ambientais:** O Curso de Guardiões Ambientais, segundo currículo do Programa, é desenvolvido aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, com o intuito de proporcionar a prevenção aos crimes ambientais, bem como proporcionar atividades que levarão o aluno a pensar e criar novos desafios e novas experiências com a preservação e conservação do meio ambiente

sustentável. O programa é desenvolvido em 13 horas aulas, sendo 09 horas aulas expositivas (englobando atividades extraclasse e diversificadas), 02 horas aulas práticas (passeio a uma área ecológica), 01 hora aula para a apresentação da Peça Teatral do Programa e 01 hora aula para a culminância da formatura do Curso. Durante o programa são abordados temas relacionados ao meio ambiente, biodiversidade, cadeia alimentar, fauna, flora, desmatamento e reflorestamento, tráfico de animais silvestres, crimes ambientais, importância da água, lixo, os 5 “R” (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e mudança de atitude frente ao meio ambiente.

**Público atendido em 2013 (janeiro a novembro)**

<b>PRODUÇÃO ANUAL DO TEATRO LOBO GUARÁ</b>	
ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS	43
ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS	13
EVENTOS SOCIAIS ATENDIDOS	12
TOTAL DE APRESENTAÇÕES TEATRAIS	156
QUANTITATIVO DE ESPECTADORES	28.352

**III. Grupo de prevenção e educação para o trânsito – Teatro Rodovia**

Ações desenvolvidas pelo Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (Teatro Rodovia) durante o ano de 2013, o qual desenvolve o projeto educativo de trânsito através de espetáculo teatral nas Escolas Públicas e Particulares do Distrito Federal para os alunos do 1º ao 5º Ano do ensino fundamental e em eventos sociais, além de apresentação do teatro de rua em campanhas educativas com uso de personagens alusivos aos temas relacionados ao trânsito (cinto de segurança, uso correto da cadeirinhas, faixa de pedestres, uso correto da via, uso do aparelho celular, entre outros), tendo como público alvo pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas e usuários da via em geral.

**Público atendido em 2013 (janeiro a novembro)**

<b>GRUPO DE TEATRO RODOVIA</b>	
ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS	<b>64</b>
ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS	<b>06</b>
CAMPANHAS EDUCATIVAS E EVENTOS	<b>17</b>
TOTAL DE APRESENTAÇÕES	<b>152</b>
QUANTIDADE DE PÚBLICO TOTAL	<b>29.038</b>

**IV. Grupo de teatro Arte Tática I**

Ações desenvolvidas pelo Grupo de Teatro Arte Tática I (GTAT I) no ano de 2013, o qual desenvolve apresentação teatral nas escolas públicas e particulares do Distrito Federal, participando também de eventos sociais organizados por entidades públicas ou particular, com atendimento previsto para o público de 05 a 12 anos, o grupo tem o objetivo de fazer a prevenção primário ao uso de drogas lícitas, buscando a melhoria na qualidade de vida para o ser humano.

Público atendido em 2013 (janeiro a novembro)

<b>GRUPO DE TEATRO ARTE TÁTICA I</b>	
<b>ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS</b>	<b>14</b>
<b>ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS</b>	<b>00</b>
<b>EVENTOS DIVERSOS</b>	<b>02</b>
<b>TOTAL DE APRESENTAÇÕES</b>	<b>30</b>
<b>QUANTIDADE DE PÚBLICO TOTAL</b>	<b>8.001</b>

#### **V. Grupo de teatro Arte Tática II**

Ações desenvolvidas pelo Grupo de Teatro Arte Tática II (GTAT II) no ano de 2013, o qual desenvolve apresentação teatral para adolescentes nas escolas públicas e particulares do Distrito Federal, bem como em eventos sociais, abordando como tema prevenção às drogas e comportamento na adolescência.

Público atendido em 2013- ( janeiro a novembro)

<b>GRUPO DE TEATRO ARTE TÁTICA II</b>	
<b>ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS</b>	<b>59</b>
<b>ESCOLAS PARTICULARES</b>	<b>03</b>
<b>EVENTOS DIVERSOS</b>	<b>03</b>
<b>TOTAL DE APRESENTAÇÕES</b>	<b>91</b>
<b>QUANTIDADE DE PÚBLICO TOTAL</b>	<b>19.069</b>

#### **VI. Educação para cidadania e segurança - EDUCS**

**a) Currículo Família Segura:** O Currículo Família Segura atua diretamente na prevenção e enfrentamento dos crimes de violência doméstica, através de uma metodologia própria, com atendimento à comunidade, bem como aos policiais militares, isso alinhado aos fundamentos do policiamento comunitário com foco principal em proporcionar e difundir a doutrina de direitos humanos.

A seguir as tabelas demonstram as ocorrências atendidas pelo Currículo Família Segura em 2013:

**Núcleo ceilandia - Público atendido em 2013 - (janeiro a novembro )**

<b>Distribuição de Ocorrências</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Em atendimento</b>	<b>Concluídos</b>
Maus-tratos	14	02	12
Dependência Química	38	14	24

Suspeita de Abuso Sexual	07	03	04
Conflito e/ou Problema intrafamiliar	137	33	104
Vítima de violência Doméstica	89	20	69
Criança/Adolescente Situação de Risco	25	14	11
Orientação de direitos	22	08	14
Apoio	42	14	28
PMDF ou Familiar	07	00	07
Outros	37	04	33
<b>TOTAL</b>	<b>418</b>	<b>112</b>	<b>306</b>

#### Núcleo Sobradinho - Público atendido EM 2013 - (janeiro a novembro)

Distribuição de Ocorrências	TOTAL	Em atendimento	Concluídos
Maus-tratos	15	15	
Dependência Química	14	14	
Suspeita de Abuso Sexual	00	00	
Conflito e/ou Problema intrafamiliar	12	12	
Vítima de violência Doméstica	09	09	
Criança/Adolescente Situação de Risco	08	08	
Orientação de direitos	00	00	
Apoio	01	01	01
PMDF ou Familiar	00	00	
Palestras	88	88	
Outros	00	00	
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>147</b>	<b>01</b>

**b) Currículo Além de Ler – Ceilândia:** O Currículo Além de Ler atua como promotor de cidadania e inclusão social, uma vez que busca proporcionar a alfabetização de jovens e adultos oriundos das camadas marginalizadas da sociedade. Por meio de sua proposta pedagógica o Currículo Além de Ler tem como objetivo identificar e encaminhar situações de risco, sejam elas de seus usuários ou da comunidade local onde estão inseridos.

#### Público atendido em 2013 - ( janeiro a novembro)

ESCOLA	ATENDIMENTOS
3ª CIA PSUL	43
ESCOLA CLASSE 67 - POR DO SOL	02
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>

**c) Currículo Inserção Social – Ceilândia:** O Currículo Inserção Social atua dentro de uma perspectiva transversal e multidisciplinar com foco educativo, através da realização de palestras sobre os mais variados temas que constituem um complemento indispensável na prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

A seguir relação dos eventos realizados pelo Currículo Inserção Social em 2013:

#### Público atendido em 2013 - (janeiro a novembro)

ESCOLA	ATENDIMENTOS
--------	--------------

PALESTRAS	32
REUNIÕES	43
OUTROS	11
TOTAL	86

## RELATÓRIO

### Divisão de Polícia Comunitária - DPCOM

O Programa Segurança Comunitária foi implantado pelo Decreto nº 24.316, de 23 de dezembro de 2003, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 249, de 24 de dezembro de 2003, que também dispôs sobre a criação do Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária, constituídos por representantes dos segmentos vinculados ao sistema de segurança pública e defesa social e outros setores públicos do Distrito Federal.

No âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal foi criada a Assessoria de Polícia Comunitária, no ano de 2009, subordinada ao Estado Maior, dando origem em 2010 ao Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal, institucionalizado pelo Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de junho de 2010, composto pela Divisão de Polícia Comunitária, Divisão de Direitos Humanos e a Divisão de Programas e Ações Sociais.

### Público atendido em 2013 - ( janeiro a novembro )

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO 1º SEMESTRE	QUANTITATIVO
Cadastro de Lideranças e Reuniões Comunitárias	101
Visitas Comunitárias e Solidárias, Abordagens, Ocorrências, Encaminhamentos, Apreensões de Drogas e Armas	9.183
REUNIÕES COMUNITÁRIAS	QUANTITATIVO (REUNIÕES)
CONSEG E COMUNIDADES LOCAIS	5.280
PALESTRA	QUANTITATIVO (PUBLICO ALVO)
EM CURSOS E COMUNIDADES LOCAIS	146
CURSOS	QUANTITATIVO (CAPACITADOS)

PROMOTOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA (PPMM E COMUNIDADE)	143
<b>PESQUISAS E DOCTRINAS</b>	<b>QUANTITATIVO (RA'S ATENDIDAS)</b>
PESQUISA	15
DIRETRIZ DE POLICIA COMUNITARIA Nº 003	33

## RELATÓRIO

### Divisão de Direitos Humanos – DDH

A divisão é responsável pela pasta de Direitos humanos da corporação no atendimento ao público interno e externo, no público interno estão inclusos os cursos de aperfeiçoamento, extensão e profissionalizante na disciplina Direitos humanos e segurança pública, no público externo através de palestras, seminários, Fórum de direitos humanos e demais demandas relacionadas à pasta.

Público atendido em 2013 - (janeiro a novembro).

	QTD
Curso Tático operacional	90
Igreja Batista	50
CAO	41
Fórum Mundial de Direitos Humanos	300
<b>TOTAL</b>	<b>481</b>

### Quadro síntese dos atendimentos em 2013

PROGRAMA	QTD DE PÚBLICO ATENDIMENTO
Proerd	72.172
Lobo guará	28.352
Rodovia	29.038
Arte tática I	8.001
Arte tática II	19.069
Educs	696
Pol. comunitário	14.901
DDH	481
<b>TOTAL</b>	<b>172.710</b>





### 3. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### 3.1. Informações Sobre Programas Temáticos

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código Programa</b>	Nº 28.845.0903- Operação Especial, dentro deste Programa a Polícia Militar do Distrito Federal tem cinco Ações Orçamentárias a saber: 0036, 00F1, 00FH, 00FL e 00FM				
<b>Título</b>	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL-OPERAÇÃO ESPECIAL TRANSFÊNCIA CONSTITUCIONAL OBRIGATÓRIA				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015 GDF	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	8.734.300.621,00	2.327.374.004,98	2.387.943.441,07		
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes Recursos Fonte 100 GDF e convênios	257.947.414,00	28.989.610,73	60.141.759,96		
Total	8.992.248.035	2.356.363.615,71	2.448.085201,03		
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R\$ 1,00)	
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
2.387.943.441,07	2.351.713.775,32	2.207.271.960,89	10.433.500,12	36.888.309,23	33.603.303,97

FONTE: SIAFI e SIGGO – EM-PM/6

### 3.1.1. Programa 0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica:

<b>Tipo de programa</b>	Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica.
<b>Objetivo geral</b>	73 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. 90 - Reserva de Contingência.
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Por ser um programa de operação especial e não ser temático, não há objetivos específicos, nem tampouco indicadores relacionados ao programa.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica.

FONTE: Diretoria de Controle Contábil - Departamento de Logística e Finanças – DLF/PMDF

### 3.1.2. Ações vinculadas aos programas temáticos

<b>CÓDIGO</b>	<b>FONTE</b>	<b>AÇÃO</b>
2884509030036	Transferência Constitucional	Manutenção da Polícia Militar do distrito Federal.
28845090300F1	Transferência Constitucional	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal.
28845090300FH	Transferência Constitucional	Auxílio Alimentação aos servidores da Polícia Militar do Distrito Federal.
28845090300FL	Transferência Constitucional	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos servidores da Polícia Militar do Distrito Federal.
28845090300FM	Transferência Constitucional	Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.

## 4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

### 4.1. Estrutura orgânica de controle

A Auditoria da Polícia Militar do Distrito Federal é um Órgão recém-criado, iniciando suas atividades o final do ano de 2010. Nos termos do Artigo 54, do Decreto Federal nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e do Artigo 77, do Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de junho de 2010, foi dimensionado como órgão de direção setorial, subordinado ao Departamento de Controle e Correição da Corporação. A Unidade está formalmente estruturada em quatro Seções:

I - Seção Administrativa:

- Secretaria;
- Subseção de Pessoal; e
- Subseção de Logística.

II - Seção de Auditoria Financeira;

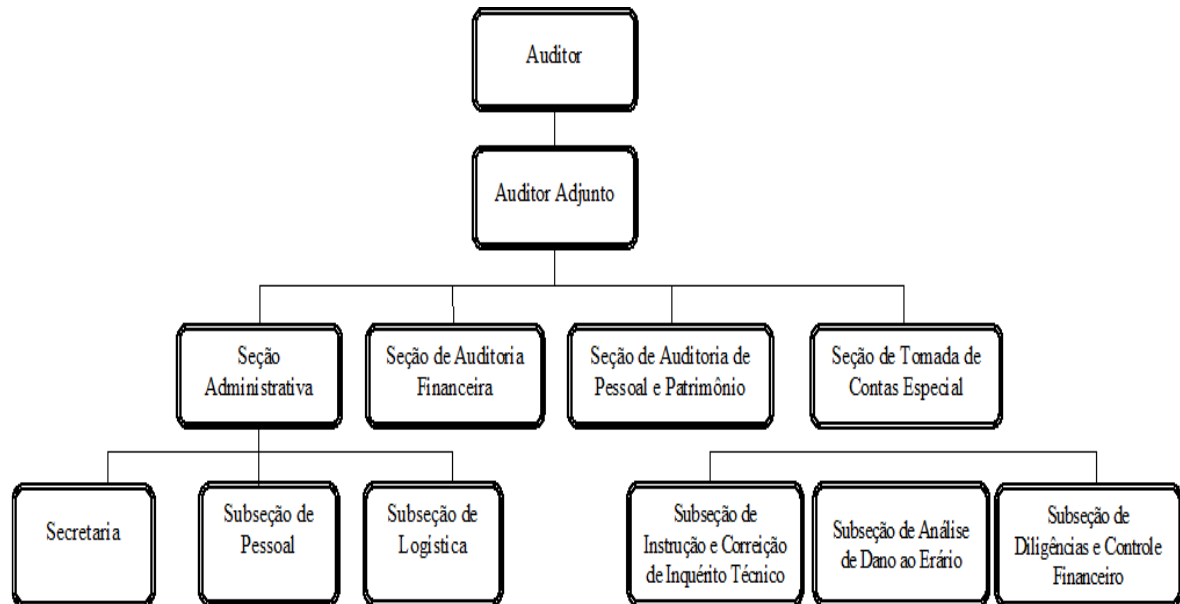
III - Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio;

IV - Seção de Tomada de Contas Especial:

- Subseção de Diligências e Controle Financeiro;

- Subseção de Análise de Danos ao Erário; e
- Subseção de Instrução e Correição de Inquéritos Técnicos.

Cabe ressaltar que as subdivisões da Seção Administrativa e da Seção de Tomada de Contas Especial, apesar de não estarem formalmente descritas no Decreto Distrital nº 31.793/10, o estão no organograma interno, apresentado a seguir.



O BRCG nº 049, de 17 de setembro de 2012, traz a publicação da Portaria PMDF Reservada nº 810, de 05 de setembro de 2012, que apresenta o QODE da Unidade, onde há a destinação de 41 (quarenta e um) policiais militares para a Unidade. Atualmente a Auditoria conta com o maior número de policiais militares existentes em sua breve história, são eles no total de 21 (vinte e um) militares, no entanto cabe ressaltar que alguns deles estão próximos da Reserva Remunerada e com isto este número tende a cair no próximo ano. Pelo que se sabe serão pelo menos dois oficiais e duas praças que completam trinta anos de serviço em 2013.

A Unidade apresenta diferenças internas de distribuição de efetivo, uma vez que houve a decisão de não desestruturar a STCE, que continua com efetivo robusto (comparativamente às outras seções), pois trabalha com rotinas operacionais já consolidadas e bem distribuídas; a Seção Administrativa também não demanda cuidados específicos, uma vez que suas rotinas são consolidadas pela administração policial militar. As duas Seções de Auditoria na realidade funcionam como uma só, pois devido ao reduzido efetivo e algumas rotatividades durante o ano, exigiu a centralização dos trabalhos, das informações e dos controles. Se por um lado esta centralização traz benefícios na hora de coordenar as demandas e respostas aos Órgãos de Controle Externos e Internos, por outro dificulta a sistematização das rotinas específicas de cada Seção. Outra situação é o leque variado de atribuições vinculadas aos diversos processos existentes na PMDF (isto gera necessidade de conhecimentos específicos, dentro e fora da Corporação, para o desenvolvimento dos trabalhos). Alguns cursos realizados orientaram a atuação profissional. As demandas internas e externas também tiveram papel didático neste sentido, pois servem para, aos poucos, traçar procedimentos de atuação (tanto internos, quanto externos).

## 4.2. Avaliação do Sistema de Controles Internos

### Demonstrativo - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

### 4.3. Identificação da Unidade Orçamentária

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Polícia Militar do Distrito Federa-Fundo Constitucional do Distrito Federal	73901	170393 (DLF); 170485 (DSAP); 170484 (DGP).

#### 4.4. Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

##### 4.4.1. Programação das Despesas

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas exercício de 2013, pessoal outras Despesas Correntes e Investimento

Unidade Orçamentária :			Código UO: 73901		UGO:170.393, 170.484 E 170.485	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			<b>2.028.812.466,00</b>		<b>180.647.751,01</b>	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares				<b>28.653.129,00</b>	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados				<b>9.191.483,00</b>		
<b>Outras Operações</b>						
Dotação final 2013 (A)			<b>2.028.812.466,00</b>		<b>200.109.397,01</b>	
Dotação final 2012(B)			<b>1.913.180.657,00</b>		<b>302.382.029,00</b>	
<b>Variação (B/A-1)*100</b>			<b>94,30%</b>		<b>151%</b>	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			
			Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			<b>213.687.959,00</b>			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados		<b>180.065.212,00</b>				
<b>Outras Operações</b>						
Dotação final 2013 (A)			<b>33.622.747,00</b>			
Dotação final 2012(B)			<b>130.387.301,35</b>			
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			<b>25,79%</b>			

Quadro A.4.1.2.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL		Código UO:73901		UGO:170393, 170. e 170485	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>					
a) Convite					
b) Tomada de Preços	85.936,69	1.551.625,13	85.936,69	1.551.625,13	
c) Concorrência	6.187.008,46	5.410.196,43	6.187.008,46	5.410.196,43	
d) Pregão	72.725.476,46	94.077.696,38	72.725.476,46	94.077.696,38	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>					
h) Dispensa	8.490.571,06	6.732.731,30	8.490.571,06	6.732.731,30	
i) Inexigibilidade	51.352.306,53	36.401.571,34	51.352.306,53	36.401.571,34	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>					
j) Suprimento de Fundos					
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>					
k) Pagamento em Folha + Custeio da Folha	2.195.457.695,35	2.023.194.780,15	2.014.717.114,86	2.023.194.780,15	
l) Diárias	5.031.426,46	4.554.213,03	4.922.163,41	4.554.213,03	
<b>5. Outros</b>	8.770.948,63	11.613.685,92	8.770.948,63	11.613.685,92	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.348.101.369,64</b>	<b>2.183.536.499,68</b>	<b>2.167.251.526,10</b>	<b>2.183.536.499,68</b>	



#### 4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 4.4.2.1. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
319012	1.326.559.810,55	1.246.236.013,95	1.326.559.810,55	1.246.236.013,95	2.113.190,32	245.357,62	1.326.559.810,55	1.246.236.013,95
319001	487.546.236,84	425.949.484,62	487.546.236,84	425.949.484,62	2.407.752,14	1.100.000,00	487.546.236,84	425.949.484,62
319003	155.708.534,56	140.182.470,31	155.708.534,56	140.182.470,31	1.800.000,00	400.718,82	155.708.534,56	140.182.470,31
Demais elementos do grupo	58.997.884,05	76.977.052,12	58.997.884,05	76.977.052,12	7.447.410,49	1.966.621,31	58.997.884,05	76.977.052,12
3 – Outras Despesas Correntes								
339046	114.182.867,96	105.696.200,00	114.182.867,96	105.696.200,00	00	00	114.182.867,96	105.696.200,00
339093	30.287.737,74	22.335.182,10	30.287.737,74	22.335.182,10	00	00	30.287.737,74	22.335.182,10
339019	22.612.365,99	5.793.374,08	22.612.365,99	5.793.374,08	00	00	22.612.365,99	5.793.374,08
Demais elementos do grupo Custeio da Folha	12.041.094,61	4.579.216,00	12.041.094,61	4.579.216,00	00	00	12.041.094,61	4.579.216,00
339039	95.569.240,01	94.025.915,25	82.138.693,04	64.354.206,48	13.430.546,97	9.824.740,77	82.138.693,04	66.351.205,72
339093	10.000.000,00	10.500.000,00	8.541.760,03	8.913.958,06	1.458.239,97	1.586.041,94	8.541.760,03	8.913.958,06
339030	29.835.372,32	29.828.295,04	21.699.964,99	16.905.212,52	8.135.407,33	12.923.082,52	21.699.964,99	16.905.521,52
339037	3.521.185,16	2.348.194,50	3.277.627,11	2.058.598,36	293.558,05	289.596,14	3.277.627,11	2.058.598,36
Demais elementos Custeio Saúde e Man. da PMDF	1.615.200,21	3.545.697,60	934.290,94	3.133.759,31	680.909,27	411.935,29	934.290,94	3.133.759,31

**DESPESAS DE CAPITAL**

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4 – Investimentos</b>								
<b>449052</b>	<b>23.531.466,59</b>	<b>115.107.828,59</b>	<b>21.750.548,38</b>	<b>50.859.828,21</b>	<b>1.780.918,21</b>	<b>64.248.000,38</b>	<b>21.750.548,38</b>	<b>50.859.828,21</b>
<b>449051</b>	<b>9.295.042,72</b>	<b>11.876.778,76</b>	<b>6.479.867,204.16</b>	<b>4.162.250,32</b>	<b>2.815.175,52</b>	<b>7.714.528,44</b>	<b>6.479.867,20</b>	<b>4.162.250,32</b>
449039	398.200,00	3.402.694,00	398.200,00	3.402.694,00	00	00	398.200,00	3.402.694,00
<b>Demais elementos do grupo</b>	<b>378.594,66</b>	<b>00</b>	<b>191.094,66</b>	<b>00</b>	<b>187.500,00</b>	<b>00</b>	<b>191.094,66</b>	<b>00</b>

A Polícia Militar no exercício de 2013, continuou o trabalho de aperfeiçoamento de gestão de seus recursos orçamentários otimizando os processos em relação à realização do dispêndio, onde podemos destacar a implantação da Portaria nº 783 que institui o Plano interno de orçamento da corporação e a reativação de sua Seção de procedimentos licitatório acelerando sobremaneira os processos de execução da despesa.

Desta maneira, na execução do orçamento buscou-se incessantemente a eficiência, economicidade, eficácia e efetividade no gasto público de forma transparente e dentro da conformidade legal. Apoiado nestas bases, a Corporação alcançou objetivos relevantes os quais pode-se destacar: Aquisição de 378 viaturas Policiais Militares tipo Pajero HD, Conclusão das Construções de Unidades Policiais Militares do Gama-DF, do Centro de Inteligência da PMDF, do Quartel de Samambaia-DF, do Recanto das Emas, e do Riacho Fundo, Aquisição de 44 torres de transmissão de dados sendo concluído em 2012, a entrega de 22, Implantação do Colégio Militar Tiradentes da PMDF e do Instituto de Ciências Policiais, Implementação do Novo Uniforme da PMDF, Alteração da identidade Visual da Corporação (visando atender as normas internacionais), Instalação e funcionamento da Seção de procedimentos licitatórios..

## 5. Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

<b>Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</b>				
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar 31/12/2013</b>
2012	3000,76	0,00	3000,76	0,00
2011	164.573.833,02	0,00	164.570.022,54	3.810,48
2008	812,05	0,00	0,00	812,05
2007	1.181,95	0,00	23,40	1.158,55
2005	2.193,24	0,00	0,00	2.193,24
2004	1.270,87	0,00	0,00	1.270,87
2003	55.703,35	0,00	0,00	57.703,35
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2012	28.625.672,80	4.300.878,43	20.286.399,87	4.038.394,50
2011	44.576.509,55	8.983.294,69	33.593.325,63	1.999.899,23
2010	107.022.942,12	24.465.138,30	81.312.654,44	1.245.149,38
2009	181.531.187,11	8.793.545,49	172.737.641,62	0,00
Fonte: SIAFI GERENCIAL				
Valores obtidos conforme orientações contidas na mensagem SIAFI nº 013/0473942.				
<b>Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário da Corporação.</b>				
<b>6.1. Quantidade de veículos em uso na frota da PMDF</b>				
<b>ADMINISTRATIVAS</b>				<b>243</b>
<b>AERONAVES</b>				<b>3</b>
<b>CARRO VELADO</b>				<b>202</b>
<b>EMBARCAÇÕES</b>				<b>18</b>
<b>EMPLEMENTOS</b>				<b>29</b>
<b>ESPECIALIZADAS</b>				<b>37</b>

<b>MOTOS</b>	<b>1028</b>
<b>MOTOS VELADA</b>	<b>59</b>
<b>NÃO ESPECIALIZADAS</b>	<b>15</b>
<b>OPERACIONAIS</b>	<b>1984</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3618</b>

Fonte: DPMT-DLF/PMDF

## 6.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	3º Batalhão de Polícia Militar	01	00
	17º Batalhão de Polícia Militar	01	01
	Departamento de Controle e Correição	01	01
	Estado-Maior	01	01
	Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal	01	01
<b>Total</b>		<b>05</b>	<b>04</b>

FONTE: DIPRO-DLF/PMDF

## 7. CONFORMIDADE DE TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
<b>POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL</b>					<b>1929</b>
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		1889/2013-TCU			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
<b>Polícia Militar do Distrito Federal</b>					<b>1929</b>
Descrição da Deliberação					
<p><b>Determina à PMDF para que faça constar do próximo relatório de gestão:</b></p> <p>a) Notificar os servidores que acumulam cargos ilegalmente para que optem por um dos cargos;</p> <p>b) Indicadores destinados a monitorar e avaliar a gestão;</p> <p>c) Providências adotadas para que os servidores participantes de gerência ou administração de empresa cumpram o disposto na Lei 8.112/90, art. 117, inciso X;</p> <p><b>Dar ciência à PMDF sobre a seguinte improbidade:</b></p> <p>a) Serão considerados responsáveis pela gestão os titulares e seus substitutos que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as naturezas de responsabilidade de dirigente máximo.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Corregedoria da PMDF, Estado Maior da PMDF e Departamento de Gestão de Pessoal					1929
Síntese da Providência Adotada					
A PMDF encaminhou cópia do Acórdão ao Departamento de Gestão de Pessoal, Corregedoria da PMDF e Estado Maior da PMDF, para que se faça constar as determinações do Acórdão 1889/13 TCU no próximo					

relatório de gestão.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A PMDF fará constar as determinações do Acórdão 1889/13 TCU no próximo relatório de gestão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não Houve.			
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação Completa			Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
<b>Recomendações do OCI</b>			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201300987/003- CGU		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Descrição da Recomendação			
Disponibilizar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (2012 e 2013), bem como o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (exercício 2012).			
<b>Providências Adotadas</b>			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria da PMDF			1929
Síntese da Providência Adotada			
A PMDF encaminhou para a CGU como resposta a informação que no ano de 2011 foram realizadas os trabalhos de instalação e composição dos meios para operacionalização desta Unidade, concomitantemente foram realizados cursos de capacitação e de especialização do efetivo, o que gerou a impossibilidade da elaboração do PAAAInt/2012. Apesar disso os trabalhos realizados no ano de 2012 foram consolidados em Relatório de Gestão e encaminhado cópia ao CGU, juntamente com o PAAAInt / 2013. Finalizando, em 2013 a Corporação elaborou seu RAINT, referente ao exercício de 2013, o qual foi enviado para SUTES, juntamente com este RG 2013.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201300987/003- CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não Houve.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação Completa			Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
<b>Recomendações do OCI</b>			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201300987/001- CGU		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Descrição da Recomendação			
Em relação à Gestão da Frota de Veículos Próprios, se houver:			

2. Relação de aquisição de veículos realizadas no exercício de 2012, informando a marca, modelo, chassi, placa e unidade onde estão alocados.
3. Plano de substituição da frota.
4. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.
5. Estrutura de controles de que a PMDF dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
6. Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da PMDF, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela PMDF (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, viaturas, etc), bem como sua totalização por grupo e geral.
7. Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “e” supra.
8. Idade média da frota, por grupo de veículos.
9. Custos associados à manutenção da frota (gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).
10. Disponibilizar cópias de Ordens de Serviço de manutenção em aberto ao final do exercício de 2012.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Estado Maior, Departamento de Logística e Finanças e Departamento de Patrimônio, Manutenção e Transporte.	1929

#### Síntese da Providência Adotada

A PMDF encaminhou para a CGU como respostas:

- Encaminhado relação das aquisições de veículos no exercício 2012 e todos os dados requisitados.
- Após estudos a DPMT exarou a Portaria 034/DPMT que versa sobre a solicitação de perícia para se avaliar, após produção de relatório, a continuidade do seu uso ou seu descarregamento. Conforme essa Portaria os veículos periciados são aqueles que atingem 180.000 quilômetros no odômetro principal ou contar com mais de 5 (cinco) anos de uso. Foi informado ainda que em média, quando 20% da frota começam a entrar em depreciação extrema ou manutenção continuada, é então produzido o devido certame para aquisição de viaturas para reposição e/ou substituição.
- A PM sempre utilizou viaturas adquiridas e nunca locadas, tendo como justificativas: Os contratos não podem fugir ao que impõe o GDF, o que engessa a forma de locação e os modelos a serem locados; Como proposta vantajosa para a PMDF, a locação deve conter intertício de no mínimo 36 (trinta e seis) meses; Em relação ao serviço operacional, torna-se inviável a locação de viaturas, justamente pela natureza da atividade policial, bem como os valores de plotagem, instalação de equipamentos e materiais, dentre outros.
- A PMDF tem como estrutura de controle do serviço de transporte, a DPMT. Dentro dessa estrutura passa o programa gerenciador SISVIATURA – Sistema de Controle de Viaturas, temos ainda, no que tange ao controle da frota, o programa gerenciador SAFWEB – Sistema de Abastecimento de Frota Online, sendo que os dois sistemas são supervisionados diariamente pela DPMT.
- Encaminhado documentos com as informações pleiteadas.
- Encaminhado Relatório de Consumo Anual de Combustível, com a média de quilometragem anual das viaturas da PMDF. Contudo, os valores não se encontram desmembrados por grupo de viaturas, uma vez que este relatório é gerado pelo sistema.
- Encaminhado planilha com as informações pleiteadas.
- Encaminhado documentos com as informações pleiteadas.
- Encaminhado documentos com as informações pleiteadas.

Síntese dos Resultados Obtidos			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201300987/001- CGU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não Houve.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201300987/002- CGU		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Descrição da Recomendação			
<p>Solicitações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Listagem dos servidores que foram promovidos em 2012;</li> <li>2) Informar base legal para contratação temporária de militares inativos para prestação de serviços a corporação e suas remunerações correspondentes;</li> <li>3) Provável cadastro, e conseqüente pagamento em duplicidade.</li> <li>4) Servidores inativos cujo CPF cadastrado consta como 000.000.000-00;</li> <li>5) Servidores recebendo valores correspondentes a patentes distintas das constantes em cadastro;</li> <li>6) Recebimento de valores retroativos e/ou diversos ao fixado em mês específico;</li> <li>7) Recebimento de determinadas rubricas em valores inferiores àqueles constantes nas tabelas legais;</li> <li>8) Recebimento de determinadas rubricas em valores superiores àqueles constantes nas tabelas legais;</li> <li>9) Servidores sem informações cadastrais sobre data de ingresso no Órgão e no serviço público;</li> <li>10) Adicional de Tempo de Serviço pago em percentual diferente incompatível com os dados cadastrais (data de ingresso no serviço público ou data da aposentadoria);</li> <li>11) Recebimento de Auxílio Moradia incompatíveis com a patente e/ou quantidade de dependentes;</li> </ol>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoal, Diretoria de Inativos e Pensionistas e Civis, Diretoria de Pessoal Militar, Diretoria de Planejamento de Pessoal e Previdência.			1929
Síntese da Providência Adotada			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1) A DPAD/PMDF encaminhou os documentos com as informações pleiteadas.</li> <li>2) A base legal para contratação temporária de militares inativos para Prestação de Tarefa por Tempo Certo – PTTC a PMDF, se encontra prevista no art. 114 da Lei nº 12.086/09, regulamentada pelo Decreto GDF nº 31.793/10, bem como encaminhado Tabela de Remuneração correspondente;</li> <li>3) Mesmo existindo o duplo cadastro do Policial Militar, não houve duplicidade de pagamento;</li> <li>4) Trata-se de instituidores de pensão, militar, cujos benefícios foram concedidos em períodos que os cadastramentos não exigiam CPF, dessa forma por ocasião da migração do SGRH para o SIAPE, atribuiu-se o referido número no campo destinado ao CPF dos instituidores;</li> <li>5) Encaminhado a tabela de remuneração correspondente, uma vez que o policial militar inativo contratado fará jus ao adicional de 0,3 (três décimos) dos proventos</li> <li>6) Encaminhado os documentos com as informações pleiteadas;</li> </ol>			

<p>7) Encaminhado os documentos com as informações pleiteadas;</p> <p>8) Encaminhado os documentos com as informações pleiteadas;</p> <p>9) Foi realizada a inserção das datas de inclusão dos respectivos servidores;</p> <p>10) - Adicional de Tempo de Serviço (ATS) não obedece o ano civil, os percentuais são calculados levando em conta a data de ingresso policial com a data limite de 05 de setembro de 2001, estipulado pela MP nº 2.218/2001 que congelou o ATS em 1% para cada ano de Efetivo Serviço, inclusive o tempo de Forças Armadas e tempo de outras Polícias. Desta forma, divergências positivas ou negativas, se necessário, serão corrigidas.</p> <p>11) - Servidores recebem o ATS devido ao fato de terem sido reincluídos em cumprimento de Decisões Judiciais com data retroativa à exclusão, fazendo assem jus ao referido Adicional.</p> <p>12) - A diferença apontada possivelmente ocorre em razão da adição de tempo de serviço averbado. Todavia, impede salientar, que essa verificação e as correções cabíveis demandam consulta ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e aos assentamentos de cada servidor;</p> <p>13) Para a concessão do Auxílio Moradia é obedecido a tabela III do anexo IV da Lei nº 10.486/2002, que varia de acordo com a graduação ou posto do policial e se possui dependentes ou não. Lembrando que a legislação que rege o pagamento deste auxílio não está sob a regra do Imposto de Renda. Quanto aos Instituidores de Pensão (RMI 15) realmente não existe dependentes cadastrados, mas o Auxílio Moradia faz parte do cálculo da Pensão Militar.</p> <p>14) Foi informado que já estão sendo feitas as devidas correções, verificando item a item, sendo encaminhado expediente à DIPC para providências no que se refere aos Policiais Militares Inativos ou Instituidores de Pensão Militar.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201300987/002- CGU			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não Houve.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	SA 201300987/005- CGU		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>1) Cópia digitalizada do processo de aquisição de veículos no exercício de 2012.</p> <p>2) Justificar o não atendimento das solicitações de serviços abaixo, considerando o extenso prazo já decorrido, assim como também, a sua localização das viaturas:</p> <p>a) Exercício 2010: 2339, 3526, 3681, 3956, 6276, 6324, 6865, 7436.</p> <p>b) Exercício 2011: 990, 1872, 2176, 2753, 2988, 5509, 5546, 5695, 5802, 6149, 6496, 6609, 6846, 7528.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Patrimônio, Manutenção e Transporte, Centro de Manutenções.			1929
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>1) Demanda digitalizada e encaminhada via e-mail à CGU.</p> <p>2)</p> <p>c) Exercício 2010: O.S. Nº 2339 – Deu entrada no Cman para avaliação do motor, o serviço não foi realizado e a vtr encontra-se baixada na UPM de origem; O.S. Nº 3526 - Serviço não</p>			



realizada e a vtr encontra-se baixada na UPM, aguardando processo de alienação; O.S. Nº 3681 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 3956 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 6276 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 6324 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 6865 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 7436 - Essa vtr não é da carga da PMDF e será devolvida para o SENAD. Encontra-se no Cman aguardando remoção.

- d) Exercício 2011: O.S. Nº 990 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 1872 - Serviço realizada. Não foi dado alta na O.S. Devido a problemas no sistema. A vtr encontra-se capotada na UPM de origem; O.S. Nº 2176 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 2753 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 2988 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 5509 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 5546 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 5695 - Serviço realizada. Não foi dado alta na O.S. Devido a problemas no sistema; O.S. Nº 5802 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 6149 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 6496 - Serviço realizada. Não foi dado alta na O.S. Devido a problemas no sistema; O.S. Nº 6609 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 6846 - Serviço não realizada e a vtr encontra-se baixada no BOPE, e em princípio será alienada; O.S. Nº 7528 - Serviço não realizada devido a falta de saldo no contrato. Depois de renovado, foi montado uma OS que estava em aberto. Nesse momento, a VTR encontra-se na BRADIESEL em fase final de revisão.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

A PMDF atendeu ao constante na SA 201300987/005- CGU

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não Houve.

#### Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	1929

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201307822/003- CGU		

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	1929

#### Descrição da Recomendação

Em relação à participação de servidores policiais militares em gerência ou administração de empresa priv contrariando o disposto no caput do art. 30 da Lei nº 7289/84, informar:

- Qual o resultado das análises realizadas pelo DCC da PMDF, para apuração dos fatos referenciados, identificação de 78 policiais militares com participação em atividades de gerência ou administração de sociedade privada?
- Quais as providências adotadas pela Unidade, após conclusão das apurações referenciadas?
- Os resultados do trabalho foram comunicados aos setores competentes da Unidade? Quais e de qual forma?
- Quais os controles que a Unidade vem adotando para assegurar o cumprimento à referida vedação?

(Disponibilizar cópias de formulários, manuais, código de ética, etc)			
e) A Unidade utiliza meios de informações/divulgação. Acerca dessa incompatibilidade de função? Quais?			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>		
Departamento de Gestão de Pessoal, Departamento de Controle e Correição	1929		
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Item 1) Foram instauradas 13 sindicâncias para apurar o fato, tendo sido punidos disciplinarmente 22 policiais militares.			
Item 2) Foram punidos 22 policiais militares por haverem transgredido a disciplina.			
Item 3) As notas de punição foram encaminhadas aos Comandantes de Unidade para que dessem ciência aos policiais, situação em que o responsável próximo pode acompanhar, conhecer e fiscalizar as atividades de seus subordinados.			
Item 4) Está disponível na Intranet a Portaria nº 706/10, que regulamenta as atividades que podem ser exercidas pelo policial militar em folga.			
Item 5) Está disponível na Intranet a legislação e eventuais portarias que regulamentem o exercício de atividades pelos policiais militares. Além disso, a publicação das notas de punição é feita no Boletim do Comando Geral, disponível a todos os policiais militares.			
Foram enviados os ofícios 6384/12 e 5786/13 à CGU, com cópia da documentação relativa à diversas sindicâncias que versavam sobre o fato.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201307822/003- CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não Houve.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>		
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	1929		
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	SA 201307824/002- CGU		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Justificar a ausência de informações no Relatório de Gestão, referentes ao preenchimento do Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI no exercício, em atenção à PT/TCU nº 150/2012			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Auditoria da PMDF			1929
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A ausência de resposta à S.A. 20130784/002, ocorreu pois entendemos que a demanda já havia sido respondida meio de ofício, baseando-se no Relatório de Gestão da Corporação			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A PMDF atendeu ao constante na S.A. 20130784/002 - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Gestor			

Não Houve.

**Unidade Jurisdicionada**

**Denominação Completa**

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

**Código SIORG**

**1929**

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201307822/005- CGU		

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

**Código SIORG**

**1929**

**Descrição da Recomendação**

Justificar a ausência de informações no Relatório de Gestão, referentes ao preenchimento dos Quadros A.10.3 e A.10.4, que permanecem pendentes de atendimento no exercício, em atenção à PT/TCU nº 150/12.

**Providências Adotadas**

**Setor Responsável pela Implementação**

**Auditoria PMDF**

**Código SIORG**

**1929**

**Síntese da Providência Adotada**

A ausência de informações no Relatório de Gestão, referentes ao preenchimento dos Quadros A.10.3 e A.10.4, foram preenchidas devido a não discriminação no rol dos quadros que os fundos deveriam apresentar.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

A PMDF atendeu ao constante na SA 201307822/005- CGU.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não Houve.

**Unidade Jurisdicionada**

**Denominação Completa**

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

**Código SIORG**

**1929**

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201300987/004- CGU		

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

**Código SIORG**

**1929**

**Descrição da Recomendação**

- 1) Realizar as medidas corretivas necessárias para regularização:
  - a) Recebimento de rubricas em valores diversos ao fixado em lei.
  - b) Recebimento de Auxílio Moradia em valores incompatíveis com a posto/graduação e/ou quantidade dependentes.
- 2) Justificar as seguintes inconsistências cadastrais:
  - a) Servidores que recebem rubrica exclusiva de inativos cuja data de ida para a inatividade não constar cadastro do SIAPE.
  - b) Servidores cujo tempo de serviço público, utilizando as datas de ingresso e ida para inatividade,

ultrapassam 35 anos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		
Departamento de Gestão de Pessoal, Departamento de Pagamento de Pessoal e Previdência	1929		
Síntese da Providência Adotada			
A PMDF encaminhou documentação respondendo as indagações da S.A. 201300987/004 - CGU			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201307822/005- CGU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não Houve.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação Completa	Código SIOR		
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	1929		
<b>Recomendações do OCI</b>			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201307827/003- CGU		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIOR
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Descrição da Recomendação			
Em relação à gestão da área de saúde:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar como é realizado o controle da indenização referente à prestação da assistência médica hospitalar aos dependentes legais dos militares.</li> <li>• Apresentar comprovação de recolhimento das indenizações referentes à utilização, pelos dependentes militares, dos serviços da Clínica Recanto no ano de 2012.</li> <li>• Justificar o atendimento de saúde realizado a dependente que não preencheu as condições exigidas pela legislação, que assegure o direito ao uso dos serviços de saúde da corporação.</li> <li>• Justificar o aval dado pela Corporação para tratamento de pacientes na clínica Recanto sem respaldo contratual, já que essa não foi considerada apta na vistoria técnica da própria PMDF.</li> </ul>			
<b>Providências Adotadas</b>			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIOR
Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratos, Auditoria da PMDF			1929
Síntese da Providência Adotada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após o pagamento da Nota Fiscal a despesa do atendimento é lançada no Sistema, calculado o valor a descontado do titular e encaminhado a folha de pagamento para implantação dos descontos nos contracheques dos respectivos titulares.</li> <li>• O desconto do valor a indenizar, somente é implantado após finalizado o pagamento das despesas.</li> <li>• Tal dependência ocorreu em função do beneficiário ter sido considerado inválido pela Junta de Inspeção de Saúde da Corporação. Em razão disso, será juntado aos autos do processo nº 054.000.745/2012 tal comprovação de dependência.</li> <li>• Os tratamentos no início de 2012 foram realizados em razão da necessidade de internação imediata de pacientes. Por isso, tal atendimento foi considerado com dispensa de licitação por se enquadrar nos casos de urgência e emergência. Inicialmente a Clínica Recanto foi considerada inapta, oportunidade em que concedida prazo para a sua regularização das pendências verificadas. A clínica regularizou e assinou o termo contratual no dia 23 de novembro de 2012.</li> </ul>			

Síntese dos Resultados Obtidos			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201307827/003- CGU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não Houve.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIOR
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201307827/004- CGU		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIOR
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Descrição da Recomendação			
Em relação à gestão da área de saúde:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar cópia do documento que atesta a invalidez do dependente.</li> <li>• Disponibilizar cópia da legislação utilizada pela Unidade para convalidar a invalidez ou interdição de dependentes de Policial Militar.</li> <li>• Apresentar comprovação de recolhimento de indenizações referentes à utilização pelos dependentes de militares dos serviços de saúde no ano de 2010 ou outro, se houver.</li> <li>• Disponibilizar acesso ao Sistema de Saúde da PMDF à equipe de Auditoria.</li> </ul>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIOR
,Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal			1929
Síntese da Providência Adotada			
A PMDF encaminhou para a CGU como resposta toda a documentação solicitada, algumas em formato digital respeito do item 4, será apresentado o novo sistema denominado Esculápio, pelo Núcleo de Informática.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201307827/004- CGU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não Houve.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIOR
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	SA 201307827/005- CGU		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIOR
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
Descrição da Recomendação			

Em relação à gestão da área de saúde:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar todas as medidas que estão sendo adotadas referentes à atualização do parque computacional e infraestrutura de comunicação que suporta o atual sistema de gestão da saúde da PMDF.</li> </ul>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal			1929
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>A PMDF está investindo na contratação de serviços de infraestrutura de cabeamento estruturado, de acordo com a demanda e o planejamento da Diretoria de Telemática em todas as UPM's da PMDF.</p> <p>Outra contratação foi o de fornecimento de equipamentos para rede de comunicação sem fio e prestação de serviços de telecomunicações, com capacidade de prover tráfego de dados, voz, imagem e vídeo entre unidades de PMDF, a Corporação também está Modernizando toda a rede com fim de atender a demanda de Controle das ações desenvolvidas pela a área de assistência médica e ainda estamos contratando uma empresa de Auditoria para auditar todos os processos internos desta área sensível da Corporação.</p> <p>Também foi investido na implantação de um segundo CPD e equipamentos diversos de informática.</p> <p>No âmbito da DSAP, foram adquiridos equipamentos de armazenamento de dados e de computadores tipo servidor para trabalharem exclusivamente com o novo sistema de gestão dos serviços de saúde e prontuário eletrônico.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A PMDF atendeu ao constante na SA 201307827/005- CGU			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não Houve.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIOR</b>
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	SA 201307822 e SA 201307824- CGU		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIOR</b>
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			1929
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Encaminhamento dos Relatórios Preliminares de Auditoria nº 201307822 e 201307824 para análise e apresentação se for o caso, de esclarecimentos adicionais em caso de discordância.			
Em caso de concordância com o inteiro teor deste relatório, solicito manifestação formal no sentido de ratificar documento em questão.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIOR</b>
Departamento de Gestão de Pessoal, Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal e Departamento de Logística e Finanças			1929
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A PMDF encaminhou para a CGU como resposta toda documentação em formato físico e/ou digital com as respostas dos Departamentos e Diretorias interessadas.			

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
A PMDF atendeu ao constante na SA 201307822 e SA 201307824- CGU.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Não Houve.

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>14.331</b>		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		14331		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		<b>00040</b>		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>14.371</b>		

Fonte: SIAPENET

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1044</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	881
1.2. Exercício de Função de Confiança	163
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>10</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	10
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>325</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	01
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>09</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	09
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>1388</b>
<b>Fonte: Seção de Controle de Afastamentos da DPM</b>	



Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>90</b>			
.1.1. Cargos Natureza Especial	90			
<b>2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>				
.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
.2.4. Sem Vínculo				
.2.5. Aposentados				
<b>3. Funções Gratificadas</b>	<b>130</b>			
.3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	130			
.3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
.3.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>220</b>			

Fonte: Seção de Controle de Afastamentos da DPM

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (Situação apurada em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>520</b>	<b>4709</b>	<b>9.789</b>	<b>3.317</b>	<b>2.982</b>
.1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos					
.1.2 Servidores de Carreira	520	4.709	9.789	3.317	2.982
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					

Fonte: SIAPENET

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0001	0103	1.730	7.017	9.717	2.746	0000	0002	0001
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior									
<b>3. Funções Gratificadas</b>									
<b>4. Totais (1+2)</b>									

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPENET

## 8. CONFORMIDADE DE TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					1929
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		544/2011-TCU			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Polícia Militar do Distrito Federal					1929
Descrição da Deliberação					
<p>Recomenda à PMDF que implemente rotinas destinadas a garantir a conformidade e a transparência dos processos de pagamento, instruindo-os de forma a reunir em processos específicos para cada contrato, todos os documentos pertinentes, em especial faturas, notas fiscais, autorizações de pagamentos, memórias dos cálculos que fundamentam os desembolsos financeiros, ordens de serviço e pesquisas de preços, todos inseridos nos processos respectivos em ordem cronológica e com as folhas rubricadas e numeradas.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoal, Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal e Departamento de Logística e Finanças					1929
Síntese da Providência Adotada					
A PMDF encaminhou cópia do Acórdão ao Departamento de Gestão de Pessoal, Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal e Departamento de Logística e Finanças, para que cumpra a determinação contida no item 1.6.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A PMDF atendeu ao constante no item 1.6 do Acórdão 544. Conforme descrito no ACÓRDÃO Nº 5658/2012 - TCU - 1ª Câmara: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar atendidas as determinações contidas nos itens 1.5.1 e 1.5.2 do Acórdão nº 544/2011 - TCU - Primeira Câmara, arquivar o presente processo, tendo em vista o cumprimento do seu objeto, sem prejuízo da determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos"					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não Houve.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					1929
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	021.058/2008-8	5658/2012-TCU			
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Polícia Militar do Distrito Federal					1929
Descrição da Deliberação					
<p>Determina à PMDF que obtenha junto a empresa Versatium Comércio e Serviços Ltda, de imediato, o ressarcimento do valor correspondente à Nota Fiscal nº 2069, além dos valores já encontrados no procedimento de revisão dos pagamentos empreendido pela corporação, todos devidamente atualizados, informando os resultados obtidos no próximo relatório de gestão.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento de Logística e Finanças					1929
Síntese da Providência Adotada					
<p>A PMDF encaminhou cópia do Acórdão ao Departamento de Logística e Finanças (DLF), para que cumpra a determinação contida no item 1.7 do referido acórdão.</p> <p>Ocorre que já havia Procedimento Administrativo aberto no ano de 2009 (Procedimento Administrativo nº 054.001.405/2009) pelo DLF para verificar a regularidade do contrato. O chefe do DLF, para atendimento ao constante no item de referência, resolveu incluir esta demanda ao PA já em andamento.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Os cálculos referentes à atualização dos valores da Nota Fiscal nº 2069 já foram realizados, porém foram apresentados documentos que, em tese, sustentam a emissão do referido documento fiscal, sanando assim a irregularidade apontada pela e. Corte de Contas (tão logo seja efetivado o processo de investigação, será encaminhado ao TCU os documentos para demonstração do apurado);</p> <p>Em relação aos valores já encontrados no procedimento de revisão de pagamentos, empreendidos pela Corporação, no montante de R\$ 779,26: está em fase de atualização para fins de cobrança e/ou ressarcimento, uma vez que as diferenças estão relacionadas a um grande número de documentos fiscais (da mesma forma, quando houver o saneamento da pendência, serão encaminhadas as comprovações ao TCU).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não Houve.					

9. **RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE DADOS DE ATENDIMENTO E SOLUÇÕES DE OCORRÊNCIAS:**

**DADOS REFERENTES AOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUVIDORIA DA PMDF NO ANO DE 2013**

PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO GERADOS/2013	2623
<b>EM RELAÇÃO AO PÚBLICO</b>	
Público Externo: 1957	74,61%
Público Interno: 264	10,06%
Não Informado: 402	15,33%
<b>EM RELAÇÃO AO ANONIMATO</b>	
Anônima: 513	19,56%
Não Anônima: 2110	80,44%
<b>EM RELAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO</b>	
Autorizaram a Identificação: 1790	68,24%
NÃO Autorizaram: 833	31,76%
<b>EM RELAÇÃO À CONCLUSÃO</b>	
Concluídos: 2496	95,16%
NÃO Concluídos: 127	4,84%
<b>TOTAL DE PROCESSOS POR TIPO DE OCORRÊNCIA</b>	
DENÚNCIA	353
DENÚNCIA ENVOLVENDO PM	116
ELOGIO	211
RECLAMAÇÃO	318
RECLAMAÇÃO CONDUTA TÉCNICA	173

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E DADOS	50
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DIVERSAS	738
SOLICITAÇÃO DE POLICIAMENTO	575
SUGESTÃO	89
Carta	6
CGDF/SOI – OUVIDORIA DO GDF	79
E-mail	794
Formulário	326
Ofício	27
Outros	1
Presencial	317
SSPDS – SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	3
TAG – Ouvidoria do GDF	679
Telefone	391
ERB – ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA	1182
CEILÂNDIA	919
OUVIDORIA SEDE	373
OUVIDORIA ITINERANTE	149

## 10. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO Composição do Quadro de Servidores Ativos

<b>1 Integral</b>	<b>1610</b>	<b>0202</b>
1.1 Voluntária	1610	0202
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
<b>2 Proporcional</b>	<b>2509</b>	<b>0003</b>
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: DGP - Sistemas GEPES – PMDF, SIGRH – GDF e SIAPENET – MPOG

### 10.1. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Fonte: DIPC/DGP

\* Releva informar que os dados ora informados dizem respeito às notas técnicas exaradas pelo Órgão de Controle Interno da Secretaria de Estado de Transparência e Controle.

### 10.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

#### 10.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

<b>Unidade Contratante</b>
<b>Nome: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL</b>

UG/Gestão: 170393				CNPJ: 08.942.610/0001-16							
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
					Início	Fim	F		M		S
							P	C	P	C	P
2009	L	O	Contrato nº 031/2009	04.944.460/0001-29	30 ABR 2009	29 ABR 2013	20 1	20 1			
Observações:											
<b>LEGENDA</b>											
<p><b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>											

### 10.3. Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

#### 10.3.1. Gestão da Frota de Veículos próprios e Contratados de Terceiros

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO NA FROTA DA PMDF	
ADMINISTRATIVAS	243
AERONAVES	3
CARRO VELADO	202
EMBARCAÇÕES	18
EMPLEMENTOS	29
ESPECIALIZADAS	37
MOTOS	1028
MOTOS VELADA	59
NÃO ESPECIALIZADAS	15
OPERACIONAIS	1984
TOTAL	3618

Fonte: DLF/DPMT

Na atuação da PMDF a frota veicular tem papel relevante para um bom serviço prestado à sociedade. A mobilidade de atuação é exigida, bem como a presença e rapidez em relação ao prestado à Comunidade.



GRUPO	ANO DE FABRICAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	IDADE MÉDIA
ADMINISTRATIVA	1991	2011	12
AÉREO	1979	2011	18
CARRO VELADO	1992	2010	12
EMBARCAÇÃO	2004	2011	6
EMPLEMENTOS	1981	2011	17
ESPECIALIZADA	1977	2008	21
MOTO	1999	2011	8
MOTO VELADA	1999	2011	8
OPERACIONAL	1976	2004	23
NÃO OPERACIONAL	1979	2004	22
POSTO MÓVEL	1997	2003	13

Fonte DLF/DPMT

### 10.3.2. Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	3º Batalhão de Polícia Militar	01	00
	17º Batalhão de Polícia Militar	01	01
	Departamento de Controle e Correição	01	01
	Estado-Maior	01	01
	Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal	01	01
<b>Total</b>		<b>05</b>	<b>04</b>

FONTE: DLF

## 11. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO DA CORPORAÇÃO

No exercício financeiro de 2013, a Corporação investiu em TI a fim de ampliar sua rede, em Construção de Novos quartéis, aquisição de novas viaturas, EPIs, Armamentos dentre outros, com vistas a aumentar a efetividade da Corporação no desenvolvimento de seu negócio, que é Policiamento Ostensivo e a transmissão de sensação de segurança à sociedade do Distrito Federal.

Em 2013, a Polícia Militar do Distrito Federal concluiu a obra de construção da sede do 17º BPM- Águas Claras-DF, e do 1º Batalhão Escolar da PMDF, ainda estão andamento as obras de construção da sede do 1º e 18º Batalhões da PMDF, do novo Centro Médico da PMDF e da sede do Batalhão de Aviação Operacional da PMDF,

A Polícia Militar Adquiriu ainda 413 novas viaturas otimizando seu Processo finalístico, adquirindo também duas aeronaves para Patrulhamento aéreo.

Observa-se no exercício um desenvolvimento dos programas sociais, os quais aumentaram de forma considerada o atendimento ao público, onde a prevenção primária e conscientização são ações cujos reflexos logos serão sentido na sociedade seja na conscientização da importância de um trânsito mais seguro, passando pela abordagem clara e direta dos problemas relacionados ao consumo drogas e prática do bullying principalmente junto às escolas de ensino fundamental, atingindo diretamente as crianças em fase educacional.

Ainda caminha a Corporação para melhorar as condições de atendimento ao seu público, buscando meios para diminuir o tempo de resposta quando da solicitação e o atendimento por parte da polícia ao chamado da sociedade.

Salientamos, que durante o exercício financeiro de 2013, **a despesa de custeio (Outras Despesas Correntes) da Corporação**, nas suas três áreas – quer sejam Custeio da folha, Custeio da Assistência Médica, e Manutenção da Corporação (Custeio da Máquina, de seus serviços essenciais) **aumentou consideravelmente**. Isto fez com que estas áreas fossem suplementadas em sua maioria, com orçamento da área de investimento da Corporação. O que inviabilizou alguns projetos, impactando de forma direta o processo finalístico da Instituição.

Ademais, cabe ressaltar que por determinação da Setorial da Orçamento - SUTES/GDF, responsável pela gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, houveram vários remanejamentos de orçamento da Corporação, o que impossibilitou a consecução de vários projetos que estavam sendo desenvolvidos, para atender as demandas da Copa do Mundo. Assim, todo o Planejamento da Instituição teve que ser modificado, visando adequar-se a nova realidade orçamentária. Por fim citamos aqui o problema que houve com a Assistência Médica no final do exercício financeiro de 2013, onde ocorreu uma grave crise ao Sistema de Saúde da PMDF em virtude da falta de orçamento para se empenhar a despesa ainda que inscrita em Restos a Pagar.

**Brasília-DF, 20 de março de 2013**

**ANDERSON CARLOS DE CASTRO MOURA - CEL QOPM**  
Comandante Geral da PMDF



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170393/00001 - FCDF±SSP ± POLICIA MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 06/03/2014	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
ORCAMENTARIAS	167.567.941,71	367.942.706,02	ORCAMENTARIAS	108.393.350,70	217.717.039,71
RECEITAS CORRENTES	0,00	3.185.531,51	DESPESAS CORRENTES	73.543.008,70	74.433.452,82
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	3.185.471,51	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.522.326,70	74.410.089,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	60,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	20.682,00	23.363,00
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-87,70	DESPESAS DE CAPITAL	32.112.083,00	122.824.166,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	105.655.091,70	204.907.774,02	INVESTIMENTOS	32.112.083,00	122.824.166,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	105.655.091,70	204.907.774,02	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.738.259,00	20.459.420,89
SUB-REPASSE RECEBIDO	105.655.091,70	204.907.774,02	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.738.259,00	20.459.420,89
MUTACOES ATIVAS	61.912.850,01	159.849.488,19	SUB-REPASSE CONCEDIDO	0,00	7.650.155,20
INCORPORACOES DE ATIVOS	41.556.080,74	73.630.267,51	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.738.259,00	12.809.265,69
AQUISICOES DE BENS	41.556.080,74	73.630.267,51	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	189.927.813,61	141.178.885,92
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	20.356.769,27	86.219.220,68	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	3.185.619,21
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	77.486.231,01	41.990.135,91	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	0,00	3.185.619,21
INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	175,40	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	189.927.813,61	137.993.266,71
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	175,40	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	105.698.569,20	85.892.648,82
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	77.486.231,01	41.989.960,51	BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00	256.192,93
INCORPORACOES DE ATIVOS	74.747.972,01	29.180.671,42	BAIXA DE BENS MOVEIS	105.295.202,31	85.127.471,74
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	4.170.025,01	8.754.713,79	BAIXA DE DIREITOS	403.366,89	508.984,15
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	70.168.803,43	19.660.780,55	INCORPORACAO DE PASSIVOS	84.229.244,41	52.100.617,89
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	0,00	256.192,93	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	51.036.916,30
INCORPORACAO DE DIREITOS	409.143,57	508.984,15	SUPERAVIT	0,00	51.036.916,30
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.738.259,00	12.809.289,09			
RESULTADO PATRIMONIAL	53.266.991,59	0,00			
DEFICIT	53.266.991,59	0,00			
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>298.321.164,31</b>	<b>409.932.841,93</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>298.321.164,31</b>	<b>409.932.841,93</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170393/00001 - Fcdf±SSP ± POLICIA MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 06/03/2014	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
ATIVO FINANCEIRO	28.330.150,29	102.337.770,94	PASSIVO FINANCEIRO	28.330.053,15	102.337.673,80
CREDITOS EM CIRCULACAO	28.330.150,29	102.337.770,94	DEPOSITOS	0,00	3.000,76
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	28.330.150,29	102.337.770,94	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	3.000,76
ATIVO NAO FINANCEIRO	103.103.350,74	92.497.867,19	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	25.591.794,15	89.525.407,35
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	22.331.034,77	22.325.258,09	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	61.138,06
CREDITOS EM CIRCULACAO	22.230.017,59	22.224.240,91	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	61.138,06
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	22.028.489,60	22.028.489,60	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	201.527,99	195.751,31	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	25.591.794,15	89.464.269,29
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	101.017,18	101.017,18	A LIQUIDAR	25.591.794,15	89.464.269,29
ESTOQUES	101.017,18	101.017,18	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.738.259,00	12.809.265,69
PERMANENTE	80.772.315,97	70.172.609,10	VALORES DIFERIDOS	2.738.259,00	12.809.265,69
IMOBILIZADO	80.117.923,04	69.916.416,17	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-25.591.794,15	-89.464.269,29
BENS MOVEIS E IMOVEIS	80.117.923,04	69.916.416,17	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-25.591.794,15	-89.464.269,29
INTANGIVEL	654.392,93	256.192,93	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO REAL	131.433.501,03	194.835.638,13	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-25.591.794,15	-89.464.269,29
			PASSIVO REAL	2.738.259,00	12.873.404,51
			PATRIMONIO LIQUIDO	128.695.242,03	181.962.233,62
			PATRIMONIO/CAPITAL	181.962.233,62	0,00
			PATRIMONIO	181.962.233,62	0,00
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	94.530.732,76
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	36.394.584,56
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	36.394.584,56
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	-53.266.991,59	51.036.916,30
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	131.433.501,03	194.835.638,13
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-184.700.492,62	-143.798.721,83
ATIVO COMPENSADO	0,00	4.273.292,98	PASSIVO COMPENSADO	0,00	4.273.292,98
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	0,00	4.273.292,98	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	0,00	4.273.292,98
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	0,00	4.273.292,98	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	0,00	4.273.292,98
ATIVO	131.433.501,03	199.108.931,11	PASSIVO	131.433.501,03	199.108.931,11



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170393/00001 - FCFD±SSP ± POLICIA MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 06/03/2014	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
RECEITAS CORRENTES	0,00	3.185.531,51	DESPEAS CORRENTES	73.543.008,70	74.433.452,82
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	3.185.471,51	OUTRAS DESPEAS CORRENTES	73.522.326,70	74.410.089,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	60,00	OUTRAS DESPEAS	73.522.326,70	74.410.089,82
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	20.682,00	23.363,00
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-87,70	DESPEAS DE CAPITAL	32.112.083,00	122.824.166,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	105.655.091,70	204.907.949,42	INVESTIMENTOS	32.112.083,00	122.824.166,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	105.655.091,70	204.907.774,02	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	105.655.091,70	204.907.774,02	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.738.259,00	23.645.040,10
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	105.655.091,70	204.907.774,02	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	2.738.259,00	20.459.420,89
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	175,40	SUB-REPASSE CONCEDIDO	0,00	7.650.155,20
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	175,40	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	0,00	7.650.155,20
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	133.406.083,09	369.693.019,44	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.738.259,00	12.809.265,69
VALORES EM CIRCULACAO	102.337.770,94	254.546.056,55	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	3.185.619,21
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	102.337.770,94	254.546.056,55	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	0,00	3.185.619,21
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.738.259,00	12.809.265,69	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	130.667.824,09	356.883.753,75
VALORES DIFERIDOS	2.738.259,00	12.809.265,69	VALORES EM CIRCULACAO	28.330.150,29	102.337.770,94
DEPOSITOS	0,00	3.000,76	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	28.330.150,29	102.337.770,94
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	3.000,76	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.809.265,69	34.624.973,65
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	28.268.915,09	102.334.696,44	VALORES DIFERIDOS	12.809.265,69	34.624.973,65
FORNECEDORES	0,00	61.138,06	DEPOSITOS	3.000,76	54.572.855,23
DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	61.138,06	CONSIGNACOES	0,00	54.518.980,92
RESTOS A PAGAR	28.268.915,09	102.273.558,38	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	53.874,31
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	25.591.794,15	89.464.269,29	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.000,76	0,00
CANCELADO	2.677.120,94	12.809.289,09	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	89.525.407,35	165.348.130,53
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	61.138,06	0,00	FORNECEDORES	61.138,06	61.138,06
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	61.138,06	0,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	61.138,06	61.138,06
EXERCICIOS ANTERIORES	61.138,06	0,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	0,00	109.936.043,62
			RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	89.464.269,29	55.345.643,10
			VALORES EM TRANSITO	0,00	5.305,75
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	0,00	23,40
			INCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	23,40
			EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	23,40
<b>INGRESSOS</b>	<b>239.061.174,79</b>	<b>577.786.412,67</b>	<b>DISPENDIOS</b>	<b>239.061.174,79</b>	<b>577.786.412,67</b>



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE E CORREIÇÃO  
AUDITORIA**



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO FUNDO DE SAÚDE DA PMDF – EXERCÍCIO 2013  
(DECISÃO NORMATIVA TCU nº107/2010)**

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2013.

## SUMÁRIO

<b>2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS:.....</b>	<b>4</b>
<b>3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:.....</b>	<b>11</b>
<b>4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....</b>	<b>12</b>
<b>5 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</b>	<b>16</b>
<b>6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....</b>	<b>16</b>

# IDENTIFICAÇÃO DAS UJ RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

## 1.1 Identificação

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação ou Supervisão:</b> Governo do Distrito Federal		<b>Código SIORG:</b> 1929	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional do Distrito Federal- FUNDO DE SAÚDE DA PMDF			
<b>Denominação abreviada:</b> Fundo de Constitucional do DF			
<b>Código SIORG:</b> 1929	<b>Código na LOA:</b> 28.845.0903.00FM		<b>Código SIAFI:</b> 170392-FCDF
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundo de Saúde da PMDF			
<b>Principal Atividade:</b> Assistência Médica e Odontológica		<b>Código CNAE:</b> 6520-1/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b> (061) 3312-5914   (061) 3312-5812   (061) 3312-5813			
<b>E-mail:</b> GEAHA@FAZENDA.DF.GOV.BR			
<b>Página na Internet:</b> www.buriti.df.gov.br			
<b>Endereço Postal:</b> ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas</b>			
Nome		Situação	Código SIORG
FCDF/FS-POLÍCIA MILITAR DO DF (Fundo de Saúde da PMDF)		Ativa	1929
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas</b>			
<b>Número de Ordem:</b> 73901			
<b>Denominação completa:</b> Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal-FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL			
<b>Denominação abreviada:</b> Fundo de Saúde da PMDF			
<b>Código SIORG:</b> 1929	<b>Código na LOA:</b> 73901		<b>Código SIAFI:</b> 170485
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundos			
<b>Principal Atividade:</b> Assistência a Saúde dos Policiais Militares em Complemento ao orçamento da seguridade Social destinado a Saúde.		<b>Código CNAE:</b> 6520-1/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b> (061) 3910-1574   (061) 3910-1523			
<b>E-mail:</b> em@pmdf.df.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> www.pmdf.df.gov.br			
<b>Endereço Postal:</b> Setor de Indústrias Gráficas, Qd. 04, Lote 25,Edifício Barão de Mauá, 4º Andar, CEP.: 70602600 Brasília-DF.			
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Lei 10486/1996; Decreto 7165/2010; Lei nº 7.479; Portaria PMDF-025 de 05/10/2006.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170485	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL – DSAP/PMDF		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170392	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170485		FCDF – PMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA-000001	



## **1.2** Responsabilidades institucionais da unidade:

### **1.1.1** Competência Institucional.

O Fundo de Saúde da PMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade, custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

### **1.1.2** Objetivos estratégicos.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de contratações e credenciamentos de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como, a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

## **2** ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS:

### **2.1** Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O Fundo de Saúde atuando em conjunto com a assistência médica da PMDF para cumprir com suas responsabilidades institucionais utilizam órgãos auxiliares da corporação que coadunam com suas funções, além é claro, do seu corpo técnico-profissional. Esses órgãos oferecem vários serviços de saúde a fim proporcionar ao público-alvo o acesso ao direito garantido por lei. São eles:

- I - Policlínica médica: presta consultas ambulatoriais, alguns exames de imagem, pequenas cirurgias, exames laboratoriais, reabilitação física, entre outras;
- II - Centro de Assistência Social (CASO): oferece assistência psicológica, palestras de planejamento familiar, apoio pedagógico, apoio religioso, entre outros;
- III - Centro Odontológico: atendimento de ambulatorial, urgência, emergência, diversas cirurgias e exames;
- IV - Centro de Capacitação Física: prevenção e cuidados com a saúde física dos militares;
- V - Centro de Perícias médicas: Avaliação e verificação da capacidade laboral dos militares;

## 2.2 Força de trabalho/Recursos humanos:

	CASO	CENTRO MÉDICO	CENTRO ODON- TOLÓGICO	CPSO	TOTAL
Posto/Graduação	Quantitativo				
TC	1	2	4	1	8
MAJ	2	10	10	4	26
CAP	3	7	9	1	20
1º TENENTE	1	1	2	1	5
2º TENENTE	1	3	2	0	6
SUB-TEN	7	9	1	5	22
1º SGT	14	21	16	5	56
2º SGT	12	21	7	3	43
3º SGT	14	39	12	4	69
CABOS	10	32	14	3	59
SD	0	8	3	0	11
CIVIL DENTISTA	0	2	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>155</b>	<b>81</b>	<b>27</b>	<b>328</b>

Fonte: DSAP

Ressaltamos que devido algumas peculiaridades do serviço público tais como limitação na contratação de mais profissionais para oferecer um maior conjunto de especialidades, a Polícia Militar, através de seus próprios órgãos, não oferece todos os serviços que garantem a saúde de seus usuários. Assim, com os recursos que arrecada complementando com os que recebe do Fundo Constitucional do Distrito Federal, e por meio do edital de credenciamento, realiza credenciamento de clínicas e hospitais com o fim de atender a demanda da área de saúde da PMDF. Seguem abaixo relação de contratos e credenciamentos em andamento.

Nº	Proc.	Empresa	Contrato	Objeto	Vigência
1	136/07	M. G. ISRAEL	52/08	Porte de Arma	31/07/2013
2	192/10	HOSPITAL SANTA HELENA	22/12	Videoartroscopia cirúrgica eletiva (adulto e infantil) em ortopedia	21/06/2013
		HOSPITAL SANTA MARTA	38/12		
3	340/11	1 - BIOCÁRDIOS	29/12	Densitometria óssea	21/06/2013
		2 - VIVER - CLÍNICA DE IMAGENS MÉDICAS	32/12		04/07/2013
		3 - IMEB	35/12		17/07/2013
		4 - HOSPITAL DIA SAMDEL	50/12		13/11/2013

4	342/11	IMEB	36/12	Medicina Nuclear	17/07/2013
5	343/11	ESTERILAV	06/11	Lavanderia Hospitalar	22/12/2013
6	518/06	J.A - ASSIST. TÉCNICA EM EQUIP. MÉDICO ODONTOLÓGICOS LTDA	66/07	Serviços com reposição de peças em equipamentos odontológicos	30/08/2013
7	595/12	FGV	08/12	Curso de MBA executivo em Saúde	Temporário
8	600/11	JURIMOB	02/11	Aluguel do edifício para o DSAP	11/08/2013
9	622/11	PISCINAS MOTTA (INICIAR RENOVACÃO)	02/12	Serviços de limpeza e manutenção da piscina	23/04/2013
10	724/11	HEWLETT - PACKARD	01/11	Aquisição de equipamentos de informática para serem utilizados pelo DSAP.	Temporário
11	1.082/08	HOB	38/09	Cirurgia Oftalmologica	25/06/2013
12	1.108/12	IKHON	27/13	Gestão/ organização de documentos para higienização, classificação, acondicionamento e arquivamento do acervo documental	26/11/2014
13	1.120/11	1 - BIOCÁRDIOS	30/12	Consultas Ambulatoriais	21/06/2013
		2 - HOSPITAL PACINI	45/12		10/09/2013
		3 - VIVA BEM	48/12		29/10/2013
		4 - CARDIONORTE	60/12		11/12/2013
		5 - MEDCOR	05/13		26/02/2014
		6 - CLIN. CARD. SÃO CAMILO	06/13		07/02/2014
		7 - INSTITUTO DE OLHOS DE TAGUATINGA	07/13		07/02/2014
14	1.359/11	MICRA	43/12	Exames complementares de Anatomia Patológica e Citopatologia	29/09/2014
15	1.414/11	HP	05/11	Prestação de serviço de impressão (outsourcing)	29/09/2014
16	1.430/12	1 - HOSPITAL SANTA MARTA LTDA	14/13	Saúde Física em Geral	05/06/2013
		2 - COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO DF	17/13	Serviços de Anestesiologia	05/06/2013
		3 - CENTRO DE MEDICINA INTERVENCIONISTA S/S	18/13	Saúde Física em Geral	20/06/2013
		4 - HOSPITAL SANTA HELENA S/A	19/13	Saúde Física em Geral	13/06/2013
		5 - HOPITAL PACINI LTDA	20/13	Saúde Física em Geral	20/06/2013
		6 - HOB - HOSPITAL OFTALMOLÓGICO DE BRASÍLIA LTDA	21/13	Saúde Física em Geral	20/06/2013
		7 - HOB TAGUATINGA LTDA	22/13	Saúde Física em Geral	20/06/2013

17	1.430/12	8 - INSTITUTO DE CATARATA DE BRASÍLIA LTDA - ICB OFTALMOLOGIA	23/13	Saúde Física em Geral	20/06/2013
		9 - FISIOTERAPIA INTENSIVA SANTA RITA LTDA	24/13	Saúde Física em Geral	05/06/2013
		10 - OFTALMED	25/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		11 - M&D FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA ESCOLAR LTDA	26/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		12 - TECNOGENE - DIAGNÓSTICOS MOLECULARES ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA	27/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		13 - IDRC - INSTITUTO DE DOENÇAS RENAS DE CEILÂNDIA LTDA	28/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		14 - CORPO E MENTE PILATES FISIOTERAPIA LTDA	29/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		15 - IMEB – INSTITUTO DE MEDICINA NUCLEAR E ENDOCRINOLOGIA DE BRASÍLIA LTDA (MATRIZ)	30/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		16 - INOB - INSTITUTO DE OLHOS E MICROCIRURGIA DE BRASÍLIA LTDA	31/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		17 - HEMOCLÍNICA - CLÍNICA DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LTDA	32/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		18 - SEANE - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA E NEFROLÓGICA LTDA	33/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		BIOCARDIOS	34/13	Saúde Física em Geral	08/07/2013
		20 - IMAGE DOPPLER ULTRA-SONOGRAFIA LTDA	35/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		21 - ISOB - INSTITUTO DE SAÚDE DE OLHOS BRASÍLIA S/S LTDA	36/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		22 - INSTITUTO DE OLHOS DE TAGUATINGA LTDA	37/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		23 - CENTRO CLÍNICO E ECOGRÁFICO DE SOBRADINHO S/C LTDA	38/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		24 - INSTITUTO DE RADIOTERAPIA DE TAGUATINGA LTDA	39/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
25 - MEDCOR - CARDIOLOGISTAS ASSOCIADOS DA ASA SUL S/C	40/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013		
26 - VIVER - CLÍNICA DE IMAGENS MÉDICAS LTDA	41/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013		

		27 - HOSPITAL MARIA AUXILIADORA	42/13	Saúde Física em Geral	22/07/2013
		28 - HOSPITAL SÃO FRANCISCO	43/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		29 - INBOL - INSTITUTO BRASILENSE DE OLHOS S/S LTDA	44/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		30 - RADIOGRPH CLÍNICA DE IMAGENS LTDA	45/13	Saúde Física em Geral	19/07/2013
		31 - CLÍNICA BRASÍLIA DE RADIOLOGIA LTDA	46/13	Saúde Física em Geral	17/09/2013
		32 - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A	47/13	Saúde Física em Geral	17/09/2013
		33 - DIAS MOREIRA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA	48/13	Saúde Física em Geral	19/09/2013
		34 - CLÍNICA RADIOLÓGICA DIAGNOSTIC S/S	49/13	Saúde Física em Geral	17/09/2013
		35 - CRB - CENTRO RADIOLÓGICO DE BRASÍLIA S/A	52/13	Saúde Física em Geral	26/09/2013
		36 - CLÍNICA CARDIOLÓGICA SÃO CAMILO	53/13	Saúde Física em Geral	10/10/2013
		37 - DIGIMED DIAGNÓSTICO POR IMAGEM		Saúde Física em Geral	10/10/2013
		39 - CBV - CENTRO BRASILEIRO DA VISÃO LTDA	59/13	Saúde Física em Geral	30/10/2013
		38 - ICB - INSTITUTO DE CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA	56/2013	Saúde Física em Geral	10/10/2013
18	1.434/11	1 - SER / CLÍNICA DE ATENÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE MENTAL	37/12	Saúde Mental	20/08/2013
		2 - CLÍNICA RECANTO	58/12		22/11/2013
19	1.632/08	1 - ONCO VIDA	03/10	Quimioterapia e consulta em oncologia	02/02/2014
		2 - ONCOTEK	05/10		02/02/2014
		3 - KAPLAN	02/08		02/02/2014
20	1.670/11	J2 COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA	06/12	Aquisição de argila.	15/05/2013
21	1.721/11	H. STRATTNER E CIA LTDA	05/12	Aquisição de Sistemas de Videoendoscopia e de Videolaringoscopia	15/05/2013
22	1.725/11	H. STRATTNER E CIA LTDA	07/12	Aquisição de Kit para uso ambulatorial de Otorrinolaringologia	26/09/2012
23	1.740/09	1 - UNIPROCTO	03/09	Endoscopia Digestiva baixa	14/02/2014
		2 - CLÍNICA BRAS DE RADIOLOG		Endoscopia Digestiva baixa	
24	1.798/11	GENÉTICA COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA	09/12	Aquisição de Kits para detecção qualitativa, de cocaína , maconha e seus metabólicos na urina.	01/07/2013
25	2.058/11	1 - DIAGNOSTIC	59/12	Ultrassonografia, Tomografia	10/12/2013

		2 - IMEB	64/12	Computadorizada e Ressonância Magnética	
		3 - DIAGNÓSTICO CLIN. IMAG. MED	02/13		
26	2.141/08	1 - DASA	01/10	Exames complementares em cardiologia (EM RENOVAÇÃO)	02/02/2015
		2 - MEDCOR	03/10		21/08/2016
		3 - CARDIONORTE	02/10		02/02/2015
		4 - VIVA BEM	04/10		14/02/2017
		5 - REDECOR	18/12		14/05/2017
		6 - CENTRO CLÍNICO E ECOGRÁFICO DE SOBRADINHO	19/12		14/05/2017
		7 - CLÍNICA RADIO SÃO CAMILO	20/12		14/05/2017
		8 - BIOCÁRDIOS	21/12		14/05/2017
		9 - ISO	40/12		24/09/2013
		10 - ECCOS	63/12		18/12/2013
27	2.204/09	1 - OFTALMED	04/09	Procedimentos e Exames em Oftalmologia	22/08/2016
		2 - INBOL			22/08/2016
		3 - ISOB			22/08/2016
		4 - PACINI			22/08/2016
		5 - HOB	04/12		14/05/2017
		6 - ICB	05/12		14/05/2017
		7 - CLÍNICA DE OLHOS DR. JOÃO EUGÊNIO	06/12		14/05/2017
		8 - MEDICINA DA VISÃO	07/12		14/05/2017
		9 - OFTALMOCENTER	08/12		14/05/2017
		10 - INST. OLHOS TAGUATINGA	51/12		21/11/2017
28	2.226/10	CERTISIGN CERTIFICA DIGIT S.A.	04/12	Fornecimento de solução completa e integrada (envolvendo fornecimento de hardware, software, prestação de serviço e repasse de conhecimento técnico).	29/01/2014
29	2.554/09	1 - H. SANTA HELENA	09/09	UTI	21/12/2015
		2 - H. SANTA MARTA			21/12/2015
		3 - H. SÃO FRANCISCO			21/12/2015
		4 - H. M. AUXILIADORA			21/12/2015
30	2.555/09	1 - MG ISRAEL	07/09	Psicoterapia Individual em adultos e crianças	14/08/2013
		2 - CLÍNICA BORBOLETÁRIO	07/09		14/08/2013
		3 - PSICOCLÍNICA	07/09		05/10/2013
		4 - ATITUDE	16/12		14/05/2013
		5 - ISI (INST. SAÚDE INTEGRADA)	17/12		14/05/2013
		6 - COPP	33/12		17/07/2013
		7 - INTERAGE	34/12		17/07/2013
		8 - G&R CLÍNICA DE PSICOLOGIA	44/12		10/09/2013
		9 - CLINISER	47/12		10/09/2013
		10 - SK PSICOLOGIA INTEGRADA LTDA	55/12		22/11/2013

		11 - EGOS - PSICOLOGIA	62/12		19/12/2013
		12 - SELF PSICOLOGIA	39/12		25/09/2013
		13 - PSICOLOGIA INSIGHT	01/13		08/02/2014
		14 - CLÍNICA ANAHATA SAÚDE	08/13		10/03/2013
		15 - INSTITUTO AGILITA	11/13		24/02/2014
31	2.557/09	1 - H. SANTA HELENA	08/09	Urgência e Emergência	21/12/2015
		2 - H. SANTA MARTA			21/12/2015
		3 - H. SÃO FRANCISCO			20/05/2016
		4 - H. M. AUXILIADORA			08/08/2016
32	2.261/12	1 - VITALAB COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	13/13	Aquisição de material laboratorial	04/03/2013
		2 - ANIL-LAB 1288 COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	14/13	Aquisição de material laboratorial	04/03/2013
		3 - RIOCORE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	15/13	Aquisição de material laboratorial	04/03/2013
		4 - BIOTECNICA COMERCIO E ASSISTENCIA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR	16/13	Aquisição de material laboratorial	04/03/2013
		5 - IMUNOTECH SISTEMAS DIAGNOSTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO	17/13	Aquisição de material laboratorial	04/03/2013

Fonte: Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal - DSAP

A manutenção dos serviços prestados pelo próprio órgão é feita também com esses recursos sendo utilizado para aquisição de materiais hospitalares, odontológicos, laboratoriais, e outros relativos à saúde; manutenção de equipamentos de raios-X, ecografia, câmara hiperbárica, laboratoriais e de fisioterapia; e cursos para atualização profissional dos militares a fim de manter a qualidade dos procedimentos oferecidos. Dessa forma, os recursos recebidos para a assistência médica, são utilizados tanto para a contratação de serviços médicos e hospitalares, principalmente de urgência e emergência, como para apoio aos prestados pela PMDF, sendo complementado por esta receita própria do órgão, e direcionado única e exclusivamente para outras despesas correntes ou seja despesa de custeio da Assistência Médica.

### 2.3 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

As execuções orçamentárias e financeiras dos créditos do Fundo de Saúde obedecem a uma sistemática própria, como complementam os recursos referentes à assistência médica, funcionam como reserva para eventuais aumentos da demanda. Embora seus recursos estejam no planejamento da gestão do sistema de saúde, atualmente não entendemos o por que mas por estar sendo executado no SIAFI do Governo Federal esta receita muito embora seja própria do órgão não se apura superávit, devendo ser executada dentro do próprio exercício, servindo como complemento da proposta orçamentária da Corporação, referente ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

AÇÕES	DESPEZA AUTORIZADA	VALOR EMPENHADO
CRENCIADAS	3.977.030,36	3.977.030,36

REFORMA DA POLICLÍNICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	276.582,75	276.582,75
RESSARCIMENTOS	7.505.806,89	7.505.806,89
<b>TOTAL</b>	<b>11.759.420,00</b>	<b>11.759.420,00</b>

Como as despesas com saúde não seguem a mesma previsibilidade que as despesas comuns, embora trabalhe com previsão de gastos partimos de uma análise do exercício anterior para poder propor uma estratégia de ação a fim de planejar adequadamente nossas demandas, principalmente as cirurgias de emergência e urgência de alto custo que esgotam com a maior parte do orçamento, impondo um necessário ajuste no Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários, além da constituição de uma reserva considerável para evitar o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores.

### 3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:

#### 3.1 Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código no PPA:</b> 28845090300FM		<b>Denominação:</b> Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.			
<b>Tipo do Programa:</b> Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
<b>Objetivo Geral:</b> Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.					
<b>Objetivos Específicos:</b> Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal, de forma complementar aos recursos da seguridade social destinados a saúde dentro do fundo constitucional do Distrito Federal, (REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL).					
<b>Gerente:</b>			<b>Responsável:</b>		
<b>Público Alvo:</b> Militares da PMDF, seus dependentes e pensionistas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>Valores Pagos</b>
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>não processados</b>	
11.759.420,00	11.759.420,00	11.759.420,00	9.876.040,93	1.883.379,07	9.876.040,93
Identificação do Programa de Governo					
<b>Código no PPA:</b> 28845090300FM		<b>Denominação:</b> Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.			
<b>Tipo do Programa:</b> Operação Especial-Transferência Constitucional Obrigatória, Orçamento da Seguridade Social, Fundo de Saúde da PMDF, complemento aos recursos destinados a saúde dos Policiais Militares e seus dependentes.					
<b>Objetivo Geral:</b> Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.					
<b>Objetivos Específicos:</b> Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal, de forma complementar aos recursos da seguridade social destinados a saúde dentro do fundo constitucional do Distrito Federal, (REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL).					
<b>Gerente:</b>			<b>Responsável:</b>		
<b>Público Alvo:</b> Militares da PMDF, seus dependentes e pensionistas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$



					1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
11.759.420,00	11.759.420,00	11.759.420,00	9.876.040,93	1.883.379,07	9.876.040,93
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 28845090300FM		Denominação: Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.			
Tipo do Programa: : Operação Especial-Transferência Constitucional Obrigatória, Orçamento da Seguridade Social, Fundo de Saúde da PMDF, complemento aos recursos destinados a saúde dos Policiais Militares e seus dependentes.					
Objetivo Geral: : Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.					
Objetivos Específicos: Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal, de forma complementar aos recursos da seguridade social destinados a saúde dentro do fundo constitucional do Distrito Federal,					
Gerente:			Responsável:		
Público Alvo: Militares da PMDF, seus dependentes					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
					1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
11.759.420,00	11.759.420,00	11.759.420,00	9.876.040,93	1.883.379,07	9.876.040,93

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

Essa unidade Gestora não é responsável por gerir programas inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA), do Governo Federal.

### 3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ:

Execução Física das ações realizadas pela UJ, no que concerne a realização da despesa com os recursos provenientes do Fundo de Saúde da PMDF.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
28	845	903	00FM	A	1	Atendimento Geral	100%	99,97%	100%

Fonte: Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal

Tanto o Fundo de Saúde da PMDF, como a assistência médica da Corporação tem como meta principal atender toda a demanda referente aos serviços de saúde procurados pelos seus usuários, estimados na atualidade em 90.166 (noventa mil cento e sessenta e seis) vidas. Atuando com a oferta de serviços próprios e de terceiros, buscamos disponibilizar todas as especialidades médicas, odontológicas, fisioterapêuticas, psicológicas, além de todos os tipos de exame para a melhor atuação do profissional de saúde. Contudo, há alguns procedimentos que não são contemplados pelos termos de credenciamentos feitos com as empresas parceiras, nesse caso o usuário poderá realizá-lo e, respeitando as normas internas da corporação, solicitar ressarcimento.

A peculiaridade das despesas com saúde de serem totalmente imprevisíveis nos impede de estabelecer metas relativas à execução física. Assim, não podendo prever o que será realizado

buscamos o cumprimento do dever legal de proporcionar ao nosso público-alvo uma boa assistência à saúde.

#### 4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

##### 4.1 Programação Orçamentária das Despesas

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR-FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73901	170485 DSAP - FUNDO DE SAÚDE DA PMDF

##### 4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes					
	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
L Dotação proposta pela UO	0	0	0	0	9.550.454,00	11.759.420,00
O PLOA	0	0	0	0	0	0
A LOA	0	0	0	0	0	0
C Suplementares	0	0	0	0	0	0
R Especiais	Abertos	0	0	0	0	0
	Reabertos	0	0	0	0	0
D Extras	Abertos	0	0	0	0	0
	Reabertos	0	0	0	0	0
T O Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0
S Outras Operações	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	9.550.454,00	11.759.420,00

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

##### 4.1.2 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
L Dotação proposta pela UO	9.550.454,00	11.759.420,00	0	0	0	0
O PLOA	0	0	0	0	0	0
A LOA	0	0	0	0	0	0
C Suplementares	0	0	0	0	0	0
R Especiais	Abertos	0	0	0	0	0
	Reabertos	0	0	0	0	0
D Extras	Abertos	0	0	0	0	0

I T	Reabert os	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0
	Outras Operações	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>9.550.454,00</b>	<b>11.759.420,00</b>	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

#### 4.1.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	<b>11.759.420,00</b>
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

## 4.2 Execução Orçamentária das Despesas

### 4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

#### 4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2013	2012	2013
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Não se aplica	6.264.795,37	7.514.226,16	6.264.795,37	7.514.226,16
Inexigível	0,00	2.219.664,77	0,00	2.219.664,77
Pregão	450,00	142.150,00	450,00	142.150,00
<b>Contratações Diretas</b>				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
	0	0	0	0
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
	0	0	0	0
	0	0	0	0
<b>Outros</b>				

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

#### 4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
30 – Material de Consumo.	145.446	276.582		142.150	145.446	134.432		142.150
36 – Outros Serviços de Terceiros - PF.	9.000	0			9.000			
39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.	1.359.175	3.947.203		2.219.664	1.359.175	1.727.539		2.219.664
92 – Despesas de exercícios anteriores.	1.034.446	29.826	824.975	23.876	209.470	5.950	824.975	23.876
93 – Indenizações e Restituições.	7.000.000	7.505.806	5.440.269	7.490.349	1.559.730	15.457	5.440.269	7.490.349

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

#### 4.2.1.3 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2013	2012	2013
<b>Licitação</b>				
	6.265.245,37	9.876.040,93	6.265.245,37	9.876.040,93
<b>Contratações Diretas</b>				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
<b>Outras</b>				

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

### 4.3 Indicadores Institucionais

Durante o exercício de 2013 o Fundo de Saúde, por opção de planejamento, foi utilizado como reserva de contingência para atender um eventual aumento da demanda da assistência médica da corporação, o que foi verificado nos três últimos meses do exercício. Além disso, houve a realização de termo de credenciamento com novas empresas aumentando a oferta em localidades mais distantes, cujos recursos foram em parte oriundos deste fundo.

Assim como na assistência médica, utilizamos dois indicadores para mensurar nossos gastos, o primeiro representado pelo número de atendimentos realizados no complexo da Policlínica e o segundo pelo número de atendimentos realizados na rede credenciada, este dividido entre gastos com titulares e dependentes. Contudo, devido à demora das empresas credenciadas em encaminhar as notas fiscais, os recursos do Fundo de Saúde empenhados, foram todos inscritos em restos pagar não processados como demonstrado anteriormente.

Devido ao grande número de usuários do sistema de saúde (ativos, inativos, pensionistas e dependentes), que gera uma excessiva demanda pelos serviços fornecidos, seja no próprio órgão ou na rede externa, também, a falta de pessoal para ocupação das funções administrativas, impedem a mensuração de índices mais qualitativos a fim de melhor mensurar os gastos e fornecer informações mais detalhadas, principalmente os atendimentos que são realizados nas contratadas, ocorrendo uma grande diversidade de procedimentos dificultando a configuração de um cálculo mais simplificado e preciso assim buscamos informar contextualmente os números referentes ao atendimento realizado de uma forma geral.

### ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2013

	TITULAR	DEPENDENTE	TOTAL
UTI (01//01/2013 a 05/06/2013)	196	229	425
URG/EMERG (01/01/2013 a 05/06/2013)	22.425	43.568	65.993
Hospital Geral (consulta/cirurgia/urgencia/exames) (05/06/13 a 31/12/2013)	4.912	9.483	14.395
PSICOLOGIA	1.856	3.377	5.233
QUIMIOTERAPIA	233	324	557
OFTALMOLOGIA (consulta/exames/cirurgias)	3.254	5.377	8.631
CARDIOLOGIA (consulta/exames)	8.291	5.554	13.845
MEDICINA NUCLEAR (RM/tomografia/densitometria)	7593	5119	12.712
FISIOTERAPIA (RPG)	70	71	141
LABORATÓRIO (Citológico/biopsia)	443	1307	1.750
SAUDE MENTAL	759	294	1.053
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>50.032</b>	<b>74.703</b>	<b>124.735</b>

Fonte: Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal

## 5 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os restos a pagar de exercícios anteriores, conforme demonstrado em tabela abaixo, por dispor de disponibilidade financeira a partir da publicação do decreto de inscrição, são pagos de acordo com a ordem exigibilidade, não provocando impacto na gestão orçamentária e financeira do Fundo de Saúde.

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2014</b>
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2014</b>
2011	5.434.906,18	262.010,18	5.172.896,00	0
2012	3.282.822,20	198.185,34	3.072.636,86	12.000,00
2013	1.883.379,07	0	414.050,70	1.469.328,37
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI Gerencial 2013

## 6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Por meio do Acórdão nº168/2007, o Tribunal de Contas da União (TCU) exarou despacho, por meio do qual é determinado ao Governo do Distrito Federal (GDF), à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e ao Corpo de Bombeiros militar do Distrito Federal (CBMDF), que a partir de 1º/01/2011 execução orçamentária do Fundo de Saúde das Corporações Militares passasse a ser realizada por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e não mais por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO) do GDF.

Ao exarar referido despacho, entendeu aquela Corte que a contribuição para o fundo de Saúde é compulsória e obrigatória, sendo, portanto, a sua execução da competência da esfera Federal, por ser tratar de um tributo (contribuição). Esta decisão fez com que não se apurasse mais superávit financeiro quando do fechamento do exercício financeiro, ou seja se a Polícia Militar não executar todo o recurso da fundo de saúde no exercício vigente no fechamento do exercício perde o orçamento e o recurso, que vai para a Conta única do Tesouro, o que claramente afronta ao regramento que trata da apuração de superávit financeiro dos FUNDOS ESPECIAIS.

**Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2014**

**ANDERSON CAROS DE CASTRO MOURA - CEL QOPM**

Comandante Geral da PMDF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013 - FCDF/CBMDF**

**BRASÍLIA – DF  
02/2014**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013 - FCDF/CBMDF**

**Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, Decisão Normativa TCU nº 132/2013, e da Portaria TCU nº 175/2013.**

**BRASÍLIA – DF  
02/2014**



# SUMÁRIO

Introdução.....	1
1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	2
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	2
1.1.1 Relatório de Gestão Agregado.....	2
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	3
1.3 Organograma Funcional.....	5
1.4 Macroprocesso Finalístico.....	6
1.5 Macroprocesso de Apoio.....	7
1.6 Principais Parceiros.....	7
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013.....	8
2.1 Planejamento da unidade.....	8
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	14
2.2.1 Programa Temático.....	15
2.2.1.1 Análise Situacional.....	15
2.2.2 Ações.....	18
2.2.2.1 Ações - OFSS.....	18
2.2.2.2 Análise Situacional.....	20
2.2.2.2.1 Ingresso de Militares.....	20
2.2.2.2.2 Capacidade Operacional de Atendimento.....	21
2.2.2.2.3 Capacitação.....	24
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.....	25
2.3.1 Colégio Militar Dom Pedro II (CMDP II).....	25
2.3.2 Programa Bombeiro Mirim.....	26
2.3.3 Coleta Domiciliar de Leite Materno.....	27
2.3.4 Programa Bombeiro Amigo.....	27
2.3.5 Indicadores.....	28
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	42
3.1 Estrutura de Governança.....	42
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	42
3.2.1 ANÁLISE CRÍTICA.....	43
4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	44
4.1 Execução das despesas.....	44
4.1.1 Programação.....	44
4.1.1.1 Análise Crítica.....	45
4.1.2 Realização da Despesa.....	46
4.1.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	46
4.1.2.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	47
4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa.....	48
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	49
4.2.1 Análise Crítica.....	49
4.3 Suprimento de Fundos.....	49
4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	49
4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	50
4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	52
4.3.4 Análise Crítica.....	53
5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	54
5.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	54
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	54
5.1.1.1 Lotação.....	54
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	56
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	58

5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções .....	58
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	58
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	59
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	61
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	63
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	63
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	63
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	63
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC .....	64
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU .....	64
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	65
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico .....	65
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	66
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	66
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	67
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	67
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	68
5.2.2	Análise Crítica .....	71
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	72
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	72
6.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros .....	74
7	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	75
7.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU .....	75
7.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	75
7.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	75
7.2	Tratamento de Recomendações do OCI .....	76
7.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	76
7.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	77
7.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	82
8	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	86
8.1	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 .....	86
Anexo I	Rol de Responsáveis .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Anexo II	Relatórios e Pareceres de Instâncias que devam Pronunciar-se sobre as Contas ou sobre a Gestão, conforme anexo III à DN TCU nº 132, de 02/10/2013 .....	97
a)	Parecer sobre a Prestação de Contas Anual.....	97
b)	Relatório da Corregedoria com Relato Sucinto dos Atos Apurados no Exercício de 2013, para Apurar Dano ao Erário Fraude ou Corrupção .....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado .....	2
Quadro A.2.2.1 – Programa Temático .....	15
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS .....	18
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	42
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas.....	44
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	46
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	47
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	49
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) .....	49
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	50
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	52
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	56
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	58
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária .....	58
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	59
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	61
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro .....	63
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	63
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	64
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	64
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	65
Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	65
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	68
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	74
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	75
Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI .....	76
Quadro A.7.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento.....	78

## INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, mantido e organizado pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, está sujeito, nos termos da Decisão nº 824/2004 – do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, às ações de controle e fiscalização desse Tribunal.

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2013 do CBMDF, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa-IN nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN nº 127 e 132/2013, e da Portaria nº 175/2013, todas do TCU.

Conforme prescreve o Anexo II à Decisão Normativa - TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), apesar de, no orçamento federal, ser um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, ele é enquadrado na alínea “g” do quadro A1 do referido anexo como “fundos constitucionais”. Assim sendo, todos os órgãos a ele vinculados padecem deste relacionamento e devem obedecer a referida alínea no que tangem os conteúdos gerais do Relatório de Gestão.

Apesar da alínea “g” do Quadro A1 do Anexo II à Decisão Normativa - TCU nº 127 exigir uma série de informações, após análise e considerações quanto às normas aplicáveis à unidade jurisdicionada do CBMDF foi verificado que vários dos quadros não se aplicam à UG 170394. A seguir apresenta-se a relação de cada um e suas justificativas para não apresentação.

### **Itens não Pertencentes à alínea “g” do Quadro A1 do Anexo I da DN 175/2013 inseridos no item 12.1 (Capítulo 8).**

Apesar da alínea “g” do Quadro A1 do Anexo II à Decisão Normativa - TCU nº 175/2013 não exigir uma série de informações, em reunião realizada com equipe da Controladoria Geral da União, no dia 10 de fevereiro 2014, no Auditório da Secretaria de Fazenda no Edifício Vale do Rio Doce localizado no Setor Bancário Norte em Brasília, foi acordado que, a Corporação deveria inserir no relatório três grupos de informações adicionais: citou 2 grupos

- 5 - Gestão de pessoas
- 6 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

# 1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

### 1.1.1 Relatório de Gestão Agregado

#### Quadro A.1.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado

<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda		<b>Código SIORG:</b> 001929
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora</b>		
<b>Denominação Completa:</b> Fundo Constitucional do Distrito Federal		
<b>Denominação Abreviada:</b> FCDF		
<b>Código SIORG:</b> 001929	<b>Código na LOA:</b> 73.901	<b>Código SIAFI:</b> 170392
<b>Natureza Jurídica:</b> Segurança Pública, Saúde e Educação		<b>CNPJ:</b> 05.448.380/0001-45
<b>Principal Atividade:</b> Vide Tabela CNAE/IBGE		<b>Código CNAE:</b> 9999-9
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(61) 3312-5914	
<b>Endereço Eletrônico:</b> canogueira@fazenda.df.gov.br		
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.fazenda.df.gov.br">http://www.fazenda.df.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar, Brasília, DF - CEP 70.075-900		
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas</b>		
<b>Número de Ordem:</b> N		
<b>Denominação Completa:</b> Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal		
<b>Denominação Abreviada:</b> CBMDF		
<b>Código SIORG:</b> 001929	<b>Código na LOA:</b> 73.901	<b>Código SIAFI:</b> 170394
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundos		<b>CNPJ:</b> 08.977.914/0001-19
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(61) 3901-5912	(61) 3901-5915
<b>E-mail:</b> dif@cbm.df.gov.br		
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.cdm.df.gov.br">http://www.cdm.df.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> SAM LOTE D MÓDULO E, ASA NORTE, DISTRITO FEDERAL, CEP 70.610-600		
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas</b>		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856		
Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991 e		
Decreto nº 16.036, de 04 de novembro de 1994		
Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009		
Decreto nº 7.163 de 29 de abril de 2010.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas		
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas</b>		
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		

Código SIAFI	Nome
170495	Assistência Médica e Odontológica do CBMDF
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
1	Gestão Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170394	1

---

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

---

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), organizado com base na hierarquia e na disciplina, possui suas atribuições institucionais estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei Federal n.º 7.479, de 2 de junho de 1986; pela Lei Federal n.º 8.255, de 25 de novembro de 1991; pelo Decreto Federal n.º 7.163, de 29 de abril de 2010 e pelo Decreto Distrital n.º 31.817, de 21 de junho de 2010.

A Constituição Federal, em seu art. 144, estabelece que os Corpos de Bombeiros são órgãos integrantes da segurança pública, incumbindo-lhes, além das missões definidas em legislações específicas, a execução das atividades de defesa civil.

O Estatuto dos Bombeiros Militares do CBMDF, aprovado pela Lei Federal n.º 7.479, de 02 de junho de 1986, dispõe sobre a situação, as obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos bombeiros militares.

A Lei Federal n.º 8.255, de 20 de novembro de 1991 e suas alterações posteriores, dispõe sobre a organização básica da Corporação e de suas competências, as quais são assim definidas:

- realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios, tendo os Grupamentos de Prevenção e Combate a incêndio como as unidades mais vocacionadas para a atividade;
- realizar serviços de busca e salvamento, tendo o Grupamento de Busca e Salvamento como a unidade mais vocacionada para a atividade;
- realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência, tendo como órgão mais vocacionado a Diretoria de Investigação de Incêndio (DINVI);
- prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico, tendo como unidade mais vocacionada o Grupamento de Prevenção e Combate a Incêndio;
- realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;
- executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental, tendo como unidade mais vocacionada o Grupamento de Proteção Ambiental;
- executar as atividades de defesa civil, tendo como unidade mais vocacionada o Grupamento de Proteção Civil;
- executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal.
- executar serviços de atendimento pré-hospitalar, tendo como unidade mais vocacionada o Grupamento de Atendimento de Emergência Pré-Hospitalar.

O Decreto Federal n.º 7.163/2010 acrescentou ao rol de missões do CBMDF as seguintes

competências:

- desenvolver na comunidade a consciência para os problemas relacionados com incêndios, acidentes em geral e pânico;

- promover e participar de campanhas educativas direcionadas à comunidade em sua área de atuação; e

- fiscalizar, na área de sua competência, o cumprimento da legislação referente à prevenção contra incêndio e pânico, tendo como órgão mais vocacionado a Diretoria de Vistorias (DIVIS).

### 1.3 Organograma Funcional

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CBMDF

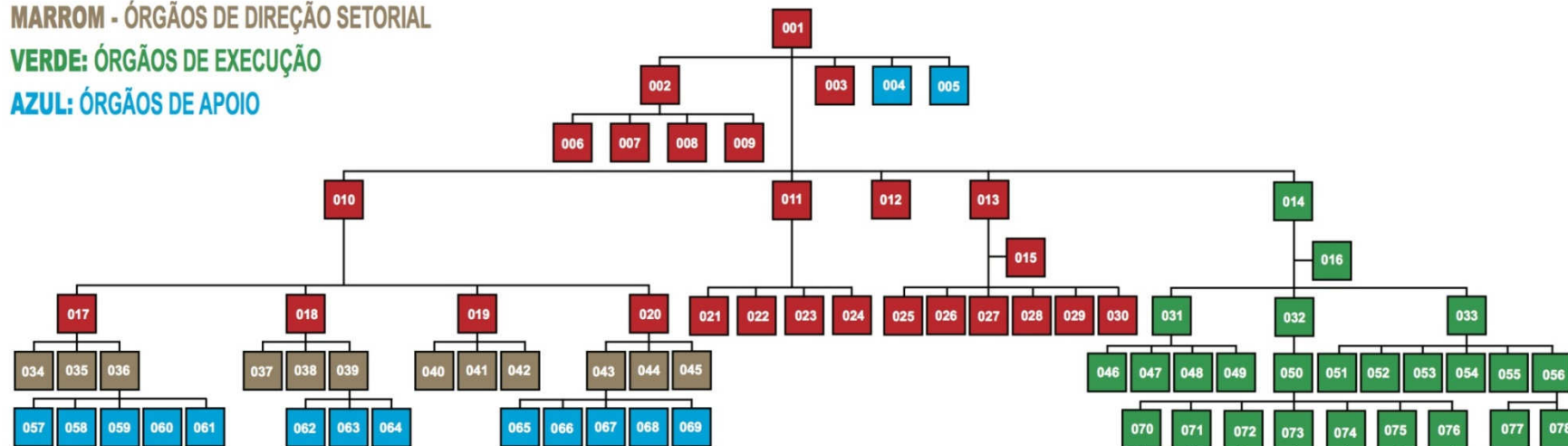
Anexo 1 do BG nº 154 de 18 de agosto de 2010

**VERMELHO - ÓRGÃOS DE DIREÇÃO GERAL**

**MARROM - ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL**

**VERDE: ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO**

**AZUL: ÓRGÃOS DE APOIO**



## LEGENDA

- 001. Comando Geral
- 002. Gab Comandante Geral
- 003. Alto Comando
- 004. Centro de Comunicação Social
- 005. Centro de Inteligência
- 006. Instituto
- 007. Assistência Técnica e Administrativa
- 008. Assessoria Parlamentar
- 009. Assessoria Jurídica
- 010. Subcomando Geral
- 011. Controladoria
- 012. Ajudância Geral
- 013. Estado Maior Geral
- 014. Comando Operacional
- 015. Secretaria
- 016. Assessoria Legis, Justiça e Disciplina
- 017. Dep de Recursos Humanos
- 018. Dep de Adm Logística e Financeira
- 019. Dep de Segurança Contra Incêndio
- 020. Dep de Ens, Pesq, Ciência e Tecnologia
- 021. Auditoria
- 022. Corregedoria
- 023. Ouvidoria
- 024. Núcleo de Custódia
- 025. Seção de Recursos Humanos
- 026. Seção de Logist, Orçamento e Finanças
- 027. Seção de Ens, Pesq, Ciência e Tecnologia
- 028. Seção de Seg C/ Incêndio e Emp Operac
- 029. Seção de Estatíst e Geoprocessamento
- 030. Seção de Legislação
- 031. Estado Maior Operacional
- 032. Subcomando Operacional

- 033. Unidades Especializadas
- 034. Dir Gestão Pessoal
- 035. Dir de Inativos e Pensionistas
- 036. Dir de Saúde
- 037. Dir Orçamento e Finanças
- 038. Dir Contratações e Aquisições
- 039. Dir Materiais e Serviços
- 040. Dir de Vitorias
- 041. Dir Estudos e Análise de Projetos
- 042. Dir de Investigação de Incêndio
- 043. Dir de Ensino
- 044. Dir de Pesq, Ciência e Tecnologia
- 045. Dir Tecnologia da Inform e Comuníc
- 046. Comand. de Recursos Humanos
- 047. Seç de Logística
- 048. Seç Emprego Operac e Estatística
- 049. Seç de Instrução
- 050. Unidades Multi Emprego
- 051. Grup Prev e Comb a Incêndio
- 052. Grup de Busca e Salvamento
- 053. Grup de Atend Emerg Pré-Hosp
- 054. Grup de Proteção Ambiental
- 055. Grup de Proteção Civil
- 056. Grup de Aviação Operacional
- 057. Policlínica Médica
- 058. Policlínica Odontológica
- 059. Centro de Assist Bombeiro Militar
- 060. Centro de Capacitação Física
- 061. Centro de Perícias Médicas
- 062. Centro Manut de Equip e Viaturas
- 063. Centro Obras e Manutenção Predial
- 064. Centro de Suprimento e Material

- 065. Academia de Bombeiro Militar
- 066. Centro de Estudos, Polít Estratég, e Doutrina
- 067. Centro de Form e Aperf de Praças
- 068. Centro de Treinamento Operacional
- 069. Centro de Orient e Superv do Ensino Assist
- 070. Comando de Área I
- 071. Comando de Área II
- 072. Comando de Área III
- 073. Comando de Área IV
- 074. Comando de Área V
- 075. Comando de Área VI
- 076. Comando de Área VII
- 077. 1º Esquadrão de Aviação Operacional
- 078. 2º Esquadrão de Aviação Operacional
- 079. 1º GBM Brasília
- 080. 4º GBM Asa Norte
- 081. 14º GBM Cruzeiro
- 082. 15º GBM Asa Sul
- 083. 34º GBM Lago Norte
- 084. 39º GBM SAAN
- 085. 43º GBM SRTS
- 086. 45º GBM Sudoeste/Octogonal
- 087. 49º GBM Varjão
- 088. 2º GBM Taguatinga
- 089. 24º GBM Arniequeiras
- 090. 25º GBM Águas Claras
- 091. 46º GBM Taguatinga Sul
- 092. 47º GBM Taguatinga Norte
- 093. 50º GBM Vicente Pires
- 094. 3º GBM Setor Indústria e Abastecimento
- 095. 6º GBM Núcleo Bandeirante
- 096. 13º GBM Guarã I

- 097. 19º GBM Candangolândia
- 098. 21º GBM Riacho Fundo
- 099. 30º GBM Guarã II
- 100. 35º GBM Park Way
- 101. 40º GBM St Complementar Indust e Abast - Estrutural
- 102. 5º GBM Aeroporto
- 103. 10º GBM Paranoá
- 104. 11º GBM Lago Sul
- 105. 17º GBM São Sebastião
- 106. 32º GBM Itapuã
- 107. 33º GBM Jardim Botânico
- 108. 16º GBM Gama
- 109. 18º GBM Santa Maria
- 110. 20º GBM Recanto das Emas
- 111. 23º GBM Riacho Fundo II
- 112. 27º GBM Gama Oeste
- 113. 28º GBM Gama Sul
- 114. 36º GBM Recanto das Emas - Centro
- 115. 38º GBM Santa Maria Sul
- 116. 7º GBM Brazlândia
- 117. 8º GBM Ceilândia
- 118. 12º GBM Samambaia
- 119. 26º GBM Br 070
- 120. 31º GBM Incra VIII
- 121. 37º GBM Samambaia Centro
- 122. 41º GBM Setor de Indústria Ceilândia
- 123. 42º GBM Setor P Sul
- 124. 9º GBM Planaltina
- 125. 22º GBM Sobradinho
- 126. 29º GBM Grande Colorado
- 127. 44º GBM Sobradinho II
- 128. 48º GBM Vale do Amanhecer

Lei nº 8.255, 20nov1991 (LOB CBMDF, alterada pela Lei nº 12.086 em 06nov2009). Decreto nº 7.163, 29abr2010 (Altera o art. 10-B da Lei Nº 8.255). Decreto nº 31.817, 21jun2010 (Regulamenta o inciso II, do art. 10-B da Lei nº 8.255). Estudo da Matriz Operacional do CBMDF (Anexo 3 ao BG nº 142, 02ago2010). Metodologia de projeto da estrutura organizacional utilizada pela Seção de Legislação do EMG



## Organograma Funcional

A atual estrutura organizacional do CBMDF, conforme quadro acima, foi aprovada pela Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, e sobre a qual passamos a discorrer sobre as suas principais características.

Sendo uma Organização Militar, pautada pela hierarquia e disciplina, a estrutura é eminentemente vertical, onde cada setor tem uma correspondência acima e abaixo de sua jurisdição. Os setores, embora às vezes contidos em um mesmo nível hierárquico, não se relacionam diretamente, pois sempre terão que se reportar ao seu superior para então se relacionar com o outro setor.

Entretanto, as atividades de atendimento emergencial, vistorias técnicas, perícias de incêndio, dentre outros, não estão submetidas a este fluxo, de modo que qualquer cidadão poderá acionar diretamente as unidades da Corporação para aquelas situações em que a vida, o patrimônio e o meio ambiente estejam sob iminente perigo.

Assim, o organograma está dividido em ÓRGÃOS DE DIREÇÃO (cor vermelha e marrom), onde todos os esforços estão concentrados em proporcionar o suporte material e humano aos órgãos finalísticos, ÓRGÃOS DE APOIO (cor azul), responsáveis pelos serviços internos, tais como manutenção veicular e predial, capacitação, assistência médica e saúde e os ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO (cor verde), responsáveis pelo cumprimento das missões de finalísticas do CBMDF.

---

---

### 1.4 Macroprocesso Finalístico

---

---

As atribuições do CBMDF são definidas na Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, incrementadas pelo Decreto Federal nº 7.163, de 29/04/2010, e pelo Decreto Distrital nº 31.817, de 21/06/2010, a partir destes normativos legais, podemos definir os seguintes processos finalísticos:



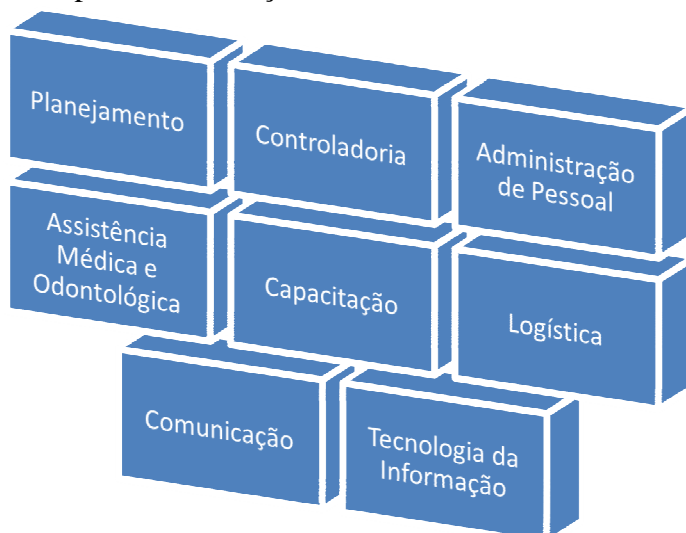
Para tanto, a Corporação dispõe de dois segmentos específicos para a execução desses processos. O primeiro é o Comando Operacional (COMOP) responsável atualmente pela execução das atividades de atendimento emergencial e pela realização de pesquisas técnico-científicas, por meio de seu Grupamento de Proteção e Combate a Incêndio (GPCIN). Por sua vez, o Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico (DESEG), executa as atividades relacionadas com as vistorias, análises de projetos de incêndio e perícias de incêndio.

---

## 1.5 Macroprocesso de Apoio

---

Compreendem as atividades desenvolvidas pelos órgãos de direção e de apoio, os quais visam tão somente garantir as condições adequadas para que os órgãos de execução disponham dos meios necessários para a consecução das atividades finalísticas da Corporação.



Os macroprocessos de apoio são conduzidos por todos os órgãos da Corporação não envolvidos diretamente nos processos finalísticos. Para tanto, a estrutura administrativa é estratificada resumidamente em Comando Geral, Estado-Maior-Geral, Departamentos, Diretorias e Centros, os quais são responsáveis pela gestão e execução das atividades meio.

---

## 1.6 Principais Parceiros

---

O CBMDF no desenvolvimento de suas atividades demanda pelo apoio de diversos órgãos componentes da estrutura administrativa do GDF e do próprio Governo Federal, de modo que destacam-se:

- a) Polícia Militar do Distrito Federal, em apoio aos mais diversos tipos de ocorrência;
- b) Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no apoio diuturno às equipes de atendimento emergencial;
- c) Defesa Civil do Distrito Federal, em apoio aos mais diversos tipos de ocorrência;
- d) Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), em apoio às ocorrências de atendimento pré-hospitalar;
- e) Departamento de Trânsito (DETRAN), em apoio aos acidentes de trânsito;
- f) Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, em ocorrências envolvendo produtos perigosos e incêndios florestais;
- g) Instituto Chico Mendes (ICMBio), em apoio em ocorrências de incêndio florestal em unidades de conservação ambiental localizadas no Distrito Federal;
- h) Secretaria de Esportes do Distrito Federal, em apoio à realização dos eventos esportivos promovidos pela Corporação.

## **2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013**

Abaixo estão os itens que não foram preenchidos, juntamente com as respectivas justificativas:

- O subitem 2.2.2 – Objetivos, parte integrante do item 2.2, Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados não foi preenchido, pois considerando que o orçamento designado ao CBMDF é classificado como 0903 – Operações Especiais, não há metas físicas consignadas às suas ações e portanto, a resposta do item fica comprometida;
- O subitem 2.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS não foi preenchido, pois como a UJ é responsável pela execução integral das suas ações consignadas no orçamento, cabe apenas o preenchimento do Quadro 2.2.3.1;
- O subitem 2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a pagar não processados – OFSS, não foi preenchido, pois o CBMDF não teve execução de restos a pagar em ações não previstas na LOA 2013;
- O subitem 2.2.3.4 – Ações – Orçamento de Investimento não foi preenchido, pois a Corporação não executa Orçamento de Investimento.

---

---

### **2.1 Planejamento da unidade**

---

---

O Planejamento Estratégico caracteriza-se como um processo de ação gerencial que pretende assegurar à organização, senso de direção, continuidade a médio e longo prazo, sem prejuízo de sua flexibilidade e agilidade nas ações cotidianas.

O planejamento das ações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para o exercício de 2013 foi feito com base no Plano Estratégico de 2011 a 2016.

No ano de 2013, alvo do presente Relatório de Gestão, foram envidados esforços pela Corporação para uma atualização do Plano Estratégico para o período de 2013-2016 (Portaria nº 47, de 20 dez 2013), utilizando-se da metodologia do *Balanced Scorecard* com o objetivo de melhor tradução da estratégia, por intermédio de suas quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos, aprendizado e crescimento. O ano de 2013 foi incluso devido à necessidade de se vislumbrar de forma consistente as ações estratégicas já planejadas, presentes nos planos táticos da Corporação, permitindo o melhor planejamento dos anos subsequentes. Desta forma a atualização do Planejamento Estratégico do CBMDF 2013- 2016, será utilizada no presente relatório por permitir, a melhor visualização das ações estratégicas consolidadas.

O Planejamento Estratégico em tela está em conformidade com as diversas missões institucionais definidas na legislação vigente, bem como o Plano Plurianual 2012-2015 do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 4.742, de 29 dez. 2011, conforme quadro abaixo:

UO (SIGGO)	PROGRAMA	AÇÃO PREVISTA - 2013	AÇÕES ESTRATÉGICAS
24104 CBMDF	6217 - Segurança Pública.	Capacitação de servidores.	6.1, 6.2 e 6.4.
24104 CBMDF	6217 - Segurança Pública.	Construção de quartéis.	1.10
24104 CBMDF	6217 - Segurança Pública.	Reforma de quartéis.	1.10
24104 CBMDF	6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania.	Bombeiro Amigo.	1.17
24104 CBMDF	6223 - Desenvolvimento Integral da Infância, Adolescência e Juventude.	Bombeiro Mirim.	1.16
24104 CBMDF	6217 - Segurança Pública.	Modernização e reequipamento das unidades de segurança pública.	1.4, 1.5, 1.11 e 1.12
24905 FUNCBM	6217 - Segurança Pública.	Modernização e reequipamento das unidades de segurança pública.	1.4, 1.5, 1.11 e 1.12

Fonte: SELOF/EMG

Para melhor analisar a implementação da Estratégia é necessário conhecer os principais itens do Plano Estratégico da Corporação, os quais estão resumidos no Mapa Estratégico, como se segue:

**ANEXO A – QUADRO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS**

MAPA ESTRATÉGICO 2013-2016



Fonte: Plano Estratégico 2013-2016 CBMDF

Os objetivos estratégicos da Corporação são:

<b>1. Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade</b>	<b>2. Otimizar a gestão estratégica da Corporação</b>
Visa buscar a atenção prioritária ao cidadão e à sociedade na condição de usuários de serviços públicos e destinatários das ações efetivadas pela Instituição.	Visa otimizar a gestão estratégica da Corporação, buscando atingir níveis de excelência na prestação dos serviços de competência da Instituição.
<b>3. Otimizar o atendimento assistencial e social prestado pela Instituição</b>	<b>4. Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação</b>
Visa otimizar o atendimento assistencial e social prestado pela Instituição ao público externo e aos seus militares da ativa, da reserva, seus dependentes e pensionistas.	Visa otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e da Comunicação.
<b>5. Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação</b>	<b>6. Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros</b>
Visa obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à área de atuação dos Corpos de Bombeiros (incêndio, busca, salvamento e atendimento pré-hospitalar).	Visa obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros militares.
<b>7. Otimizar a gestão orçamentária e financeira da Corporação</b>	
Visa otimizar a gestão orçamentária e financeira, buscando gerir de forma eficaz e eficiente os recursos públicos repassados à Corporação.	

Para cada objetivo estratégico existem várias ações estratégicas, as quais contam com a sua justificativa, recursos financeiros necessários, indicador e meta para o determinado ano. A seguir serão relatadas as ações estratégicas com execução orçamentária em 2013.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO Nº 1**

### **OBTENÇÃO DE EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PRESTADOS A COMUNIDADE**

**Ação 1.4** Modernizar a frota terrestre destinada à prestação de serviços emergenciais de salvamento.

**Objetivo:** Ampliar a capacidade operacional de salvamento.

**Análise:** As atividades de salvamento representam um dos segmentos mais importantes da rotina operacional desenvolvida pela Corporação. Neste sentido, foram realizados investimentos importantes no ano de 2013, os quais resultaram na aquisição de 22 viaturas de emprego misto (salvamento e combate a incêndio), com entrega prevista para meados de 2014, a custo aproximado de 37 milhões de reais.

Neste sentido, busca-se manter 80% da frota de salvamento com menos de 5 anos de uso, o que ainda demandará novos investimentos nos anos vindouros.

**Ação 1.5** Modernizar a frota terrestre destinada à prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar.

**Objetivo:** Ampliar a capacidade operacional de atendimento pré-hospitalar.

**Análise:** O atendimento pré-hospitalar apresenta uma incessante demanda e alta quilometragem rodada diariamente no Distrito Federal, impactando assim, na vida útil dos equipamentos. Desta maneira, o objetivo é ampliar, porém para ampliar é necessário manter o que já foi conquistado, constituindo-se em um grande desafio, a manutenção diuturna de uma Unidade Resgate (ambulância) em cada unidade de bombeiro.

Desta maneira, buscou-se priorizar essa área, com a aquisição de 32 novas ambulâncias, o que assegurará uma frota com mais de 90% das ambulâncias com tempo de uso inferior a 5 anos, bem como todas as unidades de bombeiro providas deste recurso operacional.

**Ação 1.10** Modernizar e ampliar a infraestrutura de aquartelamentos destinados à prestação de serviços de atendimento a emergências.

**Objetivo:** Ampliar a capacidade operacional de prestação de serviços de atendimento a emergências.

**Análise:** A Corporação possui várias edificações estruturalmente inadequadas, tanto pelos severos anos de utilização, como também pela concepção original do projeto, de modo que muitas delas não comportam adequadamente ao efetivo atual, não dispendo do suporte e abrigo adequado às necessidades operacionais de hoje. Em 2013 foram feitas grande parte de obras e reformas, modernizados vários quartéis, ampliando a capacidade operacional e melhorando a infraestrutura, como se segue:

- 37º GBM, Samambaia - 100% concluído;
- 32º GBM, Recanto das Emas – 100% concluído;
- 10º GBM, Paranoá – 100% concluído;
- 18º GBM – Santa Maria – 100% concluído;
- 21º GBM – Riacho Fundo- 100% concluído;
- 7º GBM – Brazlândia – 50% concluído;
- 17º GBM – S. Sebastião – 30% concluído;
- 34º GBM – Lago Norte – 100% concluído;
- 41º GBM – Ceilândia (BR070) – 100% concluído;
- 45º GBM – Sudoeste – 100% concluído.

**Ação 1.11:** Prover todo o efetivo de EPI adequado à realização dos serviços de atendimento a emergência de sua responsabilidade.

**Justificativa:** Prover o EPI adequado à realização do serviço, reduzindo os riscos de acidentes nas operações de socorro e melhorando a eficiência de atuação.

**Análise:** A segurança do profissional envolvido nas atividades operacionais da Corporação será sempre uma prioridade, pois é inconcebível expor tais profissionais aos riscos advindos da execução das atividades de combate a incêndio, salvamento e atendimento pré-hospitalar sem a proteção adequada.

De modo a salvaguardar a integridade física dos bombeiros militares, foram investidos R\$ 5 milhões na aquisição de mais de 11 mil itens de proteção individual para os bombeiros, tais como botas, capacetes, luvas, dentre outros.

**Ação 1.12** Ampliar e modernizar a logística operacional, contemplando manutenção de viaturas e edificações operacionais, além de outras ações de logística necessárias a prestação dos serviços de atendimento a emergências em geral.

**Justificativa:** Garantir a disponibilização dos meios necessários para realização das atividades de emergência em geral.

**Análise:** A atividade fim do CBMDF é tipicamente emergencial, e prestada ao cidadão, para tanto a Corporação sempre deve estar preparada para atuar nas diversas áreas de socorro de forma imediata, dispondo do pronto emprego de seus recursos, no tempo, no lugar e com a qualidade necessária demandada pelas equipes de atendimento.

Neste sentido a estratégia da Corporação é garantir a sua capacidade operacional, por meio da constante manutenção e modernização de seus aparelhos.

**Ação 1.16** Assistir 1500 crianças e adolescentes em condição de risco por meio dos projetos sociais existentes na Corporação anualmente.

**Objetivo:** Atuar junto à sociedade visando à evolução da cultura de prevenção de incêndios e acidentes.

**Análise:** O CBMDF considera como estratégica a ampliação de seus objetivos sociais, para contribuir para a formação de futuros cidadãos, transmitindo a estes os valores da Corporação, como por exemplo, a cultura de prevenção de incêndios e acidentes.

É uma ação que não envolve recursos do FCDF.

**Ação 1.17** Assistir 800 idosos por meio dos projetos sociais de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população desta faixa etária anualmente.

**Objetivo:** Atuar junto à sociedade visando à internalização da cultura de prevenção de incêndios e acidentes.

**Análise:** É uma forma de contribuir com a melhoria da qualidade de vida do idoso e reduzir o número de acidentes domésticos, bem como disponibilizar um ambiente saudável de convivência daqueles que já deram a sua contribuição para o desenvolvimento da nação.

É uma ação que não envolve recursos do FCDF.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO Nº 2 OTIMIZAR A GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRATIVA DA CORPORAÇÃO**

O CBMDF possui o seu Plano Estratégico desde 2006, onde foi identificada sua missão e estabelecido suas políticas corporativas, seus objetivos estratégicos e a visão de futuro desejada, em 2010 o plano estratégico foi revisado para o período de 2011 a 2016, mantendo-se a metodologia Grumbach da Brainstorming.

Neste objetivo, a ação realizada em 2013 consistiu na atualização do Plano Estratégico do CBMDF, com o uso do *Balanced Scorecard*, como já citado. A virtude de tal ação se encontra na melhor tradução da estratégia, propiciando o atingimento dos objetivos, por meio da implementação das ações, e ainda a melhoria do controle, por permitir a medição do desempenho estratégico. A atualização também possibilita a evolução do planejamento para o período dos

próximos anos, produzindo uma melhoria qualitativa na gestão estratégica e administrativa da instituição.

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO Nº 3** **OTIMIZAR O ATENDIMENTO ASSISTENCIAL E SOCIAL PRESTADO PELA INSTITUIÇÃO.**

**Ação 3.2** Ampliar e modernizar as instalações de assistência à saúde física e mental dos bombeiros, dependentes e pensionistas.

**Objetivo:** Garantir o suporte adequado à saúde dos bombeiros e seus beneficiários, prevenindo e tratando doenças, reduzindo o índice de absenteísmo e melhorando por consequência a efetividade dos serviços prestados a sociedade.

**Análise:** No período de maio de 2009 e abril de 2010 foram realizados pela Policlínica do CBMDF 178.858 atendimentos, incluindo consultas, exames laboratoriais, tratamento fisioterápico, cirurgias, além de outros. Infelizmente, a demanda existente e a estrutura física já não são mais compatíveis, de modo que alguns setores não estão em funcionamento pleno devido à falta de requisitos estruturais mínimos para o exercício ético e legal dos profissionais da saúde.

Diante dessa realidade, optou-se em um primeiro momento pela terceirização na realização de procedimentos médicos e hospitalares. Contudo, os custos são elevados.

Assim, a modernização e ampliação da estrutura da Policlínica tornaram-se imperativos, pois contribuirão para a sustentabilidade do sistema de saúde, ofertando um atendimento de qualidade aos militares, dependentes e pensionistas, a um custo adequado.

Como consequência, a Corporação está investindo R\$ 24 milhões, distribuídos ao longo dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014 na construção de sua Policlínica, de modo que em 2013 concluiu-se 75% da obra, com previsão do término das obras no segundo semestre de 2014.

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO Nº 4** **OTIMIZAR O EMPREGO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO**

**Ação:** Diversas.

**Objetivo:** Informatizar diversos processos existentes na Corporação.

**Análise:** Com o fenômeno da era digital, principalmente devido a internet, a sociedade atual aprendeu a desenvolver tarefas cotidianas com o uso da informática, obtendo maior acesso e rapidez no acesso à informação e melhoria na gestão de seu tempo.

Decerto há uma demanda institucional recorrente quanto à necessidade de utilização de softwares na gestão de diversos processos internos, em diversas áreas, como gestão de pessoas, de materiais, da saúde, viaturas, dentre tantas outras.

Assim, o atual Plano Estratégico contempla um leque de 17 ações específicas que visam o desenvolvimento ou modernização de softwares, de modo a possibilitar uma melhor eficiência na rotina administrativa.

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO Nº 5** **OBTER A EXCELÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO.**

O CBMDF possui em sua estrutura uma Diretoria de Pesquisa, Ciência, e Tecnologia responsável pelo desenvolvimento de pesquisas nas áreas de atuação fim da Corporação. As ações



estratégicas relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas estão em fase de planejamento, sendo elas: desenvolvimento de pesquisas relativas ao comportamento do fogo e ao combate a incêndios, desenvolvimento de pesquisas na área de salvamento, desenvolvimento de pesquisas na área de atendimento pré-hospitalar, desenvolvimento de pesquisas na área de investigação de incêndio. Todas as linhas estão previstas para serem implementadas a partir de 2014.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO Nº 6 OBTER A EXCELÊNCIA NA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE BOMBEIROS**

O Sistema de Ensino Bombeiro Militar (SEBM) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem por finalidade qualificar os recursos humanos necessários à ocupação de cargos previstos e ao desempenho de funções definidas na estrutura organizacional do CBMDF, ele baseia-se na garantia do padrão de qualidade, na profissionalização contínua, na valorização da doutrina e das competências militares e na valorização do instrutor e do profissional de ensino.

O CBMDF tem buscado a excelência na formação e capacitação de seus militares, por meio dos seus cursos internos de formação, especialização e aperfeiçoamento, e também ofertando curso superior as praças que ainda não o possuem e capacitando os bombeiros em diversos segmentos necessários as atividades administrativas e operacionais da Corporação.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO Nº 7 OTIMIZAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CORPORAÇÃO**

A Gestão orçamentária e financeira da Corporação tem como ação estratégica e meta principal a execução total dos recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), do GDF e de convênios, procurando assim maximizar a eficiência no gasto público, garantindo o pleno funcionamento das atividades, e o atendimento da sociedade com qualidade.

Neste sentido, o CBMDF vem envidando esforços de racionalizar os processos de aquisições e, por meio do seu planejamento, garantindo o cumprimento de sua missão institucional, e evoluindo ano a ano em sua gestão administrativa.

---

### **2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

---

O processo de planejamento institucional e execução dos recursos do FCDF apresentam uma dificuldade adicional, uma vez que, de um lado, no orçamento da União, dispomos dos recursos classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Subfunção “845 - Outras transferências”, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicos, mas apenas ações genéricas, que não agregam nenhum produto à União, cujo exclusivo intuito é efetuar a transferência do recurso, que são executados de forma global, por grupo de natureza de despesa (GND). De outro lado, no orçamento anual do GDF, não dispomos de programas, ações, produtos e metas específicos a orientar o gasto dos recursos do FCDF, visto que os recursos desse fundo não integram esse orçamento anual.

Assim, o Fundo Constitucional do Distrito Federal é considerado para o Orçamento Federal como despesas de agregação neutra e por essa razão os programas a ele associados são do tipo “operações especiais”, com isso, suas ações constam apenas da LOA, não integrando o PPA do governo federal. No entanto, por determinação do Governo do Distrito Federal, o orçamento destinado ao Fundo Constitucional do Distrito Federal faz parte do PPA do GDF, porém não integra a sua Lei Orçamentária Anual, criando um fator complicador de vinculação entre o PPA e LOA.

Contudo, a participação do GDF na manutenção do CBMDF é mínima, sendo praticamente todas as despesas arcadas pelo FCDF, tornando o acompanhamento das ações

previstas no PPA, **via sistema é inexecuível**, uma vez que as ações previstas no PPA-GDF não estão e também não deveriam estar contidas no SIAFI.

O CBMDF tem buscado ao longo dos anos estabelecer um plano de aplicação de recursos financeiros, cujo processo de elaboração inicia-se sempre no primeiro trimestre do ano anterior e finda em 31/12 do ano subsequente. Infelizmente, a execução do Plano de 2013 demonstra que ainda é necessário um esforço institucional para que aquilo que foi planejado seja de fato executado.

## 2.2.1 Programa Temático

### Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	0903				
Título	Operações Especiais - Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		1.046.330.001,00	1.138.680.388,00		
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total		1.046.330.001,00	1.138.680.388,00		
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
1.138.655.179,82	1.096.872.361,91	1.020.440.817,81	76.431.544,10	41.781.868,81	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	70.968.352,60	58.805.351,74	58.805.351,74	-5.161.049,64	7.001.951,22
Processados	132.502,46	0,00	0,00	-132.502,46	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: SIAFI DIOFI

Considerando que o orçamento destinado à Corporação é classificado pelo MTO como “Operações Especiais”, o CBMDF não compõe o PPA da União e com isso não cabendo calcular a alínea “d” do presente quadro.

Como a Corporação não recebe orçamento de investimento, a alínea “i” não foi respondida.

#### 2.2.1.1 Análise Situacional

Em uma situação ímpar em nosso sistema de planejamento governamental, os recursos do FCDF (que são federais) foram inclusos no PPA 2012-2015 do GDF, porém como os recursos do Fundo não integram o Orçamento Distrital, acaba ocorrendo um descompasso entre a LOA Distrital e o PPA, no que tange aos recursos do FCDF.

Assim, o PPA relativo ao exercício de 2013 do Governo do Distrito Federal apresentou os seguintes programas e ações relacionadas ao CBMDF com estimativa de recursos provenientes do FCDF.

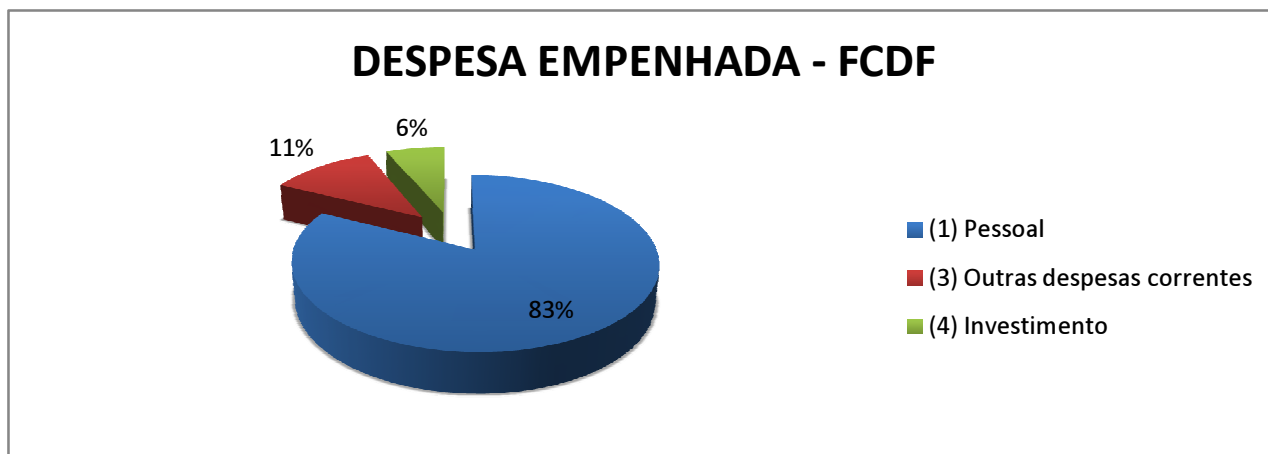
CÓDIGO	PROGRAMA	AÇÃO	NOME	OUTRAS FONTES
0001	Programa para operação especial	9004	Encargos previdenciários do Distrito Federal	416.920.124,00
6008	Gestão, manutenção e serviços ao Estado - Segurança Pública	4057	Assistência Médica	48.000.000,00
6008	Gestão, manutenção e serviços ao Estado - Segurança Pública	8504	Concessão de benefícios a servidores	42.216.009,00
6217	Segurança Pública	1471	Modernização de sistema de informação	60.000,00
6217	Segurança Pública	1474	Construção de quartéis	40.000.000,00
6217	Segurança Pública	1482	Reforma de quartéis	9.726.471,00
6217	Segurança Pública	3029	Modernização e reequipamento das unidades de segurança pública	62.280.000,00
6217	Segurança Pública	3175	Implantação do museu	700.000,00
6217	Segurança Pública	3678	Realização de eventos	300.000,00
6217	Segurança Pública	4088	Capacitação de servidores	3.000.000,00
6217	Segurança Pública	8502	Administração de pessoal	699.021.645,00
6217	Segurança Pública	8517	Manutenção de serviços administrativos gerais	46.000.000,00
6221	Educação Básica	4150	Manutenção de unidade de ensino	1.500.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.369.724.249</b>

Funcional	Subtítulo	Dotação Inicial	Dotação Final
28.845.0903.0032.0053	MANUTENÇÃO CBMDF	761.257.797,00	751.924.388,00
28.845.0903.00F2.0053	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DO CORPO DE BOMBEIROS	316.530.380,00	334.980.380,00
28.845.0903.00FE.0053	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO CORPO DE BOMBEIROS	54.373.800,00	49.673.800,00
28.845.0903.00FF.0053	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES DO CORPO DE BOMBEIROS	2.351.820,00	2.101.820,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.134.513.797</b>	<b>1.138.680.388</b>

Fonte: SIGA BRASIL

VALORES			
GND	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPEZA EMPENHADA
1 – Pessoal	936.098.690	965.598.690	959.586.374,8
3 – Outras despesas correntes	146.335.974	141.835.974	131.346.784
4 – Investimento	104.084.337	76.750.928	73.171.692,86
<b>Total</b>	<b>1.186.519.001</b>	<b>1.184.185.592</b>	<b>1.164.104.852</b>

Fonte: SIGA BRASIL



Fonte: SIGABRASIL

O PPA do GDF **contemplou os recursos provenientes do FCDF**, havendo assim uma redução 15,44% na expectativa de alocação de recursos orçamentários. Assim, considerando a dotação inicial do FCDF, a alocação de recursos foi definida no âmbito do CBMDF, por meio do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros – PARF/2013/UG CBMDF, o qual nesta análise não contempla as despesas com pessoal e assistência médica, uma vez que a LOA tanto federal, quanto distrital, não entram sintonia com o PPA do GDF. A primeira tem os recursos, mas não os programas. A segunda tem os programas, mas não tem os recursos do FCDF.

PROGRAMA Ação	DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
<b>6008.</b>	<b>Gestão, manutenção e serviços ao Estado</b>		
<b>8504.</b>	Concessão de benefícios a servidores	19.977.621,41	12.309.905,52
<b>6217.</b>	<b>Segurança Pública</b>		
1471.	Modernização de sistema de informação	1.324.067,61	1.004.882,09
1474.	Construção de quartéis	4.824.435,52	3.304.709,86
2557.	Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação	2.177.000,00	259.000,00
3029.	Modernização e reequipamento das unidades de Segurança Pública	61.606.007,69	42.269.276,45
3678.	Realização de eventos	102.441,70	43.894,70
4088.	Capacitação de servidores	4.100.696,92	3.551.240,84
8517.	Manutenção de serviços administrativos	27.628.166,77	22.397.803,46
<b>Total</b>		<b>101.762.816,21</b>	<b>72.830.807,4</b>

Fonte: SELOF/EMG

Entretanto, ao longo de todo o exercício de 2013 foram necessárias diversas alterações em relação ao plano inicial, em virtude:

a) Aumento salarial, concedido aos integrantes do CBMDF, conforme Lei nº 12.084, de 24 de abril de 2013, sendo necessário alocação de recursos que seriam aplicados em investimentos para despesas com pessoal;

b) Ingresso de novos militares;

c) Variação cambial;

d) Dificuldade de parte dos órgãos setoriais em elaborar adequadamente seus projetos básicos;

e) Em decorrência do cenário instável ao longo de 2013, ocorreram indefinições pontuais quanto a determinadas aquisições, como por exemplo, a compra de uma nova aeronave de asa rotativa.

Como consequência destes resultados, houve a necessidade de realocação dos recursos orçamentários, a fim de garantir a manutenção da Corporação e os investimentos prioritários.

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do CBMDF possuiu um total de 146 ações, abrangendo as despesas de custeio e investimento, e excluindo as despesas da Assistência Médica e de Pessoal. Deste total, 49 ações foram canceladas e 44 novas ações foram inclusas, em virtude da necessidade de ajustamento do plano aos contingenciamentos ocorridos em 2013.

## 2.2.2 Ações

### 2.2.2.1 Ações - OFSS

**Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>00FE Tipo: Operações Especiais</b>					
<b>Título</b>	Auxílio Alimentação aos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal					
<b>Programa</b>	Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica					
<b>Unidade Orçamentária</b>	73901					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
54.373.800,00	49.673.800,00	49.672.142,51	49.672.142,51	45.500.344,85	4.171.797,66	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de Auxílio Alimentação para os Militares do CBMDF		Servidores Beneficiados	6.971		6.588	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
***	***	***	***	***	***	

Fonte: CONOR/SIAFI

A quantidade efetivada da ação acima foi a de servidores ativos beneficiados na quantidade de 6.332 mais o quantitativo de militares que retornaram da Reserva Remunerada a título de Programa de Trabalho por Tempo Certo (PTTC) no total de 256, o que totaliza um montante de 6.588 servidores.

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>00FF Tipo: Operações Especiais</b>					
<b>Título</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal					
<b>Programa</b>	Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica					
<b>Unidade Orçamentária</b>	73901					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.351.820	2.101.820	2.093.027,75	2.093.027,75	1.823.089,25	269.938,50	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Pagamento de Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores do CBMDF</b>		<b>Crianças Atendidas</b>	<b>2.063</b>			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>37.151,75</b>	<b>37.151,75</b>	<b>0,00</b>	***	***	***	

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>00F2 Tipo: Operações Especiais</b>					
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal					
<b>Programa</b>	Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica					
<b>Unidade Orçamentária</b>	73901					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
316.530.380	334.980.380	334.980.380,00	334.978.032,41	309.028.340,86	25.949.691,55	2.347,59
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não se Aplica		Não se aplica	***	***	**	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
30.730,90	30.152,46	578,44	***	***	***	

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>0032 Tipo: Operações Especiais</b>					
<b>Título</b>	Manutenção do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal					
<b>Programa</b>	Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica <b>Código: 0903 Tipo: Operações Especiais</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	73901					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
761.257.797	751.924.388	751.908.680,46	710.129.159,24	664.089.042,85	46.040.116,39	41.779.521,22
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Não se aplica		Não se aplica	Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
70.900.469,95	58.738.047,53	5.160.471,20				

Fonte: CONOR/SIAFI

O valor dos Restos a pagar não processados de exercícios anteriores foi obtido a partir da inscrição de 2012 no valor de R\$ 63.401.865,89; somado aos valores reinscritos de R\$ 7.498.604,06. Além disso, permaneceram a pagar para o próximo exercício o valor de R\$ 7.001.951,22.

### 2.2.2.2 Análise Situacional

A segurança pública é composta por diversos segmentos, dentre os quais o Corpo de Bombeiros, encontra-se inserido e cuja missão precípua é a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente.

O ano de 2013, como nos anos anteriores, não foi diferente a atuação da Corporação, a qual diuturnamente procurou atender a comunidade do Distrito Federal da melhor maneira possível.

Para tanto, investimentos são realizados para que de fato possamos deter capacidade operacional para atender o rol de ocorrências diversificado nas quais somos demandados diariamente.

Do ponto de vista dos meios, foi um ano de importantes investimentos, nos quais pudemos ampliar a nossa capacidade de atendimento.

Inicialmente é importante destacar o recebimento de 30 viaturas de combate a incêndio urbano, 5 escadas mecânicas e 25 viaturas de combate a incêndio florestal. Estas viaturas, apesar de terem sido adquiridas em exercícios financeiros anteriores, foram entregues e recebidas em 2013, passando a compor o poder operacional disponível da Instituição.

O ano de 2013 foi um ano no qual as atividades de Produtos Perigosos e Salvamento foram as grandes áreas priorizadas com investimentos, bem como o ingresso de novos militares.

#### 2.2.2.2.1 Ingresso de Militares

A renovação do efeito, mesmo que abaixo das necessidades, é algo merecedor de destaque. Assim, em 2013 a Corporação conseguiu garantir o ingresso de 575 novos bombeiros,

assim distribuídos:

- 9 militares matriculados no Curso de Formação de Oficiais Combatentes;
- 40 aspirantes-a-oficial dos quadros de médicos, dentistas e complementares,
- 525 praças matriculados no Curso de Formação de Praças.

#### 2.2.2.2.2 Capacidade Operacional de Atendimento

### EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Dentre as competências legalmente atribuídas ao CBMDF figuram atividades de alto grau de risco como a extinção de incêndios, serviços de busca e salvamento, prestação de socorro em sinistros e serviços de atendimento pré-hospitalar.

Não por acaso, o juramento prestado pelos bombeiros militares ao ingressar na Corporação traduz a grandeza e a gravidade da carreira que abraçaram:

Ao ingressar no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente aos serviços profissionais e à segurança da comunidade, mesmo com o sacrifício da própria vida.

Assim, é dever do CBMDF procurar garantir a incolumidade física de seus militares, os quais constituem o maior patrimônio da Corporação. A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI tecnicamente adequados e em número suficiente se apresenta como dever primeiro do sistema logístico do CBMDF, entendimento este consolidado pelo Comando Geral já no primeiro artigo da Portaria 32 de 15 de dezembro de 2010:

§ 3º A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual é de caráter urgente e prioritário em relação ao rol anual de compras e contratações realizadas pelo CBMDF.

Durante as atividades de salvamento, emergências pré-hospitalares e combate a incêndios pelos integrantes do CBMDF é comum que estes fiquem expostos aos mais diversos fatores de risco tais como: temperaturas elevadas, correntes elétricas, objetos cortantes ou perfurantes, queda de materiais sólidos e queda de líquidos aquecidos ou corrosivos.

Sem o equipamento adequado, a permanência do militar no teatro de operações é na maioria das vezes impraticável, comprometendo com isso a eficácia e eficiência no combate que está sendo executado, expondo ainda o bombeiro ao perigo.

Deste modo, ao longo de 2013, foram adquiridos os seguintes equipamentos para a proteção individual do bombeiro:

ITEM	EQUIPAMENTO	QUANT.
	<b>EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL</b>	
01	Botas para combate a incêndio	1740
02	Botas para motociclista	60
03	Botas de cano longo PVC	70
04	Capacetes de motociclista	80
05	Capacetes de combate a incêndio	1180
06	Luvas de cano longo	85
07	Luvas de procedimento	55600
08	Luvas de salvamento	5645
09	Protetores faciais	65
10	Capacetes de salvamento	543
11	Macacões de proteção	112
12	Aventais de segurança	65

Fonte: SELOF/EMG



## **LÍQUIDO GERADOR DE ESPUMA (LGE)**

O LGE é um produto de conhecimento do CBMDF há várias décadas, entretanto a evolução tecnológica proporciona diversos tipos de LGE que podem ser empregados nos mais diversos tipos de incêndio e não somente nos incêndios com líquidos inflamáveis.

Com a chegada e emprego operacional das novas viaturas de combate a incêndio, adquiridas em 2011 e 2012, o CBMDF começou a contar a partir de 2013 com um dos sistemas mais modernos para combate a incêndio e amplamente utilizado na Europa e Estados Unidos, no qual a viatura contém um sistema próprio para geração de espuma para combate a incêndio de classes “A” e “B”. Cabendo ao operador do veículo, simplesmente a escolha da técnica a ser empregada.

A utilização de LGE propicia antes de mais nada uma maior rapidez na extinção de incêndios, redução na reignição e uma redução drástica na quantidade de água empregada durante a operação.

Assim, não se trata apenas de uma aquisição de um produto de consumo, mais uma mudança de doutrina na extinção de incêndios, a qual se consolidou em 2013.

Deste modo, foram investidos R\$ 571.351,05 na aquisição de 405 galões de LGE, para as classes de incêndio “A” e “B”.

## **DESENCARCERADORES**

Uma das ocorrências mais críticas atendidas pela Corporação é o acidente de trânsito no qual a vítima se encontra presa às ferragens. A complexidade desta ocorrência irá depender de alguns fatores, tais como tipo de veículo envolvido, o grau de deformação do veículo e o estado da vítima. A solução dependerá indubitavelmente do equipamento de desencarceramento disponível e do suporte médico adequado.

Neste sentido, a Corporação optou em 2013 garantir a manutenção a capacidade operacional de todas as equipes de atendimento para este tipo de ocorrência, investindo R\$ 6.470.030,00 na aquisição de 137 equipamentos de desencarceramento.

## **VIATURAS**

Viaturas de emprego misto são aquelas que podem ser utilizadas tanto para extinção de incêndios, como para salvamento, de pequena e média complexidade, sendo a versatilidade sua grande vantagem no emprego operacional.

Deste modo, a fim de garantir um melhor atendimento à população do Distrito Federal, o CBMDF continua envidando esforços no sentido de disponibilizar uma frota operacional compatível com as suas demandas.

Neste sentido, foram adquiridas em 2013, com previsão de entrega em março de 2014, 22 viaturas mistas de combate a incêndio e salvamento. Esta aquisição representa um investimento da ordem de R\$ 37.418.179,70.

Também foi adquirido ao final de 2013 uma escada mecânica de 25 m, a fim de atender a locais onde viaturas de maior porte não possam atuar, representando um investimento de R\$ 2,5 milhões.

## **PRODUTOS PERIGOSOS**

Segundo dados do Centro de Operações do CBMDF são atendidas em média 354 ocorrências ao ano, envolvendo incidentes que vão desde o manejo de Gás Liquefeito de Petróleo até acidentes rodoviários no transporte de Produtos Perigosos.

As ocorrências envolvendo Produtos Perigosos necessitam de materiais específicos devido à natureza da atividade, que lida com produtos químicos, biológicos e radioativos. Assim sendo, os equipamentos devem estar adequados às características particulares dos materiais envolvidos nas ocorrências, tais como:

1. Produtos químicos: ácidos, bases, gases, líquidos combustíveis, venenos e outros;
2. Produtos de natureza biológica, tais como vírus, bactérias e outros;

3. Produtos Radiológicos, tais como materiais radioativos utilizados na medicina e indústria.

Os materiais operacionais permanentes para o Serviço de Emergências com Produtos Perigosos (SAEPP) do CBMDF são compostos por equipamentos que visam: detectar, identificar, quantificar a presença de produtos perigosos em uma determinada cena assim como mensurar a área atingida, coletar amostra, assim como estancar vazamentos, realizar a descontaminação de locais e pessoas, realizar transbordo de produtos perigosos, armazenar temporariamente resíduos, assim como calibrar os equipamentos de detecção.

Deste modo, as aquisições realizadas visam prover o SAEPP de um sistema operacional que permita a realização de todas as etapas operacionais de uma ocorrência com produtos perigosos sendo elas:

- Isolamento
- Identificação
- Salvamento
- Contenção
- Descontaminação

Dentre os itens adquiridos destacam-se:

ITEM	EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADES COM PRODUTOS PERIGOSOS	QUANTIDADE
1	Vereld Biosystem TM	2
2	Sistema de detecção de nuvens de gases	1
3	Dosímetros eletrônicos cp, detector Geiger Muller interno	30
4	Detector óptico Hazmat ID 360	2
5	Detector óptico Responder RCI	3
6	Detectores de radioatividade Radseeker CS	4
7	Detectores químicos para gases tipo 1	4
8	Detectores químicos para gases tipo 2	2
9	Câmera de imagem térmica colorida	1
10	Bomba de diagrama de alta velocidade Spate PD 75	1
11	Coletor de vapor orgânico	6
12	Barreiras absorventes	200
13	Barreiras de contenção	20
14	Conjuntos de coleta de amostras	40
15	Caixas de batoques de madeira diversos	40
“	Conjuntos de batoques reutilizáveis em cloropreno	40
17	Conjuntos de luas metálicas para vedação	20
18	Cintos de tração	16
19	Enxadas antifaísca	20
20	Absorventes químicos tipo barreira para produtos corrosivos	200
21	Sacos de pó absorvente para derramamento de derivados de petróleo	300
22	Sensores para gás combustível	2
23	Sensores para gás oxigênio	2
24	Sensores para monóxido de carbono	2
25	Sensores de gás sulfídrico	2
26	Sensores para cloro	2
27	Sensores para amônia	2
28	Sensores para dióxido de enxofre	2

Fonte: SELOF/EMG

A aquisição destes equipamentos e de outros, correspondeu um investimento de R\$ 1.272.280 em materiais de consumo e R\$ 3.127.120 em materiais permanentes e representa uma ampliação da capacidade operacional exigida para grandes eventos, sejam eles esportivos, religiosos ou políticos.

### **ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR**

Uma das áreas de maior demanda da instituição teve investimentos expressivos do CBMDF, como a aquisição de 10 ambulâncias e diversos materiais de consumo imprescindíveis à atividade.

ITEM	MATERIAL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	QUANT
1	Umidificadores	100
2	Tesouras em L	300
3	Tirantes tipo aranha	200
4	Baterias para desfibrilador	400
5	Conjuntos de talas moldáveis	125
6	Pranchas de imobilização (pediátrico)	30
7	Bolsas de primeiros socorros	100
8	Eletrodos para desfibrilador	25
9	Imobilizadores de cabeça	830
10	Pranchas para transporte de vítimas	30
11	Ambulâncias	10

Fonte: SELOF/EMG

### **COMBATE A INCÊNDIO**

Com o advento da chegada das 25 viaturas de combate a incêndio florestal, houve a necessidade de equipá-las com os materiais necessários a sua operação, de modo que foram adquiridos os seguintes materiais:

ITEM	MATERIAL DE COMBATE A INCÊNDIO	QUANT
1	Mangueiras de incêndio	375
2	Adaptadores storz	100
3	Esguichos	150
4	Divisores	100

Fonte: SELOF/EMG

#### **2.2.2.2.3 Capacitação**

Quanto à capacitação, ao longo de 2013 o CBMDF disponibilizou 31 cursos aos seus integrantes, sendo que 42% dos cursos destinados à área administrativa, 35% pós-graduação, 16% cursos operacionais e 6% para tecnólogo, representando um investimento de R\$ 3,9 milhões.

Ao todo foram ou estão sendo capacitados 1093 militares, sendo que 3 cursos ainda terão continuidade em 2014.

Dentre os principais cursos destacam-se:

- Tecnólogo em Segurança Pública
- Pós-graduação em Direito Administrativo;

- Pós-graduação em Projetos, Execução e Controle de Estruturas e Fundações;
- Pós-graduação em Administração Pública;
- Pós-graduação em Gestão Ambiental;
- MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Curso Técnico em Enfermagem;
- Curso de formação de piloto de helicóptero.

---

## **2.3 Informações sobre outros resultados da gestão**

---

---

### **2.3.1 Colégio Militar Dom Pedro II (CMDP II)**

---

O Colégio é uma entidade de ensino preparatório e assistencial do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, criado por meio da Lei Distrital nº 2.393, de 7 de junho de 1999 e regulamentado pelo Decreto nº 21.298, de 29 de junho de 2000. Está situado na área da Academia de Bombeiro Militar “Cel. Osmar Alves Pinheiro”, no Setor de Áreas Isoladas Sul – Área Especial 03, Quadra 04 Lote 05.

Sendo uma escola de característica híbrida (pública e privada), foi inaugurada no dia 21 de fevereiro de 2000 com o propósito de oferecer o ciclo completo de aprendizagem, ou seja, a educação infantil, o ensino fundamental e médio, visando assim, à promoção de um ensino de qualidade por intermédio de uma educação transformadora e inovadora, preservando os princípios de civismo e patriotismo, bem como as tradições históricas do CBMDF, contribuindo para o desenvolvimento e formação do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

A sua concepção emanou de um antigo anseio da Corporação em viabilizar aos dependentes dos integrantes desta gloriosa instituição, um centro de ensino de excelência a um baixo custo, conforme está prescrito no inciso XII, do Art. 3º do Regulamento da Organização Básica do CBMDF - Decreto Distrital nº 16.036, de 04 de novembro de 1994, *in verbis*:

*“Art. 3 - Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal:”  
“XII - prestar assistência social, religiosa, jurídica, educacional e médico-hospitalar a seu pessoal e a seus dependentes”;*

O Colégio Militar Dom Pedro II teve esta denominação em homenagem ao patrono dos Corpos de Bombeiros, o Imperador Dom Pedro II, que em 2 de julho de 1856, no Estado do Rio de Janeiro, criou o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte.

O CMDP II não é contemplado com dotação orçamentária do governo para sua manutenção, de modo que o CBMDF mantém convênio com a Associação de Pais, Alunos e Mestres do Colégio Militar Dom Pedro II (APAM/CMDP II), a qual assina o Acordo de Prestação de Serviços Educacionais com os responsáveis dos alunos. A arrecadação oriunda desse Acordo é revertida na manutenção do CMDP II e na contratação de funcionários (professores, coordenadores e administrativo).

Em 2013, o CMDP II atendeu 2.368 crianças e adolescentes distribuídos nos 14 níveis que compõe a educação infantil, ensino fundamental e médio, de modo que ocorreu um aumento de 4,73% no número total de alunos em relação ao não de 2012, sendo que o maior aumento, de 10,72%, deu-se no ensino médio e o único que teve uma leve retração de 0,89% foi o ensino fundamental II.

TURMAS	ALUNOS POR SEGUIMENTOS	TOTAL	Δ%
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>			
Infantil IV	88	192	+ 7,26%
Infantil V	104		
<b>ENSINO FUNDAMENTAL I (1º ao 5º ano)</b>			
1º Ano	118	747	+7,17%
2º Ano	151		
3º Ano	168		
4º Ano	136		
5º Ano	174		
<b>ENSINO FUNDAMENTAL II (6º ao 9º ano)</b>			
6º Ano	204	892	-0,89%
7º Ano	221		
8º Ano	227		
9º Ano	240		
<b>ENSINO MÉDIO</b>			
1ª Série	229	537	+10,72%
2ª Série	161		
3ª Série	147		
<b>TOTAL</b>		<b>2.368</b>	<b>+4,73%</b>

Fonte: CMDP II

O ano de 2013 foi marcado por inúmeras conquistas do CMDP II, dentre as quais destacam-se:

- Campeão nacional na jornada de foguetes realizado em São Paulo
- 13 alunos medalhistas na Olimpíada Brasileira de Matemática
- 5 medalhistas na Olimpíada Brasileira de Física
- 10 medalhas na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica
- 10 medalhas na Olimpíada Brasileira de Foguetes
- 2º colocado nas escolas públicas de Brasília no ENEM (Exame Nacional do Ensino

Médio)

- 19º na classificação geral das escolas públicas e particulares do DF.
- 01 (uma) aluna classificada para etapa regional Soletrando 2012/2013 (Rede Globo)
- 05 (cinco) alunos classificados para o simulado da ONU/2013 representando nacionalmente o colégio.

### **2.3.2 Programa Bombeiro Mirim**

Criado pela Lei nº 2.449, de 24 de setembro de 1999 e regulamentado pelo Decreto nº 21.104 de 31 de março de 2000, o Programa Bombeiro Mirim destina-se a:

I - fornecer aos Brigadinos a oportunidade de completar sua educação, através do desempenho de práticas suplementares ao processo educativo, facultando aos mesmos um desenvolvimento mental, moral, social e físico, preparando-os para o exercício pleno de cidadania; e

II - mobilizar a sociedade, em geral, as instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, através de ações, incentivos e programas destinados a gerar soluções eficazes e canalizar recursos destinados a apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

Atualmente o Programa Bombeiro Mirim ministra suas instruções em 12 regiões administrativas (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Paranoá, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina), atendendo 1412 crianças e adolescentes ao longo de 2013.

Dentre os objetivos específicos para o Programa Bombeiro Mirim, está a orientação dos Brigadinos em noções de primeiros socorros e extinção de incêndios, legislação de trânsito,

prevenção de acidentes, doenças sexualmente transmissíveis, ecologia, práticas desportivas, cidadania.

A Portaria nº 51, de 5 de outubro de 2012 estabelece os procedimentos para ingresso e acompanhamento do programa de provimento alimentar institucional na modalidade pão leite e derivados, na forma dos artigos 20, 21, 22 e 23 do Decreto nº 33.329/2012.

---

### **2.3.3 Coleta Domiciliar de Leite Materno**

---

Programa em parceria com a Secretaria de Saúde, no qual atende 10 bancos de leite de diversos hospitais da rede pública de saúde, tendo realizado mais de 26 mil visitas domiciliares ao longo de 2013, bem como realizado a coleta de mais de 15 mil litros de leite materno, o que garantiu atendimento aos recém-nascidos em situação de risco, bem como proporcionou um pouco de alento a mães e pais neste momento difícil de suas vidas.

O programa Bombeiro-Mirim foi criado pela Lei nº 2.811 de 30/10/2001 e regulamentado pelo Decreto nº 23.237 de 23 de setembro de 2002, a fim de realizar atividades voltadas para a saúde global do idoso.

Seus principais objetivos são:

- Desenvolver atividades que visam o bem-estar físico, psicológico e social da pessoa na terceira idade;
- Promover mudanças significativas na qualidade de vida dos seus participantes, através do cuidado com a saúde integral;
- Oferecer à comunidade oportunidades para que o idoso permaneça integrado;
- Criar para o idoso um espaço de produtividade que dissemine uma cultura de respeito e valorização constantes e, assim, permita que o mesmo continue com seu papel ativo, produtivo, afetivo e cidadão.

---

### **2.3.4 Programa Bombeiro Amigo**

---

Atende idosos maiores de 60 anos, dentro das vagas e limites estabelecidos pelo Chefe dos Projetos Sociais e coordenadores militares de cada atividade.

Atividades oferecidas compreendem ginástica, artesanato, informática, canto, horta, dança e atividades externas (passeios), de modo que são atendidos 875 idosos ao longo de todo o ano.

As atividades internas do Programa Bombeiro Amigo funcionam em espaços considerados adequados pelos militares envolvidos. As dependências utilizadas incluíram: quadras e campos de esporte, pistas de corrida, salões, ginásios, salas de aulas, piscinas externas, entre outras.

As atividades internas incluíram:

- a) Atividades físicas: aulas de ginástica, alongamento, hidroginástica e esportes diversos, apropriados para pessoas com mais de 60 anos de idade;
- b) Atividades ocupacionais: aulas de artesanato, trabalhos manuais, cultivo de hortaliças (horta);
- c) Atividades culturais e pedagógicas: aulas de música, coral, dança, informática, palestras.

As atividades internas funcionaram em horários intercalados, nos períodos entre 7 e 17h, de segunda a sexta feira.

As atividades externas ocorreram em espaços, fora das unidades militares, considerados adequados para prática de esportes, visitação ou lazer. Incluíram quadras poliesportivas, centros de exposição de artesanato, salões de festa, parques recreativos, espaços culturais entre outros.

As atividades externas compreenderam a participação dos membros do Programa Bombeiro Amigo em atividades culturais, eventos públicos, atividades recreativas, festas, bailes dançantes, caminhadas, passeios, além de apresentações artísticas do grupo.

### 2.3.5 Indicadores

O objetivo primário de um indicador é o de acompanhar determinada vertente do desempenho de uma empresa ou entidade, permitindo comparar o resultado com metas pré-estabelecidas. Com o armazenamento histórico de resultados anteriores se torna possível responder questões relacionadas a como éramos, como somos e como queremos ser.

A Portaria nº 38, de 27 de setembro de 2013, revisou o rol de indicadores do CBMDF, com o objetivo principal de reduzir o rol de indicadores a um conjunto mais resumido e estratégico, e cuja periodicidade mensal dará início a uma série histórica sem precedentes, tornando possíveis análises mais profundas, inclusive com técnicas estatísticas mais complexas.

O núcleo das informações contidas em um indicador é o seu valor. Os resultados dos indicadores estabelecidos para o CBMDF são avaliados através das metas ou estimativas estabelecidas. Dentre os indicadores que possuem uma meta, há aqueles cujo aumento do valor numérico é interpretado como um bom resultado (denominados de maior-melhor) e aqueles cuja diminuição do valor numérico é interpretada como um bom resultado (denominados menor-melhor). Para aqueles indicadores que possuem estimativas, o resultado é interpretado apenas como menor, igual ou maior que o esperado.

#### Apresentação de resultados





O quadro a seguir resume brevemente os objetivos alcançados pelos indicadores. É bom lembrar que, independentemente de o indicador ser do tipo maior-melhor ou menor-melhor, acima da meta se refere a bons resultados, enquanto que abaixo da meta se refere a maus resultados.





Os indicadores nºs 1 e 13 não foram aferidos. As justificativas foram apresentadas (resumida e respectivamente, por dependência de órgão externo e ausência de definição técnica para o escopo do indicador).


CBMDF: INDICADOR Nº 2	PROCESSO: ATENDIMENTO OPERACIONAL	RESPONSÁVEL: COMOP
<b>NOME:</b>	<b>TEMPO-RESPOSTA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA OPERAÇÕES BM</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a capacidade de pronto-emprego do serviço operacional	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação do sistema de segurança pública para o atendimento a emergências;</li> <li>✓ Definição de novas unidades operacionais;</li> <li>✓ Definição de aquisições de viaturas;</li> <li>✓ Proposição de modificações viárias;</li> <li>✓ Otimização dos diversos sistemas de comunicação.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{\sum_{i=1}^N T_i}{N}$	$T_i$ : Para cada ocorrência de salvamento, atendimento pré-hospitalar e incêndio urbano, é o tempo decorrido entre a ligação para a CIADE e a disponibilização de socorro do CBMDF no local do evento.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	N: Número de ocorrências de salvamento, atendimento pré-hospitalar e incêndio atendidas no período de aferição.	
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> Vermelho: <math>P &gt; 11</math></li> <li><span style="color: yellow;">●</span> Amarelo: <math>6 \leq P \leq 11</math></li> <li><span style="color: green;">●</span> Verde: <math>P &lt; 6</math></li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	8 minutos	
<b>Resultado aferido 2013</b>	<span style="background-color: red; color: white;">■</span> 23 min 12 seg.	
<b>Fatores</b>	1. Deficiência no quantitativo de viaturas de APH. 2. Falta de controle do tempo aferido entre o registro da ocorrência e o despacho para o CBMDF.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Aquisição de viaturas para o atendimento pré-hospitalar. 2. Construção de um novo Grupamento de Bombeiros na Ceilândia (Setor "O"). 3. Colocação em atividade de 30 viaturas de combate a incêndio, 25 viaturas de combate a incêndio florestal e 5 escadas mecânicas.	




<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 3	<b>PROCESSO:</b> ATENDIMENTO OPERACIONAL	<b>RESPONSÁVEL:</b> COMOP
<b>NOME:</b>	<b>TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES APH, SALVAMENTO E EXTINGUIÇÃO DE INCÊNDIOS URBANOS.</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a capacidade de pronto-emprego do serviço operacional	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do desempenho do CBMDF no tempo de atendimento a emergências;</li> <li>✓ Definição de construção de novas unidades operacionais;</li> <li>✓ Definição de aquisição de viaturas;</li> <li>✓ Realocação de efetivo e/ou viaturas;</li> <li>✓ Proposição de modificações viárias;</li> <li>✓ Análise do processo de pronto-atendimento;</li> <li>✓ Otimização dos diversos sistemas de comunicação.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{\sum_{i=1}^N T_i}{N}$	<p><math>T_i</math>: Para cada ocorrência, é o tempo decorrido entre o despacho da CIADE da ocorrência para o CBMDF e a disponibilização de socorro do CBMDF no local do evento.</p> <p><math>N</math>: Número de ocorrências atendidas no período de aferição.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
min/ocorrência		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> Vermelho: <math>P &gt; 10</math></li> <li><span style="color: yellow;">●</span> Amarelo : <math>5 \leq P \leq 10</math></li> <li><span style="color: green;">●</span> Verde : <math>P &lt; 5</math></li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	7 min	
<b>Resultado aferido 2013</b>	<span style="background-color: yellow;">■</span> 9 min 28 seg.	
<b>Fatores</b>	1. Deficiência no quantitativo de viaturas de APH. 2. Área de cobertura de cada unidade operacional deficitária.	
<b>Decisões tomadas</b>	Idem ao Indicador nº 2	
<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 4	<b>PROCESSO:</b> ATENDIMENTO OPERACIONAL	<b>RESPONSÁVEL:</b> COMOP
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir os atendimentos prestados à sociedade pelo CBMDF.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do desempenho operacional do CBMDF;</li> <li>✓ Análise dos aspectos que influenciaram o desempenho operacional;</li> <li>✓ Análise do perfil de ocorrências atendidas;</li> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Formulação de campanhas de prevenção.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{N}{P} \times 100.000$	<p><math>N</math>: Número de ocorrências atendidas pelo CBMDF no período de aferição;</p> <p><math>P</math>: População do DF no último censo publicado.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
Ocorrências/100.000 Hab		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> Vermelho: <math>P &gt; 6.000</math></li> <li><span style="color: yellow;">●</span> Amarelo : <math>4.000 \leq P \leq 6.000</math></li> <li><span style="color: green;">●</span> Verde : <math>P &lt; 4.000</math></li> </ul>	
<b>Estimativa 2013</b>	3.307 ocorrências por 100.000 habitantes	
<b>Resultado aferido 2013</b>	<span style="background-color: green;">■</span> 3.009 ocorrências por 100.000 habitantes	
<b>Fatores</b>	1. Capacidade operacional adequada à demanda existente.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Ampliação da capacidade operacional.	
<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 5	<b>PROCESSO:</b> ATENDIMENTO OPERACIONAL	<b>RESPONSÁVEL:</b> GPRAM
<b>NOME:</b>	<b>OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIO FLORESTAL ATENDIDAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir o emprego do CBMDF no atendimento de incêndios florestais.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do desempenho operacional do CBMDF nas atividades de combate a incêndios florestais;</li> <li>✓ Análise dos aspectos que influenciaram o desempenho operacional;</li> <li>✓ Análise das regiões com maior incidência de incêndios florestais;</li> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Formulação de campanhas de prevenção;</li> <li>✓ Realocação do efetivo empregado nas atividades de combate a incêndios florestais;</li> <li>✓ Realocação de viaturas e equipamentos nas atividades de combate a incêndios florestais.</li> </ul>	







<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>
$I = N$	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	N: Número de ocorrências de incêndio florestal atendidas pelo CBMDF no período de aferição.
Atendimento	
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: $P > 12.000$  Amarelo : $8.000 \leq P \leq 12.000$  Verde : $P < 8.000$
<b>Estimativa 2013</b>	8.000 atendimentos
<b>Resultado aferido 2013</b>	 5.969 atendimentos
<b>Fatores</b>	As condições meteorológicas em 2013 foram mais propícias a ocorrências de incêndios florestais, dado que as temperaturas máximas e as mínimas estiveram acima da média climática, além da umidade relativa do ar abaixo destas. Contudo, os princípios de incêndios florestais foram mais prontamente atendidos e controlados. 2. Treinamento dos militares recém-incorporados ao CBMDF, com turmas de soldados formadas em curso interno da Corporação, pela equipe do GPRAM.
<b>Decisões tomadas</b>	1. Início de operação de parte das novas viaturas de extinção de incêndios florestais. 2. Acionamento da Operação Verde-Vivo. 3. Utilização de aeronaves para monitoramento e combate a incêndio.





<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 6	<b>PROCESSO:</b> ATENDIMENTO OPERACIONAL	<b>RESPONSÁVEL:</b> GPRAM
<b>NOME:</b>	<b>ÁREA QUEIMADA PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a extensão territorial atingida pelos incêndios florestais no Distrito Federal	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do desempenho operacional do CBMDF nas atividades de combate a incêndios florestais;</li> <li>✓ Análise dos aspectos que influenciaram o desempenho operacional;</li> <li>✓ Análise das regiões mais afetadas pelos incêndios florestais;</li> <li>✓ Realocação de efetivo, viaturas e equipamentos empregados nas atividades de combate a incêndios florestais;</li> <li>✓ Definição de aquisições de viaturas, equipamentos e EPI.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \sum_{i=1}^N A_i$	A <sub>i</sub> : Área queimada de cada ocorrência, decorrente de incêndios florestais atendidos pelo CBMDF no período de aferição.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	N: Número de ocorrências de incêndio florestal atendidas no período de aferição.	
ha (hectare)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: $P > 10.000$  Amarelo : $7.000 \leq P \leq 10.000$  Verde : $P < 7.000$	
<b>Estimativa 2013</b>	20.000 hectares	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 7.965 hectares	
<b>Fatores</b>	1. O aumento da área queimada esperado com as condições meteorológicas não acompanhou ao aumento do número de ocorrências. Isto denota que os princípios de incêndios florestais foram mais prontamente atendidos e controlados mais rapidamente, tendo restringido sua progressão. Os princípios de incêndios florestais foram mais prontamente atendidos e controlados. 2. Treinamento dos militares recém-incorporados ao CBMDF, com turmas de soldados formadas em curso interno da Corporação, pela equipe do GPRAM.	
<b>Decisões tomadas</b>	Idem ao Indicador nº 05	





<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 7	<b>PROCESSO:</b> ATENDIMENTO OPERACIONAL	<b>RESPONSÁVEL:</b> DINVI
<b>NOME:</b>	<b>INCÊNDIOS PERICIADOS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir o número de incêndios ocorridos no Distrito Federal que foram submetidos à perícia de incêndio pelo CBMDF.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do desempenho do serviço de perícia de incêndio prestado pelo CBMDF;</li> <li>✓ Restruturação das instalações da DINVI;</li> <li>✓ Definição de investimentos;</li> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = N$		
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	N: Número de incêndios periciados pelo CBMDF no período de aferição.	
Perícia realizada		
<b>PADRÃO DE</b>	 Vermelho: $P < 200$	




<b>DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Amarelo : $200 \leq P \leq 365$  Verde : $P > 365$
<b>Meta 2013</b>	250 perícias
<b>Resultado aferido 2013</b>	 162 perícias
<b>Fatores</b>	1. Insuficiência de recursos humanos habilitados ao exercício da atividade. 2. Dificuldades de operacionalização no que se refere a despachos de ocorrências, produção de relatórios de apoio pericial e comunicação com os órgãos de primeira resposta do CBMDF. 3. Desinteresse por parte de proprietários de locais sinistrados quanto à realização da perícia de incêndio. 4. Falta de investimentos em manutenção de equipamentos laboratoriais aplicados à investigação de incêndio.
<b>Decisões tomadas</b>	1. Disponibilização do Curso de Perícia de Incêndio em 2014, na forma do PGC/PV. 2. Solicitação aos gerentes de recursos humanos da Corporação para a lotação de militares habilitados no CTINVI nesta Diretoria. 3. Elaboração de normas reguladoras para a operacionalização e comunicação comum entre a DINVI e os órgãos envolvidos na supressão dos sinistros de incêndio. 4. Proposta junto às instâncias superiores da elaboração de campanhas educativas para conscientização da população quanto à importância da investigação e perícia de incêndio em locais sinistrados. 5. Elaboração de Projetos Básicos, no intuito de promover a aquisição de materiais e dar manutenção aos equipamentos dos laboratórios de apoio pericial.

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 8	<b>PROCESSO:</b> ATENDIMENTO OPERACIONAL	<b>RESPONSÁVEL:</b> SEGEO/EMG
<b>NOME:</b>	<b>AÇÕES PREVENTIVAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir as ações realizadas pelo CBMDF visando à prevenção de acidentes e incêndios.	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do desempenho da atividade preventiva desenvolvida pelo CBMDF;</li> <li>✓ Identificação das principais ações preventivas;</li> <li>✓ Reestruturação do sistema logístico operacional;</li> <li>✓ Análise de demandas para a aquisição de viaturas e equipamentos;</li> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal.</li> </ul>	
$I = N$	$N$ : Número de prevenções, palestras, projetos de incêndio analisados, projetos de arquitetura analisados e vistorias realizadas no período de aferição.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	Ação preventiva	
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: $P < 7.000$  Amarelo : $7.000 \leq P \leq 10.000$  Verde : $P > 10.000$	
<b>Meta 2013</b>	10.000 ações preventivas	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 14.730 ações preventivas	
<b>Fatores</b>	1. A quantidade de militares, em especial especializados, está abaixo do necessário para que seja prestado o serviço de vistoria e análise de projetos com excelência. 2. A quantidade e qualidade das viaturas tipo ASF são um entrave ao desempenho pleno das atividades, pois os veículos FIAT UNO estão em quantidade abaixo do previsto na Portaria 19 (15/05/13) e por ser um carro popular básico, não suporta a rotina que o serviço exige. 3. As ações preventivas foram atendidas conforme a demanda, mas não foram feitas outras ações de interesse do CBMDF por falta de pessoal e equipamentos para esse fim.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Foram adquiridos no decorrer de 2013 vários equipamento para a otimização do serviço de vistoria. 2. Foi realizado em 2013 o Curso de Especialização em Prevenção de Incêndio, especializando militares para as atividades de vistorias e análise de projetos. 3. Foi encaminhada ao DEALF projeto básico para aquisição de novas viaturas, com características que atendam à necessidade do serviço do DESEG. 4. Encontra-se em estudo a criação de uma unidade voltada para prevenções em grandes eventos.	




<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 9	<b>PROCESSO:</b> GESTÃO DE RH	<b>RESPONSÁVEL:</b> CPMED
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir as ausências prolongadas dos militares ao serviço	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação da assiduidade do efetivo do CBMDF;</li> <li>✓ Reavaliação dos mecanismos de controle;</li> <li>✓ Identificação das principais causas de absenteísmo;</li> <li>✓ Estruturação do sistema de saúde;</li> <li>✓ Redução do absenteísmo por meio de ações preventivas.</li> </ul>	
<b>PROCESSO:</b>	Ausências de militares em decorrência de dispensas médicas totais, LTSP e LTPF.	




<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>
$I = \frac{\sum_{i=1}^N A_i}{N \times D} \times 100$	$A_i$ : Número de dias de afastamento concedidos por dispensas médicas totais, LTSP e LTPF para cada militar.
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	$N$ : Número de militares existentes no CBMDF.
% (porcentagem)	$D$ : Quantidade de dias do período aferido.
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: $P > 7$  Amarelo : $5 \leq P \leq 7$  Verde : $P < 5$
<b>Meta 2013</b>	5%
<b>Resultado aferido 2013</b>	 4,6% (acima da meta)
<b>Fatores</b>	1. O maior percentual de militares que comparecem à Junta Médica, cumprem determinação em Boletim, fato que inibe o índice de absenteísmo. 2. A falta dos militares que deixam de comparecer à inspeção de saúde é devidamente notificada aos comandantes dos mesmos, a fim de se proceda às devidas ações.
<b>Decisões tomadas</b>	1. Não informado.

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 10	<b>PROCESSO:</b> GESTÃO DE RH	<b>RESPONSÁVEL:</b> DIGEP
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE ESTABILIDADE DOS GESTORES</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a permanência das chefias nos órgãos de direção, apoio e execução.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Redução da rotatividade nas funções de chefia;</li> <li>✓ Reavaliação do perfil do profissional para assunção de função de chefia;</li> <li>✓ Avaliação do desempenho da chefia.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{M}{F}$	$M$ : Número de movimentações ocorridas nos cargos de chefia dos órgãos de direção, apoio e execução.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	$F$ : Número de chefias existentes em órgãos de direção, apoio e execução.	
Movimentação/chefia		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: $P > 5$  Amarelo : $2 \leq P \leq 5$  Verde : $P < 2$	
<b>Meta 2013</b>	Até 3 movimentações por chefia	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 1,08 movimentações por chefia	
<b>Fatores</b>	1. Não tem sido adotado o Decreto 6.142, que prevê tempo mínimo de um oficial numa unidade por três anos.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Não informado.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 11	<b>PROCESSO:</b> GESTÃO DE RH	<b>RESPONSÁVEL:</b> CORREGEDORIA
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a prática de transgressões disciplinares e crimes militares cometidos por militares da Corporação.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do grau de disciplina dos militares integrantes do CBMDF;</li> <li>✓ Análise das principais causas de indisciplina;</li> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Formulação de campanhas educativas;</li> <li>✓ Aperfeiçoamento do processo de comunicação interna.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{MP}{N} \times 100$	$MP$ : Número de militares ativos punidos por transgressão disciplinar ou crime e condenados em primeira instância no período de aferição.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	$N$ : Número de militares ativos do CBMDF no período de aferição.	
% (porcentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: $P > 2$  Amarelo : $1 \leq P \leq 2$  Verde : $P < 1$	
<b>Meta 2013</b>	0,50%	

<b>Resultado aferido 2013</b>	0,14%
<b>Fatores</b>	1. O número de analistas encontra-se prejudicado. O SAPAJ conta com apenas 5 militares, distribuídos entre as análises de IPM, CD e Sindicâncias, elevando o número da demanda reprimida, dada a quantidade expressiva de processos aguardando análise.
<b>Decisões tomadas</b>	1. Não informado.

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 12	<b>PROCESSO:</b> GESTÃO DE RH	<b>RESPONSÁVEL:</b> CPMED
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE ACIDENTES EM SERVIÇO</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a ocorrência de acidentes em serviço nas atividades desempenhadas pelo CBMDF.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Formulação de campanhas internas de prevenção de acidentes;</li> <li>✓ Reavaliação de procedimentos operacionais;</li> <li>✓ Análise de demandas para a aquisição de viaturas e equipamentos.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{AT}{E} \times 1.000$	<b>AT:</b> Total de acidentes de trabalho registrados. <b>E:</b> Efetivo da Corporação.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> Acidentes por 1.000 BM		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li> Vermelho: P &gt; 10</li> <li> Amarelo : 5 ≤ P ≤ 10</li> <li> Verde : P &lt; 5</li> </ul>	
<b>Estimativa 2013</b>	4 acidentes por 1.000 BM	
<b>Resultado aferido 2013</b>	19,3 acidentes por 1.000 BM	
<b>Fatores</b>	1. Alto índice de acidentes considerados em serviço no curso de formação de soldados.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Orientação aos médicos peritos sobre a legislação em vigor. 2. Orientação sobre acidentes em serviço para o CEFAP.	





<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 14	<b>PROCESSO:</b> GESTÃO DE RH	<b>RESPONSÁVEL:</b> DERHU
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE MILITARES COM NÍVEL SUPERIOR</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a escolaridade do efetivo	
<b>APLICAÇÕES:</b>	Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal.	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{S}{E} \times 1000$	<b>S:</b> Total de militares com nível superior completo. <b>E:</b> Efetivo da Corporação.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> Militares com formação superior por 1.000 BM		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li> Vermelho: P &lt; 20</li> <li> Amarelo : 20 ≤ P ≤ 50</li> <li> Verde : P &gt; 50</li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	50%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	35,6%	
<b>Fatores</b>	1. Não existe um banco de dados com o levantamento do nível de escolaridade de todos os militares do CBMDF, por isso o universo utilizado foram os e-mails respondidos e o fato de que os novos praças e todos oficiais combatentes e quadros especialistas possuem curso superior. 2. Atualmente não é possível fazer uma busca do nível de escolaridade no GECOPE, programa que possui os dados dos militares ativos do CBMDF.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. A DITIC está elaborado um novo sistema que gerirá os dados dos militares do CBMDF, incluindo o grau de escolaridade, em substituição ao atual GECOPE. 2. Atualmente a Corporação oferece um Curso de Tecnólogo em Segurança Pública com ênfase em Defesa Civil para a formação dos militares do CBMDF que não possuem o curso superior. São 876 militares no curso oferecido em andamento e existe a previsão de mais uma turma com 100 militares para iniciar em 2014.	



<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 15	<b>PROCESSO:</b> ASSISTÊNCIA MÉDICA	<b>RESPONSÁVEL:</b> POMED
<b>NOME:</b>	<b>CONSULTAS MÉDICAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir quantitativamente os atendimentos prestados pela POMED	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação do desempenho da POMED;</li> <li>✓ Análise de demandas para a aquisição de viaturas e equipamentos;</li> <li>✓ Análise das demandas por consultas;</li> <li>✓ Reestruturação do sistema de saúde.</li> </ul>	
<b>PROCESSO:</b>	Atendimento médico	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = N$		
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	$N$ : Número de atendimentos realizados pela POMED no período de aferição.	
Atendimento		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	● Vermelho: $P < 3.0000$	
	● Amarelo : $30.000 \leq P \leq 44.000$	
	● Verde : $P > 44.000$	
<b>Meta 2013</b>	44.400 consultas	
<b>Resultado aferido 2013</b>	47.869 consultas	
<b>Fatores</b>	1. Melhoria do sistema de marcação de consultas. 2. Ampliação no quadro de oficiais médicos através de concurso público. 3. Melhoria no atendimento dos militares em virtude da capacitação da policlínica médica realizada uma vez por mês.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Implantação e melhoria do sistema de marcação de consultas. 2.Promover mensalmente capacitação dos militares para um atendimento de excelência aos usuários da POMED. 3. Construção da nova policlínica médica. 4. Aumento do efetivo da POMED para atender à demanda de usuários.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 16	<b>PROCESSO:</b> ASSISTÊNCIA MÉDICA	<b>RESPONSÁVEL:</b> POMED
<b>NOME:</b>	<b>EXAMES DE LABORATÓRIO – POMED</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir quantitativamente os atendimentos prestados pelo Laboratório de Análises Clínicas da POMED	
<b>APLICAÇÕES:</b>	✓ Análise do desempenho do Laboratório de Análises Clínicas da POMED.	
<b>PROCESSO:</b>	Realização de exames	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = N$		
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>	$N$ : Número de exames laboratoriais realizados pela POMED, por meio do seu Laboratório de Análises Clínicas, no período de aferição.	
Exame realizado		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	● Vermelho: $P < 130.000$	
	● Amarelo : $120.000 \leq P \leq 135.000$	
	● Verde : $P > 135.000$	
<b>Meta 2013</b>	140.000 exames	
<b>Resultado aferido 2013</b>	150.748 exames	
<b>Fatores</b>	1. Aumento da procura pelo laboratório. 2. Aumento dos novos exames adicionados durante o ano	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Aumento da diversidade dos exames realizados no Laboratório da POMED. 2. Impressão de panfletos explicativos com todas as orientações importantes para que o paciente saiba como se preparar para a coleta de sangue. 3. Disponibilização do e-mail do Laboratório para que o paciente possa esclarecer suas dúvidas, oferecer sugestões e solicitar envio do laudo por e-mail.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 17	<b>PROCESSO:</b> ASSISTÊNCIA MÉDICA	<b>RESPONSÁVEL:</b> PODON
<b>NOME:</b>	<b>CONSULTAS ODONTOLÓGICAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir quantitativamente os atendimentos prestados pela PODON	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do desempenho da PODON;</li> <li>✓ Análise do perfil dos atendimentos realizados;</li> <li>✓ Reestruturação da PODON.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b> $I = N$	<b>LEGENDA:</b>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> Atendimento realizado	N: Número de atendimentos realizados pela PODON no período de aferição.	
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	● Vermelho: $P < 20.000$	
	● Amarelo : $20.000 \leq P \leq 30.000$	
	● Verde : $P > 30.000$	
<b>Meta 2013</b>	30.000 procedimentos	
<b>Resultado aferido 2013</b>	34.949 procedimentos (acima da meta)	
<b>Fatores</b>	1. O aumento no número de procedimentos no início do segundo semestre se justifica pelo retorno às atividades laborais de três dentistas que se encontravam afastados.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Otimização do turno noturno. 2. Otimização das consultas. 3. Maior rigor com os pacientes faltosos. 4. Aumento no número das palestras durante o ano. 5. Abordagem do militar em seu ambiente de trabalho (GBM) interceptando doenças em transcurso para a odontologia itinerante ASO.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 18	<b>PROCESSO:</b> ASSISTÊNCIA MÉDICA	<b>RESPONSÁVEL:</b> CECAF
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NO TAF</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a participação anual do efetivo no Teste de Aptidão Física	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do grau de participação do efetivo no TAF;</li> <li>✓ Elaboração de campanhas de estímulo à participação no TAF;</li> <li>✓ Elaboração de programas prévios de treinamento;</li> <li>✓ Estimulação à prática da atividade física.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b> $I = \frac{N}{E} \times 100$	<b>LEGENDA:</b>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> % (percentagem)	N: Número de militares que realizaram o TAF no ano corrente. E: Efetivo do CBMDF.	
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	● Vermelho: $P < 90$	
	● Amarelo : $90 \leq P \leq 95$	
	● Verde : $P > 95$	
<b>Meta 2013</b>	95%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	83,5% (abaixo da meta)	
<b>Fatores</b>	1. Grande número de militares de atestado médico e de dispensas regulamentares.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Foi realizado o curso de extensão em treinamento físico militar na UnB, para especialização dos monitores na Unidades BM. 2. Foi adquirido o 2o lote de equipamentos de musculação para as academias de saúde nas diversas Unidades do CBMDF.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 19	<b>PROCESSO:</b> ASSISTÊNCIA MÉDICA	<b>RESPONSÁVEL:</b> CECAF
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE OBESIDADE – IMC</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir o percentual do efetivo que se encontra classificado como obeso	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise do efetivo atingido pela obesidade no TAF;</li> <li>✓ Estruturação do sistema de saúde;</li> <li>✓ Elaboração de campanhas preventivas;</li> <li>✓ Estimulação à prática da atividade física;</li> <li>✓ Elaboração de programas prévios de treinamento;</li> <li>✓ Criação de competições esportivas regulares.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{O}{N} \times 100$	<p><b>O:</b> Número de militares classificados como obesos pelo método IMC.  <b>N:</b> Número de militares que realizaram o TAF.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (percentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li> Vermelho: P &gt; 15</li> <li> Amarelo : 5 &lt; P ≤ 15</li> <li> Verde : P &lt; 5</li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	12%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 15,8%	
<b>Fatores</b>	1. O comando acredita que muitos desses militares se encontram nessa condição de obesidade devido à falta da prática da atividade física.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Dentro do CECAF são oferecidos prescrição e acompanhamento na prática de atividades físicas através da reabilitação, com prescrição de dieta alimentar para auxiliar na perda de gordura. 2. Foi divulgada, na intranet e em boletim geral, a disponibilização de programas para prática de treinamento no CECAF. 3. Estimular o militar responsável pela academia de saúde nos diversos quartéis a realizar a graduação em educação física e orientar o mesmo na confecção de treinamento para cada militar que compõe o efetivo. 4. Realização de torneios esportivos participação em eventos esportivos.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 20	<b>PROCESSO:</b> EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<b>RESPONSÁVEL:</b> DISAU
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a execução orçamentária da Assistência Médica	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação da execução orçamentária da Assistência Médica;</li> <li>✓ Reavaliação de processos internos;</li> <li>✓ Capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Realocação de pessoal;</li> <li>✓ Reestruturação interna.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{RP}{VA} \times 100$	<p><b>RP:</b> Total (em R\$) de recursos financeiros inscritos em restos a pagar em 1º de janeiro do ano de referência pela unidade gestora Assistência Médica.  <b>VA:</b> Valor autorizado (em R\$) para as despesas de custeio e investimento destinados à Assistência Médica.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (percentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li> Vermelho: P &lt; 92</li> <li> Amarelo : 92 ≤ P ≤ 97</li> <li> Verde : P &gt; 97</li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	5%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 48%	
<b>Fatores</b>	1. Parte significativa do montante inscrito (R\$ 7.931.721,92, o que equivale a aproximadamente 26% do total inscrito) refere-se a gastos com a obra da nova Policlínica Médica, que por sua característica de serviço continuado e devido à natureza global da despesa, necessita ser inscrito para a continuidade da execução da obra e conseqüente realização da despesa. 2. Os valores inscritos em restos a pagar referentes ao Credenciamento de empresas na área de saúde recebem influência direta dos processos anteriores ao de liquidação e pagamento (faturamento realizado pelas empresas credenciadas e auditoria do serviço realizada pela DISAU). 3. Dificuldade em se prever e mensurar o	





	montante que será efetivamente utilizado para gastos em Saúde com relação a Urgência/Emergência, especialmente nos últimos dias do exercício, gerando um valor considerável em Restos a Pagar. 4. Alta rotatividade de militares na gestão e na operação da DISAU durante o ano de 2013. 5. Quantidade insuficiente de auditores na área médica. 6. Quantidade excessiva de contratos de credenciamento, por força legal, gerando uma demanda desproporcional à quantidade RH disponível na DISAU.
<b>Decisões tomadas</b>	1. Preparação e aumento no número de auditores em saúde. 2. Aumento e melhor qualificação da estrutura administrativa que manuseia este material a fim de agilizar o processo que ocorre anterior à liquidação e ao pagamento. 3. As empresas credenciadas que não apresentarem os gastos até o 5o dia útil poderão ser descredenciadas. 4. Toda comunicação entre o executor de contrato e a credenciada será formal e processual. 5. Remanejamento do número de contratos por militares.




<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 21	<b>PROCESSO:</b> EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<b>RESPONSÁVEL:</b> DIOFI
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a execução orçamentária do CBMDF	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação da execução orçamentária do CBMDF;</li> <li>✓ Reavaliação de processos internos;</li> <li>✓ Capacitação de pessoal, movimentações de pessoal;</li> <li>✓ Realocação de pessoal e/ou reestruturação interna;</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{RP}{VA} \times 100$	<p><b>RP:</b> Total (em R\$) de recursos financeiros inscritos em restos a pagar em 1º de janeiro pela unidade gestora CBMDF, incluídos os recursos federais e distritais.</p> <p><b>VA:</b> Valor autorizado (em R\$) de recursos financeiros para as despesas de custeio e investimento destinados ao CBMDF, excluídos os valores relativos às despesas de pessoal e auxílios.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (percentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> Vermelho: P &gt; 15</li> <li><span style="color: yellow;">●</span> Amarelo : 2 ≤ P ≤ 15</li> <li><span style="color: green;">●</span> Verde : P &lt; 2</li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	1%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	33,3%	
<b>Fatores</b>	1. Houve um maior controle dos saldos de empenho dos contratos em execução (convocação dos executores de contrato para cancelamento daquilo que já estava inscrito a fim de evitar novas inscrições em restos a pagar e convocação para cancelamento dos saldos de empenho que conforme o andamento da execução contratual não seriam executados).	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Meta estabelecida (de 1%) é inexecutável em qualquer órgão público. Sugere-se que 25% seja uma meta razoável de ser alcançada. 2. Deve-se considerar o contexto operacional e administrativo em que o CBMDF se insere, posto que é bastante comum esta Corporação estar envolvida em processos licitatórios complexos e de alto valor, com prazo de entrega geralmente superior a 6 meses.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 22	<b>PROCESSO:</b> AQUISIÇÕES	<b>RESPONSÁVEL:</b> DICOA
<b>NOME:</b>	<b>PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir o número de procedimentos de aquisições realizados pelo CBMDF	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação do desempenho da DICOA;</li> <li>✓ Reavaliação de processos internos;</li> <li>✓ Identificação dos aspectos que influenciaram o desempenho;</li> <li>✓ Capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Realocação de pessoal;</li> <li>✓ Reestruturação interna.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = N$	<p><b>N:</b> Total de licitações, inexigibilidades e dispensas de licitação realizados pelo CBMDF no período de aferição.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
Procedimento realizado		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> Vermelho: P &lt; 150</li> <li><span style="color: yellow;">●</span> Amarelo : 150 ≤ P ≤ 200</li> <li><span style="color: green;">●</span> Verde : P &gt; 200</li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	200 procedimentos de aquisição	
<b>Resultado aferido 2013</b>	239 procedimentos de aquisição	
<b>Fatores</b>	1. Início das licitações no início de janeiro. 2. Absorção pelo CBMDF da demanda dirigida	









	anteriormente à SULIC. 3. Qualificação dos profissionais da área. 4. Conclusão de licitações de processos autuados em 2012. 5. Maior interação com as demais diretorias.
<b>Decisões tomadas</b>	1. Manutenção da equipe. 2. Realização das licitações a partir dos primeiros dias de 2013. 3. Proposição de fórum de debate com outros setores atinentes às licitações.

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 23	<b>PROCESSO:</b> LOGÍSTICA	<b>RESPONSÁVEL:</b> CEMEV
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a disponibilidade da frota operacional	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliar do desempenho do CEMEV;</li> <li>✓ Avaliar a capacidade do CBMDF em disponibilizar a frota operacional à sociedade;</li> <li>✓ Capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Alocação de recursos financeiros;</li> <li>✓ Contratação de pessoal;</li> <li>✓ Terceirização de serviços;</li> <li>✓ Investimento em infraestrutura.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{\sum_{i=1}^N P_i}{N \times D} \times 100$	<i>P<sub>i</sub></i> : Para cada viatura operacional, número de dias parados no CEMEV. <i>N</i> : Número de viaturas operacionais ativadas, excluídas as reservas. <i>D</i> : Quantidade de dias do período aferido.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (percentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: P < 70  Amarelo : 70 ≤ P ≤ 90  Verde : P > 90	
<b>Meta 2013</b>	80%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 96,2%	
<b>Fatores</b>	1. O CEMEV possui uma capacidade reduzida de atendimento às viaturas devido ao número de militares (a última admissão de militares para o quadro de manutenção foi em 1994). 2. São sanados prioritariamente os principais problemas que baixam as viaturas, mantendo o índice aferido em patamares constantes e dentro do ideal. Contudo, Di Sora, um dos maiores estudiosos em gestão de frota veicular no Brasil, aponta o índice de 90% como ideal a fim de evitar pouca manutenção preventiva. 3. Frota nova. 4. Cabe ressaltar que o índice só está calculado corretamente a partir de setembro de 2013. Anteriormente havia um erro na fórmula de cálculo e na coleta de dados.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Não informado.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 24	<b>PROCESSO:</b> OUVIDORIA	<b>RESPONSÁVEL:</b> OUVIDORIA
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE DEMANDAS RESPONDIDAS NO PRAZO INFERIOR A 30 DIAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a capacidade de resposta do CBMDF às demandas apresentadas na Ouvidoria da Corporação	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação do desempenho da Ouvidoria do CBMDF;</li> <li>✓ Reavaliação de processos internos;</li> <li>✓ Capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Investimento em infraestrutura.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{DR_{15}}{N} \times 100$	<i>DR<sub>15</sub></i> : Número de demandas respondidas em um prazo inferior a 15 dias. <i>N</i> : Total de demandas recebidas pela Ouvidoria no período de aferição.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (percentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: P < 50  Amarelo : 50 ≤ P ≤ 80  Verde : P > 80	
<b>Meta 2013</b>	50%	

<b>Resultado aferido 2013</b>	21%
<b>Fatores</b>	1. Aumento de 26% no total de demandas recebidas em relação a 2012, relacionado à abertura do Box da Ouvidoria no Na Hora, da cidade satélite de Ceilândia, em novembro de 2012. 2. Aumento de 135% de demandas destinadas ao Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico, ocorrido logo após o incêndio da boate Kiss na cidade de Santa Maria-RS. 3. O incêndio que atingiu o Shopping Top Mall, em agosto de 2013, interditou o local onde funcionava a Secretária da Ouvidoria, impossibilitando o andamento das respostas e cobranças das demandas, prejudicando a tramitação de documentos.
<b>Decisões tomadas</b>	1. Conscientização das chefias quanto à prioridade das respostas das demandas. 2. Confeção de Instrução Normativa com o objetivo de coerção sobre as respostas das demandas.





<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 25	<b>PROCESSO:</b> AUDITORIA	<b>RESPONSÁVEL:</b> AUDITORIA
<b>NOME:</b>	<b>AUDITORIAS REALIZADAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir as auditorias realizadas.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação do desempenho da Auditoria;</li> <li>✓ Capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Redefinição de processos e estrutura.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b> $I = N$	<b>LEGENDA:</b>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> Auditoria concluída	N: Número de auditorias concluídas no período de aferição.	
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: P < 150	
	 Amarelo : 150 ≤ P ≤ 200	
	 Verde : P > 200	
<b>Meta 2013</b>	200 auditorias	
<b>Resultado aferido 2013</b>	6 auditorias	
<b>Fatores</b>	1. As auditorias planejadas são realizadas conforme Plano Anual de Auditorias – PAINT – foram realizadas 6 de 7 auditorias. Sugere-se a mudança de meta do indicador para estar de acordo com o PAINT.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Não informado.	





<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 26	<b>PROCESSO:</b> CAPACITAÇÃO	<b>RESPONSÁVEL:</b> DIREN
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PGC – CURSOS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a execução do Plano Geral de Cursos para os cursos destinados a formação, aperfeiçoamento, altos-estudos, especialização e estágios.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação do desempenho do DIREN;</li> <li>✓ Avaliação do planejamento do sistema de ensino;</li> <li>✓ Reavaliação de cursos inclusos no PGC;</li> <li>✓ Maior avaliação de cursos não inclusos no PGC.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b> $I = \frac{\sum_{i=1}^N V_i}{\sum_{i=1}^N P_i} \times 100$	<b>LEGENDA:</b>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> % (porcentagem)	$V_i$ : Número de vagas disponibilizadas para cada curso. $P_i$ : Número de vagas previstas inicialmente no PGC para cada curso. N: Número de cursos nas modalidades formação, aperfeiçoamento, altos-estudos, especialização e estágios ministrados pela Corporação no período de aferição.	
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: P < 90	
	 Amarelo : 90 ≤ P ≤ 95	
	 Verde : P > 95	
<b>Meta 2013</b>	90%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	82,9% (abaixo da meta)	
<b>Fatores</b>	1. Vários cursos foram cancelados e/ou não realizados. 2. Alguns cursos não puderam ser aferidos por faltarem informações no PGC quanto às datas de início e término.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Foram desencadeadas diversas reuniões com os gestores das diversas áreas de ação do PGC-PV,	

	cujo objetivo foi um PGC com um mínimo de alterações.
--	---

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 27	<b>PROCESSO:</b> CAPACITAÇÃO	<b>RESPONSÁVEL:</b> DIREN
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PGC – VAGAS</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a execução do planejamento da área de ensino para os cursos de formação, aperfeiçoamento, altos-estudos, especialização e estágios.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação do desempenho da DIREN;</li> <li>✓ Avaliação do planejamento do sistema de ensino;</li> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Adoção de estímulos aos cursos de especialização.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{\sum_{i=1}^N M_i}{\sum_{i=1}^N P_i} \times 100$	<p><math>M_i</math>: Número de matrículas realizadas para cada curso.  <math>P_i</math>: Número de vagas disponibilizadas para cada curso.  <math>N</math>: Número de cursos nas modalidades formação, aperfeiçoamento, altos-estudos e estágios ministrados pela Corporação no período de aferição.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (percentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> Vermelho: <math>P &lt; 90</math></li> <li><span style="color: yellow;">●</span> Amarelo : <math>90 \leq P \leq 95</math></li> <li><span style="color: green;">●</span> Verde : <math>P &gt; 95</math></li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	90%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	110,3%	
<b>Fatores</b>	1. Inclusão de cursos que não estavam previstos no PGC no ano de 2013. 2. Alterações nos números de vagas previstas no PGC no ano de 2013.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Foram desenvolvidas diversas reuniões com o fito de estabelecer um critério cujo foco foi a busca da estabilização do número de vagas ofertadas tanto no âmbito interno quanto externo.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 28	<b>PROCESSO:</b> CAPACITAÇÃO	<b>RESPONSÁVEL:</b> COMOP
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE MILITARES APTOS NA CHECAGEM OPERACIONAL</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a proficiência dos militares do CBMDF nas atividades básicas de combate a incêndio, salvamento e APH.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificação de lacunas de conhecimento;</li> <li>✓ Formulação de diretrizes para capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Planejamento de cursos de capacitação.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{N}{E}$	<p>N: Número de militares considerados aptos na checagem operacional  E: Número de militares submetidos ao processo de checagem operacional.</p>	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (percentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> Vermelho: <math>P &lt; 50</math></li> <li><span style="color: yellow;">●</span> Amarelo : <math>50 \leq P \leq 70</math></li> <li><span style="color: green;">●</span> Verde : <math>P &gt; 70</math></li> </ul>	
<b>Meta 2013</b>	75%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	97%	
<b>Fatores</b>	1. Interesse dos militares, visto que a capacitação é pré-requisito para inscrever-se no Serviço Voluntário Gratificado - GSV.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. O planejamento referente à instrução para o ano de 2014 ainda não foi concluído.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 29	<b>PROCESSO:</b> COMUNICAÇÃO EXTERNA	<b>RESPONSÁVEL:</b> DITIC
<b>NOME:</b>	<b>EXTRANET (INTERNET/INTRANET)</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a disponibilidade do portal do CBMDF (intranet e internet) na web para o público interno e externo.	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o desempenho do portais de comunicação virtual existentes na Corporação;</li> <li>- Definição de alocação de recursos financeiros;</li> <li>- Capacitação de pessoal;</li> <li>- Terceirização.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \left(1 - \frac{TI}{TP}\right) \times 100$	<b>TI:</b> Tempo, em minutos, no qual o portal ficou indisponível ao usuário. <b>TP:</b> Total de minutos no período de aferição.	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (porcentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: P < 95	
	 Amarelo : 95 ≤ P ≤ 98	
	 Verde : P > 98	
<b>Meta 2013</b>	99,97%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 94,81%	
<b>Fatores</b>	1. Observou-se aproximadamente 99,59% de disponibilidade da máquina que hospeda nosso portal (site) durante o ano de 2013. 2. Problemas temporários de fornecimento de energia e paradas eventuais dos servidores para a realização de manutenções e/ou configurações dos aplicativos.	
<b>Decisões tomadas</b>	1. Aquisição de novas máquinas servidoras (mais potentes e velozes) para hospedar o portal. 2. Aquisição de máquinas de armazenamento (storage) para ajudar com maior estabilidade dos dados. 3. Melhoria do link de dados entre as várias unidades do CBMDF.	

<b>CBMDF:</b> INDICADOR Nº 30	<b>PROCESSO:</b> COMUNICAÇÃO EXTERNA	<b>RESPONSÁVEL:</b> DITIC
<b>NOME:</b>	<b>ÍNDICE DE QUEBRA DE LINKS NA UTILIZAÇÃO DO PORTAL</b>	
<b>FINALIDADE:</b>	Aferir a eficiência do portal do CBMDF disponibilizado à sociedade	
<b>APLICAÇÕES:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação da qualidade do portal virtual disponibilizado à sociedade;</li> <li>✓ Definição de alocação de recursos;</li> <li>✓ Capacitação de pessoal;</li> <li>✓ Redefinição de processos internos.</li> </ul>	
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b>	<b>LEGENDA:</b>	
$I = \frac{LQ}{TL} \times 100$	<b>LQ:</b> Número de links (caminhos) no portal que resultam em páginas vazias ou falhas. <b>TL:</b> Total de links (caminhos) na página de rosto do portal da internet em determinado dia escolhido aleatoriamente ou no último dia do período de aferição	
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b>		
% (porcentagem)		
<b>PADRÃO DE DESEMPENHO:</b> (12 meses)	 Vermelho: P > 10	
	 Amarelo : 5 ≤ P ≤ 10	
	 Verde : P < 5	
<b>Meta 2013</b>	10%	
<b>Resultado aferido 2013</b>	 6,75% (acima da meta)	
<b>Fatores</b>	1. Com o desenvolvimento do novo portal, foi possível corrigir os erros existentes no anterior, visto que ele foi desenvolvido e testado completamente antes de ser disponibilizado para utilização pela Corporação. Desde agosto de 2013, ocorreram alguns erros pontuais em cerca de 5 (cinco) páginas, já corrigidos.	

### 3 Parte A, ITEM 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

#### 3.1 Estrutura de Governança

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem como alicerce fundamental a Constituição Federal, conforme dispõe a literalidade do inciso XIV, do art. 21, inciso XXI, do art. 22, parágrafo 4º, do art. 32, art. 144.

Nesta perspectiva, a Lei Federal nº 8.255, a qual dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e ainda estabelece a competência operacional e define a estrutura administrativa da Corporação, a qual está assim composta: Comandante-Geral; Subcomandante-Geral; Chefe do Estado-Maior-Geral; os Chefes de Departamentos; Controlador; o Chefe de Gabinete do Comandante-Geral; os Diretores; o Comandante Operacional; a Ajudância-Geral.

Especificamente em relação ao segmento de controle, a via regulamentar norteadora das atividades de auditoria da Corporação assenta essencialmente no rol de atribuições do art. 14 (órgão de controle responsável pela supervisão, fiscalização, análise e avaliação da administração orçamentária e financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e operacional da Corporação), do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, que regulamenta o inciso I, do art. 10-B da Lei no 8.255.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

**Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

### 3.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

A Corporação reconhece a necessidade de ajustes a serem implementados para melhoria dos Controles internos e direciona seus esforços no intuito de proporcionar autonomia, estrutura física, pessoal qualificado e estabilidade aos titulares e integrantes do controle interno para que possam cumprir suas missões com imparcialidade.

O ponto positivo é a transparência dos gastos, uma vez que todas as aquisições do CBMDF com recursos federais estão disponíveis no Portal da Transparência, bem como os contratos firmados todos disponíveis para consulta de qualquer cidadão no site da Corporação.

Ademais, é importante destacar a necessidade de trabalhar cada vez mais com controles de mérito processual e não apenas de formalidades. Para tanto, se estuda a melhor forma para controlar os processos decisórios descentralizados existente no CBMDF e trabalhar com eficiência e eficácia na gestão corporativa.

#### 4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

Abaixo estão listados os itens que não foram preenchidos, juntamente com a respectiva justificativa:

- Os subitens 4.1.2.1 e 4.1.2.2 (Movimentação de Crédito Interna e Externa) não foram preenchidos, pois o único valor recebido a título de movimentação de crédito interna e externa foi de UG integrante da própria Corporação, UG (170495) e por orientação da Portaria 175/2013 só devem ser preenchidos no caso do recebimento ou concessão ter ocorrido de/para UG não associada à UJ;
- O Subitem 4.1.3.1 – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ – Total não foi preenchido, pois o não se aplica à UG uma vez que as unidades integrantes do FCDF não são subordinadas e não tendo qualquer vínculo administrativo ou financeiro. A UG 170392 apenas repassa o orçamento entre os órgãos do GDF que participam do fundo. Nesse sentido, acredita-se que esta informação deve ser gerada pelo órgão consolidador do Relatório de Gestão do FCDF (UG 170392).
- O Subitem 4.1.3.3 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total, não foi preenchido, pois o item não se aplica à UG uma vez que as unidades integrantes do FCDF não são subordinadas e não tendo qualquer vínculo administrativo ou financeiro. A UG 170392 apenas repassa o orçamento entre os órgãos do GDF que participam do fundo. Nesse sentido, acredita-se que esta informação deve ser gerada pelo órgão consolidador do Relatório de Gestão do FCDF (UG 170392).
- O subitem 4.1.3.4 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ não foi preenchido, pois considerando que a movimentação originária quem recebe é o FCDF, o CBMDF recebe apenas a movimentação.
- O Subitem 4.2 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos não foi preenchido, pois pelas características inerentes ao FCDF não há possibilidade de execução à descoberto. Logo, não há passivos a serem reconhecidos.

---

---

#### 4.1 Execução das despesas

---

---

##### 4.1.1 Programação

---

**Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UG:170394	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		936.098.690,00		107.303.717,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		30.950.000,00		6.950.000,00
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>		(1.450.000,00)		(4.950.000,00)	

Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		965.598.690,00		109.303.717,00	
Dotação final 2012(B)		879.779.585,00		84.443.317,00	
Variação (A/B-1)*100		9,75		29,44	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		91.111.390,00			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(27.333.409,00)			
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		63.777.981,00			
Dotação final 2012(B)		82.107.099,00			
Variação (A/B-1)*100		(22,32)			

Fonte: Subseção de Gestão Orçamentária – SSAGO/SAOFI/DIOFI

Obs.: O campo UGO foi substituído por UG uma vez que as informações apresentadas representam apenas o Orçamento consignado ao CBMDF.

#### 4.1.1.1 Análise Crítica

Primeiramente cabe destacar que o orçamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal possui como função apenas encargos especiais. Segundo o MTO-2013 tal função é definida como segue:

*A função Encargos Especiais engloba as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. Nesse caso, as ações estarão associadas aos programas do tipo operações especiais que correspondem aos códigos abaixo relacionados e constarão apenas do orçamento, não integrando o PPA.*

Para exercício de 2013 houve um acréscimo 9,75% no orçamento destinado a Pessoal e Encargos Sociais, 29,44% no de Outras Despesas Correntes e uma redução no orçamento destinado a Investimentos de 22,32%.

O aumento no orçamento de Pessoal e Encargos Sociais foi decorrente da publicação da Lei 12.804 de 24 de abril de 2013 que alterou a tabela de remuneração dos militares do Distrito Federal em 5%, bem como o ingresso de 586 novos militares na Corporação.

No sentido de complementar o orçamento de Pessoal e Encargos Sociais foi necessário efetuar crédito suplementar a fim de lastrear o aumento bem como ingresso dos novos militares. Esse crédito suplementar teve origem no remanejamento efetuado do grupo de Investimentos.

Houve ainda o remanejamento no Grupo de Outras Despesas Correntes (Auxílio Alimentação) para outras unidades do Fundo Constitucional do Distrito Federal no montante de R\$ 3 milhões.



Foi ainda recebido o valor de R\$ 5 milhões de reais para utilização no Programa de Manutenção do CBMDF tendo como origem o Orçamento da Seguridade Social/Assistência Médica.

Posto isto, pode-se dizer que as dotações orçamentárias destinadas ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal guardam compatibilidade com as necessidades da UJ.

#### 4.1.2 Realização da Despesa

##### 4.1.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

##### Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Unidade Orçamentária: 170392	Código UO: 73901		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>64.132.692,03</b>	<b>476.949.101,71</b>	<b>64.132.692,03</b>	<b>50.482.101,71</b>
a) Convite	1.448,56	13.744,96	1.448,56	13.744,96
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	5.067.978,22	3.082.774,09	5.067.978,22	3.082.774,09
d) Pregão	59.063.265,25	473.852.582,66	59.063.265,25	47.385.582,66
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.085.017,05</b>	<b>6.813.435,98</b>	<b>6.085.017,05</b>	<b>6.813.435,98</b>
h) Dispensa	1.586.679,98	1.262.082,51	1.586.679,98	1.262.082,51
i) Inexigibilidade	4.498.337,07	5.551.353,47	4.498.337,07	5.551.353,47
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>46.129,65</b>	<b>68.199,03</b>	<b>46.129,65</b>	<b>68.199,03</b>
j) Suprimento de Fundos	46.129,65	68.199,03	46.129,65	68.199,03
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.026.370.593,43</b>	<b>922.914.696,84</b>	<b>949.939.564,33</b>	<b>854.877.717,99</b>
k) Pagamento em Folha	1.024.259.226,54	920.457.320,73	947.828.197,44	852.420.341,88
l) Diárias	2.111.366,89	2.457.376,11	2.111.366,89	2.457.376,11
<b>5. Outros (não se aplica)</b>	<b>237.929,75</b>	<b>413.247,65</b>	<b>237.414,75</b>	<b>413.247,65</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.096.872.361,91</b>	<b>1.407.158.681,21</b>	<b>1.020.440.817,81</b>	<b>912.654.702,36</b>

\* A despesa com pagamento em folha para 2013 inclui os gastos efetivos em folha acrescidos dos gastos correntes pagos em folha (incluindo os subelementos 08, 19, 46 e 93, descritos abaixo).

SUBELEMENTO	DESCRIÇÃO
08	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR
19	AUXILIO-FARDAMENTO
46	AUXILIO-ALIMENTACAO
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES

#### 4.1.2.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

**Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pensão militar	611.870.495,46	551.691.459,96	611.870.495,46	550.451.200,17	1.240.259,79	0,00	566.484.075,14	498.171.624,34
Aposent. Rpps, Reser. Remuner. E Refor. Militar	251.347.434,00	225.239.291,51	251.347.434,00	225.239.291,51	0,00	0,00	232.067.415,14	214.894.806,58
Pensões, Exclusive do RGPS	83.632.946,00	74.640.037,27	83.630.598,41	74.640.037,27	0,00	0,00	76.960.925,72	74.640.037,27
Demais elementos do grupo	18.747.814,54	28.202.613,98	12.746.666,63	25.276.250,35	2.926.363,63	8.231.616,82	12.698.571,91	23.874.633,87
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Auxílio Alimentação	49.672.142,51	42.785.873,18	49.672.142,51	42.785.873,18	0,00	0,00	45.500.344,85	38.774.571,57
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.330.382,00	16.959.611,70	15.481.729,76	13.892.780,22	3.066.831,48	4.617.416,78	15.481.729,76	13.892.780,22
Material de Consumo	15.597.532,24	11.710.567,44	9.550.792,46	5.151.700,35	6.558.867,09	19.996.037,97	9.550.792,46	5.151.700,35
Demais elementos do grupo	25.678.453,25	12.987.264,68	17.990.477,96	5.845.148,29	7.142.116,39	7.365.409,99	17.114.938,11	5.845.148,29
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
Equip. e Material Permanente - Op. Intra-Orc.	58.273.544,30	62.881.024,40	41.743.896,50	34.260.789,58	28.620.234,82	41.425.668,84	41.743.896,50	34.260.789,58
Obras e Instalações - Op.Int.Orc	4.824.435,52	16.960.019,73	2.838.128,22	3.052.526,56	13.907.493,17	9.886.527,85	2.838.128,22	3.052.526,56
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	680.000,00	70.572,17	0,00	62.990,00	7.582,17	188.482,30	0,00	62.990,00
Demais elementos do grupo	0,00	33.093,73	0,00	33.093,73	0,00	0,00	0,00	33.093,73
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

Fonte: DIOFI

O valor dos restos a pagar não processados do Quadro acima foi obtido a partir da conta de controle de inscrição de restos a pagar, desconsiderando as reinscrições. Além disso, mudou-se o critério da elaboração dessa coluna em relação ao ano anterior. A coluna anteriormente representava o montante inscrito para o exercício seguinte e, a partir deste momento, incluem-se nesse quadro os valores inscritos e reinscritos para o ano. Com isso o valor de referência de 2012 passa a ser o valor inscrito para o ano de 2012 e não o quanto foi inscrito em 2012 para o ano de 2013.

---

#### **4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa**

---

A execução orçamentária da Corporação contemplou em 2013 91% dos seus gastos de contratações e aquisições nas modalidades de convite, concorrência e pregão e apenas 9% em dispensas e inexigibilidades.

As inexigibilidades são representadas em 78% aproximadamente pelos gastos com concessionárias de serviço público detentoras de monopólio (água e luz). Quanto às Dispensas, do seu total, 79% foram gastos com despesas de aluguel e condomínio.

Cabe destacar que o Corpo de Bombeiros Militar do DF utilizou o pregão como modalidade principal em suas contratações e aquisições totalizando 84%, aproximadamente, do total de recursos disponíveis para gastos com custeio e investimento, desconsiderando neste cálculos gastos com Suprimento de Fundos, Folha de Pagamento, incluindo diárias. Considerando a evolução horizontal dos gastos, houve uma redução de 89% na utilização da modalidade convite entre 2012 e 2013 e um aumento de 64% na modalidade Concorrência e de 25% no Pregão.

Ressalta-se que de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Fundo Constitucional do Distrito Federal não sofre com a limitação de empenho e movimentação financeira.

**Eventos positivos sobre a execução orçamentária:** O CBMDF conseguiu ao longo de 2013 distribuir os processos licitatórios de maneira mais homogênea, de modo, que as principais aquisições foram concluídas ainda no primeiro semestre de 2013. Ademais, a implementação de Sistema de Registro de Preços próprio também contribuiu para uma melhor distribuição temporal das aquisições, evitando-se assim a tradicional concentração de licitações no final do exercício financeiro. Finalmente, a permanência de profissionais qualificados no Departamento de Administração Logística e Financeira (DEALF) garantiu a continuidade e aprimoramento das atividades administrativas relativas a licitações, contratações e orçamentos.

**Eventos negativos sobre a execução orçamentária:** Carência de pessoal lotado no DEALF. Complexidade de determinadas contratações, as quais tornam o processo de elaboração de projetos básicos/termos de referência mais lento que o desejado. Ausência de sistema informatizado que integre, mesmo gerando retrabalho, a execução dos Orçamentos do Governo Federal e Distrital.

## 4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

### Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados			
Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 109.309,40	R\$ 0,00	R\$ 109.309,40	R\$ 0,00
R\$ 23.193,06	R\$ 23.193,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados			
Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
R\$ 63.469.748,54	R\$ 53.844.997,79	R\$ 2.622.799,53	R\$ 7.001.951,22
R\$ 7.006.862,89	R\$ 4.960.353,95	R\$ 2.046.508,94	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 491.741,17	R\$ 0,00	R\$ 491.741,17	R\$ 0,00

Fonte: DIOFI

#### 4.2.1 Análise Crítica

Os restos a pagar no âmbito do Corpo de Bombeiros tem sofrido grande evolução na sua gestão a partir de políticas e normas internas direcionadas à melhoria das estimativas de empenhos e revisão trimestral de seus executores a fim de ajustar ao longo do ano a real necessidade dos valores empenhados e, com isso, evitando a inscrição indevida de valores em restos a pagar para o ano seguinte.

A reinscrição de restos a pagar para o ano de 2013 ocorreu, em sua maioria, em virtude do atraso na execução de obras e outros contratos de execução complexa. Nesse contexto, dos R\$ 491 mil de empenhos de 2009 reinscritos para 2013, 99% foi referente aos empenhos do contrato para cercamento dos quartéis sobre o qual foi aberto questionamento sobre a forma de medição e cobrança. A discussão foi concluída no início de 2013 levando à conclusão de que o valor ora empenhado não era devido e, portanto, cancelado. Quanto aos empenhos de 2011 reinscritos, 52% foram decorrentes de obras com atrasos de execução por motivos diversos, 24% foram decorrentes de atrasos em projetos de desenvolvimento de *software*, atraso de entrega de equipamentos de proteção individual e manutenção de aeronaves.

## 4.3 Suprimento de Fundos

### 4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

#### Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de

## Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
<b>2013</b>			2	1.600,00	30	44.529,65	46.129,65
<b>2012</b>			1	660	45	67.979,03	68.639,03
<b>2011</b>			1	660	65	90.620,74	91.280,74

Fonte: DIOFI

### 4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

#### Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
<b>Código da UG 1</b>	<b>170394</b>	<b>Limite de Utilização da UG</b>			
CARLOS ALBERTO SIQUEIRA CARDOSO	29771030159	4.000		246,5	246,5
RAIMUNDO NONATO CIQUEIRA CAVALCANTE	31627668187	4.000		268	268
EDSON SANTANA DA BOA MORTE	32974450172	4.000		800	800
ALBERTO VIEIRA MACARIO	35870400104	4.000		2.209,94	2.209,94
PAULO CEZAR ANTONIO DIAS CRUZ	35923490153	4.000		691	691
JOSE RIBAMAR BORGES LEAL	37302841187	4.000		676,5	676,5
OTAVIO ARRUDA DE SOUSA	37372696100	12.000		712,9	712,9
EDILSON JOSE PEREIRA DA SILVA	39886409134	4.000	1.600,00	1.596,24	3.196,24
PAULO ROBERTO SOUSA BARBOSA	39913830125	4.000		799,01	799,01
JOEL FERREIRA DO NASCIMENTO	41112350187	4.000		1.130,00	1.130,00
EDNALDO DANTAS DE MATOS	45799555104	8.000		537	537
CLAUDIO DOS SANTOS RODRIGUES	49043749168	8.000		1.070,82	1.070,82
ALEX DE ALMEIDA FARIA	50508598168	8.000		2.199,22	2.199,22
ERNESTO AURO DE OLIVEIRA COELHO	50571850120	8.000		2.692,96	2.692,96
ANDRE PEREIRA DA SILVA	51668017172	28.000		6.741,85	6.741,85
MARCELO GONCALVES DE MELO	53991796104	4.000		755,1	755,1
RAIMUNDO MAGALHAES DA COSTA	55339913104	20.000		2.909,99	2.909,99
CAIRO JOSE DE SOUSA	56438303100	4.000		908,85	908,85
JOSE GENILSON DOS SANTOS	57879320130	16.000		4.165,47	4.165,47

VALTERLY DE SOUSA COELHO	60995785104	12.000		4.107,09	4.107,09
MARCUS TULIO SOARES MENEZES	64630420134	4.000		2.698,11	2.698,11
ALEXANDRE DE ALENCAR LEIRO SANTOS	80769390110	12.000		1.434,60	1.434,60
JOSE CLEUDIMAR FAUSTINO RAMALHO	95232648187	12.000		5.178,50	5.178,50
<b>Total Utilizado pela UG</b>			1.600,00	44.529,65	46.129,65
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			1.600,00	44.529,65	46.129,65

Fonte: Siafi Gerencial DIOFI

Obs.: O valor do limite de crédito individual por suprido foi preenchido a partir dos valores totais concedidos a cada um dos agentes supridos.

### 4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas							1	94,50				
PC Aprovadas							34	46.135,15	45	67.979,03	65	90.620,74

Fonte: Siasi Gerencial e Operacional DIOFI

---

#### 4.3.4 Análise Crítica

---

O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal tem evoluído nos seus controles e no próprio processo de execução orçamentária e financeiro ao longo dos últimos anos. Nesse mote, tem-se conseguido incluir no planejamento de contratações e aquisições realizadas pelos métodos convencionais da Lei 8.666/93 ficando cada vez menos itens e serviços a serem adquiridos ou contratados pelo método de exceção, o suprimento de fundos.

A Corporação atualmente possui duas unidades gestoras para gerir os seus recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, uma para a área de assistência média, odontológica (Diretoria de Saúde) e a outra para atender as demandas das demais unidades dos CBMDF as quais são distribuídas nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

A ferramenta “Suprimento de Fundos”, que no caso do CBMDF é utilizado apenas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, é utilizado apenas nos casos de extrema necessidade em despesas de pequeno vulto, eventuais e excepcionalmente sigilosas.

Com a finalidade de realizar o controle interno dessa modalidade de aplicação de recursos e assegurar a aplicação dos recursos em conformidade com a legislação, utiliza-se norma interna para concessão e aplicação do Suprimento de Fundos reforçando os critérios legais de utilização e restringindo a aplicação. Foi também estabelecido que o agente suprido, entre outras obrigações, deve reporta-se à Seção de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro da Diretoria de Orçamento e Finanças (gastos da UG 170394) sempre que for fazer uso do Cartão para solicitar autorização para compra em subelemento de despesa específico, explicitando a aquisição/contratação os motivos pelos quais não foi possível a realização do processo licitatório, e a verificação da falta nos almoxarifados.

Para evitar problemas e atrasos na prestação de contas foi estabelecido que o agente suprido imediatamente após a aquisição deverá reportar-se ao almoxarifado para registro de entrada e saída do material adquirido. Desta forma, como também foi estabelecido prazo de 3 dias para o registro no almoxarifado, os possíveis problemas na aquisição já serão identificados antes mesmo da prestação de contas e o suprido é então orientado a procurar a seção responsável pela prestação de contas para os ajustes. Estes procedimentos evitaram ao longo do ano que prestações de contas fossem reprovadas uma vez que quando comprovado o problema com a aquisição o suprido foi orientado a efetuar a devolução dos recursos antes da prestação de contas. do total de 35 suprimentos abertos foram identificados problema insanáveis na aquisição em 1 suprimento em virtude de ter sido constatado na prestação de contas um gasto sem autorização no valor de R\$ 94,50 o qual foi devidamente restituído por meio de GRU.

No dia 09 de janeiro de 2013 foi autuado o processo nº 053.000.062/2013 – Suprimento de Fundos, para abertura de Empenho Estimativo conforme o Memorando nº 0079 e 0094/2013-DIOFI e, foi autorizado pelo Diretor de Orçamento e Finanças a emissão do empenho estimativo para custear as despesas de Suprimento de Fundos do presente exercício. Para as despesas de materiais foi emitida a Nota de Empenho 2013NE000001, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para as despesas de serviços foi emitida a Nota de Empenho 2013NE000002, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), todas na Fonte 0100-FCDF, tendo como favorecida esta Unidade Gestora 170394. Anexo I.

Neste exercício de 2013 foram abertos quarenta processos de Suprimento de Fundos para as respectivas Unidades do CBMDF, conforme abaixo especificado:

- Pequeno Vulto= 30
- Utilizados= 27
- Não utilizados= 03
- Eventual= 10
- Utilizados= 08
- Não utilizados= 02



Para o presente exercício foi estimada uma despesa de no máximo R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), sendo R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para materiais (33.90.30) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para serviço (33.90.39) conforme as Notas de Empenho 2013NE000001 e 2013NE000002 respectivamente. De acordo com o memorando nº 1554/2013-SSAFFI/DIOFI, de 28/05/2013, foi solicitado o reforço de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em cada uma das NEs acima. Anexo I.

A partir do mês de junho ocorreu a emissão de notas de empenho individuais para cada processo de Suprimento de Fundos, com a finalidade de maior controle de cada processo. Como consequência desta decisão foi solicitada a anulação dos saldos das 2013NE000001 e 2013NE000002, conforme memorando nº 1701/2013-SSFI/DIOFI. Anexo I.

Após a prestação de contas dos processos de Suprimento de Fundos vinculados às 2013NE000001 e 2013NE000002, foi solicitada a anulação dos seus respectivos saldos, conforme o memorando nº 4048/2013-SSAFI/DIOFI. Anexo I.

No presente exercício foi liberado, a título de Suprimentos de Fundos, recursos na ordem de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais) de adiantamento para este fim. Deste total foram utilizados R\$ 46.129,65.

5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

Abaixo estão relacionados os subitens que não foram preenchidos ou preenchidos parcialmente:

- O subitem 5.1.2.1- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ foi preenchido parcialmente, pois não é aplicado ao pessoal de Prestação de Tarefa por Tempo Certo;
- O subitem 5.2.2 – Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão par a Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados, pois não houve autorização expedida para essa finalidade em 2013;
- O subitem 5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários não foi preenchido, pois o CBMDF não possui estagiários.

## **5.1 Estrutura de pessoal da unidade**

### **5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

#### **5.1.1.1 Lotação**

##### **QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>133</b>	<b>6194</b>	<b>565</b>	<b>157</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>133</b>	<b>6194</b>	<b>565</b>	<b>157</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	133	6194	565	157
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	6	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>133</b>	<b>6200</b>	<b>565</b>	<b>157</b>

Fonte: SEMOV/DIGEP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>Não há</b>	<b>257</b>	<b>5</b>	<b>22</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>Não há</b>	<b>257</b>	<b>5</b>	<b>22</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (PTTC)	Não há	257	5	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>Não há</b>	<b>257</b>	<b>5</b>	<b>22</b>

Fonte: SECOT/DINAP

A prestação de tarefa por tempo certo, tratada no artigo 114 da Lei nº 12.086 de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856 de 30 de junho de 2010, é a execução de encargo, incumbência, tarefa ou missão de caráter voluntário e temporário, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo bombeiro militar da inatividade que se encontre na reserva remunerada e, em caráter excepcional, reformado, conforme as regras estabelecidas na Portaria nº 39 de 21 de agosto de 2012, publicada no Boletim Geral nº 161 de 27 de agosto de 2012.

Os militares nomeados para a prestação de tarefa por tempo certo, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, destinam-se ao atendimento das atividades, de caráter voluntário e temporário, desde que inexistam no serviço ativo do CBMDF, pessoal militar habilitado e disponível para o exercício das seguintes atividades:

I - professores, instrutores e monitores em estabelecimento de ensino da Corporação;

II - administração, de saúde, de finanças, de informática e de ciência e tecnologia;

III - apoio e em complemento a atividade operacional; e

IV - realização de serviços ou atividades de natureza emergencial ou urgente, a critério do Comandante-Geral.

## 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>7</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	7
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>2</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>11</b>
<b>Fonte:</b> SEXPE/DIGEP, SEMOV/DIGEP e DITIC	

Conforme informação da Seção de Expediente, por meio do Memorando nº 107/2014-SEXPE/DIGEP/DERHU, e de acordo com o Memorando nº 116/2014-SEXPE, mal grado os esforços perpetrados por esta Diretoria, não é possível informar os dados constantes dos campos

preenchidos com valores “00”, uma vez que o controle de pessoal é realizado por meio do Sistema GECOPE, no qual, ainda, não constam os dados que possam subsidiar essas informações, nos termos dos temas tratados no quadro A.5.1.1.2.

Informo que a Diretoria de Gestão de Pessoal está em fase de transição entre o sistema de registros em meio físico para o informatizado. O Sistema em fase de desenvolvimento e implantação no CBMDF, a cargo da Diretoria de Tecnologia, Informação e Comunicação do CBMDF (DITIC), é o GECOPE. Oportunamente, com a implementação do GECOP, os dados solicitados deste Quadro serão inseridos e disponibilizados no sistema, tendo em vista ser inviável a pesquisa nas fichas de assentamentos (em papel).

### **Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Prestação De Tarefa Por Tempo Certo**

Para o exercício de 2013 não há afastamentos de militares nomeados na prestação de tarefa por tempo certo que se enquadre em quaisquer umas das situações previstas no quadro 5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.

Segundo o artigo 14 da Portaria nº 39 de 21 de agosto de 2012 que regula a prestação de tarefa por tempo certo – PTTC.

Ao militar inativo nomeado para a prestação de tarefa por tempo certo é vedado:

- I - exercer cargos ou funções de chefia;
- II - concorrer à substituição temporária;
- III - ser nomeado em função gratificada;
- IV - ser desviado da tarefa ou aproveitado no exercício de atividade diversa da especificada no ato de nomeação;
- V - ser nomeado ou colocado à disposição de outro órgão da administração Federal, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- VI - ser transferido de OBM;
- VII - cumprir tarefa, encargo, incumbência ou missão fora do Distrito Federal;
- VIII - receber gratificação de serviço voluntário;
- IX - exercer atividade político-partidária;
- X - participar de cursos, congressos, seminários, ou qualquer outro evento da mesma natureza, fora do Distrito Federal;
- XI - ser requisitado ou cedido a outro órgão.

---

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

---

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

---

**Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	351	296	1174	1080
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	351	296	1174	1080
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	351	296	1174	1080

Fonte: DIGEP

O Quadro A.5.1.2.1 - detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ não foi preenchido, uma vez que não é aplicado a PTTC uma vez que é vedado ao militar inativo nomeado para a prestação de tarefa por tempo exercer cargos ou funções de chefia, concorrer à substituição temporária, ser nomeado em função gratificada, receber gratificação de serviço voluntário, ser requisitado ou cedido a outro órgão, entre outros.

---

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

---

**Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>	1292	2028	2616	91	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1292	2028	2616	91	-

1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>133</b>	<b>150</b>	<b>12</b>	<b>-</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	1	133	150	12	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1293</b>	<b>2161</b>	<b>2766</b>	<b>103</b>	<b>-</b>

Fonte: SEPAG/DIGEP

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>		<b>1</b>	<b>25</b>	<b>199</b>	<b>32</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira (PTTC)		1	25	199	32
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>		<b>1</b>	<b>25</b>	<b>199</b>	<b>32</b>

Fonte: SECOT/DINAP

### 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

#### Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	32	109	2093	2284	1509	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	32	109	2093	2284	1509	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	2	3	90	141	60	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	2	3	90	141	60	-	-	-

<b>3. Totais (1+2)</b>	-	34	112	2183	2425	1569	-	-	-
------------------------	---	----	-----	------	------	------	---	---	---

Fonte: SIAPE- DIGEP

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>				<b>79</b>	<b>137</b>	<b>41</b>			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira (PTTC)				79	137	41			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
<b>3. Totais (1+2)</b>				<b>79</b>	<b>137</b>	<b>41</b>			

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SECOT/DINAP

### 5.1.3 Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenc. e Previdenc.	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>										
Exercícios	2013	319.465.979,02		128.631.685,79	150.961.310,69	66.919.187,69	532.679,21			666.510.842,40
	2012	296.461.595,02		108.815.700,78	139.662.242,15	56.750.504,98	-		23.645,64	601.713.688,57
	2011	273.637.761,41		88.647.480,01	129.496.806,46	48.419.713,11	-		55.537,90	540.257.298,89
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									

Fonte: SEPAG/DIGEP



Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenc. e Previdenc.	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão (PTTC)</b>										
Exercícios	2013			8.540.322,93						8.540.322,93
	2012			6.160.198,04						6.160.198,04
	2011			1.808.962,39						1.808.962,39
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									

Fonte: SEPAG/DINAP

#### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

##### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

###### Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>1994</b>	<b>127</b>
1.1 Voluntária	1799	126
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	195	1
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	<b>261</b>	<b>5</b>
2.1 Voluntária	261	5
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>2255</b>	<b>132</b>

Fonte: SEPAG/DINAP

##### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

###### Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>1153</b>	<b>88</b>
1.1 Integral	893	69
1.2 Proporcional	260	19
<b>2. Em Atividade</b>	<b>435</b>	<b>27</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1588</b>	<b>115</b>

Fonte: SEPAG/DINAP

#### 5.1.5 Cadastramento no Sisac

O item 5.1.5 Cadastramento no Sisac não se aplica a Diretoria de Inativos e Pensionistas uma vez que seus atos não estão sujeitos ao registro e comunicação ao Tribunal de Contas da União, no entanto foram concedidas 115 (cento e quinze) pensões militares e 10 (dez) reformas no exercício de 2013.

### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

**Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	363	241	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>363</b>	<b>241</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

O processamento dos atos de “Concessão de pensão especial a ex-combatente, Concessão de reforma, Concessão de pensão militar e Alteração do fundamento legal destes atos concessórios”, não são atribuições desta Diretoria de Gestão de Pessoal, nos termos do Regimento do Departamento de Recursos Humanos e Órgãos subordinados, aprovado pela Portaria/CBMDF nº 93, de 21 de dezembro de 2011, publicada no boletim geral nº 239, de 22 de dezembro de 2011. Motivo pelo qual foram atribuídos os valores “00” nos respectivos campos de preenchimento.

Não houve o cadastro dos atos no Sisac e nem a comunicação ao TCU, em razão de não haver determinação legal para a prática dos atos de registro e de comunicação.

### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

**Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	15	22	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

O processamento dos atos de “cancelamento de concessão”, não são atribuições desta Diretoria de Gestão de Pessoal, nos termos do Regimento do Departamento de Recursos Humanos e Órgãos subordinados, aprovado pela Portaria/CBMDF nº 93, de 21 de dezembro de 2011, publicada no boletim geral nº 239, de 22 de dezembro de 2011. Motivo pelo qual foram atribuídos os valores “00” nos respectivos campos de preenchimento.

Não houve a comunicação desses atos ao TCU, em razão de não haver determinação legal para a prática do ato de comunicação.

### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

**Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	363
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>363</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	15
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>

O processamento dos atos de “Concessão de pensão especial a ex-combatente, Concessão de reforma, Concessão de pensão militar e Alteração do fundamento legal destes atos concessórios”, sujeitos ao registro pelo TCU e o ato de “cancelamento de concessão” sujeito à comunicação ao TCU, não são atribuições desta Diretoria de Gestão de Pessoal, nos termos do Regimento do Departamento de Recursos Humanos e Órgãos subordinados, aprovado pela Portaria/CBMDF nº 93, de 21 de dezembro de 2011, publicada no boletim geral nº 239, de 22 de dezembro de 2011. Motivo pelo qual foram atribuídos os valores “00” nos respectivos campos de preenchimento.

Não houve o cadastro dos atos no SISAC e nem a comunicação ao TCU, em razão de não haver determinação legal para a prática dos atos de registro e de comunicação.

### 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

**Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões gratuitas ou indenizatórias	00	00	00	00
Outros atos fora do SISAC (especificar)	00	00	00	00
<b>Totais</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

O processamento dos atos de “pensões graciosas ou indenizatórias”, não são atribuições desta Diretoria de Gestão de Pessoal, nos termos do Regimento do Departamento de Recursos Humanos e Órgãos subordinados, aprovado pela Portaria/CBMDF nº 93, de 21 de dezembro de 2011, publicada no boletim geral nº 239, de 22 de dezembro de 2011. Não há outros atos fora do SISAC sujeito a remessa física ao TCU cujo processamento seja de competência desta Diretoria. Motivo pelo qual foram atribuídos os valores “00” nos respectivos campos de preenchimento.

Não houve a remessa física dos atos ao TCU em razão de não haver determinação legal para tal.

---

### **5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

---

O item 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, não é aplicado aos militares inativos do CBMDF.

Para os militares Ativos, o controle interno de acumulação de cargos, funções e empregos públicos é realizado por meio da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar de Acumulação de Cargos e Empregos (CPPADACE) do CBMDF, instituída por meio da Portaria nº 28, de 21 de agosto de 2007, do Comandante-Geral do CBMDF, publicado no boletim geral nº 172, de 10 de setembro de 2007. (cópia em anexo).

O único meio de controle interno voltado a detecção de acúmulo de cargo de que dispõe o CBMDF é o confronto realizado rotineiramente do nº do CPF de servidores no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). Concomitante a este meio de detecção a citada Comissão de Acúmulo de Cargo se vale das notificações de constatação de acúmulo de cargo enviada pelos órgãos de controle e fiscalização da Administração Pública Federal e Distrital, quais sejam, Controladoria Geral da União (CGU) e Secretaria de Transparência do Distrito Federal.

Desta forma os Órgãos de controle externo remetem ao CBMDF a notícia do provável acúmulo indevido, que, por sua vez, encaminha à Comissão de Acúmulo de Cargo para processamento, mediante a abertura do processo administrativo e notificação do servidor para opção pelo cargo, emprego ou função, e para o exercício da ampla defesa e contraditório. O processamento é feito nos termos da Lei nº 8.112/90, por não haver regulamentação específica no âmbito do CBMDF.

Caso o militar não faça a opção pelo cargo, e operando-se o trânsito em julgado da decisão administrativa que concluir pelo acúmulo indevido de cargo, emprego ou função pública, é iniciado de ofício o processo administrativo de desligamento do servidor dos quadros do CBMDF e informado ao outro da solução do processo administrativo.

Segue em anexo o relatório de processos administrativos disciplinares abertos para regularização das situações de acumulações irregulares de cargos, funções ou empregos públicos.

---

### **5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

---

Para os Inativos, não existem providências a serem adotadas, uma vez que não existem casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos por parte deles.

Para os militares ativos, foram realizadas 213 notificações e delas decorreram a abertura de igual número de processos voltados a regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos.

Os procedimentos administrativos adotados resultaram na cessação do acúmulo indevido de cargo mediante a opção do servidor e o consequente desligamento do cargo, função ou emprego público.

Alguns servidores cujo acúmulo de cargo foi considerado ilegal pela Administração Militar obtiveram decisões judiciais favoráveis à sua pretensão ao acúmulo de cargo.

Relação nominal dos processos de Acumulação de Cargo e Emprego, providências e soluções adotadas constam do relatório em anexo.

---

### **5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

---

Não existem na Diretoria de Inativos e Pensionistas, indicadores desenvolvidos para tratar dos militares inativos e pensionistas militares.

Serão criados indicadores que demonstrem, em cada exercício, o número de militares ativos transferidos para a reserva ou reforma remunerada, o número de militares falecidos, a quantidade de pensões militares concedidas, bem como o número total de militares inativos e beneficiários de pensão a partir do exercício de 2013.

Já para os militares ativos, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal possui em sua estrutura organizacional o Departamento de Recursos Humanos que faz a gestão de seu pessoal.

O Departamento de Recursos Humanos (DERHU) é o órgão de direção-geral que tem por finalidade a execução das políticas e diretrizes estratégicas de recursos humanos, planejando, orientando, coordenando e controlando as atividades de assistência à saúde, social e religiosa, de cadastro do pessoal ativo, inativo e pensionista, de controle de efetivo e movimentações, de avaliação do pessoal, de promoções e de direitos, deveres e incentivos funcionais.

Dentro da estrutura organizacional do DERHU está a Diretoria de Gestão de Pessoal (DIGEP) que é o órgão de direção setorial com atribuição do planejamento, coordenação, execução, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o pessoal em serviço ativo.

A Diretoria de Pessoal não tem indicador gerencial sobre recursos humanos próprio, porém o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal com o intuito de aferir o desempenho organizacional, estabeleceu alguns indicadores institucionais. Tais indicadores estão em fase de estudo para sua implantação efetiva.

Os Indicadores Institucionais do CBMDF, voltados a aferir o desempenho organizacional, foram aprovados pela Portaria/CBMDF nº 38, de 27 de setembro de 2013, publicada no Boletim Geral nº 186, de 30 de setembro de 2013.

Esta portaria atribuiu à DIGEP o indicador institucional relacionado ao índice de estabilidade dos gestores, cuja finalidade é alcançar a proficiência na Administração Militar mediante a avaliação das consequências decorrentes da rotatividade nas funções de Comando, Direção, Chefia e Assessoramento e, ainda, a avaliação e reavaliação do perfil do profissional para a assunção e desempenho de função de Comando, direção, chefia e assessoramento, objetivando, com isso, quantificar e qualificar o desempenho dos gestores e os resultados de suas gestões.

---

## **5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

---

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada devem ser tratadas considerando os quatro quadros a seguir. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; o segundo contempla os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais; o terceiro trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o quarto trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

## 5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

### Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal													
UG/Gestão:170394						CNPJ: 08.977.914/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	040/2008 (Proc. 053.000.736/2007)	Planalto Service Ltda. (02.843.359/0001-56)	15/09/2008	16/03/2014	*	*	*	*	*	*	P

Observações:

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

\*O EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 104/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG não previu a exigência do nível de escolaridade dos trabalhadores contratados pela empresa.

Mês	Quantidade de Funcionários <sup>1</sup>	Mês	Quantidade de Funcionários
Janeiro	151	Julho	151
Fevereiro	151	Agosto	151
Março	151	Setembro	151
Abril	151	Outubro	151
Maior	151	Novembro	151
Junho	151	Dezembro	151

CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS) <sup>2</sup>	VALOR MENSAL (EM REAIS)	VALOR ANUAL (EM REAIS)
Servente padrão	141	1.922,54	271.078,14	3.252.937,68
Servente com insalubridade	4	2.184,35	8.737,40	104.848,80
Encarregado	6	3.054,60	18.327,60	219.931,20
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>151</b>		<b>298.143,14</b>	<b>3.577.717,68</b>

Fonte: Diretoria de Contratações e Aquisições.

<sup>1</sup> CONFORME QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 40/2008-CBMDF

<sup>2</sup> Valores pagos pela Administração à contratada por cada profissional, conforme previsão contratual.

Unidade Contratante													
Nome: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal													
UG/Gestão:170394							CNPJ:08.977.914/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	A
2013	8	O	54/2013 (053.000.289/2013)	Araújo Abreu Engenharia S/A (33.373.325/0006-83)	03/07/2013	03/07/2014	*	*	3	3	1	1	A

Observações:  
 Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.  
 Natureza: (O) ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação do contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

\*O EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 020/2013–DICOA/DEALF/CBMDF não previu a exigência do nível de escolaridade dos trabalhadores contratados pela empresa.

Mês	Quantidade de Funcionários
Agosto	68
Setembro	68
Outubro	68
Novembro	68
Dezembro	68



CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS) <sup>3</sup>	VALOR MENSAL (EM REAIS)	VALOR ANUAL (EM REAIS)
Oficial Eletricista	8	3.827,39	30.619,12	367.429,44
Meio Oficial Eletricista	8	3.020,33	24.162,64	289.951,68
Oficial Bombeiro Hidráulico	8	3.456,11	27.648,88	331.786,56
Meio Oficial Bombeiro Hidráulico	8	2.828,66	22.629,28	271.551,36
Pedreiro	8	3.456,11	27.648,88	331.786,56
Pintor	8	3.456,11	27.648,88	331.786,56
Ajudante Geral (de pedreiro e de pintor)	16	2.675,39	42.806,24	513.674,88
Responsável Técnico	1	9.099,05	9.099,05	109.188,60
Encarregado Setorial	2	6.375,67	12.751,34	153.016,08
Auxiliar Administrativo	1	3.199,45	3.199,45	38.393,40
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>68</b>		<b>228.213,76</b>	<b>2.738.565,12</b>

Fonte: Diretoria de Contratações e Aquisições.

Unidade Contratante													
Nome: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal													
UG/Gestão:170394						CNPJ:08.977.914/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	68/2013 (053.001.516/2012)	Premiere Consultoria (01.588.672/0001-22)	19/07/2013	19/07/2014	*	*	*	*	*	*	

Observações:

Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.

Natureza: (O) ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

\*O EDITAL DE LICITAÇÃO N.º N.º 012-2/2012 – DICOA/DEALF/CBMDF não previu a exigência do nível de escolaridade dos trabalhadores contratados pela empresa.

<sup>3</sup> Valores pagos pela Administração à contratada por cada profissional, conforme previsão contratual.

Mês	Quantidade de Funcionários
Julho	24
Agosto	24
Setembro	24
Outubro	24
Novembro	24
Dezembro	24

CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS) <sup>4</sup>	VALOR MENSAL (EM REAIS)	VALOR ANUAL (EM REAIS)
Auxiliar de Saúde Bucal	24	2.876,23	69.029,52	828.354,24
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24</b>		<b>69.029,52</b>	<b>828.354,24</b>

Fonte: Diretoria de Contratações e Aquisições.

---

## 5.2.2 Análise Crítica

---

Até a presente data, a execução do Contrato nº 40/2008-CBMDF, com vigência de 15/09/2008 a 16/03/2014, cujo objeto é a prestação de serviços de conservação e limpeza e que tem como contratada a empresa Planalto Service, do Contrato nº 54/2013, com vigência de 03/07/2013 a 03/07/2014, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção predial, que tem como contratada a empresa Araújo Abreu Engenharia e do Contrato nº 68/2013, com vigência de 19/07/2013 a 19/07/2014, cujo objeto é a prestação de serviços de auxiliar de saúde bucal, que tem como contratada a empresa Premiere Consultoria, transcorrem normalmente.

Acrescentamos que não houve paralisação na prestação dos serviços.

Ademais, não foram identificados problemas relativos ao pagamento de verbas trabalhistas.

---

<sup>4</sup> Valores pagos pela Administração à contratada por cada profissional, conforme previsão contratual.

## **6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

Abaixo estão listados os subitens que não foram preenchidos, juntamente com o respectivo motivo:

- O subitem 6.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional não foi preenchido, pois o CBMDF não possui bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ;
- O subitem 6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional não foi preenchido, pois o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal não possui Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ;
- O subitem 6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ não foi preenchido, pois o CBMDF não possui bens imóveis funcionais da União sob a sua responsabilidade.

---

---

### **6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

---

---

#### **Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

A gestão da frota do CBMDF é regulada por meio da Portaria nº 1, de 4 de janeiro de 2012, que aprova a norma de padronização da frota de veículos terrestres do CBMDF, publicada por meio do Boletim Geral Nº 004/2012.

**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:**

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é uma instituição que tem suas atribuições estabelecidas pela Constituição Federal, em seu artigo 144, pela Lei Federal nº 8.255/91, alterada pela Lei Federal nº 12.086/2009, consiste em proporcionar a proteção pessoal e patrimonial da sociedade e do meio ambiente, por meio de ações de prevenção, combate e investigação de incêndios urbanos e florestais, salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de defesa civil, no âmbito do Distrito Federal.

Todas essas missões apenas podem ser desempenhadas por meio do transporte dos equipamentos e pessoal. E o seu transporte se dará pelo uso da frota de veículos do CBMDF.

Se a frota não estiver em condições adequadas de dimensionamento e funcionamento a missão em si será comprometida.

Para o atendimento da missão se faz necessário que se atenda o trinômio: pessoal, equipamento de atendimento e equipamento rodante.

**c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:**

Viaturas Operacionais: 419

Viaturas Administrativas: 278

Total: 697

**d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:**

Média anual Quilometragem Viaturas Operacionais: 11.205,59

Média anual Quilometragem Viaturas Administrativas: 8.130,74

Média anual Quilometragem Total: 9.979,18

**e) Idade média da frota, por grupo de veículos:**

Idade média Viaturas Operacionais: 3,84

Idade média Viaturas Administrativas: 4,10

**f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):**

Combustível: R\$ 1.947.965,40

Contratos de peças e manutenção: R\$ 6.491.985,93

Pessoal: R\$ 9.562.681,03

**g) Plano de substituição da frota:**

Não existe plano de substituição de frota.

**h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:**

Ainda não foi estudada a possibilidade da locação da frota, em razão dos equipamentos serem de alto custo, importados e de manutenção extremamente especializada.

Ressalta-se que historicamente a Corporação privilegiou a formação de especialistas pertencentes ao próprio quadro para atuarem na manutenção da sua frota, como estratégia da gestão com poucos recursos. A admissão da locação desses equipamentos seria uma quebra de paradigma e estratégia de gestão. Pois a Administração investiu recursos na qualificação de pessoal para a manutenção própria de sua frota.

**i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.**

A frota operacional é distribuída de acordo com as unidades operacionais, observando o menor tempo resposta para a população.

Como a frota é distribuída e não se faz necessário grandes deslocamentos para os atendimentos existe uma otimização do material rodante disponível, de pessoal e de combustível.

O sistema de gestão de frota por meio de combustível disponibiliza para as viaturas administrativas uma cota mensal de combustível.

Para as viaturas operacionais não existe cota de combustível em virtude do tipo de serviço.

### **Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

**Justificativa do não preenchimento:** O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal não dispõe de frota contratada de terceiros.

## 6.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

**Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Contrato Nº 50/2011 – CBMDF

A área do imóvel locado é de 2.014m<sup>2</sup> (dois mil e quatorze metros quadrados).

### **Análise Crítica:**

Após levantamento procedido foi identificada a necessidade de locação de imóveis para atender aos diversos setores da Administração, da área meio, para o quantitativo de 3.951,70m<sup>2</sup> (três mil novecentos e cinquenta e um vírgula setenta metros quadrados).

## 7 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

### 7.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 7.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

**Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					001929
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 020.962/2010-0	1889/2013 – 1ª Câmara			Ofício 0317/2013-TCU/SecexDefesa
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CBMDF					001929
Descrição da Deliberação: conhecimento e adoção das medidas previstas nos subitens 1.7.3.1 a 1.7.3.5 e conhecimento do subitem 1.7.4.1					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação: Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)					Código SIORG:
					001929
<b>Síntese da Providência Adotada: com relação ao Subitem 1.7.3.1</b> , a auditoria realizada encontra-se nos autos do Processo nº 053.001.418/2009. Fora instaurado Processo de Tomada de Contas Especial destinado ressarcir o erário, se constatada a ocorrência de danos ao Erário; <b>com relação ao Subitem 1.7.3.2</b> , todas as acumulações são analisadas caso a caso. Havendo dúvidas, são solicitados pareceres da Procuradoria do DF. Em relação aos casos de acumulações referentes aos Processos nº 053001.225/2006 e 053.002.224/2009, as acumulações foram havidas como lícitas; <b>com relação ao Item 1.7.3.3</b> , fora instaurado devido processo de Tomada de Contas Especial. Atualmente o feito encontra-se no TCDF; <b>com relação ao Item 1.7.3.4</b> , há Procedimentos disciplinares e administrativos destinados à analisar as situações apresentadas. Os resultados, assim que conclusos, serão apresentados à CGU; <b>com relação ao Item 1.7.3.5</b> , a Corporação aprovou indicadores institucionais aptos a mensurar e monitorar as atividades da Corporação. Esta recomendação encontra-se baixada pela CGU, conforme apontamentos referentes ao ano de 2011 – Processo CGU nº 201203409.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Das recomendações que ainda pendem de atendimento restam somente a completa apuração de bombeiros militares vinculados à pessoas jurídicas, requer-se a correta observância do devido processo legal. Nos casos em que se solicitou a Tomada de Contas Especial, as autuações encontram-se em avançada fase de tramitação, cujos resultados serão apresentados à CGU.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Falta de compasso administrativo para se decidir acerca das recomendações/ burocracia necessária para emitir-se decisões, pois há a necessidade de se obedecer ao devido processo legal, bem como ao contraditório e a ampla defesa em relação à alguns achados de auditoria.					

#### 7.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Referente ao Quadro A.9.1.2, não há deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

## 7.2 Tratamento de Recomendações do OCI

### 7.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b> CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			<b>Código SIORG</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	246556	1.1.8.5 - 001	Achados de Auditoria nº 201307825
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b> CBMDF			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição Da Recomendação: Relatório 246556, Item 1.1.8.5 - 001:</b> recomendamos o cumprimento do disposto na IN nº 1/2008-DIF/CBMDF no que se refere a comprovação da viagem, anexando a documentação ao processos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> Novas disposições internas aprovadas para destinadas às comprovações de viagens/pagamento de ajuda de custo (Portaria nº 46, de 13 de dezembro de 2013. Publicada no Boletim-Geral nº 239, de 16 de dezembro de 2013).			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> foram aprovadas outras disposições internas destinadas a melhor instruir processos que se destinam ao pagamento de ajuda de custo.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Falta de regulamentação interna.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	246556	1.1.8.6 - 002	Achados de Auditoria nº 201307825
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação: Relatório 246556: Item 1.1.8.6 - 002:</b> Nos casos de afastamento para participação em cursos ou eventos, abster-se de efetuar prorrogações do período oficial, que não se enquadrem aos interesses da administração, atentando-se quanto ao efetivo período de realização do curso ou evento e à programação estabelecida.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			Código SIORG
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> - novas disposições internas aprovadas para destinadas às comprovações de viagens/pagamento de ajuda de custo (Portaria nº 46 de 13 de dezembro de 2013, publicada no Boletim-Geral nº 239 de 16 de dezembro de 2013). Além disso, o CBMDF tem acompanhado a Decisão 1.403/2011 - TCDF para conceder autorização de cursos aos seus militares.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> foram aprovadas outras disposições internas destinadas a melhor instruir processos que se destinam ao pagamento de ajuda de custo.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Falta de regulamentação interna.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	201109252	2.1.6.1 - 001	Ofício nº 3.222/DEFAZ II/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação: Relatório 201109252, Item 2.1.6.1- 002:</b> Registrar todos os contratos vigentes, pagos com recursos federais, no SIASG.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			Código SIORG
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> O Departamento de Administração e Logística Financeira do CBMDF, por intermédio do Mem nº 1963/2013-SECON/DICOA, informou que está providenciando os lançamentos dos Contratos no SIASG.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> trabalhos concluídos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Falta de códigos próprios no SIASG para lançar materiais e equipamentos próprios de Bombeiros Militares.			

## 7.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O **Quadro A.9.2.2** abaixo remete às justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.9.2.1** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da Providência Adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não**



**Cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

**Quadro A.7.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	246556	1.1.8.4 - 001	Achados de Auditoria nº 201203409
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação: Relatório 246556, Item 1.1.8.4 - 001:</b> Inserir no processo nº 53.002.649/2009 toda a documentação que justifique e comprove a participação dos militares no evento. Caso isso não seja possível, promova a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente:.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			Código SIORG
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> O Processo 053.002.649/2009, que trata do pagamento de diárias referentes à participação de militares em evento ocorrido na cidade de Água Fria – GO, fora remetido à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial/STC para fins apuração destinada manifestar sobre a regularidade ou não do percebimento dessa verba, em virtude de os militares não apresentarem documentação hábil para esta comprovação. Os resultados estão sendo acompanhados por intermédio do Plano de Providências do CBMDF (Processo nº 053.002.127/2012).			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> ainda não há resultados obtidos, pois o processo se encontra em análise.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de documentações relevantes para se legitimar o pagamento desse tipo de ajuda de custo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	246556	1.1.8.4 - 002	Achados de Auditoria nº 201203409
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação:</b> Relatório 246556, <u>1.1.8.4 - 002</u> : encaminhar à CGU o Processo 053.002.649/2009 devidamente corrigido.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			Código SIORG
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> O Processo 053.002.649/2009, que trata do pagamento de diárias referentes à participação de militares em evento ocorrido na cidade de Água Fria – GO, fora remetido à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial e, após do retorno daquela subsecretaria, será remetido a Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> ainda não há resultados obtidos, pois o processo se encontra em análise.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de documentações relevantes para se legitimar o pagamento desse tipo de ajuda de custo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	246556	1.1.8.6 – 001 e 002	Achados de Auditoria nº 201307825
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação:</b> Relatório 246556, <u>Item 1.1.8.6 - 001</u> : efetuar o levantamento dos valores recebidos indevidamente, a título de Ajuda de Custo para os militares SIAPE nº 11400126 e 1400216, referentes ao processo 0053.001622/2009, SIAPE nºs 1399794, 1399854, processo 0053.001341/2009 e 1399810, processo nº 0053.001805/2009, e proceder a devolução dos recursos pagos a maior.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			Código SIORG
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> O Processo 053.001.805/2009 referente à ajuda de custo paga aos militares fora remetido à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial/STC, para fins de abertura de Tomada de Contas Especial, lá será apurado com base nos princípios do contraditório e ampla defesa, além de ser procedida a devolução dos recursos caso, seja constatada a necessidade.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> foram aprovadas outras disposições internas destinadas a melhor instruir processos que se destinam ao pagamento de ajuda de custo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de regulamentação interna.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	246556	1.1.9.1 – 001	Achados de Auditoria nº 201307825
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação:</b> Relatório 246556, <u>Item 1.1.9.1- 001</u> : Adotar as providências saneadoras, caso comprovadas a existência de militares atuando como sócio-gerente ou administradores de empresas privadas, e dar conhecimento a esta Controladoria-Geral da União sobre os resultados obtidos.			
Providências Adotadas			
<b>Sector Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> a Corporação, na ocasião que tomou conhecimento das informações adotou as providências com intuito de convocar os militares nominados no Relatório nº. 246556/007 a fim de justificar as inconsistências apresentadas. Os resultados parciais constam no bojo do Processo nº 053.001.622/2011, o qual se encontra em Processo de análise. Ressalta-se ainda que a Corporação instaurou sindicâncias (n.ºs. 118/2011 e 119/2011) para apurar eventuais transgressões disciplinares por parte dos bombeiros militares que não apresentaram documentações aptas a justificarem os apontamentos constantes do Relatório em referência. Os processos estão conclusos aguardando procedimentos de análise. Os resultados serão encaminhados à Controladoria Geral da União.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> foi publicada nota no BG nº 197, de 15 de outubro de 2013, com intuito de orientar os Bombeiros-militares acerca da vedação constante do art. 30, da Lei nº 7.479/89.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Falta de regulamentação interna. Necessidade de se observar o contraditório e a ampla defesa			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxxx	201109252	2.1.3.2 – 001	Ofício nº 3.222/DEFAZ II/DE/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação:</b> Relatório 201109252, <u>Item 2.1.3.2- 001</u> : Criar e homologar documentação à qual trate da Política de Segurança da Informação, dando divulgação desta.			
Providências Adotadas			
<b>Sector Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> os trabalhos referentes à Política de Segurança da Informação do CBMDF encontram-se em fase de conclusão. Os resultados parciais constam no bojo do Processo nº 053.001.619/2011.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> trabalhos em fase de conclusão final.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Falta de regulamentação interna. Necessidade de aperfeiçoamento da Política de Segurança da Informação do CBMDF			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

xxxx	201109252	2.1.3.4 – 001	Ofício nº 3.222/DEFAZ II/DE/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CBMDF			
<b>Descrição Da Recomendação: Relatório 201109252, Item 2.1.3.4- 001:</b> Criar documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos relativas às áreas de pessoal prevendo sistemas de autorização e aprovação, linhas de autoridade claramente definidas, estabelecimento de práticas operacionais e de rotinas, implantação de rodízios dos servidores e segregação de funções, rotinas que só permitam publicações/“lançamentos” quando tais alterações forem lastreadas por documentação pertinente.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> os resultados finais referentes à Comissão instituída para se atender ao constante no Item 2.1.3.4- 001, do Relatório 201109252, estão em fase final de análise na Auditoria do CBMDF, conforme constam dos autos do Processo nº 053.002.174/2012.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> trabalhos em fase de conclusão final.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Falta de regulamentação interna em relação à nova estrutura da Corporação, advinda com a Lei nº 12.086/2009.			

---

---

### **7.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

---

---

- a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

De acordo com a Portaria CBMDF n.º 27, de 29 de abril de 2011, que aprova o Regimento Interno da Controladoria e seus órgãos subordinados, a Auditoria (AUDIT) é composta pela Secretaria (SEAUD), e pelas Seções de Coordenação de Auditorias (SECOR), de Análise de Conformidade Normativa (SACOF), de Auditoria Contábil (SACON), e de Auditoria da Gestão Institucional (SAGIN). Contudo, atualmente, a SECOR e a SAGIN estão em fase de implementação.

No que diz respeito ao posicionamento no organograma, a Auditoria está subordinada à Controladoria, que por sua vez, está subordinada diretamente ao Comando-Geral.

- b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

Conforme o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) de 2013, que objetiva apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria nos diversos setores do CBMDF, as atividades desenvolvidas de maior relevância, bem como as suas constatações estão apresentadas na tabela abaixo:

b.1 Auditoria nos processos licitatórios e em alguns contratos firmados para a Copa do Mundo de 2014.

b.1.1 Documentos Auxiliares: Memorando n.º 197/2013 AUDIT/CTROL; Memorando n.º 329/2013 AUDIT/CTROL; Memorando n.º 82/2013 SELIC/DICOA.

b.1.2 Constatações: Foi informado pela DICOA que não há fonte de recursos específica para os eventos, e que o CBMDF não realizou nenhuma licitação específica para os megaeventos. Diante desta resposta, não foi realizada a auditoria prevista.

b.2 Auditoria em processos licitatórios de obras e seus respectivos contratos.

b.2.1 Documentos Auxiliares: 053.001.917/2013 (CEFAP e 45º GBM).

b.2.2 Constatações: A entrega dos trabalhos está prevista para o dia 17 de janeiro de 2014. Foi publicado em BG o sobrestamento dos trabalhos até o dia 5 de fevereiro de 2014.

b.3 Auditoria nas escalas de serviço dos militares.

b.3.1 Documentos Auxiliares: 053.000.204/2013 (10º GBM); 053.001.386/2013 (8º, 9º e 16º GBMs e POMED).

b.3.2 Constatações: Foram encontrados indícios de irregularidades, e a Auditoria fez as seguintes recomendações: Abertura de procedimento apuratório administrativo para sanar as pendências apontadas referentes a 12 (doze) militares; Após procedimento apuratório administrativo, abertura de Tomada de Contas Especial, caso se faça necessária; Revisão dos procedimentos internos do controle da administração das Escalas de Serviço do 10º GBM, para que sejam observadas todas as normas e legislações vigentes, em especial, referentes ao lançamento nas escalas e alterações, como permutas efetuadas entre militares e as justificativas legais de ausência ao serviço. No tocante aos 8º, 9º e 16º GBMs e a POMED, a Comissão identificou irregularidades, e o processo contendo as informações foi encaminhado à Auditoria para análise.

b.4 Auditoria de bens móveis, imóveis e semoventes.

b.4.1 Documentos Auxiliares: 053.002.126/2013.

b.4.2 Principais Constatações: Não foi possível localizar 14 (quatorze) bens móveis, que foram movimentados para a carga de bens não localizados 037.96.00.00.00, e foi solicitada abertura de Tomada de Contas Especial – TCE; Foi informado pela Diretoria de Investigação de Incêndio – 037.01.04.05.03.00 que existem 2 (dois) bens móveis furtados, e que está sendo aguardada a conclusão da sindicância sumária para apuração dos fatos e para a baixa dos materiais; Foram identificados 64 bens móveis não incorporados à carga patrimonial do CBMDF, e para isso, já foram solicitados os tombamentos, bem como os documentos de origem (notas fiscais); Foram identificados 50 (cinquenta) bens móveis não incorporados à carga patrimonial do CBMDF, porém, esses materiais possuem documentação comprobatória da origem, e já foi iniciado o processo de incorporação para regularização; Foram identificados 29 (vinte e nove) bens imóveis não incorporados ao patrimônio do CBMDF, e estão sendo tomadas providências para regularização da situação.

b.5 Auditoria nos processos de diárias, passagens aéreas e ajuda de custo.

b.5.1 Documentos Auxiliares: 053.001.719/2013 (Auditoria); 053.000.147/2013 e 053.000.113/2013; 053.000.185/2013; 053.000.377/2013; 053.000.721/2013; 053.000.804/2013; 053.000.849/2013; 053.000.873/2013; 053.000.918/2013; 053.001.023/2013 e 053.001.177/2013; 053.000.975/2013.

b.5.2 Principais Constatações: A Comissão analisou 10 processos, o que corresponde a 20% de todos os processos de diárias, passagens e ajuda de custo da Corporação em 2013. Foram identificadas algumas irregularidades, e dentre elas, a maioria com erros formais. A atividade de auditoria foi encerrada com várias recomendações e sugestões para melhoria na constituição dos processos dessa natureza no CBMDF, como por exemplo as recomendações feitas à Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação: Orientação de funcionários para fazerem releituras nos documentos, a fim de que se evitem distorções e contradições no teor do texto; apresentação de memória de cálculo que evidencie detalhadamente a estimativa dos gastos; em caso de pedido de arquivamento do processo administrativo, que se faça constar documento oficial explicando de forma mais detalhada, o motivo, de modo que seja possível evidenciar as etapas de passagem do processo e preservar o entendimento do mesmo; no caso de afastamento de militares do país para frequentarem cursos, missões especiais..., a solicitação deve ser feita com um prazo de antecedência mínima de 40 (quarenta) dias, seguindo orientações do Gabinete do Comandante-Geral do CBMDF.

b.6 Auditoria nos setores de Almoxarifado.

b.6.1 Documentos Auxiliares: 053.002.125/2013 (Policlínicas); 053.002.186/2013 (CEMEV); 053.002.187/2013 (COMAP); 053.002.124/2013 (CESMA); 053.002.188/2013 (relatório consolidado).

b.6.2 Principais Constatações: Findado os trabalhos, foram feitas as seguintes recomendações ao CESMA e às Policlínicas: propor cursos, encontros temáticos acerca da gestão de almoxarifados, e uniformização de procedimentos e rotinas, bem como proporcionar especialização dos militares que laboram naqueles segmentos, com o objetivo de atingir resultados satisfatórios das gestões; propor revisão dos procedimentos de saída de materiais, a fim de reduzir e evitar a diferença entre os quantitativos físicos existentes no estoque e os valores contabilizados no sistema SIGMA.NET. Ao Comando, foi recomendado que franqueie cópia do presente Relatório ao Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, CESMA e Policlínicas, quanto ao teor das

recomendações sugeridas, para adoção das medidas de conformidade. Os trabalhos foram concluídos com uma avaliação da eficiência e da eficácia da gestão do material.

b.7 Auditoria no Fundo de Saúde do CBMDF.

b.7.1 Documentos Auxiliares: 053.001.916/2013.

b.7.2 Principais Constatações: A entrega dos trabalhos está prevista para o dia 17 de março de 2014.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

A Unidade de Auditoria do CBMDF entende a importância da comparação entre a quantidade de recomendações feitas, e o que de fato foi implementado pelo Comando da Corporação. Porém, devido ao excesso de demandas e à quantidade reduzida de militares analistas, não foi possível fazer essa análise.

Para viabilizar o cumprimento desse objetivo no exercício corrente, a Unidade de Auditoria recebeu novos militares. Além disso, com o reforço de pessoal e com a perspectiva de abertura de novas seções nessa Unidade, será possível iniciar o controle não apenas desse indicativo, como também, do resultado das auditorias realizadas.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

A Unidade de Auditoria do CBMDF entende a importância do acompanhamento detalhado das recomendações oriundas dos trabalhos de auditoria. Por isso, esta atividade foi prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) de 2013, porém, devido ao excesso de demandas e à quantidade reduzida de militares analistas, não foi possível acompanhar a implementação das recomendações acatadas pelos gestores da Corporação.

Para viabilizar o cumprimento desse objetivo no exercício corrente, a Unidade de Auditoria recebeu novos militares. Além disso, com o reforço de pessoal e com a perspectiva de abertura de novas seções nessa Unidade, será possível dar continuidade ao aumento do número de auditorias realizadas e da qualidade dos serviços prestados.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

O processo de implementação da Seção de Coordenação de Auditorias (SECOR) no CBMDF está em andamento, e dentre as suas competências, segundo o Regimento Interno da Controladoria e Órgãos subordinados, destacamos o planejamento e exercício da coordenação geral das auditorias, assegurando a efetiva inspeção dos processos produzidos, e coordenação e controle do cumprimento das diligências requisitadas à Corporação. Levando em consideração a chegada de novos militares, o monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna está previsto para se iniciar no exercício corrente. Vale salientar que um sistema está sendo desenvolvido pela área de tecnologia para atender às necessidades da Auditoria.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

A Portaria CBMDF n.º 40, de 15 de agosto de 2003, que regula o Boletim-Geral (BG) do CBMDF, define esse instrumento como um veículo de divulgação oficial desta Corporação, no qual o Comandante-Geral dá publicidade de suas ordens e decisões de interesse do serviço administrativo ou operacional, assim como das produzidas pelas demais autoridades da Corporação. Aquele normativo também informa que o Boletim deverá conter, especificadamente, ordens ou disposições gerais de interesse do serviço da Corporação (leis, decretos, portarias, resoluções,

manuais de instruções, regulamentações ou instruções, decisões judiciais, etc.) e, quando possível, indicação do veículo de divulgação oficial em que foram publicadas. Deste modo, após a Auditoria do CBMDF cientificar a alta gerência da Corporação, esta se utiliza do BG para homologar e dar publicidade das recomendações oriundas das atividades de auditoria interna e externa.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

As auditorias realizadas no CBMDF podem ser originadas de várias formas, e dentre as principais estão: programação da unidade de auditoria interna através do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT; denúncias feitas na Ouvidoria da Corporação; e demandas externas dos órgãos de controle que fiscalizam o Corpo de Bombeiros (STC, CGU, TCDF e TCU). Para dar início aos trabalhos, o Controlador indica um militar ou uma comissão, a depender do caso, que será responsável pela constatação detalhada dos fatos, e pela elaboração de um relatório. Em seguida, a Auditoria faz o uso de documentos oficiais (como o memorando, por exemplo) para comunicar ao Comando da Corporação acerca das recomendações resultantes das auditagens e da relevância das suas aplicações, contudo, atualmente, não existe uma sistemática padronizada de mensuração de riscos.



**8 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

O subitem 11.6 – Parecer da Auditoria Independente não foi apresentado, pois o CBMDF não é empresa estatal nem sociedade de economia mista.

**8.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008**

**BALANÇO FINANCEIRO - DIOFI**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULOS			TÍTULOS		
	2013	2012		2013	2012
RECEITAS CORRENTES	5.221.131,37	8.190.316,84	DESPESAS CORRENTES	1.074.876.230,90	984.216.719,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.113.369,27	8.184.747,07	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	943.396.690,00	871.773.401,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	107.762,10	5.569,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	131.479.540,90	112.443.318,00
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			OUTRAS DESPESAS	131.479.540,90	112.443.318,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	82.067,17	598.300,89
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	DESPESAS DE CAPITAL	63.777.979,82	75.944.719,00
SUB-REPASSO RECEBIDO	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	INVESTIMENTOS	63.777.979,82	75.944.719,00
RECURSOS DE OUTROS ÓRGÃOS DO GOV. FEDERAL	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.541.041,35	17.471.177,91
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	204.200.433,45	309.203.713,14	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	5.145.929,30	5.246.000,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	140.379.062,24	203.032.569,70	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	5.145.929,30	5.246.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	148.378.862,24	203.032.569,70	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	8.221.121,97	8.190.989,28
VALORES PENDENTES A LONGO PRAZO	3.319.929,28	9.240.808,63	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS LIVRE-LIBERDADE	8.221.121,97	8.190.989,28
VALORES DIFERIDOS	5.319.929,38	9.240.808,63	DESPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	278.914.666,05	352.211.423,32
DEPOSITOS	15.266.893,02	14.240.933,37	VALORES EM CIRCULAÇÃO	130.535.803,51	148.378.862,54
CONSIGNAÇÕES	15.266.893,02	14.240.933,37	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	130.535.803,51	148.378.862,54
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	115.110.032,75	131.969.410,36	VALORES PENDENTES A LONGO PRAZO	9.240.808,63	15.639.982,56
FORNecedores	513,00	132.502,46	VALORES DIFERIDOS	9.240.808,63	15.639.982,56
DO EXERCÍCIO	513,00	0,00	DEPOSITOS	14.240.933,37	26.046.101,28
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3,00	132.502,46	CONSIGNAÇÕES	14.240.933,37	24.067.966,29
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	63.796.045,48	53.796.045,48	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	8.008,24
RESERVA A PAGAR	66.944.869,17	78.040.842,42	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	10.221,61
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	41.788.573,57	70.968.352,60	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	132.502,46	132.380,85
NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	5.995.241,05	0,00	FORNecedores	132.502,46	132.380,85
CANCELADO	5.161.043,64	7.072.289,82	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	132.502,46	132.380,85
VALORES EM TRANSITO	513,00	320,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	63.796.045,48	54.047.055,59
ALTERES DE DÉBITOS E OBRIGAÇÕES	132.777,46	0,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63.796.045,48	54.047.055,59
RECONCILIAÇÃO DE DÉBITOS	132.777,46	0,00	VALORES EM TRANSITO	710,60	0,00
EXERCÍCIOS ANTERIORES	132.777,46	0,00			
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.431.109.933,12</b>	<b>1.413.804.030,98</b>	<b>DESPENDIOS</b>	<b>1.431.109.933,12</b>	<b>1.412.804.030,98</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL - DIOFI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394/00001 - FCDFA+SSP+CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2013	MES DEZEMBRO
EMISSION 21/01/2014	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2013	2012	TÍTULO	2013	2012
ATIVO FINANCEIRO	130.535.803,51	148.378.862,54	PASSIVO FINANCEIRO	130.535.803,51	148.378.862,54
CREDITOS EM CIRCULACAO	130.535.803,51	148.378.862,54	DEPOSITOS	15.266.893,02	14.240.933,37
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	130.535.803,51	148.378.862,54	CONSIGNACOES	15.266.893,02	14.240.933,37
ATIVO NAO FINANCEIRO	75.429.523,44	51.055.940,11	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	109.240.904,11	124.097.120,54
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	0,00	1.811,93	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	61.164.651,08	53.928.547,94
CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	1.811,93	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	515,00	0,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	1.811,93	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	0,00	132.502,46
PERMANENTE	75.429.523,44	51.054.134,18	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	61.164.136,08	53.796.045,48
IMOBILIZADO	75.429.523,44	51.054.134,18	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
BENS MOVEIS E INOVEIS	75.429.523,44	51.054.134,18	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	48.783.820,03	70.968.352,60
ATIVO REAL	205.965.326,95	200.014.802,65	A LIQUIDAR	41.788.578,97	70.046.253,60
			EM LIQUIDACAO	6.995.241,06	0,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	510,00	120,00
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.319.929,38	9.240.808,63
			VALORES DIFERIDOS	5.319.929,38	9.240.808,63
			PASSIVO NAO FINANCEIRO	-41.788.578,97	-70.968.352,60
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-41.788.578,97	-70.968.352,60
			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
			RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-41.788.578,97	-70.968.352,60
			PASSIVO REAL	88.747.224,54	77.410.509,94
			PATRIMONIO LIQUIDO	117.218.102,41	122.634.298,71
			PATRIMONIO/CAPITAL	117.218.102,41	122.634.298,71
			PATRIMONIO	117.218.102,41	122.634.298,71
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	205.965.326,95	200.044.808,65
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-205.965.326,95	-200.044.808,65
ATIVO COMPENSADO	54.631.295,27	117.350.548,52	PASSIVO COMPENSADO	54.631.295,27	117.350.548,52
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	54.631.295,27	117.350.548,52	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	54.631.295,27	117.350.548,52
GARANTIAS DE VALORES	10.401.996,07	13.725.035,07	VALORES EM GARANTIA	10.401.996,07	13.725.035,07
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	84.229.299,20	103.625.513,55	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	84.229.299,20	103.625.513,55
ATIVO	300.596.622,22	317.395.357,27	PASSIVO	300.596.622,22	317.395.357,27

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DIOFI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394/0001 - FODF+SSP+CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	35000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO	MES
2013	DEZEMBRO
EMIÇÃO	PAGINA
21/01/2014	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
ORÇAMENTARIAS	1.242.874.319,33	1.160.619.365,63	ORÇAMENTARIAS	1.144.020.289,75	1.053.470.437,41
RECEITAS CORRENTES	8.221.131,97	8.190.316,84	DESPESAS CORRENTES	1.074.876.250,90	964.216.719,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.115.569,27	8.184.747,07	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	965.598.690,00	879.773.402,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	105.562,70	5.569,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109.195.463,63	83.845.016,11
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	DESPESA ENTRE ORÇAMOS DO ORÇAMENTO	82.097,27	598.300,89
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	DESPESAS DE CAPITAL	63.777.979,82	79.944.710,03
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	INVESTIMENTOS	63.777.979,82	79.944.710,03
MUTACOES ATIVAS	95.972.799,36	106.099.047,79	INTERFERENCIAS PASSIVAS	5.319.929,38	9.240.808,63
INCORPORACOES DE ATIVOS	54.190.930,55	42.629.299,25	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.319.929,38	9.240.808,63
AQUISICOES DE BENS	54.144.800,90	42.561.100,22	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.319.929,38	9.240.808,63
INCORPORACAO DE CREDITOS	46.129,65	68.199,03	MUTACOES PASSIVAS	46.129,65	68.199,03
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	41.781.969,81	62.469.749,51	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	46.129,65	68.199,03
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	237.085.235,48	102.338.505,28	LIQUIDACAO DE CREDITOS	46.129,65	68.199,03
INTERFERENCIAS ATIVAS	185.585.978,62	21.420.982,66	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	341.355.461,36	198.319.921,55
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66	INTERFERENCIAS PASSIVAS	193.807.110,59	29.611.351,94
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	51.499.256,86	80.917.522,62	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	185.585.978,62	21.420.982,66
INCORPORACOES DE ATIVOS	46.205.484,76	73.845.232,80	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	8.221.131,97	8.190.369,28
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	13.248.889,32	10.268.868,93	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	147.548.350,77	168.708.569,61
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	32.787.540,88	63.535.825,73	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	76.586.708,33	71.210.126,24
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	7.582,17	9.600,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	16.983.346,86	12.714.013,81
INCORPORACAO DE DIREITOS	161.472,39	30.938,14	BAIXA DE BENS MOVEIS	59.432.494,98	58.379.359,80
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.293.772,10	7.072.289,82	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	7.582,17	87.626,42
RESULTADO PATRIMONIAL	5.416.196,30	0,00	BAIXA DE DIREITOS	163.284,32	29.126,21
DEFICIT	5.416.196,30	0,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	70.961.642,44	97.498.443,37
			RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	11.167.511,95
			SUPERAVIT	0,00	11.167.511,95
VARIACOES ATIVAS	1.485.375.751,11	1.262.957.870,91	VARIACOES PASSIVAS	1.485.375.751,11	1.262.957.870,91

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - DIOFI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2013	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO	170394/00001 - FCDP+SSP+CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF	EMISSÃO 21/01/2014	PÁGINA 1
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA		
TÍTULOS	2013	2012	
RECEITAS ORÇAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	8.221.131,97	8.190.316,84	
RECEITAS NÃO TRIBUTARIAS	8.221.131,97	8.190.316,84	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	8.221.131,97	8.190.316,84	
DESPESAS ORÇAMENTARIAS			
ENCARGOS ESPECIAIS	1.096.872.361,91	60.234.360,48	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	1.138.654.230,72	1.044.161.429,75	
RESULTADO ORÇAMENTARIO	-1.130.351.001,48	-1.035.372.812,02	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	
MUTACOES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	95.972.799,36	106.099.047,79	
INCORPORACAO DE ATIVOS	54.190.930,55	42.629.299,25	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	41.781.868,81	63.469.748,54	
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	5.319.929,38	9.240.808,63	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.319.929,38	9.240.808,63	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	46.129,65	68.199,03	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	46.129,65	68.199,03	
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	98.854.029,58	107.148.928,22	
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.			
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	98.854.029,58	107.148.928,22	
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	185.585.978,62	21.420.982,66	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	51.499.256,86	80.917.522,62	
INCORPORACAO DE ATIVOS	46.205.484,76	73.845.232,80	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.293.772,10	7.072.289,82	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS			
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS	193.807.110,59	29.611.351,94	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	8.221.131,97	8.190.369,28	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS	147.548.350,77	168.708.569,61	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	76.586.708,33	71.210.126,24	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	70.961.642,44	97.498.443,37	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-5.416.196,30	11.167.511,95	

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - DIOFI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2013	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO	170394/00001 - FCFD+SSP+CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF	EMISSÃO 21/01/2014	
ORÇAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	PÁGINA 1	
TÍTULOS	2013	2012	
RECEITAS ORÇAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	8.221.131,97	8.190.316,84	
RECEITAS NÃO TRIBUTARIAS	8.221.131,97	8.190.316,84	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	8.221.131,97	8.190.316,84	
DESPESAS ORÇAMENTARIAS			
DESPESAS CORRENTES	1.074.794.153,63	963.618.418,83	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	965.598.690,00	879.773.402,72	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109.195.463,63	83.845.016,11	
DESPESAS DE CAPITAL	63.777.979,82	79.944.710,03	
INVESTIMENTOS	63.777.979,82	79.944.710,03	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	1.138.572.133,45	1.043.563.128,86	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-1.130.351.001,48	-1.035.372.812,02	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.138.680.388,00	1.046.330.001,00	
MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	95.972.799,36	106.099.047,79	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	54.190.930,55	42.629.299,25	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	41.781.868,81	63.469.748,54	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	5.319.929,38	9.240.808,63	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.319.929,38	9.240.808,63	
(-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	46.129,65	68.199,03	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	46.129,65	68.199,03	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTERF/MUTACÕES	98.854.029,58	107.148.928,22	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	98.854.029,58	107.148.928,22	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	185.585.978,62	21.420.982,66	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66	
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	51.499.256,86	80.917.522,62	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	46.205.484,76	73.845.232,80	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.293.772,10	7.072.289,82	
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS	193.807.110,59	29.611.351,94	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	185.585.978,62	21.420.982,66	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	8.221.131,97	8.190.369,28	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	147.548.350,77	168.708.569,61	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	76.586.708,33	71.210.126,24	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	70.961.642,44	97.498.443,37	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-5.416.196,30	11.167.511,95	

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DIOFI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	SALÁRIO ORÇAMENTÁRIO - TÍTULOS ORÇAMENTÁRIOS
SUBTÍTULO	170204/00001 - RCPFAESP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
EMISSÃO	21/01/2014	PÁGINA	1

RECEITA				DESPESA					
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	1.138.680.368,60	1.138.654.230,72	26.157,28
					DESPESAS CORRENTES	0,00	1.074.902.407,60	1.074.876.250,50	26.156,10
					PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	965.508.600,00	965.508.600,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	109.393.797,60	109.377.650,50	26.156,10
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	65.777.961,00	65.777.979,62	1,18
					INVESTIMENTOS	0,00	65.777.961,00	65.777.979,62	1,18
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	1.138.680.368,60	1.138.654.230,72	26.157,28
TOTAL					TOTAL	0,00	1.138.680.368,60	1.138.654.230,72	26.157,28
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	1.138.654.230,72	-1.138.654.230,72	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	1.138.654.230,72	-1.138.654.230,72	TOTAL GERAL	0,00	1.138.680.368,60	1.138.654.230,72	26.157,28

## DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - DIOFI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394/03001 - FODF+SSP+CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2013	MES DEZEMBRO
EMIÇÃO 21/01/2014	PÁGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULO	2013	2014	TÍTULO	2013	2014
			CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	-130.535.803,51	-148.378.862,54
			CREDITOS A RECEBER	-130.535.803,51	-148.378.862,54
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-130.535.803,51	-148.378.862,54
			UNITE DE SAQUE C/ VINCULAÇÃO DE PAGAMENT	-130.535.803,51	-140.070.062,54
			DEPOSITOS	15.266.893,02	14.240.933,37
			CONSIGNAÇÕES	15.266.893,02	14.240.933,37
			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	139.948.471,11	124.896.900,54
			OBRIGAÇÕES A PAGAR	139.948.471,11	124.896.900,54
			FUNDEamentos	515,00	152.502,86
			DO EXERCÍCIO	515,00	0,00
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	152.502,86
			PESSOAL A PAGAR	51.164.136,08	53.796.045,48
			DO EXERCÍCIO	51.164.136,08	53.796.045,48
			RESTOS A PAGAR	48.783.620,03	70.668.352,60
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	41.788.578,97	70.668.352,60
			NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	6.995.041,06	0,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	510,00	220,00
			SAQUE POR CARTÃO DE CREDITO CORPORATIVO	510,00	220,00
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	5.319.529,38	9.240.808,63
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	5.319.529,38	9.240.808,63
			DISPONIBILIDADES P/PONTE DE RECURSOS	5.319.529,38	9.240.808,63
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-5.319.529,38	-9.240.808,63
			DISPONIBILIDADE SOBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-5.319.529,38	-9.240.808,63
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00

**HAMILTON SANTOS ESTEVES JÚNIOR** - Cel. QOBM/Comb.  
Subcomandante-Geral  
Matr. 1399870 (Presidente CPPCA)

**WASHINGTON RODRIGUES LIMA** - Cel. QOBM/Comb.  
Chefe do Estado Maior-Geral  
Matr. 1399816 (Membro CPPCA)

**DELFINO BARBOSA GUEDES** - Cel. QOBM/Comb.  
Auditor  
Matr. 1399838 (Membro CPPCA)

**SÉRGIO RICARDO SOUZA SANTOS** - Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Saúde  
Matr. 1399834 (Membro CPPCA)

**ROBERTO MARCOS ALCÂNTARA** - Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Orçamento e Finanças  
Matr. 1399852 (Membro CPPCA)

**ISRAEL DOS SANTOS GOMES** - Ten.Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Inativos e Pensionistas  
Matr. 1399857 (Membro CPPCA)

**ATHOS ALEXANDRE FERREIRA CAMARGO** - Ten.Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Materiais e Serviços  
Matr. 1206910 (Membro CPPCA)

**RICARDO PRADO RODRIGUES** – Ten-Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Gestão de Pessoal  
Matr. 1399886 (Membro CPPCA)









---

**a) Parecer sobre a Prestação de Contas Anual**

---



Governo do Distrito Federal  
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
Controladoria  
Auditoria



**PARECER**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**EXERCÍCIO 2013**

**Fevereiro – 2014**

## Relatório de Gestão 2013

### PARECER

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2013

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º, Artigo 15 do Decreto n.º 3.591, de 06 de setembro de 2000, com as alterações procedidas pelo Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002, e com base nas Decisões Normativas n.º 127, de 15 de maio de 2013 e n.º 132, de 02 de outubro de 2013, do Tribunal de Contas da União – TCU, na Instrução Normativa TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010, na Portaria TCU n.º 175, de 09 de julho de 2013, na Portaria CGU n.º 133, de 18 de janeiro de 2013, a Unidade de Auditoria Interna do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF apresenta o seu parecer sobre a Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2013, na forma prevista.

### MISSÃO

*“Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente.”*

**Parecer da Auditoria Interna na forma prevista no Anexo III à Decisão Normativa TCU n.º 132, de 02 de outubro de 2013, com manifestação sobre o item I:**

**a) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada; como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade jurisdicionadas (UJ);**

Estrutura: Auditoria do CBMDF, prevista no art. 22, da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, regulamentada pelo Decreto 7.163, de 29 de abril de 2010, e por intermédio da Portaria CBMDF n.º 27, de 29 de abril de 2011, que aprova o Regimento Interno da Controladoria e seus órgãos subordinados, a Auditoria (AUDIT) é composta pela Secretaria (SEAUD), e pelas Seções de Coordenação de Auditorias (SECOR), de Análise de Conformidade Normativa (SACOF), de Auditoria Contábil (SACON), e de Auditoria da Gestão Institucional (SAGIN). Contudo, atualmente, a SECOR e a SAGIN estão em fase de implementação.

Escolha do Titular: de acordo com o artigo 48 do Decreto n.º 7.163/2010, que regulamenta o inciso I do artigo 10-B da Lei n.º 8255/1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a Auditoria deve ser dirigida por um Coronel ou Tenente-Coronel da ativa, pertencente ao Quadro de Oficiais Combatentes. Quem faz a escolha do Auditor é o Comandante-Geral do CBMDF, que possui precedência funcional sobre os demais oficiais, e que é responsável pela administração, comando e emprego da Corporação.

Posicionamento: A Auditoria está subordinada à Controladoria, que por sua vez, está subordinada diretamente ao Comando-Geral, conforme dispõe o art. 8º c/c o art. 22, da Lei nº 8.255/1991.

**b) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UJ identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos inerentes aos processos relevantes;**

O CBMDF se utiliza de dois meios para mensurar a capacidade de atuação da Auditoria: o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN. Aquele trata-se de um planejamento das atividades que serão desempenhadas pela equipe de Auditoria na Corporação, levando em consideração a possibilidade de infringência à legislação, de ocorrência de possíveis falhas, de omissões ou impropriedades quanto à legalidade, à legitimidade ou à economicidade por parte dos segmentos auditáveis. Já esse, apresenta os resultados dos trabalhos de auditoria nos diversos setores desta Instituição. A utilização dessas ferramentas gera condições de proceder com a análise gerencial da atuação da Auditoria no CBMDF, comparando o planejamento com a execução das atividades. Neste particular há ainda o Plano de Providências do CBMDF que é constantemente atualizado, com fins a se atender as recomendações da Controladoria-Geral da União.

**c) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UJ, das recomendações da auditoria interna;**

A Unidade de Auditoria do CBMDF entende a importância do acompanhamento detalhado das recomendações oriundas dos trabalhos de auditoria. Por isso, esta atividade foi prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) de 2013, porém, devido ao excesso de demandas e à quantidade reduzida de militares analistas, não foi possível acompanhar a implementação das recomendações acatadas pelos gestores da Corporação.

Para viabilizar o cumprimento desse objetivo no exercício corrente, a Unidade de Auditoria recebeu novos militares. Além disso, com o reforço de pessoal e com a perspectiva de abertura de novas seções nessa Unidade, será possível dar continuidade ao aumento do número de auditorias realizadas e da qualidade dos serviços prestados.

**d) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;**

O processo de implementação da Seção de Coordenação de Auditorias (SECOR) no CBMDF está em andamento, e dentre as suas competências, segundo o Regimento Interno da Controladoria e Órgãos subordinados, destacamos o planejamento e exercício da coordenação geral das auditorias, assegurando a efetiva inspeção dos processos produzidos, e coordenação e controle do cumprimento das diligências requisitadas à Corporação. Levando em consideração a movimentação de novos militares, o monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna está previsto para iniciar-se no exercício corrente. Neste particular, ressalta-se que um sistema está sendo desenvolvido pela área de tecnologia para atender às necessidades da Auditoria.

**e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;**

A Portaria CBMDF n.º 40, de 15 de agosto de 2003, que regula o Boletim-Geral (BG) do CBMDF, define esse instrumento como um veículo de divulgação oficial desta Corporação, no qual o Comandante-Geral dá publicidade de suas ordens e decisões de interesse do serviço administrativo ou operacional, assim como das produzidas pelas demais autoridades da

Corporação. Aquele normativo também informa que o Boletim deverá conter, especificadamente, ordens ou disposições gerais de interesse do serviço da Corporação (leis, decretos, portarias, resoluções, manuais de instruções, regulamentações ou instruções, decisões judiciais, etc.) e, quando possível, indicação do veículo de divulgação oficial em que foram publicadas. Deste modo, após a Auditoria do CBMDF cientificar a alta gerência da Corporação, esta se utiliza do BG para homologar e dar publicidade das recomendações oriundas das atividades de auditoria interna e externa. De igual forma, a Corporação rege-se pelos princípios da hierarquia e disciplina, cujas diretrizes orientam que todas as recomendações oriundas dos órgãos de controle são necessariamente despachadas via Comando-Geral.

**f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;**

As auditorias realizadas no CBMDF podem ser originadas de várias formas, e dentre as principais estão: programação da unidade de auditoria interna através do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINTE; denúncias feitas na Ouvidoria da Corporação; e demandas externas dos órgãos de controle que fiscalizam o Corpo de Bombeiros (STC, CGU, TCDF e TCU). Para dar início aos trabalhos, o Controlador indica um militar ou uma comissão, a depender do caso, que será responsável pela constatação detalhada dos fatos, e pela elaboração de um relatório. Em seguida, a Auditoria faz o uso de documentos oficiais (como o memorando, por exemplo) para comunicar ao Comando da Corporação acerca das recomendações resultantes das auditagens e da relevância das suas aplicações, contudo, atualmente, não existe uma sistemática padronizada de mensuração de riscos. Esclarece-se ainda que, para dar-se cumprimento às recomendações da auditoria interna, há a remessa de cópias dos relatórios finais ao segmento de cuja irregularidade foram apontadas, bem como há a publicidade dos resultados finais dos procedimentos.

**g) informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas.**

A execução do Plano de Trabalho da auditoria interna do exercício tem lastro inicialmente no PAINTE, cuja elaboração ampara-se na Instrução Normativa nº 01, de 23 de janeiro de 2007, da Controladoria-Geral da União, no que diz respeito ao planejamento das atividades de auditoria interna e à apresentação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINTE, cuja execução corresponde ao Cronograma Anual das Atividades Programadas, constantes de cada PAINTE. Os resultados desse cronograma são mensurados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINTE.

## **CONCLUSÃO**

Após análise do Processo de Contas Anual / Relatório de Gestão do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, referente ao exercício de 2013, os registros, fatos e considerações apresentados em relação à Gestão, constantes deste parecer, atendem à legislação em vigor.

Assim, opinamos que esta Prestação de Contas seja submetida à apreciação da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União – TCU.

A Auditoria pronuncia-se favorável ao julgamento do Processo de Prestação de Contas / Relatório de Gestão do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

**DELFINO BARBOSA GUEDES** – Cel. QOBM/Comb.  
Auditor do CBMDF  
Matr.: 1399838





Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



**b) Relatório da Corregedoria com Relato Sucinto dos Atos Apurados no Exercício de 2013, para Apurar Dano ao Erário Fraude ou Corrupção**

**Relatório de Tomada de Contas Especial / Processos em Fase de Instrução Preliminar e Conclusos à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal no Ano de 2013**

<b>Nº do processo</b>	<b>Assunto</b>	<b>Destino</b>
053.001.719/2012	Acidente automobilístico envolvendo a viatura de prefixo UTE 299, no dia 07/07/2012	SETC - Ofício 147/2013 em 11/12/13
053.001.849/2012	Acidente automobilístico envolvendo a viatura de prefixo AR 32, no dia 28/07/2012	SETC
053.000.164/2013	Pagamento indevido de GSV ao 2º Sgt Jorge Conceição Azevedo	Auditoria do CBMDF
053.000.250/2013	Bens não localizados no Inventário Físico Anual de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes/2012	COMAR II
053.000.251/2013	Acidente automobilístico envolvendo a viatura de prefixo UTE 285, no dia 24/04/2012	SETC
053.000.491/2013	Desaparecimento de um capacete de combate a incêndio Gallet, em 13/09/12, no 20º GBM	SETC
053.000.665/2013	Pagamento indevido da gratificação de Função de Natureza Especial – GFNE a militar do 13º GBM	13º GBM
053.000.666/2013	Acidente automobilístico com UTE 294, no dia 14/01/13.	8º GBM
053.000.667/2013	Furto de um par de coturno da marca Guatelar, no dia 12/11/12, do interior de veículo particular.	11º GBM
053.000.668/2013	Acidente automobilístico com UTE 290, no dia 18/11/12.	8º GBM
053.000.905/2013	Acidente automobilístico com a UR 291, no dia 15/03/2013	SETC
053.000.906/2013	Avaria no para-brisa do AO 60	SETC
053.001.180/2013	Pag. de diárias e ajuda de custo a militar indicado para o Curso de Gestão Ambiental, no Rio de Janeiro	SETC
053.001.137/2013	Acidente automobilístico com ASG 22, no dia 05/06/13.	SETC
053.001.270/2013	Avarias na viatura de prefixo UR 305	20º GBM
053.001.332/2013	Avaria na viatura de prefixo UR 302	Corregedoria
053.001.348/2013	Acidente automobilístico com ASG 01, no dia 09/05/13	1º ESAV/GAVOP
053.001.360/2013	Desaparecimento de 01 capacete de salvamento, no interior do 9º GBM	9º GBM/Planaltina
053.001.361/2013	Desaparecimento de 01 câmera fotográfica digital, marca HP, tomb. 00200.110.424	6º GBM



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

<b>Nº do processo</b>	<b>Assunto</b>	<b>Destino</b>
053.001.362/2013	Desaparecimento de 01 escada prolongável, tomb. 03700.065.990 - 19º GBM	SETC
053.001.425/2013	Acidente automobilístico com ASF 55, no dia 06/05/13	Diretoria de Vistoria
053.001.426/2013	Acidente automobilístico com ASE 41, no dia 04/12/2012.	Corregedoria
053.001.427/2013	Acidente automobilístico com AR 44, no dia 20/03/13	SETC
053.001.428/2013	Acidente automobilístico com ABT 15, no dia 10/06/13	1º GBM
053.001.502/2013	Acidente automobilístico com AR 39	CEMEV
053.001.829/2013	Acidente automobilístico com ASI 26	Corregedoria
053.001.988/2013	Acidente automobilístico com a UR 313, no dia 19/08/13	Corregedoria
053.002.027/2013	Acidente automobilístico com a MR 49, no dia 26/06/13.	Corregedoria
053.002.054/2013	Desaparecimento de um aparelho multimídia do 1º ESAV	Corregedoria
053.002.055/2013	Acidente automobilístico com ASE 33, no dia 22/08/13.	Corregedoria
053.002.056/2013	Acidente automobilístico com APS 179	Corregedoria
053.001.634/2010	Furto de um capacete de salvamento cautelado ao 2º SGT QBMG -1 Franklin Lima Fernandes, matr. 1415854.	Secretaria de transparência e Controle
053.001.633/2010	Acidente automobilístico com ASG 01, no dia 09/08/2010.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.342/2013	Acidente automobilístico com ASF 48, no dia 19/09/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.001.502/2013	Acidente automobilístico com AR 39, no dia 29/05/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.392/2013	FUNCBM, para apuração no dia 11/11/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.452/2013	Dana ao erário ex 3º SGT Alaor Ferreira	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.443/2013	Furto de material de proteção individual, no dia 31/10/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.444/2013	Extravio de Cilindro de Ar Respirável, 12º GBM no dia 12/08/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.561/2013	Furto de material de proteção individual em veículo particular, no dia 11/09/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.560/2013	Furto de material de proteção individual em veículo particular, no dia 28/09/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.444/2013	Extravio de Cilindro de Ar Respirável, 12º GBM no dia 12/08/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.054/2013	Extravio de um Data Show no 1º ESAV, no dia 09/07/2012.e	Para pronunciamento do Corregedor
053.001.360/2013	Extravio de material de proteção individual no 9º GBM, no dia 28/03/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.001.361/2013	Extravio de máquina fotográfica no 6º GBM, no dia 26/02/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.559/2013	Acidente automobilístico com MR 38, no dia 22/09/2013.	Para pronunciamento do Corregedor
053.002.222/2012	Recebimento indevido de GSV.	Para pronunciamento do Corregedor
053.000.659/2012	Falta ao serviço de expediente administrativo	Em tramitação interna no CBMDF



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

Nº do processo	Assunto	Destino
053.000.554/2012	Acidente de trânsito com o viatura AR 56	Em tramitação interna no CBMDF
053.000.746/2013	Furto de barras de ferro do alambrado do 41º GBM	Em tramitação interna no CBMDF
053.002.374/2009	Acidente de trânsito com o viatura ABS 04	Em tramitação interna no CBMDF
053.001.974/2009	Solicitação de Abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.001.805/2009	Ajuda de custo para realização de curso no Estado do Rio de Janeiro	Em tramitação interna no CBMDF
053.002.559/2013	Acidente de trânsito com o viatura APS 297	Em tramitação interna no CBMDF
053.001.381/2012	Acidente de trânsito com o viatura URSA 30	Em tramitação interna no CBMDF
053.000.300/2012	Acidente de trânsito com o viatura AC 09	Em tramitação interna no CBMDF
053.001.578/2011	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.002.434/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.002.311/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.002.277/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.002.278/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.002.279/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.001.426/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.001.425/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF
053.000.164/2013	Instrução Provisória (PIP) para colheita de dados para, em tese, abertura de TCE	Em tramitação interna no CBMDF



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
Controladoria  
Corregedoria  
Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



**CONFEÇÃO DE PRONUNCIAMENTO DO CONTROLADOR EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E RETORNO DOS AUTOS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE PARA DELIBERAÇÃO**

<b>Nº do processo</b>	<b>Assunto</b>	<b>Destino</b>
010.001.506/2006	Irregularidade na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade	Secretaria de transparência e Controle
480.000.702/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.586/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.678/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.689/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.607/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.606/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.614/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.569/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.587/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.604/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.619/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.576/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



**GDF**

Juntos por um novo DF

<b>Nº do processo</b>	<b>Assunto</b>	<b>Destino</b>
480.000.612/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.670/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.690/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.300/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.575/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.605/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.585/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.700/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.588/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.578/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Secretaria de transparência e Controle
480.000.601/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.637/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.632/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.596/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.699/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

<b>Nº do processo</b>	<b>Assunto</b>	<b>Destino</b>
480.000.673/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.593/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.698/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.696/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.604/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.624/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.608/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.669/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.583/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.597/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.676/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
010.001.506/2006	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.568/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.572/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

Nº do processo	Assunto	Destino
480.000.573/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.577/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.624/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.608/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.669/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.583/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.580/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.581/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.584/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.589/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.594/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.595/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.598/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.600/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
Controladoria  
Corregedoria  
Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Nº do processo	Assunto	Destino
480.000.602/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.609/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.610/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.611/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.618/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.620/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
010.001.621/2006	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.623/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.625/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.629/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.630/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.631/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.635/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.636/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.672/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC





Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria



Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

Nº do processo	Assunto	Destino
480.000.675/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.679/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.680/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.681/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.682/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.684/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.685/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.687/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
010.001.688/2006	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.691/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.692/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.693/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.694/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.695/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC

	<p style="text-align: center;">Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal</p> <p style="text-align: center;">Controladoria</p> <p style="text-align: center;">Corregedoria</p> <p style="text-align: center;">Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial</p>	
---	---	---

Nº do processo	Assunto	Destino
480.000.697/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.701/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC
480.000.704/2012	Irregularidades na concessão da gratificação de ind. de transporte, quando na passagem para inatividade.	Processo em tramitação à SETC



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

**Sindicâncias/Inquéritos Policiais Militares em Andamento na Corporação que tratam de Apurar Dano ao Erário Fraude ou Corrupção**

SINDICÂNCIAS	
SINDICÂNCIA Nº 12/2013-COGED/CBMDF	Indenização de transporte.
SINDICÂNCIA SUMÁRIA Nº 17/2012 - COGED/CBMDF	Indenização de transporte.
SINDICÂNCIA Nº 23/2013-COGED/CBMDF	acidente de trânsito envolvendo a viatura UTE-293.
SINDICÂNCIA SUMÁRIA Nº 23/2011- 8º GBM/CBMDF	acidente de trânsito envolvendo a viatura de prefixo URSA-20
SINDICÂNCIA Nº 31/2011- 9º GBM/CBMDF	acidente de trânsito envolvendo a viatura de prefixo ASE-32.
SINDICÂNCIA SUMÁRIA Nº 32/2011- COMAR I/CBMDF	Indenização de uniforme inutilizado.
SINDICÂNCIA Nº 39/2012- GPRAM/CBMDF	viatura AR-54 - detectado a falta de um tapete traseiro.
SINDICÂNCIA Nº 40 /2012- GPRAM/CBMDF	colisão e avaria na viatura de prefixo AO-10.
SINDICÂNCIA Nº 41 /2012- GPRAM/CBMDF	colisão e avaria na viatura de prefixo AO-28.
SINDICÂNCIA Nº 42/2013-COMOP/CBMDF	furto de coturno.
SINDICÂNCIA Nº 46/2013-CEMEV/CBMDF	Auto de Infração (multa) nº 1001643089-01, da viatura de prefixo AO-53.
SINDICÂNCIA ORDINÁRIA Nº 47 /2011-COGED/ CBMDF	acidente de transito, conduzindo a viatura de prefixo URSA -27.
SINDICÂNCIA Nº 53/2012- COGED/CBMDF	furto de um conjunto de roupa de aproximação para combate a incêndio.
SINDICÂNCIA Nº 77/2012- COMAR III/CBMDF	acidente de trânsito sem vitima com viatura oficial da Corporação.
SINDICÂNCIA Nº 81/2012- COGED/CBMDF	anúncio de venda no site "Mercado Livre", a venda de 01 (um) capacete Gallet F-1, bem como 01 (uma) peça de Roupa de Aproximação, ambos pertencentes ao CBMDF.



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

<b>SINDICÂNCIA Nº 86 /2011- 8º GBM/CBMDF</b>	Acidente de trânsito envolvendo a viatura de prefixo ABSL 02.
<b>SINDICÂNCIA Nº 91/2013-COMOP/CBMDF</b>	Acidente de trânsito envolvendo a viatura de prefixo UTE 293.
<b>SINDICÂNCIA Nº 99/2011 – COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA SUMÁRIA Nº 103/2012- COGED/CBMDF</b>	infrações de trânsito referentes à viatura AR-18.
<b>SINDICÂNCIA Nº 108/2012- COGED/CBMDF</b>	infração de trânsito cometida no dia 04 de março de 2011, com a viatura de prefixo APS-250.
<b>SINDICÂNCIA Nº 114/2012- COMOP/CBMDF</b>	Acidente de trânsito envolvendo a viatura de prefixo AR-20
<b>SINDICÂNCIA Nº 116/2012- COMOP/CBMDF</b>	Acidente de trânsito envolvendo a viatura de prefixo ASE-43.
<b>SINDICÂNCIA Nº 126/2013-COGED/CBMDF</b>	Acidente de trânsito envolvendo a viatura de prefixo ASE-3.
<b>SINDICÂNCIA Nº 127 /2011 – COMOP/CBMDF</b>	extravio de um HT, possível material carga da viatura de prefixo AR-75.
<b>SINDICÂNCIA Nº 137 /2011 COMAR V/CBMDF</b>	dano ocorrido na viatura de prefixo AO-38.
<b>SINDICÂNCIA Nº 139 /2011-COMOP/CBMDF</b>	acidente automobilístico com a viatura de prefixo AR-73.
<b>SINDICÂNCIA Nº 152/2012-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 158/2013-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 159 /2013-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 163/2011-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 163 /2012-COMOP/CBMDF</b>	avarias na viatura de prefixo AR-72.
<b>SINDICÂNCIA Nº 165/2011-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte
<b>SINDICÂNCIA Nº 166 /2012- COMOP/CBMDF</b>	apresentação do mesmo capacete de combate à incêndio para receberem os novos equipamentos de proteção individual.



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



Juntos por um novo DF

<b>SINDICÂNCIA Nº 170 /2012- COMOP /CBMDF</b>	o furto de capacete PETZ amarelo, capacete GALLET amarelo, par de botas cor preta e capa de aproximação,
<b>SINDICÂNCIA Nº 167/2011-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 169/2011-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 172 /2011-COMAR I/CBMDF</b>	avarias na VTR UTE 316.
<b>SINDICÂNCIA Nº 188/2013-COMOP/CBMDF</b>	avarias na viatura de prefixo ASE-41.
<b>SINDICÂNCIA Nº 191/2013-COMOP/CBMDF</b>	extravio ou subtração de peça de Equipamento de Proteção Individual - EPI (calça de combate a incêndio florestal).
<b>SINDICÂNCIA Nº 199/2011-COGED /CBMDF</b>	multas de trânsito atribuídas à viatura de prefixo ASG 20.
<b>SINDICÂNCIA Nº 200/2011- COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 202/2013-COMOP/CBMDF</b>	acidente automobilístico envolvendo a viatura de prefixo UTE-292.
<b>SINDICÂNCIA Nº 217/2012-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 223/2013-SECOM-CBMDF</b>	Indenização de uniforme inutilizado.
<b>SINDICÂNCIA Nº 240/2013-COMOP/CBMDF</b>	avarias na viatura de prefixo ABT-17.
<b>SINDICÂNCIA Nº 242/2013-COMOP/CBMDF</b>	avaria na viatura de prefixo AO-37.
<b>SINDICÂNCIA Nº 261 /2012- COMOP/CBMDF</b>	desaparecimento de um esquiço de jato atomizado e uma espátula de borracheiro da viatura de prefixo ASE-36
<b>SINDICÂNCIA Nº 263/2013-COGED/CBMDF</b>	Roubo de capacete de salvamento da marca Gallet.
<b>SINDICÂNCIA Nº 276/2012- COGED/CBMDF</b>	Acidente com a viatura de prefixo AC-09.
<b>SINDICÂNCIA Nº 277 /2012- COGED/CBMDF</b>	Acidente envolvendo a viatura de prefixo ABSL-05.
<b>SINDICÂNCIA Nº 287/2012-COGED /CBMDF</b>	Acidente envolvendo a viatura prefixo UTE 320.



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



**GDF**

Juntos por um novo DF

<b>SINDICÂNCIA Nº 290/2012- COGED/CBMDF</b>	Multa aplicada à viatura de prefixo ASG-50.
<b>SINDICÂNCIA Nº 291/2012-COGED/CBMDF</b>	Acidente envolvendo viatura AR-32.
<b>SINDICÂNCIA Nº 294/2012- COMOP/CBMDF</b>	viatura ASG 58.
<b>SINDICÂNCIA Nº 295/2013-COMOP/CBMDF</b>	acidente ocorrido com a viatura de prefixo UR-305.
<b>SINDICÂNCIA Nº 305/2013-COGED/CBMDF</b>	Indenização de transporte.
<b>SINDICÂNCIA Nº 312/2013-COMOP/CBMDF</b>	Dano à viatura de prefixo ARF-26.
<b>SINDICÂNCIA Nº 319/2013-COMOP/CBMDF</b>	Dano ao coturno.
<b>SINDICÂNCIA Nº 328/2013-COGED/CBMDF</b>	acidente de trânsito envolvendo a viatura de PLACA JFO-1422,
<b>SINDICÂNCIA Nº 322/2013-COMOP/CBMDF</b>	extravio de um binóculo modelo 20 x 30 pertencente à carga da viatura AR-30.



Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Controladoria

Corregedoria

Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial



**GDF**

Juntos por um novo DF

IPM	
IPM 04/2011 – CBMDF/CBMDF	desaparecimento da bomba de transmissão da bomba de combate a incêndio da viatura de prefixo ABT-8,
IPM 10/2011 - CBMDF/CBMDF	extravio de um pulsoxímetro da viatura UTE 265 – GAEPH,
IPM 11/2011 - CBMDF/CBMDF	furto de uma roupa completa de combate a incêndio .
IPM 04/2013 - CBMDF/CBMDF	subtração de um par de coturnos de combate a incêndio da marca Quartelar.
IPM 05/2013 - CBMDF/CBMDF	furto de um capacete da marca GALLET.
IPM 9/2012 - CBMDF/CBMDF	irregularidades quando os militares figuravam na condição de Executores do Contrato nº 13/2012, firmado entre o CBMDF e a empresa AIR TRACTOR.
IPM 12/2012 - CBMDF/CBMDF	furto de capacete Gallet.
IPM 16/2013 - CBMDF/CBMDF	furto de capacete Gallet, modelo F2.
IPM 22/2013 - CBMDF/CBMDF	desaparecimento de escada prolongável, material carga da viatura ASE 41.
IPM 23/2013 - CBMDF/CBMDF	Furto de um capacete e óculos de combate a incêndio florestal.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL -**  
**FCDF**  
**CBMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**



MARÇO/2014



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL -**  
**FCDF**  
**CBMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133/2013.

Unidades Agregadas: Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**Brasília, 03/2014**

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
CECAF – Centro de Capacitação Física  
CEABM – Centro de Assistência Bombeiro Militar  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CPMED – Centro de Perícias Médicas  
DISAU – Diretoria de Saúde  
DN – Decisão Normativa  
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal  
FS-CBMDF – Fundo de Saúde do CBMDF  
IN – Instrução Normativa  
OBM – Organização Bombeiro Militar  
OPME – Órtese, Prótese e Materiais Especiais  
PARF – Plano de Aplicação de Recursos Financeiros  
PARO – Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários  
PODON – Policlínica Odontológica  
POMED – Policlínica Médica  
QOBM/Compl. – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Complementares  
QOBM/S – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Saúde  
RG – Relatório de gestão  
RI – Regimento Interno  
SECOP – Seção de Controle e Planejamento Orçamentário da Diretoria de Saúde  
SEXEC – Seção de Execução de Contratos da Diretoria de Saúde  
SEAUD – Seção de Auditoria da Diretoria de Saúde  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Federal  
SIGGO – Sistema de Gestão Governamental do GDF  
SUTES – Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal  
TAF – Teste de Aptidão Física  
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	6
1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado.....	6
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	7
1.3 Organograma Funcional .....	8
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013.....	10
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	10
2.1 Planejamento da unidade .....	10
2.1.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	10
2.1.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	11
2.1.2.1 Atendimento em rede própria.....	11
2.1.2.2 Demanda Institucional.....	12
2.1.2.3 Ingressos de novos militares no quadro de saúde.....	12
2.1.2.4 Melhora das instalações .....	13
2.1.2.4 Aquisição de Equipamentos.....	13
2.1.3 ATENDIMENTO NA REDE CREDENCIADA.....	13
2.1.3.1 Edital de credenciamento n° 01/2011 .....	14
2.1.4 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	18
2.1.4.1 Plano de Aplicação de Recursos Financeiros.....	18
2.1.5 Melhorias no gasto público.....	21
2.1.5.1 Auditoria Médica/Hospitalar.....	21
2.1.5.2 Serviço de Análise e Controle de OPMES.....	21
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	23
2.2.1 Ações (Item 2.2.3 da portaria 175/2013-TCU).....	23
2.2.1.1 Ações - OFSS (Item 2.2.3.1 da portaria 175/2013-TCU).....	23
2.2.3.5 Análise Situacional.....	23
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão .....	26
2.3.1 Indicadores.....	26
2.3.2 Análise dos indicadores institucionais.....	26
2.3.2.1 Atendimento em rede própria.....	26
2.3.2.2 Atendimento em Rede Credenciada .....	28
2.3.2.3 Índice de Inscrição em Restos a Pagar.....	30
2.3.3 Instrumentos de Auxílio no Controle da Demanda .....	31
3. Execução orçamentária e financeira ( Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.).....	32
3.1 Execução das despesas .....	32
3.1.1 Programação.....	32
3.1.1.1 Análise Crítica.....	33
3.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	34
3.1.3 Realização da Despesa.....	34
3.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	35
3.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ 36	36
3.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	36
3.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	37
3.3.1 Análise Crítica.....	37
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.).....	38
4.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 (item 11.3 da portaria 175/2013-TCU).....	38
5. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ (Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.).....	39
5.1 Suprimento de Fundos (item 4.5 da portaria 175/2013-TCU).....	39

5.1.1 Suprimento de Fundos - Despesas realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (item 4.5.1 da portaria 175/2013-TCU) .....	39
5.1.2 Suprimento de fundos - Conta Tipo "B" (item 4.5.2 da portaria 175/2013-TCU).....	39
5.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) (item 4.5.3 da portaria 175/2013-TCU) .....	39
5.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (item 4.5.4 da portaria 175/2013-TCU).....	40
5.1.5 Análise Crítica (item 4.5.5 da portaria 175/2013-TCU).....	40
5.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão (item 5.2.4 da portaria 175/2013-TCU).....	41
5.2.1 Análise Crítica (item 5.2.5 da portaria 175/2013-TCU).....	41

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro A.1.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado.....	6
Tabela 1 – Mapa da Força: Quadro de Profissionais de Saúde.....	11
Tabela 2 - Quantidade de AtendimentoS em Rede Própria.....	12
Tabela 3 - Demanda Institucional.....	12
Tabela 4 - Ingressos de novos militares QOBM/S*.....	12
TABELA 5 - aQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.....	13
Tabela 6 - Empresas credenciadas ao CBMDf DURANTE O ANO DE 2013.....	14
TABELA 7 - parf 2013 - custeio (INICIAL).....	18
TABELA 8 - parf 2013 - investimento (INICIAL).....	19
Tabela 09- Análise da Realização do PARF 2013.....	19
Tabela 10 - Tabela de Glosas.....	21
Tabela 11 - Economia com OPMES no exercício de 2013.....	22
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS.....	23
Tabela 12 - Aumento do Público Alvo.....	26
Tabela 13 - Comportamento da Demanda em Rede Própria.....	27
Tabela 14 - Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2013.....	27
Tabela 15 – ATENDIMENTOS NA REDE PRÓPRIA.....	27
Tabela 16 – GUIAS AUTORIZADAS PARA ATENDIMENTOS na Rede Credenciada*.....	28
TABELA 17 – RELATÓRIO DE GASTOS MENS AIS COM CREDENCIAMENTO.....	29
Tabela 18 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR.....	30
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas.....	32
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	34
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	35
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	36
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	37
Tabela 19 - Execução de restos a pagar.....	38
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	40
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	40
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	41
ANEXO I - BALANÇO FINANCEIRO.....	43
ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL.....	45
ANEXO III - VARIAÇÃO PATRIMONIAL.....	47
ANEXO IV - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	50
ANEXO V - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	47
ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ADICIONAIS.....	48
ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE.....	49
ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO.....	51

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Assistência Médica e do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem como objetivo apresentar as realizações desta Unidade Jurisdicionada (UJ) no exercício de 2013, cumprindo o disposto na Instrução Normativa - TCU nº 63, Decisão Normativa - TCU nº 127/2013 e Portaria - TCU nº 175/2013.

A partir da publicação do acórdão TCU 2.631/2010-Plenário que decidiu pela natureza tributária dos recursos arrecadados diretamente pelo Fundo de Saúde do CBMDF, eles passaram a ser executados junto com os oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Ambos os créditos orçamentários são destinados ao mesmo fim: assistência à saúde dos bombeiros militares do DF e seus dependentes.

Com a publicação do Decreto 7.163/2010, que reorganizou a estrutura do CBMDF, em seu artigo 30, foi delegada a função de ordenar despesas à Diretoria de Saúde da corporação, conforme abaixo, sendo criada no mesmo exercício a Unidade Gestora SIAFI 170495 para a gestão do seu orçamento:

Art. 30. Compete à Diretoria de Saúde, órgão incumbido das atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas, além do previsto no art. 26:

I - praticar os atos necessários ao recolhimento das indenizações ao Fundo de Saúde, observada a legislação específica;

II - zelar pelo cumprimento do Regulamento Geral da Assistência Médica e Odontológica da Corporação; e

**III - exercer a função de ordenador de despesas, especificamente quanto aos créditos e recursos relacionados com a sua área de competência, observada a legislação específica (grifo nosso).**

De acordo com o Ofício nº 0272/2013-TCU/Secex/Fazenda, de 20/11/2013, o FCDF é enquadrado na alínea g) do “*QUADRO A1 – RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES JURISDICIONADAS E OS CONTEÚDOS GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO*” da Decisão Normativa 127/2013, sendo assim necessário fazer algumas considerações quanto à apresentação dos conteúdos obrigatórios desta UJ.

O citado Decreto 7.163/10 inovou apenas na gestão dos créditos orçamentários. Dessa forma, a gestão e políticas de recursos humanos, patrimônio e controle interno continuam sob a estrutura do Comando-Geral.

Sendo assim, os itens obrigatórios 3.2, 9.1, 9.2 e 11.6 que tratam especificamente das estruturas de governança, controle interno, deliberações do TCU e relatório de auditoria independente, que são de responsabilidade da Controladoria do CBMDF, serão apresentados no relatório da Unidade Jurisdicionada Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, UG 170394, para não gerar duplicidade de informação.

Em relação ao item 2.2–Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, em decorrência dos recursos do Fundo Constitucional do DF serem operação especial e não constarem no PPA serão apresentadas as informações apenas do subitem 2.2.3 – Ações em conformidade com a portaria nº 175/2013-TCU, que determinou a apresentação das informações que constem na lei orçamentária anual de 2013 aprovada pela Lei nº 12.798/2013.

Quanto ao item 4.2 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Recursos, não houve movimentação, por isso foi suprimido deste relatório. Optou-se ainda por apresentar o item 4.5 – Suprimento de Fundos como informações relevantes da UG 170495 e também o subitem 5.2.4–

Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.

A execução dos recursos do superávit financeiro do orçamento do Governo do Distrito Federal, apurados nos recursos do Fundo de Saúde anterior à execução orçamentária no SIAFI, decorrente do item 1.5.2, do citado acórdão 2.631/2010, foi evidenciado no item 11.3.

Este relatório foi estruturado em 5 capítulos e 8 anexos que buscam evidenciar a gestão da Assistência Médica do CBMDF no exercício de 2013, período que foi marcado por políticas restritivas de controle de gastos durante todo o exercício, sem perder a qualidade no serviço prestado aos usuários.

Tal fato deveu-se ao crescimento dos gastos com empresas prestadoras de serviços de saúde em relação aos recursos recebidos e a influência da escassez de pessoal na tomada de decisão. Cabe ressaltar ainda o bom andamento da construção das novas instalações da Policlínica Médica, que chegou 72% de execução da obra.

Deve-se ressaltar a implementação total do edital de credenciamento nº 01/2011 DISAU/CBMDF, com serviços de saúde que proporcionaram uma melhora no atendimento aos usuários, ampliando a capacidade e aproximando os serviços da demanda institucional.

Muitos projetos pensados para 2013 não puderam ser realizados por razões explicitadas neste relatório. Devido aos gastos crescentes, quando mostraram que seriam superiores às provisões orçamentárias recebidas, foi necessário suplementar o orçamento mediante recursos do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial de Exercícios Anteriores.

Na mudança de gestão ocorrida a partir de outubro de 2013, com o novo Ordenador de Despesas, houve um maior controle de gastos, tanto por parte dos executores de contrato, como por parte das clínicas e hospitais credenciados. A aquisição de equipamentos e materiais para as Policlínicas Médicas deu-se em áreas estratégicas, como forma de se evitar gastos elevados com exames e procedimentos que podem ser realizados na rede própria.

Aliado a isso, permanece a estratégia de recomposição do quadro ativo da Corporação, aumentando o efetivo e conseqüentemente o número de usuários do sistema de saúde, com o ingresso também de seus dependentes, o que demanda dos gestores atenção constante no acompanhamento mensal dos gastos inerentes à saúde.



## 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

### 1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

**Quadro A.1.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado**

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda				Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora				
Denominação Completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal				
Denominação Abreviada: Fundo de Constitucional do DF - FCDF				
Código SIORG: 001929		Código na LOA: 0903		Código SIAFI: 170392
Natureza Jurídica:			CNPJ:05.448.380/0001-45	
Principal Atividade:				Código CNAE:
Telefones/Fax de Contato:		(061) 3312-5914	(061) 3312-5812	(061) 3312-5813
Endereço Eletrônico: GEAHA@FAZENDA.DF.GOV.BR				
Página na Internet: www.buriti.df.gov.br				
Endereço Postal: ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF	170392	05.448.380/0001-45	Ativa	0903
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas				
Número de Ordem: 1				
Denominação Completa: Fundo Constitucional do DF–Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal				
Denominação Abreviada: FCDF - CBMDF – ASS. MED.				
Código SIORG:		Código na LOA:		Código SIAFI: 170495
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Fundos			CNPJ:05.448.380/0001-45	
Principal Atividade: Assistência à Saúde				Código CNAE: 6520-1/00
Telefones/Fax de Contato:		(061) 3901-3625	(061) 3901-3130	(061) 3901-7929
E-mail: ds@cbm.df.gov.br				
Página na Internet: https://www.cbm.df.gov.br/site/ds/				
Endereço Postal: SAIS QUADRA 04 LOTE 5, CEP.:70602600 Brasília-DF.				
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei 10486/1996; Lei 12.086/2009; Decreto 7163/2010; Lei nº 7.479/86.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Portaria CBMDF nº25, de 05/10/2006 – Regulamentação do Fundo de Saúde; Portaria CBMDF nº 18 de 11/03/2011 – Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros de 2011; Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 – Regimento Interno do Departamento de Recursos Humanos.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
170392	FCDF			
170394	FCDF - SSP - CBMDF			
170960	DE/SFC/CG			
170961	DEFAZ/DE/SFC/CGU			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	
170392			00001	
170394			00001	

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A assistência médica e odontológica aos bombeiros militares, seus dependentes e pensionistas, conforme preceitua o artigo 51, inciso IV, alínea e, da Lei nº 7.479/86 (Estatuto do CBMDF), o *caput* do art. 32 da Lei nº 10.486/2002 e artigo 20 do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, é direito garantido e competência da Diretoria de Saúde do CBMDF, conforme previsto em regimento interno do Departamento Recursos Humanos da corporação, art. 70 da Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011, a saber:

Art. 70 A Diretoria de Saúde (DISAU) é o órgão de Direção Setorial, subordinado ao Departamento de Recursos Humanos, que tem por finalidade a coordenação, planejamento, controle, fiscalização e execução das atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

No citado art. 32 da Lei nº 10.486/2002, o legislador expôs em quais situações e para quem a assistência médica da corporação é prevista:

Art. 32. A assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes será prestada por intermédio de organizações do serviço de saúde da respectiva Corporação, com recursos consignados em seu orçamento, conforme dispuser em regulamento próprio a ser baixado pelo Governo do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)

§ 1º O militar e seus dependentes poderão receber atendimento em outras organizações hospitalares, nacionais ou estrangeiras, nas seguintes situações especiais:

I - de urgência ou emergência, quando a organização hospitalar da Corporação não puder atender;

II - quando a organização hospitalar da respectiva Corporação, não dispuser de serviço especializado;

III - Ao inativo e pensionista, será fornecido o transporte, quando houver necessidade de internação hospitalar decorrente de prescrição médica utilizando os parâmetros estabelecidos na legislação federal e conforme regulamentação do Governo do Distrito Federal.

§ 2º A organização de saúde da Corporação, destina-se a atender ao militar, seus dependentes e pensionistas.

A manutenção dos serviços de saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é feita de duas formas: por meio de organizações de saúde da corporação e por meio da contratação de outras organizações externas de saúde visando abranger um maior número de serviços a serem prestados.

Para essa contratação, o CBMDF conta com duas fontes de recursos: a principal, que são os recursos oriundos do Fundo Constitucional do DF, e os recursos arrecadados diretamente dos seus militares constituindo o Fundo de Saúde do CBMDF (FS-CBMDF), conforme *caput* do art.33 e seu parágrafo 3º:

Art. 33. Os recursos para assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes também poderão provir de outras contribuições e indenizações, nos termos dos incisos II e III do *caput* do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)

[...] § 3º As contribuições e indenizações previstas no *caput* deste artigo serão destinadas à constituição de um Fundo de Saúde, que será regulamentado pelo Comandante-Geral de cada Corporação [...]

O FS-CBMDF foi regulamentado conforme disposto no parágrafo acima pelo Comandante-Geral da corporação por meio da Portaria CBMDF nº25 de 05/10/2006, definindo no artigo 1º, seu caráter complementar e de maneira geral, para quais situações ele deve ser destinado:

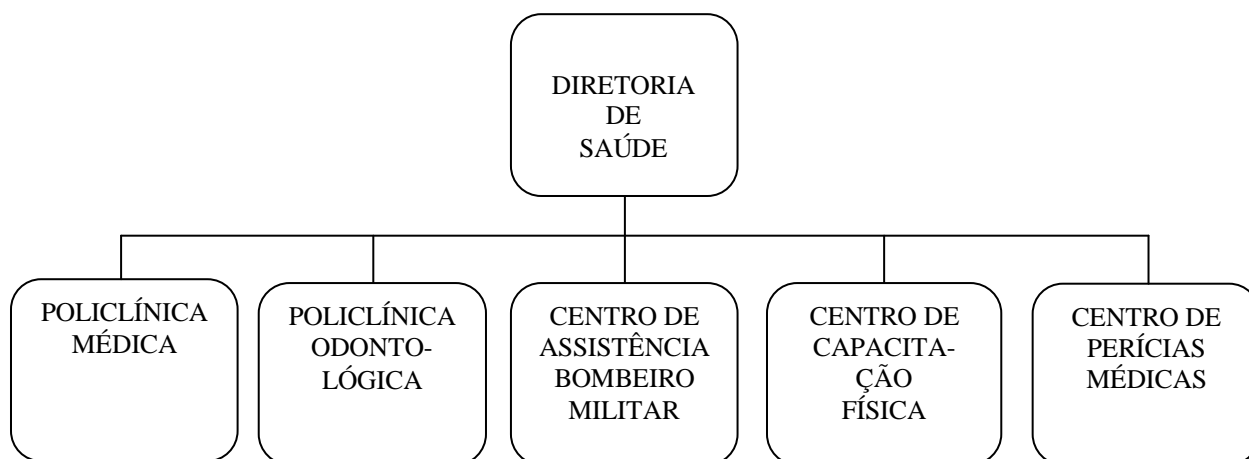
Art. 1º O Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal destina-se a complementar os recursos necessários à assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social aos militares, seus respectivos dependentes e aos pensionistas da Corporação.

§ 1º Os recursos do Fundo de Saúde serão empregados para o custeio e o investimento das atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, como a aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, manutenção, obras em geral, otimização técnica e operacional, relacionados com o serviço de saúde da Corporação [...]

Até o fim do exercício de 2010, o FS-CBMDF foi executado por regras distritais e em sistema próprio: SIGGO (Sistema de Gestão Governamental do GDF). Contudo, após a publicação do ACÓRDÃO Nº 168/2007 – TCU – Plenário, aquela corte entendeu que esses recursos têm caráter tributário oriundos do orçamento da União e deveriam ser executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Assim, determinou por meio do Item 1.5.1 do ACÓRDÃO Nº 2631/2010 – TCU – Plenário, sua execução por este sistema:

1.5.1. o registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011

### 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



\*Organograma de acordo com o Decreto nº 7163/2010.

- DIRETORIA DE SAÚDE: Conforme o Dec. nº 7.163/2010, a Diretoria de Saúde é um órgão de Direção Setorial que tem como incumbência as atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

- POLICLÍNICA MÉDICA: Conforme Portaria CBMDF nº 93, de 21/12/2011, que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, a Policlínica Médica é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

- POLICLÍNICA ODONTOLÓGICA: Conforme Portaria CBMDF nº 93, de 21/12/2011, que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, a Policlínica

Odontológica é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

- CENTRO DE ASSISTÊNCIA BOMBEIRO MILITAR: Conforme Portaria CBMDF nº 93, de 21/12/2011, que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, o Centro de Assistência Bombeiro Militar é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.

- CENTRO DE CAPACITAÇÃO FÍSICA: Conforme Portaria CBMDF nº 93, de 21/12/2011, que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, o Centro de Capacitação Física é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.

CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS: Conforme Portaria CBMDF nº 93, de 21/12/2011, que aprovou o regimento interno do Departamento de Recursos Humanos do CBMDF, o Centro de Perícias Médicas é um órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médico-periciais desenvolvidas no CBMDF.

## **2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013**

### **2.PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

#### **2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE**

##### **2.1.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

O Plano Estratégico da corporação para o período de 2011-2016, publicado por meio da Portaria CBMDF nº30 de 03/11/2010, estabeleceu como missão para o CBMDF, em seu item 2 a “Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente”.

Em seu item 3, foi estabelecida a visão institucional: “Ser referência para a sociedade pela excelência dos serviços prestados, por meio da qualificação dos seus integrantes, da gestão estratégica da Instituição, do constante reequipamento e da inovação tecnológica.”

Ainda de acordo com o referido Plano Estratégico, em seu item 5, são listados dez valores institucionais:

- 1 – Bravura;
- 2 – Dignidade;
- 3 – Disciplina;
- 4 – Ética;
- 5 – Hierarquia;
- 6 – Patriotismo;
- 7 – Respeito à vida;
- 8 – Respeito ao meio-ambiente;
- 9 – Responsabilidade Social;
- 10 – Tradição.

No item 8.4 do Plano Estratégico, o CBMDF estabeleceu como Objetivo Estratégico para a Assistência Médica e Fundo de Saúde: **a otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição aos seus militares da ativa, da reserva, seus dependentes e pensionistas.**

A Política do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal publicada por meio da Portaria CBMDF nº 55, de 19/07/2011, estabelece que cabe à assistência médica da Corporação, conforme item 3.1.21 “Atender às demandas de saúde e sócio-assistenciais, preventivas e promocionais do bombeiro militar, em consonância com a legislação vigente”.

Ainda de acordo com a Portaria nº 55, o CBMDF tem como missão o cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais. Assim, a Constituição Federal no *caput* e nos parágrafos 5º e 6º do artigo 144, incumbe ao CBMDF a execução de atividades de defesa civil e de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, além de destacá-lo como órgão integrante do Sistema de Segurança Pública.

Já o art. 2º da Lei nº 8.255/91, Lei da Organização Básica do CBMDF, estabelece as seguintes competências ao CBMDF:

- I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- II - realizar serviços de busca e salvamento;
- III - realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;
- IV - prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- V - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos,

que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;  
 VI - realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;  
 VII - executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;  
 VIII - executar as atividades de defesa civil;  
 IX - executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal;  
 X - executar serviços de atendimento pré-hospitalar. (Incluído pela Lei nº 12.086, de 2009)

Dessa forma, passa ser imprescindível a prestação de um serviço de saúde de qualidade para os militares, seus dependentes e pensionistas, auxiliando a corporação no cumprimento de sua missão, em que são desempenhadas atividades de alto risco e, quase sempre, insalubres.

## 2.1.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### 2.1.2.1 ATENDIMENTO EM REDE PRÓPRIA

A Diretoria de Saúde (DISAU) do CBMDF, responsável pela gestão orçamentária e financeira dos recursos da Assistência Médica e do Fundo de Saúde, para cumprir com sua missão legal, conta com 5 (cinco) órgãos subordinados e de atuação na área de saúde descritos no item 1.3 – Organograma Funcional: Policlínica Médica, Policlínica Odontológica, Centro de Assistência Bombeiro Militar, Centro de Capacitação Física e Centro de Perícias Médicas.

Esses órgãos são responsáveis pelos serviços de saúde ofertados pela corporação, contando com os seguintes profissionais:

**Tabela 1 – Mapa da Força: Quadro de Profissionais de Saúde**

<b>Servidores/Especialidade</b>	<b>Quantidade</b>
Oficiais-Médicos	42
Oficiais-Enfermeiros*	5
Oficiais-Dentistas	28
Oficiais-Nutrição*	1
Oficiais-Psicologia*	2
Oficiais-Farmácia*	3
Oficiais-Fisioterapia*	4
Praças Especiais-Médicos	6
Praças Especiais-Dentistas	9
Praças Especiais-Complementares (enfermeiros)	3
Praças- área de saúde**	142
Militares capacitados em Educação Física	40
<b>Total Geral</b>	<b>285</b>

Fonte: DISAU.

Legenda:

\*Quadro de Oficiais Complementares;

\*\*Militares oriundos do extinto quadro de saúde, QBMP-6, praças com formação nas áreas: Técnico em enfermagem, Técnico em radiologia, Técnico em laboratório, Técnico de gesso, Técnico em higiene dentária e Enfermeiros com formação superior. Todos auxiliam nas execuções dos serviços diários da área de saúde;

Os órgãos supracitados realizam atendimentos nas dependências próprias da DISAU aos usuários do sistema de saúde do CBMDF, em suas respectivas áreas de atuação. Durante o exercício de 2013, foram responsáveis pela seguinte realização:

**Tabela 2 - Quantidade de AtendimentoS em Rede Própria**

<b>Exercício</b>	<b>Atendimentos</b>
2012	227.315
2013	375.087

Fonte: POMED/DISAU

### 2.1.2.2 DEMANDA INSTITUCIONAL

A demanda institucional, definida tanto pela alínea “e”, inciso IV do artigo 51 da Lei nº 7.479/1986 – Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, bem como pelo *caput* do artigo 32 da Lei nº 10.486/2002, é composta pelos militares (ativos e inativos), dependentes e os pensionistas àqueles que a lei estende o direito. O público alvo do sistema, em 2013, passou a ser de:

**Tabela 3 - Demanda Institucional**

<b>USUÁRIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>		<b>DIFERENÇA</b>
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
Militar	5.889	6.327	438
Militar Inativo	2.145	2.235	90
Dependente	17.920	17.204	-716
Pensionista	1.482	1.577	95
<b>TOTAL</b>	<b>27.436</b>	<b>27.343</b>	<b>-93</b>

Fonte: DITIC/DEPCT/CBMDF em 09/01/2014.

A redução da demanda total ocorreu pela diminuição do número de dependentes legais no sistema, conforme demonstrado acima, e o aumento deveu-se à nomeação de novos militares nos quadros do CBMDF selecionados por meio dos concursos em andamento, mantendo praticamente estável a quantidade total de usuários, em relação a 2012 (menos de 1% de diferença).

### 2.1.2.3 INGRESSOS DE NOVOS MILITARES NO QUADRO DE SAÚDE

Para ampliar a capacidade e otimizar o atendimento assistencial e social prestado pela instituição aos usuários, além de dar continuidade à política de recursos humanos da corporação, foi autorizado o ingresso de mais militares do quadro de saúde, mediante o concurso realizado em 2011, conforme o Edital nº 1, de 17 de maio de 2011, para “PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DOS QUADROS DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES DE SAÚDE (QOBM/S) E COMPLEMENTAR (QOBM/COMPL.) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL” e concluído por meio do Edital nº 38, de 24 de maio de 2013, que convocou mais 18 (dezoito) profissionais de saúde para ingresso na corporação.

**Tabela 4 - Ingressos de novos militares QOBM/S\***

<b>ESPECIALIDADE</b>	<b>VAGAS</b>
Praças Especiais-Médicos	6
Praças Especiais-Dentistas	9
Praças Especiais-Complementares (Enfermeiro)	3
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Fonte: DIGEP/DRHU/CBMDF.

De acordo com o Anexo II-A da Lei nº 12.086/2009, o efetivo autorizado de oficiais médicos é de 213 (duzentos e treze) e atualmente constam 48 (quarenta e oito). Já no quadro de oficiais dentistas a previsão é de 50 (cinquenta) e 37 (trinta e sete) estão efetivados.

#### 2.1.2.4 MELHORA DAS INSTALAÇÕES

A construção do novo prédio da POMED, licitada em 2011 por meio da Concorrência nº020/2011-ASCAL/PRES, publicada no DODF nº248, de 28/12/2011, referente ao processo 053.000.830/2010, está com mais de 72% das obras finalizadas, com previsão de conclusão em 17 de março de 2014.

Os objetivos da construção das novas instalações são:

- Condições físicas de atendimento adequadas à necessidade;
- ampliação da capacidade na prestação dos serviços; e
- a conseqüente redução dos gastos com credenciamento.

#### 2.1.2.4 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das atividades da UJ está sendo planejada de acordo com o cronograma de entrega da obra da nova POMED. Desta forma, apenas aquisições pontuais foram realizadas durante o exercício de 2013, para substituição de bens inservíveis ou mesmo aquisição de peças essenciais para o funcionamento correto dos serviços ofertados.

Assim, conforme tabela abaixo, foram realizadas as seguintes aquisições:

**TABELA 5 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

Nota de Empenho	Empresa	Valor	Descrição
2013NE000017	ADTK LTDA	8.315,00	Implantação de Infovia
2013NE000139	CARCI LTDA	362.268,93	Equipamentos de Fisioterapia
2013NE000287	SURYA DENTAL	54.526,00	Equipamentos Odontológicos
2013NE000288	DENTAL MED	48.093,75	Equipamentos Odontológicos
2013NE000289	MEDIS COMERCIAL	3.137,50	Equipamentos Odontológicos
2013NE000291	PRINCIPAL ART DEN	44.778,96	Equipamentos Odontológicos
2013NE000292	CTI	936,99	Equipamentos Odontológicos
2013NE000293	SAUDE LTDA	22.415,00	Equipamentos Odontológicos
2013NE000434	DENTEMED LTDA	3.364,92	Equipamentos Odontológicos
2013NE000435	ECOGLOBAL	3.130,00	Equipamentos Odontológicos
2013NE000436	PRINCIPAL ART DENT	2.008,00	Equipamentos Odontológicos
2013NE000437	SAUDE LTDA	19.177,98	Equipamentos Odontológicos
2013NE000438	CASA DENTAL ESTRELA	1.639,99	Equipamentos Odontológicos
2013NE000453	USE MÓVEIS LTDA	84.900,00	Aquisição de Mobiliário
<b>TOTAL</b>		<b>658.693,02</b>	

Fonte: SIAFI-2013

#### 2.1.3 ATENDIMENTO NA REDE CREDENCIADA

A complexidade dos serviços de saúde, a grande demanda relativa à capacidade de atendimento em rede própria e a descentralização dos custos da administração dos riscos de serviços tão especializados impõem ao CBMDF a necessidade de contratar empresas prestadoras desses serviços para atender a maior parte dos usuários do sistema.



A opção pela modalidade de contratação foi o credenciamento, que conforme o item 8.2 decisão nº 656/95 – TCU:

[...]os órgãos/entidades dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo poderão, a seu critério, adotar sistema próprio para a prestação de serviços de assistência complementar à saúde dos servidores, inclusive o de credenciamento de profissionais e instituições médico-hospitalares, com fulcro no art. 25 da Lei nº 8.666/93, observados os princípios básicos da administração pública;

Os serviços prestados pelas empresas credenciadas pelo CBMDF estiveram submetidos, durante o exercício de 2013, ao Edital de Credenciamento nº 01/2011, que substituiu definitivamente o Edital nº 01/2004. Para não ocorrer à interrupção dos tratamentos em andamento, os termos de credenciamento referentes ao edital de 2004 foram encerrados de forma gradual, à medida que determinada especialidade era credenciada pelo novo documento.

Algumas credenciadas que nunca haviam realizado contrato com o setor público apresentaram problemas na operacionalização do sistema, principalmente quanto à estimativa de gastos e faturamento de serviços prestados aos beneficiários do sistema de saúde do CBMDF.

Tal fato impactou diretamente o planejamento, pois durante parte significativa do tempo, os gastos foram subdimensionados, além do atraso no pagamento de faturas, gerando um grande percentual de inscrição em restos a pagar não processados, como será mostrado no item 3.2.

### 2.1.3.1 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº01/2011

Objeto do processo nº 053.000.337/2011, o novo edital de credenciamento do CBMDF publicado no DODF nº 159, de 16 de agosto de 2011, adotou novas tabelas de valores para pagamento, a fim de manter alguns serviços que já estavam há muito tempo com valores defasados pela inflação e que geravam muitas reclamações pelas entidades de classe da área de saúde.

São elas:

- a) A tabela **Associação Médica Brasileira de 1992 (AMB/92)**, como regra; e
- b) Nos casos em que o procedimento não constar na AMB/92, o serviço será pago pela tabela **Lista de Procedimentos Médicos 1999** ou pela **Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) atualizada**, com deságio de 20% (vinte por cento).

As empresas credenciadas junto ao CBMDF até 31/12/2013 são:

**Tabela 6 - Empresas credenciadas ao CBMDF DURANTE O ANO DE 2013**

Nº	EMPRESA	CNPJ
001	3ª DIMENSÃO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	06.056.327/0001-61
002	ABMSAÚDE - Assoc. Brasiliense de Médicos e Prof. da Saúde	14.266.772/0001-84
003	ANGIO CARDIO CLÍNICA MÉDICA LTDA	10.817.238/0001-68
004	ANGIORADIO Clínica de Angiologia, Cir. Vascular e Radiol. Interv.	12.389.274/0001-01
005	ANIMA - CLÍNICA MÉDICA ACUPUNTURA E FISIOTERAPIA	08.325.108/0001-66
006	ASMEPRO Assoc. Méd. do Corpo Clínico do Hosp. Prontonorte	26.988.501/0001-11
007	ASSOCIAÇÃO DO CORPO CLÍNICO DO HOSPITAL BRASÍLIA	26.473.934/0001-34
008	ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO	13.231.214/0001-10
009	Associação Dos Profissionais de Saúde do Distrito Federal	04.220.774/0001-89
010	ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO HOSPITAL SANTA MARTA	13.334.648/0001-46
011	ATITUDE CLÍNICA PSICOLÓGICA E MULTIDISCIPLINAR LTDA	08.073.742/0001-59
012	BIOCÁRDIOS INSTITUTO DE CARDIOLOGIA LTDA	05.544.035/0001-05

013	CARDIO CENTER CLINICA CARDIOLOGICA LTDA	00.596.543/0001-13
014	CARDIO VIDA CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA	05.843.380/0001-40
015	Cardiobrasília Centro de Atenção Integral de Cardiologia Ltda - ME	09.643.359/0001-97
016	Cardiocare-DF Clínica Cardiológica Sociedade Simples Pura LTDA	01.281.570/0001-60
017	CARDIONORTE-Cardiologistas Associados Da Asa Norte Ltda	03.233.255/0001-92
018	CARNEIRO MACHADO E FRIEDMAN S/S LTDA (ROBRAS)	06.287.497/0001-57
019	CAU - HOSPITAL UROLOGICO DE BRASILIA LTDA	03.592.110/0001-88
020	CBV - CENTRO BRASILEIRO DA VISÃO	06.160.688/0001-53
021	CENTRO CLINICO E ECOGRAFICO DE SOBRADINHO	01.467.047/0001-22
022	CENTRO DA VISÃO OFTALMOLOGIA LTDA-EPP	07.338.983/0001-10
023	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE BRASÍLIA	03.419.044/0001-49
024	CENTRO DE AVALIAÇÃO CORPORAL DE BRASÍLIA LTDA	09.660.672/0001-06
025	Centro de Convivência e Atenção Psicossocial (Mansão Vida)	36.767.721/0001-79
026	CENTRO DE EXCELENCIA EM OFTALMOLOGIA LTDA	10.579.166/0001-68
027	CENTRO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS LTDA - ROBRÁS	05.475.877/0001-52
028	CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE BRASÍLIA LTDA	00.380.931/0001-62
029	CENTRO DE TRATAMENTO CÁRDIO VASCULAR - CTCV	03.923.271/0001-07
030	CENTRO DIAGNÓSTICO SHALOM S/S LTDA - CDS	26.983.098/0001-38
031	CENTRO OFTALMOLÓGICO DR RODRIGUES LTDA - EPP	33.431.651/0001-95
032	CENTRO SUL DE IMAGEM E MEDICINA FETAL SS LTDA	26.964.205/0001-80
033	CETTRO - CENTRO DE CÂNCER DE BRASÍLIA	00.520.237/0001-01
034	CIN - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO NEUROLÓGICAS LTDA	38.006.656/0001-94
035	CLIDAE Clínica de Diagnósticos Radiológicos e Ecográficos LTDA	26.495.275/0001-37
036	CLINECO - Centro Clínico Ecocardiografico de Brasilia	00.682.559/0001-49
037	CLÍNICA ANAHATA SAÚDE INTEGRAL LTDA	09.432.656/0001-58
038	CLÍNICA BABY PED - OLIVEIRA & MARQUES LTDA	11.092.950/0001-00
039	CLINICA CARDIOLOGICA OSWALDO CRUZ LTDA	05.572.306/0001-36
040	CLÍNICA CARDIOLÓGICA SÃO CAMILO LTDA	10.668.829/0001-10
041	CLÍNICA DE ECO-DOPPLER	02.901.895/0001-60
042	CLINICA DE FISIOTERAPIA FORÇA S/S LTDA	08.084.025/0001-22
043	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA JULIANA	01.759.280/0001-89
044	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA MOVIMENTO LTDA ME	12.195.523/0001-10
045	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA MULTIFISIO LTDA	11.140.975/0001-31
046	CLINICA DE FISIOTERAPIA REABILITAÇÃO TOTAL LTDA	06.315.096/0001-63
047	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SÃO FRANCISCO	04.494.444/0001-81
048	CLÍNICA DE PSICOLOGIA ABZM LTDA ME	11.646.757/0001-73
049	CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA FENELON LTDA	03.628.122/0001-15
050	CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA KF S/S	03.610.646/0001-89
051	CLÍNICA DE REABILITAÇÃO INTEGRAR COGNITIVA LTDA	09.212.847/0001-04
052	CLÍNICA GERAL E ORTOPEDICA SUDOESTE LTDA	05.637.408/0001-92
053	CLÍNICA ONCOLOGY LTDA	11.820.670/0001-70
054	CLÍNICA OTORRINO OSWALDO NASCIMENTO	37.160.645/0001-00
055	CLÍNICA PRODIGEST LTDA	01.443.380/0001-00
056	CLÍNICA PRODIGEST LTDA(FILIAL)	01.443.380/0003-63
057	CLÍNICA RADIOLÓGICA E ODONTOLOGICA SAFE CARNEIRO	00.709.014/0001-89
058	CLINISER - Clínica Integrada de Med. , Psico. e Psicopedagogia	03.165.043/0001-15
059	COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO DF	24.905.234/0001-46
060	CORPO E MENTE PLATESFISIOTERAPIA LTDA - ME	09.029.178/0001-30
061	DIAGNOSTIC RADIOLOGIA E IMAGEM	03.500.455/0001-64
062	DIAGNOSTICO CLÍNICA DE IMAGENS MÉDICAS	00.102.285/0002-52
063	DIAGNÓSTICO CLÍNICA DE IMAGENS MÉDICAS	00.102.285/0001-71
064	DIAS MOREIRA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - ME	11.999.286/0001-87
065	DIGIDOC RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	01.258.895/0001-21

066	DIGITAL DOC RADIOLOGIA ODONTOLOGICA	06.088.709/0002-58
067	DOC KIDS RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	07.622.311/0001-31
068	DOC RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	08.038.155/0001-29
069	ECCOS DIAGNÓSTICOS MÉDICOS POR IMAGEM	15.758.371/0001-04
070	ECODINÂMICA CLÍNICA CARDIOLOGICA LTDA	09.277.457/0001-12
071	ENERGÉTICA - Centro De Fisioterapia, Pilates e Clínico Geral	11.437.757/0001-63
072	ERIKA DRY'S CENTRO OFTALMOLÓGICO LTDA	04.714.858/0001-79
073	ESPAÇO EQUILIBRIUM CLÍNICA DE REABILITAÇÃO LTDA	08.439.436/0001-93
074	ESPAÇO SAINT GERMAIN DE SAÚDE INTEGRAL LTDA	11.486.840/0001-22
075	ETHOS – ESPAÇO DE PSICOLOGIA E PSICOPEDAGOGIA LTDA	12.839.480/0001-68
076	FIB – FISIOTERAPIA INTEGRADA DE BRASÍLIA LTDA	37.150.471/0001-96
077	FISIO HUSSEY CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA	08.345.680/0001-97
078	FISIOCEI- CLINICA DE REABILITAÇÃO	03.413.641/0001-66
079	FISIOEMOVCLINICA DE FISIOTERAPIA DO MOVIMENTO LTDA	14.990.692/0001-77
080	FISIOGAMA	05.251.170/0001-62
081	FISIO-NORTE - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REEDUCAÇÃO ...	07.340.190/0001-35
082	FISIOTERAPIA INTENSIVA SANTA RITA S/C LTDA	01.623.758/0001-49
083	FLUIR TERAPIA E PILATES LTDA	09.314.502/0001-61
084	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE RADIOLOGIA	92.898.550/0006-00
085	GALERIA FISIOTERAPIA LTDA	08.454.601/0001-86
086	GILL'S CLINICA MÉDICA, FISIOTERAPIA E FITNESS LTDA	13.919.613/0001-79
087	HIDROFISIO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA LTDA	08.258.737/0001-10
089	HMB SAÚDE	05.503.624/0002-26
090	HOB - TAGUATINGA LTDA	04.081.229/0001-59
091	HOME - HOSPITAL ORTOPETICO E MEDICINA ESPECIALIZADA	37.108.388/0001-59
092	HOSPITAL DAHER LAGO SUL S/A	00.382.069/0001-27
093	HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A	38.000.485/0001-96
094	HOSPITAL PACINI LTDA	00.417.089/0001-96
095	HOSPITAL PRONTONORTE S/A	00.511.816/0001-80
096	HOSPITAL SANTA HELENA S/A	00.049.791/0001-44
097	HOSPITAL SANTA MARTA	00.610.980/0001-44
098	HOSPITAL SÃO FRANCISCO	72.576.143/0001-57
099	HOSPITAL SÃO MATEUS - OXTAL	10.793.027.0001/32
100	IDR – INSTITUTO DE DOENÇAS RENAI'S LTDA	04.373.272/0001-98
101	IDRC-INSTITUTO DE DOENÇAS RENAI'S DE CEILÂNDIA	10.580.711/0001-36
102	IMAGE DOPPLER ULTRASSONOGRRAFIA LTDA	07.187.929/0001-10
103	IMAGEM DENTAL RADIOLOGIA LTDA	07.338.610/0001-49
104	INDF- INSTITUTO NEUROLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL S/S	08.107.725/0001-95
105	INOBI-INSTITUTO DE OLHOS E MICROCIURGIA DE BRASÍLIA	00.363.702/0001-30
106	INSTITUTO BRASILIENSE DE OLHOS	37.114.071/0001-25
107	INSTITUTO DE CÂNCER DE BRASÍLIA - ICB	11.859.927/0001-06
108	Instituto de Cardiologia e Pediatria de Brasília S/C (CLINICOR)	02.629.291/001-07
109	INSTITUTO DE CATARATA DE BRASÍLIA LTDA	12.992.115/0001-99
110	INSTITUTO DE NEUROCIRURGIA MEDULLARIS	10.909.624/0001-80
111	INSTITUTO DE OLHOS DE TAGUATINGA LTDA - EPP	02.671.139/0001-92
112	INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN	06.200.472/0001-74
113	INSTITUTO DE RADIOTERAPIA DE TAGUATINGA	06.292.778/0001-06
114	INSTITUTO DO CORAÇÃO TAGUATINGA LTDA	72.602.071/0001- 75
115	INTERAGE – CLINICA DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR	10.269.366/0001-14
116	IPAD- Instituto De Proctologia e Cirurgia Digestiva De Brasilia	02.669.411/0001-08
117	ISOB - INSTITUTO DE SAÚDE DE OLHOS BRASÍLIA S/S LTDA	03.056.609/0001-70
118	JD IMAGEM E DIAGNÓSTICO ODONTOLÓGICO EIRELI	16.798.663/0001-33
119	JK RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA - ME	16.524.725/0001-19

120	LABORATÓRIO DIAGNÓSTICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	26.491.530/0001-73
121	LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	00.718.528/0001-09
122	LABORATÓRIO SANTA CRUZ LTDA	00.346.098/0001-33
123	LABORATÓRIO SANTA PAULA LTDA	00.063.263/0001-40
124	LABORCENTER - MILTON CANDIDO DA SILVA	07.315.533/0001-01
125	LÂMINA Laboratório de Patologia e Prevenção de Câncer Ltda	00.626.754/0001-51
126	M M DA SILVA LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA	97.520.386/0001-02
127	M.G. ISRAEL	72.593.742/0001-89
128	MEDCOR - CARDIOLOGISTAS ASSOCIADOS DA ASA SUL	03.903771/0001-87
129	MEDICINA DA VISÃO - CLÍNICA OFTALMOLÓGICA LTDA	07.405.575/0001-33
130	MICRA LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA	02.777.949/0001-28
131	MILETTO UROLOGIA	00.225.350/0001-56
132	OCULARE OFTALMOLOGIA S/S LTDA	05.090.412/0001-83
133	ONCOTEK - Clínica De Tratamento E Pesquisa Oncologica	07.026.212 /0001-97
134	ONCOVIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA	01.682.668/0001-29
135	OPÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	10.541.877/0001-43
136	PEDIATRIA ASA NORTE LTDA	10.993.607/0001-73
137	PHYSYS-FISIOTERAPIA LTDA	03.809.065/0001-70
138	PRÓ-CORPORE - CLÍNICA DE REABILITAÇÃO	03.589.729/0001-37
139	PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL - PAI	00.076.570/0001-65
140	PSICOCLÍNICA - Clínica de Psic., Psicot. E Orient. Psicológica	37.120.144/0001-91
141	RADIOCLINIC DIAGNÓSTICO ORAL POR IMAGENS LTDA	04.468.770/0001-14
142	RADIOGRAPH CLINICA DE IMGEM	00.243.530/0001-60
143	RADIOMASTER RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	04.558.329/0001-23
144	RADIOMASTER RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA	04.558.329/0002-04
145	RADIO-RADIODIAGNÓSTICO EM ODONTOLOGIA	26.985.168/0002- 78
146	RADIO-RADIODIAGNÓSTICO EM ODONTOLOGIA	26.985.168/0001- 97
147	REABILITARTE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA	11.023.583/0001-92
149	RIO PRETO ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	07.196.243/0003-58
150	RM HOTEL FAZENDA LTDA	02.373.139/0001-06
151	ROBRAS RADIOLOGIA ODONTOLOGICA DE BRASILIA LTDA	32.910.853/0001-57
152	SANITY CLINICA DE PSICOLOGIA	15.500.164/0001-55
153	SANTÉ CLÍNICA MÉDICA E PSICOLOGIA	08.342.650/0001-27
154	SEANE Serviço de Assistencia Clínica e Nefrologia LTDA	01.619.412/0001-77
155	SELF PSICOLOGIA LTDA	11.472.550/0001-20
156	SER - PSICOTERAPIA E FONOAUDIOLOGIA	03.276.801/0001-72
156	SK PSICOLOGIA INTEGRADA LTDA - PSICOVIDA	10.853.107/0001-36
157	SPORTFISIO - CLÍNICA DE REABILITAÇÃO CORPORAL LTDA	04.607.201/0001-02
158	UCI – Unidade de Cardiologia Integral LTDA - EPP	18.000.366/0001-26
159	UNIFISIO - CENTRO CLÍNICO	01.102.578/0001-11
160	UNINEURO - UNIDADE DE NEUROLOGIA LTDA	07.607.754/0001-53
161	URODIAGNÓSTICO-CENTRO AVANÇADO EM UROLOGIA	02.850.305/0001-18
162	UROGAMA CLÍNICA DE UROLOGIA E ANDROLOGIA S/S LTDA	11.746.576/0001-19
163	UROMEDICAL - Centro Avançado De Urologia e Andrologia S/A	03.953.658/0001-06

Fonte: Comissão Permanente de Credenciamento - CPC/DISAU

Além do reajuste proporcionado pelas novas tabelas adotadas, cumprindo determinação da Resolução nº 317/2010, do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, que veda o repasse de honorários aos médicos por meio da prestadora de serviço, o edital em vigor teve que contemplar a contratação de associação de médicos para pagamento dos seus serviços.

Houve ainda, por meio da adoção das novas tabelas, o aumento do valor dos honorários, que não foi acompanhado pela redução da demanda, diminuindo a capacidade de disponibilização de

atendimento na rede credenciada.

## 2.1.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

### 2.1.4.1 PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF), regulamentado pela portaria CBMDF n° 54 de 18/07/2011, tem como objetivo, conforme exposto em seu artigo 1º: “[...] subsidiar o Comando-Geral no processo decisório de alocação de recursos orçamentários e proposta orçamentária”.

Nele são estabelecidos, em nível de órgão, os valores destinados a cada projeto ou atividade institucional.

Sua metodologia consiste, basicamente, em buscar informações junto às unidades operacionais e administrativas da Corporação sobre seus projetos, atividades e demais necessidades. Cada demanda é apresentada ao órgão responsável pela elaboração do plano, em que é analisada sua viabilidade, se está de acordo com o planejamento estratégico, prioridade e compatibilidade com os planos e programas de governo.

Após analisadas, são condensadas em um plano único, que é publicado em boletim interno de acesso a toda Corporação, conferindo transparência ao processo. Por meio dele, é elaborada a proposta orçamentária a ser incluída no Projeto de Lei Orçamentária do Distrito Federal.

Assim, os setores responsáveis pela inclusão de demandas no PARF devem apresentar os projetos básicos referentes às contratações até o dia 15/03 do ano de execução do plano para que a Diretoria de Contratações e Aquisições (DICOA) do CBMDF tenha tempo hábil para a realização dos procedimentos.

O PARF do exercício de 2013 foi publicado por meio da portaria CBMDF n°59, de 14/11/2012, contudo, devido a licitações atrasadas, contingenciamento, aumento dos serviços proporcionados pelo novo edital, bem como problemas causados por execução de contrato deficiente, algumas alterações foram necessárias para adequação do planejamento às adversidades.

A tabela a seguir contém o plano previsto e o realizado.

**TABELA 7 - parf 2013 - custeio (INICIAL)**

COD.	RESPONSÁVEL	DESPESA	SUBELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR
CS1	DISAU	33.90.39	65 - Serviços de apoio ao ensino	Cursos	114.000,00
CS2	DISAU	33.90.39	65 - Serviços de apoio ao ensino	Curso de mestrado em economia	18.822,80
CS3	DISAU	33.90.39	65 - Serviços de apoio ao ensino	Cursos em andamento	90.000,00
CS4	DISAU	33.90.39	10 - Locação de imóveis	Locação de espaço para desenvolvimento de atividades	30.000,00
CS5	POMED	33.90.39	20 - Manutenção e conservação de bens móveis	Manutenção de equipamentos médicos e hospitalares	100.000,00
CS6	POMED	33.90.39	50 - Serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratorial	Credenciamentos de hospitais e clínicas	28.622.850,73
CS7	POMED	33.90.30	43 - Material para reabilitação profissional	Material de consumo - Reabilitação Física	8.229,96
CS8	POMED	33.90.30	36 - Material hospitalar	Material de consumo - Policlínica	208.000,00
CS9	POMED	33.90.39	46 - Serviços domésticos	Lavanderia	60.000,00
CS10	Laboratório	33.90.39	99 - Outros serviços	Controle de qualidade do Laboratório de Análises Clínicas	4.547,28
CS11	Laboratório	33.90.39	95 - Manutenção, conservação e instalação de equipamentos de processamento de dados	Manutenção de software de interfaceamento	50.000,00
CS12	Laboratório	33.90.30	35 - Material Laboratorial	Reagentes - Laboratório	2.600.000,00
CS13	Laboratório	33.90.30	35 - Material Laboratorial	Material de consumo - Laboratório	250.000,00
CS14	PODON	33.90.37	01 - Apoio administrativo, técnico e operacional	Serviço de apoio técnico especializado na área de odontologia	956.000,00
CS15	PODON	33.90.39	50 - Serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratorial	Serviço de monitoramento de dosagem de radiação	10.000,00

CS16	PODON	33.90.39	50 - Serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratorial	Credenciamento em radiologia oral e laboratórios de prótese	200.000,00
CS17	PODON	33.90.39	20 - Manutenção e conservação de bens móveis	Manutenção de equipamentos odontológicos	250.000,00
CS18	PODON	33.90.30	36 - Material hospitalar	Material de consumo - PODON	622.283,29
CS19	CECAF	33.90.39	65 - Serviços de apoio ao ensino	Curso de especialização em Treinamento Físico Militar	50.000,00
CS20	CECAF	33.90.39	65 - Serviços de apoio ao ensino	Curso lato sensu em Treinamento Físico Militar	200.000,00
CS21	CEABM	33.90.39	99 - Outros serviços	Instalação de equipamentos	5.100,00
CS22	CEABM	33.90.39	99 - Outros serviços	Elaboração de projeto acústico do Templo	45.000,00
CS23	CECAF	33.90.30	43 - Material para reabilitação profissional	Material de consumo - CECAF	167.422,94
CS24	DISAU	33.90.92	92 - Despesas de exercícios anteriores	Reconhecimento de dívida	210.000,00
CS25	DISAU	33.90.93	05 - Ressarcimentos	Ressarcimentos	100.000,00
CS26	DISAU	33.90.30	64 - Despesa de pronto pagamento	Suprimento de fundos - material	40.000,00
CS27	DISAU	33.90.39	64 - Despesa de pronto pagamento	Suprimento de Fundos - serviços	20.000,00
CS28	DISAU	33.90.00	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	4.000.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>39.032.257,00</b>

**TABELA 8 - parf 2013 - investimento (INICIAL)**

COD.	RESPONSÁVEL	DESPESA	SUBELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR 2013
IS1	POMED	44.90.52	08 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar	Equipamentos diversos	11.099,05
IS2	POMED	44.90.52	08 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar	Equipamentos de imagem	2.000.000,00
IS3	POMED	44.90.52	42 - Mobiliário em geral	Mobiliário - Nova Policlínica	967.747,00
IS4	POMED	44.90.52	08 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar	Equipamentos diversos - Reabilitação Física	156.868,84
IS5	PODON	44.90.52	08 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar	Material permanente	281.589,00
IS6	CEABM	44.90.52	08 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar	Sistema de som e imagem	6.700,00
IS7	CEABM	44.90.52	08 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar	Equipamentos diversos	2.220,00
IS8	CEABM	44.90.52	51 - Peças Não Incorporáveis a Imóveis	Persianas de alumínio	4.500,00
IS9	CECAF	44.90.52	08 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar	Equipamentos diversos	533.421,10
IS10	DISAU	44.90.51	02 - Edificação	Obras	4.928.802,01
IS11	CECAF	44.90.51	05 - Instalações	Torre de arbitragem e depósito de atletismo	80.000,00
IS12	DISAU	44.90.00	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	4.000.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>12.972.947,00</b>

**Tabela 09- Análise da Realização do PARF 2013**

CÓD.	ATIVIDADE	VALOR PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO	JUSTIFICATIVA
CS1	Cursos	114.000,00	19.600,00	17,19%	Não apresentação de projeto básico.
CS2	Curso de mestrado em economia	18.822,80	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico
CS3	Cursos em andamento	90.000,00	102.009,00	113,34%	Conforme o planejado
CS4	Locação de espaço para desenvolvimento de atividades	30.000,00	0,00	0%	Mudança de prioridade.
CS5	Manutenção de equipamentos médicos e hospitalares	100.000,00	67.987,73	67,99%	Conforme o planejado
CS6	Credenciamentos de hospitais e clínicas	28.622.850,73	38.988.025,42*	136,21%	Conforme Item 2.3
CS7	Material de consumo - Reabilitação Física	8.229,96	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico
CS8	Material de consumo - Policlínica	208.000,00	109.834,90	52,81%	Não apresentação de projeto básico e Itens desertos em licitações.
CS9	Lavanderia	60.000,00	0,00	0%	Valor superestimado.
CS10	Controle de qualidade do Laboratório de Análises Clínicas	4.547,28	1.259,04	27,69%	Contratação ocorrida somente em novembro/2013.
CS11	Manutenção de software de interfaceamento	50.000,00	0,00	0%	Processo não licitado pela DICOA.
CS12	Reagentes - Laboratório	2.600.000,00	2.335.021,78	89,80%	Conforme o planejado

CS13	Material de consumo - Laboratório	250.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico
CS14	Serviço de apoio técnico especializado na área de odontologia	956.000,00	360.487,49	37,7%	Contratação só ocorreu em julho de 2013.
CS15	Serviço de monitoramento de dosagem de radiação	10.000,00	0,00	0%	Contrato não entrou em execução em 2013.
CS16	Credenciamento em radiologia oral e laboratórios de prótese	200.000,00	0,00	0%	Valor Remanejado para o Credenciamento CS6 por sobreposição de ação.
CS17	Manutenção de equipamentos odontológicos	250.000,00	118.387,43	47,35%	Conforme o planejado
CS18	Material de consumo - PODON	622.283,29	380.276,12	61,11%	Itens desertos em licitações.
CS19	Curso de especialização em Treinamento Físico Militar	50.000,00	30.100,00	60,20%	Conforme o planejado
CS20	Curso lato sensu em Treinamento Físico Militar	200.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico
CS21	Instalação de equipamentos	5.100,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico
CS22	Elaboração de projeto acústico do Templo	45.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico
CS23	Material de consumo - CECAF	167.422,94	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico
CS24	Reconhecimento de dívida	210.000,00	2.628,63	1,25%	Conforme ocorrências no exercício.
CS25	Ressarcimentos	100.000,00	0,00	0%	Não houve ocorrência
CS26	Suprimento de fundos - material	40.000,00	13.389,46**	33,47%	Conforme o planejado
CS27	Suprimento de Fundos - serviços	20.000,00	3.250,00**	16,25%	Conforme o planejado
CS28	Reserva de Contingência	4.000.000,00	0,00	0%	Criado para atender demandas eventuais que não constam no PARF.
IS1	Equipamentos diversos	11.099,05	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS2	Equipamentos de imagem	2.000.000,00	362.268,93	18,11%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS3	Mobiliário - Nova Policlínica	967.747,00	84.900,00	8,77%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS4	Equipamentos diversos - Reabilitação Física	156.868,84	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS5	Material permanente	281.589,00	203.209,09	72,17%	Conforme o planejado
IS6	Sistema de som e imagem	6.700,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS7	Equipamentos diversos	2.220,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS8	Persianas de alumínio	4.500,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS9	Equipamentos diversos	533.421,10	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS10	Obras	4.928.802,01	16.301.916,18	249,59%	Andamento Normal
IS11	Torre de arbitragem e depósito de atletismo	80.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico - valor remanejado para a obra da POMED
IS12	Reserva de Contingência	4.000.000,00	8.315,00	0%	Criado para atender demandas eventuais que não constam no PARF.
<b>TOTAL</b>		<b>52.005.204,00</b>	<b>59.492.866,20</b>	<b>114,40%</b>	

Fonte: DISAU.

\*Valor atendido com Superávit Financeiro, conforme item 2.3 e 4.1.

\*\*Valores distribuídos entre outros subelementos no SIAFI.

## 2.1.5 MELHORIAS NO GASTO PÚBLICO

### 2.1.5.1 AUDITORIA MÉDICA/HOSPITALAR

A busca pela melhoria na qualidade do gasto parte, em princípio, por uma gestão eficaz na fiscalização dos recursos utilizados para atingir seus objetivos institucionais. Assim, a assistência médica do CBMDF conta com um serviço próprio de auditoria médica e hospitalar que atua tanto na verificação de todos os procedimentos realizados em relação à tabela de preços contratados, bem como na autorização prévia de procedimentos eletivos de alto-custo e complexidade.

Os militares que atuam nesta área são profissionais de enfermagem, chefiados por um oficial superior do quadro médico. Realizando ‘glosas’ nos valores cobrados em discordância da tabela ou em procedimentos em desacordo com o edital de credenciamento, evitaram que o CBMDF desperdiçasse mais de R\$ 5 milhões, no interstício de 2010 a 2013, conforme tabela de glosas abaixo:

**Tabela 10 - Tabela de Glosas**

EXERCÍCIO	2010	2011	2012	2013	TOTAL
<b>TOTAL</b>	907.183,02	478.265,25	1.680.862,88	<b>1.980.157,64*</b>	<b>5.046.468,79</b>

Fonte: SEAUD/DISAU/DRHU/CBMDF

\*Valor correspondente de janeiro a novembro.

O aumento na eficiência dos serviços prestados pela SEAUD/DISAU reflete o acréscimo de pessoal ocorrido entre 2012 e 2013: enquanto aquele ano foi encerrado com 6 auditores, em 2013 houve um incremento de mais 3 militares, chegando ao total de 9 auditores.

No final de 2013, ingressaram mais 3 servidores na seção, conforme descrito no item 2.1.2.3 deste relatório. Porém, este último aumento de efetivo só produzirá efeitos a partir exercício de 2014.

### 2.1.5.2 SERVIÇO DE ANÁLISE E CONTROLE DE OPMES

As órteses, próteses e materiais especiais (OPME), insumos utilizados em cirurgias de alta complexidade, elevam os custos na área de saúde de forma vertiginosa. Na inexistência de contratos de fornecimento direto, os materiais são fornecidos indiretamente pelo hospital e os valores lançados em fatura. Na maioria dos planos de saúde, o valor pago será o da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço hospitalar.

Na situação descrita, não ocorre o questionamento dos valores das OPMES utilizadas, mas somente a verificação de seu uso pela auditoria e perícia médica e odontológica. Essa falta de controle por parte do contratante permite aos fornecedores estabelecerem seus próprios valores, além de gerar e estimular custos de intermediação por parte do hospital.

Com o intuito de limitar possíveis abusos por parte dos fornecedores desses materiais, o CBMDF, por meio da DISAU, implantou, em maio de 2011, o Serviço de Análise e Controle de OPMES, cuja atuação consiste basicamente no registro das cotações dos materiais e orçamentos recebidos, no cadastramento dos fornecedores, na classificação das práticas de cada empresa, no estabelecimento de parcerias comerciais, na discussão dos preços ofertados, na negociação para obtenção da melhor relação custo/benefício, no auxílio à decisão dos auditores e executores de contratos, na geração de estatísticas e informações estratégicas e no arquivamento de cópias dos processos de autorização.

O Serviço de Análise e Controle de OPMES atende ao disposto da alínea “c”, do item “Recomendações”, do Relatório Preliminar de Ação de Controle nº 249919/SFCI/CGU/PR, que recomendou maior controle nos gastos com esses materiais, solicitando ao hospital prestador do serviço no mínimo três orçamentos, de diferentes empresas.



Dessa forma, com a publicação do Edital de Credenciamento nº 01/2011, a empresa credenciada somente pode realizar cirurgias eletivas, aquelas que não são consideradas de emergência, com a autorização da auditoria médica ou odontológica do CBMDF. Nos casos das cirurgias de emergência, em que o tempo é essencial para o resultado positivo, a discussão sobre preço apresentado ocorre já com o material utilizado, dificultando o serviço da auditoria. Porém, mesmo assim, com a manutenção de banco de dados de OPMES, obtiveram-se descontos expressivos junto aos fornecedores.

**Tabela 11 - Economia com OPMES no exercício de 2013**

<b>Cirurgia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total Inicial (R\$)</b>	<b>Valor Total Final (R\$)</b>	<b>Economia Total (R\$)</b>
<b>Eletiva</b>	348	8.937.736,44	5.795.340,85	3.142.395,59
<b>Emergência</b>	277	4.388.510,01	3.744.758,66	643.751,35
<b>Bucomaxilo</b>	7	428.814,80	185.556,19	243.258,61
<b>TOTAL</b>	<b>632</b>	<b>13.775.061,25</b>	<b>9.725.655,70</b>	<b>4.029.405,55</b>

Fonte: SEAUD/DISAU

Considerando que o valor gasto com hospitais e clínicas credenciadas foi de R\$ 38.988.025,42 e que o gasto total com este tipo de material foi de R\$ 9.725.655,70, tem-se que, aproximadamente, 24,95% de todo o orçamento destinado a atender as despesas com serviços prestados pelas credenciadas correspondeu à autorização de OPME.

Como a economia foi de R\$ 4.029.405,55, fez-se equivalente a 10,33% do gasto da UJ com empresas credenciadas, caso o valor inicial dos fornecedores fosse aceito pelo CBMDF.

## 2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

Deixam de ser informados os itens 2.2.1 – Programa Temático e 2.2.2 – Objetivo da Portaria 175/2013-TCU, considerando o fato de que o Fundo Constitucional é classificado como Operação Especial, portanto não tem metas previstas no PPA, uma vez que não gera produto nem contraprestação direta, conforme Manual Técnico do Orçamento – MTO/2013 (p.38):

Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Não será informado o item 2.2.3.2 (Ações/Subtítulos – OFSS), pois a UJ é responsável por toda a ação

### 2.2.1 AÇÕES (ITEM 2.2.3 DA PORTARIA 175/2013-TCU)

#### 2.2.1.1 AÇÕES - OFSS (ITEM 2.2.3.1 DA PORTARIA 175/2013-TCU)

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código:</b>	<b>0903.00FI.0053</b>		<b>Tipo: Operação Especial</b>			
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes do CBMDF no DF					
<b>Programa</b>	<b>0903.00FI</b>		<b>Tipo: Operação Especial</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	Fundo Constitucional Do Distrito Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.005.204	45.505.204	45.492.866,20	25.809.465,67	25.809.465,67	0	19.683.400,53
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	33.473	27.343	27.343	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
28.398.870,47	16.554.519,14	8.936.205,21	Pessoa Beneficiada	Unidade	27.436	

<sup>1</sup> Fonte: SIAFI-2013 e LOA.

#### 2.2.3.5 ANÁLISE SITUACIONAL

Foram direta e indiretamente beneficiados, com os recursos destinados ao sistema de saúde do CBMDF, 27.343 (vinte e sete mil, trezentos e quarenta e três) usuários. A meta proposta na LOA era de 33.473 (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e três) pessoas beneficiadas.

Tal previsão foi feita a partir do ingresso de novos militares nas fileiras do CBMDF, considerando a possibilidade de inclusão de dependentes legais no sistema, haja vista os novos critérios de seleção adotados a partir da Lei nº 12.086/09 que, ao exigir nível superior dos candidatos, eleva a média de idade do ingresso e, conseqüentemente, a formação familiar.

Entretanto, a previsão inicial não foi alcançada e houve uma redução de 93 (noventa e três) pessoas em relação ao ano anterior.

Embora os serviços ofertados estejam disponíveis a todas as pessoas beneficiadas pelo sistema de saúde, a utilização efetiva não atinge todos os usuários, uma vez que 2.356 (dois mil, trezentos e cinquenta e seis) destes residem fora do Distrito Federal<sup>1</sup>.

O atendimento destes usuários só é possível se estes se deslocarem ao Distrito Federal. Entretanto, considera-se efetivo o serviço prestado, uma vez que não houve interrupção no atendimento, mesmo diante dos fatores intervenientes.

Assim como no exercício de 2012, houve contingenciamento dos recursos previstos na LOA para o sistema de saúde da Corporação, pela Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (SUTES).

Cerca de 30% (trinta por cento) do valor da dotação inicial de R\$ 52.005.204,00 (cinquenta e dois milhões, cinco mil e duzentos e quatro reais) só foram liberados em 2 de setembro de 2013, por meio da 2013NC000078, da UG 170392, no valor total de 14.352.173,40 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, cento e setenta e três reais e quarenta centavos).

Esse contingenciamento, aliado à liberação dos recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, retardou as contratações de serviços e as aquisições diversas, interferindo no planejamento da UJ. Dentre eles, pode-se citar o atraso na compra de material hospitalar para a Policlínica Médica (POMED).

Outro fator agravante para a execução das metas foi a não apresentação, por boa parte das empresas credenciadas, dos gastos mensais gerados pelo atendimento ao usuário do sistema de saúde. Quando eram informados, os valores não condiziam com o memorial de cálculos existente, apresentando-se muito abaixo dos gastos estimados para cada mês.

Diante disso, esta UJ devolveu a provisão para remanejamento orçamentário na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por meio da Nota de Crédito 2013NC000114, em forma de custeio, para apoio à prioridade da SUTES.

Tal medida fez com que os recursos então disponíveis, a partir da apresentação dos gastos pela rede credenciada, se tornassem insuficientes para o pagamento dos serviços executados, uma vez que o gasto superou, em muito, a previsão anterior.

Diante de tal constatação, foi necessário utilizar créditos oriundos do orçamento do Governo do Distrito Federal, em novembro de 2013, onde foram empenhados cerca de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na rede credenciada.

A abertura de crédito especial foi possível devido ao item 1.5.2 do citado acórdão 2.631/2010-TCU e se deu por meio da Lei Distrital n° 5.111, de 3 de junho de 2013, publicada no DODF n° 113, no valor total de R\$ 17.601.258,00 (dezesete milhões, seiscentos e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais). O CBMDF utilizou deste valor o montante de R\$ 14 milhões (quatorze milhões de reais), entre custeio e investimento, que será melhor tratado no item 11.3.

Também compõe como fator interveniente para o cumprimento das metas em 2013 a insuficiência de recursos humanos para a tramitação dos processos de pagamento da DISAU. Tal necessidade foi amenizada ao final de dezembro de 2013, com a movimentação de 2 (dois) oficiais enfermeiros, além de 3 (três) oficiais contadores e 1 (um) oficial bacharel em direito para a administração do DISAU.

A mudança na gestão da DISAU, ocorrida no final de outubro, provocou também a adoção de medidas mais severas junto às empresas credenciadas e aos executores de contrato,

---

<sup>1</sup> Fonte: Banco de Dados – DITIC -Pesquisa realizada entre os dias 29 de julho e 1º de agosto de 2013.

principalmente no tocante à apresentação dos gastos mensais gerados pelo atendimento aos usuários do sistema de saúde do CBMDF até o quinto dia útil do mês subsequente.

Como as medidas adotadas ocorreram no último bimestre do ano, o percentual de restos a pagar atingiu o patamar de 48% (quarenta e oito por cento). Os motivos que culminaram em tal índice foram os mesmos relatados anteriormente: a previsão subestimada dos gastos junto à rede credenciada e o contingenciamento de quase um terço dos recursos até início de setembro.

Além destes fatores, é importante citar também o atraso na obra de reforma e ampliação da Policlínica Médica, devido à influência das más condições climáticas e, conseqüentemente, no atraso do pagamento conforme o cronograma físico-financeiro.

Ainda em relação aos restos a pagar de exercícios anteriores, o valor cancelado ocorreu pela previsão superestimada de gastos na rede credenciada durante 2012, por causa de acompanhamento equivocado dos executores de contrato de credenciamento, fazendo com que os valores empenhados fossem muito maiores que o real necessário.

Já o valor liquidado corresponde aos serviços utilizados nas empresas e que não haviam sido faturados até o dia 31 de dezembro de 2012, com exceção de R\$ 1.869.579,37 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos), referentes à obra da Policlínica Médica, que foi liquidado e pago no exercício de 2013.

## 2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

### 2.3.1 INDICADORES

A necessidade de mensurar os serviços de saúde surge da insuficiência dos recursos públicos destinados à Assistência Médica do CBMDF. A crescente utilização do sistema de saúde do CBMDF ao longo dos últimos anos é uma preocupação constante para os gestores da corporação. Decorrente de obrigação legal, a manutenção desses serviços limita-se aos recursos disponíveis. Dessa forma, deve-se chegar a um equilíbrio entre a demanda, os atendimentos em rede própria e os atendimentos em rede credenciada.

Esse equilíbrio passa a ter importância maior em situações de contingenciamento ou de situações econômicas adversas, em que a escassez dos recursos irá influenciar num maior ou menor incentivo ao uso da rede de atendimento disponível. Assim, são considerados pela UJ dois indicadores institucionais: o número de atendimentos em rede própria e o número de atendimentos em rede credenciada.

Como já ressaltado no item 2.1.2.2, houve uma ligeira redução do público-alvo do sistema de saúde da Corporação.

**Tabela 12 - Aumento do Público Alvo**

Exercícios	2012	2013	DIFERENÇA	Percentual de redução
<b>Quantidade Total</b>	27.436	27.343	93	0,34%

Fonte: DIGEP/CBMDF

### 2.3.2 ANÁLISE DOS INDICADORES INSTITUCIONAIS

#### 2.3.2.1 ATENDIMENTO EM REDE PRÓPRIA

A análise do atendimento em rede própria é utilizada para entender o comportamento da demanda institucional. Como os serviços executados por rede credenciada, com exceção dos relativos à urgência e emergência, passam necessariamente por atendimento interno prévio, torna-se possível a mensuração do número de pessoas encaminhadas. Outra utilidade da análise da rede própria é a possibilidade do controle de gastos, uma vez que é executada triagem dos tratamentos que podem ser realizados nas empresas contratadas.

Tendo em vista a elevada demanda institucional existente, um maior controle é exercido sobre as autorizações de procedimentos médicos, que devem passar necessariamente por médico efetivo do CBMDF. Percebe-se uma efetividade da política de contingenciamento adotada pela DISAU, cuja finalidade é reduzir a demanda e controlar os gastos com a rede credenciada, uma vez que houve redução dos valores gastos com credenciamento, conforme pode ser verificado na Tabela 17 do item 2.3.2.2.

**Tabela 13 - Comportamento da Demanda em Rede Própria**

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Diferença</b>	<b>Variação %</b>
<b>Procedimentos</b>	216.242	270.233	53.991	24,97%

Fonte: DISAU/CBMDF

**Tabela 14 - Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2013**

<b>Discriminação dos procedimentos</b>	<b>Quantidade</b>	
	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Número de consultas ambulatoriais realizadas (POMED)	42.235	47.586
Procedimentos da Enfermaria (POMED)	4.778	3.179
Cirurgias (POMED)	433	598
Procedimento na Ortopedia/Gesso (POMED)	191	182
Eletrocardiograma (POMED)	83	22
Ecografia (POMED)	1.811	2.676
Endoscopia (POMED)	70	648
Fluxometria (POMED)	4	8
Colonoscopia (POMED)	334	304
Exames de Laboratório (POMED)	135.538	151.746
Atendimentos Fisioterápicos (POMED)	4.814	6.649
Exames Radiológicos* (POMED)	0**	1.593
Atendimentos na Câmara Hiperbárica (POMED)	0**	0**
Procedimentos Odontológicos (PODON)	24.341	35.218
Psicologia e Psiquiatria (CEABM)***	1.610	616
Número de Perícias (CPMED)	0**	15.183
Número de Inspeções em Saúde (CPMED)	0**	4.025
<b>Total de Procedimentos</b>	<b>216.242</b>	<b>270.233</b>

Fonte: Memorando nº 4972/2013-POMED/DISAU/DERHU; Memorando nº 5112/2013-PODON/DISAU/DERHU; Memorando nº 5415/2013-CPMED/DISAU; Memorando nº 5364/2013-CECAF/DISAU; Memorando nº 5174/2013-CEABM/DISAU.

\* Os exames radiológicos foram ativados gradativamente ao longo do ano, mediante a capacidade técnica da unidade.

\*\*Procedimentos não realizados no exercício quando o valor for igual a zero, por falta de profissional ou de material, equipamento deficiente, ou ainda falta de série histórica.

\*\*\*Os dados de psiquiatria informam apenas o período compreendido entre abril e agosto de 2013, e referem-se aos atendimentos que se inseriram nos programas do Centro de Assistência Bombeiro Militar. Não foram computados os atendimentos de ambulatório e de perícia de psiquiatria que ocorreram em razão de ambulatório da Policlínica Médica ou do Centro de Perícias Médicas. A partir de setembro de 2013 o psiquiatra deixou de compor a equipe de saúde mental do Centro de Assistência Bombeiro Militar (Memorando nº 272/2013-SESMO/CEABM/DISAU).

**Tabela 15 – ATENDIMENTOS NA REDE PRÓPRIA**

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Número de consultas ambulatoriais agendadas (POMED)	-*	59.618
Número de consultas ambulatoriais realizadas (POMED)	42.235	47.586
Número de Pessoas Atendidas pelos programas do CECAF	167	225
Número de Pessoas Atendidas na POMED	-*	13.771
Número de Pessoas Atendidas na CPMED	-*	19.208
Absenteísmo - Consultas Ambulatoriais na POMED**	-*	12.032

Fonte: Memorando nº 4972/2013-POMED/DISAU/DERHU; Memorando nº 5112/2013-PODON/DISAU/DERHU; Memorando nº 5415/2013-CPMED/DISAU; Memorando nº 5364/2013-CECAF/DISAU.

\*Ausência de série histórica.

\*\*Informação obtida a partir da diferença entre o número de agendamentos de consultas ambulatoriais (59.618) e a quantidade efetiva de atendimentos realizados (47.586).

Em termos quantitativos, o aumento no número de procedimentos em âmbito interno sugere um crescimento também no número de atendimentos em rede credenciada, uma vez que surgirão novos encaminhamentos, ocorrendo também a melhora no controle de saúde dos usuários com a descoberta de novas patologias.

Embora outros métodos sejam usados para medir o comportamento da demanda institucional, a sua confirmação é feita dessa maneira. Quando cresce o número de atendimentos na rede própria, eleva-se também na credenciada. O acompanhamento mensal é feito pelas OBM de saúde e publicado em boletim interno para dar ciência aos órgãos interessados.

### 2.3.2.2 ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA

A análise do comportamento da demanda institucional pode ser feito também por meio da utilização da rede credenciada. Com base no item 2.3.2.1, pode-se prever o comportamento junto ao aumento ou diminuição da utilização mensal na rede própria. Dessa forma, observa-se uma proporcionalidade direta no aumento/redução do número de atendimentos na rede interna e credenciada, que ocorre devido à obrigatoriedade de prévia autorização por médico do CBMDF. A exceção são os atendimentos externos nos casos de urgência/emergência.

Da mesma forma, quanto maior for número de atendimento em rede credenciada, maior será o gasto com serviços de saúde. Para o exercício de 2013, devem ser consideradas algumas variáveis, já implementadas no ano anterior, tais como: política de contingenciamento, que, pelas medidas adotadas, aumentou a procura pela rede própria sem, necessariamente, gerar encaminhamento para a rede privada; encerramento de contratos antigos e celebração de novos, que ocasionou lapsos temporais sem atendimento; aumento da demanda devido ao ingresso de novos militares; e o efeito reverso que pode ter ocorrido pela aplicação das medidas de contingenciamento, refletindo na buscados usuários pela rede privada por meio de atendimentos de urgência e emergência.

**Tabela 16 – GUIAS AUTORIZADAS PARA ATENDIMENTOS na Rede Credenciada\***

USUÁRIO	2012	2013	Diferença	Variação Percentual
	Autorizações	Autorizações		
Titulares	11.468	30.427	18.959	165,32%
Dependentes	27.489	72.859	45.370	165,05%
TOTAL	38.957	103.286	64.329	165,13%

Fonte: DISAU

\*As guias de autorização emitidas pelo CBMDF para atendimento na rede credenciada pode englobar mais de um procedimento. Estão de fora do cômputo os procedimentos de urgência/emergência, que por sua natureza não necessitam de autorização prévia.

Observa-se um crescimento exponencial do número de autorizações para atendimentos na rede externa. Apesar dessa elevação no número de autorizações, os gastos com credenciamento sofreram redução, conforme aponta a Tabela 17. Por meio dessas informações, reforça-se entendimento de que houve um melhor gerenciamento dos recursos disponíveis para Assistência em Saúde no CBMDF.

Assim, apesar do significativo aumento de atendimentos na rede credenciada, tanto pela expansão do número de empresas habilitadas quanto pelo aumento do número de autorizações emitidas, houve redução dos dispêndios relativos a pagamentos das credenciadas.

Para se chegar ao equilíbrio entre demanda interna, externa e orçamento, estabeleceu-se um indicador de gasto a fim de proporcionar um controle mais efetivo sobre os recursos. Ele é

calculado com base no valor total autorizado para as despesas de assistência em saúde, dividido por doze. O resultado obtido (valor autorizado mensal médio) é dividido por um milhão, para que se alcance o Indicador de Gasto:

No ano de 2012, os valores utilizados para cálculo do indicador foram:

- Valor total autorizado para Assistência em Saúde = **R\$ 30.417.824,00**
- Valor autorizado mensal médio =  $R\$ 30.417.824,00 / 12 = R\$ 2.534.818,67$
- Indicador de Gasto Limitador =  $R\$ 2.534.818,67 / 1.000.000 = 2.54$

Para o exercício de 2013, os valores referência foram os seguintes:

- Valor total autorizado para Assistência em Saúde = **R\$ 45.505.204,00**
- Valor autorizado mensal médio =  $R\$ 45.505.204,00 / 12 = R\$ 3.792.100,33$
- Indicador de Gasto Limitador =  $R\$ 3.792.100,33 / 1.000.000 = 3.79$

Cabe informar que o valor total autorizado compreende a soma das fontes 100, 106, 188 e 306, não fazendo parte do cômputo as fontes 320 e 370.

Assim, por meio do acompanhamento do executor do contrato, calcula-se o valor efetivamente gasto por mês e divide-se por um milhão para se obter o número que será objeto de comparação com o Indicador de Gasto Limitador, aferido anteriormente. Caso o resultado encontrado seja maior que o padrão estabelecido, a previsão inicial dos gastos deve ser revista; se o resultado for inferior ao parâmetro, devem-se apurar suas causas e fatores contributivos, para que se apure se há necessidade de incentivo à utilização do sistema ou se o trabalho preventivo tem proporcionado melhora na saúde da corporação.

**TABELA 17 – RELATÓRIO DE GASTOS MENSIS COM CREDENCIAMENTO**

Mês	2012			2013		
	Valor mensal gasto (R\$)	Indicador de Gasto	Varição absoluta em relação ao limitador (2,54)	Valor mensal gasto (R\$)	Indicador de Gasto	Varição absoluta em relação ao limitador (3,79)
Janeiro	1.973.271,81	1,97	-0,57	2.369.355,09	2,37	-1,42
Fevereiro	1.839.328,41	1,84	-0,70	1.588.996,25	1,59	-2,20
Março	3.618.700,92	3,62	1,08	2.598.990,27	2,60	-1,19
Abril	2.897.135,68	2,90	0,36	3.317.385,32	3,32	-0,47
Maiο	3.970.123,72	3,97	1,43	2.610.002,63	2,61	-1,18
Junho	4.8637.54,62	4,86	2,32	3.416.229,98	3,42	-0,37
Julho	3.055.370,15	3,06	0,52	2.814.389,76	2,81	-0,98
Agosto	5.106.773,18	5,11	2,57	3.053.319,26	3,05	-0,74
Setembro	3.247.961,03	3,25	0,71	3.043.575,65	3,04	-0,75
Outubro	3.813.876,00	3,81	1,27	3.407.230,90	3,41	-0,38
Novembro	3.155.726,70	3,16	0,62	4.860.590,00	4,86	1,07
Dezembro	4.237.190,07	4,24	1,70	3.007.278,65*	3,01	-0,78
<b>TOTAL</b>	<b>36.915.457,67</b>	-	-	<b>36.087.343,76</b>	-	-

FONTE: Seção de Execução de Contratos – DISAU

\*Valores obtidos a partir da média mensal dos meses de janeiro a novembro de 2013.

Observa-se que em quase todos os meses do exercício de 2013 o indicador apresentou-se abaixo do valor-referência (3,79). A exceção residiu no mês de novembro. Considerando que houve aumento do número de procedimentos da rede própria, bem como dos atendimentos na rede credenciada, pode-se considerar que os resultados expressaram uma gestão mais eficiente dos



recursos disponíveis, uma vez que não houve extrapolação de gastos na maioria dos meses do ano, apesar do aumento de atendimentos/procedimentos realizados. A continuidade da política de contingenciamento também pode ser um fator contributivo para o resultado alcançado.

### 2.3.2.3 ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Além do indicador supramencionado, a partir da edição da Portaria nº 38, de 27 de setembro de 2013, publicada no Boletim Geral nº 186, de 20 de setembro de 2013, que aprovou a adoção de indicadores institucionais no âmbito do CBMDF, a Diretoria de Saúde ficou incumbida de aferir o índice de inscrição em restos a pagar.

Por meio desse indicador institucional, a Corporação promove um maior controle sobre as despesas que são inscritas e reinscritas, identificando os aspectos que contribuem para a sua ocorrência, de modo a articular medidas preventivas e corretivas para a sua redução.

**Tabela 18 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR**

Fontes	Valor autorizado (R\$)	Valor executado (R\$)	Valor inscrito (R\$)	% de inscrição
<b>Fonte 100</b>	37.691.947,00	37.679.609,20	15.270.470,09	41%
<b>Fonte 106</b>	5.803.157,00	5.803.157,00	2.402.830,44	41%
<b>Fonte 188</b>	1.082.100,00	1.082.100,00	1.082.100,00	100%
<b>Fonte 306</b>	928.000,00	928.000,00	928.000,00	100%
<b>Fonte 320</b>	16.295.705,00	14.000.000,00	10.558.607,75	65%
<b>Fonte 370</b>	1.305.553,00	-	-	0%
<b>TOTAL</b>	<b>63.106.462,00</b>	<b>59.492.866,20</b>	<b>30.242.008,28</b>	<b>48%</b>

Parte significativa do montante inscrito (R\$ 7.931.721,92, o que equivale a aproximadamente 26% do total inscrito) refere-se a gastos com a obra da nova Policlínica Médica, que por sua característica de serviço continuado e devido à natureza global da despesa, necessita ser inscrito para a continuidade da execução da obra e consequente realização da despesa. Com a previsão da conclusão da obra do ano de 2014, a quantia de valores inscritos em Restos a Pagar deve reduzir de maneira expressiva nos exercícios subsequentes.

Além disso, os valores inscritos em restos a pagar referentes ao credenciamento de empresas na área de saúde receberam influência direta dos processos anteriores ao de liquidação e pagamento. São eles: o faturamento realizado pelas empresas credenciadas e a auditoria do serviço realizada pela DISAU.

Outro fator que contribuiu para o volume de recursos inscritos em restos a pagar foi a dificuldade em se prever e mensurar o montante que será efetivamente utilizado para gastos em saúde com relação à urgência/emergência, especialmente nos últimos dias do exercício.

O número excessivo de contratos de credenciamento, existentes por força legal, também contribuiu para a ocorrência uma demanda desproporcional à quantidade militares disponível na Diretoria de Saúde, provocando uma sobrecarga de trabalho e dificultando um controle mais eficiente dos recursos.

### 2.3.3 INSTRUMENTOS DE AUXÍLIO NO CONTROLE DA DEMANDA

A suspensão dos serviços na rede credenciada pode gerar consequências diversas, com responsabilidades civis e penais para os gestores. Por esse motivo, o acompanhamento da demanda torna-se obrigação institucional, a fim de evitar transtornos e impedimentos aos usuários.

Por meio do acompanhamento dos indicadores mencionados é possível tomar decisões para controlar o comportamento da demanda, impedindo o avanço além do parâmetro estabelecido. A atuação sobre o comportamento da demanda inibe ou estimula o seu crescimento. Para inibir são utilizados programas para melhoria da saúde dos usuários, principalmente na área preventiva, dentre os quais se destacam:

- a) Teste de Aptidão Física (TAF): além de ser pré-requisito para progressão funcional, ingresso em cursos e participação em serviço voluntário gratificado, o TAF estimula a prática de exercícios físicos melhorando as condições físicas e mentais da corporação. De responsabilidade do CECAF, e com periodicidade anual, durante a aplicação dos testes realizam-se exames biométricos para controle de sobrepeso e massa corporal, além de glicemia e percentual de gordura. Assim, são apuradas estatísticas para definir problemas básicos de saúde e atuar em campanhas preventivas inibindo os custos posteriores decorrentes da má condição física dos militares.
- b) Programa de Reabilitação Física: os militares reprovados no TAF ou não recomendados à realização dos testes por apresentarem índices que geram riscos à saúde são encaminhados ao programa. Seu objetivo consiste na melhoria da capacidade física decorrente da diminuição do percentual de gordura e adequação dos hábitos nutricionais.
- c) Programa de Controle do Tabagismo: de responsabilidade do CEABM, o programa visa acompanhar tanto militares, quanto dependentes e pensionistas que sejam dependentes do tabaco. Fornece apoio clínico e psicológico aos usuários. Para o sistema de saúde, o desestímulo ao consumo do tabaco proporciona uma redução nos custos decorrentes da sua utilização.
- d) Programa de Atenção à Dependência Química: também de responsabilidade do CEABM, o programa objetiva acompanhar militares, dependentes e pensionistas que possuam dependência química. Fornece apoio clínico e psicológico ao público-alvo. Assim como o programa anterior, a diminuição da dependência entre os usuários do sistema de saúde proporciona uma redução nos custos decorrentes de problemas surgidos com tratamentos na rede credenciada.
- e) Programa Sorria Bombeirinho: de responsabilidade da Policlínica Odontológica, o programa visa atender dependentes de militares para controle da saúde bucal e incentivo aos cuidados iniciais.
- f) Programa de Planejamento Familiar: também de responsabilidade do CEABM, esse programa visa atender famílias que desejam orientação quanto ao controle de natalidade. Auxilia nas decisões e realiza o encaminhamento dos pacientes para orientação médica. Somente após a participação nesse programa é que os profissionais de saúde podem realizar qualquer tipo de esterilização para controle familiar. As cirurgias de esterilização masculina, em decorrência da realização desse programa pela Corporação, podem ser realizadas nas dependências da POMED, não necessitando ser encaminhado à rede credenciada.
- g) Perícias e Inspeções de saúde: outra forma de controle da saúde da corporação são as inspeções de saúde e as perícias médicas. As inspeções e perícias são obrigatórias para promoções e realização de cursos de aperfeiçoamento e atualização profissional, além de transferência para reserva remunerada, reforma e

melhoria de reformas. Por meio de exames clínicos e laboratoriais é feito o acompanhamento da saúde do militar. Quando não é considerado apto, o militar ou dependente (conforme o caso) é encaminhado à especialidade de origem para realizações de exames complementares. Algumas patologias, que têm um percentual de cura/recuperação maior quando descobertas na fase inicial são identificadas com o uso desses procedimentos, aumentando a probabilidade de sucesso no tratamento dos pacientes e diminuindo os custos futuros.

Os exemplos apresentados são programas permanentes, contudo outros mais pontuais podem ser criados para controle do comportamento da demanda institucional. Com o cumprimento constante do objetivo estratégico, otimizando os atendimentos na área assistencial, o nível de detalhamento dos indicadores deverão ser aumentados, uma vez que o limitador orçamentário não permitirá um aumento excessivo da procura pela rede credenciada, o que deve acontecer com a diminuição da demanda reprimida. O indicador deverá apontar qual ou quais as especialidades que mais consomem os recursos financeiros, a fim de que sejam implementados programas de melhoria de saúde mais específicos.

### 3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

O item 4.2 não será informado por que não houve no exercício de 2013 o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

#### 3.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

##### 3.1.1 PROGRAMAÇÃO

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :Fundo Constitucional do Distrito Federal		Código UO: 170392		UGO:73901	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>					39.032.257
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>					6.500.000
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>					32.532.257
<b>Dotação final 2012(B)</b>					64.960.356
<b>Varição (B/A-1)*100</b>					199,68
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva deContingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		12.972.947			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			

	Créditos Cancelados			
<b>Outras Operações</b>				
<b>Dotação final 2013 (A)</b>	12.972.947			
<b>Dotação final 2012(B)</b>	6.929.452			
<b>Variação (A/B-1)*100</b>	53,41			

FONTE: SIAFI-2013.

### 3.1.1.1 ANÁLISE CRÍTICA

Durante o exercício de 2013, ocorreram dois remanejamentos de créditos orçamentários: o primeiro, de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), feito diretamente na Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (SUTES), e o segundo, de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) referiu-se a uma devolução de crédito, devido a uma estimativa equivocada dos executores de contrato de credenciamento na área de saúde.

Os problemas causados por tais remanejamentos foram supridos por meio de crédito adicional aberto no orçamento do Distrito Federal, por meio da Lei Distrital nº 5.111, de 3 de junho de 2013, publicada no DODF nº 113, no valor total de R\$ 17.601.258,00 (dezessete milhões, seiscentos e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais). Cabe ressaltar que a execução desses créditos orçamentários deu-se fora do SIAFI, conforme acórdão 2.631/2010-TCU.

Desse total, R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) foram destinados a investimentos, e o restante, R\$ 13.601.258,00 (treze milhões, seiscentos e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais) a custeio. Todo o valor de investimento foi utilizado na construção do prédio da nova Policlínica Médica do CBMDF e outros R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) de custeio foram empenhados para atender despesas decorrentes da prestação dos serviços da assistência médica, hospitalar e odontológica.

Assim, foi possível atender toda a demanda pelos serviços de saúde da Corporação, que além das despesas com manutenção da oferta interna de serviços de assistência médica, odontológica, psicológica e de reabilitação e capacitação física, gastou R\$ 38.988.025,42 (dos quais, R\$ 28.988.025,42 do FCDF e R\$ 10.000.000,00 do GDF) com credenciamento de hospitais e clínicas particulares para suprir procedimentos que não são realizados pelos órgãos de apoio à DISAU.

Contudo, mesmo que não tivessem ocorrido os dois remanejamentos de crédito orçamentário, a dotação inicial seria insuficiente em mais de R\$ 7 milhões, caso fosse somado ao valor executado final os recursos oriundos do orçamento do Distrito Federal que foram realizados, perfazendo um total de R\$ 59.492.866,20, montante inferior à dotação inicial do Fundo Constitucional (R\$ 52.005.204,00).

A grande diferença do ano de 2013 em relação ao exercício anterior foi que, em 2012, ocorreram duas suplementações: a primeira no dia 25/10/2012, por meio da Nota de Crédito 2012NC000082 pela UG 170392, no valor de R\$ 7.898.337,00; e a segunda por meio da Nota de Crédito 2012NC0000102, da mesma UG 170392, no valor de R\$ 19.786.818,00. Com isso foi possível atender toda a demanda por serviços de saúde com recursos do Fundo Constitucional do DF.

Assim, em 2012 foi descentralizado para a Assistência Médica do CBMDF 99,68% a mais em custeio que no ano de 2013, não sendo necessário recorrer aos recursos do orçamento do Distrito Federal.

Em relação aos recursos de investimento, ocorreu exatamente o contrário: em 2012, parte do orçamento de capital foi remanejado para compor a primeira suplementação de crédito citado anteriormente, uma vez que a obra da POMED havia sofrido com atraso na execução. No exercício

de 2013, além do valor de R\$ 12.301.916,18, foi necessário recorrer à R\$ 4.000.000,00 do orçamento distrital devido ao contingenciamento realizado pela SUTES, que só liberou metade do orçamento de capital do FCDF até o dia 02/09/2013, data em que descentralizou a outra metade por meio da 2013NC000078, da UG 170392 à UG 170495.

Cabe ressaltar que o contingenciamento exercido sobre os recursos da Assistência Médica pela SUTES gera transtornos imensuráveis, uma vez que retarda não só a execução da despesa, mas também as contratações. Além disso, gera insegurança ao gestor, que tem que readequar o planejamento para poder atender as despesas. No caso da Assistência Médica, impõe ainda, uma limitação de oferta dos serviços, obrigando o gestor a não realizar procedimentos pelo seu alto custo, devido à insegurança quanto ao recebimento do crédito orçamentário ou não.

Da mesma forma, a liberação tardia dos recursos do FCDF dificulta a execução do orçamento de custeio, pois procedimentos na área de saúde que não são liberados inicialmente podem evoluir a outros patamares. Além do mais, essa execução depende quase que exclusivamente do comportamento da demanda, que não pode ser programada, apesar das medidas administrativas implementadas para amenizar seus efeitos.

### 3.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

O quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa não será informado, pois não houve movimentação externa de crédito.

**Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	170495	170392	28.845.0903.00FI.005 3			5.000.000
Recebidos	170392	170495	28.845.0903.00FI.005 3			37.532.257
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170392	170495	28.845.0903.00FI.005 3	12.972.947		

Fonte: SIAFI 2013.

A movimentação em relação ao recebimento de créditos orçamentários refere-se necessariamente aos valores de provisão recebida referente à LOA 2013, aprovada pela Leinº 12.798/13. A concessão, conforme exposto acima, refere-se aos valores devolvidos à SUTES para utilização em outras áreas devido ao acompanhamento equivocado de contratos.

### 3.1.3 REALIZAÇÃO DA DESPESA

Os quadros A.4.1.3.1 (Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ – Total) e 4.1.3.3 (Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total), não serão apresentados por ser de preenchimento obrigatório de Unidade Orçamentária - UO, neste caso a 170392 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF.

Os quadros 4.1.3.5 (Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação) e 4.1.3.6 (Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação) também não serão preenchidos por não ter ocorrido execução de créditos decorrentes de movimentação.

### 3.1.3.2 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

**Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária :Fundo Constitucional do Distrito Federal		Código UO: 170392		UGO:73901	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>5.626.731,17</b>	<b>6.414.387,98</b>	<b>5.626.731,17</b>	<b>6.414.387,98</b>	
a) Convite	0	2.831,58	0	2.831,58	
b) Tomada de Preços	0	0	0	0	
c) Concorrência	4.928.802,01	205.122,10	4.928.802,01	205.122,10	
d) Pregão	697.929,16	6.206.434,30	697.929,16	6.206.434,30	
e) Concurso	0	0	0	0	
f) Consulta	0	0	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>20.162.802,41</b>	<b>22.146.967,07</b>	<b>20.162.802,41</b>	<b>22.146.967,07</b>	
h) Dispensa	23.149,68	1.515,76	23.149,68	1.515,76	
i) Inexigibilidade	20.139.652,73	22.145.451,31	20.139.652,73	22.145.451,31	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>17.303,46</b>	<b>30.292,30</b>	<b>17.303,46</b>	<b>30.292,30</b>	
j) Suprimento de Fundos	17.303,46	30.292,30	17.303,46	30.292,30	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0	
l) Diárias	0	0	0	0	
<b>5. Outros</b>	<b>2.628,63</b>	<b>937.666,63</b>	<b>2.628,63</b>	<b>937.666,63</b>	
Exercícios Anteriores	0	936.056,60	0	936.056,60	
Reconhecimento de despesas	2.628,63	1.610,03	2.628,63	1.610,03	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>25.809.465,67</b>	<b>29.529.313,98</b>	<b>25.809.465,67</b>	<b>29.529.313,98</b>	

Fonte: SIAFI-2013.

### 3.1.3.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

**Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária :Fundo Constitucional do Distrito Federal				Código UO: 170392		UGO:73901		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>32.532.257</b>	<b>50.998.732</b>	<b>20.768.969,21</b>	<b>25.310.481</b>	<b>11.763.287,79</b>	<b>25.668.251</b>	<b>20.768.969,21</b>	<b>25.310.481</b>
3.3.90.39	29.289.460,59	46.810.688	20.222.523,58	22.156.380	9.066.937,01	24.654.363	20.222.523,58	22.156.380
3.3.90.30	2.869.680,29	3.140.377	252.550,77	2.112.034	2.617.129,52	1.028.287	252.550,77	2.112.034
3.3.90.37	360.487,49	0	291.266,23	0	69.221,26	0	291.266,23	0
Demais elementos do grupo	12.628,63	1.047.666	2.628,63	1.042.066	10.000	5.600	2.628,63	1.042.066
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
4.4.90.51	12.310.231,18	2.074.701	4.937.117,01	205.122	7.373.114,17	1.869.579	4.937.117,01	205.122
4.4.90.52	650.378,02	4.783.980	103.379,45	3.942.940	546.998,57	841.040	103.379,45	3.942.940
4.4.90.39		70.770		70.770		0		70.770
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
<b>Total</b>	<b>12.960.609,20</b>	<b>6.929.452</b>	<b>5.040.496,46</b>	<b>4.218.832</b>	<b>7.920.112,74</b>	<b>2.710.619</b>	<b>5.040.496,46</b>	<b>4.218.832</b>

Fonte: SIAFI-2013.

### 3.1.3.7 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

A análise crítica da realização da despesa ocorrida na Assistência Médica do CBMDF em 2013 deve levar em consideração o que foi ocorrido no exercício anterior também, visto que as ações planejadas para os fatos geradores de despesa em 2013 tiveram como base o que ocorreu em 2012.

No exercício de 2012, houve um aumento da demanda de serviços médicos no sistema de saúde da Corporação, o que prejudicou a gerência dos créditos orçamentários daquele exercício, com um elevado gasto com as credenciadas.

Além disso, a falta de pessoal foi um dos fatores principais que prejudicou a gestão dos recursos do credenciamento naquele exercício, interferindo diretamente também nas aquisições de equipamentos e compras de materiais diversos. A celeridade dos processos de compra, tanto na elaboração de projetos quanto nos seus encaminhamentos, depende de pessoal capacitado para sua conclusão.

O valor despendido do orçamento da Assistência Médica no exercício de 2013 é quase na sua totalidade relacionado à prestação de serviços com empresas para atendimento na rede credenciada. No item 4.1.3.4 (Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários –

Valores Executados Diretamente pela UJ), ficou demonstrado que aproximadamente 90,03% (noventa, zero três por cento) dos valores empenhados para Custeio estão relacionados com a contratação de empresas para Prestação de Serviços.

Desse valor, quase a totalidade está relacionada com a contratação de empresas por meio de credenciamento, obtido pelo Edital Normativo nº 01/2011 - DISAU/CBMDF.

Observa-se, também, no referido Quadro A.4.1.3.4, que os valores inscritos em Restos a Pagar em 2012, relacionados a Custeio, foram da ordem de R\$ 25.668.251,00, para um total empenhado de R\$ 50.998.732,00 (equivalente a 50,33%). Em 2013, o valor inscrito em Restos a Pagar para Custeio foi de R\$ 11.763.287,79, para um valor empenhado de R\$ 32.532.257,00 (o que corresponde a 36,16%). Assim, houve uma considerável redução na inscrição de Restos a Pagar nos gastos de custeio.

Ressalta-se, ainda, que as modalidades de licitação a que esta Diretoria de Saúde fez uso foram as demonstradas no Quadro A.4.1.3.2 (Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ), e que, mais de R\$ 20 milhões das despesas liquidadas foram por intermédio da contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, regime adotado quando há a contratação por meio do edital de credenciamento de empresas para a prestação de serviços.

Outro fator que dificultou ainda mais a gestão orçamentária em 2013, e também já fora relatado em item específico, foi o contingenciamento dos créditos orçamentários, em virtude da política adotada na liberação de recursos do FPDF.

Ressalta-se que a política adotada por esta gestão no exercício de 2013 foi a de se levar a uma contenção dos gastos, entretanto com o extremo cuidado de não se perder a qualidade no serviço prestado para a saúde do bombeiro militar e de seus familiares.

Dessa forma, para que um usuário do sistema de saúde venha a ser atendido na rede credenciada, a política estabelece que, com exceção aos casos de urgência/emergência, o bombeiro militar ou seus dependentes venham primeiramente à Policlínica Médica ou Odontológica e sejam avaliados por um oficial dos quadros de Saúde da Corporação, e quando não existir meios de eles serem atendidos nas dependências desta Diretoria de Saúde, deverão então ser encaminhados às Clínicas Credenciadas para que possam ser efetuados os atendimentos apropriados.

### 3.2 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Quadro A.4.3–Restosa Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	28.398.870,47	16.554.519,14	8.936.205,21	2.904.127,11
2011	3.208.420,95*	1.391.358,48	1.817.062,47	0,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	0	0	0	4.019,01

Fonte: SIAFI-2013.

\*Valor difere do relatório de 2012 pela mudança exigida pela portaria 175/2013-TCU, item 2.3.

#### 3.3.1 ANÁLISE CRÍTICA

Para a Assistência Médica do CBMDF, a mudança de edital de credenciamento trouxe alguns transtornos administrativos que se tornaram foco no exercício de 2013. Um deles foi a



execução dos Termos de Credenciamento de Serviços de Saúde, que devido ao grande número de clínicas e hospitais que foram sendo credenciados no exercício de 2012 em relação ao edital anterior, mais de 100 (cem), não conseguiram fazer um acompanhamento eficiente.

Assim, conforme tabela abaixo, o percentual de inscrição aumentou mais de 38%, quase R\$ 8 milhões em relação ao ano anterior. Já o percentual de cancelamento, por estimativa equivocada, aumentou de cerca de 8% para mais de 31% do montante inscrito:

**Tabela 19 - Execução de restos a pagar**

Exercício	Inscrição	Pagamento	Percentual pago	Cancelamento	Percentual cancelado
2012	28.398.870,47	16.554.519,14	58,29%	8.936.205,21	31,47%
2011	20.525.283,57	17.316.862,62	84,37%	1.817.062,47	8,85%

Fonte: SIAFI-2013.

Tal fato pode ser explicado pelo completo desconhecimento do comportamento da demanda em relação aos novos serviços de saúde ofertados pela assistência médica, bem como a falta de experiências dessas novas empresas com contratos com o setor público, o que levou tanto executor quanto a essas empresas a superestimarem todos os valores realizados.

Quanto ao montante de R\$ 2.904.127,11, que foi reinscrito, refere-se a restos a pagar de 2012, uma vez que todos os valores de restos a pagar de 2011 foram cancelados ou pagos. Deste total, cerca de R\$ 2 milhões correspondem às despesas de serviços de saúde realizados por hospitais e clínicas credenciadas para atendimento dos usuários da Assistência Médica do CBMDF.

Foram expedidos os Memorandos nº 103/2013 de 08/08/2013, 157/2013 de 17/09/2013, 185/2013 de 06/11/2013, 190/2013 de 04/12/2013, 191/2013 de 05/12/2013 e 196/2013 de 19/12/2013, todos da Seção de Controle e Planejamento Orçamentário da Diretoria de Saúde - SECOP/DISAU, para que os executores de contratos e termos de credenciamento apresentassem faturas referentes aos valores inscritos e ainda não liquidados.

Os valores reinscritos referentes aos serviços de saúde prestados devem-se ao fato de que as faturas foram glosadas e as empresas estão com recursos aguardando definição. Já os valores de aquisição de equipamentos, cerca de R\$ 900 mil, referem-se à aquisição de equipamentos de capacitação física, em que as duas empresas atrasaram a entrega e estão sendo multadas pelo setor competente do CBMDF.

#### **4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)**

##### **4.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N.º 1.133/2008 (ITEM 11.3 DA PORTARIA 175/2013-TCU)**

O Fundo de Saúde do CBMDF, após o acórdão 2631/2010-Plenário, passou, por determinação daquele colegiado, a ter seus recursos considerados de natureza tributária devendo ser executados no sistema SIAFI. O pleno do Tribunal de Contas da União entendeu que se esses recursos são de natureza tributária, pertencem à União, ente da federação com competência para instituir tributos. A determinação de execução dos recursos arrecadação própria veio por meio do item 1.5.1 do referido acórdão, e começou a ser feita no dia 1º de janeiro de 2011.

Além do cumprimento dessa determinação, no item 1.5.2 do acórdão, o TCU decidiu que os superávits financeiros apurados em exercícios anteriores à execução dos recursos do fundo no

SIAFI fossem executados no sistema próprio do GDF. O Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO) é um sistema local para a administração desses recursos.

O superávit apurado no exercício de 2012 foi de 17.601.258,00 (dezessete milhões, seiscentos e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais), autorizado por meio da Lei distrital nº 5.111, de 3 de junho de 2013, publicada no DODF nº 113. Conforme relatado nos itens 2 e 3 deste relatório, foram utilizados R\$ 14 milhões deste valor.

As demonstrações contábeis, de acordo com o item 11.3 da portaria nº 175/2013-TCU, seguem em anexo conforme abaixo:

Anexo I- Balanço Financeiro

Anexo II - Balanço Patrimonial

Anexo III - Demonstração das Variações Patrimoniais

Anexo IV - Balanço Orçamentário

Anexo V - Demonstração do Resultado do Exercício

Anexo VI - Demonstrativo de Créditos Adicionais

Anexo VII - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo VIII - Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho

## **5. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ (PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)**

### **5.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS (ITEM 4.5 DA PORTARIA 175/2013-TCU)**

#### **5.1.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (ITEM 4.5.1 DA PORTARIA 175/2013-TCU)**

As despesas realizadas com Suprimento de Fundos nesta UJ dizem respeito somente ao uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (Cartão de Crédito Corporativo). Dessa maneira, não se utilizou nenhum valor com Suprimento de Fundos na forma da Conta Tipo "B".

#### **5.1.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS - CONTA TIPO "B" (ITEM 4.5.2 DA PORTARIA 175/2013-TCU)**

Conforme informado no item acima, não se utilizou nesta UJ nenhum valor com Suprimento de Fundos na forma da Conta Tipo "B".

#### **5.1.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)(ITEM 4.5.3 DA PORTARIA 175/2013-TCU)**

**Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador**Valores em R\$  
1,00

Código da UG 1	170495	Limite de Utilização da UG		100.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Francisco Roberto de Araujo	32500840182	4.000,00	0,00	3.909,10	3.909,10
Sergio Fernandes Dos Anjos	50446371149	4.000,00	500,00	2.979,92	3.479,92
Marcos Moura Silva	42885736100	4.000,00	1.395,00	1.050,00	2.445,00
Edson Alves dos Santos	52475107120	16.000,00	0,00	5.027,60	5.027,60
Raulino Nazário de Oliveira	37193325191	8.000,00	650,00	1.127,84	1.777,84
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>2.545,00</b>	<b>14.094,46</b>	<b>16.639,46</b>
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			<b>2.545,00</b>	<b>14.094,46</b>	<b>16.639,46</b>

Fonte: SECOP/DISAU/DERHU/CBMDF

**5.1.4 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (ITEM 4.5.4 DA PORTARIA 175/2013-TCU)****Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)**

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							6	16.639,46	9	30.363,26	5	17.998,66

Fonte: SECOP/DISAU/DERHU/CBMDF

**5.1.5 ANÁLISE CRÍTICA (ITEM 4.5.5 DA PORTARIA 175/2013-TCU)**

A Diretoria de Saúde vem utilizando o instituto do Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF). Isso tem auxiliado a gestão para manutenção de atividades básicas desta Diretoria. Manutenções simples puderam ser realizadas por meio desta modalidade, desde manutenção das instalações prediais até a compra de medicamentos para execução de alguns serviços nas próprias Policlínicas Médica e Odontológica.

Para cada concessão é autuado um processo específico de suprimento de fundos, no qual são incluídos a proposta de concessão de suprimento de fundos, devidamente assinada pelo chefe da unidade militar, a autorização de empenho do ordenador de despesas, os documentos hábeis da concessão no sistema SIAFI, e os documentos referente à ciência do suprido quanto a responsabilidade da concessão. Logo após, para cada compra, é expedido um 'Nada consta de almoxarifado e Licitação' para que os setores responsáveis, formalmente, informem quanto à situação do objeto, se há em estoque ou em fase final de licitação. Por último, há a liberação do limite de crédito do CPGF no sistema do Banco do Brasil S.A.

Após todo este trâmite, o portador do cartão pode efetuar a compra. A aprovação das contas só é feita após a apresentação da Nota Fiscal, assim como de documento comprobatório de prestação de contas no COMPRASNET e de entrada no respectivo almoxarifado. Apensados esses documentos aos autos, é procedida a reclassificação no SIAFI e baixa dos saldos restantes, quando houver, com a anulação dos valores que não foram utilizados.

## 5.2 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO (ITEM 5.2.4 DA PORTARIA 175/2013-TCU)

### Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: <b>Premiere Consultoria e Terceirização de Serviços LTDA</b>														
UG/Gestão: <b>170495/00001</b>							CNPJ:							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	12	(O)	68/2013	01.588.672/0001-22	19/07/2013	19/07/2014								

#### Observações:

#### LEGENDA

#### Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Memorando S/N FEMP/2014-PODON/DISAU/DERHU de 14/01/2014.

### 5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA (ITEM 5.2.5 DA PORTARIA 175/2013-TCU)

De acordo com o Memorando S/N FEMP/2014-PODON/DISAU/DERHU, de 14/01/2014, do responsável pelo contrato não foi encontrada nenhuma dificuldade durante o a execução.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2014.

**HAMILTON SANTOS ESTEVES JÚNIOR** - Cel. QOBM/Comb.  
Subcomandante-Geral  
Matr. 1399870 (Presidente CPPCA)

**WASHINGTON RODRIGUES LIMA** - Cel. QOBM/Comb.  
Chefe do Estado Maior-Geral  
Matr. 1399816 (Membro CPPCA)

**DELFINO BARBOSA GUEDES**-Cel. QOBM/Comb.  
Auditor  
Matr. 1399838 (Membro CPPCA)

**SÉRGIO RICARDO SOUZA SANTOS**-Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Saúde  
Matr. 1399834 (Membro CPPCA)

**ROBERTO MARCOS ALCÂNTARA**-Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Orçamento e Finanças  
Matr. 1399852 (Membro CPPCA)

**ISRAEL DOS SANTOS GOMES** - Ten.Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Inativos e Pensionistas  
Matr. 1399857 (Membro CPPCA)

**ATHOS ALEXANDRE FERREIRA CAMARGO** - Ten.Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Materiais e Serviços  
Matr. 1206910 (Membro CPPCA)

**RICARDO PRADO RODRIGUES** – Ten-Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Gestão de Pessoal  
Matr. 1399886 (Membro CPPCA)

**ANEXO I - BALANÇO FINANCEIRO**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## Balço Financeiro

Exercício 2013

PSIAG550

## Anexo 13

Posição em: 13/01/2014 às 17:59:36

**Mes de Referência** 13 - Encerramento  
**Unidade Gestora** 220902 FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS  
**Gestão** 22902 FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS  
**Tipo de Agregação** 02 - Direta + Fundos

	Ano Atual		Ano Atual
RECEITA	29.312.966,02	DESPESA	29.312.966,02
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.153.101,42	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3.441.392,25
RECEITAS CORRENTES	1.153.101,42	DESPESAS DE CAPITAL	3.441.392,25
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.153.101,42	INVESTIMENTOS	3.441.392,25
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.558.607,75	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.558.607,75
OBRIGAÇÕES A PAGAR	10.558.607,75	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	10.558.607,75
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	10.558.607,75	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	15.312.966,02
RESTOS A PAGAR	10.558.607,75	DISPONÍVEL	15.312.966,02
NÃO PROCESSADO A LIQUIDAR	10.558.607,75		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	17.601.256,85		
DISPONÍVEL	17.601.256,85		

**ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL**





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## Balço Patrimonial

Exercício 2013

PSIAG550

## Anexo 14

Posição em: 14/01/2014 às 13:48:43

Mes de Referência	13 - Encerramento		Ano Atual		Ano Atual	
Unidade Gestora	220902	FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS				
Gestão	22902	FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS				
ATIVO			33.430.801,91	PASSIVO		33.430.801,91
ATIVO FINANCEIRO			15.312.966,02	PASSIVO FINANCEIRO		10.558.607,75
DISPONÍVEL			15.312.966,02	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		10.558.607,75
APLICAÇÕES FINANCEIRAS			15.312.966,02	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR		10.558.607,75
ATIVO NÃO FINANCEIRO			14.000.000,00	RESTOS A PAGAR		10.558.607,75
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			10.558.607,75	NÃO PROCESSADO		10.558.607,75
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO			10.558.607,75	PATRIMÔNIO		18.754.358,27
ATIVO PERMANENTE			3.441.392,25	SALDO PATRIMONIAL		18.754.358,27
IMOBILIZADO			3.441.392,25	ATOS POTENCIAIS		4.117.835,89
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS			3.441.392,25	ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO		4.117.835,89
BENS IMÓVEIS			3.441.392,25	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		4.117.835,89
ATOS POTENCIAIS			4.117.835,89			
ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO			4.117.835,89			
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			4.117.835,89			

**ANEXO III - VARIAÇÃO PATRIMONIAL**





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## Variação Patrimonial

Exercício 2013

PSIAG550

## Anexo 15

Posição em: 14/01/2014 às 13:50:46

Mes de Referência 13 - Encerramento

Unidade Gestora 220902 FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS

Gestão 22902 FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS

	Ano Atual		Ano Atual
VARIAÇÕES ATIVAS	8.035.885,92	VARIAÇÕES PASSIVAS	8.035.885,92
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.594.493,67	RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.441.392,25
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.153.101,42	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3.441.392,25
RECEITAS CORRENTES	1.153.101,42	DESPESAS DE CAPITAL	3.441.392,25
RECEITA PATRIMONIAL	1.153.101,42	INVESTIMENTOS	3.441.392,25
MUTAÇÕES ATIVAS	3.441.392,25	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.441.392,25
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	3.441.392,25	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.441.392,25
AQUISIÇÕES DE BENS IMÓVEIS	3.441.392,25	MOVIMENTAÇÃO ENTRE UNIDADES DA MESMA GESTÃO	3.441.392,25
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.441.392,25	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS INTERNOS	3.441.392,25
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.441.392,25	RESULTADO PATRIMONIAL	1.153.101,42
MOVIMENTO ENTRE UGs POR EXTINÇÃO/FUSÃO	3.441.392,25	SUPERAVIT/ DEFICIT VERIFICADO	1.153.101,42
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	3.441.392,25		

**ANEXO IV - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
Balço Orçamentário - Com Superávit

Exercício 2013

PSIAG550

Posição em: 14/01/2014 às 13:52:37

Anexo 12

Mes de Referência 13  
Unidade Gestora 220902 FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS  
Gestão 22902 FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS

Receita				Despesa			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes		1.153.101,42	1.153.101,42	Créditos Especiais	17.601.258,00	14.000.000,00	3.601.258,00
Receita Patrimonial		1.153.101,42	1.153.101,42	Despesas Correntes	13.601.258,00	10.000.000,00	3.601.258,00
				Outras Despesas correntes	13.601.258,00	10.000.000,00	3.601.258,00
				Despesas de Capital	4.000.000,00	4.000.000,00	
				Investimentos	4.000.000,00	4.000.000,00	
SUBTOTAL		1.153.101,42	1.153.101,42	SUBTOTAL	17.601.258,00	14.000.000,00	3.601.258,00
Déficit corrente		8.846.898,58					
Déficit capital		4.000.000,00					
TOTAL		14.000.000,00	1.153.101,42	TOTAL	17.601.258,00	14.000.000,00	3.601.258,00

## ANEXO V - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DRE

Exercício 2013

PSIAG550

Posição em: 13/01/2014 às 18:09:51

Mes de Referência 13 - Encerramento  
 Unidade Gestora 220902 FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS  
 Gestão 22902 FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS  
 Tipo de Agregação 02 - Direta + Fundos

	Ano Anterior	Ano Atual
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	0,00	0,00
VENDAS DE MERCADORIAS	0,00	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
PASEP	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
<b>CUSTOS DA RECEITA BRUTA</b>	0,00	0,00
<b>LUCRO OU PREJUÍZO BRUTO</b>	0,00	0,00
<b>DESPESAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	0,00	2.288.290,83
DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	0,00
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00
INCORPORAÇÃO/DESINCOR. DE DIREITOS	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	3.441.392,25
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	1.153.101,42
<b>LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	0,00	2.288.290,83
<b>DESPESAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	0,00	3.441.392,25
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	0,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	3.441.392,25
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	3.441.392,25
<b>LUCRO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	0,00	1.153.101,42
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA</b>	0,00	0,00
<b>PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	0,00	0,00
<b>LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	0,00	1.153.101,42

## ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ADICIONAIS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## Demonstrativo de Créditos Adicionais

Exercício: 2013

PSIAG590

## Crédito Especial

Unidade Gestora		220902 - FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS									
Gestão		22902 - FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS									
Data	Nr. Documento	Nota Dot.	UO	Prog. Trabalho	Nat. Desp	Fte	Cancelamento	Anulação	Superavit / Excesso	Op. Crédito / Créd. Reaberto	Total
05.06.2013	5.111	00001	24902	10302600814872912	449051	320	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
									0,00	0,00	
			24902	10302600840570004	339039	320	0,00	0,00	12.295.705,00	0,00	12.295.705,00
									0,00	0,00	
			24902	10302600840570004	339039	370	0,00	0,00	1.305.553,00	0,00	1.305.553,00
									0,00	0,00	
Total Crédito Especial							0,00	0,00	17.601.258,00	0,00	17.601.258,00
Total da UG (ou do Tipo de Agregação)							0,00	0,00	17.601.258,00	0,00	17.601.258,00
									0,00	0,00	



**ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Exercício 2013

## Demonstrativo da Dívida Flutuante

PSIAG540

Anexo17

Mês de Referência 13 - Encerramento  
 Unidade Gestora 220902 - FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS  
 Gestão 22902 - FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS

CONTAS	SALDO INICIAL	MOV. DEVEDOR	MOV. CREDOR	SALDO ATUAL
Consignações	0,00	69.906,16	69.906,16	0,00
Restos a Pagar não Processado	0,00	0,00	10.558.607,75	10.558.607,75
TOTAL	0,00	69.906,16	10.628.513,91	10.558.607,75

## ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho

PSIAG520

Exercício : 2013

Posição em : 13/01/2014

Código	Descrição	Movimento	No Mês	Até o Mês
Unidade Gestora	220902	FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS		
Gestão	22902	FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS		
Mês de Referência	12	DEZEMBRO		
	TOTAL DA UG/GESTAO	DESCONTOS RECEBIDOS	0,00	0,00
		DOTAÇÃO INICIAL	0,00	0,00
		ALTERAÇÕES	0,00	17.601.258,00
		MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00
		DOTAÇÃO AUTORIZADA	0,00	17.601.258,00
		CRÉDITO INDISPONÍVEL	0,00	0,00
		DESPESA AUTORIZADA	0,00	17.601.258,00
		TOTAL EMPENHADO	10.000.000,00	14.000.000,00
		PRÉ-EMPENHADO	0,00	0,00
		CRÉDITO DISPONÍVEL	10.000.000,00	3.601.258,00
		EMPENHO A LIQUIDAR	7.967.975,35	10.558.607,75
		EMPENHO LIQUIDADO	2.032.024,65	3.441.392,25
		TOTAL PAGO	1.987.320,10	3.371.486,09
		EMPENHOS A PAGAR	0,00	0,00
		DESCONTOS RECEBIDOS	0,00	0,00

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013**

**BRASÍLIA-2014**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF**  
**POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013.

Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)  
Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)

**BRASÍLIA-2014**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	8
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	9
1.3 Organograma Funcional.....	10
1.3.1 Atribuições Orgânicas da Unidade Jurisdicionada .....	15
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	25
1.5 Macroprocessos de Apoio .....	25
1.6 Principais Parceiros .....	25
<b>2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS .....</b>	<b>26</b>
2.1 Planejamento da Unidade.....	26
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	26
2.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão.....	29
<b>3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>30</b>
3.1 Estrutura de Governança.....	30
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	30
3.3 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos.....	32
<b>4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>34</b>
4.1 Execução Orçamentária .....	35
4.1.1 Análise crítica .....	36
4.1.2 Análise crítica da Realização da Despesa .....	39
4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	39
4.2.1 Análise Crítica.....	40
4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	41
4.3.1 Análise Crítica.....	41
<b>5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....</b>	<b>41</b>
5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	42
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	42
5.1.2 Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	45
5.1.3 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	47
5.1.4 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	48
5.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos e Funções e Empregos Públicos .....	48
5.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	48
5.2 Terceirização de mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários .....	50
5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	51
5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	52
5.2.3 Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2 .....	53
5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários.....	53
<b>6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO.....</b>	<b>54</b>

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	54
a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos .....	54
b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ .....	54
c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.....	54
d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra .....	55
e) Idade média da frota, por grupo de veículos.....	55
f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).....	55
g) Plano de substituição da frota .....	56
h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.....	56
i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.....	57
<b>7. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>57</b>
7.1 Tratamento das Recomendações do OCI.....	57
7.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	61
7.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	61
7.4 Alimentação SIASG e SICONV .....	62
<b>8. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>62</b>
9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	65
<b>10. OUTRAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>65</b>

## ABREVIATURAS

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

CGU – Controladoria Geral da União

CF – Constituição Federal

DF – Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

OGU – Orçamento Geral da União

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal

PGDF – Procuradoria Geral do Distrito Federal

PMDf – Polícia Militar do Distrito Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada

## QUADROS E TABELAS

**Quadro A.1.1.4** - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro A.2.2.3.1 – Ações - OFSS

**Quadro A.2.2.3.4** – Ações do Orçamento de Investimento

**Quadro A.3.2** – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

**Quadro A.4.1.1** - Programação de Despesas

**Quadro A.4.1.3.5** - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

**Quadro A.4.1.3.6** – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação

**Quadro A.4.2** – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

**Quadro A.4.3** – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

**Quadro A.5.1.1.1** – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

**Quadro A.5.1.1.2** – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

**Quadro A.5.1.2.1** – Detalhamento da Estrutura de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas da UJ – Situação Apurada em 31/12

**Quadro A.5.1.2.2** – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12

**Quadro A.5.1.2.3** - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12

**Quadro A.5.1.3** – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores



**Quadro A.5.1.4.1** – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de dezembro

**Quadro A.5.1.4.2** - Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12

**Quadro A.5.2.3** – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

**Quadro A.5.2.4** – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

**Quadro A.5.2.6** – Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro A.9.2.1** – Relatório de Cumprimento das Recomendações da OCI

**Quadro A.9.2.2** – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

**Quadro A.9.4.1** – Demonstrativo de Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

**Quadro A.9.6** - Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SINCOV

**Tabela 1** -- Composição da frota de veículos – Dezembro/2013

**Tabela 2** – Média Anual de Quilômetros Rodados

**Tabela 3** – Idade Média da Frota

**Tabela 4** – Gastos com a Manutenção da Frota de Veículos

**Tabela 5** – Obras e Reformas

**Tabela 6** – Operações Desencadeadas

**Tabela 7** – Atividades Desenvolvidas

## INTRODUÇÃO

A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, mantida e organizada pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, está sujeita, nos termos da Decisão nº 824/2004 – do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, às ações de controle e fiscalização desse Tribunal.

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2012 da PCDF, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN TCU nº 127/2013, e da Portaria TCU nº 175/2013.

Conforme prescreve o Anexo I da DN TCU nº 127/2013, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, deverá apresentar prestação de contas consolidando as informações sobre a gestão dos recursos destinados à assistência financeira para realização de serviços públicos de educação e saúde do Distrito Federal, e agregando a gestão da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Fundo de Saúde da PMDF, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e do Fundo de Saúde do CBMDF.

Segundo o Anexo I da DN TCU nº 127/2013, o Fundo Constitucional do Distrito Federal é classificado como órgão da Administração Indireta, aplicando-se lhe, a priori, as informações referidas na Letra G do Quadro A1 do Anexo II também dessa Decisão Normativa, a qual afirma serem aplicadas a Outros Fundos as informações exigidas nos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 3.2, 4.1, 4.2, 4.3, 9.1, 9.2, 11.3, 11.6 e 12.1, da Parte A do Anexo II. Todavia, objetivando ampliar o escopo de transparência, serão apresentadas as informações exigidas nos Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11 e 12 da Parte A do Anexo II, ressalvadas as informações quanto aos itens a seguir mencionados, que não se aplicam à Unidade.

Assim, o relatório ora apresentado observará o conteúdo geral dos Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11 e 12 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, e os detalhamentos dos conteúdos em questão estão de acordo com a Portaria TCU nº 175/2013.

# 1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Este Subitem obtêm-se informações sobre identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; unidades orçamentárias abrangidas; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato; endereço postal; endereço eletrônico; página na *internet*; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

### Quadro A.1.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação Completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: FCDF			
Código SIORG: 001929		Código na LOA: 73901	Código SIAFI: 170392
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ:	
Principal Atividade: Administração Pública Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato:	(61) 3312-5836	(61) 3312-5889	
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:fcdf@fazenda.df.gov.br">fcdf@fazenda.df.gov.br</a>			
<a href="http://www.fazenda.df.gov.br">www.fazenda.df.gov.br</a>			
Endereço Postal: Anexo do Buriti – 10º andar – Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal	37.115.482/0001-35	170395	001929
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação Completa: Polícia Civil do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: PCDF			
Código SIORG: 00192999999		Código na LOA: 73901	Código SIAFI: 170395
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 37.115.482/0001-35	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato:	(61) 3207-4058	(61) 3207-4059	(61) 3207-4066
E-mail: <a href="mailto:dof@pcdf.df.gov.br">dof@pcdf.df.gov.br</a>			
<a href="http://www.pcdf.df.gov.br">www.pcdf.df.gov.br</a>			
Endereço Postal: SPO, Conjunto A, Lote 23, Complexo da PCDF, Brasília, DF. CEP: 70.610-907			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, para			

atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. Lei nº 947 de 29/12/1902 (Reorganizou a Polícia da Capital Federal), Lei nº 4.483/64 (Reorganiza a DFSP sediando-a em Brasília-DF – Estrutura orgânica e quadro de pessoal da Polícia Civil do DF que passa a integrar a Secretaria de Segurança Pública do DF), Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994 (Autonomia Administrativa e Financeira).	
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009, que aprova o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências; Decreto Distrital nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências; Decreto Distrital nº 33.483, de 10 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências; Decreto Distrital nº 34.071, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a criação, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública, do Colegiado de Corregedorias dos órgãos que integram o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências, Decreto Distrital nº 33.669, de 21/05/2012, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências; Decreto Distrital nº 34.938, de 09 de dezembro de 2013, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal,	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas</b>	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
999999	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
99999	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
999999	99999

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O presente tópico, conforme determina o Subitem 1.2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, e ainda de acordo com as orientações da Portaria TCU nº 175/2013, abordará “informações sobre a finalidade e competências institucionais da unidade”.

De acordo com o Art. 2º do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009, “a Polícia Civil do Distrito Federal tem como missão institucional promover a segurança pública, visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas, por meio da apuração de delitos, da elaboração de procedimentos formais destinados à ação penal e da adoção de ações técnico-policiais, com a preservação dos direitos e garantias individuais.

Nesse sentido, enquanto órgão da área de segurança pública, a PCDF tem como responsabilidade institucional planejar, normatizar, dirigir, supervisionar, fiscalizar, administrar, coordenar, executar, prevenir, reprimir e apurar, com exclusividade, os crimes e contravenções, na forma da legislação em vigor; além de controlar e avaliar as atividades relativas à Polícia Administrativa, Judiciária e Técnico-Científica; bem como, promover a integração policial com organizações congêneres, colaborando na execução dos serviços policiais relacionados com a prevenção e repressão à criminalidade interestadual.

Na esfera de sua competência estão relacionados ainda os serviços de perícia e identificação datiloscópica civil e criminal, e cooperação com as autoridades administrativas e

judiciárias no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentares. Embora fora de sua área de competência, a Polícia Civil também recebe requisições da Justiça, para proceder exames periciais na área cível e investigação de paternidade.

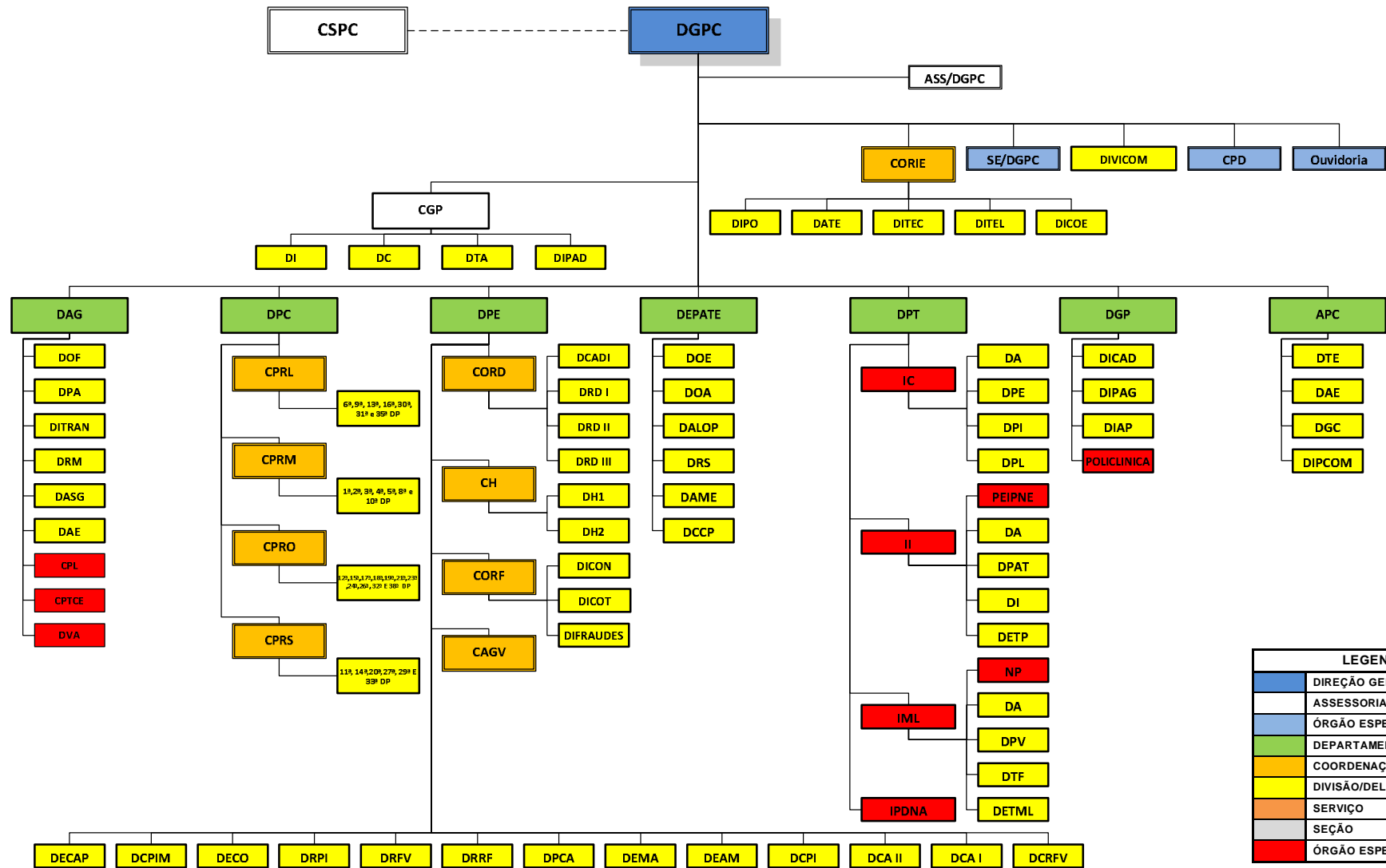
O cumprimento da missão institucional delegada à PCDF passa fundamentalmente pela realização de seus objetivos estratégicos, os quais apontam para a necessidade de permanentes investimentos em recursos humanos e materiais. A realidade da segurança pública no âmbito do Distrito Federal ainda não é a ideal, mas revela-se como a melhor do Brasil, quando comparada às diversas Unidades da Federação, fato que deve ser tributado, principalmente, à qualidade e ao preparo dos quadros da Polícia Civil.

### **1.3 Organograma Funcional**

Neste subitem deverá demonstrar o organograma funcional da UJ. O organograma deverá explicitar a estruturação formal e deverá ser acompanhado de descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura da UJ.

A Polícia Civil do Distrito Federal atuante em todo o Território Distrital e cidades em seu entorno, possuindo em sua estrutura administrativas vários departamentos, institutos, delegacias especializadas, delegacias circunscricionais, que subdividem em divisões, seções e outros. Para tanto apresentaremos o Organograma Funcional aprovado pelos Decretos Distritais n°s 33.483/2012, 33.669/2012 e 34.938/2013, quanto ao novo Regimento Interno ainda encontra-se em elaboração, devendo ser aprovado por Decreto Distrital e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

# ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL



LEGENDA:	
	DIREÇÃO GERAL
	ASSESSORIA/CORREGEDORIA
	ÓRGÃO ESPECIAL DA DIREÇÃO
	DEPARTAMENTO
	COORDENAÇÃO
	DIVISÃO/DELEGACIA
	SERVIÇO
	SEÇÃO
	ÓRGÃO ESPECIAL DE UNIDADE

## Legenda do Organograma Funcional da Polícia Civil do Distrito Federal

<b>1</b>	DGPC	<b>DIREÇÃO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL</b>
<b>1.1</b>	ASS/DGPC	<b>Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil</b>
<b>1.2</b>	CORIE	<b>Coordenação de Inteligência e Estratégia</b>
<b>1.2.4</b>	DIPO	<b>Divisão de Inteligência Policial</b>
<b>1.2.5</b>	DATE	<b>Divisão de Apoio Técnico e Estratégico</b>
<b>1.2.6</b>	DITEC	<b>Divisão de Tecnologia</b>
<b>1.2.7</b>	DITEL	<b>Divisão de Telecomunicações</b>
<b>1.2.8</b>	DICOE	<b>Divisão de Controle de Denúncias e Ocorrências Eletrônicas</b>
<b>1.3</b>	SE/DGPC	<b>Secretaria Executiva</b>
<b>1.4</b>	DIVICOM	<b>Divisão de Comunicação</b>
<b>1.5</b>	CPD	<b>Comissão Permanente de Disciplina</b>
<b>1.6</b>	Ouvidoria	<b>Ouvidoria</b>
<b>2</b>	CSPC	<b>CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL</b>
<b>3</b>	CGP	<b>CORREGEDORIA GERAL DE POLÍCIA</b>
<b>3.4</b>	DI	<b>Divisão de Investigação</b>
<b>3.5</b>	DC	<b>Divisão de Correição</b>
<b>3.6</b>	DTA	<b>Divisão de Tramitação de Autos</b>
<b>3.7</b>	DIPAD	<b>Divisão de Procedimentos Administrativos Disciplinares</b>
<b>4</b>	DAG	<b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>
<b>4.2</b>	DOF	<b>Divisão de Orçamento e Finanças</b>
<b>4.3</b>	DPA	<b>Divisão de Planejamento Administrativo</b>
<b>4.4</b>	DITRAN	<b>Divisão de Transportes</b>
<b>4.5</b>	DRM	<b>Divisão de Recursos Materiais</b>
<b>4.6</b>	DASG	<b>Divisão de Apoio e Serviços Gerais</b>
<b>4.7</b>	DAE	<b>Divisão de Arquitetura e Engenharia</b>
<b>4.8</b>	CPL	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>

<b>4.9</b>	CPTCE	<b>Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial</b>
<b>4.10</b>	DVA	<b>Depósito de Veículos Apreendidos</b>
<b>5</b>	DPC	<b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIRCUNSCRICIONAL</b>
<b>5.3</b>	CRPL	<b>Coordenação Regional de Polícia Leste</b>
<b>5.4</b>	CRPM	<b>Coordenação Regional de Polícia Metropolitana</b>
<b>5.5</b>	CRPO	<b>Coordenação Regional de Polícia Oeste</b>
<b>5.6</b>	CRPS	<b>Coordenação Regional de Polícia Sul</b>
<b>5.4.6</b>	DP	<b>Delegacias de Polícia</b>
<b>6</b>	DPE	<b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA</b>
<b>6.3</b>	CORD	<b>Coordenação de Repressão às Drogas</b>
<b>6.3.5</b>	DCADI	<b>Divisão de Coleta, Análise e Difusão de Informações</b>
<b>6.3.6</b>	DRD I	<b>Divisão de Repressão às Drogas I</b>
<b>6.3.7</b>	DRD II	<b>Divisão de Repressão às Drogas II</b>
<b>6.3.8</b>	DRD III	<b>Divisão de Repressão às Drogas III</b>
<b>6.4</b>	CH	<b>Coordenação de Repressão a Homicídios</b>
<b>6.4.4</b>	DH I	<b>Divisão de Homicídios I</b>
<b>6.4.5</b>	DH II	<b>Divisão de Homicídios II</b>
<b>6.5</b>	CORF	<b>Coordenação de Repressão aos Crimes Contra o Consumidor, a Ordem Tributária e a Fraudes</b>
<b>6.5.5</b>	DICON	<b>Divisão de Defesa do Consumidor</b>
<b>6.5.6</b>	DICOT	<b>Divisão de Crimes contra a Ordem Tributária</b>
<b>6.5.7</b>	DIFRAUDES	<b>Divisão de Falsificações e Defraudações</b>
<b>6.6</b>	CAGV	<b>Coordenação de Atendimento a Grupos Vulneráveis</b>
<b>6.7</b>	DCRFV	<b>Divisão de Cadastro de Roubos e Furtos de Veículos</b>
<b>6.8</b>	DCA I	<b>Delegacias da Criança e do Adolescente I</b>
<b>6.9</b>	DCA II	<b>Delegacias da Criança e do Adolescente II</b>
<b>6.10</b>	DCPI	<b>Delegacia de Capturas e Polícia Interestadual</b>
<b>6.11</b>	DEAM	<b>Delegacia Especial de Atendimento à Mulher</b>
<b>6.12</b>	DEMA	<b>Delegacia Especial de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística</b>



<b>6.13</b>	DPCA	<b>Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente</b>
<b>6.14</b>	DRRF	<b>Delegacia de Repressão a Roubos e Furtos</b>
<b>6.15</b>	DRFV	<b>Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos</b>
<b>6.16</b>	DRPI	<b>Delegacia de Repressão a Pequenas Infrações</b>
<b>6.17</b>	DECO	<b>Delegacia de Repressão ao Crime Organizado</b>
<b>6.18</b>	DCPIM	<b>Delegacia de Combate aos Crimes contra a Propriedade Imaterial</b>
<b>6.19</b>	DECAP	<b>Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública</b>
<b>7</b>	DEPATE	<b>DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ESPECIAIS</b>
<b>7.3.</b>	DOE	<b>Divisão Operações Especiais</b>
<b>7.4</b>	DOA	<b>Divisão de Operações Aéreas</b>
<b>7.5</b>	DALOP	<b>Divisão de Apoio Logístico Operacional</b>
<b>7.6</b>	DRS	<b>Divisão de Repressão a Sequestros</b>
<b>7.7</b>	DAME	<b>Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos</b>
<b>7.8</b>	DCCP	<b>Divisão de Controle e Custódia de Presos</b>
<b>8</b>	DPT	<b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA</b>
<b>8.4</b>	IC	<b>Instituto de Criminalística</b>
<b>8.4.1</b>	DA	<b>Divisão Administrativa</b>
<b>8.4.2</b>	DPE	<b>Divisão de Perícias Externas</b>
<b>8.4.3</b>	DPI	<b>Divisão de Perícias Internas</b>
<b>8.4.4</b>	DPL	<b>Divisão de Perícias em Laboratórios</b>
<b>8.5</b>	II	<b>Instituto de Identificação</b>
<b>8.5.1</b>	PEIPNE	<b>Posto Especial de Identificação de Idosos e Pessoas com Necessidades Especiais</b>
<b>8.5.2</b>	DA	<b>Divisão Administrativa</b>
<b>8.5.3</b>	DPAT	<b>Divisão de Processamento e Arquivos Técnicos</b>
<b>8.5.4</b>	DI	<b>Divisão de Identificação</b>
<b>8.5.5</b>	DETP	<b>Divisão de Exames Técnicos em Papiloscopia</b>
<b>8.6</b>	IML	<b>Instituto de Medicina Legal</b>
<b>8.6.1</b>	NP	<b>Núcleo de Pesquisa</b>

<b>8.6.2</b>	DA	<b>Divisão Administrativa</b>
<b>8.6.3</b>	DPV	<b>Divisão de Perícia no Vivo</b>
<b>8.6.4</b>	DTF	<b>Divisão de Tanatologia Forense</b>
<b>8.6.5</b>	DETML	<b>Divisão de Exames Técnicos Médico Legais</b>
<b>8.7</b>	IPDNA	<b>Instituto de Pesquisa de DNA Forense</b>
<b>9</b>	DGP	<b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS</b>
<b>9.4</b>	DICAD	<b>Divisão de Cadastro</b>
<b>9.5</b>	DIPAG	<b>Divisão de Pagamento</b>
<b>9.6</b>	DIAP	<b>Divisão de Aposentadorias e Pensões</b>
<b>9.7</b>	Policlínica	<b>Policlínica</b>
<b>10</b>	APC	<b>ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL</b>
<b>10.6</b>	DTE	<b>Divisão Técnica de Ensino</b>
<b>10.7</b>	DAE	<b>Divisão de Apoio ao Ensino</b>
<b>10.8</b>	DGC	<b>Divisão de Gestão de Concursos</b>
<b>10.9</b>	DIPCOM	<b>Divisão de Polícia Comunitária</b>

### **1.3.1 Atribuições Orgânicas da Unidade Jurisdicionada**

#### **Direção-Geral de Polícia Civil**

A Direção-Geral de Polícia Civil do Distrito Federal, órgão de direção superior, dirigido pelo Diretor-Geral de Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Exercer e coordenar as funções institucionais descritas no art. 4º deste Regimento;
- II - Celebrar contratos, acordos e convênios, nos termos da legislação em vigor;
- III - Propor a nomeação, exoneração, demissão ou reintegração de servidores do seu quadro de pessoal;
- IV - Praticar atos de administração relativos ao regime jurídico de pessoal, nos termos da legislação específica;
- V - Encaminhar a proposta orçamentária da Instituição;
- VI - Propor a criação e extinção de cargos e funções;
- VII - Propor a criação de unidades policiais;
- VIII - Com o auxílio dos respectivos Diretores dos Departamentos e dos demais órgãos de direção superior, planejar, normatizar, dirigir, supervisionar, fiscalizar, administrar, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações de polícia circunscricional, de polícia especializada, de polícia técnico-científica, de atividades especiais, de ensino e treinamento e de correição;
- IX - Praticar outros atos próprios de gestão conforme previsto na legislação em vigor.

#### **Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil**

A Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada à Direção-Geral de Polícia, tem como atribuições:

- I - Assessorar o Diretor-Geral mediante a execução das atividades de consultoria e assessoramento técnico;
- II - Fixar, através de notas técnicas, a interpretação de dispositivos legais e de atos normativos a ser seguida uniformemente;
- III - Emitir nota técnica sobre assuntos de interesse da Polícia Civil do Distrito Federal;
- IV - Realizar estudos e pesquisas para dirimir dúvidas acerca das atribuições institucionais da Polícia Civil;
- V - Coligir e catalogar legislações, decisões, pareceres, julgados e jurisprudências de interesse da Polícia Civil, divulgando-os internamente, quando for o caso;
- VI - Acompanhar projetos e processos em tramitação no Judiciário, Procuradoria Geral do Distrito Federal e em outras unidades públicas, que tratam direta ou indiretamente de assuntos de interesse da Polícia Civil do Distrito Federal;
- VII - Elaborar ou revisar minutas de atos administrativos a serem praticados ou editados pela Direção-Geral;
- VIII - Minutar informações em ações de mandado de segurança, habeas data e habeas corpus impetrados contra ato do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto e por outras autoridades administrativas em questões que sejam de relevância para a Instituição;
- IX - Providenciar as avaliações de desempenho funcional e de estágio probatório dos servidores da Unidade;
- X - Assessorar a Direção-Geral na gestão do planejamento estratégico;
- XI - Colaborar com as demais unidades orgânicas na elaboração dos planos de ações, projetos e programas que deverão integrar o planejamento estratégico;
- XII - Avaliar e emitir parecer técnico sobre a implantação e gestão do planejamento estratégico;
- XIII - Desempenhar outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Direção-Geral.

#### **Assessoria para Assuntos Institucionais da Polícia Civil**

A Assessoria para Assuntos Institucionais da Polícia Civil, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada a Direção-Geral de Polícia, tem como atribuições:

- I - Assessorar diretamente o Diretor-Geral nos assuntos de interesse da Instituição, perante os organismos externos;
- II - Emitir, quando solicitada, pareceres sobre matéria de interesse institucional;
- III - Acompanhar os trabalhos parlamentares relativos à Polícia Civil, na Câmara Legislativa e no Congresso Nacional, informando a Direção-Geral;
- IV - Oferecer subsídios aos trabalhos parlamentares no interesse institucional;
- V - Acompanhar o Diretor-Geral, quando solicitado, para tratar de interesses institucionais;
- VI - Acompanhar a tramitação de projetos, programas, acordos, convênios e demais processos que tratem de matéria de interesse institucional;
- VII - Executar outras atividades que lhe forem cometidas pela Direção-Geral da Polícia Civil.

#### **Corregedoria-Geral de Polícia Civil**

A Corregedoria-Geral de Polícia Civil, órgão de direção superior e de controle interno da atividade policial civil, diretamente subordinada à Direção-Geral de Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Supervisionar e orientar os procedimentos formais relativos às funções de polícia judiciária e de investigação de infrações penais da Polícia Civil;
- II - Realizar correição nos procedimentos penais e administrativos;
- III - Controlar a permanência e a tramitação de autos de procedimentos penais e disciplinares;
- IV - Controlar os registros de procedimentos penais;
- V - Expedir, com exclusividade, certidões de registros criminais na Polícia Civil;
- VI - Avocar inquéritos e demais procedimentos policiais;

- VII - Expedir orientações e normas de serviços sobre procedimentos específicos da atividade de apuração de infrações penais;
- VIII - Executar, com exclusividade, o cancelamento de registros criminais por ordem judicial;
- IX - Controlar os registros de procedimentos administrativos disciplinares e criminais instaurados contra policiais civis;
- X - Apurar, com exclusividade, infrações penais cuja autoria seja imputada a policial civil ou funcionários que exerçam suas atividades no âmbito da Polícia Civil;
- XI - Instaurar e julgar sindicâncias objetivando a apuração de responsabilidade funcional de policial civil e demais servidores que exerçam suas atividades no âmbito da Polícia Civil, os licenciados para mandatos classistas ou cedidos para outras unidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com exceção daqueles servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- XII - Requisitar informações ou documentos a todas as unidades da Polícia Civil;
- XIII - Certificar-se dos casos de contumácia, na forma da legislação em vigor, dando conhecimento ao Diretor-Geral de Polícia;
- XIV - Redistribuir procedimentos penais e autos de inquérito policial;
- XV - Promover a padronização de sistemas eletrônicos, formulários, livros e documentos diversos destinados ao registro e controle dos atos cartorários relacionados com apuração de infrações penais, em conjunto com os demais órgãos;
- XVI - Coordenar e executar a investigação ética social dos candidatos aos cargos das carreiras pertencentes ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal;
- XVII - Articular-se com a Magistratura, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados e outras instituições afins, visando à eficiência da atividade Policial;
- XVIII - Receber, manifestar e despachar requisições do Poder Judiciário e do Ministério Público nos casos atinentes a infrações penais ou administrativas, bem como no fornecimento de informações acerca de dados pessoais de posse desta Instituição;
- XIX - Exercer rigoroso controle dos servidores em estágio probatório e avaliar o desempenho funcional dos demais servidores;
- XX - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Ouvidoria da Polícia Civil**

A Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal, subordinada diretamente subordinada à Direção-Geral de Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Receber, processar, controlar e encaminhar à unidade competente as denúncias contra atos irregulares de servidores da Polícia Civil, servidores requisitados e terceirizados, e as reclamações contra serviços prestados pelas unidades orgânicas;
- II - Receber, processar e encaminhar sugestões ofertadas sobre o funcionamento dos serviços prestados pela Polícia Civil;
- III - Solicitar informações sobre o andamento das apurações referentes às denúncias e reclamações encaminhadas pela ouvidoria, visando responder ao cidadão no prazo regulamentar estipulado;
- IV - Verificar, de forma sumária, a procedência das denúncias e reclamações, antes de encaminhá-las ao Corregedor-Geral de Polícia, sugerindo, se for o caso, arquivamento ou instauração de procedimento administrativo e/ou criminal;
- V - Propor ao Corregedor-Geral, recomendações aos dirigentes de unidades, de providências necessárias ao aperfeiçoamento, racionalização e melhoria dos serviços públicos prestados pela Polícia Civil do Distrito Federal;
- VI - Elaborar relatório das atividades desenvolvidas;
- VII - Remeter, mensalmente, ao Serviço de Planejamento, Estatística e Informática as informações necessárias ao desempenho das atividades daquele Serviço;
- VIII - Avaliar o desempenho funcional dos servidores lotados na Ouvidoria;
- IX - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Comissão Permanente de Disciplina**

A Comissão Permanente de Disciplina, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Direção-Geral de Polícia Civil é incumbida de promover o processo administrativo disciplinar no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal.

- I - Promover o processo administrativo disciplinar, com vista à apuração de transgressões disciplinares imputadas a policiais civis e demais servidores do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal, na forma prevista na legislação em vigor.
- II - Realizar, em procedimento próprio, a revisão de processo disciplinar, quando deferida pela autoridade competente;
- III - Solicitar ao Diretor-Geral, fundamentadamente, a prorrogação dos prazos previstos em lei para conclusão dos processos;
- IV - Dar conhecimento à autoridade competente dos fatos que chegaram ao seu conhecimento no curso da instrução processual, que devam também ser apurados em procedimento diverso;
- V - Solicitar perícias, laudos, pareceres e outras informações necessárias ao bom desempenho das atividades da Comissão;
- VI - Proceder às diligências que julgar conveniente à produção da prova, deslocando-se sempre que necessário para qualquer ponto do território nacional, recorrendo inclusive a técnicos ou peritos de outras unidades especializadas do serviço público;
- VII - Encaminhar, mensalmente, ou quando solicitado, à Direção-Geral da Polícia Civil, relatório das atividades desenvolvidas;
- VIII - Providenciar as avaliações de desempenho funcional e de estágio probatório dos servidores lotados na Comissão;
- IX - Certificar-se dos casos de contumácia, na forma da Lei, dando conhecimento ao Diretor- Geral da Polícia Civil;
- X - Proceder ao arquivamento dos processos disciplinares e sindicâncias;
- XI -Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Departamento de Administração Geral**

O Departamento de Administração Geral, órgão de direção superior, diretamente subordinado à Direção-Geral da Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Dirigir, coordenar, planejar e controlar a execução de atividades de recursos humanos, orçamento, finanças, contabilidade, planejamento administrativo, recursos materiais, patrimônio, transporte, serviços gerais, informática, telecomunicações, projetos de obras e reformas, edificações, reformas de imóveis, saúde do servidor, tramitação de documentos, processos e arquivo;
- II - Propor normas relativas à sua área de atuação;
- III - Implementar ações de organização e modernização administrativa;
- IV - Promover licitação para execução de obras e serviços de engenharia e concessões e permissões para ocupação de áreas públicas, bem como para outros objetos que venham a ser definidos por legislação específica;
- V - Acompanhar os procedimentos licitatórios;
- VI - Desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas ou delegadas pela Direção-Geral.

### **Departamento de Gestão de Pessoas**

O Departamento de Gestão de Pessoas, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Direção-Geral de Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Registrar e controlar os dados e informações funcionais e financeiras dos servidores lotados e em exercício na Polícia Civil, bem como dos servidores cedidos, aposentados e pensionistas;
- II - Executar as atividades de administração de recursos humanos, obedecendo as normas legais pertinentes, com observância das diretrizes das unidades centrais;
- III - Registrar e controlar pagamentos, descontos, consignações, empréstimos e transferências funcionais e financeiras dos servidores que sejam ativos, aposentados e pensionistas;

- IV - Cumprir a legislação e as normas expedidas sobre recursos humanos;
- V - Propor a elaboração de normas relativas à sua área de atuação;
- VI - Executar as ações relativas à revisão de aposentadorias e pensões;
- VII - Manter atualizado o cadastro de servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- VIII - Elaborar documentos e coletar dados estatísticos para subsidiar decisões superiores;
- IX - Controlar o Plano Anual de Férias das unidades orgânicas da Polícia Civil;
- X - Organizar e apurar os resultados das avaliações de desempenho funcional do estágio probatório dos servidores da Polícia Civil;
- XI - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Policlínica**

A Policlínica, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Departamento de Gestão de Pessoas, tem como atribuições:

- I - Prestar atendimento na área de saúde para os policiais civis;
- II - Gerenciar assistência médica, psicológica, fisioterápica, odontológica, farmacêutica, fonoaudiológica, laboratorial e enfermagem, preventiva e curativa prestada aos policiais civis;
- III - Coordenar, participar ou implementar, isolada ou associadamente a outras unidades ou instituições de saúde, mediante convênios, programas de prevenção de agravos à saúde, tratamento de doenças e melhoria da qualidade de vida;
- IV - Realizar atividades de medicina do trabalho;
- V - Analisar, visando homologação, laudos e atestados médicos fornecidos por terceiros, para efeito de concessão de licenças médicas ou abonos de faltas ao serviço;
- VI - Manter atualizados e de modo uniforme os prontuários das áreas médica, odontológica, psicológica e fisioterápica, e os registros de controle de tempo das licenças concedidas aos servidores, por motivo de doença ou tratamento de saúde;
- VII - Proceder a perícias médicas nas áreas administrativa e trabalhista dos servidores, com vistas a exames admissionais, demissionais, periódicos, de verificação de capacidade laborativa, física e sanidade mental e outros exames da esfera trabalhista;
- VIII - Realizar exames clínicos, diagnóstico e tratamento de doenças ou outros distúrbios orgânicos, bem como orientar e encaminhar pacientes para tratamento especializado;
- IX - Solicitar, realizar, analisar e interpretar resultados de exames complementares de laboratório e exames radiológicos;
- X - Emitir laudos relativos à saúde do servidor em seu ambiente de trabalho e em relação às atividades exercidas;
- XI - Propor normas, rotinas e procedimentos para as atividades médico-periciais, trabalhista e administrativa;
- XII - Estudar as causas médicas do absenteísmo propondo medidas de caráter preventivo;
- XIII - Desenvolver e executar programas de prevenção e de tratamento de dependentes químicos e alcoólicos, integrantes do quadro da Polícia Civil do Distrito Federal;
- XIV - Elaborar estudos, relatórios e projetos para divulgação e aprimoramento das atividades da Policlínica;
- XV - Estabelecer cronograma de inspeção de saúde e psicológica dos policiais civis, os quais deverão ser submetidos a exames uma vez a cada quatro anos, cujas convocações serão realizadas pela própria Policlínica;
- XVI - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Departamento de Polícia Circunscrição**

O Departamento de Polícia Circunscrição, unidade central de coordenação técnica e operacional, diretamente subordinado à Direção-Geral da Polícia Civil, tem como atribuição:

- I - Planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades das Delegacias Circunscriçionais;

- II - Propor políticas e normas de prevenção e repressão à prática de infrações penais;
- III - Prestar apoio operacional a todas as unidades subordinadas à Polícia Civil do Distrito Federal;
- IV - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Departamento de Polícia Especializada**

O Departamento de Polícia Especializada, órgão central de coordenação técnica e operacional, diretamente subordinado a Direção-Geral, tem como atribuições:

- I - Planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução de todas atividades das unidades subordinadas;
- II - Propor políticas e normas de prevenção e repressão a pratica de infrações penais;
- III - Prestar apoio operacional a todas as unidades da Polícia Civil do Distrito Federal, quando solicitado;
- IV - Organizar, manter e disponibilizar bancos de dados de roubo e furto de veículos;
- V - Executar a vistoria preventiva e repressiva em veículos automotores;
- VI - Coordenar e controlar a custódia e movimentação de pessoas presas provisoriamente no âmbito da Polícia Civil;
- VII - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Coordenação de Repressão às Drogas**

A Coordenação de Repressão às Drogas – CORD, unidade orgânica de coordenação diretamente subordinada ao Departamento de Polícia Especializada, tem como atribuições:

- I - Planejar, coordenar e executar, em todo o Distrito Federal, medidas para a repressão ao uso indevido, à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas por meio de investigação criminal e do exercício das atividades de polícia judiciária, na forma da lei em vigor e em observância às diretrizes, princípios e objetivos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas– SISNAD;
- II - Reprimir a sementeira, cultivo e a colheita de plantas que se constituam matéria-prima para a preparação de drogas, com a destruição imediata de plantações ilícitas, com o recolhimento de quantidade suficiente para exame pericial e a adoção de medidas necessárias à preservação da prova;
- III - Reprimir as atividades das associações criminosas voltadas ao tráfico ilícito de drogas;
- IV - Reprimir o financiamento e o custeio da prática do tráfico ilícito de drogas, bem como à lavagem de dinheiro e à aquisição, posse e propriedade de bens adquiridos por meio de recursos financeiros ou vantagens obtidas por meio dessa atividade criminosa;
- V - Manter interação com os órgãos judiciais e promotorias especializadas, com o Ministério da Justiça, com o Departamento de Polícia Federal e com os demais órgãos afins integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas–SISNAD, visando a otimização e a celeridade das investigações e procedimentos policiais e de polícia judiciária e o intercâmbio de informações;
- VI - Manter interação com os demais órgãos policiais, de inteligência e com outros responsáveis pela prevenção ou repressão ao tráfico ilícito de drogas ou pela fiscalização e controle do emprego e uso clínico de drogas;
- VII - Incinerar periodicamente, na forma da lei, mediante autorização judicial, as drogas guardadas sob sua responsabilidade;
- VIII - A guarda e o depósito de todas as drogas apreendidas por quaisquer unidades da Polícia Civil do Distrito Federal.

### **Departamento de Atividades Especiais**

O Departamento de Atividades Especiais, órgão de coordenação técnica e operacional, diretamente subordinado à Direção-Geral da Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução de todas as atividades que lhe estão subordinadas;

- II - Assessorar o Diretor-Geral de Polícia Civil nos assuntos de planejamento operacional, gerenciamento de situações críticas e atividade de inteligência policial;
- III - Propor políticas e normas de prevenção e repressão à prática de infrações penais;
- IV - Gerenciar, no âmbito de suas atribuições, situações críticas de motins, rebeliões e tentativas de invasão em órgãos da Polícia Civil do Distrito Federal;
- V - Coordenar e supervisionar as operações técnicas de interceptação de comunicação telefônica no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal;
- VI - Acompanhar as investigações dos crimes que sejam ou tenham sido alvo de investigação por Comissão Parlamentar de Inquérito, em matéria de atribuições da Polícia Civil;
- VII - Desenvolver programas de estudo, pesquisa, compartilhamento e transferência de conhecimentos de assuntos específicos atinentes ao exercício das atividades do Departamento;
- VIII - Prestar apoio às unidades da Polícia Civil acerca de investigações, cumprimento de mandados de prisão e localização de pessoas procuradas pela Justiça;
- IX - Dar proteção a policiais civis e autoridades dos órgãos do Distrito Federal e União, que estejam sendo coagidas ou expostas à grave ameaça, quando determinado pelo Diretor-Geral de Polícia;
- X - Dar proteção a vítimas ou testemunhas de crimes que estejam sendo coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal;
- XI - Elaborar Planos de Segurança Orgânica da Polícia Civil;
- XII - Elaborar e supervisionar as Ordens de Missão expedidas pelo Diretor-Geral de Polícia, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;
- XIII - Elaborar e expedir projetos, planos de trabalho e normas para a execução das atividades das unidades policiais subordinadas e;
- XIV - Executar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Departamento de Polícia Técnica**

O Departamento de Polícia Técnica, órgão central de coordenação das perícias técnico-científico, diretamente subordinado à Direção-Geral da Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Planejar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar a execução das atribuições das unidades de polícia técnica que lhe são diretamente subordinadas;
- II - Elaborar e propor a programação anual de trabalho das unidades de polícia técnica que lhe são diretamente subordinadas;
- III - Inspeccionar as unidades sob sua subordinação, do ponto de vista administrativo, técnico-científico e de polícia judiciária, verificando a regularidade do serviço e o cumprimento das diretrizes emanadas pela Direção-Geral da Polícia Civil;
- IV - Autorizar o deslocamento de viaturas e servidores para municípios circunvizinhos com objetivo de serviço, desde que não importe em despesa;
- V - Fazer a lotação de servidores quando a movimentação ocorrer no âmbito do Departamento;
- VI - Propor políticas e normas para a execução das atividades de suas atribuições;
- VII - Articular-se com outras unidades de polícia técnico-científica buscando o intercâmbio de informações e experiências, visando o aperfeiçoamento de suas atividades;
- VIII - Promover a articulação dos institutos dentre si e com os demais órgãos de investigação da Polícia Civil, visando à integração da atividade fim de apuração das infrações penais;
- IX - Fomentar estudos e pesquisas científicas no âmbito do Departamento, visando o aperfeiçoamento da investigação criminal técnico-científica e da identificação civil e criminal;
- X - Elaborar, analisar e consolidar os relatórios das atividades das unidades que lhe são subordinadas;
- XI - Expedir normas de caráter técnico-científico visando disciplinar as atividades das unidades subordinadas;
- XII - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.



### **Instituto de Criminalística**

O Instituto de Criminalística, unidade orgânica de execução técnica e operacional, subordinada diretamente ao Departamento de Polícia Técnica, tem como atribuições:

- I - Dirigir, coordenar, controlar, fiscalizar, avaliar e executar perícias criminais em locais de crime, bem como em objetos e substâncias a eles relacionadas, necessárias à apuração de infrações penais, mediante requisição de autoridade policial da Polícia Civil do Distrito Federal, judiciária, do Ministério Público e de Presidente de Inquérito Policial Militar - IPM;
- II - Fomentar a pesquisa no campo da Criminalística voltada para a investigação criminal técnico-científica, desenvolvendo projetos e programas de estrutura e pesquisa, objetivando aperfeiçoar e criar novas técnicas de acordo com o desenvolvimento tecnológico e científico;
- III - Propor normas sobre perícias criminais ou sobre atividades a ela relacionadas;
- IV - Analisar os resultados das atividades de perícias criminais, propondo medidas de aperfeiçoamento dos métodos e técnicas;
- V - Atualizar, ampliar e desdobrar funções, no campo da Criminalística, sempre que a estrutura jurídica ou a necessidade de melhor desenvolver o trabalho o exigir;
- VI - Elaborar laudos e emitir pareceres técnicos;
- VII - Articular-se com órgãos ou entidades congêneres buscando o intercâmbio de informações e o aperfeiçoamento de suas atividades;
- VIII - Manter o funcionamento do Instituto em regime de expediente e plantão, cujo horário de trabalho e folga será estabelecida pela Direção-Geral da Polícia Civil;
- IX - Articular-se com os demais órgãos de investigação criminal da Polícia Civil, visando o intercâmbio de informações necessário à unidade da apuração das infrações penais;
- X - Encaminhar, quando solicitados pelos demais institutos de Polícia Técnica, cópia de laudos ou pareceres técnicos, em especial dos casos vinculados a perícias executadas pela unidade requerente;
- XI - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Instituto de Identificação**

Ao Instituto de Identificação, unidade orgânica de execução técnica-científica, subordinada diretamente ao Departamento de Polícia Técnica, tem como atribuições:

- I - Dirigir, planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das atribuições específicas e genéricas das unidades de identificação subordinadas;
- II - Propor normas, elaborar pareceres e notas técnicas, sobre identificação civil e criminal, monodactilar e necropapiloscópica, de representação facial humana (no âmbito de sua competência) e retrato falado;
- III - Proceder à identificação civil e criminal expedindo o documento de identificação civil, com base no sistema datiloscópico, e o registro monodactilar quando da identificação criminal;
- IV - Planejar, supervisionar e realizar, por solicitação de autoridade competente, a execução de trabalhos periciais papiloscópicos e necropapiloscópicos relativos ao levantamento, coleta, análise, codificação, decodificação e pesquisa de padrões e vestígios papilares, trabalhos periciais de prosopografia (no âmbito de sua competência), envelhecimento, rejuvenescimento, retrato falado e de representação facial humana, expedindo os respectivos laudos;
- V - Realizar estudos e pesquisas técnico-científicas visando o aperfeiçoamento da identificação humana papiloscópica, bem como, manter intercâmbio institucional e profissional com organizações congêneres nacionais e internacionais;
- VI - Encaminhar, quando solicitado pelos demais Institutos de Polícia Técnica, cópia de laudos ou pareceres papiloscópicos e necropapiloscópicos, em especial dos casos vinculados a perícias executadas pela unidade requerente, devendo ser restritas ao Instituto de Identificação, as informações relativas à confirmação de identidades advindas de pesquisas e confrontos de padrões papilares;

- VII - Encaminhar, por empréstimo ao Instituto de Criminalística, prontuário civil e individual datiloscópica, quando necessário à complementação de exames grafotécnicos em carteiras de identidade;
- VIII - Fornecer informações contidas em arquivos às unidades e entidades credenciadas pela Direção-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal;
- IX - Prestar auxílio técnico aos serviços de acesso dos visitantes junto às unidades prisionais do Distrito Federal, através do método do confronto datiloscópico;
- X - Autorizar as solicitações de atendimentos externos;
- XI - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Instituto de Medicina Legal**

Ao Instituto de Medicina Legal, unidade orgânica de execução técnica-científica, subordinada diretamente ao Departamento de Polícia Técnica, tem como atribuições:

- I - Dirigir, controlar, fiscalizar, avaliar e executar os exames médicos legais necessários à apuração de infrações penais, mediante requisição da autoridade competente;
- II - Fomentar a pesquisa no campo da medicina legal voltada para a investigação criminal técnico-científica, desenvolvendo projetos e programas de estrutura e pesquisa, objetivando aperfeiçoar e criar novas técnicas de acordo com o desenvolvimento tecnológico e científico;
- III - Propor normas sobre perícias médico-legais ou sobre atividades a ela relacionadas;
- IV - Analisar os resultados das atividades de investigação médico-legal, propondo medidas de aperfeiçoamento dos métodos e técnicas;
- V - Atualizar, ampliar e desdobrar funções, no campo da medicina legal, sempre que a estrutura jurídica ou a necessidade de melhor desenvolver o trabalho o exigir;
- VI - Elaborar laudos e emitir pareceres técnicos;
- VII - Articular-se com órgãos ou entidades congêneres buscando o intercâmbio de informações e o aperfeiçoamento de suas atividades;
- VIII - Articular-se com os demais órgãos de investigação criminal da Polícia Civil, visando o intercâmbio de informações necessárias à unidade da apuração das infrações penais;
- IX - Manter o funcionamento do Instituto em regime de expediente e plantão, cujo horário de trabalho e folga será estabelecida pela Direção-Geral da Polícia Civil;
- X - Encaminhar, quando solicitados pelos demais institutos de Polícia Técnica, cópia de laudos ou pareceres técnicos, em especial dos casos vinculados a perícias executadas pela unidade requerente;
- XI - Manter intercâmbio técnico-científico com as universidades;
- XII - Escolher os coordenadores das equipes de plantão;
- XIII - Desempenhar outras atividades no âmbito de suas atribuições.

### **Instituto de Pesquisa de DNA Forense**

Ao Instituto de Pesquisa de DNA Forense, unidade orgânica de execução técnica-científica, subordinada diretamente ao Departamento de Polícia Técnica, tem como atribuições:

- I - Realizar perícias na área da genética forense, mediante comparação de amostras colhidas, solicitadas por autoridades competentes;
- II - Realizar exames genéticos de DNA complementares a perícias realizadas pelos demais institutos do Departamento de Polícia Técnica, para fins de investigação criminal;
- III - Realizar ou acompanhar autoridades em exumações para fins de perícia para identificação após a morte, por meio de exames genéticos de DNA;
- IV - Elaborar os Laudos técnico-periciais e emitir pareceres técnicos;
- V - Realizar pesquisa científica na área de genética forense, mediante a elaboração de projetos de pesquisa que visem aperfeiçoar os conhecimentos técnico-científicos voltados para a investigação criminal;
- VI - Incentivar o intercâmbio com outras instituições com vistas a aprimorar o conhecimento na área de atuação;

- VII - Manter articulação com as demais unidades técnicas e de investigação que compõem a Polícia Civil, visando maximizar a qualidade da atividade pericial;
- VIII - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Academia de Polícia Civil**

A Academia de Polícia Civil, unidade orgânica de formação e capacitação profissional policial, diretamente subordinada à Direção Geral da Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Planejar, organizar, coordenar, controlar e executar a política de seleção, formação e capacitação dos recursos humanos da Polícia Civil;
- II - Planejar, orientar e coordenar o processo seletivo de pessoal para as carreiras da Polícia Civil;
- III - Produzir pesquisa que vise à atualização e ao aperfeiçoamento da formação e capacitação do policial civil e a dar uniformidade à doutrina de procedimentos policiais;
- IV - Coordenar a realização de concursos públicos, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, bem como firmar regras editalícias e demais atos relativos à espécie;
- V - Propor medidas de atualização e de aperfeiçoamento dos cursos de formação e de capacitação do policial civil;
- VI - Produzir e difundir conhecimentos que visem ao aperfeiçoamento da atividade policial civil;
- VII - Manter intercâmbio cultural com outras instituições de ensino policial visando ao aperfeiçoamento e à adequação das práticas e das orientações pedagógicas às necessidades da atividade policial;
- VIII - Elaborar e executar, anualmente, o Plano Geral de Ensino e Cultural;
- IX - Propor o Regimento Escolar da Academia;
- X - Manter organizada e atualizada a Galeria de Fotografias de Policiais Mortos em serviço e promover as solenidades póstumas, quando determinadas pela Direção-Geral da PCDF;
- XI - Promover a conscientização e incentivar o condicionamento físico dos policiais civis e demais servidores, fomentando a integração desportiva;
- XII - Executar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições.

### **Macroprocessos**

Os Macroprocessos da UJ estão em fase de implantação de conforme consta na etapa 4 do Programa Avançar – Programa de Gestão Estratégica para Resultados da Polícia Civil do Distrito Federal (em execução) tem como escopo promover o alinhamento da organização à estratégia, por meio da modelagem de 10 (dez) processos da PCDF, coincidentes com as áreas de desdobramento em primeiro nível, contemplando:

- Capacitação de equipes relacionada ao tema Gestão por processos.
- Mapeamento do contexto organizacional, identificando os macroprocessos e seus relacionamentos existentes e definindo a estrutura dos processos.
- Identificação de 10 (dez) processos críticos, alinhados com o planejamento estratégico.
- Modelagem dos processos (modelo atual e ideal).
- Para cada processo modelado, reestruturado ou otimizado, será desenvolvido pelos participantes um registro manual de especificação impresso ou em versão eletrônica que contemple fluxo do processo revisto (informações de entradas e saídas, etapas e operações) e interfaces com outros processos.
- Serão definidas, com clareza, as interfaces entre as unidades, eliminando sobreposição das atividades que dificultam a execução das atividades e impedem a máxima eficiência e eficácia.
- Serão indicadas as atividades que não agregam valor e destacadas as oportunidades de melhoria do modelo de medição do desempenho dos processos.

Serão definidos indicadores de desempenho para cada um dos processos, para que sejam consistentes, possam ser medidos e propiciem como resultado um trabalho mais ágil e eficiente.

#### **1.4 Macroprocessos Finalísticos:**

- Investigação Policial
- Realização de perícia
- Comunicação Organizacional
- Registro de Ocorrência
- Controle de tramitação de procedimentos policiais

#### **15. Macroprocessos de Apoio**

- Mapeamento das necessidades e capacitação
- Admissão de servidores
- Aquisição e distribuição de bens e serviços
- Manutenção de frota
- Planejamento e Execução Orçamentária

#### **1.6 Principais Parceiros**

No Governo Federal:

- Ministério da Justiça
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministério da Fazenda
- Controladoria-Geral da União
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD
- Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP
- Departamento de Polícia Federal
- Exército Brasileiro

No Governo do Distrito Federal:

- Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
- Secretaria de Estado de Fazenda
- Secretaria de Estado de Administração Pública
- Secretaria de Estado de Segurança Pública
- Secretaria de Estado de Transparência e Controle
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
- Polícia Militar do Distrito Federal

Outros parceiros: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios.

## **2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

Conforme determina o Subitem 2.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, e ainda de acordo com as orientações da Portaria TCU nº 175/2013, a unidade deverá, em sua prestação de contas, discorrer sobre o planejamento das ações da unidade jurisdicionada.”

Neste subitem sentimos que as informações estão prejudicadas devido ao processo de planejamento, elaboração e execução do orçamento dos recursos do FCDF, que deve observância às Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais da União e do GDF. Em que pese nosso esforço para seguir as duas normas, a situação ímpar em que se encontram os recursos do FCDF no orçamento da União, um mero encargo financeiro desse ente, tem se mostrado um complicador ao planejamento e execução de nossas ações.

Afirmar que o plano estratégico em andamento esboçado pela Instituição para alcance de sua missão institucional foi plenamente cumprido seria pretensioso, contudo, há que se reconhecer que a instituição tem voltado seus esforços nesse sentido, sendo possível identificar na execução orçamentária várias ações voltadas à esse fim, valendo citar os investimentos em obras, aquisição de equipamentos, os investimento em tecnologia, a qualificação de servidores, entre outros.

Claro, e a evidência, que a plena realização dos objetivos estratégicos traçados pela Instituição passa necessariamente por um aumento substancial nos recursos orçamentários que lhe são destinados, já que não se pode cogitar da realização de ações voltadas ao cumprimento desses objetivos, como aumento de efetivo, melhoria na infraestrutura física, aquisição de equipamentos, de tecnologias, entre outros, que não seja pela ampliação dos recursos destinados à PCDF. Contudo, o que pode ser feito dentro das limitações orçamentárias impostas, tem sido feito.

### **2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados**

As informações solicitadas no subitem 2.2 da parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, diz respeito sobre a programação orçamentária e financeira e resultados alcançados pela Unidade Jurisdicionada contemplando Programa Temático, Objetivo e Ação.

Neste contexto a UJ se sente prejudicada para prestar as devidas informações devido às dificuldades encontradas no processo de planejamento, elaboração e execução do orçamento dos recursos do FCDF, que deve observância às Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais da União e do GDF. Em que pese nosso esforço para seguir as duas normas, a situação ímpar em que se encontram os recursos do FCDF no orçamento da União, um mero encargo financeiro desse ente, tem se mostrado um complicador ao planejamento e execução de nossas ações.

De um lado, no orçamento da União, dispomos dos recursos classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras transferências”, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicos, mas apenas ações genéricas, que não agregam nenhum produto à União, cujo exclusivo intuito é efetuar a transferência do recurso, que são executados de forma global, por grupo de natureza de despesa (GND). De outro lado, no orçamento anual do GDF, não dispomos de programas, ações, produtos e metas específicos a orientar o gasto dos recursos do FCDF, visto que os recursos desse fundo não integram esse orçamento anual.

A única forma que encontramos de compatibilizar o planejamento e execução dos recursos do FCDF, foi adequar o processo de orçamentação/execução desses recursos, com o Plano Plurianual do Distrito Federal, cujos programas, ações, produtos e metas temos procurado refletir tanto no processo de orçamentação quanto de execução dos recursos do FCDF destinados à PCDF.

**Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	903		<b>Tipo:</b>			
<b>Título</b>	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	<b>Código: Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.574.969.517,00	1.523.492.017,00	1.523.492.017,00	1.499.540.727,22	1.399.659.190,96	23.951.289,78	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0037 – Manutenção da Polícia Civil		Não se aplica	1.022.293.712,00		944.816.212,00	
0041 – Pessoal Inativo e Pensionista		Pessoa	531.950.077,00		554.950.077,00	
00FJ – Auxílio Transporte		Pessoa	12.000,00		12.000,00	
00FN – Auxílio Alimentação		Pessoa	19.570.860,00		22.553.903,09	
00FQ – Assistência Pré-Escolar		Pessoa	1.142.868,00		1.142.868,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
42.896.583,07	41.885.211,32	439.981,36	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

**Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	903 <b>Tipo: :</b>						
<b>Título</b>	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código: Tipo:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Código: Tipo:</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
54.925.000,00	38.447.500,00	38.447.500,00					38.447.500,00

### **2.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão**

A segurança pública, nos termos do Art. 6º da Constituição Federal, é um direito social fundamental do indivíduo. Mais que isso, o direito a segurança pública é também pressuposto indissociável do exercício de outros direitos, já que não se pode cogitar do exercício pleno de direitos como à vida, à liberdade, à propriedade, entre outros, que não seja no ambiente de uma sociedade livre e segura. É por isso mesmo, expressão da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do Art. 1º também da Constituição Federal.

Dentro desse contexto, à PCDF foi delegada a sagrada missão institucional de promover a segurança pública, visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas, por meio da apuração de delitos, da elaboração de procedimentos formais destinados à ação penal e da adoção de ações técnico-policiais, com a preservação dos direitos e garantias individuais.

Podemos afirmar que a gestão da PCDF no exercício de 2013 foi marcada por bons resultados no cumprimento de sua missão institucional, tanto do ponto de vista da viabilização dos meios, quanto do ponto de vista dos resultados, que podem ser mensurados pelo elevado número de inquéritos e outros procedimentos instaurados.

Do ponto de vista dos meios, a gestão da PCDF assegurou aos seus servidores, incumbidos de levar a efeito sua missão institucional, não apenas uma remuneração condigna, em que pese ainda não a ideal, como também condições adequadas de trabalho, como infraestrutura física, veículos, equipamentos, tecnologias, insumos, dentre outros.

De fato, durante o exercício de 2013 foi executado R\$ 57.040.000,00 (cinquenta e sete milhões e quarenta mil reais) na manutenção dos serviços da Instituição, que garantiram o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais a realização da atividade policial, como os relativos à aquisição de combustível, de munições, de materiais de consumo, à manutenção de veículos e aeronaves, conservação predial, manutenção de serviços de telefonia, de informática, de redes, concessão de diárias, de suprimentos de fundos, dentre outros.

No exercício de 2013 também foram assegurados importantes investimentos na PCDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investido, ao final do exercício de 2013, o montante total de R\$ 38.447.500,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) em equipamentos e obras.

Na aquisição de equipamentos e material permanente foram investidos um total de R\$ 21.830.279,64 (vinte e um milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Também foram assegurados investimentos da ordem de R\$ 16.227.720,36 (dezesseis milhões, duzentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte reais e trinta e seis centavos) em obras, das quais podemos destacar a construção do Complexo Regional Norte, a construção do novo prédio do Instituto de Criminalística, as obras de reforma do Instituto de Identificação, a construção da Delegacia da Criança e do Adolescente – II, na região Administrativa de Ceilândia, a construção da 15ª Delegacia de Polícia, na região Administrativa de Ceilândia e a construção da 16ª Delegacia de Polícia, na região Administrativa de Planaltina, obras fundamentais à Instituição.



### 3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Estrutura de Governança

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos que garante que a alta gestão da Polícia Civil do Distrito Federal esteja alinhada com as expectativas da sociedade. A PCDF entende que as boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da instituição.

Ao adotar boas práticas de governança corporativa, a PCDF demonstra que sua administração se compromete com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade corporativa e para assegurar as boas práticas de governança, a PCDF conta com a estrutura funcional prevista em seu organograma.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Nesse Item são solicitadas “Informações sobre avaliação do funcionamento dos controles internos da UJ, contemplando” (...) a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Procedimentos de controle; d) Informação e Comunicação; e e) Monitoramento”, “de forma a evidenciar a suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem ou ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações”.

Em que pese à determinação contida no Decreto Distrital nº 32.752, de 04 de fevereiro de 2011, no sentido de que “deverá ser prevista, na nova estrutura organizacional e no regimento interno de cada Secretaria de Estado, Unidade de Controle Interno composta por servidores da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal” a PCDF ainda não instituiu tal controle, sendo submetida, no entanto, ao controle interno da União, por meio da CGU e do Distrito Federal, por meio da CGDF.

Apesar disso, considerando o controle interno que hoje é implementado pela CGU e pela CGDF, apresentamos, a seguir, as respostas solicitadas no Quadro A.3.2, que se refere à “Estrutura de Controles Internos da UJ”.

**Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>Avaliação</b>				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidade internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

### 3.3 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

No tocante a este subitem a unidade jurisdicionada ainda não institui seus indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança, bem como para avaliar a efetividade dos controles internos na garantia do alcance de seus objetivos estratégicos estabelecidos

Todavia, sobre o tema, vale aqui destacar que a o Planejamento Estratégico da PCDF para o período 2014 – 2020 encontra-se em elaboração e inserido no Programa de Gestão Avançada para Resultados da Polícia Civil do Distrito Federal, programa este que tem duas principais linhas de trabalho:

- **Capacitação de membros da PCDF em Gestão Estratégica** - execução e monitoramento;
- **Construção conjunta - FDC e PCDF – do Modelo de Gestão Estratégica da PCDF**

O Programa contará tanto com o desenvolvimento do Planejamento Estratégico em si, quanto de uma sistemática de execução e monitoramento de ações e resultados.

Esse modelo é denominado de “*Modelo de Inteligência de Execução Estratégica – MIEE*”.

O MIEE – que será fruto da formulação prévia da estratégia – fornecerá à PCDF metodologias e ferramentas para sistematizar a gestão estratégica do desempenho por meio de um sistema de monitoramento, permitindo a visualização do Mapa Estratégico, Objetivos Estratégicos e Indicadores de Desempenho, Iniciativas e Projetos Estratégicos. Por meio do MIEE, será possível:

- A disseminação de um modelo de gestão estratégica, tornando a gestão da PCDF mais transparente para os públicos de interesse;
- A definição clara das responsabilidades pelas metas, indicadores, iniciativas e recursos;
- O monitoramento, em tempo real, do desempenho da PCDF *vis-à-vis* as metas estabelecidas;
- A gestão contínua da estratégia, com monitoramento constante do desempenho em vários níveis de agregação, com possibilidade de desdobramento até os níveis decisórios apropriados;
- A gestão da informação e do conhecimento, com base na acumulação de registros históricos dos graus de cumprimento de resultados, suas análises e eventuais planos corretivos;
- A implementação de processos organizacionais de monitoramento e acompanhamento das metas e indicadores nos principais níveis decisórios da PCDF;
- A redução do ciclo de controle, a maior pro atividade das decisões sobre resultados e a utilização eficiente de recursos.

Este Projeto foi desenhado para apoiar a organização, compreendendo as **Etapas** descritas a seguir:

1. Evento de Abertura e Entendimento do Desenvolvimento do Conceito de Estratégia na Organização, Estrutura Funcional e Principais Processos. **(Concluída)**
2. Sensibilização e Nivelamento Conceitual da Equipe de Gestão Estratégica. **(Concluída)**
3. Desenvolvimento e Validação do Planejamento Estratégico. **(Em Execução)**
4. Construção do Mapa Estratégico Corporativo. **(Em Execução)**
5. Redesenho dos Principais Processos à Luz da Estratégia Concebida. **(Em Execução)**
6. Adequação do Mapa Estratégico, à luz do Redesenho de Processos.
7. Definição de Indicadores de Desempenho (Resultado e Tendência) para o Mapa Estratégico Corporativo. **(Em Execução)**
8. Alinhamento de Iniciativas Estratégicas, Projetos e Planos de Ação aos Objetivos Estratégicos do Mapa Estratégico Corporativo.

9. Desdobramento Estratégico em KPI's (*Key Performance Indicators*) em Primeiro Nível (10 áreas) e Transferência do **Modelo de Inteligência de Execução Estratégica – MIEE** – para o SIGE (Sistema Integrado de Gestão Estratégica). **(Em Execução)**

10. Acompanhamento das seis primeiras reuniões de análise e monitoramento do Modelo.

### **Metodologias e Atividades**

**Fase 1:** Entrevistas semiestruturadas com pessoas-chave da PCDF; Levantamento de materiais previamente elaborados acerca da matéria; Definição do Coordenador interno do Projeto e Elaboração do diagnóstico preliminar.

**Fase 2:** Workshop com até 40 membros e colaboradores da PCDF.

**Fase 3:** Construção com o Corpo Diretivo sobre cenários alternativos; Análise do macro ambiente e construção da visão de futuro.

**Fase 4:** Desenho da Cadeia de Valor da Instituição e Adequação do organograma a luz principais macro processos identificados.

**Fase 5:** Elaboração conjunta do Mapa Estratégico Corporativo, mediante reuniões *in loco* e em *back-office* entre a Equipe de Gestão Estratégica da PCDF e Equipe da FDC

**Fase 6:** Análise do contexto; Diagnóstico detalhado do processo crítico; Criação do novo processo; Planejamento da implantação do novo processo; Capacitação das pessoas envolvidas no Novo Processo e Acompanhamento da transição.

**Fase 7:** Revisão e Validação conjunta do Mapa Estratégico Corporativo, mediante reuniões *in loco* e em *back-office* entre a Equipe de Gestão Estratégica da PCDF e Equipe da FDC

**Fase 8:** Construção dos Indicadores por meio de seções de discussão entre Equipe da FDC e Equipe de Gestão da PCDF; Entrevistas semiestruturadas com representantes das áreas responsáveis pelos indicadores (Resultado ou Tendência) e Validação dos Indicadores de Performance com os Gestores da PCDF.

**Fase 9:** Reuniões com Equipe de Gestão Estratégica da PCDF, representantes das 10 (dez) áreas de desdobramento (CSPC, CORIE, CGP, DPC, APC, DAG, DPE, DEPATE, DPT e DGP), para discussão e elaboração dos planos de ação do ciclo estratégico vigente, bem como de validação da meta dos indicadores.

**Fase 10:** Treinamento em Gestão de Projetos com uma Equipe de até 15 pessoas designadas pela PCDF, em dois dias consecutivos com duração de 16 horas.

**Fase 11:** Reuniões com cada área desdobrada, para construção das Matrizes de Impacto e, conseqüentemente, dos KPI's de contribuição; e Programação da ferramenta e constituição do Sistema Integrado de Gestão Estratégica - SIGE pelos profissionais da FDC.

**Fase 12:** Reuniões mensais de Análise da Gestão Estratégica com a presença da Equipe da FDC.

### **Produtos**

- **Produto 1:** Relatório de Diagnóstico Preliminar da Organização, Estrutura Funcional e Principais Processos. Esse produto será entregue ao final da ETAPA 1. **(Entregue)**
- **Produto 2:** Relatório de Planejamento Estratégico elaborado. **(Entregue)**
- **Produto 3:** Mapa Estratégico Corporativo Validado.
- **Produto 4:** Estrutura Organizacional remodelada (organograma).
- **Produto 5:** Fichas de 10 Processos Revisados e Validados.

- **Produto 6:** Mapa Estratégico Corporativo Revisado e Validado.
- **Produto 7:** Indicadores de Performance Validados.
- **Produto 8:** Iniciativas Estratégicas e Planos de Ação formalizados.
- **Produto 9:** Escritório de Projetos concebido.
- **Produto 10:** Versão Final do Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE – Completa e Validada em Planilha Excel). Esse produto será entregue ao final da ETAPA 11.
- **Produto 11:** Atas das 6 reuniões de análise e monitoramento do Modelo.

#### 4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

De acordo com a Portaria TCU nº 175/2013, o conteúdo do presente Item objetiva “apresentar informações sobre a Execução das despesas, Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Conforme já relatamos na introdução da presente prestação de contas, a peculiar situação dos recursos do FCDF, que constituem mero encargo financeiro da União, classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras transferências” do Programa “0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica” do OGU.

De fato, a execução desses recursos não se classifica na função de governo segurança e não agrega, por consequência, nenhum resultado finalístico à execução orçamentária da União, razão por que não é possível falar, do ponto de vista orçamentário, em que pese sê-lo do ponto de vista prático, em execução física das ações realizadas pela UJ, pois tais ações, com exceção das que se referem a benefícios de pessoal, não indicam metas e produtos a serem alcançados, mas apenas os valores a serem transferidos ao GDF por força dos normativos já mencionados.

Conforme já ressaltado alhures, o programa objetiva transferir recursos ao Distrito Federal com vistas à manutenção da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, além de viabilizar assistência financeira para a execução de serviços públicos das áreas de saúde e educação, na forma do art. 21, inciso XIV da Constituição Federal e da Lei 10.633/2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Entre suas ações, estão as voltadas especificamente à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal, e também aquelas que compartilham recursos para a PCDF, a PMDF e o CBMDF, como as voltadas ao pagamento de benefícios, como auxílio transporte, alimentação e creche.

Apesar de os recursos do Programa 0903 não indicarem metas e produtos a serem alcançados, pelas razões que já expomos, na execução da Ação 0037.0053, que destina recursos à manutenção das ações da PCDF, temos procurado compatibilizar a execução dos recursos com as metas e produtos das ações e projetos inseridos no Plano Plurianual do Distrito Federal, conforme pode ser constatado no quadro relativo ao Item II, que se refere à Execução Orçamentária das Despesas.

A seguir, objetivando atender a Portaria TCU nº 175/2013, estão discriminados os dados do Programa “0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”, com as ressalvas pertinentes, posto se tratar de programa não finalístico.

Em que pese não constar da instrução exigida pela Portaria TCU nº 175/2013, a tabela a seguir detalha em ações os valores destinados pelo Programa 0903 – “Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica” à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal, visto que o valor total do programa em questão contempla recursos não apenas para manutenção dessa Instituição, mas também para manutenção da PMDF, do CBMDF e para assistência à serviços públicos de saúde e educação.

#### **4.1 Execução Orçamentária**

A segurança pública, nos termos do Art. 6º da Constituição Federal, é um direito social fundamental do indivíduo. Mais que isso, o direito a segurança pública é também pressuposto indissociável do exercício de outros direitos, já que não se pode cogitar do exercício pleno de direitos como à vida, à liberdade, à propriedade, entre outros, que não seja no ambiente de uma sociedade livre e segura. É por isso mesmo, expressão da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do Art. 1º também da Constituição Federal.

Dentro desse contexto, à PCDF foi delegada a sagrada missão institucional de promover a segurança pública, visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas, por meio da apuração de delitos, da elaboração de procedimentos formais destinados à ação penal e da adoção de ações técnico-policiais, com a preservação dos direitos e garantias individuais.

Podemos afirmar que a gestão da PCDF no exercício de 2013 foi marcada por bons resultados no cumprimento de sua missão institucional, tanto do ponto de vista da viabilização dos meios, quanto do ponto de vista dos resultados, que podem ser mensurados pelo elevado número de inquéritos e outros procedimentos instaurados.

Do ponto de vista dos meios, a gestão da PCDF assegurou aos seus servidores, incumbidos de levar a efeito sua missão institucional, não apenas uma remuneração condigna, em que pese ainda não a ideal, como também condições adequadas de trabalho, como infraestrutura física, veículos, equipamentos, tecnologias, insumos, dentre outros.

De fato, durante o exercício de 2013 foi executado R\$ 57.040.000,00 (cinquenta e sete milhões e quarenta mil reais) na manutenção dos serviços da Instituição, que garantiram o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais a realização da atividade policial, como os relativos à aquisição de combustível, de munições, de materiais de consumo, à manutenção de veículos e aeronaves, conservação predial, manutenção de serviços de telefonia, de informática, de redes, concessão de diárias, de suprimentos de fundos, dentre outros.

No exercício de 2013 também foram assegurados importantes investimentos na PCDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investido, ao final do exercício de 2013, o montante total de R\$ 38.447.500,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) em equipamentos e obras.

**Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas**

Unidade Orçamentária:170.395			Código UO: 170.392		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			1.442.278.789,00		77.765.728,00	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares				3.000.000,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		38.000.000,00			
<b>Outras Operações</b>						
<b>Dotação final 2013 (A)</b>			1.404.278.789,00		80.765.728,00	
<b>Dotação final 2012(B)</b>			1.358.054.961,00		76.860.724,00	
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			3,40		5,08	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			54.925.000,00			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		19.000.000,00			
<b>Outras Operações</b>						
<b>Dotação final 2013 (A)</b>			38.447.500,00			
<b>Dotação final 2012(B)</b>			35.925.000,00			
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			7,02			

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

**4.1.1 Análise Crítica**

De acordo com a Portaria TCU nº 175/2013, este Item diz respeito à Execução Orçamentária e Financeira da Despesa que são apresentados os quadros A.4.1.3.5, A.4.1.3.6, A.4.2 e A.4.3 referentes à programação orçamentária da despesa recebida por créditos de movimentação, a qual não ocorreu no âmbito da PCDF, visto que seus créditos são originários exclusivamente do FCDF.

As informações prestadas nos quadros acima deve a UJ proceder a uma análise crítica da programação orçamentária, originária e adicional, analisando as dotações propostas pela UO, PLOA e LOA e alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior de modo a demonstrar o estágio atual alcançado pela UJ na gestão

dos seus créditos. Segundo essa Portaria, o gestor deverá examinar as alterações ocorridas na programação orçamentária que sejam relevantes para a gestão, analisando as suas razões e os seus impactos, positivos ou negativos, nas atividades da UJ.

Conforme já fora exposto, o processo de orçamentação do FCDF é diferenciado dos demais órgãos da União, pois os recursos do FCDF são despesas obrigatórias da União, previamente definidas para utilização em sua finalidade, cabendo ao seu gestor apenas encaminhar proposta ao MPOG discriminando sua aplicação para a PCDF, a PMDF, o CBMDF e para assistência à saúde e à educação.

Assim, a PCDF apresenta anualmente seu pleito de orçamento ao gestor do FCDF, e não ao MPOG, o qual, dentro das possibilidades desse Fundo, e das necessidades das diversas unidades orçamentárias por ele mantidas, aloca os quantitativos solicitados ou não.

Dessa forma, o campo “Dotação proposta pela UO” reflete o valor que de fato o gestor do FCDF destinou à UJ, e não a proposta que esta apresentou, a qual refletia suas efetivas necessidades. Assim, os valores solicitados pela PCDF ao gestor do FCDF são diferentes daqueles que são alocados no Fundo, visto que despesas para pessoal, ativo e inativo, tem sido invariavelmente atendidos em valores inferiores às efetivas necessidades da PCDF.

Tal análise, conforme já ressaltamos em diversos pontos do presente relatório, resta comprometida, haja vista que os recursos do FCDF, por constituírem mero encargo financeiro da União, estão alocados no programa 0903, que é não finalístico e não agrega produtos e metas específicos à esse orçamento, classificando-se na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras transferências”.

**Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>62.153.519,72</b>	<b>78.218.872,80</b>	<b>62.020.465,51</b>	<b>40.795.078,49</b>
a) Convite	412,80	33.570,00	412,80	13.377,02
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	9.025.868,69	3.449.772,66	9.025.868,69	1.653.410,85
d) Pregão	53.127.238,23	74.735.530,14	52.994.184,02	39.128.290,62
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.313.872,72</b>	<b>13.085.033,87</b>	<b>6.262.807,18</b>	<b>9.415.863,06</b>
h) Dispensa	3.261.172,59	10.215.344,14	3.210.107,05	8.597.868,29
i) Inexigibilidade	3.052.700,13	2.869.689,73	3.052.700,13	817.994,77
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>386.384,02</b>	<b>242.205,32</b>	<b>386.384,02</b>	<b>242.205,32</b>
j) Suprimento de Fundos	386.384,02	242.205,32	386.384,02	242.205,32
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.430.653.689,35-</b>	<b>1.359.319.606,83</b>	<b>1.307.906.716,19-</b>	<b>1.377.336.215,98</b>
k) Pagamento em Folha	1.404.257.725,69	1.358.769.467,69	1.306.817.874,08	1.376.786.077,01
l) Diárias	1.088.842,11	550.139,14	1.088.842,11	550.138,97
<b>5. Outros</b>	<b>25.340.382,96</b>	<b>19.902.138,35</b>	<b>23.082.818,06</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.499.540.727,22</b>	<b>1.470.767.857,17</b>	<b>1.399.659.190,96</b>	<b>1.427.870.938,67</b>



**Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Movimentação**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
11 – Vencimento Pessoal Civil	848.092.691,33	835.550.106,01	848.083.583,02	835.550.106,01	9.108,31	1.576.135,56	792.534.669,88	835.550.106,01
01 – Aposentadoria e Reformas	429.451.926,32	386.251.559,46	429.451.926,32	386.251.559,46	0,00	0,00	394.918.511,63	386.251.224,03
03 - Pensões	121.354.589,75	116.856.538,04	121.354.589,75	115.280.402,48	0,00	70.000,00	114.481.930,26	115.280.402,48
<i>Demais elementos do grupo</i>	5.379.581,60	19.396.757,49	5.367.626,60	19.326.757,49	11.955,00	0,00	4.882.762,31	19.326.757,49
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
39 – Outros serviços de terceiros PJ	22.739.166,72	32.832.538,90	17.691.143,51	25.488.158,16	5.048.023,21	7.344.380,74	17.639.479,01	25.488.158,16
46 – Auxílio alimentação	22.553.903,09	18.770.860,00	22.280.330,08	18.619.110,48	273.573,01	151.588,05	20.457.072,19	18.619.110,48
30 – Material de consumo	12.661.278,98	10.690.480,31	12.365.054,68	6.834.227,60	296.224,30	3.856.252,71	12.365.054,68	6.834.227,60
<i>Demais elementos do grupo</i>	22.811.379,21	14.567.006,26	19.503.536,81	12.386.238,53	3.307.842,40	2.180.767,73	19.069.229,80	10.077.623,04
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>4. Investimentos</b>								
51 – Obras e instalações	16.227.720,36	3.384.793,79	9.025.868,69	1.588.431,98	7.201.851,67	1.796.361,81	9.025.868,69	1.588.431,98
52 – Equipamentos e material permanente	21.830.279,64	32.467.378,38	14.027.567,76	6.546.281,91	7.802.711,88	25.921.096,47	13.895.112,51	6.546.281,91
<i>Demais elementos do grupo</i>	389.500,00	0,00	389.500,00	0,00	0,00	0,00	389.500,00	0,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

#### 4.1.2 Análise Crítica da Realização da Despesa

De acordo com a Portaria TCU nº 175/2013, a par das informações prestadas nos quadros acima, deve a UJ proceder a uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária, de Créditos de Movimentação da UJ, as principais alterações ocorridas em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior, destacando as principais alterações nos montantes despendidos pro grupo e elemento de despesa, bem como pro modalidade de contratação.

Nos principais elementos de despesas correntes, observou-se o **acréscimo** nos gastos executados no grupo “339030 - material de consumo”, da ordem de R\$ 1.970.000,00 (um milhão, novecentos e setenta mil reais), observando-se nos gastos executados no grupo “339039 – serviços de terceiros pj”, houve **decréscimo** da ordem de R\$ 10.093.372,00 (dez milhões, noventa e três mil, trezentos e setenta e dois reais), também se observou o **acréscimo** nos demais elementos do Grupo, principalmente no subelemento 339037 - locação de mão de obra no valor de R\$ 17.463.453,00 (dezesete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais)..

Como resultado da continuidade das obras e instalações observou-se um pequeno **acréscimo** da ordem de R\$ 2.595.327,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e sete reais) em comparação ao exercício de 2012. Os gastos em equipamentos foram menores em 2013 com relação à 2012, observando-se **decréscimo** da ordem de R\$ 10.637.098,00 (dez milhões, seiscentos e trinta e sete mil, noventa e oito reais), por outro lado observa-se **acréscimo** de R\$ 12.842.926,00 (doze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais) que foram investidos em obras de construção e de reformas de unidades policiais.

Quanto a eventos, internos e externos com força a prejudicar a execução orçamentária da UJ, pode-se afirmar que a programação e execução da despesa da unidade ocorreram de forma regular e ininterrupta, haja vista que, por trabalhar com recursos que constituem despesa obrigatória da União, não sofreu contingenciamento ou corte de recursos que comprometessem suas atividades, sendo certo ainda que tanto o orçamentário, quanto o financeiro necessário ao desempenho de suas atividades, foram disponibilizados.

#### 4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Conforme instruções constantes do Subitem 5.1 da Portaria TCU nº 175/2013, o Quadro A.4.2 visa a demonstrar a movimentação e o saldo, no exercício de referência do Relatório de Gestão, das Contas Contábeis de códigos 21211.04.00, 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00, 21219.08.00, 21219.22.00 e 22243.00.00 do SIAFI nas UG associadas à UJ, que representam o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

Tais contas contábeis se referem, respectivamente, a reconhecimento de passivos referente à fornecedores, pessoal, encargos, obrigações tributárias e débitos diversos. Tendo em vista que o FCDF possui natureza contábil, não há registro de movimentação de passivos nessas contas, até por que o passivo eventualmente existente e que foi reconhecido e registrado na execução da despesa são do GDF e não da União, razão pela qual acatamos determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal de registrar esses passivos no sistema próprio do Distrito Federal.

De fato, a execução de passivos de exercícios anteriores no âmbito do FCDF no exercício de 2013 observou as prescrições do art. 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal para o exercício de 2013, Lei Distrital nº 4.895, de 16/06/2012, e ainda os Decretos regulamentares nºs 29.662, de 28/10/2008 e 34.158, de 22/02/2013 os quais são observados pelos órgãos da Administração Distrital por ocasião do reconhecimento das dívidas de exercícios encerrados. Foi editado, ainda, o **Decreto Distrital nº 33.324, de 09 de novembro de 2011**, autorizando, especificamente, “o pagamento de dívidas administrativas ao pessoal ativo, inativo, pensionistas e ex-servidores da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências”.

Dessa sorte, o Quadro A.4.2. – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos” será apresentado com adequações com o demonstrativo a seguir, que se refere ao reconhecimento e pagamento de passivos de exercícios anteriores conforme legislação mencionadas.

#### Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.212.0100		Pagamento de Pessoal			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
<b>Razões e Justificativas:</b>					
<b>Fonte: 0100</b>					

UG	Conta Contábil	Descrição	Saldo Final em 31/12/2012	Saldo Final em 31/12/2013
170.395	331.90.92.01/11	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.011.963,64	87.289,01
170.395	331.90.92.02/01	Inativo Civil	11.526.259,83	3.270.096,01
170.395	331.90.92.12/03	Pensionista Civil	5.311.014,23	571.437,63
170.395	331.91.92.05	Contribuições Patronais	0,00	0,00
170.395	333.90.92.01	Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
170.395	333.90.92.08	Outros Benefícios	553,19	0,00
170.395	333.90.92.39	Outros Serviços Terceiros	5.495,37	0,00
170.395	333.90.92.46	Auxílio Alimentação	161,47	16.956,91
170.395	333.90.92.92	Material de Consumo	0,00	412,80

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

#### 4.2.1 Análise Crítica

Conforme já relatado na introdução da presente prestação de contas, não obstante termos imprimido esforço no sentido de obter as condições para custear todas as folhas de pagamento com os recursos orçamentários do exercício financeiro a que pertencem, visto que na proposta orçamentária da PCDF solicitamos o provisionamento de recursos para pagamento de pessoal, necessários a evitar a prática do reconhecimento de dívidas.

Os pagamentos de exercícios anteriores de pessoal, pagos no exercício de 2013, foram autorizados mediante os Decretos Distritais nº 29.662 de 28 de outubro de 2008 e 33.324 de 10 de novembro de 2011. As despesas foram executadas com recursos do Fundo Constitucional que apresentavam saldo orçamentário e financeiro no respectivo exercício. Ao longo do exercício, com base no autorizados, foram reconhecidos e pagos despesas de exercícios anteriores da ordem de R\$ 4.235.958,37 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), relativo ao pagamento de despesas de pessoal de exercícios anteriores.

O preenchimento no quadro A.4.2 do número do CPF ficou impossibilitado em decorrência do Demonstrativo de Despesa com Pessoal – DDP (relatório de Ministério do Planejamento) informar o montante a ser pago, não individualizando o beneficiário e seu respectivo valor.

As contas contábeis 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 ou 21219.22.00, não tiveram movimentação nos exercícios de 2011 e 2012.

### 4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

O Quadro A.4.3 da Portaria TCU nº 175/2013, abaixo descrito, contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos pela PCDF e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2013, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm estrutura de informação que se descreve a seguir.

#### Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	251.803,13	251.803,13	0,00	332.094,50
2011	113.036.733,06	113.036.733,06	310.346,61	886.608,16
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	42.896.583,07	41.885.211,32	439.981,36	836.085,99
2011	14.154.004,03	13.575.681,16	0,00	702.539,36
...				

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

#### 4.3.1 Análise Crítica

Analisando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados observamos um acréscimo desses montantes, acreditamos que as razões para esse incremento são fatores de ordem gerencial, que passa pela morosidade na conclusão dos processos licitatórios, afetando a execução orçamentária e financeira da UJ, ocasionado a inscrição de valores em restos a pagar.

A existência de restos a pagar de exercícios anteriores se deu em virtude de obras que foram licitadas e não concluídas e projetos em andamento. Do ponto de vista do cancelamento de restos a pagar se dá em virtude do encerramento dos contratos e pela não entrega dos objetos contratados.

A UJ ciente de suas responsabilidades evidenciará esforços para reduzir a inscrição em restos a pagar de exercícios anteriores.

### 5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

O presente Item pretende apresentar informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica.

Neste tópico deixaremos de apresentar os Quadros A.5.1.5.1, A.5.1.5.2, A.5.1.5.3, A.5.1.5.4, A.5.2.1 e A.5.2.2, pois não houve ocorrência.

## 5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

### 5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	8969	4981	59	262
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8969	4973	59	262
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8969	4961	59	262
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		12		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		08		01
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	8969	4989	59	263

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH/SIAPE

**Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>109</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	98
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	11
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>09</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	08
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	01
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>06</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	06
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>09</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	07
4.2. Capacitação	02
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>06</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	03
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	03
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>138</b>

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

**Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	1180	1096		
1.1. Cargos Natureza Especial	23	23		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1157	1073		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1157	1041		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		24		
1.2.4. Sem Vínculo		08		
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	1180	1096		

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

**Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	175	1395	2819	553	19
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	175	1395	2819	553	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>	175	1395	2819	553	19

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

**Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				07	850	3079	981	37	07
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
<b>3. Totais (1+2)</b>				07	850	3079	981	37	07
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

## 5.1.2 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

### Quadro A.5.1.3 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	848.092.691,33	63.378.416,23	21.386.638,36	22.563.720,04	23.856.950,27	1.894.102,12	866.274,67	4.236.958,37	230.769,73	986.506.521,12
	2012	720.356.131,23	20.933.868,82	59.490.939,08	28.495.627,92	20.370.701,67	3.049.084,33	514.897,14	2.011.963,64	230.591,68	855.453.805,51
	2011	739.426.877,31	12.282.975,64	61.363.426,55	16.739.775,52	21.004.867,51	2.124.907,89	470.654,07	44.791.582,30	204.002,54	898.409.069,33
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										



Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

### 5.1.3 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	2321	211
1.1 Voluntária	2022	204
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	299	07
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	162	04
2.1 Voluntária	80	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	82	04
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	2483	215

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

#### Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1 Integral		
1.2 Proporcional		
<b>2. Em Atividade</b>		
<b>3. Total (1+2)</b>	1177	77

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH

#### **5.1.4 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Neste subitem o gestor deverá discorrer sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal. Em sua explanação o gestor deverá contemplar informações, no mínimo, sobre:

- a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;
- b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão;
- c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;
- d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem. Desta forma, a unidade jurisdicionada deverá escolher a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados. Alerta-se que este subitem deve ser tratado em tópico específico do item que vier a tratar da gestão de pessoas e deve conter toda a informação solicitada.

#### **5.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Em complemento ao subitem anterior, o gestor deverá discorrer sobre as providências adotadas para regularizar a situação dos servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente, tomando-se como parâmetro o artigo 133, da Lei 8.112/1990. Em sua explanação o gestor deverá contemplar informações, no mínimo, sobre:

- a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;
- b) O resultado das notificações realizadas;
- c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem. Desta forma, a unidade jurisdicionada deverá escolher a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados.

**Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH**

#### **5.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

A UJ que seja responsável por área de recursos humanos, ou que tenha entre as UJ consolidadas uma com essa responsabilidade, deve informar os indicadores dos quais se utiliza para tal gerenciamento. As UJ que não tenham indicadores desenvolvidos para a área de pessoal devem fazer constar essa informação no Relatório de Gestão e informar se há previsão de desenvolvê-los.

Os indicadores deverão ser informados de modo a explicitar os padrões utilizados, os objetos mensurados, os objetivos e metas fixados e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas daí decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

## 1. Índice de Ocupação dos Cargos Efetivos X Controle de Aposentadorias

<b>Índice de ocupação dos cargos policiais X controle aposentadoria</b>	
<b>O que mede</b>	Percentual de ocupação dos cargos efetivos.
<b>Porque medir</b>	Monitorar as vagas existentes em decorrência de vacâncias e previsão de aposentadorias, visando a realização de concursos quando o indicador ficar abaixo de 90% de ocupação dos cargos aprovados.
<b>Como medir</b>	$(\text{Número de cargos ocupados no trimestre} / \text{total de vacâncias} + \text{previsão de aposentadorias}) \times 100$
<b>Onde medir</b>	Bases de dados dos sistemas SIGRH/SIAPE.
<b>Periodicidade</b>	Trimestral.
<b>Responsável</b>	SPDE/DGP.

## 2. Distribuição da Força de Trabalho das Carreiras Policiais por Departamento

<b>Índice do efetivo policial nos departamentos</b>	
<b>O que mede</b>	Percentual do efetivo policial por departamento.
<b>Porque medir</b>	Identificar as necessidades de cada departamento e de alocação da força de trabalho na área fim e meio. Controlar e estabelecer regras para as movimentações de forma a contribuir com o desenvolvimento de competências por meio de plano de capacitação permanente.
<b>Como medir</b>	$(\text{número de policiais lotados no departamento} / \text{total de servidores em efetivo exercício no trimestre}) \times 100.$
<b>Onde medir</b>	Bases de dados dos sistemas SIGRH/SIAPE.
<b>Periodicidade</b>	Trimestral.
<b>Responsável</b>	SPDE/DGP.

## 3. Distribuição do Efetivo nas Classes das Carreiras de Polícia

<b>Distribuição do efetivo nas classes</b>	
<b>O que mede</b>	Percentual do efetivo policial por classe nas carreiras.
<b>Porque medir</b>	Monitorar a distribuição do efetivo dentro das carreiras para planejamento do plano de cargos e salários. Estabelecer plano de capacitação para a progressão funcional e outras medidas que visem à valorização dos servidores.
<b>Como medir</b>	$(\text{número de policiais posicionados na classe} / \text{total de policiais em efetivo exercício}) \times 100.$
<b>Onde medir</b>	Bases de dados dos sistemas SIGRH/SIAPE.

<b>Periodicidade</b>	Trimestral.
<b>Responsável</b>	SPDE/DGP.

#### 4. Distribuição do Efetivo Policial por Sexo

<b>Distribuição do efetivo policial por sexo</b>	
<b>O que mede</b>	Percentual do efetivo policial por sexo.
<b>Porque medir</b>	Monitorar e controlar a alocação proporcional da força de trabalho na área fim e meio e nas unidades da PCDF. Subsidiar os processos de aquisição de armamento, treinamento e planejamento operacional.
<b>Como medir</b>	(numero de policiais por sexo / total de policiais em efetivo exercício) x 100.
<b>Onde medir</b>	Bases de dados dos sistemas SIGRH/SIAPE.
<b>Periodicidade</b>	Trimestral.
<b>Responsável</b>	SPDE/DGP.

Estão em fase de definição para o Plano Estratégico 2014/2020 os seguintes Indicadores:

Índice de Movimentação por Competência

Índice de Ocupação por Competências

Pesquisa de Clima Organizacional

Índice de Atração de Candidatos

Índice de Servidores com Perfil Adequado

Índice de Retenção de Talentos

Índice de Gap de Competências Essenciais

Índice do Cumprimento do Plano de Capacitação Competências Essenciais

Índice de Gap de Competências Gerenciais

Índice do Cumprimento do Plano de Capacitação Gerencial

Índice de Substitutos Capacitados

#### 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Esse Subitem se refere aos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra e contratação de estagiários que segundo a Portaria TCU nº 175/2013, deverão ser apresentados por intermédio dos quadros A.5.2.3, A.5.2.4 e A.5.2.6. O primeiro trata de contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva; o segundo trata da prestação de serviços com locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão e o terceiro trata-se de composição do quadro de estagiário.

## 5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

### Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL													
UG/Gestão: 170.395/00001							CNPJ:37.115.482/0001-35						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	14/2011	00.332.833/0008-26	29/04/2011	28/04/2014		185		118		3	P
<p><b>Observações:</b> No Edital de Pregão Eletrônico nº 945/2010 - CELIC/SUPRI/SEPLAG que originou a contratação não prevê a escolaridade das contratadas, somente o quantitativo de pessoas previstas no contrato de 335 pessoas.</p>													
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Processo nº 052.000.734/2009

**5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abragidas pelo Plano de Cargos do Órgão**  
**Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Unidade Contratante													
Nome: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL													
UG/Gestão: 170.395/00001							CNPJ: 37.115.482/0001-35						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	7, 9, 10, 11 e 14	O	45/2012	08.362.490/0001-88	20/07/2012	19/07/2014		28		107		101	P
2012	10, 11 e 14	O	46/2012	04.416.687/0001-00	20/07/2012	19/07/2014		19		26		2	P
2012	5	O	72/2012	37.057.387/0001-22	05/12/2012	04/12/2014							P

**Observações:** Os quantitativos referente ao campo "C" (efetivamente contratados) tomou-se por base a média dos postos preenchidos durante a vigência do contrato e o quantitativo previsto no Edital.

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Processos nºs 052.000.207/2011 e 052.001.530/2012

### 5.2.3 Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4

Neste subitem refere-se às informações sobre os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, limpeza e higiene. Para cumprimento de sua missão institucional e atender a demanda da população do Distrito Federal a PCDF necessita de contratação de prestação de serviços de suma importância para manutenção de suas unidades localizadas em várias Regiões Administrativas do Distrito Federal, os serviços são prestados nas áreas de informática, apoio administrativo, limpeza e higiene, manutenção da frota de veículos e manutenção de bens móveis e imóveis.

Os Executores destes contratos são orientados a acompanharem a execução dos serviços, para que os mesmos não sofram descontinuidade, não tragam prejuízo à Administração, bem como se as contratadas estão cumprindo suas obrigações tributárias e trabalhistas dos funcionários contratados.

### 5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

O quadro A.5.2.6 se refere à composição do quadro de estagiários da Instituição. Tendo em vista que os estagiários em atividade na Polícia Civil do Distrito Federal são contratados pela SEPLAG/DF, e que por isso não possuem vínculo com a instituição, deixamos de apresentar as informações do referido quadro.

#### Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	42	37	33	30	0
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	26	22	20	17	0
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	68	59	53	47	0

Fonte: Controle interno do SAA/DGP



## 6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

### 6.1 Gestão da Frota de veículos próprios e contratados de terceiros

Neste subitem solicita informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

As informações expostas neste subitem foram elaboradas pela Divisão de Transportes do Departamento de Administração Geral.

Informações sobre a Gestão da frota de veículos próprios da Polícia Civil, contemplando:

**a) As normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;**

- Decreto n.º 32.880, de 20 de abril de 2011, do Governador do Distrito Federal;
- Instrução Normativa n.º 42, de 1º de dezembro de 1999, do Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;**

Para o desempenho das atividades de competência da PCDF, é de fundamental importância equipar as unidades policiais com quantidade eficiente de viaturas em sua frota de veículos ostensivos e descaracterizados de marcas, modelos, cores e potências diferenciados, pois dentre as atribuições como polícia judiciária estão às apurações de infrações penais, com constantes realizações de diligências em vários locais distintos e de forma simultânea em todo o Distrito Federal; Organizar, executar e manter serviços de controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, na forma da legislação pertinente; Zelar pela ordem e segurança pública, promovendo e participando de medidas de proteção à sociedade; Executar as atividades de perícia criminal (perícias nos locais de crimes), médico-legal (recolhimento de corpos) e papiloscópica (realizar as identificações civis e criminais); dentre outras

**c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

Sobre este informamos que os veículos pertencentes à frota da Polícia Civil do Distrito Federal são de uso Institucional, não existindo uma distribuição regional, sendo que os mesmos abrangem todo o Distrito Federal e regiões do Entorno.

**Tabela 1 - Composição da frota de veículos – Dezembro/2013**

SITUAÇÃO DO VEÍCULO	QUANTIDADE	%
PRÓPRIO	1.116	77,50
APREENDIDO	95	6,60
CEDIDO	01	0,069
DOADO	07	0,49
VEÍCULOS EM CONDIÇÕES DE USO	1.219	84,65
RECOLHIDOS	199	13,82
ACIDENTADOS	22	1,53
TOTAL DA FROTA	1.440	100%
CARACTERIZADOS	270	18,75%
DESCARACTERIZADOS	1.170	81,25%
TOTAL DA FROTA	1.440	100%

- d) **Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;**

**Tabela 2 - Média anual de Quilômetros Rodados**

SITUAÇÃO DO VEÍCULO	MÉDIA	TOTAL RODADO
PRÓPRIO	16.175,03	21.415.743
APREENDIDO	14.721,43	1.207.157
DOADO	7.351,61	95.571
<b>TOTAIS</b>	XXXXXX	22.718.471

- e) **Idade média da frota, por grupo de veículos.**

**Tabela 3 - Idade Média da Frota**

ANO	VEÍCULO CARACTERIZADO		QUANTIDADE
	NÃO	SIM	
1975	0	01	01
1981	0	02	02
1985	01	0	01
1986	0	01	01
1987	0	01	01
1988	01	0	01
1989	01	0	01
1991	03	0	03
1995	01	0	01
1996	05	0	05
1997	03	0	03
1998	03	02	05
1999	16	03	19
2000	12	07	19
2001	31	09	40
2002	19	01	20
2003	71	18	89
2004	168	31	199
2005	147	37	184
2006	43	05	48
2007	95	24	119
2008	95	07	102
2009	31	55	86
2010	22	0	22
2011	213	06	219
2012	02	02	04
2013	187	58	245
<b>TOTAL</b>	<b>1.170</b>	<b>270</b>	<b>1.440</b>

- f) **Os Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)**

Neste item serão apresentados os custo associados à manutenção da frota. (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

**Tabela 4 - Gastos com a Manutenção da Frota de Veículos**

<b>Material</b>	<b>Valores (R\$)</b>
Lubrificantes Automotivos (Óleos Lubrificantes, Aditivos, graxas e outros)	174.103,76
Combustíveis e Lubrificantes para outras finalidades (Querosene)	5.370,00
Material de Limpeza e Produção de Higienização	2.824,10
Uniformes, Tecidos e Aviamentos (Acoplados, espumas, courvim e outros)	3.300,35
Manutenção de Bens Imóveis e Instalações (lixas, tintas e outros)	583,04
Material Elétrico e Eletrônico (Eletrodos)	5.912,00
Material para manutenção de Veículos (Peças, Acessórios, Pneus e outros)	3.048.057,85
Material de Sinalização Visual e Afim (Lacres para placas de veículos, placas para veículos, sinalizadores visuais e outros)	130.608,00
(1) Total das Despesas com Material - Anual	3.370.759,10
<b>Mão-de-Obra – Serviços Terceirizados</b>	
Manutenção de Ar condicionado	127.679,55
Retífica de Motores	46.504,15
Desempeno de Rodas	5.493,40
Revisão Veículos em Garantia – Renault	241,65
Revisão Veículos em Garantia – Toyota	2.250,26
(2) Total das Despesas com Serviços Terceirizados	182.160,01
Total Geral das Despesas ( 1 + 2 )	3.552.928,11
Despesa Média Anual com Manutenção por Veículo	2.467,31
Combustíveis	6.366.518,46

Obs.: Esta divisão não tem como informar gastos com pessoal, mas somente com materiais e serviços.

#### **g) Plano de Substituição da Frota;**

Considerando que a vida útil ideal para um veículo empregado na atividade policial é de 05 (cinco) anos devido ao uso extremo, pois estão em atividade 24 horas nas mais diversas condições de uso, somados a própria ação da natureza e obsolescência normal, esta Divisão elabora projetos básicos propondo novas aquisições de veículos, pois necessário se faz que a frota da PCDF seja renovada de tempos em tempos, investindo-se na aquisição de veículos modernos e de modelos atuais, que ofereçam inovações tecnológicas, primordialmente no item segurança aos seus ocupantes, resistência, robustez e custos menores tanto na manutenção quanto no consumo de combustível, fatores que proporcionam a instituição policial condições para efetivo combate e repressão aos crimes.

#### **h) Razões de escolha pela aquisição em detrimento da locação;**

No último estudo sobre a terceirização da frota policial, a Divisão de Transportes da PCDF, observou-se que as realidades das seguintes Unidades da Federação: Pernambuco, Paraíba. Num primeiro instante, observamos a extensão territorial dos estados, pois enquanto o Distrito Federal possui uma área territorial de 5,8 mil Km<sup>2</sup>, o estado de Pernambuco chega a 98,3 mil Km<sup>2</sup> e a Paraíba a 56,4 mil Km<sup>2</sup> o que a princípio, para uma eficiente manutenção da sua própria, seria necessário a divisão do estado em regiões e conseqüentemente o estabelecimento de vários centros de manutenção, que para isso, seriam necessários gastos com aquisição de ferramentas, máquinas, instalações prediais e grande número de funcionários desviados da sua atividade fim.

O Distrito Federal pela sua pequena extensão territorial possibilita que apenas a Divisão de Transportes da Polícia Civil do Distrito Federal realize o trabalho de manutenção da sua frota, que terceiriza apenas a manutenção de sistemas de direção hidráulica e ar condicionado, retífica de motores, que necessitam de equipamentos e máquinas de custo elevado para aquisição e que seriam de pouco utilizados o que oneraria a nossa Instituição, e os

serviços de manutenção com fornecimento de peças em concessionárias autorizadas durante o período de garantia dos veículos novos, considerando ainda, o pequeno número de funcionários (funcionários do quadro e terceirizados) que estão diretamente ligados neste processo, o que representa 31% (trinta e um por cento) do total das despesas e que representam menos de 0,5 % do quadro de pessoal.

Podemos observar que é de fundamental importância a permanente renovação da frota, pois relatos de colegas dos estados visitados nos dão conta que a frota encontrava-se sucateada. Neste momento não podemos afirmar que tal cenário se formou em virtude do descaso das autoridades daqueles estados em destinar recursos para a área de segurança pública ou a ausência de sistemas de controle e fiscalização eficientes que pudessem combater a má utilização dos recursos disponíveis.

Diante do exposto, acreditamos que para os estados visitados, baseados nas opiniões e informações colhidas, tornou-se extremamente viável a terceirização das suas frotas, pois foram eliminados problemas de sucateamento da frota, preocupação com a destinação de recursos e controle da manutenção da frota.

**i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte;**

- Realização de licitações públicas para aquisição de materiais diversos e veículos novos;
- Estudo dos custos associados a manutenção da frota.

## 7- CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Neste item são solicitadas informações sobre o item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, sobretudo o subitem 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU, 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI, 9.3 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna e 9.4 Declarações de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93.

### 7.1 Tratamento de Recomendações da OCI

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2012203415	3.1.4.1	1.1.1.2 (001)
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			
Descrição da Recomendação			
Atualizar os valores devidos pelos órgãos cessionários em relação ao não reembolso referente à remuneração dos servidores cedidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas			
Síntese da Providência Adotada			
Todos os valores referentes aos anos de 2006 a 2012 devidos pelos órgãos cessionários, relativos à remuneração dos servidores cedidos por esta Instituição, foram atualizados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Todos os valores devidos pelos órgãos cessionários são atualizados para ulterior cobrança.			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	2012203415	3.1.4.1	1.1.1.2 (004)
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Polícia Civil do Distrito Federal			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Providenciar o retorno à PCDF dos servidores cedidos cujos órgãos cessionários não estejam efetuando o reembolso das respectivas remunerações.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Gestão de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os servidores cedidos aos órgãos que não efetuaram o reembolso das remunerações foram notificados a retornar a esta Instituição, com a expressa indicação que, em caso de descumprimento, será suspenso o pagamento de sua remuneração, em conformidade com o disposto no art. 10 do Decreto nº 4.050/2001.			
A Administração Regional de Sobradinho II procedeu ao ressarcimento referente ao ano de 2013, permanecendo pendente o ressarcimento do ano de 2012, pelo que, os servidores permanecem com o pagamento de suas remunerações suspenso, pois foram notificados e não retornaram a esta Instituição.			
A Câmara Legislativa do Distrito Federal teve a quase totalidade de retorno de servidores cedidos, excetuando-se apenas um servidor que se encontra de licença para tratamento de saúde.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Os órgãos com débito referente ao reembolso da remuneração dos servidores cedidos pela Polícia Civil do Distrito Federal efetuaram o pagamento devido, bem como, dos 13 (treze) servidores cedidos à Câmara Legislativa do Distrito Federal, 12 (doze) retornaram a esta Instituição, sendo que, apenas 1 (um) servidor não retornou em decorrência da impossibilidade de proceder à sua notificação por estar de licença para tratamento de saúde.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307821		2.1.2.3(001)
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Polícia Civil do Distrito Federal			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Dar conhecimento ao Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, da impossibilidade de continuidade de cessões que não estejam sendo reembolsadas na forma do Decreto Federal nº 4.050/2001.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Gestão de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por intermédio do Ofício nº 248/2012-DGPC, o Senhor Diretor-Geral da Polícia Civil solicitou ao Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, providências no sentido de cancelamento de todas as cessões de policiais civis para os órgãos do Distrito Federal cujo ressarcimento da remuneração ao Fundo Constitucional não tem sido efetuado.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			

A competência para a autorização e revogação das cessões dos servidores integrantes das carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal é do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, delegada ao Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal por intermédio do Decreto nº 22.994, de 29 de maio de 2002, e assim, em função do princípio da hierarquia, a Direção deste Órgão não detém a competência para revogar as cessões autorizadas.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307821		2.1.2.3(002)
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Polícia Civil do Distrito Federal			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Notificar o servidor cedido, sem o respectivo reembolso, para retorno ao órgão de origem.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Gestão de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>Todos os servidores cedidos aos órgãos em débito com o ressarcimento de suas remunerações foram notificados a retornar a esta Instituição, com a expressa indicação que, em caso de descumprimento, será suspenso o pagamento de sua remuneração, em conformidade com o disposto no art. 10 do Decreto nº 4.050/2001.</p> <p>O pagamento dos servidores cedidos à Câmara Legislativa do Distrito Federal foi suspenso, tendo sido restabelecido após o retorno a esta Instituição dos servidores, excetuando-se apenas um servidor que se encontra de licença para tratamento de saúde.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Os órgãos estão procedendo ao ressarcimento da remuneração dos servidores cedidos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201307821		2.1.2.3(003)
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Polícia Civil do Distrito Federal			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
No caso de não atendimento à notificação, suspender o pagamento do servidor, a partir do mês subsequente.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Gestão de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>Os servidores cedidos cujos órgãos não estão efetuando o devido ressarcimento da remuneração foram notificados, tendo sido suspensa a remuneração no mês subsequente ao da notificação.</p> <p>Dos 13 (treze) servidores cedidos à Câmara Legislativa do Distrito Federal, 12 (doze) servidores foram notificados, tiveram o pagamento de suas remunerações suspenso e, no mês de julho/2012 retornaram a esta Instituição. Somente um servidor não foi notificado em decorrência de estar de licença para tratamento de saúde, pelo que será regularmente notificado quando do fim da aludida licença.</p> <p>Todos os servidores cedidos à Administração Regional de Sobradinho II foram notificados a retornar a esta Instituição e tiveram o pagamento de suas remunerações suspenso, tendo o órgão cessionário efetuado em</p>			

<p>julho/2013 o ressarcimento das respectivas remunerações referente ao período de janeiro a junho/2013.</p> <p>Outrossim, informo que, mesmo na hipótese do órgão cessionário estar procedendo ao reembolso da remuneração referente ao ano em curso, na eventualidade de possuir débito relativo a exercícios anteriores é realizada a notificação dos servidores para o retorno a este órgão, tal como ocorreu com a Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios do Distrito Federal, que apenas possuía pendência do mês de setembro/2012. Após a notificação, foi efetuado o pagamento do débito apurado.</p>
<p><b>Síntese dos Resultados Obtidos</b></p> <p>Os órgãos cessionários estão procedendo ao ressarcimento da remuneração dos servidores cedidos pela Polícia Civil do Distrito Federal.</p>
<p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b></p>

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203415		2.1.1.2(002)
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Polícia Civil do Distrito Federal			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Atualizar os assentamentos funcionais do servidor aposentado, bem como o cadastro funcional do SIAPE, registrando todos os períodos de afastamento.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Gestão de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Considerando que no Sistema SIAPE não há histórico suficiente para inclusão de todos os afastamentos, pois ficam registrados tão-somente os dois últimos lançamentos, a Polícia Civil do Distrito Federal tem efetuado o registro dos afastamentos no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH. O Departamento de Gestão de Pessoas, após ter conhecimento desta situação tem envidado esforços para resolver a questão, vislumbrando como solução a utilização do módulo SIAPECAD, e neste sentido, alguns servidores estão participando do Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas realizado na Escola de Administração Fazendária, a fim de conhecer o módulo já citado, e após, fazer uso efetivo da ferramenta.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A Controladoria-Geral da União considerou prejudicado o atendimento desta recomendação, em decorrência das limitações do atual módulo Cadastro/SIAPE.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**Quadro A.9.2.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Polícia Civil do Distrito Federal			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109254	3.1.4.1	1.1.1.2(002)
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Polícia Civil do Distrito Federal			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Encaminhar plano de ação com providências objetivas no que se refere ao ressarcimento dos valores calculados			

na recomendação 004.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Os montantes devidos pelos órgãos cessionários referentes à remuneração dos servidores cedidos foram devidamente apurados e atualizados, e, após tendo sido autuado processo administrativo específico para cada órgão cessionário, será realizada a cobrança dos respectivos débitos de forma sistemática.	
No tocante à remuneração referente ao exercício em curso, este órgão apresenta mensalmente ao órgão cessionário os valores a serem ressarcidos, e, com exceção apenas da Câmara Legislativa do Distrito Federal, todos os demais órgãos estão em dia com o ressarcimento da remuneração do ano de 2013.	
A recomendação foi considerada <u>parcialmente atendida</u> pela Controladoria-Geral da União, a qual asseverou que este Órgão deverá dar conhecimento sobre o cumprimento das etapas relatadas, até recuperação total dos valores devidos por cada órgão cessionário, bem como de como pretende atuar no tocante ao descumprimento dos reembolsos mensais, pela Câmara Legislativa do DF.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

## 7.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Aqui são solicitadas “informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.” Cumpri esclarecer que a PCDF ainda não possui unidade de controle interno, submetendo-se ao controle da Corregedoria Geral do Distrito Federal – CGDF e à Controladoria Geral da União – CGU, cujas recomendações são prontamente atendidas pelo órgão.

## 7.3 Declarações de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/1993

### Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	08		
	Entregaram a DBR	07		
	Não cumpriram a obrigação	01		
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1180		
	Entregaram a DBR	1084		
	Não cumpriram a obrigação	10		

Fonte: Controle interno da Divisão de Cadastro / Departamento de Gestão de Pessoas



#### 7.4 Alimentação SIASG e SICONV

Neste subitem é solicitada “Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.”

A declaração em questão, com a ressalva pertinente quanto aos lançamentos no SICONV, que não é utilizado no âmbito da PCDF por que os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal não admitem execução de despesas na modalidade de transferência mediante convênio.

#### **Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de dados no SIASG e SICONV**

<b>DECLARAÇÃO</b>
Eu, <b><u>GISLEIDE MARIA DA COSTA</u></b> , CPF nº 399.893.301-82, <b><u>Chefe da Seção de Controle de Contratos e Convênios</u></b> , exercido na <b><u>Divisão de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Geral</u></b> , declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, 30 de dezembro de 2013.
<b><u>GISLEIDE MARIA DA COSTA</u></b> <b>399.893.301-82</b> <b><u>Chefe da Seção de Controle de Contratos e Convênios/DOF/DAG/PCDF</u></b>

#### 8 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Neste Item da Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013, a UJ deverá mencionar os canais de acesso do cidadão ao órgão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas; mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade, também demonstrar os resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Respondendo ao Item a Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal encaminhou a seguinte informação:

##### **I – Apresentação**

Atuando como ferramenta de gestão na busca permanente da eficiência, eficácia e efetividade das atribuições da PCDF, a Ouvidoria considera essencial a participação popular para a melhoria do desenvolvimento das atividades institucionais. Nesse intuito e a partir da escuta atenta de múltiplas manifestações de âmbito interno e externo, adotou-se o procedimento de documentar por meio de Registro de Atendimento – RA os contatos realizados, dando-lhes o tratamento adequado, a saber, cadastrando-o e encaminhando-o aos setores competentes para as

devidas providências, acompanhando o seu andamento até o retorno da informação ao respectivo demandante. Além disso, há os atendimentos cuja solução é imediata e que não são protocolados. Em suma, em 2013, obtivemos a marca produtiva de **5.508 (cinco mil quinhentos e oito) atendimentos**.

O presente Relatório, referente ao balanço de 2013 pretende, em cumprimento às disposições normativas, prestar contas desta Ouvidoria quanto às suas ações, delimitada no seu campo de competência e atribuições legais, bem como informar as prioridades previstas para 2014. A seguir serão demonstradas as informações estatísticas sistematizadas relativas à produtividade desta unidade.

## **II – Balanço de 2013**

A Ouvidoria realiza controle das manifestações públicas referentes às Unidades Policiais que compõem o complexo administrativo da PCDF. Os dados dessas manifestações possibilitam identificar necessidades e promover aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade do Distrito Federal.

Os dados compilados na tabela 1, anexa, demonstram numericamente as demandas apresentadas.

- 1- Atendimento com Registro de Protocolos:** Foram realizados 94 (noventa e quatro) atendimentos presenciais; 118 (cento e dezoito) por telefone; 394 (trezentos e noventa e quatro) via e-mail institucional; 55 (cinquenta e cinco) mediante ofícios de órgãos diversos; 15 (quinze) pelo Sistema e-Sic e 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) Manifestações/TAG. Cabe ressaltar que tais demandas foram transformadas em Registros de Atendimento da Ouvidoria, bem como receberam números de protocolo do Sistema, os quais seguiram seus trâmites para as Unidades Policiais demandadas, por intermédio dos respectivos Departamentos para prestarem as informações devidas. No tocante às manifestações e-SIC e TAG, todas geraram e-mails, por vezes encaminhados a mais de uma Unidade competente. Ressalta-se que foram totalizados **1.131** (mil cento e trinta e um) atendimentos no período de janeiro a dezembro de 2013;
- 2- Atendimento sem Registro de Protocolos:** Esta modalidade de atendimento advém da necessidade do estabelecimento de relacionamento direto e sem burocracia entre o Cidadão e o Ente Público, propiciando o fornecimento de informações, bem como a identificação de necessidades, distorções, erros e ilegalidades na Administração. Devido ao retorno imediato e satisfatório da natureza desse atendimento, não necessitaram ser incluídos no Sistema de Protocolo. Foram realizados 98 (noventa e oito) atendimentos presenciais; 3.774 (três mil setecentos e setenta e quatro) por telefone; 395 (trezentos e noventa e cinco) por intermédio de e-mail institucional, 15 (quinze) e-SIC e 95 (noventa e cinco) Manifestação/TAG não protocoladas, resultando em **4.377** (quatro mil trezentos e setenta e sete) atendimentos informais;
- 3- Tipos de Manifestações Demandadas:** foram subdivididas de forma didática em 05 (cinco) categorias, descritas abaixo, totalizando **5.508** (cinco mil quinhentos e oito) manifestações, as quais foram registradas no Sistema de Protocolo ou não, dependendo de sua natureza:
  - **4.405** (quatro mil, quatrocentos e cinco) **Informações Gerais:** Número de telefones, endereços e e-mails das Unidades Policiais da PCDF, de outros Órgãos do GDF e dos demais Estados; site da PCDF, da Delegacia Eletrônica e endereços das demais Unidades Policiais para registro/aditamento/alteração e impressão de ocorrências; como solicitar Laudos do IC e IML; como requerer Certidão de Antecedentes Criminais; horários de atendimento das Unidades Policiais; confecção da 1ª e 2ª via da Carteira de Identidade; andamento dos Registros de Atendimento da Ouvidoria; orientações envolvendo área Civil, Familiar e Criminal e outras;

- **321** (trezentos e vinte e uma) **Reclamações**: Falta de urbanidade e desrespeito ao Cidadão no atendimento presencial; dificuldade de acesso a informações no que se refere ao andamento de ocorrências e inquéritos Policiais; negativa de registro de ocorrência; morosidade na confecção de laudo pericial pelo IC; morosidade ou falta de apuração de ocorrência policial; morosidade na restituição de veículos roubados, considerando que o motivo é a falta da perícia; morosidade na realização de perícia; ausência de atendimento no Posto Policial do Aeroporto;
- **464** (quatrocentas e sessenta e quatro) **Denúncias**: Tráfico e consumo de drogas; maus tratos a crianças e idosos, maus tratos a animais; venda ilegal de armas e produtos falsificados, perturbação da tranquilidade com poluição sonora, conduta nociva de flanelinhas em estacionamentos, pedofilia (via internet), crime eletrônico, crime ambiental, intimação falsa em nome da PCDF;
- **86** (oitenta e seis) **Elogios**: Eficiência, educação e presteza por parte dos servidores e Unidades Policiais;
- **227** (duzentas e vinte e sete) **Solicitações**: Fiscalização para locais suspeitos ou com indícios de crimes diversos; policiamento em local frequentado por usuários e traficantes de drogas; policiamento para local com alto índice de criminalidade; esclarecimento sobre o RG nova versão; apuração de ocorrências; concursos em andamento na PCDF; e
- **04** (quatro) **convites**: Para participar de congressos, fóruns e reuniões.

### III – Prioridades para 2014

Aperfeiçoar os mecanismos, abaixo, relacionados com vistas a informar, cada vez mais a população acerca da importância do cidadão como participante e colaborador do aprimoramento da segurança:

- Ouvidoria da PCDF, que funciona como porta-voz do Cidadão, recebendo as manifestações dos cidadãos, cadastrando-as e encaminhando-as aos setores competentes para as devidas providências. O Atendimento ao Público é de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 18:00 horas, podendo ser realizado por:
  1. Comparecimento Pessoal, na EQS 216/416 – Asa Sul, Brasília/DF, CEP:70.295-400;
  2. Ligação Telefônica: 197 opção “6” ou nos números: (61) 3245-7525 e 3362-3400;
  3. Mensagem via fac-símile: (61) 3245-7525;
  4. Comunicação via internet, no endereço eletrônico: [ouvidoria@pcdf.df.gov.br](mailto:ouvidoria@pcdf.df.gov.br). A divulgação destes serviços se dá mediante cartazes, folders e site oficial desta Instituição; e
- Site a PCDF que está disponível à população desde sua criação em meados de 2000, tendo sido aprimorado com a implantação da Delegacia Eletrônica a partir de março de 2006, contudo, em 2010, esta foi desvinculada da página, podendo ser acessada no site via link. A partir de 25.01.2013, ambos foram modernizados com a mais alta tecnologia;
- TAG (Tomáz Antônio Gonzaga, primeiro Ouvidor do Brasil) - Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública, da Ouvidoria Geral do Distrito Federal, que foi desenvolvido pela Ouvidoria Geral do Estado da Bahia e implantado, nesta Capital, a partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica em 10.11.2011. O TAG é mais uma ferramenta para gestão pública e um canal importante de interlocução com o cidadão;

- e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, originalmente da Controladoria-Geral da União (CGU), foi cedido ao Governo do Distrito Federal por meio do Programa Brasil Transparente. Tal sistema tem como objetivo facilitar o exercício do direito de acesso à informação pública, permitindo que qualquer pessoa, física ou jurídica do Distrito Federal possa encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Distrital. O e-SIC disponibiliza que o interessado acompanhe o prazo de resposta de sua manifestação, pelo número de protocolo gerado; que receba a resposta da solicitação por e-mail; entre com recursos; apresente reclamações, em caso de demora, na resposta e consulte as respostas recebidas.

Por fim, implantar o Projeto: “**A POLÍCIA CIVIL QUER OUVIR VOCÊ!**”, o qual consiste em uma maior aproximação desta Instituição junto ao Cidadão, para que ele, de forma participativa e solidária possa interagir com a Polícia Civil mediante manifestações escritas, em folders para esta finalidade, que serão depositados em urnas de acrílico, localizadas em cada Unidade Policial, onde tiver atendimento ao público, bem como nos principais shoppings e em eventos diversos de vultosa audiência. Entendemos que, mesmo já estando em pleno século 21, na era tecnológica da comunicação via 4G e 4D, alguns cidadãos não podem ou resistem a ter acesso a inclusão digital, razão pela qual estamos viabilizando um meio simplificado, porém eficaz na avaliação dos nossos serviços prestados à comunidade e sua respectiva satisfação. Sabemos que as informações a serem geradas mediante este procedimento serão valiosas para o aprimoramento dos nossos serviços.

Enfatizamos que todos estes dispositivos franqueiam ao cidadão a se manifestar e a colaborar para a eficiência do trabalho realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal.

## **9 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Este item integrante da Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013, deverá apresentar informações quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis elaboradas pelas UJ, bem como acompanhar a implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A UJ deixará apresentar as devidas informações, tendo em vista que a Contabilidade é de responsabilidade do Contador do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

## **10 OUTRAS INFORMAÇÕES**

Objetivando maior transparência na utilização dos recursos públicos e oferecer serviço de qualidade à Sociedade, neste Item serão abordados temas sobre aquisições, obras, atendimentos realizados pela Policlínica da Polícia Civil, outras realizações de caráter finalístico, metas alcançadas e dados operacionais

### **10.1 Aquisições Relevantes para UJ**

Com os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal foram proporcionados aos servidores da Polícia Civil, melhores condições de trabalho, dentre os equipamentos adquiridos podemos destacar a aquisição de 388 novos veículos para recomposição da frota, 98 unidades de armamento longo, aparelhos e equipamentos de TI, sistema de imageamento aéreo, solução de modernização do sistema de telefonia fixa, aparelho detector de evidências com luz laser, sistema de digitalização dos serviços de radiologia, sistema para análise química, balcão para laboratório de necropapiloscopia, dentre outros.

## 10.2 Obras e Melhorias das Instalações

Durante o exercício de 2013 foram realizadas obras de construção de diversas unidades da PCDF, bem como reformas das instalações existentes em diversas regiões administrativas do Distrito Federal, visando proporcionar melhores instalações físicas tanto para o público interno, quanto para o público externo.

**Tabela 5 – Obras e Reformas**

Descrição	Região Administrativa	Etapa Realizada	Estágio	Subprojeto/Subatividade
Construção do Ed. Sede da PCDF	I	100,00%	Concluída	28.485.0903.0037.0053
Construção do Prédio do Instituto de Criminalística	I	3,78,00%	Em Andamento	28.485.0903.0037.0053
Instalação da Substação do Ed. Sede da PCDF	I	100,00%	Concluída	28.485.0903.0037.0053
Instalação da Sistema de Climatização do Ed. Sede da PCDF	I	100,00%	Concluída	28.485.0903.0037.0053
Construção da Guarita, Prédio de Apoio, Galpões, e Urbanização do Complexo Regional Norte	V	78,34%	Em Andamento	28.485.0903.0037.0053
Construção da 16ª Delegacia de Polícia	VI	13,00%	Em Andamento	28.485.0903.0037.0053
Construção do Prédio da DCA II	IX	35,34%	Em Andamento	28.485.0903.0037.0053
Construção da 15ª Delegacia de Polícia	IX	2,28%	Em Andamento	28.485.0903.0037.0053
Reforma do Prédio do Instituto de Identificação	I	4,64%	Em Andamento	28.485.0903.0037.0053

## 10.3 Atendimentos Realizados pela Policlínica

Ao final de 2013 foi computado um total de 38.520 atendimentos: Avaliações de junta médica – 357, Restrições médicas – 602, Restrições psiquiátricas – 226, Aposentadorias por invalidez – 11, Licenças médicas homologadas – 4.941, Visitas domiciliares/hospitalares – 32, Atendimentos da clinica médica, ortopedia e clinica da dor – 2.460, Atendimentos na cardiologia/ofthalmologia – 858, Atendimentos psiquiátricos – 2.492, Procedimentos realizados no centro cirúrgico – 472, Suspensão de porte de arma - 52

Restituição de porte de arma – 33, Atendimento psicológico – 4.601, Atendimento na odontologia – 1.934 Atendimento na enfermagem – 5.938, Atendimento assistência social – 1.451, Atendimento fisioterápico – 7.016, Atendimento farmacêutico – 1.169, Atendimento nutrição – 493, Procedimentos de pericia psicológica – 2.157 e Procedimentos de pericia social – 1.225.

## 10.4 Realizações de Caráter Finalístico

Foram capacitados pela Academia de Polícia Civil – APC aproximadamente 4.300 servidores policiais civis com vários cursos de especialização e aperfeiçoamento, que se apresentam de fundamental importância para esta Instituição Policial, posto constituir-se em excelente oportunidade para adquirir conhecimentos ligados à instrução de comandos táticos e congêneres e, situações de confrontos com o crime organizado, bem assim de princípios de organização, preparo,

comando e tomada de fortalezas, além de operações de resgate de reféns e, demais disciplinas correlatas, dentre os quais podemos citar:

- Treinamento de Técnicas Operacionais da Ação Policial para Grandes Eventos;
- Curso de Sistema de Comando de Incidentes para Grandes Eventos
- Curso de Análise de Vínculos (Módulo Pesquisa);
- Curso de Pistola .40 e Porte Velado de Arma de Fogo;
- Curso para Gerenciamento de Segurança para Grandes Eventos;
- Curso Excelência no Atendimento;
- Curso de Investigação, dentre outros.

### 10.5 Metas Alcançadas

a) Com a realização dos diversos cursos anteriormente elencados, esta Instituição se viu preparada para realizar várias operações desencadeadas ao longo do ano, as quais tiveram por objetivo a repressão/prevenção aos ilícitos de roubo, homicídio, porte ilegal de armas, tráfico/uso de substâncias entorpecentes, furtos entre outros, em todas as localidades do Distrito Federal. Foram apreendidas armas de fogo, cumpridos mandados de prisão, além da prisão de traficantes de drogas de alta periculosidade e foragidos do Sistema Penitenciário. Dentre essas ações e operações destacam-se:

**Tabela 6 - Operações Desencadeadas**

Mês	Destaques
<b>Janeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ DECO deflagra Operação Salvação;</li> <li>▪ Cord prende dois traficantes no Guará II;</li> <li>▪ Preso funcionário de hospital acusado de estuprar paciente.</li> </ul>
<b>Fevereiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PCDF desencadeia Operações Alvorada e Ícaro;</li> <li>▪ Operação Nostalgia II combate o tráfico de drogas;</li> <li>▪ Operação Perda Total.</li> </ul>
<b>Março</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operação Ícaro apreende 93 adolescentes infratores;</li> <li>▪ Operação Cronos combate sonegação fiscal;</li> <li>▪ PCDF prende 131 na Operação Alvorada.</li> </ul>
<b>Abril</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PCDF desarticula quadrilha especializada em roubo com restrição à liberdade da vítima;</li> <li>▪ Operação Descarga combate o furto de energia elétrica;</li> <li>▪ Presos autores de tráfico de drogas em Sobradinho e Planaltina.</li> </ul>
<b>Mai</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 38ª DP prende autor de Golpe do Dólar Preto;</li> <li>▪ Casal é preso por contrabando de cigarro;</li> <li>▪ 11ª DP prende autores de arrastão em hotel.</li> </ul>
<b>Junho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operação Conexão Tocantins – roubos e furtos de caixas eletrônicos;</li> <li>▪ Operação Faraó combate a invasão de terras públicas;</li> <li>▪ Operação Xequê Mate – tráfico interestadual .</li> </ul>
<b>Julho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operação Rota 60 prende cinco pessoas;</li> <li>▪ Operação Truck – quadrilha de roubos e furtos de veículos;</li> <li>▪ Mais preso na Operação Xequê Mate – tráfico interestadual.</li> </ul>
<b>Agosto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operação Pampas Pharma combate tráfico interestadual;</li> <li>▪ Quadrilha é presa por furto mediante fraude;</li> <li>▪ Operação Inside prende quadrilha de roubo a banco.</li> </ul>
<b>Setembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quadrilha de roubo a residência é presa em flagrante;</li> <li>▪ Apreendido jovem que matou, queimou e ocultou cadáver;</li> <li>▪ Operação Planalto coíbe tráfico de drogas.</li> </ul>
<b>Outubro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 15ª DP prende quadrilha especializada em “saidinha de banco”;</li> <li>▪ PCDF estoura cativo e liberta vítima;</li> <li>▪ DRF deflagra Operação Ocidente.</li> </ul>
<b>Novembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ DRFV prende quadrilha;</li> <li>▪ 30ª DP prende bando que invadiu casa de empresária;</li> <li>▪ PCDF reprime crimes em Planaltina.</li> </ul>

<b>Dezembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operação Red Light prende nove pessoas;</li> <li>▪ Operação Banknet desarticula quadrilha;</li> <li>▪ Cord realiza maior apreensão de maconha do ano;</li> <li>▪ PCDF deflagra Operação Armadilha.</li> </ul>
-----------------	--

b) O Programa Identidade Solidária realizou aproximadamente 320 processos de emissão de Carteira de Identidade, atendimentos especialmente direcionados a comunidades carentes ou distantes, hospitais, entidades de amparo a idosos, deficientes físicos e mentais, bem como o Sistema Prisional do Distrito Federal.

c) O Centro Piloto de Prevenção ao Uso de Drogas – CEPUD realizou 18 palestras internas para 1.182 ouvintes; 18 palestras externas para aproximadamente 4.017 ouvintes em todo o Distrito Federal e o Museu de Itinerante recebeu mais de 19.000 visitantes.

### 10.6 Dados Operacionais

A investigação, a perícia, a correta orientação do complexo procedimento policial para determinação da autoria e materialidade dos delitos cometidos exigiu dos agentes envolvidos na seara investigativa acentuada e denodada dedicação, bem assim, extremada capacidade técnica. Desta forma, é de sua competência a execução dos serviços de investigação, perícia e de identificação datiloscópica civil e criminal, cujos resultados quantitativos obtidos, no ano de 2013, discriminamos, a seguir:

**Tabela 7 – Atividades Desenvolvidas**

Atividades	2013
Inquéritos Instaurados	36.328
Operações realizadas	3.870
Prisões em flagrante	13.392
Ocorrências Solucionadas	69.312
Armas apreendidas	2.430
Laudos expedidos (IC, II, IML E IPDNA)	68.602
Identificação Civil (1ª e 2ª Vias)	268.588
Identificação Criminal	19.287
Prisões por Mandados	5.056
Perícias Realizadas pelo Instituto de Criminalística (Externas, Internas e Laboratoriais)	60.514
Perícias Realizadas pelo Instituto de Medicina Legal (Vivo, Morto e Laboratoriais)	76.311
Locais Periciados pelo Instituto de Identificação	27.784
Retratos Falados Produzidos pelo Instituto de Identificação	1.001

**Fonte: Relatório das Atividades Desenvolvidas pela Área de Segurança Pública do DF**

**TI TULAR DO ÓRGÃO:**

JORGE LUIZ XAVIER – Diretor-Geral da Polícia Civil

WATSON WARMLING – Diretor-Geral Adjunto

Telefone: 3207-4001

**ORDENADOR DE DESPESAS:**

SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE – Diretor do DAG

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA – Diretor Substituto do DAG

Telefone: 3207-4045

**GESTOR FINANCEIRO:**

CLEONE DE SOUSA ROCHA – Diretor da DOF

VICENTE HONORATO DANTAS – Diretor Substituto da DOF

Telefone: 3207-4058

**UNIDADES RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES:**

Ouvidoria da Polícia Civil

Departamento de Gestão de Pessoas

Divisão de Orçamento e Finanças

Divisão de Planejamento Administrativo

Divisão de Transportes

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:**

Divisão de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Geral

Telefone: 3207-4058

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.